

REVISTA NJINGA & SEPÉ



Revista Internacional De Culturas,
Línguas Africanas e Brasileiras



ISSN: 2764-1244

Vol.3, nº1, 2023

© 2023 Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.
Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada com fins comerciais. Platform & Workflow by OJS/PKP. Acomodado na página: www.revistas.unilab.edu.br



UNILAB

**Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira**

Reitor

Roque do Nascimento Albuquerque

Vice-Reitora

Cláudia Ramos Carioca

Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura

Carlos Mendes Tavares

Pró-Reitoria de Graduação

Geranilde Costa e Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

José Olavo da Silva Garantizado Júnior

Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais

Artemisa Candé Monteiro

Diretor do Instituto de Humanidades e Letras

Pedro Acosta Leyva

Diretora do Campus dos Malês-Bahia

Mírian Sumica Carneiro Reis

Editor-Chefe da Revista Njinga & Sepé

Alexandre António Timbane

Link: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/>

Equipe Editorial

Editor-chefe

Alexandre António Timbane (Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)

Coeditores

Denise Silva (Universidade Federal da Grande Dourados e Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural, Brasil-Línguas e cultura indígenas brasileiras)

Ezra Alberto Chambal Nhampoca (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique-Cultura e Línguas bantu)

Kelly Priscila Lóddo Cezar (Universidade Federal do Paraná, Brasil-Cultura e Línguas de Sinais)

Manuel da Silva Domingos (Universidade Agostinho Neto, Angola-Línguas e culturas africanas)

Maria Goretti Varela Freire Silva (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde-Crioulos de base lexical portuguesa)

Conselho Científico - Membros Honorários

Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará, ILC/PPGL- UFPA, Brasil)

Amália de Melo Lopes (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)

Angel Humberto Corbera Mori (Universidade de Campinas, Brasil)

Armindo Atelela Ngunga (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Bayo Omolola (Department of World Languages and Cultures, Howard University, USA)

Bento Siteo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Cristina Martins Fargetti (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)

Cristine Gorski Severo (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Eduardo de Almeida Navarro (Universidade de São Paulo, Brasil)

Elsa Pinto (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)

Eugeniusz Rzewuski (Univ. de Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas Africanas)

Geraldo Manuel Garcia Chinchay (Universidade Nacional Frederico Villarreal, Perú)

Gilvan Müller de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina, Cátedra UNESCO, Brasil)

Habiba Naciri (Université Mohamed-V, Rabat-Agdal, Marrocos)

Hildo Honório do Couto (Universidade de Brasília, Brasil)

Hildizina Norberto Dias (Universidade Pedagógica de Moçambique)

Isabel A. Santos (Universidade de Coimbra, Portugal)

João Kissunji Artur Alberto João (Ministério da Educação de Angola, Angola)

Luiz Carlos Cagliari (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)

Malcolm Coulthard (Aston University/UK & University of Birmingham, Inglaterra)

Marcia Maria Damaso Vieira (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Margarida Maria Taddoni Petter (Universidade de São Paulo, Brasil)

M'bare N'gom (The James H. Gilliam, Jr. College of Liberal Arts Morgan State University, USA)

Nada El Ahib (Université Mohamed-V Rabat-Agdal, Marrocos)

Nadia Tadlaoui (Université Mohamed-V Rabat-Agdal, Marrocos)

Nélia Maria Pedro Alexandre (Universidade de Lisboa-Portugal)

Paulo Alexandre Castelão Vaz de Carvalho (Universidade Católica Portuguesa, Portugal)

Ozouf Sénamin Amedegnato (University of Calgary, Canada)

Paul O'Neill (University Shiffeld, Inglaterra)

Pere Conellas Casanova (Universidade de Barcelona, Espanha)

Peter Paul Wellfens Lorenzo (Inst. de Invest. e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil)

Rosane de Andrade Berlinck (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)

Ronice Müller de Quadros (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

Rosângela Morello (Inst. de Invest. e Desenvolvimento em Política Linguística, Brasil)

Soulymane Bachir Diagne (Columbia University, USA)

Tania Conceição Clemente de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Vicente Paulino (Universidade Nacional de Timor Lorora'e, Timor Leste)

Ximbani Eric Mabaso (University of South Africa, África do Sul)

Conselho Científico

Adriana Viana Postigo Paravisine (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil)
Afonso Teca (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Alexander Yao Cobbinah (Universidade de São Paulo, Brasil)
Altaci Corrêa Rubim (Universidade de Brasília, Brasil)
Ana Karina Tavares Moreira (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Ananda Machado (Universidade Federal de Roraima, Brasil)
Andérbio Márcio Silva Martins (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Antônio Carlos Santana de Souza (Universidade de Estado de Mato Grosso, Brasil)
Artinésio Saguete Widnesse (Inst. Sup. de Ciências e Tecnologia de Moçambique)
Artur Garcia Gonçalves (Universidade de Brasília, Brasil)
Áurea Cavalcante Santana (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Basilele Malomalo (Univ.de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Bruno Okoudowa (École Creusot & Buffalo University, Canada)
Daniel Perez Sassuco (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Davi Borges de Albuquerque (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Delton Aparecido Felipe (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)
Dioney Moreira Gomes (Universidade de Brasília, Brasil)
Domingas Monte (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Emanuel Correia Pina (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde)
Felix Rondon Adugoenau (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil)
Fernando Tavares (Centro de Estudos Africanos-UNILAB, Brasil)
Gabriel Barros Viana de oliveira (Universidade de Brasília, Brasil)
Gervásio Absolone Chambo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hemerson Vargas Catão (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)
Henrique Orlando Mateus (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hounnouvi Christian Coffi (Université de Nantes, Laboratoire CRINI, França)
Ilídio Enoque Alfredo Macaringue (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil)
Inocente Luntadila Nlandu (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Jean-Arsène Yao (Université Félix Houphouët-Boigny, Costa de Marfim)
João Muteteca Naege (Universidade Lueji A'Nkonde, Angola)
Jorge Kapitango (Universidade Agostinho Neto, Angola)
José Gil Vicente (Universidade Federal de Amazonas, Brasil)
Marcelo Nunes (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Márcio Undolo (Universidade Lueji A'Nkonde, Angola)
Mateus Cruz Maciel de Carvalho (Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de SP, Brasil)
Maxwell Gomes Miranda (Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)
Nassima Moussaoui (Université Ali Lounici, BLIDA 2, Algérie)
Nelsa João Nhantumbo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Paulo Jeferson Pilar Araújo (Universidade Federal de Roraima, Brasil)
Priscila Alyne Sumaio Soares (Univ. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil)
Rogério Matis (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Brasil)
Rosalina Zamora Jorge (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre (Univ. de Integ. Internac. da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil)
Silvana Aguiar dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)
Sílvia Lucia Bigonjal Braggio (Universidade Federal de Goiás, Brasil)
Valéria Faria Cardoso (Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil)
Wondwonssen Alemayehu Haile (University of Ethiopia)

Consultores ad hoc especializados

Ayawovi Djidjogbe Fanho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Togo)
Botelho Isalino Jimbi (Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola)
Dabana Namone (Pesquisador Independente, Guiné-Bissau)
Davety Mpiuka (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)

Dinis Vandor Sicala (Instituto Superior de Ciências da Educação em Benguela-Angola)
Ezequiel Pedro José Bernardo (Universidade Onze de Novembro, Angola)
Gervásio Chambo (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique)
Hilário Sabonete Nhambalo (Direção Provincial da Educação de Cunene, Angola)
José Cossa (Academia de Ciências Policiais, Moçambique)
Leandro Andrade Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Luís Chimuco (Instituto Superior João Bosco, Angola)
Luís Ausse (Universidade Católica de Moçambique)
Manuela Garrett Benedito (Televisão Pública de Angola)
Nanci Araújo Bento (Universidade Federal da Bahia, Brasil)
Narciso Homem (Universidade Agostinho Neto, Angola)
Rajabo Alfredo Mugabo Abdula (Serviço Nacional de Investigação Criminal, Moçambique)
Stanley Cunha Teixeira (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Tradutores/Intérpretes de Línguas africanas e Brasileiras

Ana Cristina Pereira da Silva (Sec.de Educação de São Francisco de Conde, Bahia, Brasil/Libras)
Andrea Carolina Bernal Mazacotte (Universidade Estadual Oeste do Paraná/Libras)
António Paulo Cuionja (Escola Superior Pedagógica de Bié, Língua Umbundu, Angola)
Cátia Manuel (Universidade Federal de Santa Catarina/ Crioulo)
Danilo da Silva Knapik (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Emídio Jeremias Jossué (Escola Superior Pedagógica de Bié/Língua Umbundu, Angola)
Ester Tembe (Hospital Central do Maputo, Língua Moçambicana de Sinais, Moçambique)
Eziom-Geber Emmanuel Gusmão Palmeira Limeira (Libras)
Itaciara de Oliveira do Carmo da Silva (Sec. de Educação de São Francisco de Conde, BA, Libras)
Jéssica Gonçalves Honório (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Klicia de Araújo Campos (Universidade Federal do Paraná, Libras)
Laurindo Machado (francês, inglês/ Moçambique)
Marco Barone (Universidade Federal de Pernambuco/ Francês, inglês, /italiano/ Itália)
Moussa Diabate (Universidade de São Paulo, Université de Bamako, Mali)
Nuno Rodriguez Tchailoro (Universidade de Timor Lorosa'e, Timor Leste)
Pansau Tamba (Universidade Pan-Africana/ crioulo, francês, inglês/ Camarões)
Paulo Henrique Pereira (Universidade Federal do Paraná/Libras)
Segunda Cá (Universidade Federal do Paraná/crioulo e francês/ Guiné-Bissau)
Wagner silva Machado (Universidade Federal do Paraná, Libras)

Design de imagens e capa

Leonardo Fotchizes (UNILAB)
Alexandre Alejota Sapalo (UNILAB)

Logotipo da Revista

Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB)

Instituições:



SUMÁRIO

	Cenas das vidas culturais indígena, afrobrasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos Itamar Rodrigues Paulino, Salome Nyambura, Augusto da Silva Junior.....	10-17
	Scenes of indigenous, afro-brazilian, african and timorian cultural lives in contemporary times Itamar Rodrigues Paulino, Salome Nyambura, Augusto da Silva Junior	18-27
01	Negras cenas a ressonância ancestral na cena e no encenado Carlindo Fausto Antonio	28-50
02	Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)? Edna Maria de Oliveira Ferreira; César Costa Vitorino	51-71
03	Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia de São Benedito na Comunidade Quilombola Silêncio em Óbidos-Pará Itamar Rodrigues Paulino; Elian Karine Serrão da Silva	72-91
04	Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade em Amar sobre um leito de preconceito, de Isabel Ferrão Bonete Júlio João Chaha	92-110
05	Reflexão sobre o impacto das poesias de Agostinho Neto: Havemos de voltar e adeus a hora da largada na construção de uma Angola Independente Eduardo David Ndombele; Lucrecia José dos Santos Paca	111-123
06	Política de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa – O Caso de Moçambique Elizabeth Mariana Alfredo Capathia Nahia; José Luis Dias	124-139
07	Uso de perca e perda pelos falantes do Português em Moçambique Bonete Júlio João Chaha	140-155
08	Khoisan de Angola: Descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da província do Cunene (Vocabulário em Português – Oshikwanyama – Inglês) José Evaristo Kondja	156-184
09	A influência da língua inglesa na comunicação e na construção de uma variedade moçambicana do Português Maria Helena Carlos Felaune	185-208
10	Variação do Citswá: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla Lucerio Gundane	209-225
11	Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento André Luiz Ramalho Aguiar	226-253
12	O papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez Tito Paulo da Costa Leveque; Paulino Albino Machava	254-273
13	O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior em Moçambique: Estudo de caso na Universidade YX na Cidade de Nampula José Greia; João Flávio Amisse Uagire	274-292
14	A Supervisão Pedagógica como ferramenta de desenvolvimento profissional: estudo de caso da Escola Primária do 1º e 2º Grau de Bengo – Chimoio Amosse Jorge Gelo; José Luis Dias; David José Sebastião Matandire	293-306

15	O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes brasileiros: reflexões sobre a importância da participação da escola na rede de enfrentamento Nayara Chaves de Lima; Genylton Odilon Rêgo da Rocha	307-327
16	A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018) Paulo Gervásio Matapa, Joaquim Miranda Maloa	328-349
17	Prática Pedagógica uma ferramenta importante para a formação de professores em Angola Francisco Sérgio Manuel Mabiala; Nelson Miguel Chimbili	350-366
18	O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola) Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia; Cristine G. Severo	367-385
19	Implementação de projectos de investimentos e as colaterais estabelecidas pela banca no financiamento aos start-ups. Caso Banco Nacional de Investimento, 2015-2020 Inácio Ernesto Minzo; Verônica Sibinde Mpanda	386-402
20	O Papel do Município de Lichinga na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: (Caso dos Bairros de Sanjala e Namacula entre 2013 á 2021) António Rodrigues Junior; Joaquim Miranda Maloa	403-420
21	“O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro Paulo Petronílio Correia.....	421-447
22	Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do povo bantu Moisés Fernando Manuel	448-464
23	As percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais: caso de Malulo, Distrito de Sanga Isaura João Francisco Álvaro Lopes; Joaquim Miranda Maloa	465-484
24	A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo: um olhar sobre o bairro de Magoanine “C” Francisco Bernardo Bilério; Ramos Cardoso Muanamoha	485-509

ENTREVISTAS E RESENHAS

25	Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu gatheca from njumbi village, murang’a county. Kenya Nyambura Salome	510-517
26	Resenha Sombras da água: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana António N’Runca	518-524

POESIAS E CANÇÕES POPULARES

27	Deadlist weapon Oyamo Richard	525-533
28	Levante de Esperança num 01 de maio Kinda Rodrigues	534-535
29	The rains have stopped! Nyambura Salome	536-537
30	Hino das mudanças Aniela Fabriciana Ribeiro da Silva.....	538-539
31	Singita ra nguva Markos Makamo	540-542

RELATOS DE EXPERIÊNCIA, RITOS, FESTIVIDADES

- 32 Tradução de um artigo da Constituição Federal para a língua Maxakali: limitações e desafios do processo de tradução para uma língua indígena
Carlo Sandro de Oliveira Campos, Pedro Rocha de Almeida e Castro 543-556
- 33 *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva
Yéo N'gana (Trad. Digmar Jimenez Agreda, Aurora Sambrano)..... 557-585
- 34 Tradução da Língua Portuguesa para a Língua Árabe do Texto sobre “ A Mulher R'batia”
Nadia Tadlaoui 586-591

LINGUA DE SINAIS

- 35 Kenyan Sign Language: an introduction
Gladis Achieng 592-594

Indexação



Organizadores do vol.3, nº1, 2023

Cenas das vidas culturais indígena, afrobrasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos

Itamar Rodrigues Paulino

Graduado em Pedagogia e Filosofia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora-MG, possui também o título de bacharelado em Teologia pelo Instituto Teológico São Paulo - Itesp, especializado em Filosofia e Existência, pela Universidade Católica de Brasília UCB, mestre em Filosofia pela Universidade de Brasília - UnB, doutor em Epistemologia do Romance (Teoria Literária e outras literaturas) pela mesma universidade, e pós-doutorado em Literatura de Expressão Amazônica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Atualmente é docente e pesquisador da Universidade Federal do Oeste do Pará, concentrando sua atuação nos seguintes temas: literatura clássica e brasileira; lógica, linguagens e Comunicação, políticas públicas educacionais; Origem e Evolução do Conhecimento, Educação para as Relações Etnorraciais, Hermenêutica, Filosofia, Gestão Cultural. Atua também como pesquisador sobre Culturas, Identidades e Memórias na Amazônia, focando nas relações entre Cultura e Educação, Cultura e Patrimonialidades, Cultura e Direitos, Sistemas de Cultura, Literatura na Amazônia, Hábitos Culturais e Saúde Coletiva. É professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade Ambiente e Qualidade de Vida (Ppgsaq) da Ufopa, atuando na linha de diversidade cultural.

Salome Nyambura

PhD Educational Sciences, KatholiekeUniversiteit Leuven, Belgium, Masters in Instructional Sciences, KatholiekeUniversiteit Leuven, Belgium, Bachelors of Education Degree (English and Literature), Catholic University of Eastern Africa, Kenya, Multi-Method Research course, by Partnership for African Social and Governance Research December, 2010 - Certificate course on Value Leadership by DePaul University, Chicago November 2008 - Social Science Research methodology, CODESRIA, Dakar, Senegal September 2007 - Justice and Peace in East Africa course, Mary knoll African Studies Centre, Tangaza College, February 2005 – Narrative Inquiry, Ontario Institute for Studies in Education, University of Toronto. Interfaculty Council for Development Co-operation (IRO) scholarship for PhD studies at Katholieke Universiteit Leuven, Belgium; Commission for Higher Education (CHE) grant: Characterization of Kenyan Honey and Development of Design Model for Processing Equipments. Lead researcher: Prof. G. Muthakia, Kenyatta University; UN-HABITAT grant: Monitoring and Evaluation of Housing Co-operatives in the informal settlements (KENSUP). Lead researcher: Prof. J. Baitu (Centre for Social Justice and Ethics, Catholic University of E.A.). HI BETA DELTA, Honor Society for International Scholars, Depaul Univ. Chicago; FAWE/NORAD Research Grant: Lead Researcher: Prof. Fatuma Chege, Dean School of Education, Kenyatta University.

Augusto Rodrigues da Silva Junior

Professor Associado de Literatura Brasileira da Universidade de Brasília. Coordenador da Cátedra Agostinho da Silva (UnB). cursou pós-doutorado em Literatura no programa de Pós-Graduação em Língua e Literatura Alemã pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP/2021), com projeto intitulado "Geopoesia e Literatura de Campo centroestina: etnoflâneries por Goiás e Brasília". Estágio Pós-Doutoral (Bolsista CAPES/2014-2015) na Universidade do Minho - Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos - Braga/Portugal. Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (2008). Mestrado e Graduação pela Universidade Federal de Goiás (UFG/1996-2002). Desenvolve trabalhos nas áreas de Literatura Comparada; Literatura e Outras Artes; Tanatografia; Geopoesia; Literatura de Campo; Estudos da performance; Artes Cênicas; Tradução. Criador da Tanatografia, atua com os conceitos autorais de Crítica Polifônica; Tradução coletiva; Cinema literário; O Problema do Hífen Colonial, Teatro de Terreiro, Etnoflânerie, Cultura Popular Quilombola (Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil). Traduziu Paul Valéry, Richard Schechner, Herman Melville, Stéphane Mallarmé. Consultor ad hoc / CAPES. Poeta e ensaísta, recebeu os seguintes Prêmios: Concurso de Poesia Fernando Mendes Vianna (2009; A.N.E; Thesaurus); Concurso Nacional de Ensaio / Prêmio Cassiano Nunes / Biblioteca Central - Universidade de Brasília/2011). Prêmio UnB de Dissertação 2015 e 2016.

Cenas das vidas culturais indígena, afro-brasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos

Prof. Dr. Itamar Rodrigues Paulino (UFOPA) *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5058-8998>

Prof. Dra. Salome Nyambura (Kenyatta University) **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0271-9217>

Prof. Dr. Augusto da Silva Junior (UnB) ***

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6780-9731>

Resumo: Este dossiê reúne artigos que procuram apresentar à sociedade elementos compositores das cenas das vidas culturais indígena, afrobrasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos. O dossiê é composto de textos articulares que reúne uma gama de temas que permitem um diálogo francamente transdisciplinar sobre a contemporaneidade dos povos de raiz indígena, afrobrasileira, africana e timorense, apontando um cenário diverso e revelador de modos de como esses povos lidam com os mais diversos desafios e avanços no desenvolvimento social, econômico, cultural, ambiental e educacional, e é nesse sentido que o presente dossiê intenta incidir, reunindo 24 artigos com abordagens, tendências e articulações metodológicas, históricas, epistemológicas, estéticas, hermenêuticas e contextos diversos discutindo os mais variados conjuntos de elementos que compõem o espaço onde as vidas humanas dos mais diversos povos que dão identidade e memória ao Brasil, à África e ao Timor Leste. Os textos articulam temas acadêmicos como literatura, filosofia, cultura, linguística, Sociologia, Direito; e apresentam cenários práticos que atualizam temas como processos de desenvolvimento humano, formação docente, processos de decolonização, enfrentamento à violência sexual de crianças, estudos de organizações festivas pretas na Amazônia, Saneamento básico em países da África, entre outros, colocando na agenda global das pesquisas contemporâneas os processos e trajetos, contextos e narrativas, arranjos institucionais e capacidades estatais, práticas e estratégias associadas ao desenvolvimento das sociedades humanas e as redefinições de seus comportamentos em relação ao meio ambiente, segurança alimentar, mudanças climáticas, democracia, cidadania, expondo questões urgentes como preconceitos, discriminações e intolerâncias frente às diferenças socioculturais; além de promover repensares sobre a relação entre diversidade e desigualdade que persistem em existir entre os povos.

* Doutor em Teoria Literária pela Universidade de Brasília (UnB), é professor e pesquisador na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), membro do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ), pesquisador no Programa de Pesquisa e Extensão Cultural, Identidade e Memória na Amazônia (PROEXT-CIMA/CFI), UFOPA. E-mail: itasophos@gmail.com

** Doutora em Sociologia da Educação, é professora na Kenyatta Universidade Kenyatta, Quênia, na Escola de Educação, no Departamento de Fundamentos Educacionais. Ela também é coordenadora de exames do Programa de Líderes em Crescimento da Universidade Kenyatta. E-mail: nyambura.salome@ku.ac.ke

*** Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (RJ), é professor da Universidade de Brasília (UnB), e pesquisador do Laboratório Transdisciplinar de Estudos sobre a Performance – TRANSE (UnB). E-mail: augustorodriguesdr@gmail.com

Palavras-Chave: Contemporaneidade. Diversidade Cultural. Desenvolvimento Humano.

Apresentação

É com grata satisfação que estamos publicando o dossiê ***Cenas das vidas culturais indígena, afrobrasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos*** cuja edição reúne artigos com as mais diversas temáticas que procuram apresentar à sociedade elementos compositores das cenas das vidas culturais de povos originários das Américas, de Povos Africanos e de Povos da Ásia em tempos contemporâneos. Este número da ***Revista Njinga & Sepé*** consolida sua função social e acadêmica, promovendo interlocuções de pesquisas transdisciplinares sobre as vidas culturais de diversos povos. Os textos são compostos de elementos que tornam possíveis as aproximações de diversos campos do conhecimento como Política, Sociologia, Educação, Meio Ambiente, Linguística, Literatura, Saneamento, Saúde e Cultura, expondo debates atualizados sobre o desenvolvimento dos povos diversos das Américas, da África e da Ásia. O dossiê oferece às leitoras e aos leitores um conjunto diverso de artigos, que reúnem pesquisadoras(es) de diversos países e culturas interessadas(os) em analisar a temática a partir da perspectiva cultural.

Nos tempos contemporâneos, a vida tem se tornado cada vez mais complexa. As cenas culturais dos povos que vivem nas Américas, na África e na Ásia têm refletido lidas sociopolíticas bastante conflituosas e reconfigurações nas relações entre esses povos. Por meio dessas lidas, os povos estão recompondo suas autonomias etnoculturais, suas percepções de gênero, orientação sexual, e o valor da liberdade religiosa. Eles também estão redefinindo seus comportamentos em relação ao meio ambiente, segurança alimentar, mudanças climáticas, democracia, cidadania, expondo questões urgentes como preconceitos, discriminações e intolerâncias frente às diferenças socioculturais; além de promover repensares sobre a relação entre diversidade e desigualdade que persistem em existir entre os povos.

Neste sentido, é relevante aprofundar o debate sobre processos históricos globais atuais tecendo (re)composições das cenas da vida cultural contemporânea. Esses aspectos, carregados de significações e sensibilidades, ensejam olhares interdisciplinares e possibilitam a pesquisadoras(es) e estudiosas(os) de diferentes áreas do conhecimento, de origens etnoculturais e sociais diversas a dialogar sobre cenas da vida cultural indígena, africana e timorense em tempos contemporâneos.

A presente edição da revista é um “Dossiê Especial 2022” intenta fornecer um quadro das abordagens, tendências e articulações metodológicas, históricas, epistemológicas, estéticas, hermenêuticas e áreas afins, que permita a composição de um cenário transdisciplinar e ajude o leitor a apreender o universo contemporâneo dos povos das Américas, da África e da Ásia. Para tanto, foram avaliados diversos artigos submetidos às cegas, para as avaliações, apresentarmos um painel global da temática do dossiê.

Neste sentido, foram aprovados **24 artigos** para a **Seção I** sobre os mais variados temas de conhecimento. Organizamos então os artigos do dossiê a partir de três eixos que dialogam entre si, permitindo ao leitor uma leitura integradora e de conexões de saberes. No primeiro eixo, são apresentados artigos nas áreas da *Arte, Festejos e Folias, Literatura, Poética, Linguística e Semiótica*. No segundo eixo, temos a *gestão da educação e a formação das pessoas*. No terceiro eixo, apresentamos a *sociedade, a cidadania e o desenvolvimento*.

Especificamente, no primeiro eixo, temos o artigo “**Negras cenas a ressonância ancestral na cena e no encenado**”, em que Carlindo Fausto Antonio apresenta o uso do

sistema cultural negro-africano e da diáspora como categoria filosófica africana centrada na ancestralidade. O autor defende que *conjugada com a milenar, sofisticada e complexa malha ontológica, o sistema ancestral é modo de produção cultural e, sobretudo, da existência.*

No artigo de Edna Maria de Oliveira Ferreira e César Costa Vitorino, intitulado **“Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)?”**, a temática se refere às Comunidades afrodescendentes que são conhecidas por lutas e resistências contra amordaçamentos propositais, num Brasil fortemente eurocêntrico. O artigo se apresenta como espaço de diálogo com as lideranças da comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru, propondo políticas públicas contra o racismo a partir da conquista de uma “Pérola Negra” verdadeiramente orgulhosa.

Temos também nesse eixo o artigo **“Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia de São Benedito na Comunidade Quilombola Silêncio em Óbidos-Pará”**, de Itamar Rodrigues Paulino e Elian Karine Serrão da Silva, que intenta registrar uma performance cultural, ritualística e religiosa, que ocorre na Comunidade Remanescente de Quilombo Silêncio, no município de Óbidos, no estado brasileiro do Pará. O artigo é uma viagem epistemológica nas narrativas dos comunitários sobre sua história na Amazônia, com foco na Folia de São Benedito, manifestação identitária e memorial de um povo africano na sua diáspora na reigão do Baixo Amazonas, desde o século XVIII.

Para ampliar a temática preta, Bonete Júlio João Chaha, apresenta em seu artigo **“Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade em Amar sobre um leito de preconceito, de Isabel Ferrão”**, uma análise do confronto entre a tradição e a modernidade na obra literária *‘Amar sobre um leito de preconceito’*, da escritora moçambicana Isabel Ferrão. Chaha intenta olhar a obra como um “meio” para se conhecer o mundo, servindo para construir ou confirmar a história de um povo, por meio de narrativas diversas.

Seguindo o curso do eixo, também apresentamos **“Reflexão sobre o impacto das poesias de Agostinho Neto: Havemos de voltar e adeus a hora da largada na construção de uma Angola Independente”**, de Eduardo David Ndombele e Lucrécia José dos Santos Paca. Os autores propõem um estudo elaborado e consistente sobre o papel da poesia de Agostinho Neto, no combate ao colonialismo para construção de uma Angola independente, e por consequência, de outros países africanos colonizados pelos portugueses.

Seguindo um ponto da temática do artigo anterior, a questão portuguesa, Elizabeth Mariana Alfredo Capathia Nahia e José Luis dias compuseram o artigo intitulado **“Política de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa – O Caso de Moçambique”**, cujo objetivo é discutir a universalização da língua portuguesa a partir de uma consistente política de fortalecimento dos países lusófonos em organizações internacionais. Neste caso, o artigo aponta a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como instituição determinante para o efeito de promoção da língua, e no final centraliza o debate em torno da importância de Moçambique no cenário da valorização da língua Portuguesa. Moçambique é uma nação multilinguística que tem na língua portuguesa o elo nacional de identidade e cultura.

Então, no sentido de discutir a língua portuguesa, Bonete Júlio João Chaha propõe uma discussão sobre o **“Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique”**, com o objetivo de compreender as razões do uso de *perca* em detrimento de *perda*, analisando as condições das palavras parónimas, que se apresentam parecidas na grafia e diferentes no sentido, e por esta razão os falantes têm dificuldade de distingui-las umas das outras. O artigo resulta de pesquisa junto a estudantes de nível acadêmico de 9ª classe, da Escola Privada Bons Sonhos, na cidade da Beira, em Moçambique.

Ainda percorrendo o primeiro eixo, apresentamos **“Khoisan de Angola: Descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da província do Cunene”**, de José Evaristo Kondja. Nesse artigo, o autor descreve e analisa comparativamente o vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan), com base na consulta de um grupo de doze crianças e adultos, falantes do !Khun, na província do Cunene (Angola), língua da família Khoisan, conhecida por integrar nos seus sistemas fonológicos (consoantes) cliques, tais como [ǀ], bilabial; [ǃ], dental; [ǂ], (pós)-alveolar; [ǁ], palato-alveolar; e [ǁ], lateral-alveolar. A pesquisa se deu através de uma segunda língua falada pelos envolvidos na pesquisa, denominada Oshikwanyama, pertencentes aos vizinhos banto.

Também apresentamos **“A influência da língua inglesa na comunicação e na construção de uma variedade moçambicana do Português”**, de autoria de Maria Helena Carlos Felaune, que procura compreender como os neologismos semânticos e formais, referenciados a partir e por meio de palavras da língua inglesa encontradas nos cartazes publicitários na cidade da Matola, em Moçambique, contribuem na construção da variedade linguística do português deste país africano.

Outro artigo presente no primeiro eixo do dossiê é **“Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla”**, de Lucerio Gundane. O autor apresenta um estudo dos fatores linguísticos e extralinguísticos que contribuem para a variação e/ou mudança linguística do Citshwa. O estudo está fundamentado na sociolinguística variacionista de Labov e analisa as variações do Citshwa, com enfoque para o Cihlengwe, falado no distrito de Massinga e o Cimhandla, falado no distrito de Vilankulo em Inhambane, na região sul de Moçambique, e leva em consideração uma análise fonético-fonológica, lexical e discursiva da Variação do Citshwa.

Para complementar os artigos do primeiro eixo, apresentamos **“Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento”**, de André Luiz Ramalho Aguiar. O autor desse artigo investiga os efeitos causados pelas práticas de tradução em contextos multilíngues, multiculturais, multiétnicos e multirreligiosos, este texto apresenta os espaços de tradução de Bissau sob a ótica da história da tradução cultural com viés decolonial, a partir de um recorte de treze meses de uma pesquisa desenvolvida em Bissau, capital da Guiné-Bissau, localizada na África Ocidental.

O segundo eixo do presente Dossiê trata da *gestão da educação e formação das pessoas*. O primeiro artigo desse eixo tem como título **“O papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez”**, escrito por Tito Paulo da Costa Leveque e Paulino Albino Machava. O artigo aborda o papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas na Cidade de Montepuez a partir de aspectos importantes como currículo de formação, a prática de supervisão, e os resultados do estágio na formação de estagiários em escolas integradas.

Nesta linha de pensamento e pesquisa, José Greia e João Flávio Amisse Uagire assinam o artigo **“O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior em Moçambique: Estudo de caso na Universidade YX na Cidade de Nampula”**, cujo enfoque foi centrado na análise do modo como a supervisão pedagógica contribui no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior, sobretudo nesta universidade foco da pesquisa. O artigo constata que os supervisores desta universidade são provenientes de chefia e confiança e outras formas, carecendo por vezes de capacitação para o exercício da atividade de supervisão pedagógica.

Ainda no segundo eixo, temos o artigo **“A Supervisão Pedagógica como ferramenta de desenvolvimento profissional: estudo de caso da Escola Primária do**

1º e 2º Grau de Bengo – Chimoio”, de autoria de Amosse Jorge Gelo, José Luis Dias e David José Sebastião Matandire. Os autores propõem analisar o impacto da supervisão pedagógica para o desenvolvimento profissional, a partir de um estudo de caso concentrado na Escola Primária do 1º e 2º Grau de Bengo, em Chimoio [Moçambique], realizado no ano de 2020.

Outro artigo de evidente importância é **“O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes brasileiros: reflexões sobre a importância da participação da escola na rede de enfrentamento”**, de Nayara Chaves de Lima e Genylton Odilon Rêgo da Rocha. Os autores debatem o debate o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando-se a necessidade da promoção do enfrentamento, por parte do estado brasileiro e da sociedade, desta forma de violência sobre milhares de crianças e adolescentes. O artigo apresenta os impactos que ela exerce sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes vítimas, e como a escola precisa promover o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de práticas preventivas e de encaminhamento adequado a órgãos e instituições competentes que integram a rede de proteção à crianças e adolescentes no Brasil.

Também apresentamos o artigo **“A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018)”**, de Paulo Gervásio Matapa e Joaquim Miranda Maloa. Os autores analisam a contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na Criação de Auto-emprego para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga, entre os anos de 2015 e 2018, sugerindo a necessidade e urgência do auto-emprego no atual contexto de crise econômica pela qual atravessa Moçambique.

Junta-se a esse artigo outro de fundamental importância, intitulado **“Prática Pedagógica uma ferramenta importante para a formação de professores em Angola”**. Nesse artigo, os autores Francisco Sérgio Manuel Mabilia e Nelson Miguel Chimbili descrevem seus estudos observacionais em torno das atividades desenvolvidas na cadeira de prática pedagógica para a formação de professores de Língua Portuguesa, ministrada no curso de Ensino de Língua Portuguesa da EPD 1 da ULAN 2, em Angola.

O último artigo do segundo eixo foi escrito por Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia e Cristine G. Severo. Com o título de **“O Umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola)”**, o artigo é resultado de um projeto de pesquisa de iniciação científica, que trata da valorização étnico-linguística da língua nacional Umbundu em Angola. O artigo avalia o processo de ensino-aprendizagem dessa língua materna angolana como primeira língua (L1), com relação à língua portuguesa como segunda língua (L2), no sul de Angola, na província de Benguela.

No terceiro eixo do dossiê há um leque de temas relacionados à sociedade, cidadania e desenvolvimento. O primeiro artigo, **“Implementação de projectos de investimentos e as colaterais estabelecidas pela banca no financiamento aos startups. Caso Banco Nacional de Investimento, 2015-2020”**, de Inácio Ernesto Minzo e Verônica Sibinde Mpanda, analisa a implementação de projetos de investimento mediante garantias estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimentos na concessão de financiamento aos startups em Moçambique, e os desafios na implantação desses projetos de investimentos mediante o desprovimento de efeitos colaterais que minimizem os riscos de crédito.

Outro artigo de igual importância no cenário de desenvolvimento dos países africanos é o de António Rodrigues Junior e Joaquim Miranda Maloa, intitulado **“O Papel do Município de Lichinga na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: (Caso dos Bairros de Sanjala e Namacula entre 2013 á 2021)”**. Os autores propõem compreender o papel do município moçambicano no processo de recolha e tratamento de resíduos

sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, analisando as percepções dos funcionários do município e de moradores sobre a qualidade dos serviços da recolha dos resíduos sólidos.

Ainda neste tópico de desenvolvimento social e de incentivo à cidadania, Paulo Petronillo discute **“O lixo vai falar, e numa boa’: Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro”**, para pensar a filósofa, feminista negra e militante Lélia Gonzalez, conhecida como a “criadora de caso” do movimento negro e do feminismo negro no Brasil. Ao tensionar a filosofia hegemônica e colocar em xeque o discurso hétero cis patriarcal que se erguia sob o signo do colonialismo, Lélia propõe uma batalha discursiva ao subverter a língua, ousando trazer um feminismo afro-latino-americano, descolonizando a linguagem e o pensamento, e fazendo nascer, mesmo inconsciente, um novo giro decolonial.

Outro artigo bastante instigante tem por título **“Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do povo Bantu”**. Escrito por Moisés Fernando Manuel, o artigo apresenta alguns aspectos basilares da vida Bantu para compreender as particularidades culturais deste povo; analisando sua moral e sua crise, considerando o longo processo de adaptações, mas mantidas as suas origens e indicando sua condição de resiliência.

Acompanha essa discussão de particularidades culturais dos povos africanos, o artigo **“As percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais: caso de Malulo, Distrito de Sanga”**, de Isaura João Francisco Álvaro Lopes e Joaquim Miranda Maloa. O artigo apresenta o resultado investigativo sobre as percepções dos operadores jurídicos (Juíza, Procurador e Defensores oficiosos) acerca do acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais de Malulo, no Distrito de Sanga, em Moçambique. O artigo expõe a *baixa escolarização*; a desinformação; a pobreza, fatores culturais, entre outros aspectos, como razão para a limitação desse acesso.

O último artigo do terceiro eixo expõe a questão da cidadania, e tem por título **“A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo: um olhar sobre o bairro de Magoanine C”**. Escrito por Francisco Bernardo Bilério e Ramos Cardoso Muanamoha, ele aborda a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo, tomando como espaço de análise o bairro de Magoanine “C”, evidenciando a transformação social do espaço no bairro de Magoanine “C” e constitui a continuidade das alterações na Cidade de Maputo, caracterizadas por um fraco ordenamento do território e pelas desigualdades sociais.

Na **Seção II** do dossiê, reservado para entrevistas, resenhas de livros e traduções. A seção inicia com uma entrevista com o professor aposentado Mwalimu Gatheca, de uma pequena comunidade rural em Njumbi, localizada na parte central do Quênia. Ele é um ancião respeitado em sua comunidade e, embora aposentado, continua em plena vitalidade. A entrevista é conduzida pela Doutora e professora Nyambura Salome, e tem como título **“Professores como agentes transformadores: uma entrevista com o professor aposentado Mwalimu Gatheca da Vila de Njumbi, distrito de Murang'a. Quênia”**. Em seguida, apresenta-se uma resenha do autor moçambicano Mia Couto, cujo título do livro é “Mulheres de cinzas: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana”, publicado em São Paulo, pela editora “Companhia das Letras” em 2015.

Na **Seção III**, dedicada a Poesias e Letras de canções populares, o dossiê é agraciado com os seguintes poemas: **“Deadlist weapon”**, de do queniano Oyamo Richard, **“Levante de Esperança num 01 de maio”** da autoria da vencedora do Concurso literário do curso de Letras-Língua portuguesa na Universidade de Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, a estudante Kinda Rodrigues, **“The rains have stopped!”**, da escritora e doutora Nyambura Salome, **“Hino das mudanças”** da autoria da Aniela Fabriciana Ribeiro da Silva, vencedora do Concurso literário do curso de Letras-Língua portuguesa na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, **Singita Ra nguva** da autoria do Pastor moçambicano Marcos Macamo.

Na **Seção IV**, dedicado aos relatos de experiências, fotos, receitas de comidas tradicionais, ritos e festividades nos brinda com a **Tradução de um artigo da Constituição Federal brasileira para a língua indígena Maxakali: limitações e desafios do processo de tradução para uma língua indígena**. É da autoria da tradução é de Carlo Sandro Campos e Pedro Rocha e visa entender a complexidade da tradução que impõe desafios de ordem cultural e lexical. O texto de Yéo N’gana intitulado **N’zassa: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva** foi traduzido por Digmar Jimenez Agreda e Aurora Sambrano. O texto explica que a abordagem *n’zassa* busca reforçar tanto a visibilidade do tradutor como construir uma relação de confiança com os (trans)leitores.

Em Marrocos, recebemos a tradução da Doutora Nadia Tadlaoui. Trata-se de uma tradução da obra **a mulher R’batia** uma obra interessante para a cultura marroquina e africana. A Mulher R’batia é uma escola da vida, mãe de muitas gerações, que se adequa com as palavras do poeta egípcio Hafed Ibrahim (1872-1932).

Na **Seção VI**, sobre a submissão de vídeo com comunicação em Línguas de sinais que versem sobre povos indígenas, povos afrobrasileiros, povos africanos e o povo de Timor Leste, temos a grata satisfação de apresentar o vídeo de Gladis Achieng com o tema: **“Língua gestual queniana: uma introdução”**. No vídeo apresentado em língua queniana de sinais, Achieng expõe a questão da surdez no Quênia e as limitadas condições de acesso à comunicação, informação e educação bem como a luta pela inclusão de pessoas com deficiência a partir e através da língua queniana de sinais.

Considerações em processo

Esperamos que o resultado deste dossiê, com a riqueza de elementos que trouxe, tenha contribuído com muitas discussões por meio de uma gama de materiais resultantes de estudos e pesquisas de pessoas das mais diversas regiões do mundo, especialmente das Américas e da África. Os temas trataram dos povos indígenas, dos povos afro-brasileiros, dos povos africanos e do povo de Timor-Leste. Por fim, o dossiê busca atingir o agradável propósito de dialogar, provocar, indagar e até definir cenas da vida cultural humana na contemporaneidade.

Para citar este texto (ABNT): PAULINO, Itamar Rodrigues; NYAMBURA, Salome; JUNIOR, Augusto da Silva. Cenas das vidas culturais indígena, afro-brasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.10-17, jan./jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Paulino, Itamar Rodrigues; Nyambura, Salome; Junior, Augusto da Silva. (Jan./jun.2023). Cenas das vidas culturais indígena, afro-brasileira, africana e timorense em tempos contemporâneos. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 10-17.



Scenes of indigenous, afro-brazilian, african and timorian cultural lives in contemporary times

PhD. Prof. **Itamar Rodrigues Paulino (UFOPA)** *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5058-8998>

PhD. Prof. **Salome Nyambura (Kenyatta University)** **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0271-9217>

PhD. Prof. **Augusto da Silva Junior (UnB)** ***

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6780-9731>

Abstract: This special issue brings together articles that present to society elements that compose scenes of indigenous, Afro-Brazilian, African and Timorese cultural lives in contemporary times. The issue is made up of joint texts that bring together a range of themes that allow for a frankly transdisciplinary dialogue on the contemporaneity of peoples of indigenous, Afro-Brazilian, African and Timorese roots. It points to diverse and revealing scenarios in which these peoples deal with most challenges and advances in social, economic, cultural, environmental and educational development. This issue has brought together 24 articles with approaches, trends and methodologies, in addition to historical, epistemological, aesthetic and hermeneutical points, and diverse contexts to discuss the most varied sets of elements that make up the space in Brazil, Africa and East Timor where human beings live, with their identity and memory. The texts articulate academic themes such as literature, philosophy, culture, linguistics, sociology, law; and present practical scenarios that update topics such as human development processes, teacher training, decolonization processes, sexual violence against children, studies of black festive organizations in the Amazon region, basic sanitation in African countries, among others, placing them on the global agenda of contemporary research processes and paths. The articles and poems also articulate contexts and narratives, institutional arrangements and state capacities, practices and strategies associated with the development of human societies and the redefinitions of their behaviour in relation to the environment, food security, climate change, democracy, citizenship, exposing urgent issues such as prejudice, discrimination and intolerance in the face of sociocultural differences; in addition to promoting rethinking about the relationship between diversity and inequality that persist in existing among peoples.

Keywords: Contemporaneity. Cultural diversity. Human development.

* A PhD in Literary Theory (University of Brasília - UnB), he is a professor and researcher at the Federal University of Western Pará (UFOPA), member of the Post-Graduate Program in Society, Environment and Quality of Life (PPGSAQ), member of the Research Programme in Culture, Identity and Memory in the Amazon Region (PROEXT-CIMA/CFI), UFOPA. E-mail: itasophos@gmail.com

** A PhD in Sociology of Education (Kenyatta University-KU), she is a professor and researcher at Kenyatta University, Kenya, in the School of Education, Department of Educational Foundations, member of the School board of Post-graduate, exam-coordinator, Growing Leaders Program at Kenyatta University. E-mail: nyambura.salome@ku.ac.ke

*** A PhD in Comparative Literature (Fluminense Federal University-UFF), he is a professor at the University of Brasília (UnB), and researcher at the Transdisciplinary Laboratory of Performance Studies – TRANSE (UnB). E-mail: augustorodriguesdr@gmail.com

Apresentation

It is with great satisfaction that we are publishing the dossier **Scenes of Indigenous, Afro-Brazilian, African and Timorese cultural lives in contemporary times**, whose edition brings together articles with the most diverse themes to present to society elements that compose the scenes of the cultural lives of peoples from the Americas, African Peoples and Asian Peoples in contemporary times. This issue of **Revista Njinga & Sepé** consolidates its social and academic function, promoting interlocutions of transdisciplinary research on the cultural lives of different peoples. The texts are composed of elements that make possible the approximations of different fields of knowledge such as Politics, Sociology, Education, Environment, Linguistics, Literature, Sanitation, Health and Culture, exposing updated debates on the development of the diverse peoples of the Americas, Africa and from Asia. The dossier offers to readers a diverse set of articles, which bring together researchers from different countries and cultures interested in analyzing the theme from a cultural perspective.

In contemporary times, life has become increasingly complex. The cultural scenes of peoples living in the Americas, Africa and Asia have reflected quite conflicting socio-political struggles and reconfigurations. People are rebuilding their ethnocultural autonomies, their perceptions of gender, sexual orientation, and the value of religious freedom through these actions. They are also redefining their behaviour in relation to the environment, food security, climate change, democracy, citizenship, exposing urgent issues such as prejudice, discrimination and intolerance in the face of sociocultural differences; in addition to promoting rethinking about the relationship between diversity and inequality that persist in existing among peoples.

In this sense, it is relevant to deepen the debate on current global historical processes weaving (re)compositions of scenes of contemporary cultural life. These aspects are laden with meanings and sensitivities, and give rise to interdisciplinary perspectives and enable researchers from different areas of knowledge and from diverse ethnocultural and social backgrounds, to dialogue about scenes of American, specially South American, African and Timorese cultural life in times contemporaries.

The present "Special Dossier 2022" intends to provide a framework of approaches, trends and methodologies, besides historical, epistemological, aesthetic, hermeneutic articulations and related areas, which allows the composition of a transdisciplinary

Itamar R. Paulino, Salome Nyambura, Augusto da S. Junior, Scenes of indigenous, afro-brazilian scenario and helps the reader to apprehend the contemporary universe of the peoples of Americas, Africa and Asia. For that, several articles submitted blindly were evaluated.

In this sense, **24 articles** were approved on the most varied topics of knowledge for **Section I**. We organized the articles in the dossier based on three axes that dialogue with each other. It allows the reader an integrative reading and knowledge connections. In the first axis, articles are presented in the areas of Art, Festivities and Revelries, Literature, Poetics, Linguistics and Semiotics. In the second axis, we have the management of education and training of people. In the third axis, we present society, citizenship and development.

We have the article “**Black scenes the ancestral resonance in the scene and in the staged**” in the first axis in which Carlindo Fausto Antonio presents the use of the black-African cultural system and the diaspora as an African philosophical category centred on ancestry. The author argues that the ancestral system is a mode of cultural production and, above all, of existence as it is combined with the millennial, sophisticated and complex ontological mesh,

In the article written by Edna Maria de Oliveira Ferreira and César Costa Vitorino, entitled “**Revisiting a Quilombo community in Piemonte Norte do Itapicuru: how many is the black pearl of Senhor do Bonfim (BA)?**”, the theme refers to the Afro-descendant communities that are known for their struggles and resistance against deliberate muzzling, in a strongly Eurocentric Brazil. The article presents itself as a space for dialogue with the leaders of the Quilombo community in Piemonte Norte do Itapicuru, proposing public policies against racism and based on the achievement of a truly proud “Black Pearl”.

We also have in this axis the article “**Brazilian Afro-Amazon Festive Scenario: the Revelry of São Benedito in the Silêncio Quilombo Community in Óbidos-Pará**”, by Itamar Rodrigues Paulino and Elian Karine Serrão da Silva, which register a cultural, ritualistic and religious performance that takes place in the Remanescent of Slaved Community [Quilombo] Silêncio, in the city of Óbidos, in the Brazilian state of Pará. The article is an epistemological journey through the narratives of community members about their history in the Amazon, focusing on the Folia de São Benedito, an identity manifestation and memorial of African people in their diaspora in the Lower Amazon region, since the 18th century.

To expand the black theme, Bonete Júlio João Chaha presents “**Clash of civilizations: Confrontation Tradition vs Modernity in Amar sobre um bed de**

Itamar R. Paulino, Salome Nyambura, Augusto da S. Junior, Scenes of indigenous, afro-brazilian **prejudice, by Isabel Ferrão**”, an analysis of the confrontation between tradition and modernity in the literary work 'Love on a bed of prejudice', by Mozambican writer Isabel Ferrão. Chaha looks at the article as a “means” to get to know the world and to serve to build or confirm the history of a people, through different narratives.

We also present in the course of the first axis the **“Reflection on the impact of the poetry of Agostinho Neto: We have to go back and say goodbye to the start time in the construction of an Independent Angola”**, by Eduardo David Ndombele and Lucrécia José dos Santos Paca. The authors propose an elaborate and consistent study on the role of Agostinho Neto's poetry in the fight against colonialism for the construction of an independent Angola, and consequently, of other African countries colonized by the Portuguese people.

Out of the theme of the previous article, the Portuguese question, Elizabeth Mariana Alfredo Capathia Nahia and José Luis Dias composed the article entitled **“Policy of Dissemination and Internationalization of the Portuguese Language – The Case of Mozambique”**, whose objective is to discuss the universalization of the Portuguese language based on a consistent policy of strengthening Portuguese-speaking countries in international organizations. In this case, the article points to the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) as a key institution for the purpose of promoting the language. It also centres the debate around the importance of Mozambique in the context of the appreciation of the Portuguese language. Mozambique is a multilingual nation that has in the Portuguese language the national link of identity and culture.

In the sense of discussing the Portuguese language, Bonete Júlio João Chaha proposes a discussion on the **“Use of *perca* and *perda* by Portuguese speakers in Mozambique”**, with the aim of understanding the reasons for the use of *perca* in detriment of *perda*, analyzing the conditions of paronyms which are similar in spelling and different in meaning, and maybe it is the reason the speakers find it difficult to distinguish them from one another. The article is the result of research with 9th grade academic level students at the Private School Bons Sonhos, in the city of Beira, Mozambique.

We also present **“Khoisan of Angola: Description and comparative analysis of the vocabulary of the variants (languages) !Khun (Khoisan) of the province of Cunene”**, by José Evaristo Kondja, yet covering the first axis. In this article, the author describes and comparatively analyses the vocabulary of the variants (languages) !Khun (Khoisan), based on the consultation of a group of twelve children and adults, speakers of !Khun, in the province of Cunene (Angola), language of Khoisan family, known for

Itamar R. Paulino, Salome Nyambura, Augusto da S. Junior, Scenes of indigenous, afro-brazilian integrating into their phonological systems (consonants) clicks, such as [ʘ], bilabial; [!] , dental; [ɰ], (post)-alveolar; [ɕ], palato-alveolar; and [l̥], lateral-alveolar. The research took place through a second language spoken by those involved in the research, called Oshikwanyama, belonging to the Bantu neighbors.

We also present **“The influence of the English language on communication and the construction of a Mozambican variety of Portuguese”**, by Maria Helena Carlos Felaune. She took reference from and through words in the English language, in order to understand how semantic and formal neologisms found on advertising posters in the city of Matola, in Mozambique, contribute to the construction of the linguistic variety of Portuguese in this African country.

Another article included in the first axis of the dossier is **“Citshwa variation: comparative analysis of Cihlengwe and Cimhandla”**, by Lucerio Gundane. The author presents a study of linguistic and extra linguistic factors that contribute to linguistic variation and/or change in Citshwa. The study is based on Labov's variationist sociolinguistics and analyses the variations of Citshwa, focusing on Cihlengwe, spoken in the Massinga district, and Cimhandla, spoken in the Vilankulo district of Inhambane, in the southern region of Mozambique, and takes into account a phonetic-phonological, lexical and discursive analysis of the Citshwa Variation.

Yet in the first axis, we present **“Bissau in translation, mishaps and challenges of an ongoing research”**, by André Luiz Ramalho Aguiar. The author of this article investigates the effects caused by translation practices in multilingual, multicultural, multi-ethnic and multi-religious contexts. The article is result of months of research developed in Bissau, capital of Guinea-Bissau, located in West Africa.

The second axis of this Dossier deals with the management of people's education and training. The first article in this axis is entitled **“The role of pedagogical supervision in promoting the performance of higher education trainee students in integrated schools: the case of Escola Secundária X in the City of Montepuez”**, written by Tito Paulo da Costa Leveque and Paulino Albino Machava. The article discusses the role of pedagogical supervision in promoting the performance of higher education trainee students in integrated schools in the City of Montepuez, based on important aspects such as the training curriculum, supervision practice, and the results of the internship in the training of trainees in integrated schools.

In this line of thought and research, José Greia and João Flávio Amisse Uagire authored the article **“The role of Pedagogical Supervision in the development of the**

Itamar R. Paulino, Salome Nyambura, Augusto da S. Junior, Scenes of indigenous, afro-brazilian **pedagogical practices of teachers in higher education in Mozambique: A case study at YX University in the City of Nampula**”, whose focus was centred on the analysis of how pedagogical supervision contributes to the development of teachers' pedagogical practices in higher education, especially in this research-focused university. The article finds that the supervisors at this university come from leadership and trust and other forms, sometimes lacking training to exercise the activity of pedagogical supervision.

We also have in the second axis the article **“Pedagogical Supervision as a tool for professional development: a case study of the Primary School of the 1st and 2nd Grade of Bengo – Chimoio”**, by Amosse Jorge Gelo, José Luis Dias and David José Sebastião Matandire. The authors propose to analyse the impact of pedagogical supervision on professional development, based on a case study concentrated in the Primary School of the 1st and 2nd Grade of Bengo, in Chimoio [Mozambique], carried out in the year 2020.

Another important article is **“Facing sexual violence against Brazilian children and adolescents: reflections on the importance of school participation in the coping network”**, by Nayara Chaves de Lima and Genylton Odilon Rêgo da Rocha. The authors debate the phenomenon of sexual violence against children and adolescents, highlighting the need to promote the consciousness of this form of violence against thousands of children and adolescents to Brazilian state and society. The article presents the impacts that it has on the development of child and adolescent victims, and how the school needs to promote the awareness of sexual violence against children and adolescents, through preventive practices and adequate referral to competent bodies and institutions that integrate the protection network for children and adolescents in Brazil.

We also present the article **“The contribution of the Institute of Professional Training and Labor Studies Alberto Cassimo (IFPELAC) in the creation of self-employment for the development of the District of Lichinga (2015-2018)”**, by Paulo Gervásio Matapa and Joaquim Miranda Maloa. The authors analyse the contribution of the Institute of Professional Training and Labor Studies Alberto Cassimo (IFPELAC) in the Creation of Self-employment for the Development of the District of Lichinga, between the years 2015 and 2018, suggesting the need and urgency of self-employment in the current context of economic crisis through which Mozambique is going through.

That article is joined by another of fundamental importance, entitled **“Practice Pedagogical an important tool for teacher training in Angola”**. In this article, the authors Francisco Sérgio Manuel Mabilia and Nelson Miguel Chimbili describe their

Itamar R. Paulino, Salome Nyambura, Augusto da S. Junior, Scenes of indigenous, afro-brazilian observational studies around the activities developed in the pedagogical practice chair for the training of Portuguese Language teachers, taught in the Portuguese Language Teaching course of EPD 1 of ULAN 2, in Angola.

The last article in the second axis was written by Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia and Cristine G. Severo. **“Umbundu in the educational sphere of the province of Benguela (Angola)”**, is the result of a scientific initiation research project, which deals with the ethnic-linguistic appreciation of the national language Umbundu in Angola. The article evaluates the teaching-learning process of this Angolan mother tongue as a first language (L1), in relation to Portuguese as a second language (L2), in southern Angola, in the province of Benguela.

In the third axis of the dossier there is a range of themes related to society, citizenship and development. The first article, **“Implementation of investment projects and collateral established by banks in financing start-ups. Case Banco Nacional de Investimento, 2015-2020”**, by Inácio Ernesto Minzo and Verônica Sibinde Mpanda, is an analyses of the implementation of investment projects through guarantees established by the National Investment Bank in granting financing to startups in Mozambique, and the challenges in implementing these investment projects by eliminating side effects that minimize credit risks.

Another article of equal importance in the development scenario of African countries is that of António Rodrigues Junior and Joaquim Miranda Maloa, entitled **“The Role of the Municipality of Lichinga in the Management of Urban Solid Waste: (Case of the Neighbourhoods of Sanjala and Namacula between 2013 and 2021)”**. The authors propose to understand the role of the Mozambican municipality in the process of solid waste collection and treatment in the neighbourhoods of Sanjala and Namacula, analysing the perceptions of municipal officials and residents about the quality of solid waste collection services.

Paulo Petronilio discusses on this topic of social development and encouraging citizenship in his article **“The garbage will talk, and it's cool': Lélia Gonzalez, the creator of black feminism”**. He intends to think the philosopher, black feminist and activist Lélia Gonzalez, well-known as the “trouble maker” of the black movement and black feminism in Brazil due to her tensioning the hegemonic philosophy and putting it in check by questioning the hetero cis patriarchal discourse that rose under the sign of colonialism. Lélia proposes a discursive battle to subvert language, daring to bring an Afro-

Itamar R. Paulino, Salome Nyambura, Augusto da S. Junior, Scenes of indigenous, afro-brazilian Latin American feminism, decolonizing language and thought, and giving birth, even unconsciously, to a new decolonial turn.

Another very thought-provoking article is entitled **“A philosophical and sociocultural look at some cultural aspects of the Bantu people”**. The article written by Moisés Fernando Manuel presents some basic aspects of Bantu life in order to understand the cultural particularities of this people. The author analyses Bantu morals and their crisis, considering the long process of adaptations, but maintaining their origins and indicating their condition of resilience.

This discussion of cultural particularities of African peoples is accompanied by the article **“The perceptions of legal operators on access to the courts by rural women: the case of Malulo, District of Sanga”**, by Isaura João Francisco Álvaro Lopes and Joaquim Miranda Maloa. The article presents an investigative result on the perceptions of Law operators (Judge, Prosecutor and Official Defenders) about access to the courts by rural women in Malulo, in the District of Sanga, in Mozambique. The article exposes low schooling; misinformation; poverty, cultural factors, among other aspects, as a reason for limiting this access to the courts by rural women.

The last article of the third axis exposes the issue of citizenship, and it is entitled **“The social transformation of urban space and crime in Maputo City: a look at the Magoanine C neighborhood”**. It is written by Francisco Bernardo Bilério and Ramos Cardoso Muanamoha. It addresses the social transformation of space and crime in Maputo City, taking the neighbourhood of Magoanine “C” as a space of analysis, highlighting the social transformation of space in the neighbourhood of Magoanine “C” and constitutes the continuation of changes in Maputo City which is characterized by poor land use and social inequalities.

In **Section II** of the dossier, reserved for interviews, book reviews and translations. The section begins with an interview with retired teacher Mwalimu Gatheca, from a small rural community in Njumbi, located in central Kenya. He is a respected elder in his community and, although retired, is still in full swing. The interview is conducted by Doctor and Professor Nyambura Salome, and is entitled **“Teachers as transforming agents: an interview with retired teacher Mwalimu Gatheca from Vila de Njumbi, Murang'a district. Kenya”**. Then, a review by the Mozambican author Mia Couto is presented, whose book title is “Women in Ashes: The Emperor’s Sands: A Mozambican Trilogy”, published in São Paulo, by the publisher “Companhia das Letras” in 2015.

In **Section III**, dedicated to Poems and Lyrics of popular songs, the dossier is awarded with the following poems: “**Deadlist weapon**”, by the Kenyan Oyamo Richard, “**Levante de Esperança on a 01 de Maio**” by the winner of the Literary Contest of the Portuguese Literature-Language course at the Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus dos Malês, student Kinda Rodrigues, “**The rains have stopped!**”, by writer and doctor Nyambura Salome, “**Hino das mudanças**” by Aniela Fabriciana Ribeiro da Silva, winner of the Literary Contest of the Literature-Portuguese Language course at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusofonia, Campus dos Malês, “**Singita Ra nguva**” by Mozambican Pastor Marcos Macamo.

In **Section IV**, dedicated to reports of experiences, photos, recipes for traditional foods, rites and festivities, he presents us with the **Translation of an article of the Brazilian Federal Constitution into the Maxakali indigenous language: limitations and challenges of the translation process into an indigenous language**. The translation is authored by Carlo Sandro Campos and Pedro Rocha and aims to understand the complexity of the translation that imposes cultural and lexical challenges. The text by Yéo N'gana entitled **N'zassa: from a collaborative translation approach to a collective construction** was translated by Digmar Jimenez Agreda and Aurora Sambrano. The text explains that the n'zassa approach seeks to reinforce both the translator's visibility and build a relationship of trust with (trans)readers.

In Morocco, we received a translation by Doctor Nadia Tadlaoui. It is a translation of the book **the woman R'batia**, an interesting work for Moroccan and African culture. The R'batia Woman is a school of life, mother of many generations, which fits with the words of the Egyptian poet Hafed Ibrahim (1872-1932).

In **Section VI**, on the submission of a video with communication in Sign Languages that deal with indigenous peoples, Afro-Brazilian peoples, African peoples and the people of East Timor, we are pleased to present the video by Gladis Achieng with the theme: “**Language Kenyan Sign Language: An Introduction**”. In the video presented in Kenyan Sign Language, Achieng exposes the issue of deafness in Kenya and the limited conditions of access to communication, information and education, as well as the struggle for the inclusion of people with disabilities based on and through Kenyan Sign Language.

Considerations in process

We hope that the outcome of this dossier with the richness of elements it has pushed up has contributed with many discussions through a range of materials resulting from studies and research by people from the most diverse regions of the world, especially from the Americas and Africa. The themes dealt with indigenous peoples, Afro-Brazilian peoples, African peoples and the people of East Timor. Finally, the dossier try to achieve the pleasant purpose of dialoguing, provoking, inquiring and even defining scenes of human cultural life in contemporary times.

How to cite this text (ABNT): PAULINO, Itamar Rodrigues; NYAMBURA, Salome; JUNIOR, Augusto da Silva. Scenes of indigenous, afro-brazilian, african and timorian cultural lives in contemporary times. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.18-27, jan./jun. 2023.

How to cite this text (APA): Paulino, Itamar Rodrigues; Nyambura, Salome; Junior, Augusto da Silva. (jan./jun..2023). Scenes of indigenous, afro-brazilian, african and timorian cultural lives in contemporary times. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 18-27.

Negras cenas a ressonância ancestral na cena e no encenado

Carlindo Fausto Antonio*

 <https://orcid.org/0000-0001-8229-6615>

Resumo: O artigo fixa as bases teóricas e práticas, a partir do sistema cultural negro-africano e diaspórico, para construção de um método de formação de atriz. O método não se define e funciona tão-somente a partir de meros exercícios. A formulação exige método ancestral e, por igual importância, o uso do sistema cultural negro-africano e diaspórico como categoria filosófica; o referido sistema é objeto da filosofia da ancestralidade como filosofia africana. *Conjugada com a milenar, sofisticada e complexa malha ontológica, o sistema ancestral é modo de produção cultural e, sobretudo, da existência.* Na filosofia e no modo de produção assim concebidos, a ancestralidade e Exu não antropomorfizados possibilitam o ingresso na cultura negra de ressonância. Na cena e no encenado, como fio ou elo relacional, a ressonância ancestral se atualiza em conformidade sinérgica com a inseparabilidade da atriz do espaço, do cenário e dos objetos. Os cinco pontos seguintes são sintetizadores, na cena e no encenado, da cultura negra de ressonância. O primeiro ponto enfatiza que o espaço ressonante é parte ou extensão da atriz; eles são inseparáveis. No segundo, há a produção da imagem e da ação; a imaginação, que desfaz a fantasia ou a projeção. No terceiro, a ênfase recai na intuição e na inspiração, que são os motores para a ação da atriz. No quarto, a oralidade, via monólogo interior/anterior, é a correia de elos para ativar a Intuição e a inspiração. No quinto, na encruzilhada ou cena, a ação e a (re)ação constituem o corpo, os objetos, a voz, o gesto e tudo que viabiliza a criação e existência, como objeto estético, da personagem.

Palavras-Chave: Teatro; Método; Ancestralidade; Restituição; Ressonância

Black scenes: ancestral resonance in the scene and stage

Abstract: This article establishes the theoretical and practical bases, from the black-African and diasporic cultural system, for the construction of an actress training method. The method cannot be defined and function solely because of mere exercises. The formulation requires ancestral method and, of equal importance, the use of the Black African and diasporic cultural system as a philosophical category; the said system is the object of the philosophy of ancestry as African philosophy. Conjugated with the millennial, sophisticated, and complex ontological fabric, the ancestral system is a mode of cultural production and, above all, of existence. In the philosophy and mode of production thus conceived, ancestry and non-anthropomorphized Exu make it possible to enter the black culture of resonance. On the scene and in the staged, as relational thread or link, ancestral resonance is actualized in synergistic conformity with the inseparability of the actress from the space, the setting, and the objects. The following five points are synthesizers, in the scene and the staged, of the black culture of resonance. The first point emphasizes that the resonant space is part or extension of the actress; they are inseparable. In the second, there is the production of the image and the action; the imagination, which undoes fantasy or projection. In the

* É atualmente professor efetivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - São Francisco do Conde - Bahia. Foi professor efetivo, adjunto, da UFAM Universidade Federal do Amazonas de 2009 a 2013. Atuou no Departamento de Artes Visuais (lotação no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins). Possui graduação em Português e Literatura de Expressão em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1993) e em Pedagogia pela UNINOVE (2010), mestrado em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1997) e doutorado em Teoria Literária e História da Literatura pela Universidade Estadual de Campinas (2005). É escritor e autor, entre outros, dos livros (prosa) Exumos, Vaníssima Senhora, Descalvado e Vinte Anos de Prosa; (poesia) Fala de Pedra e Pedra, Linhagem de Pedra, Outra Pessoa, Elegia de Descalvado e Vinte Anos de Poesia; (teatro) De que valem os portões, Arthur Bispo do Rosário, o Rei, Rutília e Estamira e Patuá de Palavras; (Infantil) No Reino da Carapinha, publica anualmente na coetânea Cadernos Negros.

third, the emphasis is on intuition and inspiration, which are the engines for the actress' action. In the fourth, orality, via interior/anterior monologue, is the link belt to activate Intuition and inspiration. In the fifth, at the crossroads or scene, the action and the (re) action constitute the body, the objects, the voice, the gesture, and everything that enables the creation and existence, as an aesthetic object, of the character.

Keywords: Theater; method; ancestry; restitution; resonance.

Introdução

Epigrafia do tempo e do sem-tempo

*O tempo era a boca.
A boca a voz eterna.
O eterno a boca-útero.
O útero a caverna; barro,
sem tempo, Eva do amavisse
sexo adâmico; aquela voz
vaníssima, vida e morte*

*sem-tempo, que ressoa
eternamente nas bocas
de saliva e urina que ressoam
ancestralmente **aquém e além**
das bocas, que **exumem** o limbo,
pedra do tempo e do sem-tempo.*

(Antonio, inédito, 2020)

O objetivo primeiro desse texto é apresentar as sistematizações iniciais para um método para a formação da atriz e do ator. O método, que será detalhado no transcórper do artigo, será formulado a partir do sistema cultural negro-brasileiro, que é uma instância social e terá as devidas explicações no desenvolvimento do trabalho. Aqui, na introdução, farei considerações relativas ao papel de um dramaturgo no que concerne à produção de um método de formação de atriz e ator, que tradicionalmente é fruto da elaboração de diretores (as) e/ou de encenadores (as). Pode um dramaturgo se ocupar desse trabalho? Quem escreve a cena, os personagens e a história poderá formular um método para a atuação da atriz, do ator e da direção? A resposta à indagação acima visa situar meu lugar como sistematizador de um método e, ao mesmo tempo, revelar a pertinência da incursão de um dramaturgo no debate e na formulação de um caminho no palco, na rua, no terreiro e na atuação em geral para atriz, ator e direção¹.

¹ A partir desse momento escreverei “atriz” ou “quem encena” para dizer “atriz, ator e direção”.

A preparação da atriz pressupõe uma anterior ou concomitante formação da direção. Um sistema metodológico para a cena ou para quem encena não se localiza isoladamente nas atuações, o sistema teatral; um todo é chamado e aclamado para o ápice da atuação de quem encena e de tudo que houver na cena. Há, no método de formação da atriz referenciado na cultura negra de ressonância, a ordem encruzilhada; cadeia e elos de trocas entre o mundo ancestral e o secular, e a recuperação sistêmica do todo teatral. Quem escreve, tal como ocorre com quem atua e dirige, numa relação técnica e inventiva com o complexo filosófico derivado do sistema cultural negro-brasileiro, pode formular um sistema de formação da atriz. Assim posta as responsabilidades integradas, um dramaturgo está apto também para formular, a partir do texto-contexto ou cadeia de elos entre a dramaturgia e o teatro em si, métodos para a formação de quem encena e atua? Dramaturgos devem conceber a cena, o cenário, a história, o enredo, o ponto de vista, os conflitos e a recepção. Sem dúvida, eles lidam com o todo teatral.

A base orientadora do método de formação aqui delineado tem, por pressuposto, que o trabalho de criação de texto dramático exige uma visão profunda e completa do sistema teatral; agência e localização que possibilitam, no texto e na encenação, teorias e concepções na elaboração textual em si e na formação da atriz. Outro ponto nuclear para a intervenção ou ação, além do texto em si, é a relação do dramaturgo, como proto-diretor, com o sistema cultural negro-brasileiro. É preciso relevar, nos exercícios e na concepção cênica, os princípios ancestrais estruturantes desse sistema. À guisa de uma introdução, estamos nos referindo, entre outros princípios, à ancestralidade, encruzilhada, Exu, restituição, expansão, circularidade e oralidade.

1.0 conceito de cultura negra de ressonância

Após situar o papel do dramaturgo na síntese de um esboço metodológico para a formação da atriz, mobilizo, para a produção de um esboço compreensivo, textos alusivos à cultura negra de ressonância. Antes das referências explicitamente ancoradas na produção teatral, o romance *Exumos* (ANTONIO, 2006) permitiu uma apropriação dos conteúdos e dos fundamentos da ancestralidade. A pesquisadora Nelly Novaes Coelho (2006, p.7), referiu-se assim ao significado do romance *Exumos*: “A palavra em busca do absoluto inaugural do ser”. No mesmo texto, a pesquisadora põe em destaque a natureza polissêmica do romance e o seu alcance cubista e/ou encruzilhado:

Já pelo título, *Exumos* lança uma armadilha ao leitor: semanticamente ligado a “resíduos” ou “detritos” da morte, à deterioração de um corpo morto, os “exumos” aqui agonicamente interrogados pelo eu – que – fala pulsam num limiar: o de uma “morte” que permanece como “forma de vida. (Idem).

A questão central, revista pela análise da professora Nelly Novaes Coelho (2006; 2013), deriva para o entendimento de uma força energética gerada pela vida e pela morte. A compreensão pressupõe, na base encetada pela “palavra em busca do absoluto inaugural do ser” (COELHO, 2006, p. 07), um processo contínuo que, dinamizado por uma força ou motor, revela a vida e a morte como partes inseparáveis da existência. O texto na sequência é bem representativo dessas reflexões ressonantes e exúscas: “Estou procurando aquilo que possa equivaler à morte. Uma grande paixão” (ANTONIO, 2006, p.7; COELHO, 2013, p. 259). A partir do nexos paradoxal enunciado pela sentença introdutória do romance, assim se refere a professora e pesquisadora a respeito dos polos, vida ou paixão e morte, entendidos como equivalentes:

Nessa afirmação aparentemente paradoxal (“paixão” como equivalente à morte”) que abre o romance, temos um índice de sua problemática – nutriz: a intuição de que a Arte (o ato criador) é a “fresta” por onde o homem pode entrar, para se aproximar do enigma da Vida e da Morte e, conseqüentemente, se autodescobrir como parte desse enigma, então, vislumbrar o sentido último da humana aventura terrestre. Claro está que o leitor não chega a essa “leitura” (que, afinal, não é a única...) de imediato. Ele precisa antes de tudo ser um leitor atento, - acompanhar o eu – que – fala, perdido no “labirinto de palavras” e ir colocando marcas no caminho. Marcas que lhe permitam voltar ao início e refazer a caminhada, se detendo em um ou outro fragmento para, afinal, ir juntando as peças do puzzle que o autor lhe propõe: um obstinado e incansável interrogar sobre o destino do homem, ou mais concretamente, sobre as obscuras/luminosas relações existentes entre a Arte, o homem, Deus e a Natureza. (NOVAES apud ANTONIO, 2006, p. 09).

O primeiro artigo, diretamente dirigido ao espaço cênico, a propósito da cultura negra de ressonância no meu teatro, foi apresentado no COPENE de 2014, em Belém, Pará. A publicação ocorreu em livro, no Ceará, anos mais tarde (ANTONIO, 2017a). Respeitando a dinâmica da minha produção teatral, o texto, renovado e incluindo os registros e análise das peças produzidas posteriormente ao evento de 2014, figura na abertura do livro “Arthur Bispo do Rosário, o Rei e outras peças de Teatro negro-brasileiro” (ANTONIO, 2020).

O artigo (ANTONIO, 2017a; 2017b; 2017c; 2019b; 2019c, 2020), de modo didático e recolhendo exemplos da minha produção teatral, fala da ressonância no texto

dramático. Num inventário ou na busca da história da construção do conceito de ressonância, o texto é uma referência e permite uma retomada retrospectiva e, na mesma margem, prospectiva, que pode revelar etapas textuais e o princípio de elaboração voltado precisamente para a formação da atriz, ator e direção:

No meu teatro (De que Valem os Portões, 1992, Arthur Bispo do Rosário, o Rei, 1995, Rutília e Estamira, 2010, Patuá de Palavras, 2012 e Assomada, 2016) alguns procedimentos são recorrentes: há, primeiro, a ação da cultura negro-africana sobre o texto ou mais ainda de uma cosmogonia dessa matriz agindo na sua estrutura profunda e no trânsito-construção dos personagens. Nas peças, a cultura negra de projeção, o uso de nomes ou a referência à manifestação em si, exatamente como ela acontece na rua ou no espaço-terreiro, dá lugar à cultura negra de ressonância; o que equivale a dizer que ela se institui como uma cosmovisão e tem implicações mais profundas na concepção do escrito e transfigura o representado, o exercício cênico final (ANTONIO, 2020, p. 09).

A sistematização retrospectiva, dinamizada pelo pêndulo prospectivo, a cultura negra de projeção e ressonância no meu teatro, produção seminal e transitiva e/ou em aberto das reflexões teóricas e metodológicas da pesquisa, de modo sintético, explicam a ontologia do método, ou melhor, a ontologia do conceito de ressonância e de cultura negra de ressonância. A base fundante da cultura negra de ressonância pede, ou exige, sua compreensão como sistema no qual o todo revela as partes e tudo integrado; processo que inclui o mundo secular e o mundo transcendente; o ancestral, numa sintonia e sinergia comum, comungada, restituída e/ou equilibrada. O outro ponto nodal pode ser enunciado assim: “O sistema cultural negro-africano como categoria filosófica, eis o lugar da ressonância” (ANTONIO, 2020, p. 07). Em termos mais precisos, a cultura negra de ressonância, sempre um sistema, pressupõe a existência de três motores exúsicos; a política ou modo de produção da existência, a filosofia e os sistemas técnicos e culturais socioespacializados.

Outro texto alusivo à discussão intitula-se “Negras práticas pedagógicas e epistêmicas: a centralidade da auto-expressão negra nas artes cênicas”, inicialmente uma palestra proferida na UFBA para contribuir com a construção do projeto pedagógico do curso de artes cênicas, posteriormente publicado na Revista *Capoeira* da UNILAB (ANTONIO, 2017b). O texto recupera pontos nucleares do método e negrita, o que é indispensável para o constructo conceitual de ressonância e notadamente para o seu uso na cena, a restituição como peça central para o entendimento e o funcionamento do

dinâmico, complexo, milenar e sofisticado sistema cultural negro-africano e diaspórico. Considerando a natureza da ordem ancestral e seus motores, temos que:

A produção de significados, a produção da existência e a produção política. A produção de significados é outro dado indispensável; especialmente aqueles que revelam um modo de produção de bens materiais, imateriais e políticos. Os sistemas culturais negro-africanos são meios para produzir a transformação; isto ocorre não tão somente do ponto de vista do trabalho como meio de produção, o são também no delineamento do modo de produção da política, do arranjo social (ANTONIO, 2017b, p. 40).

A ancestralidade permeia tudo; o mundo secular e o mundo extrafísico formam uma correia ou cadeia entrelaçada, encruzilhada, de relação e de intercâmbio de energias equilibrantes e/ou dinamizadoras. Antônio (2017b, p.40) afirma que “o **sacrifício**, princípio dinâmico da restituição e continuidade da vida-energia, explica simbólica e concretamente o devir filosófico e político”. Sodré, numa argumentação preñe de significados ressonantes, sustenta que:

Na cultura nagô, o sacrifício é uma operação imprescindível: a oferenda (ebó), transportado por Exu, dinamiza a relação entre vivos e ancestrais ou princípios cósmicos (os orixás), reequilibrando ou reparando o círculo coletivo das trocas e, assim, permitindo a expansão do grupo. O sacrifício implica no extermínio simbólico da acumulação e num movimento de redistribuição (princípio, portanto, visceralmente antitético ao do capital). No período clássico da acumulação do capital no ocidente, homem íntegro era o que se integrava na ética de produção e de acumulação. Para melhor caracterizar a oposição nagô, se poderia dizer que nagô íntegro é o que restitui, o que devolve. O que simbolicamente não deixa resto (SODRÉ, 1988, p.128).

Sendo assim, os sistemas culturais negro-africanos são conjuntos organizados para produzir condições filosóficas e materiais; notadamente eles orientam o modo de produção, isto é, a política. A propósito, Milton Santos (1988, p.10) nos ensina que “cada coisa é um modo de produção e os modos de produção se realizam por intermédio das técnicas, cujo número é grande: técnicas produtivas, técnicas sócias, técnicas políticas, etc.”. Ao fixar-se no objeto da filosofia da ancestralidade, cujo contorno deve orientar, o método de formação modelado pela ressonância precisa extrair a carga simbólica, sobretudo um modo de produção da existência que ali se oculta. Desse modo, a cultura se faz conhecimento e ultrapassa a dimensão projetiva de que também se pode usufruir; conquanto não se limite ou impeça a carga de ressonância que revela o sistema cultural negro-africano como meio de produção da existência e modo de produção política, “Os

projetos estético, social, filosófico e político não se desprendem do corpo cultural, que se projeta para uma forma particular de relação com os bens materiais e imateriais”. (ANTONIO, 2017b, p. 40).

2.Resultados teóricos encruzilhados com práticas - Preâmbulo indispensável e orientador.

O método, alicerçado na cultura negra de ressonância, não é uma coleção ou série de exercícios. É necessário negritar que exercícios são projeções, isto é, dimensão que recolhe apenas a estrutura de superfície do sistema cultural negro-brasileiro. Em concordância com a ressonância ancestral e na contramão da projeção, o método exige domínio filosófico e político do sistema cultural negro brasileiro, africano e diaspórico. Paralelo explicativo ocorre com a capoeira ou o jogo de capoeira, totalidade ressonante na qual o todo é a manifestação e a parte, de modo isolado, não revela a complexidade circulatória, restitutiva, expandida do corpo, da voz, do gesto, da filosofia, da política, da técnica, da ciência, da cosmogonia e de toda a complexidade secular e ancestral mostrada ou imaginada na roda e na dinâmica do jogo ou vida. Desse modo, o que denominamos de exercícios são, na encruzilhada e com a encruzilhada, filosofia, política. Ciência, técnicas e todas as possibilidades restitutivas e/ou equilibrantes. A propósito, são energias humanas e do cosmo em jogo / ação.

2.1.Método(s) e o contínuo da ressonância na cena

Método, *grosso modo*, é um caminho, um arranjo para permitir a produção teórica, política, filosófica, teatral e de qualquer ordem de pesquisa e estudo. Os caminhos e os arranjos dizem que há métodos. A pluralidade de estudos, pesquisas e campos disciplinares e curriculares impõem o plural; há, sempre transitivamente, métodos. A singularização, “método de formação de atriz e ator referenciado na cultura negra de ressonância”, é uma exigência, em cuja arquitetura corporal-espacial estará confiada a relação; numa forma de unicidade, do espaço com limites da cena, cujo centro, na espacialidade da encenação, são os atores, atrizes e a cena como totalidade. Temos, desse modo, a cena entendida como espaço, isto é, lugar, atuação, recepção, textos, dramaturgias, oralidades, teatralidades, silêncios e tudo que houver.

A inseparabilidade de pessoa e espaço possibilita a correia de laços que, numa ressonância, institui, num só corpo, a cena; o espaço com limites, numa simbiose com o

espaço sem limites. Em termos relativos, os valores e significados do espaço sem limites estarão em cena. O palco ou o espaço cênico, a partir da intuição ancestral, será o lugar de coabitação dessa sinergia ressonante. A intuição ancestral passa pela pessoa, síntese do que realmente (somos) sou; a primeira e fundamental consciência “do eu sou”, centelha ancestral e imortal. E dali; da centelha, que a atriz acessa e se confunde com a ancestral intuição superior, que é energia ou força produtora de tudo. A intuição ancestral é a inspiração ou o estado de criação superior. Por igual herança, necessariamente no trajeto ancestral, recolhemos ou colhemos as relações pluriversais de linhagem ou sangue familiar.

2.2.O espaço cênico

O espaço cênico traz, de modo encruzilhado e em movimento, os sistemas técnicos polissêmicos do teatro e, em sucessivos e contínuos encaixes cubistas, as ações humanas e/ou do mundo secular. Numa primeira aproximação, o método de ressonância ou ressonante busca a rede de elos, trocas, restituições; vasos e cadeias de energias circulantes entre o mundo secular e o ancestral. O palco e a construção da cena serão produzidos na encruzilhada entendida e estendida permanentemente como lugar e conceito. A cena, nas ações das atrizes e do sistema teatral, apresenta o mundo secular e nele; coroado ou ancorado, o ancestral. Emerge assim a encruzilhada do espaço com limites; o aiyê (terra, espaço localizado), com o espaço sem limites; o orum (espaço não localizado), e, na sua base, na cena totalidade em movimento, imagem e ação, suporte e mensagem, os nexos e motores exúsicos.

Exu, à semelhança da encruzilhada, é conceito, mensagem e suporte ou tela de inscrição filosófica e física. É sempre suporte e mensagem; tubo cósmico em si e o que nele circula e/ou articula e desarticula. Exu é um princípio fundante do movimento ou do processo de duração e circulação da e entre a existência-energia da pessoa e a genérica, a ancestral que igualmente é um princípio. Exu, tal como ocorre com o ancestral, princípio fundante das existências individuais, não pode ser antropomorfizado. O ancestral, relevando a base encruzilhada restitutiva; o espaço ressonante exige uma noção renovada, que é própria ou inerente ao processo circulatório, que coloca, no motor e base exúsica, tudo em movimento e mudança permanente ou eternamente.

Sendo assim, o ancestral, por sua natureza, conforme o concebe a tradição negro-africana, é a própria divindade, Deus, Olorum, Tupã, a matéria inicial, a energia duradora

e fundadora de tudo: o Eterno, a eternidade. Os ancestrais antropomorfizados, dos pais, mães, avós, avôs, as famílias próximas de sangue e distantes; as comunidades ampliadas e quaisquer divindades são bases de trânsito para o acesso ao elo ressonante; uma linguagem, no sentido mais profundo. O ancestral comum da humanidade, da nossa humanidade, é a divindade espelhada em um ser-consciência e/ou energia – consciência.

Trata-se de um teatro do sagrado? Sim, sagrado por enveredar pelos caminhos, contatos ou retornos ao esquecido, ao subterrâneo e ao ponto no qual há, na cena e no trabalho de quem encena, a reverberação dessa cadeia restituidora e de ressonância. É sagrado, pois traz para a cena ou encruzilha, na duração cênica, na atuação e na recepção; a coautoria, a totalidade cósmica e nela a secular.

A recepção, a coautoria (ANTONIO, 2019a) integrará e desintegrará a cena. Trata-se da recriação e/ou da autoexpressão compartilhada ou enunciada em múltiplos processos de criação e recriação. De acordo com as especificidades do trabalho da atriz, a coautoria, a nomeada recepção, atua além da estrutura de superfície da cena. Dentro desses (des)limites, a participação coautoral não se limita à cena em si, o que seria apenas uma invasão; redução, ela recria a cena como dimensão do todo. A coautoria refaz a cena entendida como espaço e conjunto integrado, desintegrado e dinâmico dos sistemas teatrais numa relação com as ações cênicas, que sintetizam, numa unicidade, o mundo secular e o ancestral ressonados.

3.Noção de pessoa, o ancestral das existências prévias, presentes e futuras

“Capoeira é manha, mandinga, malícia; tudo aquilo que a boca come!”

(Mestre Pastinha)

A sentença “Capoeira é tudo aquilo que a boca come” (Mestre Pastinha), merece ou vale por um compêndio filosófico e político. Não seria inadequada a associação da capoeira, em conformidade com o significado imediato e profundo do enunciado, com o bem, o bom e o belo, que a boca, metonímia do corpo e metáfora do gênero humano, comeria e, desse modo, conteria, no orifício bucal, no ato de comer, a totalidade ética, estética, política, filosófica e de relação e atração ao sagrado? Aliás, a boca só come aquilo que é bom; o excessivamente salgado ou doce seria rejeitado.

A base física da relação, a despeito da sua complexidade e profundidade, traz para o corpo e para a experimentação o paladar; ato de degustar, a percepção dos valores éticos, políticos e filosóficos. A boca não come aquilo que é ruim. Há, assim, na

manifestação do jogo de capoeira e em sinergia com as palavras de Mestre Pastinha, a produção do alimento físico e espiritual, que teria centralidade na roda, na sociedade e no mundo materializado pelos lugares e pela energia ancestral. O exemplo da centralidade de base filosófica e política presente na capoeira, enunciado por Mestre Pastinha, não é referência isolada.

“Ver com os olhos e lamber com a testa,” dito consagrado pela oralidade e ancestralidade negro-brasileira, serve também como referência filosófica ancestral. Ver com os olhos tem sentido literal; lamber com a testa é, com os recursos corpóreos, meio sinestésico para operar um deslizamento do físico para o abstrato. Podemos dizer que é um deslizamento da energia corporal para a energia da consciência. O ato de lamber, diante de um olhar de cobiça carnal desloca o desejo, num nexo interdito e de interdição, dos olhos para o pensamento. Tudo ou toda fundamentação ética, filosófica e política passa pelo corpo, que indaga e responde numa relação do corpo com a pessoa, que ressoa no corpo, num processo reverso, tudo aquilo que a boca come; isto é, o bem, o bom e o belo e, num pêndulo de ressonância, vibra; pois é, o lamber com a testa, energia, pensamento.

A noção de pessoa, parcialmente esboçada no parágrafo anterior, pode ser entendida como um veículo superior, que não se confunde com o ser manifestado, a personalidade, que é transitória. A personalidade é, pode-se dizer, algo que está; não é. A pessoa é o ser que é, ou seja, porção ou centelha imortal. A “minha” ou a “sua pessoa”, pode-se dizer, agregado de tantas experiências e energias, é a base mais significativa gerada ou soprada pelo nosso ancestral. Nela, na pessoa, estão os milhões de anos de um longo trajeto, que se cristaliza numa mónada e/ou centelha imortal. Na oralidade e cotidiano negro-brasileiro é muito comum a expressão “Minha pessoa cumprimenta vossa pessoa” ou “Eu quero falar com a sua pessoa”. O contínuo da oralidade, da ancestralidade e da Filosofia negro-brasileira concebe uma noção de pessoa.

A pessoa é a base, digamos assim, mais avançada da nossa ancestralidade. Pode-se afirmar que a multiplicidade de experiências ou personalidades estão, como pedaços ou parte da energia ancestral, na referida pessoa, que é a consciência desse agregado de personalidades. Ali reside a parte ou todo que realmente somos. A propósito dessa ancestralidade, como alcançá-la? O primeiro passo é deixar, não é um abandono, o corpo de projeção, a personalidade, e mirar, então, o corpo ressonante, isto é, a pessoa. A noção de pessoa, encruzilhada de tantas vidas, mortes e experiências, possibilita o

ingresso na teia ancestral. Podemos revelar, a senda ancestral, no poema *Oriquissonância* que diz:

*Sua pessoa não sua
Sua pessoa soa
sopro
fogo
eterno
Sua pessoa
sua
pessoa, eterna,
soa
Sua*

*Pessoa sua
morre
Não sua pessoa
Sua pessoa soa
Eternamente
Eterna Mente
Sua
Soa
(ANTONIO, 2019b).*

4.Ontologia da ancestralidade e noções fundadoras do método ressonante

A ressonância transita pela tríade constituída pelo ancestral não antropomorfizado, a pessoa (partícula eterna) e a consciência ressonante são reveladoras do jogo de associações que, longe de uma lógica finalista, se abre como jogo ou oráculo para a formação das atrizes. O jogo é um elemento da formação e as suas associações não podem ser reveladas senão no próprio jogo ou no ato de jogar ou mostrar, de modo cubista e/ou de muitas entradas e saídas, como tudo e todos estão encruzilhados no jogo e com o jogo.

Por sua vez, a relação secular perpassada pelo sagrado exige uma consideração a respeito do seu significado do ponto de vista da ancestralidade. Na constelação sistêmica ancestral, é o caso dos Zulus, povo do sul da África que vive em territórios da África do Sul, Lesoto, Essuatini, Zimbabwe e Moçambique, há inseparabilidade da dimensão política, religiosa, artística, filosófica, científica, civilizatória e outras. O sagrado não é ordem religiosa, o ancestral e o sagrado estão nas coisas e na humanidade. O sagrado está no cotidiano, na unicidade de pessoa e espaço. O cotidiano é dimensão espacial e, no sistema cultural negro-brasileiro, há indissociabilidade de presente, passado e futuro;

um instante engloba toda a dimensão temporal. A eternidade tem uma dimensão que se alonga; a DURAÇÃO ou relação eterna. A relação ancestral atualiza tal realidade. Pessoa e ancestralidade estão no movimento da Lei cósmica, energia eterna e não tão-somente matéria inicial. No processo de interpretação e de integração no palco, terreiro ou na rua, a questão posta diz respeito à teatralidade do sagrado.

Teatro de palavras, do corpo e da voz. Na oralidade há irreducibilidade de voz e corpo. A conjugação ou junção do texto, com outros elementos sistêmicos da encenação, revela outro(s) contínuo(s) ou nexos(s) de unicidade. Textos articulados com valores do sistema cultural negro-brasileiro pedem os pés fincados, assentados no chão; a voz na contramão dos gritos e a construção do personagem na malha da ressonância. O corpo, inseparável do espaço, é um todo: pés, pernas, braços, voz e gestos estabilizados pelos princípios estruturantes da cultura negro-brasileira: memória, circularidade, oralidade, palavra imantada (Axé), etc. Sentimentos passam pela ressonância, isto é, pelo tubo ancestral; via coluna vertebral (cervical). O sentimento não pode ser reduzido ao nexo projetivo da máscara imediata dada pelo rosto/voz.

O sistema cultural, como categoria filosófica ou objeto da filosofia da ancestralidade como filosofia africana, supera a redução da cultura limitada ao universo das manifestações ou da cultura como campo específico, projetivo (dança, canto...). Neste sentido, a ressonância possibilita o ingresso no mundo ancestral. Não há, assim, o mergulho em uma ordem apenas cerebral, mas sim o processo de expansão e de circulação pelo subterrâneo da memória, dos mitos e da cosmogonia negro-africana. Exu emerge como linguagem e igualmente como motor, movimento, avulta assim a nova e renovada expressão ou autoexpressão. Dois pontos são nucleares para a autoexpressão: (a) a encruzilhada e (b) o rigor técnico, político e filosófico.

a) A encruzilhada

A encruzilhada é conceito e lugar. Na pauta interpretativa, ela abre um leque de relações e, no espaço ou lugar, há a relação ou interpenetração do mundo secular pelo cósmico ou, de outro modo, a interpenetração simultânea e contínua da antropogênese pela cosmogênese. Avulta assim a encruzilhada como meio para acessar a cena e/ou espaço cênico, a loucura, o delírio, o conflito, o drama, o sagrado, o mítico. Nela, cruz cubista, se dão encontros ou desencontros entendidos como dínamo, multiplicação e devir.

A encruzilhada é lugar de trânsito da dimensão com limites para e sem limites, que estão contidos na unicidade de pessoa e do espaço. O ritual encruzilha e baliza tudo; existe a relação nuclear do triângulo, o elo ressonado e o quaternário ou quadrado, o corpo. Em “Samba, o dono do corpo” (SODRÉ, 2015), a expressão revela a força ancestral em ação e encruzilhada no plano secular. O samba, dono do corpo, é ressonância; aquém desse lugar há apenas o ato de sambar superficialmente, uma projeção.

Decorre dessa força ancestral, na formação de quem encena, a posição dos pés assentados no chão e a imaginação ressonada para criar a cena ancestralizada, que se institui como cadeia de laços e teias de imagens e ações e não uma simples fantasia ou ilusão. Há a criação de arquétipos e não estereótipos. Existe diálogo nos dois polos, a autoexpressão ressonada, no primeiro momento e, depois, a ressonante; na pessoa e no corpo físico e na personalidade, que institui a atriz e o ator e igualmente a recepção.

b) Rigor técnico, rigor filosófico e político

A propósito do papel e função dessa tríade, é correto dizer que, por exemplo: a circularidade não pode ser reduzida ao círculo; os processos circulares são conceitos, chaves interpretativas e motores exúscos do todo. Os rigores, assim dispostos, revelam os motores do sistema cultural negro-africano e diaspórico ressonante.

Desse ângulo, o corpo no samba é o correspondente da fantasia; algo superficial e com posições gestuais frágeis. Samba, o dono do corpo, revela a imaginação e/ou intuição ancestral ressonada no corpo, tudo é ritualizado e permanentemente atualizado.

5. Como acessar o sagrado? qual a base corpórea? textual?

Voz de ressonância é o caminho? A voz de ressonância pode, como parte, atuar na recuperação da totalidade, mas isoladamente é uma redução. O que movimenta o corpo é o todo vocalizado ou gestualizado. Oralidade negro-africana é voz e corpo num contínuo. Podemos afirmar que a oralidade tem um corpo e o corpo igualmente tem, como traço da pessoa, da pessoa ancestral e do ancestral no sentido maior, uma voz-corpo ressonante. A voz executa ou realiza o trabalho triangular elaborado pela consciência ressonante, via personalidade ou corpo físico. A realização ressonante passa pela pessoa e pela ancestralidade não antropomorfizada. Desse modo, o uso das mãos ou de qualquer parte do corpo, sem a subordinação ao todo, não possibilita o acesso à ressonância. Numa síntese, o que movimenta o corpo é o todo do sistema cultural, em cuja base está

confiada a malha ancestral e não projetiva do corpo e da cultura. Corpo, tubo cósmico e/ou tubo ancestral.

A poesia é, não tão-somente como metáfora da criação, medula profunda; o todo, a totalidade artística-textual, não apenas o sentimento, desabafo, protesto e estereótipo. Trata-se da medula concebida como estrutura profunda do texto em si e interpretado, ou melhor, interpenetrado pela ressonância; não é um simples entendimento e/ou sentimento. O sentimento constrói a fantasia, a intuição/inspiração, processo autoral e coautoral, desconstrói a fantasia, pois é imprescindível chegar à imaginação e ir além de uma simples ilusão. A imaginação, transpassada pela emoção erigida pelo rigor técnico, filosófico e político, atualiza ou autoriza os processos e projetos de criação, de autoria e de coautoria. Assim emerge a coautoria e/ou recepção.

Corpo e voz recuperam em cena o todo. Não adianta “gritar” o texto, é preciso, de modo ressoante, trazer para a cena o subterrâneo e, nele, o já esquecido e, então, entregá-lo para as coautoras e coautores. Há, no corpo e nele integrado, a voz. Tudo está rigorosamente encruzilhado; é o todo, com ênfase nos motores técnicos, filosóficos e políticos. A ressonância passa pela nuca ou tubo cósmico e igualmente pelo posicionamento dos pés para trás e também pelos movimentos. Desse modo, os braços evoluem para o gesto, a voz, que é o corpo e orienta (ou é) o movimento e/ou os movimentos, é expandida e estendida.

O rosto? Ele deve abrigar a máscara provisória e depois descartá-la. Ela é projeção; a ressonância é um escuro, completo e subterrâneo estado de criação e de cocriação. Assim, se dá a inseparabilidade de corpo e voz ancestral. Tudo flui pela coluna vertebral e pelo canal ressonante; atrizes são tubos cósmicos ou a expansão, na cena, da ressonância ancestral.

6.O mancar de Exu

A partir da voz e corpo, que formam um contínuo, terá a função de alimentar o processo restitutivo, eboístico ou de troca, de dinâmica e de desequilíbrio e de equilíbrio. O trabalho terá a função, negritando que Exu não é um ser ou algo antropomorfizado, de revelar a dimensão ou a Lei energética, relacional e motor de tudo. Afinal, como um princípio, a exemplo do ancestral, ele não pode ser antropomorfizado. Desse modo, é linguagem de múltiplas faces. Decorre dessa condição a enunciação de Exu como movimento, motor, mensageiro, linguagem, interpretação ou chave interpretativa. Em

outros termos, Exu é um princípio estruturante da existência individual e restituidor da existência genérica, sua atuação perpassa tudo e todos:

De fato, Esù não só está relacionado com os ancestrais femininos e masculinos e com suas representações coletivas, mas ele também é um elemento constitutivo, na realidade o elemento dinâmico, não só de todos os seres sobrenaturais, como também de tudo o que existe. Neste sentido, como Olórum, a entidade suprema, protomateria do universo, Esù não pode ser isolado ou classificado em nenhuma categoria. É um princípio e, como o âse que ele representa e transporta, participa forçosamente de tudo. Princípio dinâmico e de expansão de tudo o que existe, sem ele todos os elementos do sistema e seu devir ficariam imobilizados, a vida não se desenvolveria. [...] Assim como Olórum representa o princípio da existência genérica, Esù é o princípio da existência diferenciada, em consequência de sua função de elemento dinâmico, que o leva a propulsionar, a desenvolver, a mobilizar, a crescer, a transformar, a comunicar (SANTOS, 1988, pp. 130-131).

Exu é um princípio dinâmico. É uma Lei existente no espaço com limites e no espaço sem limites e/ou no trânsito entre os referidos espaços. A manifestação de Exu, incorporado nas comunidades de terreiro, é apenas uma diminuta fração dessa energia propulsora da dinâmica do universo compreendido como cosmogênese e antropogênese:

Exu é um princípio dinâmico de individualização e, simultaneamente, de comunicação e interpretação. Seu caráter de ambivalência, multiplicidade, e sua função, no panteão dos orixás, como elemento de mediação entre os universos humano e divino e como instância propulsora e promulgadora de interpretação fazem dele um topos discursivo e figurativo que intervém na formulação de sentido da cultura negra. Ele detém o saber que permite decifrar as tábuas de adivinhação de Ifá. Exu é jogo, é signo, é estrutura. Esse orixá metaforiza a própria encruzilhada semiótica das culturas negras nas Américas, sendo um princípio dialógico e mediador entre os mitemas do Ocidente e da África (MARTINS, 1995, p.56).

Mais ainda relacionado com a placenta fecundada. Fecundidade, nascimento, vida e morte revestem-se em símbolos, entre outros, como “umbigo”, “útero”, “placenta” e “caverna”. No livro *Exumos*, numa referência à encruzilhada da vida, o narrador nos diz: “uma comida na esquina é vida refazendo a vida. Se pararem a vida cessa. Cessa numa lâmpada, numa estrela e tudo fica vácuo. E a extinção da espécie se faz no momento em que ela perde o umbigo” (ANTONIO, 1995, p. 8).

Exu é sêmen e óvulo da protomateria original no seu múltiplo trabalho de disseminar a existência individual e, ao mesmo tempo, estabelecer o vínculo e retorno da matéria individual para a expansão da protomateria original. Juana E. dos Santos em entrevista ao Jornal *A Tarde*, Salvador – Ba, em 05 de novembro de 2014, diz que:

Todas as representações de arte sobre Exu são fálicas, ele sempre aparece com um falo ou uma representação fálica, uma flauta, etc. Mas ele não representa os genitores e, sim, gerado. O falo dele não é um falo para procriar, mas do procriado. Exu é sempre descendente.

Na mesma matéria a pesquisadora complementa: “sem Exu estaria tudo parado. É ele quem abre as portas para levar o ebó (oferenda) para Olorun, é ele que abre este mundo com outro mundo. E como princípio dinâmico, é uma entidade neutra” (Idem). O mancar, ciência ou mandinga, é gesto e/ou corpo e voz. O exercício é uma das opções, utilizará o sistema samba, capoeira, jazz e outros. A nossa opção aqui, como possibilidade, dentre muitas, é utilizar o rap. O poema abaixo, a sua interpretação, relevando que o equilíbrio e o desequilíbrio passam pela voz e pelo corpo simultaneamente, exige a conjugação sinérgica da parilha que, num encadeamento, é uma unidade inseparável.

O Fruto Proibido

*O fruto proibido pode pelo medo
como fruto pelo não
O fruto proibido pode pelo sim
como fruto pelo meio
O fruto proibido pode pelo não
como fruto pelo risco
Como o pão pela mão
Como o pelo pelo liso pelo
apelo desse visgo.*

*O fruto proibido, pelo aviso dele
é sim pelo corpo e não
pelo outro fruto proibido pelo medo
Como o fruto pelo risco
Como o pão pela mão
Como pelo pelo liso pelo
apelo desse visgo.*

*O fruto proibido pelo medo é o próprio medo
A boca proibida pela boca é a própria boca
Como o fruto pelo risco
Como o pão pela mão
Como pelo pelo liso pelo apelo desse visgo.
O sexo proibido pelo sexo é o próprio sexo
Réplica da própria réplica
Como o fruto pelo risco
Como o pão pela mão
Como pelo pelo liso pelo apelo desse visgo.
O sexo proibido pelo sexo é o próprio sexo*

*Réplica da própria réplica
Como o fruto pelo risco
Como o pão pela mão*

Como pelo pelo liso pelo apelo desse visgo.

*A réplica Eva é a própria réplica Adão
Réplica do mesmo sexo, mito do próprio mito proibido
Como o fruto pelo risco
Como o pão pela mão
Como pelo pelo liso pelo apelo desse visgo.*

*O mito Eva é o próprio mito Adão
O fim e o próprio sim
Fruto proibido do próprio fruto
Como o fruto pelo risco
Como o pão pela mão
Como pelo pelo liso pelo apelo desse visgo.*

(ANTONIO, 2019b).

7.O sistema samba

Aqui é indispensável aprofundar duas distinções presentes no enunciado alusivo ao samba. Não se trata de valorizar, é a primeira distinção, uma das vertentes do samba; a primeira consideração diz respeito ao conceito ou noção de sistema samba, um todo, a segunda consideração, subjacente à noção de uma manifestação cultural medular do todo, é relativa ao conceito de estrutura profunda do processo cultural negro-africano e diaspórico. Chamamos de estrutura profunda aquela base medular, que contém, de modo ressonante e de trocas inclusivas, todas as demais manifestações dessa matriz. O samba, como estrutura profunda do complexo cultural negro-africano e diaspórico, traz elementos do tango, blues, Jazz, frevo, maracatu e outros mais.

A finalidade do exercício é recuperar a inseparabilidade de corpo e voz e ressaltar o pressuposto, registrado na capa do livro (SODRÉ, 2015), que se enuncia assim: “samba, o dono do corpo” e, desse lugar, enunciar igualmente o contínuo de corpo e voz, da relação com a totalidade do sistema cultural ancestral, ressonante e da cena.

8.Cena (como encruzilhada/o todo) e o lugar na cena

A cena, concebida como espaço, é a própria encruzilhada. O exercício, a partir da totalidade cênica; a encruzilhada trará, para o processo ou ação do ator e da atriz, as relações interpretativas dadas pelo jogo do palco, da iluminação, do cenário, das máscaras, dos coros, das recepções e de todas as ordens materiais e imateriais

presentes no todo, isto é, na encruzilhada cênica. Outro dado que emerge da cena, concebida como espaço, é o lugar como centro do espaço cênico. O centro do lugar, em termo mais precisos, é a atriz e o ator.

O poema Oriki para Agatha apresenta o salto para a superação da mera declamação. De acordo com a encruzilhada cênica, o poema apresenta elementos projetivos na sua estrutura contextual e, para validar o método ressonante, é preciso, na inseparabilidade de corpo e voz, revelar o contínuo na cena, que é lugar dessa extensão ou expansão

Oriki para Agatha

I

*Agatha e Gavita tocaram as estrelas em Cruz.
Gavita tocou em nome do Cruz desterrado;
Agatha em none dos negros mortos e emparedados.
Em cruces, espadas ogivas zumbindo, soaram tambores de bocas.*

II

*Amor e morte, Agatha, extremos e próximos beijos.
Um é carne, o outro; fogo branco, da carne se desfaz.*

III

*Amor e morte, extremos tão próximos,
um queria o viço de fogo e saliva,
o outro; o corpo todo em cinzas
ou em fogo branco se consumindo.*

IV

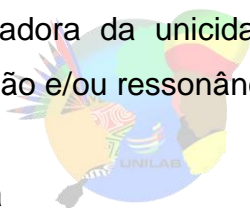
*Agatha, toma o meu beijo
no teu corpo frio, a minha cruz
encruzilhada no Cruz que, do Desterro,
vela com vozes zumbindo nossos beijos
negros flagelados por balas brancas
dilacerantes e silêncios de bocas e beijos divergentes;
o meu, Agatha, é brado e vida, o outro; mudo branco fogo,
é morte e dele balas brancas vulcanizadas vazam velozmente corpos negros.
Agatha, toma o meu beijo zumbindo Palmares. Toma!
(ANTONIO, inédito)*

9. Iniciação, o caso da capoeira

As iniciações são muitas e sucessivas. No contexto do sistema cultural negro-brasileiro, a capoeira é bem representativa dos processos iniciáticos, que partem de ingresso e transmissão de conhecimento e de revelações condizentes com certos

estágios de evolução de consciência e de apropriação física, oral, filosófica e política do jogo de capoeira em si e da sua relação com a totalidade do sistema cultural negro-brasileiro, africano e diaspórico. A iniciação, necessariamente um mergulho na estrutura profunda de uma determinada manifestação cultural, permite o levantamento dos elementos ou da base projetiva da capoeira e, por igual dispositivo metodológico, viabiliza o acesso às bases ressonantes do jogo. Tudo feito em concordância com a malha ou teia ancestral.

A iniciação, no que concerne à necessidade imperativa de adentrar numa rica e complexa teia ou malha de formação ancestral, não se reduz a meros exercícios recolhidos do sistema capoeira. A margem ou dimensão projetiva, os aspectos não iniciáticos e a estrutura de superfície serão utilizados como máscaras provisórias. Os suportes ressonantes são aqui o alvo, núcleo e a linha ou linhagem instituidora de uma linguagem; um processo e projeto criativo e de criação transfigurador da base projetiva devidamente ressonada. A produção projetiva não é descartada tão-somente, rigorosamente, a linguagem ressonante é, às avessas de exercícios físicos, uma passagem reveladora e materializadora da unicidade ressonante no projetivo; lugar, função e ação ou trabalho da iniciação e/ou ressonância em si.



10. Circularidade, ir além da forma

A circularidade existe além da forma. Não basta acessar o dispositivo circular de um determinado cortejo de maracatu, samba, capoeira, jongo, boi e afoxé. A forma é apenas uma parte do princípio circulante que realiza ou coloca em sintonia ou contato o corpo projetivo e o ressonante. O papel central da força circulante e o ato de ressoar. A circulação põe em contato o espaço com limites com o espaço sem limites. Estabelece também a relação da personalidade com a pessoa; núcleo ancestral indispensável para superar, no círculo e com a circulação, a máscara, massa projetiva descartável. Há circulação, princípio exusístico das trocas, quando além da forma círculo, energias e relações são estabelecidas ou ressoadas. É a circular unicidade, correia ou teia de energia, a chave que permite o ingresso ou acesso à intuição ancestral. A expansão circulante desmancha, ao possibilitar o trânsito pela pessoa e intuição ancestral, as máscaras que serão descartadas pelos atores e atrizes e igualmente a própria máscara situada inicialmente na mera forma circular.

11.Expansão, o resultado da dinâmica circulatória

O que circula tende a carregar, de modo restitutivo, as vibrações, que atualizam as trocas e o movimento de vida e morte e de morte e vida, que é eterno. É, a bem de entendimento das energias, ato ou trabalho permanente de criação. As energias não circulam apenas; elas são expandidas. A intuição ancestral é expandida mediante a relação, teia de restituição do espaço com limites com o sem limites, tudo intercambiado por uma consciência energia que de projetiva se torna ressonância ou expansão da intuição ancestral.

12.Corporeidade e voz, um todo inseparável

Numa passista de samba, uma dificuldade quase intransponível é o exato e perfeito uso dos braços no ato de sambar nos pés. As mãos e os braços ficam, quando o samba é o dono do corpo, perfeitamente colocados no ato do samba no pé. Em termos antiprojetivo, isso ocorre quando o corpo é expansão do samba; não se trata somente da técnica, de saber sambar ou de uma dimensão física do samba. Por igual, voz e corpo formam uma unidade. É comum, no exercício ou atuação, as mãos falarem sem obediência ao comando da voz. A oralidade, a voz, é parte do corpo. Poderíamos nos referir ao corpo e à voz assim: o corpo executa o comando dado pela voz. A projeção tende a valorizar movimentos isolados dos braços, o que revela que a voz ressoada ou ressonada ainda não se materializou em cena.

13.Oralidade e imagem

A oralidade é expansão do corpo físico e expansão da energia ancestral. A voz, produzida pela ação fálica da língua no útero boca, é movimento e imagem, sempre. Na formação e nas ações cênicas tributadas pela ressonância, a voz é Exu ou movimento e relação, a partir da comunicação e da criação, de restituir ou equilibrar. Há na voz, no processo complexo da oralidade, a recuperação da circulação e do processo restitutivo. A oralidade, a voz como materialidade, movimenta ou executa o comando circulatório entre os espaços com limites e os espaços sem limites. A oralidade é, como expansão e energia restituidora, imagem e ação. Ela expande o corpo do espaço com limites, o mundo secular, para o espaço sem limites, isto é, para o mundo ancestral não antropomorfizado, ou seja, a oralidade, que é imagem, corpo e comando, é chave para a

criação do mundo e de realidades no palco e nos processos de comunicação e de recepção, a propalada coautoria.

Conclusão

A apresentação dos pontos nucleares para conceber e usar o método de formação da atriz, baseada na cultura negra de ressonância, a rigor, estará sempre inconcluso. A natureza da cultura negro-africana demandará do sistema teatral, respeitando os princípios ancestrais restitutivos, produtivas e indispensáveis intervenções, notadamente relevando que o método não se define e funciona tão-somente a partir de meros exercícios. Assim, concebida a ressonância como relação, apresentamos no corpo do artigo e no desfecho as bases pelas quais o acesso ressonante, na atuação e na duração da cena, se espacializa em conformidade com os cinco pontos seguintes:

Espaço ressonante é parte da atriz. O espaço como totalidade, o cenário, em geral e os objetos, em particular, como ocorre com os bonecos, máscaras africanas ou dos mamulengos, são extensão da atriz, são inseparáveis. Não é uma simples extensão ou projeção, mas a ressonância nas coisas, objetos, figurinos, cenário e espaço, principalmente. É preciso consolidar a imagem e ação; a imaginação, avesso da fantasia, que recolhe as experiências e memória dos objetos e coisas humanizadas, não o inverso, o objeto ou a coisa em si e fantasiada.

Intuição e inspiração, não apenas a emoção são os motores para a ação da atriz. Intuição e inspiração, a partir da oralidade, verbo e escuro inaugural, podem ser ativadas por um monólogo anterior/interior, que tem como ponto de partida, estrutura de superfície, um texto ou fragmento da peça ou do que será encenado. O ator Roberto Boni, na montagem do *Bispo do Rosário, o Rei*, utilizou o monólogo com nomes de esquizofrênicos e outros transtornados, contemporâneos do Bispo, internos do hospital Juliano Moreira, RJ.

A ação e a reação, na encruzilhada ou cena, são as correias ou elos dinâmicos, ponto escuro; indefinido, do mundo secular e do transcendente. A ação e (re) ação são o corpo, a voz, o gesto e tudo que possibilitará a criação da personagem, que é uma forma de historicização de um veículo de manifestação, não é a atriz. A fala, a voz e o corpo serão modelados pela história e estrutura profunda dos textos. A transformação na cena das experiências, as projeções, entre outras, e dor, alegria, vida, morte, fracasso ou

sucesso em ressonância, experiência imaginada, é recriação e atualização do (re)vivido pela personagem.

Referências

ANTONIO, Carlindo Fausto. **Arthur Bispo do Rosário, o Rei e outras peças de Teatro negro-brasileiro**. São Paulo: Editora Ciclo Contínuo, 2020.

_____. A escrita e a recepção de si: abismo olhando abismo. **Revista Limiar Pós-Graduação da PUCC**, Campinas-SP, vol. 2 p. 141-152, 2019a.

_____. **Patuá de palavras, o (in)verso negro, poesia visual**. Londrina: Galileu Edições, 2019b.

_____. **Arthur Bispo do Rosário, o Rei, teatro**. Londrina: Galileu Edições, 2019c.

_____. A cultura negro-africana como chave hermenêutica e conceito para a distinção entre cultura negro-africana de projeção e de ressonância no meu teatro. In: SILVA, Geranilde Costa (Org.). **Ensino, pesquisa e extensão na UNILAB: caminhos e perspectiva**. Fortaleza: Expressão Gráfica, v. 2, p. 107 – 120, 2017a.

_____. Negras práticas pedagógicas e epistêmicas: A centralidade da autoexpressão negra nas artes cênicas. **Revista de Humanidades e Letras**. Vol. 3, Nº. 1, p. 1-21, 2017b.

_____. Arthur Bispo do Rosário, o rei! **Revista Repertório**, Salvador, ano 20, n. 29, p.209-234, 2017c.

_____. **Vinte Anos de Prosa**. Campinas: Arte Literária, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. Prefácio. In: ANTONIO, Carlindo Fausto.(Org.). **Vinte Anos de Prosa**. Campinas: Arte Literária, p.1-10, 2006.

_____. **Escritores Brasileiros do Século XX: Um Testamento Crítico**. Taubaté: Letra Selvagem, 2013.

MARTINS, Leda Maria. **A Cena em Sombras**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1995.

NASCIMENTO, Abdias do. Sortilégio. In: NASCIMENTO, Abdias do et al. (Org.). **Dramas para Negros e prólogos para Brancos**. São Paulo: Edição do Teatro Experimental do Negro, p.9-25,1961.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte**. 5. Ed., Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Exu, um princípio dinâmico**. Entrevista concedida a Marcos Dias. Jornal A Tarde, Salvador, em 05 de Novembro de 2014. Vide: Acesso em:

<https://atarde.uol.com.br/cultura/literatura/noticias/1636803-exu-um-principio-dinamico>

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, vol. 1, n. 5, p. 9-20. 1988.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. Rio de Janeiro: Mauad Ltda, 2015.

_____. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis, Vozes 1988.

Fonte Oral: Mestre Pastinha. In:Acesso em:

Acessttps://www.youtube.com/watch?v=dBRgPTD4fMw&feature=youtu.be

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022



Para citar este texto (ABNT): ANTONIO, Carlindo Fausto. Negras cenas a ressonância ancestral na cena e no encenado. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.28-50, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Antonio, Carlindo Fausto. (jan./jun.2023). Negras cenas a ressonância ancestral na cena e no encenado. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 28-50.

Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)?

Edna Maria de Oliveira Ferreira *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2606-557X>

César Costa Vitorino **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-4121-004X>

Resumo: Comunidades afrodescendentes são conhecidas por lutas e resistências contra amordaçamentos propositais, num Brasil fortemente eurocêntrico. Há 17 anos, lançava-se a obra “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano” (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005) que se propunha a efetivar a autoestima dos cidadãos dessa comunidade, lançando um olhar de empoderamento sobre a cultura africana e contrapondo-se à cultura elitista predominante nos vários contextos sociais, inclusive nos currículos escolares. Objetiva-se abrir espaço de diálogo, a partir de pesquisa bibliográfica e depoimentos colhidos entre concidadãos (ãs) que exercem liderança na localidade, para parametrizar a construção de políticas públicas que venham ao encontro dos anseios dos tijuaçuenses. A água, a fé, a cultura local e o combate ao racismo mostraram-se capazes de suscitar debate, com vistas à conquista de uma “Pérola Negra¹” verdadeiramente orgulhosa.

Palavras-chave: Histórias de luta; Resistência; Cultura afrodescendente; Antirracismo.

Abstract: Afro-descendant communities are known for struggles and resistance against deliberate muzzling, in a strongly Eurocentric Brazil. 17 years ago, the work Tijuaçu: a black resistance in the Baiano semi-arid (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2015) was launched, which aimed to improve the self-esteem of the citizens of this community, taking an empowering look at African culture and opposing the elitist culture prevailing in various social contexts, including school curriculum. The objective is to open a space for dialogue, based on bibliographic research and testimonies collected among fellow citizens who exercise leadership in the locality, to parameterize the construction of public policies that meet the desires of the Tijuaçuenses. Water, faith, local culture and the fight against racism proved capable of raising debate, with a view to achieving a truly proud “Black Pearl”.

Keywords: Stories of struggle and resistance. Afro-descendant culture. Anti-racism.

Akopo: Awon agbegbe iran-Afro ni a mo fun awon ijakadi ati atako lodi si imunimomomo, ni Eurocentric Brazil ti o lagbara. 17 odun seyin, ise Tijuaçu: atako dudu ni ologbele-ogbele ti Bahia (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2015) ti se ifilole, eyiti o ni ero lati mu igbega ara eni ti awon ara ilu ti agbegbe yii se, ti n fi agbara wo asa Afirika. ati ilodi si asa elitist ti o bori ni opolopo awon aaye awujo, pelu awon iwe-eko ile-

* Doutoranda em Educação (UNR-ARG), mestre em Educação Agrícola (UFRRJ), professora (IFBAIANO, campus Senhor do Bonfim), pesquisadora do (NGEAALC-UNEB-BA) e do (GELID, IFBAIANO campus de Serrinha-BA).E-mail: edmaof@hotmail.com

** Doutor em Linguagens (PUCRS), professor do curso de mestrado (EMPODS- Serrinha-BA), professor da UNEB, campus I e da Fundação Visconde de Cairu (Salvador-BA), e orientador da primeira autora.

¹ A Pérola Negra de Senhor do Bonfim, perífrase criada pelo pesquisador Ivomar Gitânio da Silva (2005 *apud* MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005) em um de seus escritos.

ive. Ibi-afede naa ni lati sii aaye kan fun ijiroro, ti o da lori iwadii iwe-kiko ati awon eri ti a gba laarin awon ara ilu elegebe (ãs) ti o se adase adari ni agbegbe, lati se afiwe ikole ti awon eto imulo gbogbogbo ti o pade awon ife ti Tijuacuenses. Omi, igbagbo, asa agbegbe ati igbejako eleyameya fihan pe o lagbara lati gbe ariyanjiyan, pelu ero lati saseyori "Parli dudu" igberaga gidi kan.

Awon Koko-oru: Awon itan ti Ijakadi ati resistance. Afro- iran asa. Egboogi-eleyameya.

Introdução

É reconhecida e significativa a influência, bem como valiosas as contribuições das matrizes culturais indígenas e africanas na formação da cultura e da identidade brasileira. Elas se evidenciam para além da cor preta ou parda estampada na pele da maioria da população afrodescendente² que habita o país, mostrando-se também presentes nas crenças, expressões artístico-culturais, como danças, lutas; na gastronomia, a exemplo da culinária baiana ou da feijoada carioca, etc. Enfim, é muito rica, ampla e densa essa influência.

No campo da linguagem, essa contribuição também se faz presente no uso de vocábulos de origem africana, utilizados cotidianamente na língua, como bem demonstram os estudos de Castro (1983, s/p), etnolinguista e pesquisadora há mais de 40 anos, quando constata que o "vocabulário de base africana [é] corrente em diferentes níveis socioculturais da linguagem dos falares da Bahia, reconhecidamente o maior centro de irradiação de influências africanas no Brasil (...)". Estudos mais recentes dessa mesma autora corroboram esses estudos iniciais.

Castro (2018), em entrevista ao programa Mokambo, da TV Bahia, divulgada em 17/11/2018 (redeglobo.globo.com), por ocasião das comemorações sobre o dia da Consciência Negra, demonstra sua preocupação com a invisibilidade da contribuição histórica das línguas africanas, principalmente o bantu, na formação do dialeto no Brasil. A entrevistada explica as coincidências entre a estrutura da língua portuguesa falada no Brasil e o bantu, evidenciando essas origens históricas. E enfatiza ainda a riqueza que há quando pronunciamos as vogais em palavras como "ritmo", "advogado"; diferentemente de outros povos que também falam o português, suprimindo essas vogais, como em Lisboa, por exemplo.

A forte e intensa tendência a valorizar conhecimentos advindos de epistemes eurocêntricas nos currículos escolares (SOUZA SANTOS e MENESES, 2010), acabou

² Afrodescendente na concepção utilizada pelo IBGE (2010) em que analisa pretos e pardos separadamente.

por negligenciar e não abrir espaços autênticos de conquistas e de valorização das verdadeiras origens culturais, africanas ou indígenas, tanto nas escolas como na sociedade como um todo, o que favoreceu o surgimento de preconceitos e, até mesmo, fortaleceu o racismo sistêmico com o qual convive-se no país. Portanto, as ações e as decisões assentadas em ideias e valores colonialistas, tanto na convivência social quanto nos currículos escolares, devem ceder espaço para outras de cunho decolonialista, como modo de evitar o que Boaventura Souza Santos e Meneses (2010) denominam epistemicídio³. Ou ainda, dificultando quaisquer formas de desvalorização da cultura local, já que isso alimenta preconceitos e atitudes racistas.

Toma-se neste texto a concepção de racismo como maneira sistemática de discriminação que considera a raça como fundamento maior para a manifestação, consciente ou não, de práticas em que, em algumas situações, os indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertencem, sofrem desvantagens (SÍLVIO ALMEIDA, 2019). Desse modo, não há como negar que é o racismo estrutural que modela o inconsciente da sociedade brasileira, naturalizando os pensamentos e ações de forma a se disseminar em toda a sociedade.

Há críticas de que, eventualmente, quando algumas expressões artístico-culturais são abordadas nas escolas em comemorações de datas cívicas ou momentos criados para esse fim, a exemplo do dia da consciência negra, dia da abolição da escravatura, etc., são *performances* genuínas, em que se priorizam situações que remetem e se limitam a apenas estabelecer diferenças entre brancos e pretos, acentuando ainda mais esse distanciamento. Ou que, no máximo, são capazes de angariar a simpatia e sensibilização das pessoas brancas para as questões cruciais que afligem os pretos, afrodescendentes ou indígenas.

Ou seja, algumas críticas dão conta de que não se trabalha para o envolvimento de todos em ações e atitudes antirracistas (RIBEIRO, 2019). Reconhece-se o valor da sensibilização, entretanto não é o bastante para fortalecer as subjetividades negras e contribuir para a ampliação dos espaços de representatividade. Um trabalho criterioso com leitura e literatura negra nas escolas pode promover uma formação cidadã antirracista e evitar que a ênfase recaia apenas nas diferenças raciais.

³ Epistemicídio entendido como “[...] à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas” (SOUZA SANTOS e MENESES, 2010, p. 183).

A força, a beleza e a pujança da África, como um continente com biomas e seres diferentes, exóticos, e uma biodiversidade riquíssima, dentre outras riquezas; ou a força da cultura indígena devem ser contemplados nas escolas. Pouco se sabe ou se aprende sobre a África nas instituições escolares brasileiras. Nem mesmo o suficiente para que os alunos (sociedade) estabeleçam relações entre a importância do continente para a formação do povo e da identidade cultural do país e, a partir daí, sensibilizem-se com a discriminação sofrida pelos negros, redundando em um maior engajamento nos movimentos de desconstrução de todas as formas de racismo e preconceito.

Desse modo, o Brasil se fortaleceu como um país estruturalmente racista e, como não poderia ser diferente, a comunidade quilombola do Tijuaçu-BA também apresenta mazelas daí advindas. Há dezessete anos, Paulo B. Machado, José de Santana Salgado, Mirosław Kropidlowaki e Valmir dos Santos fizeram uma incursão pelo território do Tijuaçu-BA, na tentativa de resgatar através da memória, e via depoimentos de alguns moradores mais velhos, a história da localidade, muitas vezes silenciada (mas ainda em tempo de ser recobrada!), com vistas a provocar debates, reflexões e parametrizar políticas públicas em prol daqueles que habitam a localidade.

Assim, passadas quase duas décadas do lançamento e da manipulação pelos bonfinenses e tijuaçuenses da cartilha “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano” tem-se o objetivo de conhecer a situação atual em que se encontra a referida comunidade, para avaliar possíveis mudanças, reais condições sociais, políticas e econômicas sob as quais vive o povo da localidade, e suscitar o debate em prol de ações que estejam pareadas aos anseios dessas pessoas.

Parte-se da premissa de que muitas conquistas já foram obtidas, e que esses avanços não são apenas frutos despreziosos da dinâmica dos contextos que se atualizam de tempos em tempos, conforme valores e conceitos sofrem alterações. Ao contrário, acredita-se também numa rede de ações criteriosamente organizadas, em prol dessas mudanças e advindas, sim, do convívio com a cartilha; acredita-se na sensibilização de líderes comunitários e de políticos, representantes do povo, na busca de soluções para problemas existentes naquela comunidade.

Portanto, objetiva-se constatar, a partir das análises das respostas dadas ao questionário *online* distribuídos entre pesquisadores, representantes ou conhecedores da realidade local, e de pesquisa bibliográfica realizada com esse propósito, quais são as contribuições efetivas, resultantes do manuseio da referida cartilha na localidade. Faz-se, inicialmente, uma explanação sobre dados geográficos e históricos da formação da

comunidade e, em seguida, apresentação e discussão dos dados coletados. Por último, fazem-se as considerações finais.

1. Um pouco sobre a comunidade de Tijuaçu-BA

1.1 Aspectos geográficos e históricos: a convivência com distintas narrativas.

Em relação aos aspectos geográficos, o distrito de Tijuaçu (que em língua indígena significa lagarto grande⁴) fica a 23 quilômetros de distância da sede do município de Senhor do Bonfim, ao Norte da Bahia. Situa-se na região do semiárido e sofre com a escassez hídrica, o que afeta a qualidade de vida das pessoas e dos demais seres vivos que ali habitam. Com respeito às origens do povoado, convivem duas narrativas. E conforme Machado, Salgado, Kropidlowski e Santos (2005, p. 20):

[há] duas formas de contar as origens (...) uma que passa de família a família (...), que dá coragem e ânimo para o povo; que mostra as raízes distantes das famílias ali instaladas (...) e outra que se encontra em alguns livros, em que o imaginário e o idealismo do povo não entram muito em conta.

Dessa forma, uma das versões dá conta de que um chefe de uma tribo Banto, originária da Guiné, teria trocado uma mulher branca com quem pretendia se casar por uma tribo inimiga, o que se chamava, na época, *escambo*⁵. As duas caravelas chegaram em Salvador-Bahia-Brasil e alguns desses escravos foram comprados e destinados a trabalhar nas Minas de Ouro de Jacobina-BA, onde permaneceram até 1888. Com a abolição da escravatura, os proprietários desses negros ofertaram-lhes algumas porções de terra, numa região chamada Vila Nova da Rainha, atualmente Senhor do Bonfim, onde surge o povoado de Tijuaçu (GITÂNIO, 2005 *apud* MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005, p. 20).

Há outra versão, narrada pelos depoentes, na ocasião da construção do texto da referida cartilha, que conta que três mulheres escravas e fugitivas escaparam de uma senzala, no litoral de Salvador, e caminharam incansavelmente uma longa distância, tendo sobrevivido com frutas, plantas e raízes, dias e noites, embaladas apenas pelo desejo de liberdade, até que se depararam com um lago e ali resolveram passar a noite. Pouco ou nada se sabe sobre os motivos que fizeram com que elas desistissem de seguir

⁴ Conforme Miranda (2006, p. 28-29), a região era bastante habitada por lagarto e tijuaçu, na língua dos índios que viviam naquela região, significava “lagarto grande”.

⁵ Compreendiam as trocas de mercadorias em que o ser humano era a própria mercadoria. Geralmente eram pretos ou escravos brancos.

viagem e permanecessem na região, ao redor daquele lago, próximo de onde hoje se situa Tijuçu. Uma das depoentes supõe que, ao encontrarem água e terreno fértil, elas provavelmente, podem ter desistido mais facilmente de continuar a viagem. Sobre essa versão, Machado, Salgado, Kropidlowski e Santos (2005, p.21) assim analisam “É assim que o imaginário popular apresenta o começo da história do povo negro e da vila de Tijuçu”. Muitos moradores da comunidade fazem adesão à essa versão.

Quando analisamos a cultura afro-brasileira, entendemos que as origens distintas dos africanos trazidos ao Brasil-colônia, na época do tráfico transatlântico, tanto os Bantos, originários da Angola, Congo e Moçambique; como os Sudaneses, oriundos da África ocidental, Sudão e Costa da Guiné, obrigaram-nos a se apropriarem de práticas e representações culturais diversas, adaptando-se a novas propostas manifestadas por representações culturais de outros grupos, que não o seu, como forma de sobreviver a essa proibição, a esse silenciamento imposto. Os rituais africanos ganharam um pouco mais de visibilidade, após 1930, durante o período conhecido como Estado Novo. E, mais recentemente em 2003, com a promulgação da lei nº 10.639 – que altera a LDB/ 9394/96 – quando se passou a exigir a inclusão, nos currículos escolares de ensino fundamental e médio, o ensino de história e cultura afro-brasileira, como forma de reparar os danos historicamente praticados contra os afrodescendentes.

Atualmente, são muitas as manifestações culturais de origem africana cultuadas no Brasil: ritmos e danças, como maculelê, capoeira, samba de roda, maracatu, carimbó, incluindo ritmos mais recentes, a exemplo do samba-*reggae* e do axé-*music*. São muitos os instrumentos musicais herdados também, como o tambor, o afoxé, o berimbau; além de expressões vocabulares, como: angu, banzo, milonga, etc.; rituais religiosos, em que predomina o sincretismo religioso, como: umbanda, macumba, candomblé; e da gastronomia, como: vatapá, caruru, dendê, pimenta, etc. Em resenha crítica sobre a obra de Castro (2002), Lucchesi (2004, 171) afirma: “[...] o público leitor brasileiro passa a ter acesso direto a um valioso flagrante da vida e da cultura da sociedade brasileira do ciclo do ouro, bem como de um importante documento que importa tanto para registrar a diversidade de nossa formação linguística, quanto para a reconstrução da história das línguas africanas.”

Entretanto, não foi sempre assim, pois a quase ausência de trabalhos escritos sobre o negro no Brasil, até o século XIX, denuncia a falta de interesse dos estudiosos e da sociedade brasileira, como um todo, pela herança, tradições e valores sócio-históricos

Edna Maria de O.Ferreira, César C.Vitorino, Revisitando uma comunidade quilombola no... advindos da cultura negra, ou como se refere Cabral (2018), à “epistemologia africana”⁶. A abolição da escravidão ocupava mais espaço em livros e artigos produzidos, porque havia interesses econômico e capitalistas, entre outros.

Em pesquisa bibliográfica desenvolvida na disciplina de Metodologia e Pesquisa, durante a licenciatura no Curso de Matemática, na UNEB campus de Senhor do Bonfim, Ivomar Gitânio da Silva (2005 *apud* MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWSKI e SANTOS, 2005) investigou a origem histórica do povoado do Tijuaçu/BA, os comportamentos, crenças e tradições mais comuns, ou mais cultuadas entre os moradores, e, então, encantado com a riqueza da herança africana presente na localidade, ele cria a perífrase “Pérola Negra” de Senhor do Bonfim.

1.2. Para Além do imaginário coletivo

Através de uma consulta, via questionário *online* no *Google forms*, enviado a 31 sujeitos, entre pesquisadores, lideranças, moradores ou conhecedores da realidade circundante na Comunidade Quilombola de Tijuaçu-BA, associada também a uma pesquisa bibliográfica, foi possível dimensionar em que medida ações desenvolvidas na comunidade, em relação aos interesses dos afrodescendentes que habitam a localidade, como: elevação da autoestima, combate ao racismo e às demais formas de preconceitos, atendimento aos direitos civis, melhor qualidade de vida, etc., são frutos de debates pós manipulação da Cartilha “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido baiano”, lançada logo depois do reconhecimento do território como remanescentes de Quilombo pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Os respondentes, quando questionados sobre a alternativa que mais se aproximava da sua realidade, em relação à atuação na comunidade, 10% deles se identificaram como diretores de escolas; 20% são professores ou ex-professores; 30% se definiram como pesquisadores familiarizados com essa temática; 20% são pessoas que se dizem apenas conhecedoras dos problemas da comunidade e 20% são pessoas maiores de dezoito anos que, por não se encaixarem (ou por outros motivos) em nenhuma das alternativas anteriores, assinalaram a opção “Outra”, contemplada no questionário. Assim, os sujeitos de pesquisa se encaixaram, de certa forma, ao perfil traçado inicialmente pelos investigadores e autores deste ensaio: ser conhecedor da realidade ou ter familiaridade com as questões locais.

⁶ Epistemologia afrodiáspórica porque os saberes são de origem cultural negra e estão sujeitos e abertos à reinvenção.

Com o intuito de fazer uma análise para buscar perceber as contribuições que a referida cartilha, mote das discussões aqui neste texto, promoveu nessa comunidade quilombola e, ainda, buscar avaliar quais outras ações demandam a atenção de políticos e pessoas influentes, no sentido de fomentar políticas públicas que venham ao encontro das reais necessidades daquele povo, desenvolveu-se um trabalho cauteloso de estudo das falas, contrapondo-as ou cotejando-as, conforme, necessidade de clarear o entendimento.

Quando interrogados sobre o alcance ou não dos objetivos traçados inicialmente para a cartilha supracitada, em que se propunha a despertar olhares que enriquecessem a autoestima dos moradores, as respostas foram as seguintes: 11,1% dos entrevistados concordaram com que o alcance do objetivo foi de 100% de efetividade. Já, diametralmente opostos, outros 11,1% acreditam que a cartilha pode ter colaborado apenas em 20%, ou seja, teve quase que uma inexpressiva participação. Outros 44,4% mostraram-se confiantes de que 50% das ações desenvolvidas na comunidade resultaram dos debates e da manipulação da cartilha, enquanto outros 33,3% atribuem 80% das ações e intervenções à cartilha.

É válido salientar que a próxima questão solicitava que justificassem suas respostas à questão anterior. E, então, os posicionamentos foram vários. Houve quem admitisse que a tal cartilha deveria ser mais presentes no cotidiano daquela localidade; outro que argumentasse que as melhorias não se efetivam, porque falta vontade, iniciativa política. Ou ainda, que a autoestima daquela gente e a visibilidade de toda a Tijuaçu foi sendo construída durante esses 20 anos, a partir do processo de reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares e pelo trabalho realizado pela Associação Quilombola. Algumas das respostas podem ser assim resumidas.

“[...] consigo perceber certo empoderamento dos sujeitos da referida Comunidade, bem como uma melhoria na infraestrutura daquele local, (...).

“Sou negra afro bonfinense e como tal, nós negros, somos sabedores que o preconceito racial em nossa região, não se acaba com algumas ações de reconhecimento”.

“Tenho percebido que as pessoas têm ido pesquisar e depois não retornam(...) entendo que só "exploram" quando necessitam de dados. Sobre o contexto dessa irradiação desejada por Paulo Machado (...) parece-me que eles ficam apenas na burocracia de se cumprir os requisitos legais de suas instituições. Outro ponto importante, para mim, diz respeito à "loucura" que temos vivenciado no país no tocante a uma defesa de que não existe preconceito no Brasil. Essa defesa é parte de um projeto de governo que se assemelha às ideias nazistas da tal raça ariana. E acabam irradiando para todo o país essa "mentira" construída com bases nas ideias de poder e controle da mordaza”.

Uma das falas acima evidencia a necessidade de ações afirmativas que ultrapassem o reconhecimento ou a sensibilização para com a questão dos negros (racismo). Assim, são necessárias ações mais profícuas, que abandonem a superficialidade e representem, de fato, mobilizações de combate, inclusive, às ideias nazistas que vêm ganhando forças no país e em toda a América Latina.

Essas falas nos remetem a Silvio Almeida (2019) que ao defender que o racismo está arraigado na vida cotidiana dos indivíduos, ou seja, é reproduzido sorrateiramente no interior das instituições, sugere também que devem ser criadas políticas internas que combatam essa reprodução de valores estabelecidos e construídos sem levar em conta a base histórica e cultural. Com relação à contribuição que as escolas podem promover, Vitorino e Ferreira (2019, p. 48) asseveram que

Os textos sobre literatura negra e sobre cultura afrodescendente, em prosa ou verso, podem/devem ser utilizados em contexto escolares no ensino médio, como meio de disseminar a história e a cultura africanas, além de fortalecer a representatividade negra. São muitos os personagens e as narrativas que despertam admiração do leitor, servindo-lhe de catarse ou de absorção de suas subjetividades para abrandar problemas existenciais ou de outras ordens. Afinal, a literatura se presta a isso: fruição, catarse, aquisição de conhecimento ou informação, etc.

Silvio Almeida (2019) acrescenta ainda que algumas atitudes internas podem ser tomadas, a exemplo do debate dentro e fora das instituições sobre temas que se proponham a discutir a diversidade; a própria revisão das práticas institucionais, além de remover os empecilhos para a ascensão dos pretos e pretas a cargos de prestígio. Outros exemplos de fala:

“Ultimamente, tive conhecimento, por exemplo, de uma padaria comunitária fechada por falta de investimentos públicos para sua permanência, e não ocorreu [o fechamento] durante a pandemia, mas antes”.

“A circulação e divulgação da Cartilha possibilitou não apenas que o município e seus arredores conhecessem a história de resistência e formação desta comunidade quilombola como também atraiu pesquisadores e pesquisadoras que, através de seus respectivos trabalhos, apresentaram nacionalmente e internacionalmente uma das principais riquezas do remanescente quilombola Tijuaçu: o Samba de Lata⁷. Entretanto (...) é necessário que as políticas públicas afirmativas sejam ampliadas com o intuito de uma sociedade mais justa e democrática.”

⁷ O Samba de lata é uma dança única no gênero, no Brasil. É a linguagem dos sentimentos do povo de Tijuaçu-BA, criada como forma de expressão corporal e forma de os afrodescendentes que ali residem exteriorizarem sua emoção, alegria, tristeza, dando continuidade ao culto de seus antepassados.

Nesses trechos selecionados para análise, podem-se perceber marcas enunciativas de sujeitos que se mostram adeptos e filiados à formação discursiva que acolhe ou abarca o discurso antirracista. São falas no sentido de explicitar as principais causas de luta e resistência que afligem os negros e pretos da localidade; que denunciam o descaso para com os problemas da comunidade por falta de políticas públicas, em prol da população ou dos empreendedores daquele lugar. A última fala citada acima comprova essa afirmação, ao deixar clara a ideia de contribuição dada pela mesma cartilha, ao divulgar nos arredores da comunidade a história de resistência e da formação do povo, além de disseminar a cultura local, como o Samba de Lata, sem deixar de reivindicar políticas públicas afirmativas.

É interessante perceber a recorrente preocupação com temas, como: empoderamento dos sujeitos e a valorização da história de resistência na formação da comunidade, admitidas em duas dessas falas contempladas. Ou ainda, a constatação da ausência de ações efetivas de combate ao racismo, e a denúncia (ao mesmo tempo apelo!) para que políticas públicas afirmativas sejam ampliadas, em lugar da prevalência de escamoteamento da realidade, com mentiras e suposições de que no Brasil não há racismo, presente, aliás, nessa mesma fala citada e já comentada acima.

A ausência de ações efetivas de combate ao racismo é evidente também em Ribeiro (2019) para quem a sociedade precisa ter acesso e participar do debate antirracista. Esse debate precisa sair do nível de militância e atingir a sociedade brasileira por inteiro, pois nos moldes atuais não conseguem mobilizar a sociedade como deveriam, ou os efeitos são muito lentos. Mesmo que uma pessoa se declare não racista, esse fato por si só não se mostra suficiente, já que a ausência de mobilização em favor das causas antirracistas é que contribui para perpetuar a opressão, defende a autora.

Sem contar que essas preocupações ou reivindicações remetem-nos ainda a Gomes (2017) que defende posturas políticas frente ao combate ao racismo e não somente a participação em Movimentos Negros. Para essa autora, a autenticidade do Movimento Negro reside, justamente, na postura política explícita do cidadão. Senão vejamos.

Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. (p. 24).

Apenas um contingente de 10% dos respondentes declarou entender que a manipulação da cartilha e o reconhecimento oficial da comunidade como Comunidade Quilombola são responsáveis em potencial pela diminuição do preconceito ou do racismo. Os demais dividem-se entre duas outras opções: a) “não houve mudança significativa”; b) “ainda é muito alta a porcentagem de pessoas racistas na comunidade”. Compreende-se que essas avaliações são reflexos do que ocorre em toda a sociedade brasileira, como nos explicam Almeida (2019), Ribeiro (2019) e Gomes (2017).

Ao tratar dos aspectos geográficos da comunidade, a referida cartilha aborda problemas relacionados à crise hídrica, à fé e à distribuição de terras, vivenciadas pelos concidadãos tijuquenses. Questionados sobre o que tem sido feito, ao longo desses mais de vinte anos da publicação dessa cartilha, em relação a questões de infraestrutura, em prol da solução ou amenização da falta de água à população e às criações de animais, por exemplo, as respostas foram: 40% das respostas afirmam que “muito pouco foi feito”; outros 60% dividem-se, em proporção igual, entre: “não sei precisar”, “pouco” ou “nada” foi feito. Isso coincide com os depoimentos que demonstram o descaso e o sofrimento da população que vive sem atendimento às suas necessidades primárias.

Sondados sobre a conquista de espaços para que todos tivessem liberdade para cultivar os elementos da cultura ancestral (nação ketu, cultura Jeje ou Jeje-Nagô) que faz parte da história desse povo, como se esperava que ocorresse após a publicação e manipulação da cartilha, as respostas deixam transparecer que 77,7% avaliam que, ocasionalmente, têm oportunidade de participarem de atividades desse tipo. Admitem ainda que, na maioria das vezes, participam desse tipo de atividade cultural por iniciativa das escolas que procuram envolver os moradores. Os outros 22,3% denunciam que a realidade continua a mesma. Ou seja, não são promovidas atividades que retomem as origens afro, como meio de combate ao racismo estrutural ou melhorias na qualidade de vida da população.

Em relação às ações desenvolvidas pela Associação de Desenvolvimento Comunitário e pela Associação de Moradores para favorecer a autoestima da população e combater o racismo, obtiveram-se algumas respostas, a exemplo de:

“Não tenho notícias de ações que sobressaiam do normal. Contra o racismo ainda não vemos em nossa região movimentação mais forte no sentido de conhecimento e auto- conhecimento desta questão. O que há são atitudes de cordialidade, nada mais efetivo.”

Essa enunciação acima enfatiza o já sabido de todos, ou seja, já não bastam mais somente ações de sensibilização ou cordialidade. Afinal, são 134 anos aguardando ações efetivas. É preciso a mobilização de todos em favor dessa causa, como propõem (RIBEIRO, 2019); (ALMEIDA, 2019) e (GOMES, 2017). Outro (a) depoente diz:

O que conheço está relacionado ao que tem sido produzido pelo grupo de estudos Mariinha Rodrigues, da UNEB, liderado pela pesquisadora Carmélia Miranda. No mais, entendo que, sem ter uma representação política no legislativo, a comunidade acaba perdendo visibilidade e, conseqüentemente, fica restrita ao que entendo como "mordça geográfica", ou seja, são isolados da manifestação no poder público e isso os impede de terem voz e vez em políticas públicas do município.

A referência clara aos silenciamentos (mordça geográfica) impostos à comunidade, talvez por não terem um representante político no legislativo, reafirma o fato de que negros e negras, em sua maioria, não têm voz ativa; e, por isso, não costumam ser contemplados nas políticas públicas, justamente porque a ausência de uma liderança dificulta o acesso e a exteriorização de seus anseios, vontades e subjetividades. Não é a questão do corporativismo que deve assumir o centro do debate, nem é essa a intenção aqui neste ensaio. Mas o foco deve ficar na importância de se ter representatividade política, com vistas a garantir visibilidade e voz.

Isso tudo nos remete mais uma vez à filósofa Djamila Ribeiro que esclarece a expressão "lugar de fala", como oportunidade de as mulheres negras se posicionarem a partir de suas realidades, geralmente diferentes das realidades das mulheres brancas, e assumirem-se protagonistas de suas reivindicações para que as pautas não sejam uniformizadas, já que os anseios também não coincidem (RIBEIRO, 2017). Observa-se, contudo, que o termo silenciamento (ou mordça geográfica) deve ser extensivo a toda comunidade e não apenas às mulheres.

Com respeito às ações que poderiam ser desenvolvidas nessa Comunidade Quilombola em prol dos avanços desejados pela população, obtivemos várias sugestões, algumas bastante pertinentes. Umas de ordem mais administrativa, como a criação de oportunidade de emprego para os jovens negros, para que não se evadam da comunidade. Ou ainda, a valorização das culturas locais, como forma de desenvolver a autoestima. Outras são de ordem mais pragmática como maior divulgação da cultura oral, como as canções ou o próprio Samba de Lata. São iniciativas simples, contudo não costumam ocorrer com a frequência com que deveriam na localidade, limitam-se, na maioria das vezes, aos espaços escolares, e são pontuais.

Outra sugestão veio no sentido de propor menos volatilidade aos docentes das escolas, como meio de criar vínculo afetivos e de interesses entre esses professores e a comunidade, oportunizando a criação de um currículo que se aproxime mais da matriz epistêmica afrodiaspórica; e que selecione propostas pedagógicas mais contextualizadas e extensivas à sociedade. Foram feitas referências à carência ou insuficiência de eventos culturais e de lazer para os sujeitos, reforçando a ideia já exposta em outras respostas dadas e analisadas. Há que se promover com certa regularidade ações e mobilizações, num progressivo resgate e cultuação das culturas negra, afro-brasileira e afrodescendente.

Outro(a) respondente sugeriu um núcleo ou gestão, dentro da prefeitura de Senhor do Bonfim, por exemplo, que pudesse lidar com a questão da igualdade racial, a exemplo do que já existe em instâncias maiores do poder público. Esse núcleo envidaria esforços no sentido de legitimar políticas e ações que valorizassem e empoderassem o papel das mulheres de Tijuaçu/BA que representam majoritariamente as lideranças familiares na comunidade; ações que combatessem o preconceito e o racismo estrutural; que discutissem e propusessem solução para a crise hídrica que afeta humanos e animais, bem como a questões ligadas à distribuição de terras, já abordadas na cartilha. Essas foram algumas das propostas colhidas entre os depoentes.

E nesse sentido, recorre-se a Almeida (2019) quando ensina que para ser antirracista, é preciso que as opiniões, compreensões da realidade, valores e argumentos se aproximem. Ou seja, os pontos de vista e os valores precisam coincidir com as políticas públicas capazes de preservar a vida da população negra (ou de outras tantas raças e minorias). Só assim conseguiremos vencer o racismo de fato e ver o sonho de Martin Luther King ser realizado.

Portanto, caro leitor, ao (s) pesquisador(es) compete investigar e divulgar resultados: aqui estão os que conseguimos colher. Aos legisladores e ao executivo, sentindo-se sensibilizados e comprometidos com a causa, compete a transposição dos dados de investigação em políticas públicas e ações afirmativas mobilizadoras e eficazes. Já aos leitores e à sociedade de modo geral (incluindo os autores desse ensaio), cabe abraçar a causa. Afinal, concorda-se com Djamilia Ribeiro (2019, p. 15), quando diz “o antirracismo é uma luta de todas e todos”. Ou ainda, “Não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”. Sejam antirracistas! É urgente!

2.Saldo positivo a partir da manipulação da cartilha

Não se deve atribuir apenas à cartilha, mas também a ela, todo um contexto que mobilizou cidadãos da comunidade e do entorno, acerca de discussões sobre assuntos de interesse da Comunidade Quilombola, a exemplo da disseminação da história e da cultura de antepassados; das dificuldades enfrentadas por todos e de suas lutas e resistências; suas carências e anseios, etc. Além de atividades escolares abertas à comunidade e que se intensificaram, após o evento de reconhecimento da Comunidade, em 2000; da promulgação da Lei nº 10.639, em 2003 e da produção da cartilha, em 2005, algumas outras ações também de natureza histórico-cultural ou social foram desenvolvidas por associações locais, com vistas a fortalecer a autoestima, o orgulho e o empoderamento da população negra. Inclusive, há críticas de que recentemente essas ações estão menos frequentes entre eles.

Como saldo positivo e resultante desse contexto de convergência de ações voltadas para a comunidade Quilombola, pode-se citar a produção de alguns textos/escritos acadêmicos que versam sobre questões diversas, com propósito também de fortalecer a ideia de pertencimento ou provocar o debate sobre questões pertinentes e de interesse da comunidade, como educação e saúde, segurança alimentar, letramentos sociais, pertencimento identitário, etc.

Mostram-se mais conhecidas aos moradores da comunidade algumas dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), teses, artigos, ou ainda, o desenvolvimento de projetos sociais no interior do povoado. Foram citados algumas dessas produções pelos entrevistados, dentre elas: Tese, depois publicado como livro, de Carmélia Aparecida Silva de Miranda, sob o título “Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuaçu – BA” (2006); Artigo, escrito por Carmélia Miranda, “Comunidade quilombola de Tijuaçu: memória, identidade e visibilidade” (2011), além de outros da mesma autora; TCC de Eliete Fagundes – “História de vida e formação: memórias de uma infância sem perspectiva à formação em pedagogia” (2011); Dissertação de Eliana do Sacramento de Almeida - “Educação em saúde na comunidade quilombola de Tijuaçu, Senhor do Bonfim -BA” (2016); Dissertação de autoria de Danielma da Silva Bezerra Brasileiro – “Da escola no Quilombo à escola do Quilombo: a prática pedagógica como elemento substancial para fortalecer sentidos de pertencimento identitário” (2017); Criação de Grupo de Estudos Mariinha Rodrigues, da UNEB, liderado pela pesquisadora Carmélia Miranda (2018) e o Artigo de autoria de Carmélia Miranda,

Leonice Souza e Vanessa Angelim - “Práticas pedagógicas de identidade afro-brasileira na educação integral de uma escola quilombola no Piemonte BA” (2019).

Essas são apenas algumas das produções escritas e dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos na comunidade. Sabe-se da existência de muitos outros com temáticas diferentes, mas sempre relacionadas à história da comunidade negra rural de Tijuaçu-BA, com dados colhidos por meio de testemunhos orais dados pelos habitantes e pela análise de documentação oficial, em arquivo no Brasil e Portugal, a exemplo de um dos artigos escrito por Camélia Miranda.

Em que pesem as críticas tecidas por alguns dos depoentes (uma delas, inclusive, selecionada para análise neste ensaio - a de que falta um diálogo permanente de pesquisadores e autores dessas produções acadêmicas com a população -, evidencia-se que os autores deste ensaio comungam com essa crítica feita. Essas produções deveriam servir de mote para novos debates que reverberassem em mobilização da comunidade e de autoridades competentes para que se transformassem em ações concretas de combate ao racismo ou de atendimento às necessidades da população. No entanto, há que se reconhecer que já houve alguns frutos, mesmo que sazonais.

Tomemos a composição dos currículos escolares como análise, por exemplo. É sabido de todos que esse momento de composição do currículo representa um espaço de disputas intelectual, epistemológica, conceitual e ideológica. São frequentes relações tensas e, na maioria das vezes, contrárias, ou com nuances antagônicas, a exemplo das ideias de “dominação” versus “subordinação”, “admissão” ou “negação” do racismo, entre outras. Enfim, as demandas são distintas por se tratar de anseios de uma coletividade também diversificada e que deve estar nele representada.

Reconhecem-se as dificuldades em se levantar um currículo ideal, em que se priorize a convivência com o diverso e reconheça a pluralidade de saberes e conhecimentos. Principalmente quando se busca levar em consideração os ensinamentos de Boaventura Souza Santos e Meneses (2010, p.7) sobre a necessidade urgente de se abandonar a forte tendência de imprimir caráter colonialista nos currículos. Sobre isso o autor afirma que:

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizadas, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade.

Nesse sentido, embora não fosse propósito inicial, deste texto contrapor documentos anteriores a outros mais atuais, produzidos nas escolas da comunidade, para avaliar possíveis mudanças impingidas neles, a leitura de alguns desses artigos, teses e dissertações que emergiram nesse contexto aponta certa influência positiva, mesmo que não tão aparente. Ou seja, o reconhecimento do território, ocorrido em 2000; a promulgação da Lei nº 10.639, em 2003, e a produção da cartilha, em 2005 foram ações que ocorreram muito próximas e fortaleceram-se, umas às outras, criando situação necessária à profusão de ações, estudos, debates abertos à comunidade, etc. E isso se mostrou bastante favorável, no que se refere ao debate para a adoção de um currículo que se aproximasse mais de uma episteme de origem afrodiáspórica.

Por outro lado, essa convergência de ações reconhecimento do território, promulgação da lei e lançamento da cartilha acabou dificultando a percepção dos limites que esse contexto tomou, a ponto de dificultar também uma análise mais criteriosa para poder afirmar que algumas dessas ações são (ou não) derivadas apenas da manipulação da cartilha. No entanto, a mobilização que ocorreu pode ser percebida nas falas de professores, diretores, como fator positivo e desencadeador de reflexões por toda a comunidade escolar e extensiva, em seus benefícios, a toda comunidade.

Miranda, Souza e Angelim (2019, p. 5), ao tratarem sobre práticas pedagógicas de identidade afro-brasileira, no Colégio Municipal de Primeiro Grau de Tijuaçu-BA, constataram a presença no projeto pedagógico participativo (PPP-2016) do seguinte trecho em relação aos objetivos e à maneira como a escola divide e organiza as atividades pedagógicas, mais especificamente, as que são voltadas para o contexto regional, territorial e sociocultural da comunidade quilombola:

[busca] garantir discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo; considerando a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político. Promover ainda os conhecimentos tradicionais à oralidade, à ancestralidade, à estética, às formas de trabalho, às tecnologias e a história de cada comunidade quilombola. (PPP do Colégio Municipal de Primeiro Grau, 2016).

A leitura que se faz é a de que houve avanços, tanto por conta do cumprimento às exigências feitas pelo sistema Estadual de Educação (Resolução nº 68/2013), entre outras, bem como por ter possibilitado a construção de um currículo, em que não se priorizassem alguns saberes ou conhecimentos em detrimento de outros. Ou seja, mesmo que de forma discreta, outra leitura que se faz é a de que já existia uma comunidade incomodada com a ausência de representatividade negra na sociedade. Assim, os

debates advindos da manipulação da referida cartilha colaboraram para fortalecer esse desejo velado e transformando-o em documento oficial.

Alguns professores e até mesmo pais de alunos, ainda que inconscientemente, buscavam já um modelo de currículo que valorizasse os saberes afrodescendentes. Entretanto, a invisibilidade desse fato outrora pode ser atribuída à condição de segregação ou silenciamento, a que estavam submetidos esses sujeitos. Eram manifestações isoladas de um ou outro professor, pai de aluno, mas que não ganhavam a força necessária; e tudo continuava igual, tanto no documento projeto pedagógico participativo (PPP) quanto no cotidiano escolar. Agora, não mais: o documento (PPP/2016) traz o discurso exigido pela Resolução nº 68/2013, dando voz a professores, alunos, pais de alunos e redundando em saldo positivo para toda a Comunidade. Contudo, há que se ficar atento à realização e materialização dessas ações previstas no documento cotidianamente.

Desse modo, não é impertinente afirmar que houve uma convergência de fatores: a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, juntamente com a Lei nº10.639, de 09 de dezembro de 2003, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, a presença da cartilha na comunidade, todos esses eventos vieram corroborar e legitimar os anseios da comunidade, incluindo a comunidade escolar, em momentos de construção dos currículos nas escolas de Tijuáçu-BA. Esses fatores vieram viabilizar condições de mobilização por parte das escolas, professores, funcionários e dos pais e moradores, no intento de se questionar valores culturais e epistemológicos subjacentes ao currículo, distanciando-se dos valores eurocêntricos e se aproximando mais dos valores e raízes afrodescendentes.

A questão, provavelmente, é compreender e reconhecer que após o reconhecimento do território pelo (INCRA-2000) e dessa convergência de fatores, a que se fez referência em parágrafos anteriores, a autoestima das pessoas e a abertura para discussões sobre essas questões foram se tornando possíveis. Afinal, é nas discussões que se vão definindo conceitos/concepções; ampliando espaços e horizontes, ou reafirmando posturas e criando novas expectativas. Além das ações desenvolvidas com o coletivo e das produções acadêmicas já citadas, a comunidade é assistida por ONGs, por projetos dos governos federal e estadual. Inclusive, um (a) dos (as) respondentes afirma que a comunidade foi beneficiada com o projeto denominado Escola Verde, em que se trabalha a liderança e a autoestima das crianças, na Escola de primeiro grau. É

importante evidenciar ainda que através das ações desenvolvidas pela Associação de moradores, muitas manifestações culturais que estavam adormecidas passaram a fazer parte dos eventos da comunidade com mais frequência. Observa-se que, ultimamente, já se tem percebido também um esmaecimento dessas ações.

O próprio fato de a população se aceitar orgulhosamente como afrodescendente e partícipe de uma cultura afro-brasileira; e por ter lutado pelos seus direitos, com a mobilização de várias lideranças comunitárias, pode ser atribuído também (não apenas!) à circulação da referida cartilha. Muitas outras ações e projetos foram desenvolvidos na comunidade, com o intuito de amenizar os problemas políticos, sociais e econômicos, porém vamos nos limitar a citar os já referidos nas respostas dadas ao questionário, instrumento de pesquisa nesta investigação, e que resultou na produção deste ensaio. É interessante lembrar que muitas outras ações efetivas aguardam ainda parcerias para a implantação ou para dar continuidade às ações, a exemplo das que se encontram esmaecidas.

Uma crítica severa feita por um (a) depoente foi a de que o empoderamento da comunidade, talvez não tenha sido trabalhado com critérios e cuidados devidos, o que resultou, em algumas ocasiões, em indisciplina por parte dos alunos, na escola, e em libertinagem, por parte de alguns moradores, na sociedade. Ou seja, as atividades culturais eram propostas e desenvolvidas, na escola e na sociedade, às vezes, sem delimitar a noção de responsabilidade e de deveres a serem cumpridos.

Desse modo, a ideia de “empoderamento” parece ter sido confundida com liberdade total e irrestrita. Há quem acredite que em lugar de entender o empoderamento como ação emancipadora, o indivíduo o entendeu como potencializador do seu direito de decisão, mas nem sempre soube fazer a melhor opção. O alto índice de alcoolismo entre os jovens e crianças foi citado por um (a) depoente como exemplo de resultado negativo, advindo de vários fatores, entre eles, a má gestão de algumas dessas atividades.

Outra crítica feita em uma das falas foi a de que a retirada da disciplina de História do Município de Senhor do Bonfim do currículo da escola municipal e a substituição por História Afro não deu conta de atender as necessidades, pois os conhecimentos regionais foram alijados do currículo. Esse (a) depoente sugere o retorno da disciplina de História do Município de Senhor do Bonfim nos currículos, bem como a construção, na comunidade, das sedes dos grupos de pesquisa que trabalham com essa temática, envolvendo pessoas da comunidade nas ações. Finalizando, sugere a revitalização das Associações e grupos comunitários, como forma de aumentar a visibilidade e

representatividade de todos, no intento de angariar melhorias na comunidade. Houve fala no sentido de exigir que outros quilombos existentes no município também recebam seu reconhecimento, assim como o de Tijuaçu.

Considerações finais

A comunidade negra rural de Tijuaçu, reconhecida como remanescente de quilombo no D.O. da União, em 28/02/2000, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem sido espaço de muitos estudos que resultaram em projetos, artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações, etc., sobre, entre outras questões, a história, os valores e as formas de resistência do grupo; a valorização e o empoderamento da mulher negra; a herança e raízes culturais. Não se deve atribuir esses frutos unicamente à manipulação da obra “Tijuaçu: uma resistência negra no semiárido” (MACHADO, SALGADO, KROPIDLOWAKI e SANTOS (2005), entretanto a convivência com a mesma é apontada também como fator relevante para que avanços ocorressem.

A convergência de fatores, como promulgação de leis e resoluções, a produção da obra em questão, em 2005; o reconhecimento do território pelo INCRA (2000) terminou por criar condições propícias ao debate mais acirrado sobre questões pertinentes e ansiadas pela comunidade, gerando ações e movimentos em prol desses anseios. Muitas dessas iniciativas já experimentadas podem ser melhoradas, mas o saldo é considerado positivo, ao constatar que além de alguns avanços de ordem físico-estrutural obtidos pela comunidade Tijuaçu-BA, outros ganhos em relação ao combate ao racismo; mudanças significativas no currículo escolar, maior visibilidade da comunidade, aumento da autoestima da população negra, ideia de pertencimento identitário às pessoas pretas, etc. já fazem parte do cotidiano.

As produções acadêmicas, grupos de estudos e ONGs, criados com o intuito de colaborar na resolução das problemáticas locais, também deram suas contribuições ao trazer à tona os reais entraves da comunidade; denunciar, sugerir propostas viáveis para a solução de alguns desses empecilhos. Na verdade, faltam ações políticas e políticas públicas que absorvam essas propostas, pois para a Comunidade Quilombola é desagradável a sensação de estar sempre aberta e solícita à visita de investigadores, sem que haja uma devolutiva a contento. Entretanto, deve-se levar em conta que é a denúncia e a exposição da realidade que torna visível a necessidade.

Referência

- ALMEIDA, Eliana do Sacramento de. **Educação em saúde na comunidade quilombola de Tijuacu, Senhor do Bonfim -BA**. 142f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas, Salvador-Bahia, 2016.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BRASIL. MEC. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. D.O.U., de 10 de janeiro de 2003.
- BRASIL. MEC. **Proposta de Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Lei 10.639/2003**. Brasília, Congresso Nacional, 2008.
- BRASILEIRO, Danielma da Silva Bezerra; SILVA, Jerônimo Jorge C. Da escola no Quilombo à escola do Quilombo: a prática pedagógica como elemento substancial para fortalecer sentidos de pertencimento identitário. **Revista Plurais**, v. 2, n.1, pp. 76-81, 2017.
- CABRAL, Heuler Costa. O paradigma epistemológico africano em questionamento. In: **Revista África e africanidades**. Ano XI, n. 28, p. 01-09, out. 2018. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br. Acesso em 22/08/2022.
- CASTRO, Yeda Pessoa. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia**, Salvador: CEAO, n. 14, pp. 81-106, 1983. Disponível no Repositório da UFBA.
- FAGUNDES, Eliete. **História de vida e formação: memórias de uma infância sem perspectiva à formação em pedagogia (TCC)**. Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Departamento de Ciências Humanas, 2011.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.
- LUCCHESI, Dante. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII**. Resenha do livro com o mesmo título, da autora Yeda Pessoa de Castro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais, 240 p.
- MACHADO, Paulo Batista; SALGADO, José de Santana; KROPIDLOWSKI, Miroslaw; SANTOS, Valmir. **Tijuacu: uma resistência negra no semiárido baiano**. Senhor do Bonfim: S. Victor Gráfica, 2005.
- MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva de. **Vestígios recuperados: experiências da comunidade negra rural de Tijuacu - BA**. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva de. Comunidade quilombola de Tijuaçu: memória, identidade e visibilidade. **ANAIS do ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009**. Disponível em:

[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307923356_ARQUIVO_CARMELIAartigoANPUH-reviso-17maio2011\(1\).pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307923356_ARQUIVO_CARMELIAartigoANPUH-reviso-17maio2011(1).pdf). Acesso em: 14/09/2022.

MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva de; SOUZA, Leonice Francisca de; ANGELIM, Vanessa Gomes Lopes. Práticas pedagógicas de identidade afro-brasileira na educação integral de uma escola quilombola no Piemonte BA. In: MARAUX, Amélia Tereza Santa Rosa; OLIVEIRA, Íris Verena Santos de; Silva, Marta Enéas da. (Org). **Diferenças e práticas formativas**. Salvador: EDUNEB, pp. 277-307, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos plurais).

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. In: Revista Educar em Revista-UFPR. Curitiba, vol. 10 n. 10, pp. 91-98, Jan/Dec, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.php?script=S0104-0601994000100012>. Acesso em: ago. 2022.

VITORINO, César Costa; FERREIRA, Edna Maria de Oliveira. Literatura negra, cultura e formação cidadã antirracista. **Revista Alembra – RA**. Confresa-MT, vol. 3, n. 6, pp. 32-50, Jan a Jun/2021.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): FERREIRA, Edna Maria de Oliveira; VITORINO, César Costa. Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)? *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p. 51-71, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Ferreira, Edna Maria de Oliveira; Vitorino, César Costa (jan./jun.2023). Revisitando uma comunidade quilombola no Piemonte Norte do Itapicuru: a quantas anda a pérola negra de Senhor do Bonfim (BA)? *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 51-71.

Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia de São Benedito na Comunidade Quilombola Silêncio em Óbidos-Pará

Itamar Rodrigues Paulino *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5058-8998>

Elian Karine Serrão da Silva **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3332-359X>

Resumo: Em diversas comunidades afroamazônidas, há fatores originários do continente africano, que se recompuseram e ganharam novos acessórios durante processos de adaptação desses povos que chegaram à Amazônia no período escravocrata brasileiro. Os cenários culturais das comunidades remanescentes de quilombos na Amazônia podem ser apresentados a partir da relação entre cultura, identidade e memória, temas importantes para o registro e incentivo à preservação das performances culturais afrodescendentes. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar uma dessas performances que ocorre na Comunidade Remanescente de Quilombo Silêncio, no município de Óbidos, que fica no estado do Pará, e, assim, contribuir para o registro e preservação desta cultura. A pesquisa foi desenvolvida em três momentos. Primeiramente, realizamos o levantamento bibliográfico e o aprofundamento do referencial teórico. Em seguida, a pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, aplicadas as oito pessoas mais idosas da comunidade. E no terceiro momento, realizamos a transcrição das entrevistas e a análise dos dados à luz da historiografia da Amazônia. Nas falas dos comunitários, as festas de folia de santo foram as lembranças mais recorrentes, especificamente, a festa de São Benedito. A Folia de São Benedito é uma manifestação identitária e memorial de um povo que desde sua chegada ao Baixo Amazonas, no século XVIII, tem buscado fortalecer sua cultura na relação com as culturas dos povos originários e dos colonizadores, bem como, com a floresta; e cujas expressões são fortalecidas a partir da luta pelo reconhecimento de sua herança afro-brasileira.

Palavras-chaves: Cultura; Identidade; Folia; Quilombo

Brazilian Afro-Amazonian Festive Scenario: the Folia de São Benedito in the Silêncio Quilombola Community in Óbidos-Pará

Abstract: In several Afro-Amazonian communities, there are factors originating from the African continent, which were recomposed and gained new accessories during the adaptation processes of these peoples who arrived in the Amazon during the Brazilian slavery period. The cultural scenarios of the remaining quilombo communities in the Amazon can be presented based on the relationship between culture, identity and memory, important themes for recording and encouraging the preservation of Afro-descendant cultural performances. In this sense, the objective of this article is to present one of these performances that takes place in the Quilombo Silêncio Remaining Community, in the municipality of Óbidos, which is in the state of Pará, and, thus, contribute to the recording and preservation of this culture. The research was developed in three stages. First, we carried out a bibliographic survey and a deepening of the theoretical

* Doutor em Teorias Literárias pela Universidade de Brasília (UnB), é professor e pesquisador na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (PPGSAQ) e do Programa de Pesquisa e Extensão Cultura, Identidade e Memória na Amazônia (PROEXT-CIMA), do Centro de Formação Interdisciplinar da UFOPA. E-mail: itasophos@gmail.com

** Mestre em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), é membro do Programa de Pesquisa e Extensão Cultura, Identidade e Memória na Amazônia (PROEXT-CIMA), do Centro de Formação Interdisciplinar, da UFOPA. E-mail: karinessilva@outlook.com

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

framework. Then, field research with semi-structured interviews, applied to the eight oldest people in the community. And in the third moment, we performed the analysis of the data in the light of the historiography of the Amazon. In the speeches of the community members, the feasts of saints were the most recurrent memories, specifically, the feast of São Benedito. The Folia de São Benedito is an identity manifestation and memorial of a people who, since their arrival in the Lower Amazon, in the 18th century, have sought to strengthen their culture in relation to the cultures of the original peoples and colonizers, as well as with the forest; and whose expressions are strengthened from the struggle for recognition of their Afro-Brazilian heritage.

Keywords: Culture; Identity; Revelry; Quilombo

Hali ya Sherehe ya Afro-Amazonian ya Brazili: Sikukuu ya Mtakatifu Benedito katika Jumuiya Quilombola ya Silêncio huko Obidos-Pará

Muhtasari: Katika jumuiya kadhaa za Waafrika-Amazonia, kuna mambo yanayotoka katika bara la Afrika, ambayo yalitungwa upya na kupata vifaa vipya wakati wa mchakato wa kukabiliana na hali ya watu hawa waliofika Amazoni wakati wa utumwa wa Brazili. Matukio ya kitamaduni ya jamii za quilombo zilizosalia katika Amazoni zinaweza kuwasilishwa kwa kuzingatia uhusiano kati ya utamaduni, utambulisho na kumbukumbu, mada muhimu za kurekodi na kuhimiza uhifadhi wa maonyesho ya kitamaduni ya asili ya Afro. Kwa mantiki hii, lengo la makala haya ni kuwasilisha moja ya maonyesho haya yanayofanyika katika Jumuiya ya Quilombo Silêncio iliyobaki, katika manispaa ya Óbidos, iliyoko katika jimbo la Pará, na, hivyo, kuchangia katika kurekodi na kuhifadhi. wa utamaduni huu. Utafiti uliendelezwa katika hatua tatu. Kwanza, tulifanya uchunguzi wa biblia na kuimarisha mfumo wa kinadharia. Kisha, utafiti wa uwandani wenye usaili usio na muundo, ulitumika kwa watu wanane wakubwa zaidi katika jamii. Na katika dakika ya tatu, tulifanya uchambuzi wa data kwa kuzingatia historia ya Amazon. Katika hotuba za wanajamii, sikukuu za watakatifu zilikuwa kumbukumbu za mara kwa mara, haswa, sikukuu ya São Benedito. Folia de São Benedito ni dhihirisho la utambulisho na ukumbusho wa watu ambao, tangu kuwasili kwao Amazoni ya Chini, katika karne ya 18, wamejaribu kuimarisha utamaduni wao kuhusiana na tamaduni za watu wa asili na wakoloni, na vile vile. na ambao usemi wao umeimarishwa kutokana na mapambano ya kutambua urithi wao wa Afro-Brazilian.

Maneno muhimu: Utamaduni; Utambulisho; Sherehe; Quilombo

Questões Introdutórias

Na Amazônia, as comunidades afro-brasileiras possuem um expressivo cenário de manifestações culturais que servem de evidenciação de suas identidades e mantêm vivas suas memórias. As comunidades quilombolas da Amazônia, cujas expressões culturais são fortalecidas a partir da luta iniciada nos anos oitenta do século XX, pelo reconhecimento de sua herança afro-brasileira, são guardiãs de um grande patrimônio histórico-cultural nacional. Várias delas localizam-se na região do Baixo Amazonas, principalmente, nos municípios paraenses de Óbidos, Oriximiná, Alenquer e Santarém. Tais comunidades têm aberto as portas para que pesquisas culturais e socioambientais sejam desenvolvidas, com a finalidade de investigar questões sobre a preservação de suas culturas na região do Baixo Amazonas.

Nessa perspectiva, há a necessidade de se registrar manifestações culturais, enquanto símbolos identitários e memoriais dessas comunidades. O esforço investigativo

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... ocorreu na comunidade remanescente de quilombo do município de Óbidos, Estado do Pará, no norte do Brasil, de nome “Silêncio”, referente às ações de preservação de seus patrimônios, principalmente, festejos religiosos, analisando-os enquanto heranças culturais em processo de esquecimento pelos mais jovens, pois a sobrecarga de novas informações e conhecimentos contemporâneos tem interferido e provocado dificuldades na assimilação da cultura original.

Um dos mais antigos municípios da região do Baixo Amazonas, Óbidos, foi palco de levadas de escravizados fugidos e alforriados que fundaram mocambos e quilombos no interior da floresta. Situado a mil quilômetros em linha reta da capital Belém, é conhecido como “*Garganta do Amazonas*”, por situar-se às margens do Estreito do rio Amazonas, cuja largura alcança 1.800 metros, e profundidade de 90 metros na vazante, e até 100 metros na cheia.

1. Considerações iniciais sobre a escravidão na região oeste do Pará

Constitui ponto de recomposição da história da Amazônia brasileira a discussão da ocupação do interior da Amazônia por pessoas vindas do continente africano, pois a maior concentração dessa população forçada à diáspora se encontrava no litoral brasileiro. Uma das evidências da disseminação da cultura africana no norte brasileiro é o registro da presença de escravizados, fugidos ou não, nos séculos XVIII e XIX. Conforme Gomes (2015), as comunidades de fugitivos da escravidão, no Brasil costeiro e na Amazônia, conseguiram desenvolver, ainda no período colonial, modelo de sociedade que incluía ocupação territorial, prática agrícola, preservação da cultura em condições diversas e organização sociopolítica, que possibilitasse a manutenção da liberdade e o empreendimento da resistência.

O Norte do Brasil, precisamente, a região do Baixo Amazonas, recebeu milhares de africanos escravizados durante o processo de colonização, exploração e povoamento, resultante da política econômica adotada pela Coroa Portuguesa. Caracterizada pelo extrativismo e pela comercialização de drogas do sertão, como cacau, castanha do Pará, urucum, baunilha, pau-cravo, entre outros, a região necessitou de serviço braçal. Então, os portugueses utilizaram inicialmente a mão de obra escrava indígena, e depois, a de negros escravizados vindos da África. Neste sentido, Funes (1995) apresenta que:

Falar em comunidades negras, remanescentes de quilombos, no Baixo Amazonas, no Estado do Pará é remeter a uma história marcada por conflitos, resistências de cativos que romperam com a sua condição social ao fugirem dos cacaais, das fazendas de criar, das propriedades dos senhores de Óbidos,

Santarém, Alenquer e, mesmo, de Belém e outros centros urbanos. É navegar nas reminiscências vivas que marcam experiências sociais e vivências dos afroamazônidas, descendentes desses negros que constituíram seus espaços no alto dos rios Curuá, Trombetas, Erepecurú, paranãs e lagos da região, onde ser livre era possível (FUNES, 1995, p. 2).

Ainda antes da abolição, as comunidades negras no Brasil se organizaram em microssociedades, produzindo roçados e cuidando de gados de base, vivendo de extrativismo e, em alguns casos, articulando com grupos da sociedade brasileira, como indígenas, fazendeiros brancos e autoridades simpatizantes à causa da liberdade negra. Por isso, há situações em que comunidades de africanos ou remanescentes foram reconhecidas como comunidade de negros, ou vilas de roceiros negros, tendo como uma de suas atividades de resistência e sobrevivência, as trocas mercantis e interações com a economia local.

Logo depois do processo abolicionista, surgiram comunidades em que os negros se aglutinavam na mesma fazenda em que haviam trabalhado como escravos, sendo acolhidos e reconhecidos pelos próprios senhores de terra, como resultado de negociações entre eles. O que tornou essas comunidades semelhantes foi o compartilhamento de cultura, identidade e memória, e a implantação de espaços territoriais para fins de economia agrária. Também havia organizações de negros que tinham por ideal de resistência o protesto reivindicatório, cujo mote era a ocupação de terras e a invasão de fazendas, além dos grupos que, tomados da identidade nômade africana, tornaram-se migrantes permanentes (GOMES, 2015).

Além do processo abolicionista brasileiro, que provocou a fundação de várias comunidades de negros na Amazônia, dois outros eventos também devem ser considerados; o primeiro ocorreu durante a revolta da Cabanagem¹, quando escravizados que trabalhavam nas fazendas de Óbidos e Santarém estavam sendo obrigados a participar da guerra contra os cabanos. Para não participar da revolta nortista, vários escravizados fugiram para áreas remotas da floresta, evitando serem presos e obrigados a defender interesses do colonizador. Não é por acaso que uma dessas comunidades remotas tenha recebido o nome de “Silêncio”. Outro evento é a chegada de negros vindos da África, principalmente, de regiões do Congo e da Angola à Santarém, para o serviço escravizado na casa de Maria Margarida Pereira Macambira, proprietária de fazendas e

¹ A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida nos anos de 1835 e 1840, na então província do Grão-Pará (atual estado do Pará). O nome se refere à população de revoltosos formada por pessoas humildes (tapuios, caboclos, negros e índios) que tinham como moradias, cabanas feitas de palha às margens de rios e igarapés.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... famosa por castigar seus servos com *salga* [s.n.: salgadura, ato de salgar]².

Essas comunidades negras, denominadas de mocambo ou quilombo, foram fundadas com base em cinco requisitos, de acordo com Nora (1993). São eles: fugas; quantitativo mínimo de fugitivos; isolamento geográfico; moradia habitual; autoconsumo e capacidade de reprodução. A eles junta-se a forma de lida com o meio ambiente, proporcionando certa harmonia entre natureza e sociedade, gerando um modelo cultural afroamazônida singular. Isso também serve de argumento para afirmar que as culturas quilombolas são, dentre as culturas amazônidas, umas das mais emblemáticas na compreensão da história do Brasil.

De acordo com a Fundação Palmares, no Brasil, até 2018, foram registradas e certificadas com a expedição de suas certidões, 3.040 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs), conforme atesta a Portaria Nº 122/2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de abril de 2018. No Estado do Pará, este quantitativo é de 255 comunidades, sendo 61 estabelecidas no oeste paraense, 14 delas em Óbidos. Esse reconhecimento estatal segue o que determina a Carta Magna brasileira de 1988, em seu artigo 68, que assegura aos remanescentes das comunidades de quilombos o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado lhes emitir os respectivos títulos.

O município de Óbidos é um dos mais antigos da região do Baixo Amazonas, palco de levadas de escravizados fugidos e alforriados que fundaram mocambos e quilombos no interior da floresta. Ele dista mil quilômetros em linha reta da capital Belém, e é conhecido como *Garganta do Amazonas*, por situar-se às margens do Estreito do rio Amazonas, cuja largura alcança 1.800 metros, e profundidade de cerca de 90 metros na vazante, e até 100 metros no período da cheia. O presente artigo é resultado de pesquisa realizada numa comunidade quilombola localizada neste município, principalmente, com registros de falas memoriais de cunho religioso, gerando pela investigação uma composição histórica a partir de suas expressões, e apontando para a importância estratégica dessa comunidade em relação às circunvizinhas.

2. Considerações metodológicas sobre a pesquisa

Uma das formas de manter em evidência as memórias dos idosos está no registro de suas narrações acerca dos momentos históricos vividos e das ocorrências

² Conforme Teixeira (1989), Maria Macambira costumava punir seus escravos mandando retalhar suas nádegas e passando sal grosso nos cortes.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

testemunhadas de uma época. Tais narrativas nos levam à proximidade dos fatos, bem como, apontam para o senso de pertencimento do indivíduo às suas origens. Neste sentido, a pesquisa focou na busca de conteúdos significativos, por meio de relatos, que nos possibilitou uma compreensão histórica, cultural e memorial de uma Comunidade de Remanescentes de Quilombo/Mocambo (CRQM) nomeada como Silêncio, no município de Óbidos, no oeste do Estado do Pará. Nossa pesquisa foi motivada pela ausência de registro das recordações memoriais de idosos da CRQM Silêncio sobre um festejo representativo e simbólico de comunidades com ancestralidade africana. A falta de registro dessas narrações pode levar o festejo ao espaço do esquecimento, já que a comunidade tem tido dificuldades para realizar essa manifestação.

Por se tratar de uma pesquisa que implicou em coleta de informações por meio de registro descritivo de narrativas ocorridas durante entrevistas, a abordagem foi qualitativa (MINAYO, 2001), e se intentou investigar um evento festivo existente em uma comunidade quilombola da região do Baixo Amazonas, analisando o universo de significados, motivo, aspirações, crenças, valores e atitudes, aspectos estes que compõem o universo simbólico e espiritual da comunidade, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis estatísticas e matemáticas. Além da abordagem qualitativa, a pesquisa implicou em registro escrito a partir da história oral que, que segundo Queiroz (1987) tem sido a maior fonte de conservação e difusão do saber humano através dos séculos, ou seja, a maior fonte de dados para as investigações sobre a sociedade e a natureza. Quanto à memória, ela está vinculada à afirmação das identidades africanas em situação de diáspora, enquadradas em um recorte sobre suas tradições religiosas e que, apesar do desterro compulsório, se mantiveram e se mantêm vivas no cenário amazônida brasileiro. Neste caso, ressalta-se que:

A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p. 17).

Para compreender a memória festiva dos comunitários da CRQM Silêncio, principalmente, a Festa de Santo que nela acontece é fundamental investigar o processo de preservação do evento por seus participantes para compor o que suas memórias recordam do passado e as (re)significações ocorridas para manter viva a tradição. Neste sentido, nossa abordagem historiográfica visa precisamente inserir na história da

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

Amazônia, a história da diáspora africana para a região, visto que o registro desse movimento propõe preservar a história de um povo por meio de suas tradições festivas que sobrevivem em meio às transformações do mundo atual.

Os registros de narrativas e depoimentos dos sujeitos sociais locais são formas de abordagem metodológica que instrumentalizam e coadjuvam o pesquisador, ao mesmo tempo em que torna o sujeito depoente e sua fala, os protagonistas do que se intenta registrar a partir do que é narrado ou oralizado considerando o que a memória ainda possibilita não deixar no esquecimento. Em nossas visitas à CRQM Silêncio foram entrevistadas oito pessoas, apresentadas como as mais antigas da comunidade, na faixa etária de 60 a 90 anos. Para isso, foi produzido um roteiro de entrevistas de cunho qualitativo com trinta e duas questões.

A pesquisa foi desenvolvida em três momentos. Primeiramente, realizamos o levantamento bibliográfico e o aprofundamento do referencial teórico. Em seguida, a pesquisa de campo com questionário semiestruturado aplicado na forma de entrevistas, sendo por isso gravadas as falas para que, a partir da degravação, as narrativas pudessem servir de objeto de análise e seus dados nos ajudassem a melhor investigar o valor, o significado e a necessidade de existir do evento festivo afroamazônida da CRQM Silêncio. No terceiro momento, com a degravação e a transcrição das entrevistas, analisamos os dados à luz da historiografia da Amazônia, para que pudéssemos expor um possível cenário festivo afroamazônida da Folia de São Benedito como expressão de religiosidade africana sob as condições de diáspora, e que receberam fortes influências culturais do ambiente da floresta amazônica, onde residem vários povos originários, e também residem descendentes de portugueses.

3. Silêncio: mocambo nascido na região do Baixo Amazonas

Reconhecida pela Fundação Palmares no ano de 2013 como Comunidade de Remanescentes de Quilombo/Mocambo³ (CRQM), o Silêncio recebeu a portaria juntamente com as comunidades São José, Matá, Cuecé, Apuí e Castanhaduba, que receberam o nome formal de Comunidades de Remanescentes de Quilombos da região das Cabeceiras de São Paulo. O processo de reivindicação para que o Estado

³ A partir desse ponto, Comunidade de Remanescentes de Quilombo/Mocambo será abreviado como CRQM.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... reconhecesse o caráter quilombola da comunidade durou cerca de vinte anos, embora a solicitação à Fundação Palmares tenha sido feita somente no ano 2000 (Cf. Quadro 1).

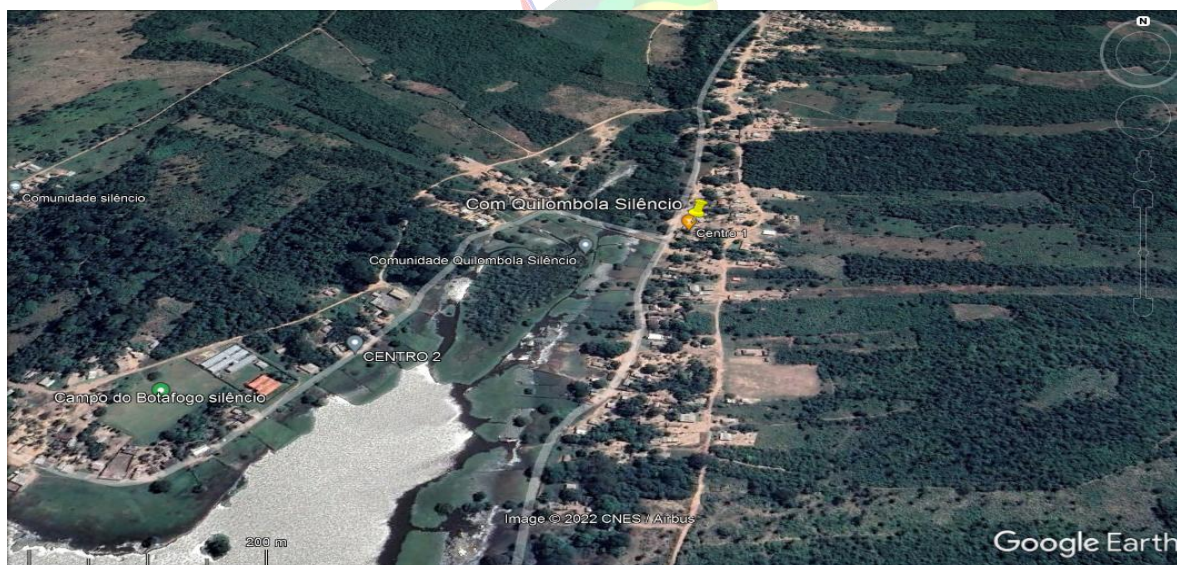
Quadro 1: Registro de Certidão expedido às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) da região das Cabeceiras de São Paulo, no município de Óbidos – PA.

UF	MUNICÍPIO	COMUNIDADE	Nº PROCESSO FCP	ETAPA ATUAL PROCESSO FCP	Nº DA PORTARIA	DATA DA PORTARIA NO DOU	Nº PROCESSO INCRA	ETAPA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO
PA	ÓBIDOS	CABECEIRAS São José, Silêncio, Matá, Cuecé, Apuí, Castanhaduba	01420.012122/2014-74	CERTIFICADA	28/2013	13/03/2013	54106.001523/1998-57	TRD Despacho de 15/07/2000 - 18/07/2000

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2022)

A CRQM Silêncio está situada no município de Óbidos, estado do Pará, na região do Baixo Amazonas, na continuação do Igarapé Grande a partir da primeira entrada à margem esquerda do rio Amazonas, nas cabeceiras de São Paulo, e dista três a quatro horas de barco, tipo bajara, do Porto de Óbidos.

Figura 1: Vista aérea da CRQM Silêncio.



Fonte: Google Earth (2022)

Com uma população de 1.321 habitantes, a CRQM Silêncio possui 122 domicílios. Conforme Azevedo (2002), Silêncio é constituída de pequenas famílias de negros que iniciaram sua organização comunitária construindo habitações de palha, os mocambos, ainda no século XVIII, mais precisamente em 1755, período em que ocorriam fugas e

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... alforrias de escravizados da região do *Paraná de Baixo*⁴ e de outras regiões dos municípios de Óbidos e Santarém. Silêncio é uma comunidade formada por escravizados libertos, fugidos e agregados, que decidiram habitar um local no interior da floresta conhecido como *Cabeceiras* de São Paulo. O local fica distante do rio Amazonas, o que dificultava o acesso de proprietários de escravizados e capitães do mato à comunidade.

A visita *in loco* nos permitiu compor um registro da memória coletiva da CRQM Silêncio para fins de preservação, valorização e manifestação de sua pertença étnico-cultural ao continente africano, e para confirmar sua existência social e seu dinamismo cultural na região do Baixo Amazonas. Silêncio detém um rico patrimônio sociocultural africano mesclado com elementos socioculturais indígenas como danças, músicas, comidas, vestimentas e festividades. Edithe Vieira, escritora de origem quilombola, e que em vida costumava dizer ser de *lá das bandas do Silêncio*, afirma em suas memórias a herança africana na Amazônia:

Como calar diante da sabedoria tamanha de nossos irmãos caboclos, ribeirinhos, centreiros, que no seu dia a dia nos oferecem a graça de conhecimentos aprendidos duramente no universo de matas, florestas, campos gerais, rios, igapós e igarapés, e também nas bancas de curandeirismos e nas conversas de comadres que lavam roupas nas pontes; no companheirismo de pescadores, caçadores, lavradores; nos puxiruns e nas caçadas? Como calar e não registrar, enquanto é tempo, as lições desses 'professores natos', respeitadores das crenças, dos ditos populares, das superstições e religiosidades, das misturas de alimentos...? (VIEIRA, 2010, p. 185).

Reforçados com Vieira (2010), concordamos que os saberes herdados de quilombolas e mocambeiros que contribuíram para a formação das culturas afroamazônidas, não podem ser silenciados. Sua história estará sempre em recomposição, desinvenção e reinvenção, por conta de que as vozes dessas culturas não haviam sido ouvidas a partir e por meio delas, e hoje elas se impõem para contar e desinventar sua história.

4. Memória festiva dos comunitários da CRQM Silêncio: Festas de Santo

Defendemos que os territórios de mocambos e quilombos na Amazônia são lugares de memória que provocam sentimento de pertença cultural ao coletivo africano. Uma das

⁴ O Paraná de Baixo está situado na saída do estreito do rio Amazonas, onde se encontra a Ilha Grande, que funciona como base de um paraná, o *Paraná Mirim de Óbidos* do rio Amazonas. O Paraná de Baixo quebra a desembocadura do estreito em dois braços, um que segue em direção à cidade de Alenquer, abastecendo e sendo abastecido pelo rio Piabas, e outro em direção à cidade de Santarém, ao encontro do rio Tapajós.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...
manifestações na CRQM Silêncio que congrega o senso de pertencimento à terra africana é a Folia de Santo. Sobre a origem deste festejo é importante expor que:

Introduzidas no Brasil por portugueses, ainda na época da colonização, as folias são de fato de origem egípcia, levada à Europa por espanhóis e adaptadas à cultura religiosa cristã. Os portugueses reinventaram as folias e as trouxeram para o Brasil. Nessas terras, as folias ganharam novos contornos culturais. Na Amazônia, as folias de reis são festejos que tomaram forma nos ambientes quilombolas. Em Óbidos, ocorrem as folias de santos, que se diferenciam das folias de reis realizadas nas pequenas cidades, sobretudo, nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro e Goiás. Enquanto os grupos foliões de reis dessas cidades comemoram os festejos de Natal visitando casas, tocando músicas em louvor aos "Santos Reis" e ao nascimento de Cristo, as folias de santos em Óbidos são realizadas nas datas celebrativas do santo protetor da comunidade quilombola (PAULINO, 2016, #1).

Percebemos, pois, que os registros *in loco* confirmam que os sujeitos sociais nos espaços quilombolas e de mocambo, a custo de perdas e ganhos, estão em permanente (re)significação dos valores, crenças e interesses, adaptando-se à contemporaneidade, sem que para isso, o festejo seja levado ao esquecimento. Conforme depoimentos na comunidade, dentre as festas de santo, a de São Benedito festejada no dia cinco de outubro, é a que mais recebe destaques. O festejo é um ritual com procissões e oferendas a São Benedito, em que o santo é levado às casas dos comunitários, que devotamente o recebem com cantos e benditos, "puxações" de ladainhas e derrubada do mastro. Nos relatos e observações feitos na comunidade, destacamos o reconhecimento e a valorização pelos comunitários da cultura originada da organização dos escravizados a mais de um século nesta região, período em que foi mantida a folia de São Benedito. Silêncio tem como santo padroeiro um negro. Para melhor conhecimento sobre ele, trouxemos mais informações sobre a origem deste santo. Assim, temos:

Benedito nasceu na Sicília, província de Sanfratello, no ano de 1526, filho de Cristovão Monassero e Diana Lercan, negros africanos, vindos da Etiópia, foram escravos de servidão. Benedito foi pastor de ovelhas e lavrador, aos 18 anos resolveu consagrar-se ao senhor, mas somente com 21 anos foi chamado por um monge para viver entre os irmãos Eremitas de São Francisco de Assis, depois de 17 anos foi obrigado a se mudar para o convento dos Capuchos, onde foi escalado para ser cozinheiro, ficou nessa função até que foi eleito pelos seus irmãos de comunidade como superior do mosteiro, tendo concluído seu período como superior voltou a desenvolver suas atividades de cozinheiro. Morreu em 04 de abril de 1589 e foi canonizado em 1807. A data oficial da igreja católica para as comemorações a esse santo é dia 05 de outubro. Sua imagem veio para o Brasil no período colonial, sendo incorporado pelos escravos negros africanos, passando a ser em sua maioria, santo protetor, assim como pela sua similaridade de condição submissa como lavrador, pastor de gado e cozinheiro (MENEZES, 1959 *apud* VIEIRA, 2008, p. 54).

Essa identificação entre santos negros e pessoas negras parece explicitar uma ligação necessariamente natural. Mas não é. Conforme Oliveira (2006), a lógica aparentemente natural era, na verdade, uma lógica estratégica da Igreja Católica no Brasil, desde o século XVIII, para atrair e converter escravizados negros e seus descendentes ao cristianismo, de modo que a obediência aos princípios religiosos da igreja europeia fosse prestada sem danos sociais. Com isso, a igreja estaria cumprindo sua função disciplinadora da ordem social:

Ciente do seu papel na manutenção de uma estrutura social excludente, a Igreja multiplicou as suas ações na tarefa de inserção dos chamados “homens de cor” no interior da Críandade. A multiplicação destas ações se desdobraria também na promoção de santos pretos, que deveriam funcionar como exemplos de virtudes cristãs para os africanos e seus descendentes. O século XVIII viu intensificar-se a ação de franciscanos e carmelitas, experientes hagiógrafos no Ocidente cristão, na difusão de modelos de santidade que pudessem auxiliar na conversão de africanos e seus descendentes em função do incremento do tráfico atlântico (OLIVEIRA, 2006, p. 61).

Um dos cristãos que ganhou o *status* de *Santo Preto* foi Benedito. Sua história fora explorada pela igreja católica na busca por convertidos pretos. Filho de escravizados etíopes, levados à Sicília, província italiana, nascido em 1526, Benedito desde sua infância reservava-se em orações enquanto exercia atividade de pastoreio. Em 1564, tornou-se irmão leigo franciscano, cumprindo devoção atenciosa aos pobres. Assumiu o ofício de cozinheiro no convento onde morava, função que lhe deu o título de santo cozinheiro. Falecido em 1589, foi canonizado em 1807, e por conta da sua cor foi considerado na Europa um santo *mouro*⁵. Benedito é um dos santos mais populares no Brasil, cuja devoção foi trazida ao país pelos portugueses ainda no século XVIII. Espalhada pelo Brasil, essa devoção chegou ao coração da Amazônia em meados do século XIX, sob a forma de festa de São Benedito. Sobre o santo e sua história, Oliveira comenta que,

Em 1744, foi publicada a obra *Flor Peregrina por Preta, ou Nova Maravilha da graça*, descoberta na prodigiosa vida de São Benedito de S. Filadélfio. Religioso leigo da Província Reformada da Sicília, da mais estreita Observância da Religião Seráfica, do frade menor Frei Apolinário da Conceição, que promovia a divulgação da vida de São Benedito. Outra iniciativa ficou ao encargo do padre secular e irmão terceiro franciscano José Pereira Baião, que publicou, em 1726, a *História das Prodigiosas Vidas dos Gloriosos Santos Antônio e Benedito*, maior honra e ilustre da gente preta, também sobre a vida de São Benedito e de Santo Antônio de Categeró (OLIVEIRA, 2006, p. 61-62).

⁵ Tal adjetivo, em italiano, é usado para todas as pessoas de pele escura e não apenas para os procedentes do Oriente.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

O festejo de São Benedito⁶, da CRQM Silêncio, é uma manifestação popular que ocorre desde a fundação da comunidade. É de caráter místico, cultural e religioso, preservado com todos os elementos do universo africano, como símbolos e tradições das mais remotas tribos do continente negro mescladas à cultura religiosa católica transmitida pelos Padres Capuchos (Franciscanos) da Piedade que assumiram a evangelização da margem esquerda do rio Amazonas, na região do Baixo Amazonas, durante os séculos XVIII e XIX (CANTO, 2012).

Essas caracterizações fazem da *Folia de São Benedito* um patrimônio cultural imaterial amazônida, pois patrimônio imaterial refere-se às práticas e domínios da vida social que se expressam por meio de saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)⁷. Raimundo Felix, de 66 anos, depõe sobre a seriedade do festejo:

A festa? Era uma brincadeira que todo mundo levava a sério. Hoje em dia, inventaram essas brincadeira que nenhum indivíduo leva a sério. Nós dançava, só ia ver que nós estava dançando, quando chegava no ensaio gerár. Quando diziam vamos brincá em tár parte, no dia, todo mundo ia. Parecia orde de pai e mãe⁸ (Raimundo, outubro 2012).



Para o senhor Raimundo, a festa de São Benedito não era apenas *um* momento, mas sim, o momento esperado do ano, espaço de demonstração de fervor, devoção incondicional, manifestação coletiva e expressões culturais marcadamente caboclas. São demonstrações de identidade legitimamente africana, louvadas por vários anos, não apenas no âmbito religioso, mas também no espaço profano. Eliade (1992) explica que diversas culturas africanas reconhecem o espaço profano apenas como um espaço existencial, diferenciando-se da cultura ocidental, que separa o sagrado do profano.

A festa de Folia de São Benedito está no calendário de festejos da comunidade, bem como, na memória dos mais antigos que, no esforço de expressar eventos memoriais do passado, relembram lugares, grupos e simbologias de sua identidade quilombola. Atualmente, as cantigas do festejo estão no domínio das pessoas idosas, implicando possível desaparecimento, pois a partir das observações *in loco* percebemos

⁶ São Benedito é representado por *Ossain*, orixá do candomblé, pai das plantas sagradas e milagrosas; e o orixá da cura, atuando em trabalhos de manutenção e restabelecimento da saúde, por meios naturais, dado o seu grau de conhecimento sobre a vegetação. Na Umbanda, *Ossain* tem sua festa realizada no dia 05 de outubro, mesma data de festejos e folias em homenagem à São Benedito.

⁷ Conceito extraído da página oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-imaterial>.

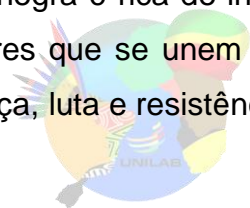
⁸ Mantivemos o texto escrito de maneira literal à narração do entrevistado (*Sic*).

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... que a atual geração se mostra pouco interessada em suas raízes, talvez pelas mudanças sociais que surgem com a contemporaneidade ou por medo da segregação social que a sociedade brasileira ainda carrega.

A folia de São Benedito recebeu influência do Aiuê Marambiré, da comunidade quilombola Pacoval, do município de Alenquer, também no Estado do Pará. Isso, porém, não desfaz seu caráter singular. Pelo contrário, a mixórdia é própria dos grupos foliões, visto que seus festejos propõem a inclusão coletiva. Azevedo (2002) apresenta que:

O marambiré é materialização da solidariedade e do sofrimento dos negros. Traduz também a luta nos quilombos, onde a única reivindicação era: "deixem-nos viver livres!" [...] simboliza todo o sincretismo cultural e religioso característico da região e de todas as outras, na América Latina e Caribenha, que tiveram essa mistura de raças, trazendo as culturas do Congo, Angola e Moçambique à mitologia da fauna e flora da Amazônia. [...] É uma dança dramática com ritmos bem marcados que representa um cortejo real. Parece ser inspirada nos festejos da coroação de reis negros, eleitos em determinadas épocas. A dança reflete a origem africana do povoado que se estabeleceu com os escravos foragidos das fazendas e das senzalas de Santarém e Óbidos, onde puderam desenvolver toda a cultura originária da Mãe África (AZEVEDO, 2002, p. 54-55).

Como se percebe, a cultura negra é rica de inúmeras performances, resultante da mixórdia de povos, culturas e valores que se unem para formar um todo complexo que representa e marca a história de força, luta e resistência afro, e que sobrevive nos tempos atuais no tocante da Amazônia.



5. A Folia de São Benedito: um festejo de santo de identidade africana

A folia de São Benedito foi relatada como uma das comemorações mais importantes desse povoado. Trata-se, pois, de uma resistência cultural similar a de seus antepassados. No culto religioso da folia são introduzidos instrumentos, músicas e danças africanas que promovem a socialização de memórias e saberes dos afrodescendentes. Para fins didáticos, foi sugerido aos entrevistados(as) que relatassem a preparação e o festejo da última folia de São Benedito, antes do conflito de posse da imagem do santo, ocorrido em 2010, por membro guardião pertencente ao cordão, o que resultou na paralisação do festejo por pelo menos sete anos. Assim, o texto compila memórias dos anos 2008 e 2009.

Conforme relatos dos entrevistados(as), a preparação pelos brincantes da festa inicia logo após a edição anterior. A pessoa responsável pela organização é o participante que retira a bandeira colocada no topo do mastro na festa anterior. Em geral, o mastro é uma palmeira enfeitada com frutas, plantas e flores da própria floresta da comunidade. A

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... festa tem duração de dois dias e uma noite, e obedece a um ritual próprio. Nas folias que ocorrem em Óbidos, Paulino comenta que, “os foliões se permitem ser liderados também por mulheres. Seguindo os rastros da bandeira, de cor brilhante, levada à frente da procissão por uma porta-bandeira representativa do grupo, os foliões vão de casa em casa pedir presentes para suas atividades sociais” (PAULINO, 2016, #1).

No primeiro dia, na frente da casa do guardião do santo, os foliões se reúnem pela manhã e se organizam em duas fileiras, uma de frente para a outra, e cantam preces de veneração e agradecimento ao santo. Em seguida, por meio de um apito, uma pessoa que se torna guia sinaliza aos devotos o início da procissão, que segue com cantos, e a imagem do santo sempre à frente. Manoel Azevedo dos Santos, em seu depoimento, acrescenta que “na festa, tanto do Silêncio como do Matá, butavam ele pra sair pra passia. Sim, o São Benedito, e até outros, Santo Antôin, todo santo butavam, São Lázaro, Santa Maria” (Manoel, outubro 2012).

Na procissão, as ladainhas ganham mais melodia e entonação com instrumentos, como violão, cavaquinho, chocalhos, pandeiros e tambores. Ao chegarem às moradias para recepção do santo, os foliões param em frente a casa, e somente após uma cantiga de autorização para entrar, é que os foliões se dirigem ao interior da casa. Manoel Azevedo dos Santos relata mais detalhes sobre o festejo:

A festa era oferecida pelo promissero. Aí ele fazia aquela promessa. Então, pelo dia, aquele promissero reunia aquele povo pra fazê aquela festa. Faziam aquela alegria que a senhora gosta de vê, né? Porque era bonito mesmo! Não tinha aquele negócio de açúcar, era aquela alegria do que não tinha nada (Manoel, outubro 2012).

Enquanto isso, todos esperam ao lado de fora. O santo fica na mão de um dos promesseiros, protegido do sol com um guarda-sol, esperando para entrar na casa. É costume preparar um altar para santos. Sendo assim, há no altar um lugar para o São Benedito e outro para a santa protetora dos negros, Santa Virgem do Rosário ou Imaculada Conceição. Segundo relato de Pascoal Francisco dos Santos, “Nas casas de visita os fulião são recibidos pelos promisseros com comidas e bebidas pra agradecê a graça divina alcançada”. Ao entrarem na casa, Basilia Teixeira de Azevedo, relata que:

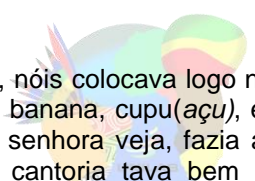
Os foliões cantava aquelas lindas ladainhas oferecendo ao santo e todos os devotos na posição iguá ao do comércio da procissão, um de frente pro outro em duas fileiras. E quando a cantoria da prece acabava, os devotos, cada um, chegava até o Santo Benedito e se benze beijando a fita amarrada nos pés do santo ou pegando no manto brilhoso (Basilia, outubro 2012).

No segundo dia, a visita do santo é feita nas casas por onde a procissão não havia

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia... passado, repetindo o ritual do primeiro dia, para que todos os devotos pudessem ter suas casas abençoadas por São Benedito. Sobre as letras das canções, Paulino expõe que,

Nem sempre é possível compreender as letras das canções de folia por conta do caos sonoro decorrente de variações rítmicas ocorridas ao longo dos tempos, de contornos de origem africana, das fortes batidas cadenciadas dos tambores e das vozes emocionais despreocupadas com a harmonia e a afinação sistemática. Entretanto, é importante saber que o som estridente das canções são “barulhos” religiosos. Barulhos que são vozes de resistência à padronização dos rituais elitistas das Igrejas cristãs (PAULINO, 2016, #1).

O terceiro e último dia da celebração é comemorado com comidas e bebidas. As comidas são: maniçoba, vatapá, galinha caipira, churrasco de carne, todos oriundos das plantações e criações da comunidade. Nesse dia ocorre a derrubada do mastro. Todos acorrem ao centro da comunidade para a derrubada, momento de invocação religiosa e agradecimento pela fartura de alimentos. Nos mastros estão penduradas as frutas oriundas da comunidade. Cada participante dá um corte de terçado na palmeira enterrada até que ela caia; em seguida, as frutas são retiradas e doadas aos participantes. Manoel Azevedo dos Santos relata essa experiência:



Se fosse na sexta-fêra a festa, nós colocava logo na quinta ou quarta-fêra, aí oh, era todo enfeitado, aí era com banana, cupu(açu), era agricultura do pessoá. Ave Maria, num quero nem que a senhora veja, fazia a derribação com o machado. Enquanto tavam cortando, a cantoria tava bem aí perto, nós tava cortando, primeiro os folião, depois o juiz, mas demorava um poco, tava quase a noite. Todos davam uma cortada. Quando caía, ia todo mundo, se juntava pra pegá as fruta (Manoel, outubro 2012).

Após a derrubada do mastro, os participantes formam uma roda e preces são cantadas, às vezes improvisadas, às vezes conhecidas. Sobre as cantigas, Maria Pinheiro em seu depoimento relata que: “minha irmã, filha do meu pai ela aprendeu, mas eu num aprendi, mas a outra colega dela tira do livro. Elas copiaram tudo né, e elas, quando chamam elas pra coisar, rezar a ladainha, vão tirando lá do caderno né”. As cantigas dão ritmo ao festejo, fazendo alusão ao “marambiré” alenquerense e ao “tambor de crioula”, do Maranhão. Ambos receberam forte influência africana da cultura de dança e batuque⁹ do *lundu*¹⁰ e *umbigada*.

⁹ Comenta Mariani, em seu texto *African Influences in Brazilian Dance*: “O senso geral do Batuque, na África, era dançar com o som dos “tambores” e passar a vez de dançar para outro, com a “umbigada”[...]. Dança da umbigada: (região de Luanda) círculo formado por dançarinos, tendo no centro um homem negro ou uma mulher negra que, após executar várias etapas, dará uma umbigada (semba) à pessoa escolhida que o/a substitui no centro do círculo”. Tradução livre (MARIANI, 2002, p. 87).

¹⁰ Segundo Mariani, “Lundu e Baiano são formas antigas de dança “umbigada”. Lundu: é uma canção africana com dança de origem angolana, trazida ao Brasil pelos Bantu. Ela já chegou ao Brasil condenada por autoridades da Igreja por causa de seu caráter lascivo; e umbigada, é o elemento coreográfico no qual

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

O tambor de crioula, também serviu de influência na dinâmica da Folia de Santo da CRQM Silêncio e no Marambiré da CRQ Pacoval. Segundo Mattos (2011), o tambor de crioula é feito com participantes dançantes, que cantam versos improvisados e tocam instrumentos, tais como: tambores, reco-reco, cavaquinho, pandeiros, chocalhos e violão. Durante a performance, um dos personagens se dirige ao centro da roda, e convida outro para ficar no seu lugar até que todos danceem ao centro.

Na festa de São Benedito, com a derrubada do mastro, as pessoas participantes formam um círculo para a dança, sem foco na sensualidade africana, pois ainda que adaptações tenham ocorrido, há preocupação em evitar conflito com a igreja católica sobre gestos insinuantes. Quanto à importância de se celebrar essa festa, concordamos com Azevedo de que elas são “maior símbolo de resistência de vida cultural e de liberdade de todos os negros da Amazônia” (AZEVEDO, 2002, p. 54). Sobre o Marambiré, essa autora comenta ser:

[...] Um rito sagrado, deslumbrante, dinâmico, alegre, fascinante, sedutor e cheio de evoluções. Maravilhoso na criativa imaginação humana e divino no seu poder mítico da natureza. Maior símbolo de resistência de vida cultural e de liberdade de todos os negros da Amazônia que, invocando Olorum, nunca aceitaram a tortura nem a morte imposta pela sociedade “branca” na pessoa dos senhores de fazendas e senzalas e, principalmente, na perseguição e brutalidade cerrada do governo. É uma celebração de confraternização, com uma imensa expressão de humanidade da raça negra. Conta a história dos negros da África, com sua horticultura, e a memória dos ancestrais arrancados do seu chão cultural, jogados nos porões de navios e que morriam em protesto à tamanha violência. Seus corpos, para consolo dos irmãos negros e familiares, eram atirados ao mar, mais tarde recolhidos por tubarões. Por isso, a festa do marambiré encerra o seu ciclo de lembrança com um passeio ao rio Curuá, onde são depositadas milhares de flores coloridas ao som de músicas que exprimem angústia, paixão, lamento e dor. As águas do mar ou do rio são sagradas, uma vez que serviram de campo santo para os que foram (AZEVEDO, 2002, p. 54).

Azevedo (2002) confirma que a festa do Marambiré existe para preservar a memória negra dos tempos da escravidão. Esse também nos parece ser o propósito cultural da festa de São Benedito, na CRQM Silêncio, ao evocar o santo negro para servir de símbolo de resistência de sua luta nos torrões do Baixo Amazonas. Na composição do cordão da festa, alguns personagens foram lembrados por Manoel Azevedo dos Santos. Ele narra o papel dos participantes protagonistas do festejo, os “puxadores” da procissão, da cantoria:

Olha, naquelas alturas que o São Benedito saía, os devotos principais era o Mordomo; Juiz; Procurador; Procuradeiro; acho que o Bastião; o Mestre Embaixador, que era o que puxava o festejo, era festeiro tudo da festa, tudo isso

um convite para dançar é representado *pelo* toque dos umbigos *de um* casal. Foi à primeira dança africana *participada* pelas classes ricas da sociedade brasileira durante o século XVIII, chegando até o final do século XIX, *quando sua* popularidade entra em declínio.” Tradução livre (MARIANI, 2002, p. 88).

era com gente de compromisso, tinha responsabilidade (Manoel, outubro 2012).

A narração de Manoel sobre os participantes se assemelha às congadas que ocorrem no interior brasileiro, principalmente, em Pernambuco e Minas Gerais. Ele cita termos como mordomos, juízes, procuradores que remontam à folia de coração do rei do Congo, que ocorre em três momentos; na apresentação do santo festado, Benedito; no encontro da imagem de Nossa Senhora do Rosário que irrompe das águas; e na representação da luta de Carlos Magno contra invasões mouras. O negro outrora escravo, nas condições do tempo real, tornava-se o devoto que visava se reconciliar com o tempo dramático da escravidão. Benedito expressava a condição de escravo vencedor, e Nossa Senhora do Rosário, a santa que nunca abandonou seus filhos, apesar da dor da escravidão (COELHO, 2006). Sobre a dinâmica desses festejos, Paulino contribui com suas pesquisas:

Os grupos foliões são compostos pelos filhos reisados (representantes dos reis), ou foliões dos santos no caso dos grupos foliões de Óbidos. Há também os bastiões, encarregados de proteger a bandeira pavilhão do grupo, realizar acrobacias com seus bastões e decifrar letreiros que ficam na frente das casas a serem visitadas. Há a presença do mestre ou embaixador, organizador da logística do grupo, do trajeto, horários e instrumentos, e improvisador de versos cantados nas residências. Na folia, a manifestação do coro faz a festa ficar ainda mais bela. O grupo é composto por músicos, tocantes de instrumentos, em sua maioria confeccionados artesanalmente, tais como flauta de bambu, tambores feitos de pele de cabrito, reco-reco, rabeça produzida de forma rústica. Em certas regiões, há também a presença da viola, do acordeão, sanfona, gaita ou pé-de-bode (PAULINO, 2016, #1).

Outra característica do festejo são as vestimentas dos foliões. Embora os depoentes tenham manifestado que boa parte das características das vestimentas tenha se perdido ao longo do tempo, registros apontam que homens se vestiam com calça social e camisa branca, enquanto que as mulheres usavam saião, feito de tecido de chita, com detalhes de fitas coloridas penduradas. Nas últimas festas, entretanto, a vestimenta feminina foi trocada por roupa comum, saia de várias cores e blusa branca com a imagem de São Benedito.

Além da vestimenta, estão presentes acessórios que embelezam os foliões. Os principais são colares e enfeites na cabeça parecendo chapéu com detalhes de papel crepom, fitas coloridas e flores naturais retiradas de seus jardins. O corpo da imagem do santo é envolvido por fitas multicores e vestido com um manto branco brilhoso; e a coroa dourada fixada na cabeça. A festividade finaliza com uma procissão luminosa com velas, que tem início na última casa visitada pelo santo, até chegar ao barracão da comunidade à noite, ponto final de encontro de todos os participantes, e local da última reza. É esse

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...
festejo que mantém viva a coesão social, cultural e de ancestralidade dos povos quilombolas e mocambeiros da CRQM Silêncio da Amazônia, um festejo a ser eternizado como Patrimônio Cultural da Amazônia.

Considerações Finais

A partir dos relatos e observações coletados, destaca-se a importância em reconhecer e valorizar o cenário afroamazônida da festa de São Benedito na CRQM Silêncio, que tem sua manifestação ameaçada ao desaparecimento, devido a um sério processo de desvalorização das raízes culturais da comunidade, resultante da invasão de festejos culturais contemporâneos arremidos a modelos tradicionais. Ora, o território brasileiro em sua imensidão, tem registro oficial de mais de duas mil comunidades reconhecidamente quilombolas. Por isso, é preciso promover urgentemente o reconhecimento das manifestações culturais advindas dessas comunidades.

O festejo de São Benedito integra o universo cultural afro da comunidade Silêncio, no coração da Amazônia, e possui uma diversidade cultural rica e ainda carente de registros e reconhecimento. Contudo, para que isso aconteça, é preciso manter registros que facilitem a elaboração de um inventário para uma possível salvaguarda memorial da comunidade, e assim torná-la referência para outras que ainda não possuem materiais de registro dos seus acontecimentos históricos.

Porém, mais do que registros, é necessário criar formas pelas quais as comunidades quilombolas consigam resistir ao calor dos tempos atuais, que nos parecem meio refratários às manifestações tradicionais, produzindo seus festejos nos limites da modernização para que sua história não caia no esquecimento, como por exemplo, as lutas pela liberdade a partir das fugas, das alforrias e das agregações diversas que simbolizam sua resistência.

Os resultados aqui apresentados possibilitam perceber a importância da preservação das tradições que ainda permanecem vivas no interior da Amazônia, e que são representações simbólicas de uma comunidade tradicional, especificamente de remanescentes de escravizados, que é ameaçada pelas transformações do mundo contemporâneo. Neste sentido, os resultados evocam a importância da memória coletiva e da oralidade para a apreensão dos aspectos históricos e culturais referentes à comunidade Silêncio, pois a partir da reconstituição do passado, é possível recontar aspectos da cultura quilombola no presente.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

A folia de São Benedito, além de resgatar a memória africana e recompor suas tradições, ainda que tenha recebido uma mixórdia de outras manifestações religiosas e profanas, permite um “retorno” ao passado para celebrar as vitórias no presente, bem como, fortalece as raízes culturais de um povo forte, resistente, detentor de uma cultura ímpar que fez e faz parte da construção histórica da Amazônia, do Brasil e do mundo.

Referências

AZEVEDO, Idaliana M (Org.). **Puxirum**: memória dos negros do oeste do paraense. Belém, IAP, 2002.

CANTO, Sidney Augusto. **Crônicas Pauxis**. Santarém, Tiagão, 2012.

COELHO, William. **Congada de São Benedito de Cunha-SP**: um passeio por suas raízes e sua música. São Paulo, PPGM/ECA/USP, 2016. 134p. Universidade de São Paulo. São Paulo. Dissertação de Mestrado.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Portaria FCP nº 57, de 31/03/2022, publicada no DOU de 31/03/2022**. 2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-22-08-2022.xlsx> Acesso em 10.10.22.

FUNES, Eurípedes. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”**: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995. 456p. Departamento de História-FFLCH-USP. Universidade de São Paulo. São Paulo. Tese de doutorado. São Paulo.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma História do Campesinato Negro no Brasil. São Paulo, Claro Enigma, 2015.

MARIANI, Myriam Evelyse. **African Influences in Brazilian Dance**. Em: ASANTE, Kariamuwelsh (Org). **African Dance: An Artistic, Historical and Philosophical Inquiry**. Asmara (Eritreia), AWP, 2002. Pp. 79-97.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História da Cultura afro-brasileira**. São Paulo, Contexto, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dez./1993.

Itamar R. Paulino, Elian Karine S. da Silva, Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia...

OLIVEIRA, Anderson J. Machado. **Devoção e identidades:** significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. Em: Revista Topoi, Rio de Janeiro. v. 7, n. 12, jan/jun. 2006, pp. 60-115.

PAULINO, Itamar Rodrigues. **Encontro das Folias De Santo:** Bênção à Cidade Presépio. Em: Obidos.net Sessão Artigos. Artigo 3, n.p. Julho/2016. Disponível em <http://www.obidos.net.br/index.php/artigos/485-a-bisneta> Acessado em 12.06.2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **“Relatos orais:** do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. Em: Ciência e Cultura. São Paulo. 39(3): 272-286, 1987. SANTOS, José L. **O que é cultura.** Col. Primeiros passos. São Paulo, Brasiliense, 1983.

TEIXEIRA, Lygia Conceição L. **Marambiré:** O negro no folclore paraense. Belém; Secult; FCPTN, 1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo, Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Daniel Hudson Carvalho. **Folia de São Benedito:** um estudo de mudança em uma manifestação religiosa na comunidade do Silêncio do Matá-Óbidos (PA). 2008. 124p, Belém, PPGCS/IFCH/UFPA. Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, Edithe Carvalho. **Amazônia:** contos, lendas, ritos e mitos. Belém, Instituto de Artes do Pará (IAP), 2010.



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): PAULINO, Itamar Rodrigues; SILVA, Elian Karine Serrão da. Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia de São Benedito na Comunidade Quilombola Silêncio em Óbidos-Pará. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p. 72-91, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): PAULINO, Itamar Rodrigues; SILVA, Elian Karine Serrão da. (jan./jun.2023) Cenário Festivo Afroamazônida Brasileiro: a Folia de São Benedito na Comunidade Quilombola Silêncio em Óbidos-Pará. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 72-91.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade em *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão

Bonete Júlio João Chaha *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-1430-6743>

Resumo: Esta investigação buscou compreender o confronto entre a tradição e a modernidade em *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão. A questão que orientou o trabalho consistiu em saber em que medida as diferenças culturais constituem fator de conflito entre os povos. Assim, a técnica de recolha de dados foi a pesquisa bibliográfica. O tratamento dos dados foi feito na base da análise de conteúdo e de discurso, o que revela que a literatura desempenha um papel muito importante, não só do ponto de vista artístico, mas também do ponto de vista cultural. Podemos olhar para ela como um “meio” que nos permite conhecer o mundo. A literatura é também o mote para a construção e a confirmação da história de um povo ou uma nação, pois é a partir desta que se podem narrar fatos inerentes ao percurso dos povos através de mitos, lendas, contos, desde a sua origem até os dias de hoje, contribuindo, assim, para uma autenticidade ou mesmo para uma identidade nacional.

Palavras-chave: Confronto; Tradição; Modernidade; Globalização.

Abstract: This investigation aimed to understand the confrontation between tradition and modernity in *Loving on a bed of preconception*, by Isabel Ferrão. The subject that guided the work consisted of knowing in what measured the cultural differences constitute conflict factor between peoples. So, the technique of data collection was the bibliographical research. The treatment of the data was made in the base of the content analysis and of speech, which reveals that the literature plays a very important part, not only of the artistic point of view, but also of the cultural point of view. We can look at it as a “means” that allows us to know the world. The literature is also the motto for the construction and confirmation of the history of a people or a nation, because it is starting from this that one can narrate inherent facts to the course of the people through myths, legends, stories, and other, from its origin to the present days, contributing, so, for an authenticity or even for a national identity.

Keywords: Confrontation; Tradition; Modernity; Globalization.

1. Introdução

Moçambique, a sua capital Maputo, é um país situado no sudeste do continente africano, banhado pelo oceano Índico a leste e que faz fronteira com a Tanzânia ao norte; Malawi e Zâmbia a noroeste; Zimbabué a oeste e África do Sul a sudoeste. Os primeiros povos que habitaram em Moçambique eram bosquímanos, caçadores e recolectores e, gradualmente seguiram ondas migratórias de povos de línguas *bantu* oriundos de regiões do oeste e do norte de África através do vale do rio Zambeze. Etnicamente, os macuas são o grupo maioritário na região norte do país, os sena e shonas são proeminentes no vale do Zambeze e os tsongas na região sul do país, e culturalmente, a arte

* Instituto Médio Politécnico de Moçambique, Universidade Licungo

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... moçambicana reflete e sempre reflectiu a opressão colonial e tornou-se símbolo da resistência.

Aquando da estadia dos colonizadores em África, particularmente, em Moçambique, tal como nos conta a História, houve partilha de hábitos e costumes dos povos europeus e africanos, sendo, para este estudo, o caso específico de Portugal (colonizador) e Moçambique (colonizado), fato que, desde a permanência deste povo colonizador no território africano, se foi dando com alguma resistência por parte dos nativos no âmbito cultural, tendo sido marcado pela contradição no que se refere a hábitos. Nesta contradição, o africano é a vítima, tendo a sua identidade em causa.

Já há séculos que o maior desafio que os homens têm para manter uma convivência harmoniosa é superar a intolerância. Eles devem aprender a olhar para a diferença como algo normal e saber lidar com ela. As culturas não estão isentas a essa intolerância (arma de destruição perigosa), que deve merecer a atenção de todas as forças vivas da sociedade. Em face a esta realidade, prontificamo-nos a levantar uma pesquisa com o tema Choque de civilizações: Tradição vs. Modernidade em *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão, tendo a seguinte questão orientadora: *Em que medida as diferenças culturais constituem factor de conflito entre os povos?*

Os confrontos envolvendo culturas diferentes têm sido um assunto que tem merecido atenção de antropólogos, sociólogos e muitos outros teóricos nos últimos séculos. Pode a afirmação ser ancorada pela criação de cursos nas universidades africanas, particularmente moçambicanas, que abordam sobre a cultura africana, como Antropologia e Sociologia, a realização de simpósios e seminários que versam sobre a cultura, entre outras. É uma questão que preocupa a todos os homens, à medida que tais embates não abrem espaço para uma saudável convivência entre as pessoas, independentemente das suas origens étnicas.

Moçambique foi e continua a ser palco desses conflitos entre a tradição e a modernidade que, com o decorrer do tempo, foram deixando marcas profundas nas comunidades moçambicanas. A escolha do tema encontra a sua justificação na importância que a questão de identidade cultural tem na sociedade. Na perspectiva individual, o estudo da dissensão entre as civilizações ocorrida em Moçambique vai reforçar o aprofundamento de conhecimento sobre as culturas locais e o que fazer para a sua preservação.

Com esta pesquisa, pretendemos contribuir para o enriquecimento dessa área do saber, ao deixar pontos focais relativos à forma de como se manifesta a modernidade e à

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... de como se procede a tradição, estabelecendo um paralelismo entre as duas civilizações que se chocam pelas divergências existentes entre elas. Tendo como suporte estes fatores, outros pesquisadores que se interessarem em estudar um assunto similar procederão com propriedade. Por outro lado, o estudo encontra a sua importância social, por abordar aspectos tradicionais que perfazem a cultura moçambicana. Deste modo, permitirá que grosso número de jovens nascidos na era pós-independência conheça e preserve a nossa tradição.

2. Tradição vs Modernidade: de confrontos culturais à emergência de uma identidade cultural híbrida

Como fizemos alusão na introdução ao presente artigo, Moçambique foi, no seu percurso histórico, forçado a um convívio multicultural que começa com a presença dos árabes na penetração mercantil, passando pelo encontro de dominação colonial e que se estende até aos dias de hoje. Nesse contexto, conforme Condorcet (1847, cit. em SANTOS, 2016, p. 56), “o homem comum recebe dos outros suas opiniões, suas paixões, seu carácter, ele retém tudo das leis, dos preconceitos, dos costumes de seu país, como planta recebe tudo do solo que a nutre e do ar que a rodeia”.

Portanto, estas são leis e costumes que a juventude de hoje, ainda que seja em menor número, nas comunidades mais reservadas em Moçambique, tende a preservar. Na região dos Kalizenis, por exemplo, de acordo com Ferrão (2014), em *Amar sobre um leito de preconceito*, “tais princípios regulam os matrimônios, as cerimônias fúnebres, de educação das crianças, adolescentes e jovens, sobretudo, no saber ser e estar sociedade”. Entretanto, Rodrigues (1997, p.4) explica:

O termo tradição vem do latim *traditio*, do verbo *trans-dare*, dar completamente, de um lado ao outro. É o prefixo *trans*, que aparece igualmente em transparecer, transmitir, tramitar, transferir, transvazar, que lhe confere o sentido de totalidade. *Traditio* tinha para os latinos um duplo sentido que viria a especificar-se nas línguas latinas modernas com a invenção de dois termos distintos: “tradição” e “traição”. *Traditio* é assim, em latim, a doação, a entrega, a transmissão completa, de um lado ao outro, tanto do saber do mestre aos seus discípulos como de uma pessoa ou de um sentimento.

Analisada neste prisma, percebemos que a tradição é tudo o que se manifesta de forma repetitiva. Este entendimento é compartilhado por Condorcet (1847, cit. em SANTOS, 2016, p. 56) quando destaca os valores morais, as leis, o carácter entre outras manifestações sociais e individuais que se repetem de geração em geração. E Ferrão, em *Amar sobre um leito de preconceito*, destaca o “Magoda-goda”, sessão de

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... aconselhamento à noiva, nas vésperas de casamento, que é transmitida a Ndawa (neta) pela avó Racina, mantendo o vínculo com os ancestrais.

No concernente à modernidade, segundo Giddens (1991, cit. em CAMILLETI, 2007, p. 30), esta “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Giddens (2007) ainda acrescenta que “modernidade vem em contraposição às tradições. Modernidade propõe uma invenção ou reinvenção das tradições”. Segundo o autor, os modos tradicionais de vida vêm-se transformando.

A partir deste ponto de vista de Giddens (2007), entendemos a modernidade como sendo o processo que pretende substituir a tradição, fazendo com que tudo o que é tradicional passe a ter características e formas europeias. Nesta assimilação de traços europeus, a cultura africana, neste caso, a moçambicana, vê-se na necessidade de se metamorfosear. Mindoso (2017, p. 36), na sua reflexão intitulada *Os assimilados de Moçambique: Da situação colonial a experiência colonialista*, cita Cabral (1980) e concorda com esta ideia, ao associar a colonização europeia com a estratégia de alienação cultural em África, pois o processo de assimilação criava um grupo de pequena burguesia que se posicionava, de certa forma, como europeus colonizadores, facto que levava a estes africanos a rejeitarem a sua cultura.

Quando falamos de cultura, segundo a caracterização da UNESCO (s/d, cit. em PEDRO & SIQUISSE (s/d, p. 59), referimo-nos a “um conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”. Desse conjunto, Ferrão (2004), em *Amar sobre um leito de preconceito*, fala de “Magoda-goda”, “mphete-na-phasá”, “kudjeresá muzimu” entre outras. Essas práticas tradicionais de carácter espiritual são distintivas para os povos da zona centro de Moçambique, com particularidade para a província de Tete e as regiões circunvizinhas do vale do Zambeze. Ela abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as tradições e as crenças.

Entendendo a modernidade pela forma como Giddens a define, fica-nos ainda a percepção de que o fator dominação, não só social, como também cultural, é um dos que origina conflitos entre as duas culturas, a partir do momento em que esta dominação ocorre sob imposição. Uma vez que a modernidade pretende instalar uma forma única de ser e estar dos povos de todo o mundo, temos, em contraposição, um africano decidido e comprometido a preservar a sua essência, que passa necessariamente pela honra aos seus antepassados, prática de certos rituais de reconhecimento aos seus ancestrais,

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... entre outros compromissos baseados em crenças. Este fundamento vem apresentado na concepção de Rodrigues (1996), onde se lê:

O facto de, como vimos, as modalidades tradicional e moderna da experiência se reflectirem mutuamente, de coexistirem no seio de uma mesma sociedade e numa mesma época, põe o problema das relações que estabelecem entre si. Pelo facto de a modernidade se definir como ruptura. A tradição representa a única fonte possível de sentido (p. 308).

A problemática das relações entre a tradição e a modernidade estende-se até aos dias de hoje, como dissemos anteriormente, se olharmos para as críticas sociais que se fazem contra a forma de ser e estar atualmente comparada com o antigamente.

As comunidades mais reservadas, por exemplo, condenam certas formas de vestir por parte dos mais novos, por exemplo, as saias curtas, calças apertadas para as mulheres, enquanto estes rejeitam as formas antigas, alegando estarem ultrapassadas. Este choque prova que o conflito de coexistência entre a tradição e a modernidade não é só um assunto da época colonial, razão que leva os teóricos a intensificarem estudos de consciencialização das pessoas. A vontade de dominar por completo o outro ganha mais ímpeto e, na cultura moçambicana, não sucedeu o diferente, segundo a afirmação de Silva (2011):

Durante a colonização muitos rituais foram suprimidos por influência das políticas repressoras, mas a insistência nas tradições tornou esses rituais num fenómeno cultural sólido no meio rural. Esta resistência cultural contribuiu para a preservação das tradições, entre as quais os rituais iniciáticos a que os jovens se submetem para acederem ao estatuto de adultos. A vivência desses rituais constitui um mecanismo com o qual a comunidade molda o comportamento dos mais novos (pp. 8-9).

A Modernidade é, conforme as abordagens dos autores acima, uma das estratégias incessantes do europeu instalar sua hegemonia a vários níveis. Pois, mais do que ter um poder sobre os territórios almejados, convencendo o africano a pensar e agir como um homem completamente moderno, ele faria com que a cultura europeia se alastrasse para os demais lugares de África, e aí estará conquistada a hegemonia cultural por parte do europeu no continente.

2.1 O tradicionalismo como fator de identificação do povo africano

No que concerne ao tradicionalismo, Giddens (2000, p.45), no seu livro intitulado *O mundo na era da globalização*, escreve:

Quando os escoceses se reúnem para celebrar a sua identidade nacional, fazem-no de formas ancoradas na tradição. Os homens

vestem o kilt¹, cada clã usa tartan com as suas próprias cores e as cerimónias são acompanhadas pelas músicas das gaitas-de-fala. Através destes símbolos demonstram-se que mantêm fieis aos rituais de Antanho, cujas origens são antiquíssimas.

Tanto o kilt como o tartan, nas celebrações acompanhadas pelas músicas das gaitas-de-fala, identificam os escoceses, além da crença para com os antepassados, o animismo, as cerimónias tradicionais, entre outras práticas de culto ao ancestral, que também identificam aos moçambicanos, fato este que levou o autor Tarouco (2010, p. 5) a escrever que “a realidade africana pode ser mais bem compreendida através do viés animista, pois nada mais é do que a convivência harmoniosa do mundo dos vivos com o mundo dos mortos e dos tempos passado, presente e futuro”.

Quando se fala de identidades, muitos teóricos são unânimes em defini-la como marcas ou elementos que caracterizam alguma coisa. Assim sustenta o Professor Siqueira (2000, p. 114), na sua obra intitulada *Antropologia: Uma introdução*, “quando falamos em identidade, estamos falando de alguma regra ou norma que permite a um indivíduo, conscientemente, se incluir ou excluir de um grupo social (nação, profissão, religião, classe social, local de moradia, etnia, cor, gênero, etc.).” Segundo esta linha de pensamento, com base no conjunto de elementos ou paisagens culturais que lhe é apresentado pela sociedade e cultura, o sujeito pode conhecer-se ou ser conhecido. Se, por exemplo, é regra de uma determinada sociedade que uma criança logo que atingir a adolescência passe por ritos de iniciação, essa regra, conforme os dizeres do Professor Siqueira (2000), é, para a criança, uma das identidades.

Quando, por qualquer razão, se impede a um povo de realizar culto aos antepassados, quando se obriga a um povo a deixar de falar a sua língua e passar a usar a de um outro povo, está a matar-se a identidade deste povo, que aos poucos vai perdendo a sua essência, assim como diz Ferrão (2004), no capítulo *Ndawa apátrida*, e sem identidade o povo perde ainda certos direitos, como pessoas dentro da comunidade. A este respeito, Giddens (2007, p.54) entende que:

À medida que o papel da tradição muda, novas dinâmicas são introduzidas na vida social, constituindo por um lado, um empurra e puxa de acção e compulsividade, e, por outro, uma troca entre cosmopolitismo e fundamentalismo. Essas trocas, ao mesmo tempo em que mudam as estruturas mundiais, interferem na identidade do cidadão que se encontra no cerne da luta entre dependência e autonomia e entre fundamentalismo e cosmopolitismo, característica da actual globalização.

¹ Saiote pregueado, liso na frente e trespassado dos lados, em tecido de lã com desenho de xadrez, com comprimento da cintura aos joelhos, que é parte do traje tradicional escocês do sexo masculino.

Portanto, as asserções dos autores acima mencionados levam-nos a acreditar que a identidade de um povo corresponde a seus hábitos e costumes, e isso passa pela valorização das suas práticas culturais, considerando, assim, o tradicionalismo, pois, como nos referimos anteriormente, o abandono dessas práticas tradicionais implica a perda de identidade do mesmo povo.

3. Modernidade e globalização: fenómenos universalizantes ou estratégias de dominação cultural em África?

Nas correntes de opinião mais apresentadas nos dias actuais com relação à questão da modernidade em África, tem-se ouvido e lido várias teorias que advogam este fenómeno como tendo emergido e se mundializado com um intuito de tornar as sociedades mais igualitárias e que caminhem no mesmo nível de desenvolvimento. Tal é o fato elucidado por Domingues (1998, p.3), no excerto seguinte:

A modernidade contemporaneamente pode ser caracterizada a partir de três tendências-mestra. Em primeiro lugar, é preciso destacar o desenvolvimento das tradições institucionais da própria; Estado racional-legal, economia capitalista, família nuclear, individualismo, racionalização instrumental e, em parte, “comunicativa”, diferenciação de esferas de valor, ideologias que concretizam os valores da liberdade e igualdade formais do liberalismo e as doutrinas que em parte o combateram, como o Romantismo, e/ou o tem sucedido, como certas formas de socialismo.

Domingues é, nesta linha de pensamento, apologista aos que olham para a modernidade como fenómeno que impulsiona o desenvolvimento a nível económico-social baseado na igualdade de direitos para todos na sociedade. Para suscitar outras reflexões a partir desta ideia, cita-se Guattari (1987, cit. em MITJAVILLA & DE JESUS, 2004) ao dizer que “a modernidade produziu o surgimento de um duplo processo: de um lado, homogeneização universalizadora e reducionista da subjectividade, e, do outro, fragmentação ou quebra das territorialidades humanas tradicionais” (p. 70).

Como forma de entendermos o significado da modernização nas sociedades africanas, recordamos a afirmação de Silva (2011): “durante a colonização muitos rituais foram suprimidos por influência das políticas repressoras, mas, a insistência nas tradições tornou esses rituais num fenómeno cultural sólido no meio rural” (p. 8). Partindo desta perspectiva, percebemos a modernidade como sendo uma das ferramentas através da qual o europeu se socorre para materializar os seus interesses, mas, desta forma, ainda que uniformize as sociedades, distancia-se em parte, do interesse primordial de tornar as comunidades homogêneas. Em África, precisamente em Moçambique, verificou-se a quebra das territorialidades tradicionais.

Nesse contexto, Hall (2004) explica que “as pessoas que moram em aldeias pequenas, em países pobres, [...] podem receber na privacidade de suas casas as mensagens e imagens de culturas ricas [...] do ocidente através do aparelho de TV ou radio” (p. 74). Já agora, como é que se define a globalização? No entender de Donelly (2007a, cit. em SILVA, 2010, p.20):

A globalização é geralmente entendida literariamente com significado de criação de estruturas e processos que abrange todo o globo. Pessoas, produtos e ideias incrivelmente mudam e se interagem com outras fronteiras que não são do território nacional. Política, mercados e cultura tornam-se transnacionais mesmo globais em vez de nacionais.

Tendo como suporte este pressuposto, a globalização é um fenômeno facilitador na interação de todo o globo terrestre. Interação que abrange o escopo social, comercial, cultural e mais. Nesse sentido, Hall (2004, p.75) entende que:

Ainda, quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas, desalojadas de tempos, lugares, história e tradições específicas parecem flutuar livremente.

Dessa forma, para o caso do nosso país, vai ser a cultura europeia dominando a africana. A globalização, a todos os níveis em Moçambique, não pode ser dissociada do processo de colonização. Pois, segundo literaturas:

[...] Começa no século XVI com a primeira expansão europeia possibilita a ligação de todo o mundo num mesmo sistema. Tem algum impacto sobre a cultura, condicionando a sua dinamicidade [...] com a globalização surgem às vezes processos de hegemonia cultural, que consiste na adopção ou na dominação, por motivos históricos, dinâmicos ou posicionais, de traços de uma outra cultura. Contudo, emergem processos de estratificação cultural, que indicam não necessariamente uma condição de inferioridade cultural, mas uma falta de autonomia completa (BERNARDI, 1974, cit. em PEDRO & SIQUISSE, s/d, p. 79).

O conceito acima referente à globalização vem mostrar-nos que o encontro entre a tradição e a modernidade em Moçambique teve como fator influenciador a expansão europeia, que mais tarde deu lugar à colonização, que se viveu durante 500 anos, tendo culminado em 1975 com a proclamação da independência. Portanto, no fenômeno globalização, há uma espécie de aquisição, em que um povo adquire os traços distintivos de uma outra cultura. Isso acarreta consequências para as culturas que se posicionarem como “fracas”.

Entre a tradição e a modernidade que se aborda em *Amar sobre um leito de preconceito*, a globalização tem um papel dinamizador na propagação da cultura moderna em Moçambique, incorpora-se, no leque da cultura tradicional, uma nova forma de

organização social. Nessa interferência de culturas, surge uma outra questão que muito se debate nos dias que correm: consequências da globalização. Sobre este ponto, recorreremos, primeiro, à abordagem de Friedman (2000, cit. em RIBEIRO & POESCHL, 2013), a qual diz:

[...] a globalização pode ser desorientadora ao fazer perder os pontos de referência: há duas maneiras de fazer uma pessoa sentir-se sem lar, uma é destruir-lhe a casa, e a outra é fazer que a sua casa se torne igual à casa de todas as outras pessoas (p. 55).

Fazendo analogia com consequência da globalização, o autor leva-nos a pensar que existem formas de fazer com que um povo fique sem identidade, e uma delas é fazer com que este povo se iguale ao outro. Com a globalização no país, os moçambicanos tornam-se cada vez mais iguais aos outros povos do mundo, na sua forma de ser e estar. Consequentemente, ao tornar a sua identidade homogênea, Hall (2004) explica:

1. As identidades nacionais estão se *desintegrando*, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”; 2. As identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização; 3. As identidades nacionais estão em declínio, mas *novas* identidades híbridas – estão tomando seu lugar.



Com este encontro intercultural impulsionado pela globalização de que estamos a tratar no presente estudo, chocam-se as culturas. Em unanimidade com esta ideia, Silva (2010, p.21) afirma que:

Globalização tem resultado na intensificação dos conflitos e das violências étnicas e religiosas. Sob este aspecto, claramente, a globalização tem tido um efeito deteriorizante em todo o complexo de direitos humanos, resultando na transformação significativa no comportamento de valores de massas da humanidade através do globo.

Sobre todas as ameaças que a globalização representa nas culturas locais, Giddens (2000) deixa uma recomendação no final da sua abordagem sobre tradição através de palavras de apelo ao comprometimento com os princípios morais que estejam acima das pequenas preocupações e disputas da vida de todos os dias: “Devemos estar preparados para sair em Defesa destes valores sempre que eles estejam mal definidos, ou ameaçados” (p. 56).

Portanto, tanto a modernidade quanto a globalização concorrem para o aparecimento de conflitos culturais, particularmente, nos países de terceiro mundo, conforme as teorias por nós convocadas, e a razão desse conflito é o fator submissão. O

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... maior desafio para as sociedades africanas que se veem ameaçadas por estes fenômenos ocidentais é a preservação de suas culturas para que a sua identidade não esteja em causa.

3. Metodologia

Para o sucesso de um trabalho de qualquer natureza, é importante que, *a priori*, tracemos caminhos que nos levem ao alcance dos objetivos. Para o presente trabalho, recorreremos à técnica de consulta bibliográfica e ao método analítico, em que a técnica de consulta bibliográfica consistiu na leitura de livros e artigos científicos sobre o tema em estudo, o que constituiu a fundamentação teórica do trabalho, e o método analítico permitiu-nos fazer a leitura e a interpretação dos escritos. Mais do que isso, através deste método, analisamos a ocorrência de choques de civilizações na obra *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão.

4. Tradição e modernidade: um confronto cultural e o poder da tolerância em *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão

Mais do que retratar das tradições como elementos de identificação de uma sociedade ou povo que nela habita, a obra *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão, atribui ao encontro entre a tradição e a modernidade um papel preponderante na emergência de identidades culturais mistas que se igualam ao resto do mundo, onde o antigo é transformado segundo as exigências do dia-a-dia, como resultado de desenvolvimento a todos os níveis.

Quando se lê *Amar sobre um leito de preconceito*, título convidativo, somos levados a imaginar uma situação de ardente história de amor que se vive num ambiente abarrotado de obstáculos assentados nas superstições de pessoas ao redor. É exatamente isso o que se testemunha nas 177 páginas do livro. Onde Ndawa (jovem do vale de Nsenga) se vê dificultada de usufruir da maior dádiva que é amar com Risto (jovem de origem europeia) por causa da sua raça e cultura. É um encontro em que a diferença ganha expressão originando choques que, no final, são resolvidos por um único remédio, que é amor. Esta metáfora explica os confrontos culturais entre as tradições e modernidade, que, no final de tudo, com ajuda da intolerância, resultam no mundo mais global que vivemos atualmente.

Amor, uma palavra de apenas quatro letras, mas com poder imensurável. Nesta obra, tem o de cegar aos principais envolvidos de suas diferenças raciais e culturais. É

para dar mais azo e vida à narração sobre este puro sentimento que o narrador emprega a antítese nesta situação em que Ndawa sentiu pela primeira vez um batimento do seu coração num tom de amor, no seu frente à frente com o tal príncipe encantado: “Suores e frios tomaram conta de Ndawa, ela tremia por todo o corpo e emudeceu, saiu de seguida correndo, à procura de refúgio em casa de seus pais” (FERRÃO, 2004, p. 64).

A primeira colisão de cultura, na obra, começa com esta prática que existe na cultura da família de Ndawa e na outra não existe. A não existência dela na cultura de um dos cônjuges pode gerar um desconforto entre os dois no seu casamento, visto que cada um dos dois tem uma visão diferente sobre como ser e estar na sociedade. O desconforto no verdadeiro sentido da palavra antevê-se no segundo capítulo intitulado *A vida*. Coincidentemente, Makuve, a mãe de Ndawa, teria passado por mesmo dilema que, futuramente, seria vivido pela filha. As duas, Mãe e filha, mergulharam-se nesse rio turbulento remando contra maré, tudo em nome do amor. Se vivenciar um casamento de pessoas da mesma cor, cultura, religião e região é um desafio muito grande, vivenciar o de linhagem cultural diferente requer coragem e paciência.

Makuve, com a voz de experiência, não desejaria ver a filha mergulhada nesse rio de preconceitos sem saber nadar: “Com a voz tremelicando e desafinada, Makuve perguntava à filha se estava consciente do futuro, das dificuldades que encontraria, enfim, do desafio que era enfrentar um casamento para lá de racial, mas e fundamentalmente, intercultural” (FERRÃO, 2004, p. 22).

A tenacidade e perseverança são fatores essenciais quando se está a lutar por uma causa ladeada de muitas dificuldades. Para os africanos, a tradição na qual o casamento faz parte é a causa de todo o interesse, todos os africanos lutavam e lutam como forma de garantir a sua eternidade. Diante de todas as dificuldades geradas pela globalização ou mundialização, tem-se, nas palavras de Makuve, um apelo a lutarmos com gosto e preservarmos aquilo que nos é importante, senão vejamos o seguinte: “[...] Minha filha! Nenhum casamento é fácil [...] principalmente o vosso com diferença de raça e cultura. O que é preciso é ter coragem de amar, só desse jeito sobreviverão nesse rio [...]. Nesse leito de preconceito” [...] (FERRÃO, 2004, p. 171).

O casamento de Ndawa e Risto simboliza o convívio de culturas africanas com a europeia que tem como lugar de ocorrência, o vale de Nsenga. Lida atentamente a obra, constata-se que o narrador cita propositadamente a ação da igreja católica no casamento de Makuve. O funcionamento desta igreja trazida da Europa no meio de uma sociedade tradicional e, mesmo com a sua existência, o contínuo respeito para com a antiguidade

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... podem ser analisados como a coabitação da tradição e modernidade. O confronto entre esses dicotômicos fenômenos sociais é vivido em todas as esferas sociais, onde, readaptação é a palavra que melhor descreve o ambiente presenciado numa primeira fase, como se pode ler no excerto:

A cerimónia do casamento de Makuve e Calizeni na pequena igreja local decorreu simples e harmoniosamente. O padre fazia um discurso misturado. Sua língua europeia confundia-se. Era uma rara mistura e influência de povos do médio. Nsenga, esse berço de civilização para os *bantu* (FERRÃO, 2004, p. 35).

Um dos fatores que separa as famílias na sociedade multicultural é a estratificação com tendências para raça e o nível social. Isabel Ferrão olha para essa questão como sendo uma das que mais contribui para a instabilidade nos casamentos. Nessa perspectiva, o branco, neste caso, o europeu, procura impor superioridade a todos os níveis, como dissemos no capítulo anterior, e um casamento entre estes e os negros africanos é visto como um atentado contra a hegemonia racial que o europeu supõe ter e, portanto, é uma vergonha que se deve evitar.

Ferrão prova este posicionamento a partir desta passagem textual: “Calizeni era membro de uma das poderosas famílias feudais afro-portuguesa no vale do Nsenga. Obedecendo às regras seculares, ele apenas se poderia casar com uma mulher pertencente a outra família feudal e da mesma tribo. Com o mesmo status social [...]” (FERRÃO, 2004, p. 61). Por essa razão, várias manobras foram arquitetadas pela família de Calizeni para frustrar o seu casamento intercultural, são práticas que incluíam ameaças ao deserdamento, caso ele se casasse com Makuve.

Amar sobre um leito de preconceito é uma obra com variadas abordagens, desde a exaltação da africanidade por via das tradições locais até às questões raciais. Para a melhor descrição de conflitos resultantes do convívio multicultural, Ferrão abre um capítulo intitulado “Choque de cultura”, onde deixa ficar as emoções sentidas pelos personagens face a esse dicotômico encontro. O que se lê no trecho abaixo é exemplo disso:

[...] Makuve e Calizeni de mala e cuia. Vinham, como prometeram, assistir ao nascimento do primeiro filho de Ndawa e Risto. Ndawa estava feliz em rever os seus novamente e tê-los por algum tempo com ela. Mas para Risto a situação se complicava. Faltavam ainda três semanas para o previsto nascimento da criança. Para ele os sogros chegavam muito cedo e conseqüentemente teriam que ficar por muito mais dias. Na cultura dele, visitas eram como peixe, depois de três dias começavam a cheirar mal. [...] Contrariamente à europeia, em África as visitas são sempre bem-

vindas, nem que sejam por um, dois ou três meses. Mas certamente, em casa de Risto e Ndawa este costume não seria usual. As portas não estavam abertas como em casa dos pais de Ndawa. Mas também não estavam fechadas. Era preciso avisar que se vinha ou então ser convidado. Estes eram princípios de Risto. Não queria que o lar deles se transformasse numa pensão (FERRÃO, 2004, p. 61).

Coincidentemente, anos mais tarde, Ndawa, a filha de Makuve, passa por tratamento similar, após anos de casado com Risto:

[...] Mal o jantar se iniciou, a mãe do Risto tomava a palavra na dianteira [...] Começou por recriminar o filho de ter escolhido uma mulher que só causava problemas. Uma mulher de raça e cultura diferentes. Que as crianças teriam uma educação vergonhosa. E, ainda por cima, estava grávida novamente. [...] É o que dá casar com pessoas de nível diferente por isso eu sempre quis o melhor para o meu filho [...] Que preferia que o filho se tivesse casado com uma mulher de uma esquina qualquer do país deles, em vez daquela preta. Uma preta que só traz vergonha a família (FERRÃO, 2004, pp. 135-147).

O conflito vivido no casamento de Ndawa e Risto revela, desde o início até ao fim da obra, o desafio de coabitação entre a tradição e a modernidade em Moçambique, palco de preconceitos raciais e culturais. Para a maior parte de pessoas de raça branca, de acordo com o que se descreve na obra, nunca se deveria confiar em negras. Diziam que as negras que casavam com homens brancos normalmente eram prostitutas, que os homens brancos as encontravam nas “boates”, nos bares ou nas ruas onde faziam o seu negócio. Achavam também que este tipo de relação não se alicerçava no amor, mas sim em interesses. A mãe de Risto era uma das pessoas que partilhava do tal preconceituoso pensamento.

O preconceito para com as pessoas de raça negra como Ndawa, por exemplo, manifestava-se em ofensas, humilhações, acusações, entre outros maus tractos. O nascimento de um filho tem sido razão de felicidade no seio familiar, contudo, no casamento alicerçado no mar de preconceito conta-se a excepção. Após o nascimento da Makuve-neta: “houve ainda alguém que teve o desplante de querer saber se, por acaso, houve troca de bebés no hospital. Porque aquela criança era muito branca para ser filha duma negra!” (FERRÃO, 2004, p. 101), Ndawa suportou isso e muito mais em nome do amor que a unia com o branco europeu.

A convivência entre esses dois fenômenos (tradição e modernidade) só pode ser saudável com base na tolerância e no saber lidar com a diferença. Com uma estética ainda mais enriquecida de prazer, o narrador encontra a hipérbole para acentuar a dor

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... causada pelos tratamentos desumanos a que os africanos eram sujeitos. Lemos na passagem seguinte esta exagerada mensagem: “Ndawa se mantinha calada com a sua alma fervendo e escutando sua mãe simultaneamente [...]” (FERRÃO, 2004, p. 102).

A literatura, para além de ser essa arte de imaginações com liberdade de navegação nos horizontes, ela é feita também de conhecimento universal que se pode chamar de objectos emigrados. Nesta obra, Ferrão considera a essência de História, ao recorrer ao passado perspectivando o futuro que se aguardava com esperança de dias melhores, insinuando a ideologia de que a memória é tida como factor de importância extrema para se viver um bom presente e com um futuro risonho. Encontramos esse pressuposto afixado no trecho a seguir:

- Sabias que os poderosos naqueles tempos eram ricos e donos de tudo, até de pessoas. Falo dos escravos. Tu estudaste História, certamente sabes o que acontecia com os escravos. Para além de constituírem um bom produto de alto valor para o comércio, os escravos praticavam todas as tarefas que os seus donos ordenassem. Serviam também de meios de transporte. Levavam de um lugar a outro, os seus donos empoeirados na machila (FERRÃO, 2004, p. 92).

Descreve-se, igualmente, nesta obra, o ambiente de precárias condições de vida passado pelos africanos no século XX, época caracterizada por guerras de dominação colonial, aliás, factor que contribuiu em maior escala para o empobrecimento ainda mais do povo que, antes, vinha caminhando a um ritmo de desenvolvimento muito lento em relação aos outros povos, permitindo que a estratificação continuasse a criar forte desequilíbrio social entre eles.

O país estava em guerra. A opção pelo sistema marxista-leninista, pelos senhores do poder na época, ganhou contornos incontroláveis. [...] “Os estruturas”, esses não tinham que passar o mesmo sacrifício que o cidadão comum. Eram donos do poder. Tinham o mundo a seus pés. Eles tinham as suas lojas, lojas para “estruturas”. Lá se encontrava de tudo um pouco, desde as bebidas alcoólicas até a manteiga e o leite importados. O cidadão comum já há muito que não sabia o que era leite, manteiga, pasta dentífricas. Os dentes passaram a ser lavados com raízes ou cinza [...] a corrente eléctrica tornou-se também outro bem escasso [...] os que possuíam geradores eram os “estruturas” e os “cooperantes”. Os últimos traziam consigo de seus países [...] estava-se em plena luta de subsistência [...] (FERRÃO, 2004, p. 24).

O narrador vai a um nível de linguagem mais popular, quando usa a palavra estrutura, que significa chefes ou pessoas de categoria social elevada, para mostrar a sua aproximação com a situação que se narra. Para tornar a obra mais prazerosa ainda e com vida ao leitor, o narrador socorre-se de palavras ou certas expressões no sentido de

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... simbologia. Tal criação se pode notar a partir do próprio título *Amar sobre um leito de preconceito*, que simboliza luta, desafio e obstáculos que, independentemente de vontade ou não, devem ser enfrentados por razões de necessidades. Percorrendo ainda as entranhas da obra, constatamos o simbolismo atribuído ao casal Risto e Ndawa, tendo como resultado da união marital a filha Makuve-Neta, esta, vai simbolizar a cultura mista consequente da influência que a cultura europeia teve para com a africana.

Nos últimos dois capítulos intitulados *A hora da redenção* e *O amor move montanha*, respectivamente, os personagens mais preconceituosos na história dos casamentos de Makuve e Calizen e da sua filha, Ndawa e Risto redimem-se e pedem perdão pelos impactos negativos criados nas vidas dos casais. Essa redenção representa a vitória da luta que, desde muito, foi levada a cabo devido às diferenças culturais e raciais. Assim se faz valer o sentido do conselho em *A vida é como o rio* e o sentido do nome do último capítulo, *O amor move montanha*. Das palavras da redentora Racina, lê-se:

- Ndawa! Hoje é um dia muito especial para mim. E é tudo graças a ti!- O que foi que eu fiz agora, avó? – [...] Tu me acordaste para a realidade! Me chamaste à razão! A nossa conversa doutro dia foi muito valiosa. Abriu os meus olhos sobre aquilo que eu nunca quis ver. [...] Eu fui muito injusta com a vossa mãe, com o meu filho e com vocês [...] (FERRÃO, 2004, p. 155).

Por outro lado, Ndawa ouvia as palavras de remorso que a sua mãe ouviu, mas, já vindas da sua sogra, a mãe de Risto:

“Só quero respeitar a vontade dos meus filhos. Acho também que devo aceitar as pessoas como elas são por mais que me custe. Dói-me muito o coração de o ver triste. Ndawa, volta para o meu filho. Faz isso por mim, por ti, por ele e pelas crianças” [...] (FERRÃO, 2004, p. 176).

Socorre-se predominantemente da comparação, como se pode ver no capítulo *A vida é como um rio* através da personagem Makuve para estabelecer a relação entre a perigosidade de um rio com o casamento intercultural a que nos referimos na análise:

- Minha filha! A vida é como um rio. Quando não tem corrente, tem crocodilos preparados para atacar. Por vezes as águas secam, mas a travessia contínua perigosa. Eu me meti nesse rio sem saber o que me esperava. Só nas profundezas desse rio, dei conta que estava em perigo. Não baixei os braços, aprendi a lutar contra as feras. Lutei pela minha família e por amor (FERRÃO, 2004, p. 24).

A comparação, mais do que ser um recurso com efeito estético, a sua aplicabilidade nesta composição literária torna-se inevitável quando o assunto é o conflito

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ... entre duas pessoas ou culturas, visto que é a figura que se encarrega de apresentar diferenças vistas como o centro de todos os confrontos na obra. Estes confrontos são ainda alimentados por emoções como egoísmo, orgulho e desprezo para o lado europeu, e angústia e tristeza sentidas por africanos. O narrador encontra nos sinais de pontuação, como pontos de exclamação e reticências, um meio para transparecer essas emoções:

A mãe de Risto continuava estarecida observando a Ndawa. Não era o que ela esperava ver. Ela vinha munida de alguma roupa para cobrir o corpo de Ndawa, pensando que ela viria de vestida de tanga feitas com base de casca de tronco das árvores e com o peito à mostra. Mas Ndawa vinha muito bem vestida [...] Trajava um facto de calça e casaco azul-escuro e uma blusa combinando. [...]. – Também já existe isso em África heim?! (FERRÃO, 2004, pp. 113-114).

A pergunta seguida por uma exclamação, feita por mãe de Risto à Ndawa, carrega um tom de desprezo que esta senhora europeia tem para com a África. Facto que vai criando dor, angústia e tristeza em Ndawa, em simbologia aos africanos na obra. Com a leitura da obra, percebe-se a intenção de Ferrão de transmitir aos povos oprimidos a mensagem de que, por mais que o racismo e outros males associados ocorram, causando impactos sem precedentes, é tudo uma questão de tempo. Sublinhando ainda a ideia de que nenhuma raça é capaz de se sobrepor à outra:

É problema deles, filha. Eles é que tem um problema. Não tu. Um dia, os que se acham superiores aos outros se renderão! Comeremos todos na mesma mesa e a mesma comida, com as mãos ou talheres. A minha mãe sempre me disse isto! Comigo aconteceu algo parecido, filha (FERRÃO, 2004, p. 102).

É um conselho da Makuve para sua filha Ndawa, que é lançado na obra com visão profética do que futuramente viria a acontecer neste continente das tradições. O tempo de que Makuve se referia no seu discurso não se distancia do atual vivido, em que África já caminha ao ritmo de desenvolvimento acelerado conjuntamente com os outros continentes. Nota-se em África, atualmente, a presença de pessoas de raça branca vindas de todo o canto do mundo, desfrutando das praias mais maravilhosas que Moçambique, particularmente, possui e de comidas tipicamente africanas, galvanizando, desta forma, o turismo interno. Relativamente à tradição, a recuperação de Makuve relaciona-se com a de identidade que se nota atualmente nas sociedades africanas, como resultado de intensificação da promoção de eventos culturais. Todos os africanos são chamados a ter essa esperança de um dia voltar a ter a sua identidade que ficou vilipendiada pelo contacto com a modernidade.

Num livro de 177 páginas, gravita a temática de apelo, persistência e determinação como armas poderosas para enfrentar qualquer obstáculo, segundo o adágio popular “água mole em pedra dura, tanto bate até que fura”. Esta temática justifica-se na vitória de Ndawa, como resultado da incessante luta pelo seu casamento. A autora escreve a obra motivada pelos efeitos de casamento de pessoas com culturas bastante distanciadas. Ferrão toma como fonte de inspiração a experiência de vivências e a miscigenação de diferentes valores culturais no país, como vem escrito na contra capa do livro.

Considerações finais

Conflito entre tradição e modernidade é um facto em África, sobretudo, em Moçambique, país caracterizado pela coabitação de muitas culturas e línguas. Ao percorrermos as entranhas de *Amar sobre um leito de preconceito*, constatamos que a tradição, a modernidade e as diferenças culturais geram conflitos quando uma cultura tida como a superior impõe submissão a outra tida como a inferior, constituindo, para esta última, uma ameaça à extinção. Antes que se choquem as culturas, choquem-se os propósitos. Em *Amar sobre um leito de preconceito*, Isabel Ferrão retrata uma realidade em que o povo moçambicano (dominado) luta para preservar as suas tradições deixadas como herança pelos seus antepassados, e o europeu (dominador) impõe ao nativo a seguir a cultura ocidental.

Relativamente à globalização, este fenómeno inicia nas viagens de descobertas e de comercialização, que tiveram um papel de extrema importância no alastramento da cultura ocidental no mundo. Atualmente, a globalização fortifica-se com o avanço das tecnologias de comunicação, que permite a rápida recepção de informação por via de imagens e sons nas comunidades moçambicanas mais recônditas, permitindo a interferência da cultura global com a cultura local. Esta interferência facilita, conseqüentemente, a emergência de identidades culturais híbridas em Moçambique.

Em *Amar sobre um leito de preconceito*, Ferrão, mais do que retratar a tensão na dicotomia tradição e modernidade, incentiva a mulher, considerada como sexo frágil pelo senso comum, a lutar pelos seus objetivos, e faz crer que a tenacidade vence obstáculos. Enfim, para que haja uma convivência harmoniosa entre a tradição e a modernidade em Moçambique e em outras partes do mundo, os homens devem ter tolerância e aprender a respeitar a diferença e a conviver com ela. O sentimento de superioridade ou inferioridade de culturas pode levar um povo a rejeitar a cultura do outro ou mesmo a rejeitar a sua própria cultura.

Referências

- Camilleti, G. G. (2007). **Modernidade e tradição esculpidas no barro**: uma reflexão da associação paneleiras de goiabeiras. Dissertação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2007.
- Domingues, J. M. (1998). Modernidade, tradição e reflexividade no Brasil contemporâneo. **Tempo Social, Rev. Sociol.** São Paulo, vol.10, nº 2, p.209-234, out. 1998.
- Ferrão, I. (2004). **Amar sobre um leito de preconceito**. Maputo: Njira Editora.
- Giddens, A.(2007). **Mundo em descontrole**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record.
- _____.(2000). **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença.
- _____.(1991).**As consequências da modernidade**. 5.ed. São Paulo:Ed. UNESP.
- Hall, S. (2004). **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Mindoso, A. V. (2017). **Os Assimilados de Moçambique**: Da situação colonial à experiência socialista. Tese. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- Mitjavila, M. R.; De Jesus, S. (2004). Globalização, modernidade e individualização social. **Revista Katálysis**. Florianópolis, vol.7, nº1, p.69-79, jan./jun.2004.
- Pedro, M.; Siquisse, A. (s/d). **Antropologia Cultural**. Maputo: Anilda Ibrahim Khan editora.
- Ribeiro, R.; Poeschl, G. (2013). Globalização e suas consequências: representações de estudantes e profissionais portugueses. **Psicologia e Saber Social**. Rio de Janeiro, vol.2, nº1, pp. 51-71.
- Rodrigues, A. D. (1996). **Tradição e modernidade**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Santos, R. R. dos. (2016). A vida de Voltaire, escrita por Condorcet, ou considerações sobre o papel do filósofo. **Cadernos de Filosofia Política**, Rio de Janeiro, n.29, p. 51-57.
- Silva, C. R. V. (2010). A influência da Globalização nas manifestações Culturais e o Diálogo Intercultural como uma Genuína Alternativa de Respeito à Diversidade e ao Multiculturalismo. In: **V Anuário Brasileiro de Direito Internacional**, v.2, pp. 19-35. São Paulo.
- Silva, E. A. da. (2011). Educação no meio rural em angola: tradição, (des)igualdade de género e cidadania. In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador: UFBA, 2011.

Bonete Júlio João Chaha, Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade ...

Siqueira, E. D (2000). **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: Universidade Aberta do Brasil.

Tarouco, E. S. (2010). **O realismo animista e a literatura africana**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/43446> . Acesso em: 12 dez.2022.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): CHAHA, Bonete Júlio João. Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade em *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.92-110, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): CHAHA, Bonete Júlio João (jan./jun.2023). Choque de civilizações: Confronto Tradição vs Modernidade em *Amar sobre um leito de preconceito*, de Isabel Ferrão. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 92-110.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Reflexão sobre o impacto das poesias de Agostinho Neto: Havemos de voltar e adeus a hora da largada na construção de uma Angola Independente

Eduardo David Ndombele *

ORCID iD

<https://orcid.org/0002-5832-6391>

Lucrécia José dos Santos Paca **

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0003-1679-0759>

Resumo: O presente estudo sobre o papel da poesia de Agostinho Neto, no combate ao colonialismo para construção de uma Angola independente enquadra-se no âmbito de uma pesquisa bibliográfica, tipificada na pesquisa descritiva cujo objetivo principal, consistiu em demonstrar o impacto das poesias de António Agostinho Neto antes da conquista de independência nacional em Angola e em vários outros países africanos colonizados pelos portugueses. A hipótese inicial estrutura-se no fato de que a poesia de Neto seja um instrumento para o combate contras as peripécias do colonialismo desse modo a escrita é vista como uma arma de luta logo estamos diante de um texto literário engajado.

Palavras-chave: Poesia; Agostinho Neto; Havemos de voltar; Adeus a hora da largada; Angola.

Reflection on the impact of Agostinho Neto's poems: We have to go back and say goodbye to the start of construction of an Independent Angola.

Abstract: The present study on the role of Agostinho Neto's poetry, in the fight against colonialism for the construction of an independent Angola, fits within the scope of a bibliographical research, typified in the descriptive research whose main objective was to demonstrate the impact of the poetry of António Agostinho Neto before the conquest of national independence in Angola and in several other African countries colonized by the Portuguese. The initial hypothesis is structured on the fact that Neto's poetry is an instrument for the fight against the ups and downs of colonialism in this way writing is seen as a weapon of struggle as soon as we are faced with an engaged literary text.

Keywords: Poetry; Agostinho Neto; we shall return; goodbye to departure time; Angola

* Doutorando em Inovação Educativa na Universidade Católica de Moçambique, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge, Chefe de Departamento de Ensino e Investigação de Letras Modernas e Ciências Sociais do ISCED-Uíge.

** Mestre em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa. Departamento de Ensino e Investigação de Letras Modernas e Ciências Sociais do ISCED-Uíge.

Ukucamngca ngefuthe lemibongo ye-Agostinho Neto: Kufuneka sibuyele emva kwaye sithethe kakuhle ekuqaleni kokwakhiwa kwe-Angola eZimeleyo.

Uphononongo lwangoku malunga nendima yembongo ka-Agostinho Neto, ekulweni nekoloniyalizim ukwakhiwa kwe-Angola ezimeleyo, iwela ngaphakathi kwendawo yophando lwebhayibhili, efanekiselwa kuphando oluchazayo olona njongo iphambili yayikukubonisa impembelelo isihobe sika-António Agostinho Neto ngaphambi kokutshatyalaliswa kwenkululeko yesizwe e-Angola nakwamanye amazwe amaninzi ase-Afrika aphethwe yiPutukezi. Inqikelelo yokuqala isekwe kwinto yokuba isihobe sikaNeto sisixhobo sokulwa ukuguquguquka kobukolonyali.

Amagama angundoqo: Isihobe; Augustine Neto; siya kubuya; ndlela-ntle kwixesha lokuhamba; Angola.

Introdução

O presente artigo surge no quadro das comemorações do centenário de António Agostinho Neto, como forma de prestar-se o nosso tributo aquele que proclamou a independência nacional em Angola e pela forma como despertou a consciência do nacionalismo nos angolanos através das suas poesias. Aliás não é de forma fortuita que Neto é visto como a personagem política mais influente na segunda metade do século XX., um dos mais importantes escritores da literatura angolana, marcou a literatura mundial através das suas poesias contidas no livro de Sagrada Esperança com mais de 50 poemas escritas no período de 1945 e 1960 onde Neto procurou despertar a consciência dos angolanos e dos africanos em geral sobre as atrocidades cometidas pelos colonizadores.

Agostinho Neto foi o fundador da Nação angolana, foi médico de profissão nasceu à 17 de Setembro de 1922, filho de pais cristãos, nomeadamente Agostinho Pedro Neto, pastor da Igreja Metodista, casada com a professora primária Maria da Silva Neto. Durante a sua fase juvenil começou o seu dirigismo enquanto presidente do Centro Evangélico da Juventude Angolana. O seu percurso histórico para o estrangeiro é marcado a partir de 1944 quando chega à Lisboa durante a sua estadia, participou em vários movimentos culturais e literários na Casa dos estudantes do império e no Clube Marítimo Africano. Na política, pertencia a MUD Juvenil. Em 1955 é preso e condenado por dezoito meses de prisão na cadeia do Porto. Em 1957 é posto em liberdade, permitindo-lhe concluir os seus estudos com o grau de licenciatura na Universidade de Medicina de Lisboa em 1958.

Voltou em Angola no ano de 1959, tendo aberto o seu consultório de medicina em Luanda e, ainda na clandestinidade iniciou a sua actividade política que culminou com a sua ascensão para a presidência do Movimento popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo D. Ndombele, Lucrécia José dos S. Paca, Reflexão sobre o impacto das poesias de... em 1962, em Leopoldville . Foi o primeiro Presidente da Republica Popular de Angola de 1975 a 1979. Falece no dia 10 de Setembro de 1979. Lembramos de acordo a visão de Chiquete (2020). Neto, representa uma “ruptura na Historiografia da Literatura Angolana: diferente de uma Literatura com discurso nativista e contra uma literatura colonial institucionalizada, isto a partir de 1926, antes promovidas por concursos dirigidos pela Agência Geral do Ultramar o autor acrescenta ainda que Neto cria a sua poesia alicerçada na esperança, cuja dimensão humanística atribui-lhe um relevo mosaico e sagrado, uma imagem de libertação dos cativos que honra a visão profética dos seus poemas para com o povo oprimido.

Para o desenvolvimento do presente artigo científico, usamos a pesquisa bibliográfica, que consiste em material já publicado, como: livros, revistas, jornais, teses, artigos e dissertações. A fim de podermos aprofundar melhor sobre o nosso tema, analisamos e fizemos leituras que dialogam com os poemas de Agostinho Neto.

Na primeira secção do artigo procedeu-se uma análise dos dois poemas de Agostinho Neto, contidos na sua obra sagrada esperança nomeadamente havemos de voltar e adeus a hora da largada. Na segunda secção a nossa abordagem fundamenta-se em iniciação da literatura de combate em Neto, seguiu-se depois as últimas considerações e as referências bibliográficas.

1. Análise dos poemas de Agostinho Neto

Havemos de voltar

Às casas, às nossas lavras

às praias, aos nossos campos

havemos de voltar

Às nossas terras vermelhas do café

brancas de algodão

verdes dos milharais

havemos de voltar

Às nossas minas de diamantes

ouro, cobre, de petróleo

havemos de voltar

Aos nossos rios, nossos lagos

às montanhas, às florestas

havemos de voltar

*À frescura da mulemba
às nossas tradições
aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar
À marimba e ao quissange
ao nosso carnaval
havemos de voltar
À bela pátria angolana nossa terra,
nossa mãe havemos de voltar
havemos de voltar
À Angola libertada
Angola independente*
(NETO, 1979, p.10)

Esse é um dos poemas mais conhecido pelo povo angolano e além fronteira Neto, demonstra nesse poema numa linguagem que lembra uma canção fazendo jogo de palavras a necessidade imperiosa de retorno as origens aos nossos costumes a nossa cultura , uma verdadeira afirmação da nossa identidade é uma carta de auto recusa de politicas assimilacionistas. Havemos de voltar enquadra-se dentro do pensamento panafricanista alicerçados nas teorias de William .du Bois, Frantz Fanon , Kwane N´Krumah e outros panafricanistas .

Lembrar que o processo de colonização em Angola durou cerca de 500 anos e causou um impacto negativo no tecido sociocultural dos angolanos. Na perspectiva de Muhongo (2019 apud kebanguiko,2016). A divisão da população das províncias ultramarinas era feita na base de duas classes: os Assimilados e os Indígenas. Deste modo eram considerados indígenas: todos os indivíduos de raça negra ou seus descendentes nascidos e vivendo habitualmente nas províncias de Angola, Guiné e Moçambique que não possuíam ainda hábitos individuais e sociais para a integral aplicação do direito público e privado do cidadão português em outras palavras, um indígena era um africano, ou descendentes de africanos, governado por costumes nativos, que ainda não tinha sido promovido a um nível cultural ou grau de civilização que lhe permitisse reger- se pelas mesmas leis que os cidadãos portugueses. O objetivo da

Eduardo D. Ndombele, Lucrecia José dos S. Paca, Reflexão sobre o impacto das poesias de... política indígena era integrar os africanos na nação portuguesa, tentando respeitar, pelo menos em teoria, a cultura e as leis africanas, (Pélissier 2009, Apud Muhongo, 2019).

A legislação portuguesa sob administração de Norton de Matos, dava a possibilidade de transição da categoria de indígena á de assimilado, passando assim a condição de cidadão português e adquirir uma cidadania, mas para que este efeito se cumprir o nativo tinha que obedecer alguns requisitos tais como: ser maior de 18 anos; falar corretamente a língua portuguesa; exercer profissão de arte ou ofício, de que auferia rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo; ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressuposto para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

Em havemos de voltar Agostinho Neto explicita a exaltação de uma identidade que o colonialismo tentou durante séculos apagar da memória dos angolanos. As construção dos estrofes do poema demonstram uma noção de pertença e de apreço ao património:

*Às nossas terras vermelhas do café
brancas de algodão
verdes dos milharais
havemos de voltar*
(NETO, 1979, p.10)



Ferreira, (2012) descreve o poema de Agostinho Neto, nos seguintes termos: O poema sinaliza uma volta às origens, ou seja, uma celebração de todas as riquezas africanas. O sujeito poético reforça o sentimento de união (ênfatisado pelo uso do pronome possessivo “nosso”), de construção de uma identidade frente a uma nação consumida por anos de opressão e de apagamento de suas tradições. Celebram-se as tradições de seu povo, oprimidas pelo colonizador, destacando, assim, a redescoberta dos valores culturais angolanos:

*À frescura da mulemba às nossas
tradições aos ritmos e às fogueiras
havemos de voltar.
À marimba e ao quissangue ao nosso carnaval
havemos de voltar.*

(NETO, 1979, p. 10)

A noção de identidade cultural e os elementos que a constituem principalmente a língua, o espaço territorial a religião e outros elementos conexos são frequentemente invocados no poema de Neto para justificar o valor da nossa identidade cultural constitui uma das formações psicossociais resultantes de tal categorização. A noção de identidade cultural é objeto do poema havemos de voltar. É somente percebendo o outro como diferente de nós que a consciência da identidade pode nascer. A percepção da diferença do outro constitui, em primeiro lugar, a prova da própria identidade: “Ele é diferente de mim, logo sou diferente dele, logo existo”.

Contextualizando Santos (2005) explica que Agostinho Neto, foi um dos primeiros escritores angolanos a lançar mão do símbolo da Mãe-África como elemento de identificação com a terra angolana e o continente africano. “Adeus à hora da largada”, poema em que a simbologia do termo apresenta várias definições dentro do contexto histórico-político-social em que foi produzido. Referindo-se a esse poema, esclarece que em nossos dias impressiona a profética voz de há um quarto de século, em que o sujeito de enunciação se assume como um eu colectivo, exprimindo-o criativamente



Adeus à hora da largada

Minha Mãe

(todas as mães negras

cujos filhos partiram)

tu me ensinaste a esperar

como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe

a esperança somos nós os teus filhos

partidos para uma fé que alimenta a vida

Hoje somos as crianças nuas das sanzalas do mato

os garotos sem escola a jogar a bola de trapos

nos areais ao meio-dia somos nós mesmos

os contratados a queimar vidas nos cafezais

os homens negros ignorantes

que devem respeitar o homem branco

*e temer o rico somos os teus filhos
dos bairros de pretos
além aonde não chega a luz elétrica
os homens bêbedos a cair
abandonados ao ritmo dum batuque de morte
teus filhos com fome
com sede com vergonha de te chamarmos Mãe
com medo de atravessar as ruas
com medo dos homens nós mesmos
Amanhã entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura
Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
Vão em busca de vida.*

(NETO, 1979, p. 9-10)



A hora da largada é um poema que transmite aos angolanos e não só as emoções e as imagens que caracterizaram o locutor lírico e o período que Angola vivia antes da independência em 1975 é notável atitude lírica do poeta atendendo a forma de expressar ideias e a descrição da realidade que apresenta fazendo recurso fónico, semântico e recursos baseados em similaridades

Minha Mãe

*tu me ensinaste a esperar
como esperaste nas horas difíceis.
Mas a vida matou em mim essa mística esperança
Eu já não espero sou aquele por quem se espera*

(NETO, 1979, p. 9)

Nota-se que nesse poema de Agostinho Neto, “Adeus a hora da largada”, o autor procura estabelecer um diálogo aberto sem rodeios com os seus compatriotas fazendo recurso a expressão de afecto “Mãe” com uma simbologia extensa e muito significativa

Eduardo D. Ndombele, Lucrécia José dos S. Paca, Reflexão sobre o impacto das poesias de... representando desse modo a origem e a maternidade. Essa conversa com mãe estabelecer uma conversa com seu país (Angola), apontando alguns efeitos da colonização.

Santos (2007) no seu estudo sobre representações da mãe-áfrica na literatura angolana, esclarece que a invocação da Mãe-África foi um canto comum cantado em coro pelos poetas angolanos a partir do Movimento Vamos Descobrir Angola, surgido em 1948 em Luanda. Essa Mãe era, ao mesmo tempo, mulher e terra, configurada nos mesmos padrões das Grandes Mães neolíticas, deusas da fertilidade e da fecundidade, e representava, no contexto angolano a nação angolana e o continente africano, numa perspectiva pan-africanista que concebia a África como a progenitora da raça negra.

A luta pela unidade nacional constitui um dos estandartes de Neto, estando o povo angolano sob dominação colonial a unidade expressa através da palavra “Mãe” deveria constituir uma das prioridades para o combate ao colonialismo. No poema anterior havemos de voltar Neto, enfatiza também a figura de mãe ao escrever:

À bela pátria angolana

nossa terra, nossa mãe havemos de voltar

(NETO, 1979)



Retomando Santos (2007) relembra que, o poema de Agostinho Neto, ao apresentar Angola como Mãe, caracteriza os seus filhos oprimidos que, mesmo sem se conhecerem, estão todos ligados pela fraternidade que une as comunidades imaginadas.

Comparativamente com outros poetas e estadistas de África a exemplo de Léopold Sédar Senghor que apresentava intenções poéticas completamente diferente dado que Senghor não se firmava na temática de independência contra administração colonial senão na teoria de negritude em que foi um dos fundadores e um forte defensor desse movimento político e literário. Lembrando que umas das célebres frases de Senghor: “a emoção é negra, tal como a razão é helénica”

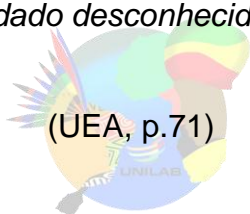
2.Iniciação da literatura de combate em Neto

A literatura na sua função sociopolítica é usada como instrumento de combate contra os portugueses, a política, em primeira instância, foi substituída pela literatura, grandemente nas colónias portuguesas, mas esta luta não foi por acaso. Segundo

Eduardo D. Ndombele, Lucrécia José dos S. Paca, Reflexão sobre o impacto das poesias de... Orlando Piedade¹, escritor são-tomense, são categorizadas duas perspectivas como vias de estruturação do nacionalismo; o protonacionalismo e o nacionalismo. A primeira, tem a ver pela prática literária de luta pela independência de forma pacífica; a segunda via devia então ser formalizada pela luta armada:

Agostinho Neto destaca-se na sua poesia de combate, enquanto muitos intelectuais garantiam a sua permanência na Europa, Neto tem sido também apontado como um dos poucos jovens intelectuais que permaneceu na sua terra, vivendo todo drama ao lado das pessoas desfavorecidas nas estratificações sociais mais baixas. Como pode se ler em Laranjeira; Rocha, (2014, p. 225). “Neto não se isolou das grandes massas de angolanos que viviam fora dos centros urbanos” Assim, a poesia de Neto é aludida de forma despida

*Não me exijas glória²
que ainda transpiro
os ais dos feridos nas batalhas.
Não me exijas glorias eu o soldado desconhecido
da humanidade.*



(UEA, p.71)

Para Neto, atingir as honras sem que se alcance os objectivos não vale apenas ser confirmada, a mobilização sobre a busca da luz que ilumine a escuridão, uma demonstração simbólica de que a vida orientada pelos colonizadores é uma falsa imagem, pelo que a escuridão deve ser combatida para a defesa da pátria /Nós Vamos em busca da luz/os teus filhos Mãe/ A escuridão neste sentido é paralela a noite. Quando Manuel é levado para São Tome como escravo, esta malsina poética, que objectivamente devia ser objecto de negação, visto que os escravos são levados além-mar para a realização de trabalhos esforçados, deixando a sua mulher, a sua pátria entristecida. Necessariamente a luz é simbologia de instrumento de criação de uma consciência lúcida como meio de revolta contra os contratantes: (UEA,2014)

*Não há luz
Não há estrelas no céu escuro
Tudo na terra é sobra*

¹ O papel da literatura na luta de libertação em África | 25 de Abril e Independências | DW | 22.05.2015/Acesso: 09.12.2021

² União dos Escritores Angolanos (2014, p.71).

Não há norte na alma da mulher

O sujeito poético reafirma o desejo de combater a escravidão, que durante séculos tentava provar que os negros são feitos homens escravos, homens que não sabiam fazer nada para além dos serviços a benefício aos seus senhorios. O homem branco invertia assim a concepção de que os africanos são preguiçosos, Neto vem desmentir esta crença, pedindo um combate serrado que desconstruísse esta prática que servia como meio de utilização e de manutenção da colonização. Em «O choro de África» esta tese é mais que evidente:

O choro de séculos inventado na escravidão em histórias de drama negros alma brancas preguiças e espírito infantil de África as mesmas mentiras verdadeiras nas suas bocas [...]

*Nós temos em nossas mãos outras vidas e alegrias.
Desmentidas nos lamentos falsos de suas bocas por nós!*
(UEA,2014, p 128)

Neto apresenta um discurso poético mais político e humanista. E, quando se particulariza para Angola, Neto diz aos seus compatriotas que o país é nosso, somos nós que temos de lutar para garantir a liberdade.



*É nossa! É nossa!³
xi ietu manu kolokota
kizuuu a ndo tu bomba
kolokotenu ...*

(UEA 2014, p.71)

Observa-se de forma evangélica, Neto faz recurso a excertos bíblicos que visasse no acordar do irmão adormecido:

*No silêncio sepulcral
das quatro paredes sem sol
lê na Bíblia oferta de esperança de sua mãe
Bem-aventurados os que têm fome
e sede de justiça porque deles será a pátria
e o amor do seu povo*

³ União dos escritores angolanos . (2014, p.71).

Portanto, é sem dúvidas que a literatura de combate para Neto tinha maior sonância no amor ao seu povo e a sua pátria para o alcance à independência, como escreveu Donald Burness citado por Laranjeira; Rocha, (2014, p. 237) “Agostinho Neto não escreveu muito sobre o amor individual que é um luxo; ele escreve sobre o seu amor pelo povo, sobre a sua terra e sobre a liberdade, ao contrário dos poetas da negritude francófona [...]”.

3. Reflexões conclusivas

O presente estudo permitiu uma aproximação à visão que Agostinho Neto tinha da Nação angolana, nas suas particularidades. Trata-se de uma aproximação de crítica literária, o que significa que serão sobretudo as obras poéticas, e não os discursos políticos, a fornecer matérias de análise à poesia da resistência nacional

Neto goza ainda, por isso, após quatro décadas da sua morte, e com justiça, de um estatuto de grande patriota, nacionalista, político, pai da nação, estadista de relevo, líder histórico, quer por todas as circunstâncias em que chega à chefia do partido, quer, posteriormente, do partido vencedor. Foi o primeiro Presidente da República de uma nova nação angolana, uma nação multicultural, coesa e unificada tal como ela é hoje, não obstante os obstáculos e dificuldades por que teve de passar ainda assim, a sua visão concretizou-se e o *slogan* «Um só Povo, uma só Nação» perdura e faz parte da identidade nacional angolana.

Embora ter sido curta a vida de António Agostinho Neto, deixou-nos uma rica produção literária. Deste modo, não obstante os seus poemas terem sido reunidos numa única obra, sagrada esperança seria impossível analisar toda a sua obra num artigo dessa dimensão.

Os poemas não apresentam a realidade vigente angolana, mas a realidade que deveria ser, ou seja, uma acção profética. A utopia da terra sonhada onde há sons harmoniosos ao invés de gritos desesperados, consciência e, conseqüentemente, um lugar mais justo. Essa é uma das características dos versos de Agostinho Neto. Os versos de seus poemas expõem esteticamente a ânsia e a raiva de um povo, analisando socialmente a situação histórica em que estavam imersos, referindo-se às aspirações, o desejo de mudança e a esperança desse povo. Neto não só fala do passado e do presente, mas também da busca incessante e da preparação para/de um futuro. (OLIVEIRA, 2014)

Referências

- AMADO, João. **Manual de investigação qualitativa em Educação**. 3.ed. Coimbra:Universidade de Coimbra, 2017.
- GUERRA, Eliane L. de Assis. **Metodologia de Pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte. Anima, 2014.
- KANDJIMBO, Luís. Alumbu- **O Cânone Endógeno no Campo Literário Angolano: Para uma Hermenêutica Cultural**. Luanda, Mayamba, 2019.
- KANDJIMBO, Luís. **Ensaio para inversão do olhar da literatura angolana à literatura portuguesa**. Luanda. Mayamba, 2010.
- Gil, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LARANJEIRA, Pires; ROCHA, Ana (org). **A Noção de Ser: Textos Escolhidos Sobre a Poesia de Agostinho Neto**. Luanda-Fundação Agostinho Neto, 2014.
- NETO, Agostinho. **Sagrada Esperança**. 9 ed. Lisboa: Sá da Costa, 1979.
- MUHONGO Marcelina Dulce. **Impactos da colonização portuguesa na educação em Angola: uma análise dos processos de assimilação e aculturação no período (1960 a 1974)**. Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2019.
- MARCONI. M. Andrade, LAKATOS. E. Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.
- MARTIN, V. L. "Luandino Vieira. Engajamento e utopia". In: SALGADO, Maria do Carmo SEPÚLVEDA; Maria Teresa. (Org.). **África e Brasil: letras em laços**. São Caetano do Sul: Yendis, 2006.
- MUANZA, Manuel. **Como se Lê um texto Literário**. Luanda. Mayamba. 2011.
- OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Universidade Federal De Goiás. Goiana/ UFG, 2011
- PRODANOV, C. Cristiano; FREITAS, E. Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico**. 2.ed. Rio Grande, 2013.

Eduardo D. Ndombele, Lucrécia José dos S. Paca, Reflexão sobre o impacto das poesias de...
PRODANOV. C. Cristiano; FREITAS. E. Cessar. **Metodologia do Trabalho Científico:**
Métodos e Técnicas do Trabalho Académico. 2.ed Ed.Feevale. Rio Grande do Sul, 2013.
UNIÃO DOS ESCRITORES ANGOLANOS. **Trilogia Poética:** Sagrada Esperança,
Renúncia Impossível e Amanhecer. Luanda, U.E.A, 2009.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): NDOMBELE, Eduardo David; PACA, Lucrécia José dos Santos. Reflexão sobre o impacto das poesias de Agostinho Neto: Havemos de voltar e adeus a hora da largada na construção de uma Angola Independente. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.111-123, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Ndombele, Eduardo David; Paca, Lucrécia José dos Santos. (jan./jun.2023). Reflexão sobre o impacto das poesias de Agostinho Neto: Havemos de voltar e adeus a hora da largada na construção de uma Angola Independente. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 111-123.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Política de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa: o caso de Moçambique

Elizabeth Mariana Alfredo Capathia Nahia *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2910-6963>

José Luis Dias **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6562-5904>

Amosse Jorge Gelo ***

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-4868-7609>

Resumo: Brasil tornou-se uma grande referência mundial entre os países falantes da língua portuguesa no concernente à atração da língua pelas diversas nações, graças a demonstração do seu poderio económico nos últimos anos. Neste âmbito, vários são os esforços implementados para a promoção da língua através da criação de políticas adequadas para a elevação da língua portuguesa no seio das organizações internacionais, o que constituiu o foco para a produção deste artigo, colocando maior enfoque em políticas moçambicanas. A pesquisa é meramente bibliográfica, baseada na interpretação de informações publicadas em forma de livros, revistas, textos legais, publicações avulsas, imprensa escrita e televisiva, e, eletronicamente, disponibilizada na Internet, palestras de académicos, entre outras. À luz das investigações feitas, ficou claro que Moçambique, apesar de ser uma Nação multilinguística tem na língua portuguesa o elo nacional dos moçambicanos, através do ensino, com a abertura de centros de língua portuguesa do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CLP/Camões IP), instalados na Universidade Pedagógica, que procuram apoiar o crescente interesse pelo estudo da Língua Portuguesa em Moçambique e a procura de instrumentos para o seu ensino e aprendizagem, com o objectivo de promover e divulgar a língua portuguesa e as culturas lusófonas.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Internacionalização da Língua Portuguesa. Moçambique.

* Doutoranda em Língua, Cultura e Sociedade pela Universidade Zambeze – Moçambique; Docente na Universidade Púnguè, Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades – Curso de Português. E-mail: enahia78@gmail.com

** Doutorando em Inovação Educativa na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula; Docente do Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM) – Divisão de Economia, Gestão e Turismo, Distrito de Vanduzi – Posto Administrativo de Chiremera – Moçambique. E-mail: dias.jose34@gmail.com

*** Graduado em Ensino de Português com Habilitações em Ensino de Línguas Bantu pela Universidade Púnguè – Moçambique; Docente de Português, Metodologias de Investigação Científica e Pedagogia no Instituto Médio Politécnico Cabeça do Velho – Moçambique. E-mail: amossejorgegelo28@gmail.com

Policy for Dissemination and Internationalization of the Portuguese Language: Case of Mozambique

Abstract: Brazil has become a major world reference among Portuguese-speaking countries in terms of the attraction of the language to different nations, thanks to the demonstration of its economic power in recent years. In this context, there are several efforts implemented to promote the language through the creation of adequate policies for the elevation of the Portuguese language within international organizations, which constituted the focus for the production of this article, placing greater focus on Mozambican policies. The research is purely bibliographical, based on the interpretation of information published in the form of books, magazines, legal texts, separate publications, written press and television, and electronically available on the Internet, lectures by academics, among others. In the light of the investigations carried out, it became clear that Mozambique, despite being a multilingual nation, has in the Portuguese language the national link of Mozambicans, through teaching, with the opening of Portuguese language centers in Camões, Instituto da Cooperacao e da Língua (CLP /Camões IP), installed at the Pedagogical University, which seek to support the growing interest in the study of the Portuguese language in Mozambique and the search for instruments for its teaching and learning, with the aim of promoting and disseminating the Portuguese language and Lusophone cultures.

Keywords: Language Policies. Internationalization of the Portuguese Language. Mozambique.

Mitemo ye kuparadzira uye kuita zvepasi rose ye mutauro wechiPutukezi: nyaya yeMozambique

Chigwagwa: Brazil yakave chirevo chikuru chepasi rose pakati penyika dzinotaura chiPutukezi maererano nekukwezva kwemutauro kumarudzi akasiyana-siyana, nekuda kwekuratidzwa kwesimba rayo rehupfumi mumakore achangopfuura. Muchirevo chechinyorwa chino, pane zvakanwanda zvakanwanda kuitwa kusimudzira mutauro kuburikidza nekugadzirwa kwemitemo yakakwana yekukwidziridza mutauro wechiPutukezi mukati memasangano epasi rose, ayo akave chinangwa chekugadzirwa kwechinyorwa ichi, kuisa pfungwa huru pamitemo yeMozambique. Tsvagiridzo iyi ndeyezvinyorwa zvemabhuku, zvichibva mukududzirwa kweruzivo rwakaburitswa mumhando yemabhuku, magazini, zvinyorwa zveitemo, zvinyorwa zvakasiyana, zvinyorwa zvakanyorwa uye terevhizheni, uye zvinowanikwa nemagetsi paInternet, hurukuro nevadzidzi, pakati pevamwe. Tichifunga nezvekuferrefeta kwakaitwa, zvakanwanda pachena kuti Mozambique, kunyangwe iri nyika ine mitauro yakawanda, ine mumutauro wechiPutukezi kubatana kwenyika kwevaMozambican, kuburikidza nekudzidzisa, nekuvhurwa kwenzvimbo dzemutauro wechiPutukezi muCamões, Instituto da Cooperação e da Língua (CLP /Camões IP), yakaiswa paPedagogical University, iyo inotsvaga kutsigira kufarira kuri kukura kwekudzidza mutauro wechiPutukezi muMozambique uye kutsvaga midziyo yekudzidzisa nekudzidza kwayo, nechinangwa chekusimudzira nekuparadzira chiPutukezi. mutauro netsika dzechilusophone.

Masoko ekutsigira: Mitemo yeMutauro. Kuparadzira Mutauro wechiPutukezi. Mozambiki.

Introdução

A presente pesquisa enquadra-se na temática de Política de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa, com particular enfoque à Moçambique. Tradicionalmente, a política linguística (doravante PL) diz respeito às decisões políticas que visam balizar, fomentar ou controlar o uso de uma determinada língua em um dado contexto sócio linguístico. Segundo Calvet (2007, p.11), deve-se entender a política linguística como “a determinação das grandes decisões políticas referentes às relações entre as línguas e a sociedade”.

A PL preocupa-se com a relação entre o poder e as línguas, ou mais propriamente, com as grandes decisões políticas sobre as línguas e seus usos na sociedade, que línguas podem ou não podem ser usadas em determinadas situações, oficiais ou não; em como línguas são promovidas ou proibidas, a partir de ações sobretudo do Estado sobre seus falantes (política de status); em como línguas são instrumentalizadas para determinados usos (política de corpus).

Pese embora haver abordagens genéricas sobre o estado da língua portuguesa no mundo, o estudo focalizou-se na análise da PL no Período colonial, com a chegada dos portugueses à Moçambique em 1498; PL no Período Pós-colonial, em 1975, quando a língua portuguesa foi conservada em Moçambique depois da independência com o estatuto de língua oficial; PL actual de Moçambique, onde a língua permite ao novo Estado-maior abertura para o mundo.

Neste contexto, fez-se mister perceber quais as políticas linguísticas e os atos de poder do Estado para a divulgação da língua portuguesa, num contexto multifacetado?

Com base nesta questão norteadora, buscamos satisfazer os seguintes objetivos específicos: Identificar as políticas promocionais da língua portuguesa no mundo; Analisar as estratégias de divulgação da língua portuguesa em Moçambique e avaliar o estágio atual da língua portuguesa.

Como procedimento metodológico, recorreu-se à análise bibliográfica, baseado na análise e interpretação da literatura já publicada em forma de livros, revistas, textos legais, publicações avulsas, imprensa escrita e televisiva, e, eletronicamente, disponibilizada na Internet, palestras de académicos, de autores que abordam aspetos relativos às Políticas Linguísticas de um Estado-nação, bem como de assuntos ligados à divulgação da língua.

Por um lado, a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2000). Por outro

Elizabeth Mariana A.C. Nahia, José L.Dias, Amosse J. Gelo, Política de Divulgação e Internacionalização ... lado, é um procedimento reflexivo, sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos factos ou dados ou leis, em qualquer campo de conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 1978).

Em questões organizacionais, o trabalho encontra-se dividido em três grandes partes que incorporam alguns subtópicos. Em primeiro lugar, abordamos a respeito da língua portuguesa no mundo, no qual também analisamos o seu estado no mundo digital. Na parte subsequente, observamos o Português como língua franca em Moçambique. Por fim, desenvolvemos a seção da Política Linguística em distintas eras em Moçambique, onde destacamos três períodos, a saber: colonial, pós-independência e actual.

1. A Língua Portuguesa no Mundo

É inegável falar da língua portuguesa no mundo sem navegar pela época de expansão marítima dos portugueses, fato pertinente para a expansibilidade da língua. Neste sentido, os portugueses lançaram-se ao mar e ancoraram em diferentes terras, levando também a sua cultura e a sua língua.

Com as grandes navegações, a língua portuguesa começa a sua expansão e também seu enriquecimento, sofrendo influência das línguas nativas por onde passou. No Brasil, assim como em outros países falantes da língua portuguesa, entrou em contato com as línguas indígenas, africanas, e também com a língua de vários imigrantes, sendo portanto, enriquecida pela miscigenação cultural.

A língua portuguesa está entre as dez mais faladas no mundo, de acordo com a Ethnologue, e segundo estatísticas de 2009, somos 178 milhões e ocupa a 6ª posição no ranking das línguas mais faladas, informação um pouco diferente é a do Observatório da Língua Portuguesa, onde as estatísticas apontam para 244.392 milhões 17 de falantes, passando para o 4º lugar, ficando atrás apenas do mandarim, espanhol e o inglês. O português tem o estatuto de idioma oficial em oito países: Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, e Timor Leste, e ainda é a língua oficial da RAE. Está espalhada pelos quatro continentes, sendo a língua mais falada no hemisfério sul¹.

Em termos comparativos e percentuais dos países falantes da língua portuguesa², temos:

¹ http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=size

² <https://googleweblight.com/i?u=https://dicionarioegramatica.com.br/publicacoes-fixas/quantas-pessoas-falam-portugues/&hl=pt-PT>

- **Brasil** - 210 milhões (virtualmente todos os mais de 207 milhões de habitantes do Brasil, as quais se somam mais de 3 milhões de brasileiros no exterior).
- **Angola** - 18 milhões de lusófonos (segundo o último censo angolano, falam português mais de 70% da população de 25,7 milhões - mas menos de 50% como primeira língua).
- **Portugal** - 14,5 milhões (10 milhões em Portugal + 4,5 milhões de portugueses no estrangeiro).
- **Moçambique** - 12,5 milhões de lusófonos (50% da população de pouco mais de 25 milhões falam a língua).
- Os **cabo-verdianos**, por sua vez somam cerca de 1 milhão de falantes: embora a língua materna de toda a população seja o crioulo, todos os cabo-verdianos falam o português - o que inclui, além dos 500 mil habitantes de Cabo-Verde, outros 500 mil cabo-verdianos espalhados pelo mundo.

São, portanto, 255 milhões vindos de cinco países, há ainda: 250 mil lusófonos na Guiné-Bissau (15% da população do país); todos os 190 mil habitantes de São Tomé e Príncipe (metade deles como língua materna); e 100 mil lusófonos em Timor-Leste (menos de 15% da população timorense). A Guiné Equatorial, embora tenha decretado o português como uma das suas línguas oficiais em 2009, não tem população nativa lusófona - a língua mais falada no país é o espanhol.

Além da população dos países oficialmente lusófonos, há ainda as antigas comunidades portuguesas encravadas em outros países, onde se estima haver:

- **Macau** (China), 12 mil falantes de português (2% da população de 600 mil).
- **Damão e Diu** (Índia), entre 4 mil e 10 mil falantes de português.
- **Goa** (Índia) - menos de 4 mil falantes de português.
- **Malaca** (Indonésia), 2,2 mil falantes de português

2. A Língua Portuguesa no Mundo Digital

No mundo digital a língua portuguesa também está em expansão. Segundo dados estatísticos de 2010³, é a 5ª língua mais utilizada na internet, ultrapassada apenas pelo inglês, chinês, espanhol e japonês. Segundo estes dados 82,5 milhões de usuários utilizam o português na internet. Entretanto tem um índice de produtividade (número de produtores de conteúdos por falante) inferior ao das outras línguas mais utilizadas.

³ <http://www.internetworldstats.com/stats20.htm#portuguese>

O mesmo acontece quando falamos de redes sociais, onde o português ocupa o terceiro lugar das línguas mais utilizadas no *Twitter*, depois do inglês e do japonês e no *Facebook*, depois inglês e do espanhol.

O aumento do número de utilizadores de internet no Brasil tem contribuído para que na última década houvesse um crescimento de 990% da língua portuguesa na rede mundial de computadores. Em 2011, o Brasil contava com mais de 79 milhões de usuários, ocupando a 5ª posição entre os 20 países com maior número de usuário de internet. Entre os países falantes de português, o Brasil ocupa a primeira posição, e Portugal a segunda Internet World Stats - Internet World Users By Language.

No *Facebook* a língua portuguesa é a que mais cresce, passando de 6.119 milhões de utilizadores em Maio de 2010 para os 58.500 milhões em Novembro de 2012.

3. O Português como língua franca: o caso de Moçambique

Na Dissertação Língua e Cultura portuguesa, que serviu de linha orientadora para a consecução da pergunta da pesquisa, Livia Lopes (2012), Universidade de Utreque, Faculdade de Letras, analisa, entre outro, o período em que Moçambique recebeu a independência e como a língua portuguesa progrediu nesse período. Apresenta também como os moçambicanos convivem com a língua do colonizador, um “português de Moçambique” que é influenciado pelos diversos dialetos que são falados em Moçambique.

Este trabalho apresenta como os escritores moçambicanos convivem com a língua portuguesa nas suas obras literárias e apresenta os seus pensamentos sobre a língua, onde os autores incorporaram elementos africanos nas suas escritas, resultando em uma nova linguagem.

Para a autora, hoje, a língua portuguesa ainda é uma língua internacional, milhões de pessoas no mundo falam o idioma. O português ainda é usado como língua franca em África, mas também entre outros países de língua portuguesa. Depois da independência de Moçambique, havia poucas pessoas que falavam português, mas hoje o número de falantes portugueses em Moçambique está a crescer e está cada vez mais utilizado como língua de comunicação, refere Livia Lopes.

A título de exemplo, em vários pontos de Moçambique, comerciantes oriundos de diversos cantos do mundo, como Nigéria, Indonésia, China, entre outros, são obrigados a aprender português como idioma de comunicação, tornando-o, neste contexto, numa língua franca.

4. Política Linguística em distintas eras em Moçambique

Moçambique ou África Oriental Portuguesa foi sendo o nome comum pelo qual a expansão territorial do Império Português na África Oriental era conhecida em diferentes épocas. Fundado em 1498, Moçambique, antiga província ultramarina portuguesa, tem uma superfície de 799.380 km², com cerca de 28. 861. 863 Milhões de habitantes (censo preliminar de 2017).

Moçambique, oficialmente República de Moçambique, é um país da costa Oriental da África Austral, limitado a norte pela Zâmbia, Malawi e Tanzânia, a leste pelo Canal de Moçambique e pelo Oceano Índico, a sul pela África do Sul e a oeste pela Suazilândia e pelo Zimbabwe⁴.

4.1. Política Linguística no Período Colonial

A chegada dos primeiros portugueses a Moçambique data de finais do século XV, concretamente no ano de 1498, no comando de Vasco da Gama, podendo dizer-se que, a partir desta data, estão lançadas as bases histórico-sociais para o uso do Português nesta região do globo (NEWITT, 1998).

Para Magaia (2010), a língua portuguesa transformou-se com a expansão do comércio, formação da administração e com o estabelecimento da Igreja Católica nas colónias, andou do Rovuma ao Maputo. De 1964, início da luta armada de libertação nacional, dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique, a 1974-1975, o governo de transição e independência de Moçambique, viveram duas realidades em relação a língua portuguesa:

nas zonas controladas pelas autoridades coloniais, o português, nas cidades, vilas para além dos colonos e seus filhos, era falado pelos estudantes negros, pelos trabalhadores negros com qualificações e pelos ditos assimilados. Nas zonas controladas pela FRELIMO, debaixo das árvores, era incentivada a aprendizagem do português porque a língua lusa tinha sido escolhida politicamente, como língua de unidade nacional e assim resolveu-se o problema de comunicação nacional, apesar das línguas naturais serem muitas. Impôs-se o português como fonte de diálogo com o mundo, de obtenção de ciências de elevado instrumento material da luta de libertação. (MAGAIA, 2010, p. 127).

Neste contexto, Newitt (1998) refere que durante os séculos XVI e XVII, a presença portuguesa se fez sentir no litoral de Moçambique, assim como ao longo do vale do Zambeze, em Sofala e Tete, sobretudo através da atividade comercial, o principal motor dos contatos estabelecidos entre os portugueses e a população local.

⁴ <http://imigrantes.no.sapo.pt/page2mocGeo.html>

Com base nesta linha de pensamento, o autor ora em referência, considera que a presença portuguesa trouxe poucas mudanças fundamentais na estrutura económica e social local, sendo, pois pouco provável que tenham chegado a surgir nesta época focos importantes de uso desta língua. Um argumento adicional em favor desta hipótese é a resistência cultural que as populações locais ofereceram à penetração portuguesa.

De acordo com Ferreira (1977, p. 55), “a penetração dos portugueses em Moçambique foi muito mais difícil do que em Angola, visto que o islamismo já tinha ali estabelecido raízes profundas”. Para o autor, Vasco da Gama falava de um povo com uma cultura muito mais avançada que a portuguesa e menciona a existência de “uma elite local, principalmente swahili, que vivia em cidades administradas por árabes que tinham divulgado a sua cultura e religião. A nível da educação formal, a documentação disponível revela que em 1890, havia uma única escola primária em todo o país.

Em 1918, depois de concluída a ocupação populacional de Moçambique, deu-se início a um conjunto de medidas que visavam garantir a difusão do Português. A colonização efectiva de Moçambique é marcada por uma política profundamente economicista, de realização de capital, baseada na exploração da mão-de-obra “indígena”. Apesar de redutora, podemos dizer que vai ser esta orientação política que vai marcar a acção portuguesa em Moçambique e que vai influenciar todas as políticas educativas e linguísticas do governo colonial.

A partir dos anos 30, com o Ato Colonial, inicia-se uma nova fase onde se destaca a estreita ligação entre a Igreja e Estado no âmbito da educação, passando esta a centrar-se nas missões católicas e o início do “ensino indígena”. Nessa época, o português passa a ser o único meio de instrução nas escolas e inicia-se um processo de estigmatização e inviabilização das outras línguas que passam a ser vistas como reflexo de tribalismo e de indivíduo não civilizado (MAZULA, 1995).

Por conseguinte, o português, que era o meio oficial de comunicação em contextos coloniais burocráticos e institucionais, passa a estar intimamente ligado às políticas assimilacionistas (Mazula, 1995). Assim, o domínio da língua portuguesa passa a ser uma marca do estatuto de “assimilado”, transformando-se numa língua de prestígio e de mobilidade social.

4.2. Política Linguística no Período Pós-independência

Em 1975, Moçambique alcançou a independência e, com ela, a constituição que transforma o português em lei como língua de unidade nacional, e capultava ao estatuto

Elizabeth Mariana A.C. Nahia, José L.Dias, Amosse J. Gelo, Política de Divulgação e Internacionalização ... de língua oficial (Magaia 2010). A partir desta data, segue-se a corrida à sua aprendizagem. Para Ferreira (1977, p. 55), “verifica-se uma forte expansão da comunidade de falantes desta língua, quer devido ao alargamento do seu uso a contextos não formais (como mercados ou restaurantes), quer devido à explosão escolar que caracteriza o final dos anos 70”.

No período pós-independência o novo Estado encontrou-se perante um conjunto de necessidades que consistiam, sobretudo, em assegurar a educação que até então fora negada à maioria dos cidadãos, em construir e consolidar uma identidade nacional pós-colonial, em melhorar a economia do país e em aumentar a participação democrática da população. A negação da cultura ao colonizado constituía uma justificativa ideológica para a acção civilizadora junto dos indígenas, mantendo-os submissos à exploração da sua força de trabalho barata. A partir dessa negação, foi concebido e organizado o sistema de educação exclusivo, para formar neles a consciência de servidão e difundir entre eles a língua e os costumes portugueses. (MAZULA, 1995, p.101).

Neste contexto, a língua tornou-se numa questão fundamental para o desenvolvimento. Perante um cenário multilinguístico e multicultural, a definição de uma política linguística não foi fácil e o discurso político recomendava o português como língua oficial. Era a única língua disseminada por todo o país, apesar de não ser falada pela maioria da população, que não estava associada a nenhuma etnia ou região. Desta forma, “a língua portuguesa também era a única capaz de desempenhar o papel de símbolo de unidade nacional. Por outro lado, era a língua conhecida pelas elites, era a língua de ensino e era uma língua de prestígio” (MAZULA, 1995, p.202).

Para o autor em referência, nos anos 70, a conjuntura internacional e nomeadamente o Banco Mundial regia-se por políticas profundamente economicistas de desenvolvimento e não apoiava a implementação de políticas multiculturais e multilinguísticas. Por outro lado, as próprias populações que viveram um passado colonial desenvolveram uma baixa auto-estima que, com o advento da independência, se transformou num grande desejo de ocidentalização. Perante todos estes factores e condicionantes, a opção da língua portuguesa como língua oficial do estado moçambicano, acabou por ser natural. As línguas nacionais passaram a ser encaradas como um repositório da herança cultural moçambicana mas nada se dizia quanto à sua utilidade no interesse do novo Estado.

Nos primeiros anos da independência verificou-se um crescimento acentuado das taxas brutas de matrícula no ensino básico, em quase 100%. “O Português foi adoptado como língua nacional e (...) desenvolveram-se esforços ainda maiores para aumentar os conhecimentos da língua e alfabetizar as pessoas” (NEWITT, 1997, p.470), mas, nos

Elizabeth Mariana A.C. Nahia, José L.Dias, Amosse J. Gelo, Política de Divulgação e Internacionalização ... anos seguintes, houve um declínio sucessivo que atingiu uma taxa bruta de matrícula de 59,4%, em 1989.

A esta realidade não será, com certeza, alheia a prolongada guerra civil vivida em Moçambique que, além de criar uma situação económica e política devastadora, destruiu grande parte da rede de escolas existente no país.

4.3. Política Linguística actual em Moçambique

O Linguista, investigador e professor Feliciano Chimbutane, declarou à LUSA (2015) que em 40 anos de independência Moçambique fez mais pela expansão da língua portuguesa do que o Estado português em todo período de colonização. De acordo com o académico, o número de falantes de português em Moçambique cresceu consideravelmente, passando nos últimos 35 anos de 24% para 50% em todo o país. “Se antes a língua portuguesa era apenas usada em meios formais, hoje, cada vez mais, está imiscuir-se no espaço doméstico também”⁵.

Não se pense, portanto, que em Moçambique a língua portuguesa obedece tranquilamente à norma europeia e que só as línguas bantu são objecto de estudo. Não é fácil a fixação de uma norma para o português de Moçambique dada a sua instabilidade mas é incontornável o facto de o português literário, oficial, institucional e da comunicação social, que segue a norma europeia, estar cada vez mais distanciado do português corrente que se ouve e fala em todo o lado⁶.

Na perspectiva de Lopes (1997), o caso de Moçambique ser um país de elevada diversidade linguística torna difícil a elaboração de programas pedagógicos pertinentes às situações de bilinguismo generalizado. Se bem que o sistema político de Educação em Moçambique tem-se empenhado a respeito, pois a grande maioria da população tem como língua primeira (ou materna) uma das línguas bantu.

Com efeito, segundo o autor em alusão, a diversidade linguística em Moçambique tem suscitado polémicas, principalmente a nível de escolarização, onde se questiona sobre qual a metodologia mais adequada e eficaz para a alfabetização. Se a criança deve ser iniciada logo nas primeiras classes na Língua Portuguesa; se a alfabetização deve ser realizada, simultaneamente, nas duas línguas – Bantu e Português – ou se a alfabetização deve ser em língua materna e posteriormente em Língua Portuguesa (L2).

⁵<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/recreioedivulgacao/37812academicofeliciano-chimbutane-mocambique-fez-mais-pela-lingua-portuguesa.html>

⁶ http://www.geocities.com/ail_br/historiasposcoloniais.html

A rede de centros de língua portuguesa do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua (CLP/Camões IP) em Moçambique, iniciou-se com a abertura, ainda na década de 90, dos CLP de Nampula, Maputo e Beira, e expandiu-se, nos anos de 2008 e 2009, com a abertura dos CLP do Niassa, Quelimane e Xai-Xai⁷. Os seis CLP/Camões IP estão instalados na Universidade Pedagógica, instituição moçambicana de ensino superior vocacionada para a formação de professores que mantém com o Camões IP uma longa relação de cooperação.

A instalação dos seis CLP/Camões IP procurou apoiar o crescente interesse pelo estudo da Língua Portuguesa em Moçambique e a procura de instrumentos para o seu ensino e aprendizagem, com o objectivo de promover e divulgar a língua portuguesa e as culturas lusófonas; apoiar a formação de professores de Português; prestar apoio humano e material aos alunos e professores moçambicanos; promover actividades pedagógicas e culturais, de forma autónoma ou colaborando com outras instituições, que visem a divulgação e promoção da Língua Portuguesa.

Os CLP/Camões IP em Moçambique disponibilizam aos seus utentes computadores para a realização de trabalhos e acesso à internet, podendo ser consultados materiais audiovisuais e multimédia, e possuem um acervo bibliográfico especializado nas áreas da língua, da linguística, da didáctica e da literatura em língua portuguesa. De entre as actividades de promoção e divulgação da língua portuguesa de que a rede de CLP/Camões IP é responsável, destacam-se a organização do Campeonato da Língua Portuguesa e, conjuntamente com o Leitorado de Português na Universidade Eduardo Mondlane das Jornadas da Língua Portuguesa e respetiva publicação das atas.

No âmbito da sua cooperação com a Faculdade de Ciências da Linguagem Comunicação e Artes (FCLCA), destacam-se, pelo seu impacto científico e pedagógico, a colaboração na organização e dinamização das Jornadas Científicas Estudantis do Curso de Português e de diversas ações de formação de futuros professores de língua portuguesa nas áreas da língua, linguística, literatura e didáctica.

Esta rede de CLP/Camões IP em Moçambique tem ainda apoiado diversos projetos na área da promoção e ensino da língua portuguesa, resultantes das parcerias entre o Camões IP e a Universidade Pedagógica, como o Programa de Formação Contínua de

⁷<http://camoesccpmocambique.co.mz/linguaportuguesa/centrosdelinguaportuguesa/rede-de-centros-de-lingua-portuguesa-camoes-ip-emmocambique/>

Elizabeth Mariana A.C. Nahia, José L.Dias, Amosse J. Gelo, Política de Divulgação e Internacionalização ... Professores de Português do Ensino Secundário, responsável pela graduação, com os níveis de Bacharelato e/ou Licenciatura em Ensino de Português.

Destaca-se, ainda, a cooperação do CLP/Camões IP de Maputo com a Faculdade de ciências de Linguagem, Comunicação e Arte (FCLCA), ao nível da assistência prestada aos estudantes do curso de Mestrado em Intérpretes de Conferência e, ao nível da sua cooperação com o Centro Cultural Português em Maputo, realça-se o apoio dado à organização do Prémio Eloquência Camões. É também de salientar a cooperação entre a rede de CLP/Camões IP em Moçambique e o Centro Cultural Português em Maputo e o pólo na Beira, que tem permitido a organização de encontros com escritores portugueses e oficinas com especialistas nas áreas da língua, literatura e didáctica.

Anualmente, a rede de CLP/Camões IP em Moçambique divulga e apoia o processo de candidaturas a bolsas de estudo. Trata-se de bolsas que abrangem o estudo e investigação da Língua Portuguesa; a formação científica e profissional de professores de Português como Língua Não Materna; e a formação ou aperfeiçoamento nas áreas de tradução e interpretação de conferências⁸. Segundo Lourenço do Rosário, as estatísticas têm demonstrado que cerca de 15% dos moçambicanos têm Português como língua materna. Por outro lado, Moçambique possui mais de 33 línguas e dialectos que compõem o mosaico etnolinguístico da nação moçambicana. (III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua portuguesa no Sistema Mundial. Díli, 15 a 17 de Julho de 2016).

Lourenço do Rosário, diz que a Língua Portuguesa beneficia positivamente da sua presença nos pontos mais dispersos do planeta. Beneficia igualmente, pelo fato de ter países como Brasil na América Latina, Portugal na União Europeia, Angola e Moçambique em África, pertencendo esses países a diversas organizações internacionais. Além disso, a importância geopolítica e económica do Brasil, Angola e Moçambique neste momento, representam ganhos adicionais para a língua oficial desses países. Assim, a língua portuguesa ganha cada vez maiores contornos na conjuntura internacional, pelo fato do peso específico dos países que a falam. (III Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua portuguesa no Sistema Mundial. Díli, 15 a 17 de Julho de 2016).

O Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa – FBLP foi efectivamente criado em 1988, coincidindo com a criação do IILP e visava fundamentalmente relações bilaterais entre Portugal e Moçambique, na área da gestão de políticas da língua e da leitura em

⁸<http://camoesccpmocambique.co.mz/linguaportuguesa/centrosdelinguaportuguesa/rede-de-centros-de-lingua-portuguesa-camoes-ip-em-mocambique/>

Elizabeth Mariana A.C. Nahia, José L.Dias, Amosse J. Gelo, Política de Divulgação e Internacionalização ...
língua portuguesa. Em 1990 o FBLP foi transformado em instituição dos 5 países de Língua Oficial Portuguesa – PALOP e persegue os mesmos objectivos para os quais foi criado inicialmente, em cada um desses países. Contudo, na vertente nacional, o FBLP potencia as políticas públicas na área das bibliotecas públicas, da formação de gestores em ciências documentais, na promoção do livro e da leitura, trabalhando em estreita colaboração com o governo, tentando otimizar o programa do governo na educação, na cultura e na administração pública.

Apresentado no Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, Moçambique já conta com o seu Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, que constitui a sua contribuição para o vocabulário comum deste idioma, e, desta feita enriquecerá a língua portuguesa em cerca de 40 mil entradas que constarão do dicionário. O documento é um trabalho científico levado a cabo por especialistas da Faculdade de Letras e Ciências (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que integra linguistas, lexicográficos e liderados pelas professoras Inês Machungo e Perpétua Gonçalves⁹.

A língua portuguesa é considerada como um troféu da guerra, que unificou e construiu a nação moçambicana. “O português tem cada vez mais transitado de língua oficial para a de cultura”, diz Mia Couto. Em 1975 cerca de 80 por cento da população moçambicana não falava português mas hoje o português é a língua mais falada em Moçambique. Além disso, ganha cada vez mais sucesso entre a população jovem que vive nas zonas urbanas. Sempre é dito que os jovens são o futuro, se olharmos para os números, o futuro do português como língua franca parece ter boas expectativas. Conforme o Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique, 90 por cento dos moçambicanos que vivem nas zonas urbanas falam português como principal língua de comunicação, 9 por cento fala português em casa e 6.5 por cento tem-na como língua materna (MOÇAMBIQUE, 2010).

O número de falantes do português está a crescer, principalmente nas zonas urbanas. Nas zonas rurais fala-se menos português porque “há pouca motivação e poucas situações em que é necessário usar o português considera Perpétua Gonçalves, na obra intitulada “Português de Moçambique: uma variedade em formação” (MOÇAMBIQUE, 2010).

⁹<https://googleweblight.com/i?u=https://iilp.wordpress.com/2014/05/09mocambique-apresenta-seu-vocabulario-ortografico/&hl=pt-PT>

A língua portuguesa pode não ser a língua futura de Moçambique, mas sim a língua portuguesa misturada com as línguas locais (línguas bantu). Como Mia Couto diz, os moçambicanos estão a reinventar a língua portuguesa. Diz Mia, “a língua portuguesa e as línguas de raiz africana fazem parte da identidade nacional e construção da modernidade em Moçambique” (COUTO, REINVENÇÃO, 2007). O autor afirma também que “os escritores de Moçambique atuam como timoneiros neste processo de construção identitária. Eles estão moldando o português como língua franca, idioma que esteja aberto a namorar com os outros idiomas de Moçambique”.

Conclusões

À guisa de conclusão a respeito das Políticas de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa, com particular destaque a Moçambique, fico evidente que, no cenário mundial, o Brasil é a potência em destaque, a língua portuguesa também ganhou com isso, uma vez que, como líder económico, o país atraiu a atenção de outros países que, almejando estabelecer relações comerciais, volta-se também para a aprendizagem do seu idioma.

Nos dias que correm, na CPLP em geral e no IILP, em particular, já se discute o papel da língua portuguesa na economia, na ciência, nas tecnologias, no mundo da internet, como um processo da sua internacionalização, mas a internacionalização de uma língua pressupõe a coesão interna de quem promove a política da sua internacionalização

Ademais, a comunidade académica e científica que trabalha sobre a língua portuguesa pudesse dotar-se das mesmas competências discursivas para apresentar, junto dos seus políticos, propostas que exprimissem uma coesão da própria comunidade académica. As divergências no mundo da ciência e da academia resultam em saltos, rumo ao maior conhecimento, resultantes do debate com base no conhecimento e não com base no senso comum e no empirismo.

Independentemente do uso das línguas locais a língua portuguesa tem sido fomentada dentro e fora do território moçambicano, visto ser Moçambique um Estado membro da CPLP onde, por conseguinte existem objectivos comuns concernentes à divulgação internacional do português.

Após a independência de Moçambique a LP é promovida à língua oficial e transformada em língua de unidade nacional. Verifica-se uma forte expansão de falantes

Elizabeth Mariana A.C. Nahia, José L.Dias, Amosse J. Gelo, Política de Divulgação e Internacionalização ... desta língua devido ao alargamento do seu uso a contextos informais e à explosão escolar que caracteriza o final dos anos 70.

Sendo Moçambique uma Nação multicultural e multilinguística, hoje a língua portuguesa está em processo de “naturalização”, influenciada e/ou misturada sobremaneira com as línguas vernaculares, distanciando-se do português corrente, numa prática natural de quem a fala ou escreve.

Referências

CALVET, Louis Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial. IPOL, 2007.

FERREIRA, E. **O fim de uma era: o colonialismo português em África**. Lisboa: Livraria, 1977.

Gil, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **IV Recenseamento Geral da População e habitação 2017: Resultados Definitivos Moçambique**. Maputo – Abril, 2019. Disponível em <https://macua.blogs.com/files/censo2017.pdf> acesso em 25 Set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1978.

LOPES, A. J. **Política Linguística: Princípios e Problemas**. Maputo: Livraria Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

LOPES, Livia. **O Português como língua franca: O caso de Moçambique**. Dissertação Língua e Cultura portuguesa, Faculdade de Letras: Peixoto, Maio de 2012.

MAZULA, Brazão. **Educação, cultura e ideologia em Moçambique, 1975-1985: em busca de fundamentos filosófico-antropológicos**. Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.

MOÇAMBIQUE: **Português ganha espaço na população jovem**. Diário Liberdade,. 24 Mar. 2010. Consultado em 27 Set. 2019 Disponível em

http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=140:mocambiqueportuguesganhaespaconapopulacaojovem&catid=76:linguaeducacom&Itemid=87

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1997.

NEWITT, Malyn. O impacto dos portugueses no comércio, política e estruturas de parentesco da África Oriental no século XVI. **Oceanos**, 34:63-72, 1998.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): NAHIA, Elizabeth Mariana Alfredo Capathia, DIAS, José Luis; GELO, Amosse Jorge. Política de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa: o caso de Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.124-139, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Nahia, Elizabeth Mariana Alfredo Capathia, Dias, José Luis; Gelo, Amosse Jorge. (jan./jun.2023). Política de Divulgação e Internacionalização da Língua Portuguesa: o caso de Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 124-139.



Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique

Bonete Júlio João Chaha *

 <https://orcid.org/0000-0002-1430-6743>

Resumo: Este artigo tem como propósito compreender as razões do uso de *perca* em detrimento de *perda*, percorrendo os Livros Didáticos e as Gramáticas de Língua Portuguesa para melhor compreensão do fenómeno. Como se sabe, as palavras parónimas apresentam-se parecidas na grafia e diferentes no sentido, por esta razão os falantes têm dificuldade de distingui-las umas das outras. Neste estudo, a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória e bibliográfica, sendo um estudo de cunho qualitativo, com suporte da técnica de consulta bibliográfica e uso da entrevista semi-estruturada como instrumento de colecta de dados, com a participação de 60 estudantes de nível académico de 9ª classe, da Escola Privada Bons Sonhos, na cidade da Beira. O estudo permitiu verificar que são várias as razões de uso de *perca* em detrimento de *perda* pelos falantes do Português em Moçambique, destacando-se a falta de LD's com exemplos e exercícios claros e contextualizados; a não incorporação de conteúdos sobre as palavras parónimas nos Programas de Ensino e nos seus respectivos LD's de Língua Portuguesa; o desleixo na projeção, concepção e implementação do Currículo de Ensino em Moçambique e a fraca leitura, e particularmente, o não hábito de leitura de Gramáticas e Dicionário de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Semântica; Livros Didáticos; Perca e Perda.

Use of *lose* and *loss* by Portuguese speakers in Mozambique

Abstract: This article aims to understand the reasons for the use of *lose* in disadvantage of *loss*, going through the Textbooks and Portuguese Language Grammars for a better understanding of the phenomenon. As is known, paronyms words are similar in spelling and different in meaning, this is why speakers have difficulty distinguishing them from each other. In this study, the methodology used was exploratory and bibliographical research, being a qualitative study, with the support of bibliographic consultation technique and use of the semi-structured interview as a data collection instrument, with the participation of 60 students of grade 9th academic level, from Escola Privada Bons Sonhos, in the city of Beira. The study made it possible to verify that there are several reasons for the use of *lose* in disadvantage of *loss* by Portuguese speakers in Mozambique, highlighting the lack of textbooks with clear and contextualized examples and exercises; the non-incorporation of content about the paronymous words in the Teaching Programs and in their respective Portuguese Language Textbooks; the sloppiness in the design, conception and implementation of the Teaching Curriculum in Mozambique and the poor reading, and particularly, the non-reading habit of Portuguese Language Grammars and Dictionary.

Keywords: Semantics; Textbooks; Lose and Loss.

Kushandiswa Kwekurasikirwa uye Kurasikirwa neVatauri vechiPutukezi muMozambique

Abstract: Chinangwa chechinyorwa ichi ndechekunzwisisa zvikonzero zvekushandiswa kweperch mukukuvadza kwekurasikirwa, kuburikidza neMabhuku eMabhuku uye Grammars yePutukezi Mutauro kuti unzwisisa zviru nani chitiko chacho. Sezvinozivikanwa, paronyms mashoko

* Graduado em Ensino do Português com Habilitações em Ensino de Inglês pela Universidade Licungo - Extensão da Beira | Formador no Instituto Médio Politécnico de Moçambique - Chimoio

akafanana muchiperengo uye akasiyana mune zvinoreva, nekuda kweichi chikonzero vatauri vanonetseka kuasiyanisa kubva kune mumwe nemumwe. Muchidzidzo ichi, nzira yakashandiswa yakanga iri yekuongorora uye tsvakiridzo yebhaibheri, iri chidzidzo chehunhu, nerutsigiro rwehunyanzvi hwekubvunzurudza bhaibheri nekushandiswa kwemubvunzurudzo wakasarudzika semudzidzi makumi matanhatu vechikamu chedzidzo 9th giredhi, kubva kuEscola Privada Bons Sonhos, muguta reBeira. Chidzidzo ichi chakatibvumira kuona kuti pane zvikonzero zvakati kuti nei vatauri. Chidzidzo chacho chakaita kuti zvikwanise kuona kuti kune zvikonzero zvakawanda zvekushandiswa kwekurasikirwa mukurasikirwa kwekurasikirwa nevatauriri vechiPutukuzi muMozambique, vachiratidza kushayikwa kwemabhuku ezvinyorwa nemienzaniso yakajeka uye yakarongeka uye maitiro; kusabatanidzwa kwemukati pamusoro pemazwi asingazivikanwe muZviringwa zveKudzidzisa uye mumabhuku avo.

Keywords: Semantics; Mabhuku ekuchikoro; Kurasikirwa uye Kurasikirwa.

1. Introdução

A Língua portuguesa, como outras línguas, é carregada de particularidades que fazem dela diferente das outras. Essas particularidades apresentadas pelas classes de palavras, muitas vezes não compreendidas pelos falantes, quer seja nativo, quer seja estrangeiro, mostram-se confundíveis ortográfica e semanticamente, ou seja, palavras usadas umas em detrimento de outras, como é o caso de “perca” e “perda”.

Este facto verifica-se, nas artérias das cidades moçambicanas, em particular, na Cidade da Beira, Província de Sofala, em conversações de cidadãos, em reportagens televisivas, a palavra “perca” sendo usada em detrimento da palavra “perda”, onde a primeira é forma verbal no modo conjuntivo e/ou imperativo, e a segunda é nome/substantivo, ambas originadas do verbo irregular “perder” (assunto a ser abordado mais adiante, nas próximas páginas). Tem-se, como exemplo, a seguinte frase¹:

a. Se eu soubesse que o embate entre o Costa de Sol e o Ferroviário da Beira seria enfadonho, não iria ao Estádio, pois foi uma perca de tempo. [=perda]

Nesse contexto, nota-se, do exemplo acima, que a palavra em destaque é forma verbal do verbo “perder” no presente do modo conjuntivo sendo usada em detrimento da palavra “perda”, nominalização do verbo em questão, mostrando, dessa forma, arbitrariedade e erro de escolha lexical. Assim, em face da descrição, chega-se ao seguinte questionamento: *quais as razões do uso de perca em detrimento de perda?* O desenvolvimento do tema em abordagem surge depois de várias vezes ter ouvido nas ruas da cidade acima mencionada, nos falares da comunidade, o uso de uma palavra em detrimento de outra, neste caso, da palavra *perca* em detrimento de *perda*, tendo o fenómeno despertado atenção e interesse para a sua abordagem.

¹ Esta frase foi captada numa conversa oral de cidadãos, após assistirem a uma partida de futebol no Caldeirão do Chiveve, na cidade da Beira.

A questão é bastante complexa, tanto que suscita interesse na sua exposição nas entrelinhas deste artigo, com o intuito de compreender o que está por detrás desta problemática. Como se sabe, as palavras *perca* e *perda* pertencem à classes de palavras distintas, sendo que a primeira à classe dos verbos, e a segunda à dos nomes/substantivos, logo o seu uso não pode ser arbitrário, embora sejam derivadas do mesmo verbo.

A abordagem deste tema é pertinente para a comunidade acadêmica, para a sociedade envolvida e para o âmbito pessoal, como pesquisador da área, pois expõe um fenómeno de desvio linguístico não abordado em Moçambique, constituindo, assim, novidade e contributo para a ciência no contexto da sua abordagem. E, para a sociedade, a pesquisa imprime uma dinâmica na reflexão de uso dessas palavras pelos moçambicanos, em particular, na cidade da Beira.

Pessoalmente, a abordagem deste tema assenta nos interesses pessoais, que interagem com o exercício da atividade profissional do pesquisador, constituindo, desta forma, um ganho, à medida que se partilha conhecimento com os outros, partindo do pressuposto de que conhecimento não partilhado não serve para nada. Nesse contexto, o presente artigo procura compreender as razões do uso de “perca” em detrimento de “perda”, através de uma consulta sobre a abordagem das palavras em alusão nos Livros Didáticos (doravante LD's ou LD) e com suporte de Gramáticas para melhor compreensão do fenómeno em estudo.

Portanto, estruturalmente, este artigo está dividido em sete (7) secções, a saber: Introdução, na qual se contextualiza o tema, situando o leitor sobre o problema, a justificativa e a relevância do estudo; Semântica, onde se traz à superfície os preceitos gramaticais sobre o conceito de Semântica, com vista a dar um pontapé de saída para a discussão do assunto em alusão; Palavras Parónimas, secção reservada ao tratamento, ou melhor, abordagem das palavras parónimas, que constituem o pano de fundo deste artigo, percorrendo também os LD's para colectar exemplos que serviram de sustento para o estudo; Verbos irregulares, secção reservada ao tratamento dos verbos irregulares e do modo verbal, isto é, o conjuntivo; Metodologia, em que são explanados os métodos que serviram de pivôs para a realização do estudo; Apresentação e discussão de resultados, onde são apresentados e discutidos os resultados da investigação; e as Considerações finais, secção reservada à análise dos factos constatados ao longo do estudo.

2. Semântica: introduzindo a questão das parónimas

Com o intuito de compreender os aspectos divergentes e o significado das palavras em estudo (*perca* e *perda*), vale, em primeiro lugar, fazer uma breve abordagem sobre Semântica, como ponto de partida para discussão. Nesse contexto, Ferrarezi Jr. (2008, p. 24) define Semântica como “a subdivisão da Linguística que desenvolve seus estudos – das manifestações linguísticas do significado, ou seja, dos sentidos – tomando como base a seguinte concepção geral: uma língua natural é um sistema de representação do mundo e de seus eventos.”

Para Bechara (2009), Semântica é “o estudo da significação dos vocábulos e das transformações de sentido por que estes mesmos vocábulos passam.” Ainda, o autor explica que “por motivos variadíssimos o sentido ultrapassa os limites de sua primitiva “esfera semântica” e assume valores novos”. Esta explicação é consubstanciada por Ferrarezi Jr. (2008), quando diz que “o contexto influencia na definição do significado, já que os vocábulos não têm sentido próprio”. Na mesma senda, Pinto & Lopes (2003, p. 209) definem Semântica como “a parte da Gramática que estuda o significado das palavras e as modificações de sentido que elas vão sofrendo através do tempo e do espaço (= as regiões onde são faladas).”

Desta feita, em virtude das concepções acima, nota-se que, tanto para Bechara (2009) como para Pinto & Lopes (2003), o conceito de Semântica é contextual, pois as palavras assumem sentido de acordo com a visão de mundo da comunidade que as usa, por isso Bechara (2009), mais uma vez, explica que “a significação dos vocábulos está intimamente relacionada com o mundo das ideias e dos sentimentos; entre as ideias, entre os pensamentos não há separação absoluta, por isso que as associações se estabelecem, sem cessar, de uns para outros.”

Dessa forma, do ponto de vista conceitual, entende-se por Semântica o estudo de sentido e das modificações das palavras, das frases emitidas pelos falantes num determinado contexto. Por isso, é através dessas modificações que as palavras, como afirma Bechara (2009), “assumem valores novos”, permitindo, assim, classifica-las quanto à relação. Relativamente à classificação das palavras quanto à relação, Pinto & Lopes (2003) explicam que as palavras podem relacionar-se fonética, gráfica e semanticamente. Segundo esses autores, quanto à relação fonética e gráfica, “as palavras podem ser homónimas, homógrafas, homófonas e parónimas” (Pinto & Lopes, 2003), portanto, sendo as parónimas, o pano de fundo deste artigo.

3. Palavras Parónimas: um obstáculo semântico para os falantes do Português

No entender de Pinto & Lopes (2003, p. 66), “palavras parónimas são as que têm significado diferente, mas que são muito parecidas tanto na escrita como na grafia.” Vejam-se o exemplo seguinte²:

a. A construção do túnel foi um trabalho **perfeito**.

O **prefeito** do colégio é uma pessoa muito competente.

Para Martino (2014), palavras parónimas são vocábulos que possuem som ou grafia parecidas, mas com sentidos díspares. Por sua vez, Henriques (2012) entende que as palavras parónimas são aquelas que são diferentes, mas apresentam som semelhante (descrição – de descrever e discríção – de discreto). Bechara (2009) considera palavras parónimas os vocábulos parecidos na forma e diferentes no sentido. Por exemplo: *Ractificar*: confirmar; *Rectificar*: corrigir.

Nesse contexto, percebe-se que as palavras parónimas se apresentam parecidas na grafia e diferentes no sentido. Assim, pelo facto de apresentarem grafia parecida, isto constitui um embaraço para os falantes, no contexto de seu uso, pois os falantes, muitas vezes, tem dificuldade de distinguir a palavra certa para o sentido que pretendem transmitir, levando-os ao erro de escolha lexical.

3.1 A abordagem de palavras parónimas nos LD's de Língua Portuguesa em Moçambique

Em virtude do objectivo deste estudo, é de extrema importância a apreciação qualitativa dos conceitos, exemplos e exercícios apresentados nos LD's de Língua Portuguesa para melhor compreensão do fenómeno em estudo. Nesse contexto, o LD intitulado “Aprender a Comunicar - 6ª Classe”, de autoria de Cavele; Cuta & Zimba (S/d), aborda predominantemente sobre as palavras sinónimas e antónimas, embora apresente também as palavras homónimas, homófonas, homógrafas e parónimas.

Para esses autores, as palavras parónimas são aquelas que se escrevem e lêem-se de forma semelhante, mas têm significados diferentes (CAVELE; CUTA & ZIMBA, S/d). No entanto, este LD apresenta exemplos de palavras parónimas (*para* e *pára*), como se vê no exemplo abaixo:

a. Eu vou **para** Maputo.

Pára em Maputo.

² Estes exemplos foram extraídos de Pinto & Lopes (2003, p. 66).

A partir do exemplo acima, constata-se que, na primeira frase, a palavra destacada pertence à classe das preposições, figurando movimento, direcção, assim como Cunha & Cintra (2017) explicam que esta preposição (para) “comporta um traço significativo que implica maior destaque do ponto de partida com predominância da ideia de direcção sobre a do término do movimento”(CUNHA & CINTRA, 2017, p. 587).

Na segunda frase, a palavra destacada pertence à classe dos verbos, conjugado no presente do imperativo. Contudo, os exercícios propostos ou apresentados, neste LD, são voltados para as palavras sinónimas e antónimas, como se ilustra abaixo:

1. Atenta nas frases ou expressões a seguir transcritas e substitui as palavras sublinhadas por palavras sinónimas, ou seja, por palavras de sentido equivalente.
 - a) “(...) passou a noite a velar a fiel companheira (...)”
 - b) “(...) isto aqui é covil de ladrões (...)”
 - c) “(...) uma bela manhã (...)”
 - d) “(...) a Princesa era loira (...)”
 - e) “E retirou-se, altivo, como se príncipe fosse.”
2. Agora, substitui as palavras sublinhadas nas alíneas a), c), d) e e) por outras de sentido oposto, isto é, por palavras antónimas.

Dessa forma, evidencia-se que a abordagem de palavras parónimas não tem, no LD em referência, um carácter predominante relativamente as outras palavras. Por outro lado, é possível concluir que as palavras parónimas, por apresentarem características semelhantes, tanto na escrita como na leitura, uma das razões que leva ao erro de escolha lexical no âmbito do seu uso pelos falantes do Português como Língua segunda (doravante L2), não têm primazia, no âmbito da concepção dos Programas de Enino e os seus respectivos LD's.

Na mesma sequência, o LD intitulado “Português – 8ª classe”, de autoria de Drumond & Zimba (2008), traz uma abordagem similar ao do LD acima referenciado. Este livro faz referência às palavras sinónimas, antónimas, homónimas, homófonas e homógrafas, mas não aborda sobre as palavras parónimas. Um dado interessante constatado neste LD está relacionado com o exemplo das palavras homógrafas, onde são apresentadas as palavras “para e pára”, como exemplos e, no livro anteriormente analisado, do qual um dos co-autores é também co-autor do livro já em análise, essas palavras são tratadas como parónimas, levando a conclusão de que há incoerência na classificação dessas palavras nestes dois LD's.

Outra constatação não menos importante é o facto de as palavras serem apresentadas de forma isolada, ou seja, fora de um contexto situacional. E, quando os exemplos são apresentados de forma abstracta, o domínio e a consolidação dos conteúdos pelos alunos, em particular, e pelos falantes da Língua Portuguesa, como L2, em geral, tende a ser deficitário, tanto que Ferrarezi Jr. (2008) explica que o contexto influencia na definição do significado, já que os vocábulos não têm sentido próprio.

Desta feita, estes factos conduzem à conclusão de que tanto os Programas de Ensino como os respectivos LD's usados para o ensino do Português em Moçambique, desde o ensino primário ao secundário, não preveem a abordagem de palavras parónimas, propiciando aos falantes aprendizes desta Língua a enfrentarem, de certa forma, dificuldades no emprego de uma ou de outra palavra em contextos diversificados.

Mais do que isso, verifica-se que a razão de os Programas de Ensino e os seus respectivos LD's de Língua Portuguesa não incorporarem, ou melhor, não darem relevância ao estudo ou abordagem das palavras parónimas reside no facto de, por um lado, falta de domínio de discriminação dessas palavras por parte dos autores, por outro, o Currículo de Ensino associado ao modelo do Sistema de Educação adoptado em Moçambique, que está em constante mudanças e, conseqüentemente, estas mudanças não surtem efeitos positivos no âmbito da sua implementação no Processo de Ensino-Aprendizagem.

Não obstante, associa-se a estas razões, as questões políticas educacionais do país, pois a concepção do Currículo de Ensino, em Moçambique, está sujeita à submissão a financiador externo que, de alguma forma, impõe termos e condições a serem aplicados no âmbito de projecção, concepção e implementação deste Currículo, assim não permitindo que certos conteúdos sejam incorporados nos Programas de Ensino e nos seus respectivos LD's.

4. Verbos irregulares

Falar de verbo é debruçar-se sobre uma classe de palavras que se flexiona em pessoa, número, tempo, modo, aspecto e voz. E, essas categorias morfossintáticas fazem dos verbos a classe que, de certa forma, apresenta maior mutabilidade relativamente às outras, e é essa mutabilidade, principalmente, relacionada com as

Bonete Júlio João Chaha, Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique categorias tempo e modo, que faz com que os falantes aprendizes do Português de diversas regiões tenham dificuldades na conjugação³.

Nesse âmbito, Figueiredo & Bizarro (2004, p. 64) definem verbos irregulares como “aqueles que sofrem modificação do radical durante a sua conjugação. Ex.: Eu dou um livro ao João. A forma *dou*, primeira pessoa do presente do indicativo do verbo dar, não recebe a desinência normal da referida pessoa”. Neto & Infante (2008, p. 155) definem verbos irregulares como sendo “aqueles que não seguem os paradigmas das conjugações, ou seja, apresentam variações de forma nos radicais e/ou nas desinências”.

E ainda, os autores chamam atenção para que não se confunda “perda” com “perca”, ao dizerem que “a palavra “perda” é um substantivo e “perca” é forma verbal no modo conjuntivo, todas elas derivadas do verbo irregular “perder”. Ex.: É possível que ele **perca** o emprego. / A **perda** do emprego levará o pobre homem ao desespero. (Neto & Infante, 2008). Por sua vez, Pinto & Lopes (2003) aludem que verbos irregulares são aqueles que o seu radical altera em toda a sua conjugação. Na óptica de Cunha & Cintra (2017), verbos irregulares são “aqueles que se afastam do paradigma de sua conjugação, como *dar, estar, fazer, ser, pedir, ir* e vários outros”.(p. 400).

Mais uma vez, Neto & Infante (2008) explicam que “para que o estudo desses verbos se torne mais fácil e prático, é preciso que se tenha sempre em mente o esquema de formação dos tempos simples, pois as irregularidades dos tempos primitivos geralmente se estendem aos tempos derivados correspondentes” (p. 155). Portanto, em virtude das asserções acima apresentadas, conclui-se que os verbos irregulares são os que sofrem alterações no seu radical durante a sua conjugação. E, percebe-se, assim, que essa alteração se manifesta no radical do verbo, ganhando, desse modo, uma nova forma, que se associa ao modo verbal, como é o caso de *perder* (*perca*), *dizer* (*diga*), no modo conjuntivo.

4.1 Modo verbal: o conjuntivo

No que tange aos modos verbais, Monteiro & Pessoa (1999, p. 18) referem que são “as diferentes formas que o verbo toma para indicar a atitude da pessoa que fala, em relação ao facto a que se refere. São três os modos: o indicativo, o conjuntivo, e o imperativo”.

³ Considera-se Conjugação verbal as modificações flexionais da forma do verbo. Ainda conjugar um verbo é dizê-lo, numa ordem convincente em todos os tempos, pessoas, modos, número e vozes (Monteiro & Pessoa, 1999; Figueiredo & Bizarro, 2004).

Contudo, embora existam vários modos verbais, interessa a este estudo o modo conjuntivo, devido à forma tomada pelo verbo perder (*perca*), o objecto de estudo desta pesquisa.

Nesse contexto, o modo conjuntivo é, segundo Figueiredo & Bizarro (2004), “o modo que exprime uma ação ainda não realizada, é o modo através do qual se transmite incerteza, dúvida, eventualidade ou algo irreal” (p. 60). Na mesma linha de pensamento, Monteiro & Pessoa (1999) explicam que “o modo conjuntivo exprime o fato como incerto, duvidoso, eventual ou irreal. É o modo próprio das orações dependentes de verbos que desnotam desejo, vontade, súplica, condição, proibição, ou ordem (desejar, querer, suplicar, lamentar, negar, ordenar, proibir, etc.)” (p. 14).

Por outro lado, Neto & Infante (2008, p. 190) dizem que “o modo conjuntivo é empregado quando se dá como provável, duvidoso ou hipotético o conteúdo daquilo que se fala ou escreve”. Ademais, os autores acrescentam que este modo “traduz a expressão de conteúdos emocionais (o desejo, a dúvida, a incerteza), empregando os factos e processos com a subjectividade de quem fala ou escreve” (Neto & Infante, 2008, p. 190).

Portanto, observa-se que o modo conjuntivo é usado em sentenças ou ocorrências linguísticas com uma carga semântica hipotética que, na maioria dos casos, se relacionam com desejo, suposição. Este modo, dependendo do tempo em que o verbo é conjugado, pode exprimir variadas circunstâncias, tais como: limites imprecisos, condição ou concessão, entre outras.

5. Metodologia

Para a concretização do objectivo deste artigo, o método utilizado foi o indutivo, a partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, utilizando a entrevista semi-estruturada como instrumento de colecta de dados junto aos 60 participantes de nível académico de 9ª classe, na Escola Privada Bons Sonhos, cidade da Beira, tendo-se retirado uma amostra de 15 e codificadas com as letras alfabéticas de A à O. O estudo teve como suporte a técnica de consulta bibliográfica, visando estabelecer elo entre o pesquisador e o tema em abordagem, através de busca de preceitos e exemplos em Livros Didácticos, Gramáticas de Língua Portuguesa de autores como Pinto & Lopes (2003); Neto & Infante (2008); Bechara (2009); Henriques (2012); Martino (2014); Cunha & Cintra (2017), e outras bibliografias de autores que se debruçam sobre a temática, servindo de embasamento teórico-conceptual do estudo.

Portanto, é um estudo com uma abordagem de cunho qualitativo, que visa trazer as situações ou contextos de uso das palavras em alusão à superfície, com foco para a compreensão do fenómeno descrito.

6. Apresentação e discussão de resultados

As categorias de análise de dados desta pesquisa são deduzidas a partir de um conjunto de variáveis que foram a base da entrevista aos participantes. O roteiro de entrevista foi composto por duas (2) secções, a saber: a primeira reservada ao perfil sociolinguístico dos participantes, e a segunda reservada à conteúdos gramaticais, com perguntas e três (3) exercícios, em que o exercício 1 contemplava frases de (a) à (e), com espaços em branco a serem completados com as palavras “perca” e “perda”; o exercício 2 continha frases de (a) à (f), em que o participante tinha de marcar com (x) as frases que continham a forma incorreta do uso das palavras “perca” e “perda”, e no exercício 3, o participante tinha de construir duas frases, usando as palavras “perca” e “perda”.

Relativamente ao perfil sociolinguístico dos participantes, importa referir que os participantes, *A, B, C, D, E, I, L* e *M*, têm o português como língua materna (L1), e os participantes, *F, G, H, J, K, N* e *O*, têm as línguas *bantu* como sua L1. Portanto, estes dados levam a concluir que os alunos da Escola em referência apresentam uma diversidade linguística, e o Português é, para a maior parte, a L1. No que respeita à secção de conteúdos gramaticais, uma das perguntas feitas foi se os participantes tinham Gramática ou Dicionário de Língua Portuguesa, e os participantes, *D, E, G, H, J, K, L* e *N*, responderam “não”, e os participantes, *A, B, C, F, I, M* e *O*, responderam “sim”. No mesmo âmbito, foi questionada a frequência de leitura de Gramática e Dicionário de Língua Portuguesa, e os participantes, *D, E, G, H, J, K, L* e *N*, responderam “nunca”, os participantes, *F, M* e *O*, responderam “às vezes”, e os participantes, *A, B, C* e *I*, responderam “sempre”.

Dessa forma, estes resultados mostram que há necessidade de um trabalho árduo dos professores, no sentido de incentivar os alunos a cultivarem o gosto pela leitura de Gramática e Dicionário de Língua Portuguesa, pois verifica-se que grosso número de participantes não tem Gramática nem Dicionário, conseqüentemente não lê. Assim, este facto propicia, de certa forma, o desconhecimento das palavras e regras gramaticais do uso da língua tanto falada como escrita pelos participantes, em particular, e pela sociedade, no geral, pois sabe-se que o conhecimento das palavras e das regras do funcionamento da língua adquire-se através de leitura de Dicionário e da Gramática.

Ainda no âmbito de conteúdos gramaticais, foi questionado se os participantes já tinham ouvido falar de palavras parónimas e, os participantes, *A, B, C, I* e *M*, responderam “sim”, e os participantes, *D, E, F, G, H, J, K, L, N* e *O*, responderam “nunca”. Por outro lado, questionou-se o entendimento dos participantes sobre as palavras parónimas e pediu-se que dessem exemplo. E, a esta questão, os participantes, *L* e *M*, responderam que “palavras parónimas são aquelas parecidas” e não deram exemplo; os participantes, *A, B, C* e *I*, responderam que “são aquelas semelhantes na leitura e na escrita” e não deram exemplo; e os participantes, *D, E, F, G, H, J, K, N* e *O*, não responderam à questão.

Das respostas acima apresentadas, constata-se que o conhecimento dos participantes sobre as palavras parónimas não é consistente, pois a definição do conceito apresentado precisa de ser completado, uma vez que, segundo gramáticos, as palavras parónimas são definidas como aquelas que apresentam escrita e grafia parecidas, mas o significado diferente, assim como refere Martino (2014), palavras parónimas são vocábulos que possuem som ou grafia parecidas, mas com sentidos díspares.

Nesse contexto, o fato de maior parte de participantes não ter respondido à questão indica, por um lado, falta de conhecimento dessas palavras, e, por outro, inconsistência ou dúvida em relação a sua definição, optando, dessa forma, por não responder à questão. No que concerne ao exercício 1, estavam propostas cinco (5) alíneas, com o intuito de os participantes completarem os espaços vazios com “perca” ou “perda”, tendo em conta as frases de (a) à (e). Dessa forma, em relação à frase da alínea (a), os participantes, *A, B, C* e *I*, completaram-na correctamente com “perda”, e os participantes, *D, E, F, G, H, J, K, L, M, N* e *O*, completaram-na incorrectamente com “perca”, como se apresenta abaixo:

a) *Se eu soubesse que o embate entre os *Mambas* e o Malawi seria enfadonho, não iria ao Estádio, pois foi uma perca de tempo. [=perda]⁴

No que diz respeito à frase da alínea b), os participantes, *A, B, C, I, M* e *O*, preencheram correctamente com “perda” e outros participantes, *D, E, F, G, H, J, K, L* e *N*, completaram incorrectamente a frase com “perca”, como se ilustra abaixo:

b) *A perca diante da África do Sul desqualificou os *Mambas* para o CAN. [=perda]

⁴ Importa referir que, nas frases, as palavras que se encontram entre colchetes são as que deveriam ser usadas, considerando-se o uso correcto para as situações descritas.

Por outro lado, quanto à frase da alínea c), os participantes, *A, B, C, I* e *M*, completaram correctamente a frase com “perca”, e outros participantes, *D, E, F, G, H, J, K, L, N* e *O*, completaram incorrectamente a frase com “perda”, como se vê abaixo:

c) *Nós vamos torcer para que o Jeremias não perda as eleições Municipais. [=perca]

Relativamente à frase da alínea d), importa referir que os participantes, *A, B, C, F, I, L* e *M*, completaram correctamente com “perda”, outros participantes, *D, E, G, H, J, K* e *N*, completaram-na incorrectamente com “perca”, e o participante *O* não a completou, como se verifica abaixo:

d) *Para a perca de peso, são necessários redução alimentar e exercícios físicos. [=perda]

No que diz respeito à frase da alínea e), os participantes, *A, B, C, F, I* e *M*, preencheram correctamente com “perca”, outros participantes, *D, E, G, H, J, K* e *L*, preencheram incorrectamente com “perda”, e os participantes, *N* e *O*, não a preencheram, como segue a frase abaixo:

e) *Oh, Figueiredo, perda peso de forma saudável. [=perca]

Quanto ao exercício 2, pretendia-se que os participantes marcassem com (x) as frases que continham a forma incorrecta do uso das palavras “perca” e “perda”. E, nesse contexto, em relação ao uso de “perca” na frase da alínea a), os participantes, *A, D, E, F, G, H, K* e *N*, consideram-no correcto, os participantes, *B, C, I, L* e *M*, consideram-no incorrecto, e os participantes, *J* e *O*, não deram o seu parecer, como se ilustra a seguir:

a) () *O afastamento dos professores dá uma perca total aos alunos. [=perda]

Relativamente ao uso de “perda” na frase da alínea b), os participantes, *A, B, C* e *I*, consideram-no correcto, e os participantes, *D, E, F, G, H, J, K, L, M, N* e *O*, consideram-no incorrecto, como se mostra abaixo:

b) () A direcção da escola, os professores, os funcionários e os alunos sentem a perda da proprietária da escola.

No que respeita ao uso de “perca” na frase c), os participantes, *A, B, C, I* e *M*, consideram-no correcto, e os participantes, *D, E, F, G, H, J, K, L, N* e *O*, consideram-no incorrecto, como apresenta a seguir:

c) () Trabalhe com responsabilidade e não perca a dignidade.

No tocante ao uso de “perca” na frase da alínea d), os participantes, *A, B, C, I, L* e *M*, consideram-no incorrecto, e os participantes, *D, E, F, G, H, J, K, N* e *O*, consideram-no correcto, veja-se a frase seguinte:

d) () *Investir num projecto sem objectivos claros é uma perca de tempo e dinheiro. [=perda]

No que tange ao uso de “perda” na frase da alínea e), os participantes, A, B, C e I, consideram-no incorrecto, e os participantes, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N e O, consideram-no correcto, como ilustra a frase seguinte:

e) () *Estude muito e não perda o foco. [=perca]

Em relação ao uso de “perca” na frase da alínea f), os participantes, A, B, C, D e I, consideram-no incorrecto, e os participantes, E, F, G, H, J, K, L, M, N e O, consideram-no correcto, como se verifica na frase abaixo:

f) () *Toda a família foi assistir ao jogo, mas foi uma perca de tempo. [=perda]

Em virtude dos resultados relacionados com os exercícios acima propostos, verifica-se que, no tocante às frases das alíneas a), b), d) e a), b), d), f) dos exercícios 1 e 2, respectivamente, os participantes consideram correcto o uso de “perca”, em detrimento de “perda”. E, nas frases das alíneas c), e) e c), e) dos exercícios 1 e 2, respectivamente, os participantes consideram correcto o uso de “perda”, em substituição de “perca”. Dessa forma, estes resultados permitem aferir que os participantes não têm conhecimento sólido sobre a distinção destas palavras, confundindo-as uma com a outra, tanto que Neto & Infante (2008) chamam atenção ao uso dessas duas palavras, advertindo que não se confunda “perda” (substantivo) com “perca” (forma verbal).

Assim, nas frases, considerando-se o uso de “perca” e “perda” pelos participantes, conclui-se que estas frases são agramaticais, visto que, por um lado, se trata de duas classes de palavras distintas, onde uma é substantivo e outra é forma verbal no modo conjuntivo; por outro lado, se trata de palavras parónimas que, embora tenham escrita e grafia parecidas, não podem ser usadas uma em detrimento de outra, porque o seu sentido é diferente, assim como argumenta Bechara (2009) que palavras parónimas são os vocábulos parecidos na forma e diferentes no sentido.

Nesse contexto, o uso de uma palavra em detrimento de outra, em vários casos de ocorrências linguísticas, proporciona a correcção linguística, agramaticalidade, ou melhor, desvio à Norma Culta. Relativamente ao exercício 3, pretendia-se que os participantes construíssem duas (2) frases, usando “perca” e “perda”. E, nesse âmbito, quanto às frases da alínea a), os participantes, A, B, C, I, e L, construíram frases correctas, usando “perca”, os participantes, G, H, J, K, M, N e O, construíram frases

Bonete Júlio João Chaha, Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique incorrectas, usando “perca”, e os participantes, *D*, *E* e *F*, não construíram nenhuma frase, como ilustra a frase seguinte:

a) *“Eu penso que conversar com o colega Manuel é uma perca de tempo”.
[=*perda*]

No tocante às frases da alínea b), os participantes, *A*, *B*, *C* e *I*, construíram frases correctas, usando “perda”, os participantes, *G*, *H*, *J*, *K*, *L*, *M*, *N* e *O*, construíram frases incorrectas, usando “perca”, e os participantes, *D*, *E* e *F*, não construíram nenhuma frase, como atesta a frase seguinte:

b) *“A Shakila sai cedo de casa para a escola para que não perda as aulas de piano”. [=*perca*]

De acordo os resultados do exercício 3 acima, constata-se que, em relação à frase da alínea a), por um lado, os participantes desconhecem o significado de “perda” e “perca” e o contexto situacional de uso, verificando-se, assim, arbitrariedade no uso destas duas palavras, pois sabe-se que “perca” é forma verbal e “perda” é substantivo, sendo, portanto, palavras com sentidos díspares e, conseqüentemente, o seu uso não deve ser arbitrário. Por outro, este facto denota falta de domínio de conjugação de verbos irregulares nos seus tempos simples, no caso de “perder”, na sua forma verbal “perca”.

E, nesse contexto, os falantes precisam de aprofundar o estudo da formação dos tempos verbais, sobretudo, os tempos simples, visto que estes tempos desembocam nos tempos compostos ou derivados, tal como sustentam Neto & Infante (2008), para que o estudo desses verbos se torne mais fácil e prático, é preciso que se tenha sempre em mente o esquema de formação dos tempos simples, pois as irregularidades dos tempos primitivos geralmente se estendem aos tempos derivados correspondentes. Ainda, percebe-se que, uma vez que o radical do verbo “perder” é *perd-*, os os falantes tendem a seguir a forma deste, na sua conjugação, nos tempos do modo conjuntivo, e isso explica também por que o equívoco entre a forma verbal “perca” e o substantivo “perda” pelos falantes.

Considerações finais

O Português, como Língua segunda (L2), nos países de colonização portuguesa, tem-se apresentado com características diferentes, de região para região, através dos seus falantes. Essas características manifestam-se, principalmente na oralidade, estando esta Língua sujeita à mutações de nível fonético-fonológico, sintáctico, semântico, que se distanciam dos padrões da Norma Culta.

Em virtude dos resultados da pesquisa e em conexão com os preceitos apresentados nos LD's e nas diversas bibliografias arroladas neste artigo, foi possível obter conhecimento significativo sobre a temática em discussão, tendo, assim, auxiliado no entendimento e compreensão das razões do uso de “perca” em detrimento de “perda”.

Com base na pesquisa, foi possível perceber como o conceito de Semântica e os exercícios co-relacionados são articulados nos LD's de Língua Portuguesa, tanto que se verificou que os LD's de Língua Portuguesa abordam sobre conteúdos relacionados com a Semântica, contudo a tónica dos exercícios está relacionada com a sinonímia, antonímia, e não se aborda, com recorrência, sobre a paronímia.

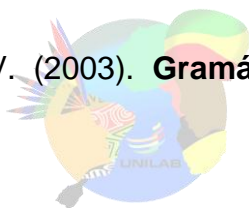
Desta feita, verificou-se que são várias as razões que estão por detrás desta problemática, destacando-se, por um lado, a falta de LD's com exemplos e exercícios claros e contextualizados, onde as palavras são empregues em situações e contextos concretos, e não abstratos; a não incorporação de conteúdos sobre as palavras parónimas nos Programas de Ensino e nos seus respectivos LD's de Língua Portuguesa, fato este que não permite que os professores abordem de forma completa e compreensível o conteúdo em sala de aulas; o fraco domínio da discriminação entre palavras homógrafas e parónimas por parte dos autores dos LD's, e conseqüentemente, os alunos não têm uma aprendizagem significativa sobre a matéria.

Por outro, associa-se a estas razões, o desleixo na projeção, concepção e implementação do Currículo de Ensino em Moçambique, não só isso, mas também se assume que o uso de “perca” em detrimento de “perda” pelos falantes está estritamente ligado à fraca leitura, e particularmente, o não hábito de leitura de Gramáticas e Dicionário de Língua Portuguesa, pois, sabe-se que o aprimoramento do funcionamento da língua só é possível através de leitura contínua desses materiais, sendo, portanto, o mecanismo eficaz para que os falantes possam ultrapassar as várias dificuldades ou equívocos relacionados com a Língua Portuguesa, no geral, e em particular, a questão em alusão neste artigo.

Portanto, seguindo essa linha de pensamento, associa-se também a estas razões, a interferência linguística, isto é, a convivência linguística que se verifica entre o Português e as línguas nacionais (as chamadas Línguas Bantu), línguas essas que, no âmbito de comunicação, acabam por interferir, de certa forma, na performance dos falantes, à medida que estes carregam os traços linguísticos dessas línguas, quer de nível sintático, quer semântico, este último influenciado pela cultura dos falantes.

Referências

- Bechara, E. (2009). **Gramática da Língua portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Cavele, M. C.; Cuta, M. C. & Zimba, C. (S/d). **Aprender a Comunicar - 6ª Classe**. Maputo: Plural Editora.
- Cunha, C. F & Cintra, L. F. L (2017). **Nova gramática do português contemporâneo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital.
- Drumond, A. & Zimba, C. (2008). **Português para todos – 8ª Classe**. Maputo: ENM.
- Ferrarezi JR., C. (2008). **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Editorial.
- Figueiredo, O. M. & Bizarro, R. P. (2004). **Da Palavra ao texto**. Lisboa: Asas Editores.
- Henriques, C. C. (2012). **Fonética, fonologia e ortografia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Martino, A. (2014). **Português esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 3.ed. São Paulo: Saraiva.
- Monteiro, D. & Pessoa, B. (1999). **Guia Prático dos Verbos Portugueses**. Lisboa: Lidel.
- Neto, P. C. & Infante, U. (2008). **Gramática da Língua Portuguesa**. 9.ed. São Paulo: Scipione.
- Pinto, J. M. C. & Lopes, M. C. V. (2003). **Gramática do Português Moderno**. 4.ed. Lisboa: Plátano Editora.



Recebido em: 11/11/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): CHAHA, Bonete Júlio João. Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.140-155, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): CHAHA, Bonete Júlio João (jan./jun.2023). Uso de *perca* e *perda* pelos falantes do Português em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1):140-155.

Khoisan de Angola: Descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da província do Cunene
(Vocabulário em Português – Oshikwanyama – Inglês)

José Evaristo Kondja *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-0224-559X>

Resumo: Neste artigo levamos a cabo a descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan), com base na consulta de um grupo de doze crianças e adultos, falantes do !Khun, na província do Cunene (Angola), língua da família Khoisan, conhecida por integrar nos seus sistemas fonológicos (consoantes) cliques, tais como [O], bilabial; [I], dental; [!], (pós)-alveolar; [ʦ], palato-alveolar; e [l], lateral-alveolar. Todos os participantes consultados são falantes de uma segunda língua – o Oshikwanyama, língua de seus vizinhos banto, através da qual, foi possível estabelecer contacto com o investigador. Assim, este estudo teve como objetivo descrever as unidades lexicais que ocorrem de igual forma e simultaneamente nas variantes linguísticas !Khun das regiões de: Okatope (Namacunde), Okafunuka (Nehoni) e Omalyata (Evale). Um dos objetivos da pesquisa foi a de comparar o vocabulário destas variantes, produzido pelos participantes, falantes nativos do !khun, através da tarefa de produção elicitada, tendo como referência, para a escrita, as entradas do dicionário Northwestern !Xun de Heine & König (2008). Desta forma, embora os dados deste estudo não permitam concluir que os San do sul de Angola falam a mesma língua, os resultados revelam um número significativo de unidades lexicais que ocorrem simultaneamente, de igual forma, em todas as variantes !Khun analisadas.

Palavras-chave: Khoisan; !Khun (!Xun); Angola; Vocabulário

Abstract: This article presents the description and comparative analysis of the vocabulary of variants (languages) !Khun (Khoisan), based on the consultation of a group of twelve children and adults, speakers of !Khun, in Cunene Province, (Angola), language of the Khoisan family, known for integrating clicks in their phonological systems (consonants), such as [O], bilabial; [ʦ] dental; [!] (post)-alveolar; [ʦ], palate-alveolar; and [l], lateral-alveolar. All participants are speakers of a second language – Oshikwanyama – language of their banto neighbors, through which it was possible to establish contact with the researcher. Thus, this study aimed to describe the lexical units that occur equally and simultaneously in linguistic variants !Khun of the Okatope regions (Namacunde); Okafunuka (Nehoni) and Omalyata (Evale); compare the vocabulary of these variants, produced by the participants, native speakers of !khun, through the task of elicited production, having as reference the inputs of the Northwestern dictionary !Xun of Heine & König (2008). Thus, although the data from this study do not allow us to conclude that the San of southern Angola speak the same language, the results reveal a significant number of lexical units that occur simultaneously, in the same way, in all variants !Khun analyzed.

Keywords: Khoisan; !Khun (!Xun); Angola; Vocabulary

Engongo: Omapekapeko aa otaa yandje endjodjomono loidjemo yekonakono lomafaafano a ningilwa eenyapilaka delaka IOva!khun (Khoisan). Omapekapeko okwe likolelela keenghundafana da ningwa pokati kongudu younona novakulunhu ve li omulongo navavali (12). Aveshe ovapopi velaka IOshikhun, mOshitukulwa shaKunene moAngola. Elaka eli olokodikwa yOvakhoisan, ya shiivika nokupyakula (cliques) ngeenge tava popi oiwedwa yavo ngaashi [O], yopokati komilungu (bilabial); [I], yopokati kelaka nomayoo (dental); [!], yopokatunhuyoo ((pós)-alveolar); [ʦ], yomoshihokohokokanya (palato-alveolar); ndele na [l], onghwaemhati yopomunghulokanya (lateral-alveolar). Ovakufimbinga ava aveshe ovapopi velaka Etivali IOshikwanyama, elaka lovashiinda, shaashi omo va li tava dulu okuudafana nomupekapeki. Omapekapeko aa otaa

* É angolano, Professor de Língua Portuguesa na Escola Superior Pedagógica do Cunene, em Ondjiva - Angola, é Mestre em Ciências da Linguagem na Universidade do Minho – Portugal, Membro-Fundador do Grupo de Pesquisa sobre os Povos e Línguas do Grupo khoisan

...
lalamanene okundjodjomona omapando oitya alushe ile haa holoka kalupu meenyapilaka da yooloka dOshi!khun shokOshitukulwa shaKatope (Namakunde); Okafunuka (Nehoni) nokOmalyata (Evale); oku shi yeleka noupunaitya eenyapilaka edi, ngaashi da yandjwa kovakufimbinga, ovapopi velaka IOshi!khun ve shi ninga moshinyangadalwa shoshietwapo shoelicitação (*Tarefa de Produção Elicitada*). Ashike nonande oshidjemo shomapekapeko aa itashi pitike ovapekapeki va tokole kutya Ovasana vokOumbuwanhu waAngola ohava popi elaka limwe, oshidjemo otashi ulike lela pe na omivalu domapando oitya oyo tai monika luhapu, kalupu, momikalo da faafana meenyapilaka adishe dOshi!khun da konakonwa.

Oipatululoitya: Ovakoisan, Ovakhoi, Ovasana, ovapopi ovadalelwamo velaka IOshikun, Angola, oipunaitya, endjodjomono neyelakanifo.

Introdução

Angola é um país multilingue, onde várias línguas africanas e europeias são faladas. Estas línguas podem ser divididas em cerca de três famílias linguísticas: neolatina ou românica -o Português, língua oficial do país¹; as línguas bantu e as línguas khoisaanas. Assim, constitui objeto de estudo do presente artigo a análise comparativa do vocabulário de três variantes do !Khun (Khoisan), dos dois municípios da província do Cunene (**Kwanyama:** Nehoni e Okafunuka; **Namacunde:** Okatope), língua materna do povo San, do grupo etnolinguístico Khoisan de Angola. Uma sociedade humana com uma cultura milenar, e com línguas marcadas por traços linguísticos – os cliques – que as distinguem das demais línguas da região (Kondja, 2022). Não se trata de um estudo mais aprofundado, surgindo, contudo, como um contributo não só para estimular a supressão da carência de bibliografia reunida acerca desta língua, de entre os escritos em português, verificada durante a realização de um trabalho de mestrado em Ciências da Linguagem, no que concerne o funcionamento do sistema fonético e fonológico da língua !Khun, em Angola, como mostra Konjda (2022) abaixo, mas também no que respeita a descrição de diferenças e semelhanças no vocabulário das referidas variantes.

Sendo pouco explorada, a língua dos San de Angola não tem representação escrita e, em consequência, não integra o sistema de ensino convencional do país, uma vez que os seus falantes a utilizam apenas oralmente, no seio da sua própria comunidade. Consideramos, por isso, que constitui um verdadeiro desafio termos circunscrito esta pesquisa à inquirição de informantes ., como L1 têm apenas o !Khun, não partilhando qualquer outra língua mais desenvolvida, falada por um grupo maior. Pela razão referida, o facto de o !Khun ser uma língua muito pouco investigada, este estudo constitui um trabalho pioneiro e poderá estimular o desenvolvimento nesta área, de futuros trabalhos mais aprofundados. (Kondja, 2022, p.1)

Dito de outro modo constitui uma das motivações que norteia o objetivo deste artigo, a exiguidade vocabular referente às variantes (línguas) Khoisan dos municípios de

¹ Constituição da República de Angola (2020)

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes Namacunde e Cuanhama, sendo que o dicionário de Heine & König (2008) “*A Concise Dictionary of Northwestern !Xun*”, uma das referências para as línguas dos san do norte da Namíbia, e sul de Angola, resulta de um trabalho realizado com as variantes (W-2 - Norwestern !Xun)), faladas no distrito de Eenhana, no norte da Namíbia. Pelo que, muito pouco retrata aspectos linguísticos das variantes !Khun de Angola. Esta carência sobre os seus dados linguísticos leva-nos a formular as seguintes questões: a) Por que razão o “*A Concise Dictionary of Northwestern !Xun* é válido para as línguas !Khun de Angola?; b) Os falantes !Khun da região transfronteiriça (Angola e Namíbia) e, os das comunidades de Omalyata, Okatope e Okafunuka, falam a mesma língua?

Assim, como referido acima, não se pretende dar uma resposta cabal, mas analisar algumas unidades vocabulares de modo a verificar as semelhanças e diferenças entre as três variantes da província do Cunene e a do norte da Namíbia, cujos aspetos linguísticos serviram como base à elaboração do referido dicionário. Contribui assim, como trabalho inicial que estimulará outros trabalhos de investigadores futuros, que estiverem interessados em estudar as línguas Khoisan, em Angola.

A necessidade de desenvolver este artigo, *i. e.*, contribuir para o desenvolvimento desta língua, enquadra-se no âmbito de trabalhos importantes, que têm sido empreendidos não só por académicos e governos dos respectivos países, mas também por organizações não governamentais de abrangência regional e internacional, visando a promoção, investigação, desenvolvimento, proteção das línguas e da cultura, bem como a integração e a salvaguarda dos direitos das minorias indígenas da África Austral (Hitchcock & Sapignoli, 2019; Namanseb et al., 2008; Kondja, 2022).

Como exemplo, de acordo com Pfeier & Pinto (2018); Jones (2019), a língua !Khun e outras da mesma família, Khoisan, encontram-se entre as mais ameaçadas de África, o que explica a imprescindível adoção de uma série de medidas de revitalização desta língua enquanto património nacional e mundial. Sendo assim, para o conhecimento daquilo que constitui a identidade, o perfil histórico e a situação sociolinguística dos Khoisan, exploramos genericamente os quadros teóricos de pesquisas, nas áreas da Antropologia e da Etnografia (Kubik, 1970; Malan, 1995; Lee, 1993; Hitchcock, 2012; Hitchcock & Sapignoli, 2019) e, ainda, evidentemente, da Linguística (Sands, 1998; Tishkoff et al., 2007; Chebanne, 2010; Güldemann & Stoneking, 2008; Sands et al., 2007; Traill, 1985; Chebanne, 2016; König, 2008; Namanseb et al., 2008; Heine & König, 2008 - 2015; Kondja, 2022).

Assim, pretendemos: (i) descrever as unidades lexicais que ocorrem de forma igual e simultânea nas variantes linguísticas !Khun das regiões de Okatope (Namacunde), Okafunuka (Nehoni) e Omalyata (Evale); (ii) comparar o vocabulário dessas variantes, produzido pelos participantes, falantes nativos do !khun, através da tarefa de produção elicitada, tendo como referência as entradas do dicionário Northwestern !Xun de Heine & König (2008);

Deste modo, este artigo compõe-se de três seções: desenvolvem-se aspectos conceptuais e linguísticos e uma visão sociolinguística do grupo Khoisan da África Austral, com informações sobre as línguas desses povos, nomeadamente, os Khoi e os San; apresentar e o seu lugar no contexto de ações singulares e coletivas que visam a promoção e inclusão de sociedades humanas minoritárias e ameaçadas de extinção, em Angola, permitindo a compreensão de problemas relativos a este grupo humano, a par da necessidade de empreender ações que visem a sua promoção social e econômica através do estudo e consolidação da sua língua; ainda se descrevem os procedimentos metodológicos que orientaram toda a nossa investigação; e, por fim, apresentamos os resultados, discussão de dados e conclusões.



1. Khoisan

Khoisan, é uma palavra que aglutina na sua estrutura morfológica duas unidades lexicais: Khoi (khoe) – **pessoa**, os pastores e agricultores indígenas² – e San – **caçadores-coletores**, que vivem numa vasta região árida do deserto do Calaári, na África Austral, correspondendo às Repúblicas de Angola, Namíbia, Botswana e África do Sul (Kondja, 2022).

Na literatura consultada, o termo *Khoisan* é alvo de duas perspetivas conceituais divergentes, a saber: (i) o de Khoisan (**Etnónimo**) - grupo ou conjunto de grupos étnicos, com cultura única (partilham características socio históricas e culturais); (ii) e o de Khoisan (**Glónimo**) - língua/conjunto de línguas africanas, não-bantu, que possuem cliques como sons distintivos ou regulares da fala (Kondja, 2022). A(s) língua(s) Khoisan, com um dos maiores repertórios fonológicos do **mundo, por exemplo, o (W2) Northwestern !Khun, possui 120 fonemas** Heine & König (2015). **Khoisan é, assim**, conhecida por

² Saugestad (2001, p. 43), citado por Campbell (2004), define a expressão "povos indígenas" para se referir a uma situação em que um grupo específico: **a.** afirma ser descendente dos primeiros habitantes de uma área; **b.** ocupa uma posição de não-dominância e são minoritários em termos demográficos; **c.** têm, ou tiveram, meios de subsistência baseados na adaptação de recursos e territórios que diferem dos da maioria; e **d.** percebem-se, e são percebidos pelos outros, como diferentes da maioria e se definem como indígenas.

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes
integrar nos seus sistemas fonológicos (consoantes) cliques, tais como [ʘ], bilabial; [ʘ̥],
dental; [ʘ̥], (pós)-alveolar; [ʘ̥], palato-alveolar; e [ʘ̥], lateral-alveolar, **e constituem** um dos
quatro principais filios (famílias) de línguas africanas tais como o Níger-Congo, Nilo-
Saariana e Afro-asiático (Child, 2003; König, 2008; Kondja, 2022).

As línguas Khoisan são tradicionalmente classificadas em três grandes famílias.
Vejam os:

- **o Khoe (Khoekhoe)** - esta família compreende três grupos principais, nomeadamente: (i) o **Kwadi**, variedade extinta de Angola; (ii) **o Khwedam (Khwe)**, falado na faixa de Caprivi ocidental, na República da Namíbia, e por um grupo muito diminuto do sudeste de Angola, na região de Mavinga e; (iii) **o Khoekhoegowab** (Haillóm, Nama e Damara), É o idioma mais falado de entre as línguas Khoisan, e são mais de 200.000 falantes conta com um sistema de escrita que data do final do século XIX (Jones 2019);

- **o !Ui-Taa ou Tuu** – conta atualmente com dois remanescentes, (i) o !Xóõ; e (ii) o N|uu (ou #Khomani) do conjunto de dialetos desta família extintos. A língua N|uu ou #Khomani é falada por cerca de dez (10)³ pessoas na África do Sul e Botswana;

- **JU (!Khun ou !Xun)** – esta família JU é constituída por dois grupos linguísticos: (i) o Ju|’hoansi e; (ii) o !Khun ou !Xun⁴, !Xung (Tishkoff et al., 2007; Sands, 1998). Este grupo linguístico !Khun (também designado Khoisan do Norte⁵).

A língua falada em Angola pelos san faz parte deste último grupo o !khun ou !Xun. Tishkoff et al. (2007) que entendem que neste triângulo, compreendido entre o Norte da Namíbia, o Noroeste do Botswana e o Sul e Sudeste de Angola, se fala uma língua única, ainda que complexa. Na mesma perspetiva, Heine & König (2008), embora não esteja, claramente definida, a possível fronteira que separe as variedades do !Khun, entre as diferentes regiões dos três países, consideram o !Khun, como um Complexo de línguas (CL), ou seja, um conjunto de variantes de fala conectadas por uma cadeia de inteligibilidade mútua, tal como se descreve abaixo.

“!Xun can be described as an L-complex, that is, as a cluster of speech forms that are connected by a chain of mutual intelligibility, but speakers at the extreme ends of the chain do not understand one another. !Xun speakers of central Angola do not understand !Xun speakers of eastern Namibia or northwestern Botswana. Still, no clear-cut language boundary separating the various !Xun varieties has been identified so far. Since there is reason to believe that all the !Xun varieties that have come to our notice so far are linked by some intelligibility chain, we prefer to

³ (Sands, Brugman, Exter, Namaseb & Miller, 2007);

⁴ König, (2008) considera esta família linguística como um CL (Complexo Linguístico) falado no Norte da Namíbia, noroeste de Botswana e sudeste de Angola.

⁵ É designada Khisan do Norte por ser falada numa área correspondente ao Norte da Região Khoisan.

...
treat the various speech forms as a single, even if complex, language” Heine & König (2008 p., 2).

Segundo o autor, os aspetos linguísticos (*itens* lexicais e gramaticais listados) que sustentam o princípio da inteligibilidade mútua para os falantes das diferentes variantes (dialetos) !khun (Northwestern !Xun), são baseados nos Dialetos !Xun do Noroeste (Norwestern !Xun), embora a pesquisa que deu lugar a este resultado se tenha restringido, em grande parte, ao dialeto W2, falado no distrito de Eenhana, no norte da Namíbia, apesar do dicionário poder ser usado em todas as regiões onde se fale o !Khun, principalmente, no norte da Namíbia e no sul de Angola.

Esta é a razão por que adotamos, neste artigo, o “*A Concise Dictionary of Northwestern !Xun*” de Heine & König (2008), como referência para a comparação das unidades lexicais das variantes !Khun recolhidas das localidades !Khun de Omalyata, Okafunuka e Okatope, na província do Cunene.

2.A língua !Khun (Khoisan) de Angola - situação sociolinguística

!Khun significa “pessoa” (ser humano) na língua com o mesmo nome e é língua materna do povo San (!Kun-san), do grupo etnolinguístico Khoisan dos municípios de Namacunde e Cuanhama na província do Cunene.

De acordo com Heine & König, (2008), esta língua é igualmente falada numa região que se estende desde sudeste de Angola, nordeste da Namíbia e noroeste de Botswan e constitui uma família linguística, que pertence à mesma árvore filogenética, partilhando as mesmas propriedades linguísticas, inclusive as fonológicas não cliques e, de modo particular, as fonológicas cliques, que variam com as estratégias fonotáticas de cada língua (Güldemann & Stonekin, 2008). Ou seja, *!Xun is widely believed to form the northern branch of the Khoisan family or phylum (see, e.g., Greeberg 1963), and there are in fact numerous lexical and grammatical forms that !Xun shares with other South African Khoisan languages*”. (Heine & König, 2015, p.15).

Relativamente à situação sociolinguística dos !Khun (Khoisan) em Angola, Kondja (2022, p. 23–28) descreve que:

em Angola, existem atualmente cerca de 14.886⁶ falantes san, distribuídos por províncias, municípios e comunidades/localidades:

⁶ Os números apresentados são sempre estimados pois, segundo Du Plessis (2017), não é fácil saber os números exatos dos povos nómadas.

1. **Cuando-Cubango** (Sudeste), com 12000 membros – municípios: Menongue, Cuíto-Cuanavale, Cuangar, Calai, Dirico, Nancova, Mavinga e Rivungo; **Localidade:** mais de 32 membros comunidades, entre as quais Jamba-Cueio, Wefo, Buabuat, Urondo, Ntopa, Cafita, Inkama e Mucundi, Mbundu, Tchatwika, Waiombwa, Cuatir. Tandawe, Mangondo, Mavu, Chimanha, Ngongoma, Cafuma, Mpandato, Bondo, Kkene, Cambinda, Alto-Kakene.

2. **Huíla** (Sudoeste), com 462 membros – Município: Quipungo; **Localidades:** Mupalala, Kachila-Ompo, Derruba-Sêndi e Mupembati;

3. **Cunene** (Sul), com 2424 membros – Municípios: Kwanyama, Cuvelai, Namacunde, Ombadja. **Localidades:** Okafima, Omalyata, Odayandema, Okafunuka, Okapangu, Omahenge–Okayolwa, Oshana - Nandjili, Oshana-Nalama, Oshimolo, Onelombo, Chivemba, Onghuti, Okatope, Omwoongo-Omulemba, Ohongo, Omulola.

Como se pode notar, os povos !khung-San, em Angola, além de terem uma vida de mobilidade constante, vivem, geralmente, longe dos principais centros urbanos sendo, algumas destas comunidades transfronteiriças e abrangendo dois ou mais países, onde a resolução dos problemas que os afligem nem sempre são uniformes.

O seu estilo de vida, cultural e económico, baseado na caça e na apanha de frutos, contrasta com a realidade socioeconómica dos vizinhos bantu. Por exemplo, a necessidade de os bantus, ocuparem mais terras para a realização da agricultura, exerce uma pressão silenciosa sobre as minorias étnicas, fazendo com que se afastem cada vez mais, ou se submetam aos vizinhos, colocando-se assim, na posição de dependência.

Além disso, sabe-se muito pouco sobre os povos de cliques em Angola e isso, talvez se deva, entre outros fatores, à exiguidade de material escrito em português. As diferentes rotulagens de que os !Khun-San são alvo, na região Sul do país, também podem ser entendidas como resultado disso mesmo. Por exemplo, os !Khun-San, são conhecidos pelos povos Kwanyama e Nyaneka-Khumbis, das províncias do Cunene e de Huíla, respetivamente, com o nome de Ovakwankhala ou Ovakwanghala (Kwankala) e, ainda, na província do Cuando-Cubango, pelo rótulo de Vassekele (Kamussequele) Kondja (2022).

Em países vizinhos, anteriormente, referidos as línguas dos san, como, por exemplo, o Ju|'hoansi, utilizam um sistema gráfico baseado no alfabeto romano, combinado com os símbolos do IPA, tendo uma vastíssima gama de produções escritas e

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes ...
filmes (Hitchcock & Sapignoli, 2019), que constituem recursos que asseguram o seu ensino nas escolas.

3. Situação sociolinguística

Além das medidas académicas que visam assegurar a sobrevivência destas línguas dos san, o governo angolano, em parceria com organizações não governamentais, ONGs como a MBACKITA⁷ (Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologia e Ambiente), e organizações internacionais, tais como a Open Society e a CEI (Conferência Episcopal Italiana), têm executado programas que visam a integração social e produtiva, com o fim último de garantir o acesso à formação, à saúde, à habitação e à cidadania por parte dos Khoisan. Deste modo, o reassentamento (sedentarização) dos !Khun-San, em algumas regiões de Angola, constitui uma das principais medidas implementadas, visando desencorajar o modo de vida tradicional, baseado no nomadismo. A comunidade Khoisan de Omalyata – Evale, na província do Cunene, é, desde 2014⁸, exemplo disso mesmo.

Apesar dos referidos programas, no entanto, os san e Khwe debatem-se com o acesso restrito aos cuidados médicos de qualidade e com a carência severa de quase tudo no seu quotidiano. Em consequência disso, muitos Khoisan abandonam as áreas de reassentamentos, regressando às matas em busca de alimentos para o seu sustento, *i.e.*, a maioria não se adapta ao novo estilo de coabitação e retomam a vida nómada, cuja cadeia alimentar depende da caça, do mel, de tubérculos e da recolha de frutos silvestres.

No que respeita à língua dos San, em Angola, o !Khun restringe-se aos usos orais e apenas em locais onde os falantes praticam as suas atividades de sobrevivência, mais precisamente, nas comunidades Khoisan de Omalyata, Okafunuka e Okatope, na

⁷ MBACKITA (Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologia e Ambiente) é uma organização fundada a 14 de abril de 2002, com o objetivo fundamental de construir uma sociedade justa, solidária, saudável e humana entre os Khoisan, promovendo a inclusão socioeconómica das minorias étnicas San, em Angola, intervindo nos domínios da alfabetização itinerante, no combate à malária, na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, a tuberculose, e garantir a segurança alimentar-nutricional, o acesso ao ensino, à habitação, principalmente dos membros da comunidade Khoisan.

Os responsáveis da MBACKITA acreditam que, tal como na Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Botswana, onde indivíduos das etnias Khoisan participam ativamente da vida pública urbana, desempenhando funções como deputados, ministros, médicos e pilotos, o mesmo poderá acontecer em Angola, se mais investigações forem feitas apoiando esta causa (Paulino, 2017, 2018).

⁸ In Angop Agência Angola Press, edição Imprensa, de 08 de junho de 2017, disponível em https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2017/5/23/Cunene-Minars-aposta-reintegracao-dos-Khoisans-Vatwas. Acesso: 12 nov 2019.

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes ...
provincia do Cunene, o que faz com que esta língua permaneça com um estatuto de marginalizado valor funcional, seja desconhecida e possua uma reduzida probabilidade de sobrevivência. Do mesmo modo, a língua !Khun e outras do mesmo grupo estão entre as mais ameaçadas de África, o que justifica a imprescindível a adoção de uma série de medidas de revitalização dessa língua, enquanto património nacional e mundial (Pfeier & Pinto, 2018; Jones, 2019).

Assim, pode-se afirmar que o grupo !Khun de Angola integra em parte os grupos linguísticos de cliques da África Austral, que Chebanne (2016) considera serem insuficientemente pesquisados, marginalizados e, em consequência, não documentados. Os seus falantes vivem em situação de analfabetismo, pois não houve missionários interessados em desenvolver materiais religiosos, ao contrário do que se passou com outras línguas africanas que possuem um sistema de escrita há mais de cem anos. Este facto agrava mais ainda os seus problemas socioeconómicos e linguísticos, uma vez que os falantes não têm recursos para desenvolver e promover as suas próprias línguas, de modo a poderem tornar-se porta-vozes da sua própria cultura e de terem acesso a domínios sociais e funcionais do país e do mundo.

Verificamos, assim, que estes fatores podem ser encarados como indício de que muito trabalho ainda tem de ser feito para defesa dos !Khun-San. Um apoio que passa por adotar novas medidas e estratégias ou adotar medidas semelhantes às utilizadas pelos países vizinhos para integrarem e desenvolverem os Khoisan.

Campbell (2004) reconhece ser difícil ajudar os San pelos seguintes motivos: a) não parecem dispostos a aderir às tarefas que visam a edificação da sua própria identidade, de serem um grupo capaz de se representar, sem intermediários para tomarem as próprias decisões; b) passar a tomada de decisões, realizada na sua língua em vez de o ser, em línguas dos grupos étnicos dominantes. Esta impossibilidade dos Khoisan se autorrepresentarem por meio do seu próprio idioma, entre outros fatores, fundamenta a necessidade de se descrever a língua dos !Khun-San de Angola, o !Khun. Esta medida não só visa o desenvolvimento da língua e da cultura deste povo, mas também, de promover a integração dos povos !Khoisan, em Angola, evitando, assim, que grupos étnicos dominantes protagonizem intervenções a favor da vida dos caçadores-coletores. 30

Além da pobreza extrema com que se confrontam os !Khun-San, em Angola, alguns dos maiores problemas que ameaçam a sua sobrevivência, agravando o risco de extinção dos falantes de cliques, são: a falta de políticas dirigidas ao apoio a estas

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes ...
minorias étnicas; o afastamento forçado das suas terras; a exclusão social; o isolamento geográfico associado ao analfabetismo; a falta de registo escrito da cultura e da sua língua; a substituição progressiva da sua língua pela dos vizinhos para poderem ter acesso a bens e serviços; a expansão das populações agrícolas que disputam as terras dos povos indígenas; e, fundamentalmente, a excessiva exploração da madeira, que compromete as florestas – um dos *habitat* naturais dos Khoisan, fonte da sua manutenção e subsistência (Campbell, 2004; Paulino, 2018).

Embora exíguas, importantes pesquisas, que visam o desenvolvimento das línguas de cliques do Sudoeste africano, têm sido desenvolvidas, nas últimas décadas. Como exemplo disso, mencione-se a proposta de Chebanne (2016), com um trabalho focado na harmonização da ortografia das línguas não documentadas e ameaçadas de extinção na Namíbia, nomeadamente !Kua e Cua, bem como, o projeto desenvolvido com o objetivo de unificação e padronização da ortografia das línguas Koe e San (Khoisan), desenvolvido por Namanseb et al. (2008) e que envolve as seguintes línguas: Khoe (C. SAK): Khoekhoegowab, Khwedam/||Ani, Naro, |Gui/||Gana, †Khomani, Kua/Tshoa, Shua/Cua/Tciretcire/Danisi; San /JU (N. SAK): Ju|`hoan/ !Xun/!Khun, !Xoon, †Hoan.

Segundo Chebanne (2016), o critério de harmonização da ortografia das referidas línguas não impõe as realizações fonéticas de uma das línguas Khoisan envolvidas, como modelo ortográfico para todas as outras, mas visa sim, inventariar os diferentes modelos fonético-fonológicos das demais línguas de cliques, renú-las num único sistema de escrita, e preservar as múltiplas formas diferentes de realizar e escrever uma única língua Khoisan, uma vez que a ortografia deste idioma é de base fonológica.

Chebanne (2010) considera que muitas das línguas ameaçadas de extinção não são escritas, como é o caso do !Khun, língua das minorias étnicas do Sul de Angola. Por isso, o mesmo autor refere que uma das medidas para salvar essas línguas passa por documentá-las, ou seja, dotá-las de um sistema de escrita, recorrendo aos símbolos disponíveis do IPA e ao alfabeto latino.

Apesar disso, entende-se serem trabalhos em fase inicial, que precedem pesquisas linguísticas futuras, mais aprofundadas e imprescindíveis para o estabelecimento de um sistema específico de escrita da língua de clique do Sul de Angola, garantindo, deste modo, que essa língua suplante os muros do isolamento e seja capaz de defender os seus valores culturais, a sua história, ajudando assim, a retirar os seus falantes da trincheira do esquecimento e da discriminação.

4. Método

A metodologia utilizada iniciou-se com a revisão bibliográfica disponível de estudos Linguísticos, mormente, lexicológicos e Lexicográficos das línguas Khoisan; e estudos antropológicos e etnográficos. A posterior recolha de dados, através da Tarefa de Elicitação da Fala (*Elicited Imitation Tasks (EITs)* Colantoni, Steele & Escudeiro, 2016 [2015]), através desta técnica, a repetição/produção de estruturas ou unidades de interesse, desde sons isolados, palavras ou expressões complexas.

Neste estudo, a tarefa de produção elicitada decorreu de uma forma descontraída, em ambiente natural dos !Khun-San em três comunidades: Omalyata e Okafunuka, no município do Cuanhama; e Okatope, no município de Namacunde. Os participantes, falantes da língua !Khun, que são a população-alvo deste estudo, foram testados individualmente, tendo sido por nós previamente informados sobre os objetivos do nosso estudo e da sua importância para a língua deste grupo de falantes.

Assim, em termos metodológicos, para elaboração deste artigo procedeu-se: (a) à seleção de estímulos, (trezentas (300) palavras em português escritas em papel A4), (como *ombwa* cão, *oshingulo* porco, *ongobe* boi, *onghoshi* leão, *omuti* árvore, *okukonga* caçar, *omutwe* cabeça, *okukwena* chorar, *omukongo* caçador). As palavras/vocábulos foram seleccionadas tendo em conta a realidade socioeconómica e cultural dos participantes (grupo experimental), falantes nativos da língua !Khun; (b) a Tarefa da produção elicitada - que consistiu na leitura dos referidos estímulos por parte de investigador, falante de português e Oshikwanyama, para que o participante respondesse, dizendo na sua L1, o !Khun, aquilo que o investigador lia ou dizia na língua Oshikwanyama, *i.e.*, o participante dizia, na sua língua, cada palavra que ouvia, enquanto era gravado pelo investigador, com uma duração equivalente ao tempo da sua produção. Esse processo foi repetido com o mesmo número de participantes nas três comunidades. O intervalo entre o tempo de leitura, da resposta do participante e a leitura doutro estímulo variavam em função das condições do ambiente, se silencioso ou interferido pelos demais, já que as tarefas foram realizadas em ambiente natural e em clima social de descontração tal como antes referimos. Em cada comunidade participaram cerca de 5 indivíduos, perfazendo o total de cerca de 16 indivíduos, a fim de se constituir os *corpora* da pesquisa. Finalmente, os dados em áudios, na língua !Khun e Oshikwanyama, foram, depois, transcritos para o PC em línguas portuguesa, Oshikwanyama e inglês, a fim de se compararem as ocorrências de cada palavra em cada comunidade, verificando, desta forma, se palavras como *g//ú* – água, *!nlē* – cabeça ou *nlē !x'úí* – cabelo co-ocorrem de

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes
forma igual nas variantes !Khun de Okatope, Okafunuka e Omalyata na província do
Cunene, sul de Angola, ou se diferem.

4.1. Resultado e Discussão

Nesta tabela, as palavras a negrito, na coluna esquerda, são os estímulos, - quer dizer, o vocabulário em português, utilizado na tarefa de produção elicitada. As três colunas a seguir, correspondem às respostas dadas pelos participantes nas três comunidades Khoisan (Okatope, Okafunuka e Omalyata). Os espaços vazios na tabela indicam que os participantes não responderam ou, se o fizeram, nós não conseguimos transcrever o áudio, dada a complexidade da sua pronúncia nativa, e também porque algumas palavras ditas pelos participantes não encontram equivalência no Dicionário de Heine & König, (2008).

A escrita do vocabulário na língua !khun foi baseada no Monograph Séries nº 232: *The Standard Unified Orthography for Khoe and San Languages of Southern Africa* (Namanseb et al., 2008), mas a ortografia que serviu como termo de referencia para a análise comparativa entre as ocorrências nas três localidades são as entradas do Dicionário do !Khun (!Xun) do Noroeste (A Concise Dictionary of Northwester !Xun (Heine & König, 2008).



4.2. Comparação do vocabulário das variantes !Khun

A comparação das palavras (Tabela 1) consiste em verificar se os vocábulos **g//ú** - água -, **!nlē** – cabeça ou **nlē !x'úí**, por exemplo, ocorrem da mesma forma nas variantes !Khun das três localidades (Okatope, Okafunuka e Omalyata), em termos de pronúncia, representada pela escrita, já que a escrita nas línguas Khoisan é fonológica, quer dizer, escreve-se como se fala (Namanseb et al., 2008). A ocorrência de um número significativo de palavras simultaneamente, nas três comunidades, fornece pistas importantes para corroborar a proposta de Heine & König, (2008-2015); (Tishkoff et al., 2007), entre outros que consideram o !Khun (!Xun) como um Complexo de línguas (CL), ou seja, um conjunto de variantes de fala conectadas por uma cadeia de inteligibilidade mútua.

Assim, do total de cerca de (300) trezentas palavras do !Khun comparadas, apenas aproximadamente 70 ocorrem simultaneamente nas três, ou pelo menos em duas das localidades, tal como mostram os lugares em destaque na tabela. Diante deste resultado, não podemos afirmar que as variantes do !Khun das três localidades da província do Cunene constituem a mesma língua, nem o podemos refutar. Os resultados são

José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes ... inconclusivos. Não só devido às limitações com que se conduziu este estudo, em termos de procedimentos metodológicos e de profundidade científica no tratamento dos dados. Não foi possível efetuar a comparação de ocorrências por comunidade !Khun. O que se deveu, entre vários fatores, à escassez de recursos bem como ao prazo limite. Podemos, sim, afirmar que, a tabela reúne um número significativo de ocorrências simultâneas do vocabulário nas variantes das três localidades. E o presente trabalho constitui um dos marcos importantes a partir do qual outros trabalhos mais aprofundados poderão vir a desenvolver-se.

Quadro 1: Estudo comparativo

PORTUGUÊS	!KHUN (KHOISAN)			OSHIKWANYAM A	INGLÊS
	OKATOP E	OKAFUNIKA	OMALYATA		
abóbora <i>n. f.</i>		thààbā, llāikhòà	nyánguā	enyangwa	
açúcar <i>n. m.</i>	shuuka			oshuuka	sugar
adotar <i>v. tr.</i>			allāó	okutekula	adopt
agora <i>adv..</i>			kùlū kā-ṛṛṛ,	peife	now
água <i>n. f.</i>	g ú	g ú	g ú	omeva	water
ali (lá) <i>adv.</i>	!kū-ndò'à, ndù'à		kōū ndù'à !k6ū-ndò'à-ṛṛṛ	kwinya	there
ajudar <i>v. tr.</i>		wī, xùm, llàà	vatela	okuvatela	help
algum dia <i>loc. adv.</i>		lám-nlúí, (llòhù-nlúí)		efiku limwe	someday
almoço <i>n. m.</i>			shumbululwa (de Oshikwanyama oshuumbululw a)	oshuumbululwa	lunch
amanhã <i>adv.</i>	khōmē	glúmā khōmē	n!āē-llāṛ	mongula	tomorrow
amanhecer <i>v. intr.</i>	kxäò	kxäò (kx'āō), n!à'à (tc'í)		Okusha (efiku)	dawn, become light

amarelo <i>n. m.</i>	lähṽ	lähṽ	lhǎṽ (lähṽ)	Twima (oluvala)	yellow, color
amigo <i>n. m.</i>	!úin-kx'áò	!úin-kx'áò	!úin-kx'áò	kaume	friend
apanhar (recolher) <i>v. tr.</i>	!hámí n!hǎà(n)		!háhè	okutoola	collection (of items occurring)
arbusto <i>n. m.</i>	n!àqà, (tcàāqñ)		tcōàqñ (llxúli)	oshixwa	shrub
arma (arco) zagaia <i>n. f.</i>	nllàö	nllàö	nllàö	outa	bow
arroz <i>n. m.</i>		lāōné	lwòshó	olwoosho	rice
árvore <i>n. f.</i>	!àhṽ !àhṽ	!àhṽ	!àhṽ (!hǎṽ)	omuti	tree
atrás <i>adv.</i>	k'ii-sa				back
atravessar (um rio) <i>v. tr.</i>	!hālā !!àhà		llàbà llxàvá	okutauluka	cross over
avó <i>n. f.</i>	!nthú	!nthú (m'nthú)	!nthú	meeekulu	grandmother
avô <i>n. m.</i>	(!nthú-ñllä)	!nthú-ñllä	(!nthú-ñllä)	Tatekulu	grandfather
azul <i>n. m.</i>	lähṽ	lähṽ	lhǎṽ	Twima	blue
assento <i>n. m.</i>	shipundí	ldhánà	(dhánà)	oshipundi	seat
bandeira <i>n. f.</i>		dālóe		epandela	flag
barriga <i>n. f.</i>	g!ú	g!ú (gú)	g!ú	edimo	stomach
bater <i>v. tr.</i>	n!hō n!!ā'm		n!!ā'm	okudenga	beat
bebé <i>n. m.</i>		dádjëmā	dádjëmā	ohanana,	baby
bidon <i>n. m.</i>		mbao		ombao	bull
boca <i>n. f.</i>		tc'í	tc'í	okanya/ omunungu	mouth
boi <i>n. m.</i>	gùmì	gùmì	gùmì	ongobe	bull
bonito <i>adj.</i>		!hǎm	!hǎm	omuwa	beautiful
braço <i>n. m.</i>	!!hǎn (≠hǎn)	!hǎn	!hǎn	okwooko	arm

branca <i>n. f.</i>	cí !àö	cá !àö		Toka	white
cá (aqui) <i>adv.</i>			kóú ɲǀ,	here apa, oku	here
cabeça <i>n. f.</i>	!nlē	!nlē	!nlē	omutwe	head
pêlo (das axilas) <i>n. m.</i>	tàbàcà níǀ !x'úi-ā, (!!)ǀhàn !x'úi-ā			exwiki domeenghwapa	hair of armpit
cabelo <i>n. m.</i>	nlē !x'úi	!nlē !x'úi	nlē !x'úi	exwiki	hair
cabra (cabrito) <i>n. f.</i>	khómbō khúmbō	gkhòngō	thòngō	oshikombo	goat
caça <i>n. f.</i>		!ámxà			hunt
caçador <i>n. m.</i>	!ámxà			omukongo	hunter
caçar <i>v. tr.</i>			mxàthà tí gllhùū	okukonga	hunt
calça <i>n. f.</i>	!nlòm- dǎhǀ	!nlòm-dǎhǀ	mbūlukwevǎ	ombulukweva	trouser
calor <i>n. m.</i>	nllhòbú			Oupyu	Warm
camisa <i>n. f.</i>	bìdjǎ (shikutu)	gllxáwǎ	shikutu	oshikutu	shirt
canção <i>n. f.</i>			gè'è	eimbilo	song
cansado <i>adj.</i>	!x'úi				
cantar <i>v. tr.</i>		gè'è	gè'è	okuimba	sing
cão <i>n. m.</i>	g!!hōē (!!hōē)	!!hōē			
capim <i>n. m.</i>	(ll'ǎē) ll'ǎè	ll'ǎè	ll'ǎè	omwiidi	grass
carne <i>n. f.</i>	llhǎ	llhǎ	llhǎ	ombelela	meat
carro <i>n. m.</i>	tòhò (tòhō)	hùútù (hǎútù),	kùnní, tòhò (tòhō), túà	Etuwa	car
carvão <i>n. m.</i>		dǎ!ǎ !x'òǎn		ekala	
casa <i>n. f.</i>	n!ǎō	n!ǎō	n!ǎō	eumbo	house
cavalo <i>n. m.</i>	lòhè			Onghambe	horse
céus <i>n. m.</i>	nlǎǎn	nlǎǎ	lǎǀ	eulu	sky
chana <i>n. f.</i>			l!kxǎ	oshana	coal
cheias <i>n. f.</i>			n!ǎxǎ n!ǎxón	efundja	flood

chorar <i>v. intr.</i>		dc ^l ǀ!áú - estou a chorar	dc ^l ǀ (mì ma dc ^l ǀ)	okukwena,	cry
chuva <i>n. f.</i>	g à	g à	gllà	odula	rain
cidade <i>n. f.</i>			dolopa(doropa)	(de Oshikwanyama odoolopa)	town
cinco <i>num.</i>	gllāō nlèè		aithanú !ánnú	nhano	five
cinza <i>n. f.</i>		gllǒhà		omute	ash
cobra <i>n. f.</i>	!!ànwà	!!ànwà	!ū	eyoka	snake
coelho <i>n. m.</i>	n!khäná	nhäù	nhäù nhäù(n)	ndiba	rabbit
comer <i>v. tr.</i>	ń	ùám	ùám	okulya	eat
comprar <i>v. tr.</i>	ll'ūān		ll'ūān	okulanda	buy
construir <i>v. tr.</i>	g!!ǒhò <i>vt,</i>		g!!ǒhò	okutunga	build
construir (casa, p.exe) <i>v. tr.</i>			n!!ùm	okutunga (eumbo)	build
coração <i>n. m.</i>		kx ā	kx ā	omutima	heart
correr <i>v. intr.</i>		!!hùām-!àán (≠hùām- !àán)	!àán-kxàán	okulotoka	run
cortar (carne em tiras (fitas)) <i>v. tr.</i>	kx ām (!!ähà)	kx à	!!ähé	okudingula	cut meat
cozinhar <i>v. tr.</i>		nlōān		okuteleka	cooking
cozinhar (pirão) <i>v. tr.</i>		nlōān càūn		Okuteleka oifima	Cooking oshifima
criança <i>n. f.</i>	dàbà (dàbä) dàbē(dēbē)		dēdē	ounona	child
cultivar <i>v. tr.</i>		khán		okulima cultivate	cultivate
curandeiro (quimbanda) <i>n.</i> <i>m.</i>	!äxä (!ähèxä)			ondudu	Witchdoctor , healer
circular <i>v. intr.</i>			lāī	okudingunuka	around
de dia <i>adv.</i>		g ào nlàè		omutenya	during the

					day
manhã <i>adv.</i>		ngula		ongula	a.m.
dedo <i>n. m.</i>	gllàò		gllāō-llhè	omunwe	finger
dele/ dela <i>pron</i>	wà		wà	ye	he
dente <i>n. m.</i>	tc'āō	tc'āō	tc'āō	eyoo	tooth
depois de amanhã <i>adv.</i>	ghelainya	n!āē-llāŋ	monghelainya	monghelainya	day after tomorrow
deus	gllāhwa	nllābā	gllāhwa	Kalunga	God
dez <i>num.</i>			on-longò	omulongo	ten
dia <i>n. m.</i>	gàō, lám, llöhù		llöhù	efiku	day
diarreia <i>n. f.</i>			k' hí	omupanu	diarrhoea,
dinheiro <i>n. m.</i>		gxùà		eembongo dinheiro	money
doença <i>n. f.</i>		ll'àn-tí	ll'ā-tí		disease
dois <i>num.</i>	tcā c-ā		tcā	mbali	two
eembe (nombé) <i>n.</i>	llāví			eembe	
eenyandi (nonyandi) <i>n.</i>	nyandi			eenyandi	
canção <i>n. f.</i>		gè'è		Eimbilo	song
ela <i>pron.</i>	wà		wà	ye	he
ele <i>pron.</i>	wà		wà	ye	he
elefante <i>n. m.</i>		!xō		ondjaba	elephant
eles <i>pron.</i>	cíŋ		yà	voo	they
escola <i>n. f.</i>	fikolá			escola	school
escorpião/lacra u <i>n. m.</i>	g!!xáín	g!xáín !xáín, llxai, g!!xáín, !!xáín	!!xáín	ondje	scorpion
esposa <i>n. f.</i>	dāhmà,			omukulukadi	Lady, spouse, wife
esposas <i>n. f.</i>	dèhmè, dāhmē			ovakulukadi	wives

esposo/ marido <i>n. m.</i>		!!xàè glā		Omushamane	husband,
estrela <i>n. f.</i>		!!ùn	!!ùn	onyofi	star
eu <i>num.</i>	áh	mā, mí	mí	ame	I
fabricação <i>n. f.</i>			nākhālí	Okudunga	brewing
falar <i>v. tr.</i>		kxá	kxá	okupopya	speak
farinha (fuba) <i>n. f.</i>		cāù tònnā (shāù tònnā)		oufila	flour
feijão <i>n. m.</i>		cà!hú (cā!hú)	shipoke	oshipoke	beans
feijão frade <i>n. m.</i>		cà!hú (cā!hú)	cā!hú	omakunde, (oshipoke)	beans
feio <i>adj.</i>			!ò	oui	ugly
ferida <i>n. f.</i>	t'húí lhàbī		t'híí	oshipute	wound
fígado <i>n. m.</i>		cúj		exuli	liver
figo <i>n. m.</i>	'úín			eenghuiyu	fig
filho <i>n. m.</i>	dābā n 'hā (-mà)	n 'hā (-mà) 'hān ('hā- mà) n 'hāè	nthú-gllé)	omonamati	son
flecha <i>n. m.</i>	llàú	còalā	llàú	oikuti	arrow
fogo <i>n. m.</i>	dàà	dà!à		omundilo	fire
folha <i>n. f.</i>	g!òqōà	g!òqà, gèllx'áé		efo	leaf
fome <i>n. f.</i>	tcào			ondjala	hunger
frio <i>n. m.</i>	hän	g x'òàn, hän x'ūān		outalala	cold, coldness
galinha <i>n. f.</i>	khúkhù	dùícōā	dùícōā	oxuxwa	chicken
galo <i>n. m.</i>	khúkhù- gllòq	dùícōā	dhiá-gllòq)	oshibondobolo	
gazela <i>n. f.</i>	n!hòàn	n!hòàn	n!hòàn	Holongo	kudu
giboia <i>n. f.</i>	h!!ṽ			ombome	boa constrictor
gravidez <i>n. f.</i>		g!x'ó	g!x'ú	etéelelo	pregnancy

gripe <i>n. f.</i>	l'ōāmí		ll'ōā	eshikisha	influenza, flu
guepardo (leopardo) <i>n. m.</i>		!hāò-!hāò, !hṁ		ongwe	cheetah
hoje <i>adv.</i>	gxàō ṁṁ		gxàōàṁṁ	nena	today
idade (anos) <i>n. m.</i>			gllà'n	eedula	age
inverno <i>n. m.</i>		g!ṁ (g!ùm)		okufu	winter
ir <i>v. intr.</i>	tú'à		ú	okuya	go
irmão <i>n. m.</i>			tcí-má	mumwaina	older brother
jantar <i>n. m.</i>			uvalelo	(de Oshikwanyama ouvalelo ouvalelo)	dine
javali <i>n. m.</i>		lhàlù-lhàlù		onguluve	wild pig
jiboia <i>n. f.</i>	n!hàè		!ṁ	ombome	
joelho <i>n. m.</i>	g!xòlàè	g!xòàè	g!xòãè	ongolo	knee
kwanyama , como são tratados	n!àè				
lá <i>adv.</i>			!hādà-kúú ṁṁ,	Kwinya (ponele inya)	there, in that location
lábios <i>n. m.</i>	tcí nlō			ominungu	lips
ladrar (do cão) <i>v. intr.</i>		n!ùbū n!òbú	n!òbú, n!ùli	okuweda	bark
lagoa <i>n. f.</i>	etale (dhungu)	!hàn- á	(!hàn- á	omufima	pond
lápiz <i>n. m.</i>	pena			opena	pencil
lata <i>n. f.</i>	āvè			onoxa	can
leão <i>n. m.</i>	n!hàè	n!hàè	n!hàè	onghoshi	lion
leão <i>n. m.</i>	n!àhè	n!àhè	n!àhè	onghoshi	lion
lenço de cabeça <i>n. m.</i>	!hàé			oshikaiwa	kerchief
lenha <i>n. f.</i>		dà'à		oikuni	firewood
lenha <i>n. f.</i>	dà'à !òbē	dà'à !òbē		oikuni	firewood

letra <i>n. f.</i>	ndada njié	ndādà	ndādà	ondada	letter
língua <i>n. f.</i>	dthàli	ḽdthàli	dthàli	elaka	tongue
livro <i>n. m.</i>		mbapila	mbapila	embo/ oshifo	book
lixo <i>n. m.</i>		ḽòḽlōē	ḽúnllāē	onyata	rubbish, sweeping,
lua <i>n. f.</i>		nlluí	nlluí	ohani	moon
maboque <i>n. m.</i>	n!ó	n!ó n!uú	n!ó	omauni	
madrugada <i>n. f.</i>	!!àòā (!!à'wà)			ongula	dawn, daybreak,
mae <i>n. f.</i>	dèdè	m'tàqè	dèdè	meme	mother
mamas <i>n. f.</i>		kūú		omavele	breasts
mamba negra <i>n. f.</i>	ḽn!!hĩgō			onhoka	Black mamba
mandar <i>v. tr.</i>	gù ú, <i>pl</i> nlùhì ú <i>vt</i> , ḽĩĩ làā <i>vt</i> , llxòàn <i>vt</i>			okutuma	send
mão <i>n. f.</i>	gllào (gllāō)	gllào	gllāō	eke	hand
mar <i>n. m.</i>		llxùm		efuta	sea
massango <i>n. m.</i>	càürm	càürm	càürm	massango	
matabicho <i>n. m.</i>			sàm-cí	omusha	breakfast, eat
melancia <i>n. f.</i>			cínūā	enuwa	water melon
mentira <i>n. f.</i>			c'in	oipupulu	lie
mês <i>n. m.</i>		nlluí	nlluí	omwedi	month
metade <i>n. f.</i>		!òmà		metade	half
missanga <i>n. f.</i>	!!ín (≠ín)	kxù-mā		oshilanda	necklaces
molho <i>n. m.</i>		tcá		omunghoka	
mosca <i>n. f.</i>	ndjòàn- ndjōān	djōān-djōān	ndjòàn-ndjōān	mosca	fly (insect)
mosquito <i>n. m.</i>	pĩmbúlú	pōmbúlú	tembúlú	omwe	mosquito
nadar <i>v. intr</i>			dhòm	okuyowa	swim

nariz <i>n. m.</i>		tcx'án, tc'í		eyulu	nose
noite <i>adv.</i>		glú		oufiku,	night
nós <i>pron.</i>				fye	we(IN)
nós <i>pron.</i>	yà		djè	fye	we(EX)
nove <i>num.</i>		nllàì nllhàì	hathanú lavā-ainée	nano na nhee (omuwoi)	nine
nuvem <i>n. f.</i>		!hòwà		oshilemo	cloud
nuvens <i>n. f.</i>			nl'ò'n	oilema	clouds
odikwa (porta bebé, próprio de ovawambo)	g'hlá			odikwa	
oito <i>num.</i>		nllhám-tāō	hathanú lavā-llāō	nano na nhatu (hetatu)	eight
okaanda		!xàkhán	!xàkhán	okaanda	
óleo <i>n. m.</i>			nl'í	omaadi	oil
olho <i>n. m.</i>	g'lhà'ā (tc'āō)	glà'ā	g'lhà'ā		
olhos <i>n. m.</i>	g'lhà'ā-ló			omesho	eyes
omalodu		!xó-kxālí		omalodu	
ontem <i>adv.</i>	llhē		llhē	onghela	yesterday
onze <i>num.</i>			on-longò	Omulongo na imwe	eleven
orelha <i>n. f.</i>	!húí			okutui	ear
oshikundu		dhàkù		oshikundu	
osso <i>n. m.</i>		!ú		ekipa	bone
ovo <i>n. m.</i>	khúkhù n!óú	ndó-n!óú	n!óú	ei	egg
pai <i>n. m.</i>	bābā	m'bā	bābā	tate	father
panela <i>n. f.</i>			kx'ò	ombiya	pot
pão <i>n. m.</i>	mboloto	mbolotó	angwamì	ombolo	bread
partir <i>v. tr</i>	khòà, llàè-llòhà (llàè-llò'ā)	pl llàè-kx'úm, !!hàbè, llòhà (llò'à, llù'à), pl kx'úm vt, !'anna	kx'úm	okuteya	break
pasta <i>n. f.</i>			ndjató	ondjato	bag

pasta (de pele) <i>n. f.</i>	g!!ú xòlòcā			ondjato yoshipa	bag, skin
pasta (masculina, feita de pele) <i>n. f.</i>	!n!hòè,			ondjato yovamati yoshipa,	Bag of men, made of skin
pau <i>n. m.</i>	ðhóq			oshiti	bar, stick, wood
paus <i>n. m.</i>	!hām̃ (hām̃)			oiti	sticks
pé <i>n. m.</i>	!xáí	!xáí	!x'áí	omadi	foot
peito <i>n. m.</i>	tcōān tcōān	tcōān	tcōān	ombadj.a chest ombadja (onhulo)	chest
peixe <i>n. m.</i>	g!òlō, !hännù, !l'áú	!khännù	!khännù	oshi	fish
pele <i>n. f.</i>	nlō, (nló)	nlō		oshipa	skin
perna <i>n. f.</i>	!ò	!lóm (!ò, !m̃)	!lúm	okuulu	leg
peessoa <i>n. f.</i>	!Khun (!xun)		!xūún	omunhu	person
pestanas <i>n. f.</i>		glàā-kuíòà		eefelesh	eyelash, lash
pirão (funje) <i>n.m.</i>	càūn	càūn-!khuŋjà		oshifima	porridge
pirão <i>n. m.</i>			càūn-!khuŋjà	oshifima	porridge
poeira <i>n. f.</i>		khùlù	khùlù	ondwi	dust
porco <i>n. m.</i>	!ngūlú	!onádjè	cèngkhùlú	shinyengu	porcupine
porco-espinho <i>n. m.</i>		!lóm-!lóm		Shinyengu	porcupine
portão <i>n. m.</i>			tc'í	omuvelo	door
presidente <i>n. m.</i>		n!!ā- n!!ā		omupleshidente	president
preto adj.	djō	cí djō	djō	Laula , oluvala	black
primogénito <i>n. m.</i>	g áí-mà			shiveli	first born
pulseira <i>n. f.</i>		Kxānú(!kxānú)		oshivela	bracellet

quarto <i>n. m.</i>		mĩtcũ (tcũ!ðà)		ondjuwo	bedroom
quatro <i>num.</i>			ainée	nhee	four
raízes <i>n. m.</i>	!àhũ lláí		glláí	omidi	tree root
ralhar, discutir <i>v. tr.</i>			nllàè	okutanguna	scold
rapariga <i>n. f.</i>		dàbà-dēmà		okakadona	girl, damsel, maiden, petticoat
rapaz <i>n. m.</i>		nllàè-mhà		omumati	boy
obrigado		!áín		onda pandula	thank you.
rapazes <i>n. m.</i>	ãthití			ovamati	boys
rato <i>n. m.</i>	!hũĩ	!hũĩ	nāàú	omuku	mouse
rei <i>n. m.</i>		!xũúlù		ohamba	king
remédios ou lixo <i>n. m.</i>			!únllāē	oimbodi,	medicine
rio <i>n. m.</i>		llxùm		omulonga	river
rir <i>v. intr.</i>			cì, (mì ma cì - estou a rir)	okuyola	laugh
rola/ pomba <i>n. f.</i>	tcítcàú	tcàútcàú	tcíshàú	onghuti	Turtledove (dove)
sabão <i>n. m.</i>	cé	(tũācé)	fewa	ofewa	soap
sal <i>n. m.</i>	(nllà!àlà)		gúí	omongwa	salt
sapatos <i>n. m.</i>	llõnhàn	gllõhàn	gllõhàn	eenghaku	shoes
saúde <i>n. f.</i>			tcàá	oukolele	health
seis <i>num.</i>	haithanú		lavā nllèè	hamano	six
semana <i>n. f.</i>			glluí-thánò	oshivike	week
(ser) batido <i>v. t.</i>	n!hō n!!ā!m̃		n!!ā!m̃ tí	okudengwa	beated
bonito <i>adj.</i>	nhúm			ouwa	beautiful, be
sete <i>num.</i>	nllhám-tcā		hathanú lavā-tcā	nano na mbali (heyali)	seven
sobrancelha <i>n. f.</i>	glà!ā !'ú, g!ùg!ú, !xòmã			eemafu	eyebrow

	(!x'ūi-ā)				
pêlo das sobancelha <i>n. m.</i>	glà'ā !x'ūi-ā			eefeisho	hair of eyebrow
sol <i>n. m.</i>		gà'ō	gà'ō	etango	sun
subir <i>v. intr.</i>			!xùlù	okulonda	climb (up)
tabaco <i>n. m.</i>	cúlè			omakaya	tobacco
telemóvel <i>n. m.</i>	ngodi			ongodi	mobile
tempo <i>n. m.</i>	gàò			efimbo	time
terra (solo) <i>n. f.</i>	kx'à	kx'à	kx'à	edu	homeland, soil, land,
toca/chapeu <i>n. m.</i>		gllà		edjula	headpiece
tosse <i>n. f.</i>	gllò'ō		gllò'ō	omukolo	cough
touro <i>n. m.</i>	gùmì-gllòq			ohove	bull
trabalhar <i>v. t. int.</i>	g!!òhò nlùhì		longó	okulonda	work
três <i>num.</i>			llāō	nhato	three
tripa <i>n. f.</i>		llxàrn		omandjadj.a	entrails
tu <i>pron.</i>	mí		mí	ove	you
um <i>num.</i>			nlèè (nlè)	imwe	one
unha <i>n. f.</i>		!ékùlú	bòcà, !ūlú, !ū'úlú	Oshipatu, oshipanhala	nail
vento <i>n. m.</i>	òhli (go)	òhli-gò	òhli-bò	omepo	wind
verdade <i>n. f.</i>		djidjilā	tcidjilā	oshili	true
verde <i>adj.</i>	lähṽ	lähṽ	lhàṽ (lähṽ)	oshili	truth
vermelho <i>adj.</i>		g!àē		tilyana	red
vida <i>n. f.</i>				kx'à omwenyo	life
voltar (regressar) <i>v. tr., intr.</i>	dábí (dābī, díbí)		díbí	okushuna	go back
vós <i>pron.</i>			yà	nye	you
voz <i>n. f.</i>		khángó		ondaka	voice

Tabela 1: Comparação do vocabulário das línguas !Khu(Khoisan) de Okatope, Okafunuka e Omalyata, na província do Cunene (Angola)

Quadro 2: Frases e expressões em !Khun 1

PORTUGUÊS	!KHUN (KHOISAN)			OSHIKWANYAMA	INGLÊS
	OKATOPE	OKAFUNIKA	OMALYATA		
Amanheceu	kxàò ma n!à!à			Okwa sha	already dawned
Escureceu-se.	kxàò ma djō			Okwa toka	It's too late.
está noite	kxàò ma glú			Okwa toka	It's too late.
está tarde	kxàò ma hā			Okwa toka	It's too late.
Estou a construir a minha casa			Nina akhuvi nllāō	Ame ohandi tungu eumbo la nge.	I'm building my house.
Estou doente	mí má llā			Ame ohandi vele.	I'm sick.
Eu estou a comer			mí mā r̄	ame ohandi li,	I am eating
Fui a busca de água		Mí má kē llám gllú		Onda ka tala omeva.	I went to take water.
Meu amigo		mí !ūín-kx'àò		Eume la nge	My friend
Meu irmão		mí llō	mí txāún-mà	mumwameme	my brother
Meu joelho			mì g!xōäë	ongolo yange	my knee
Meu marido		mí !!xàè glā		Omushamane wa nge.	My husband
Meu nariz		mí tç'í		Eyulu la nge	my nose
Meu pé		mì lx'ái	mì lx'ái	omadi yange	my foot
Meus filhos	mí dābā	mí r̄hè		ovanamati vange	my children
Minha língua		mí dthàli		elaka lange	my tongue
Minha perna	mì !ò		mì llúm	okuulu kwange	my leg
Rapariga bonita		!h̄m̄ dābà-dēmà		Okakadona ka wa.	Beautiful young girl
Estou agradecido		ma !áín		onda pandula	thank you.
(Ser) batido	n!hō n!!ā!m̄		n!!ā!m̄ tí	okudengwa	beated

Tabela 2: Frases e expressões na língua !Khun (Khoisan) de Angola: tradução para o Português, Oshikwanyama e Inglês

Quadro 3: Frases e expressões em !Khun 2

Cumprimento de manhã (Omalyata)		Oshikwanyama	Inglês
Ūhá tcáù àhàn	Bom dia	omwalele po	good morning
Ūhá tcá khè àhàn	Bom dia	omwalele po	good morning
Cumprimentar a tarde (meio-dia)			
ūhánlúálā R: (àhàn)	Boa tarde	Omwa uhala po	Good afternoon
Ūhán lúàlā khè R: (àhàn)	Boa tarde	Omwa uhala po	Good afternoon
Cumprimentar a noite			
Ūhán tőkèlua ù R: (àhàn)	Boa noite	Omwa tokelwa po	Good evening
ūhán tőkèlua khè! R:(àhàn)	Boa noite	Omwa tokelwa po	Good evening
Estás doente?	mí má ll'ā	oto vele	Are you sick?
Que sentes?	mí má ll'ā túòán	Ou udite shike	How do you feel?
Sinto dor do peito	mí má ll'ā mí <u>tcōān</u>	Ohandi vele onhulo	i feel chest pain
Sinto dor de cabeça	mí má ll'ā mí nlē	Ondi udite omutwe tau vele	i feel headache
Sinto dor de dentes	mí má ll'ā mí tc'āō	Ohandi vele omayoo	i feel toothache
Sinto dor de vista	mí má ll'ā mí gl'hà'ā	Ohandi vele omesho	My eyes hurt.
Sinto dor da perna	mí má ll'ā mí llúm	Ohandi vele okuulu	My leg hurts
Estou com diarreia	mí má ll'ā mí k' hí	Ohandi vele omupanu	I have diarrhea

Tabela 3: Frases em !Khun (Khoisan) de Angola: tradução para o Português, Oshikwanyama e Inglês

Considerações finais

Partiu-se do pressuposto de que o !Khun (!Xun) é um Complexo de línguas (CL), ou um conjunto de variantes de fala conectadas por uma cadeia de inteligibilidade mútua (Heine & König, 2008-2015). De um modo geral, este estudo permitiu-nos verificar que:

- (1) poderá existir um número significativo de ocorrências simultâneas do mesmo vocabulário nas variantes das três localidades, por exemplo: **vento** - ||òhli (go), ||òhli-

gõ, ||õhli-bõ); **terra** - kx|à, kx|à, kx|à; **pé** – lxáí, lxáí lx|áí; **calçado** -
llõnhàn gllõhàn, gllõhàn;

- (2) não podemos afirmar que as variantes do !Khun das três localidades da província do Cunene constituem a mesma língua, já que o resultado da nossa análise não nos permitiu desenvolver esta análise, devido às limitações com que se conduziu a pesquisa, em termos de procedimentos metodológicos e de profundidade científica no tratamento dos dados;
- (3) o presente trabalho, acreditamos nós, constitui no atual contexto, um dos marcos importantes sobre o qual outros trabalhos mais aprofundados poderão vir a desenvolver-se.

Referências

- Chebanne, A. (2016). Writing Khoisan: harmonized orthographies for development of under-researched and marginalized languages: the case of Cua, Kua, and Tsua dialect continuum of Botswana. **Language Policy**. Vol.15, nº1, p.277–297.
- Chebanne, A. (2010). The Khoisan in Botswana - Can multicultural discourses redeem them? **Journal of Multicultural Discourses**, vol.5, nº2, p.87–105.
- Campbell, J. R. (2004). Ethnic minorities and development: A prospective look at the situation of African pastoralists and hunter-gatherers. **Ethnicities**, vol. 4, nº1, p.5–26.
- Colantoni, L.; Steele, J., & Escudeiro, P. (2016 [2015]). **Second Language Speech, Theory and Practice**. United Kingdom: Cambridge University Press.
- Childs, T. G. (2003). **An Introduction to African Languages**. (P. S. University, Ed.) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Güldemann, T., & Stoneking, M. (2008). A Historical Appraisal of Clicks: A Linguistic and genetic Population Perspective. **Annual Review of Anthropology**, vol.37, nº1, p.93–109.
- Heine, B., & König, C. (2015). **The !Xun language, a dialect grammar of northern khoisan**. Quellen zur Khoisan-Forschung, Research in Khoisan Studies. germany: Rüdiger Köppe Verlag Köln.
- König, H., & Heine, B. (2008). **A Concise Dictionary of Northwestern !Xun. Quellen zur Khoisan-Forschung, Research in Khoisan studies**. germany: Rüdiger Köppe Verlag.
- Hitchcock, R. (2012). The Contributions of Richard B. Lee to Anthropology, Ethnoarchaeology, and Indigenous Peoples' Studies. **Ethnoarchaeology**, vol.4, nº2, p. 226–260.
- Hitchcock, R. K., & Sapignoli, M. (2019). The economic wellbeing of the San of the

- José E. Kondja, Khoisan de Angola: descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes Western, Central and Eastern Kalahari regions of Botswana. **Routledge Handbook of Indigenous Wellbeing**, (August), p.170–183.
- Kondja, J. (2022). **Produção de segmentos consonânticos do português por falantes nativos do !Khun (Khoisan), língua angolana**. 2022. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Minho. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/79672> . Acesso em: 12 nov.2022.
- Jones, K. (2019). Contemporary Khoesan Languages of South Africa. In **Critical Arts: South-North Cultural and Media Studies**. 20p. Routledge: Taylor and Francis Group.
- König, C. (2008). Khoisan languages. **Linguistics and language compass**, vol.2, nº5, p.996–1012.
- Lee R. (1993). **The Dobe Ju/'hoansi: Case Studies in Cultural Anthropology**. Orlando Florida: Harcourt Brace College Publishers.
- Malan, J. (1995). **Peoples of Namíbia**. Pretoria: Rhino Print.
- Melo-Pfeifer, S., & Pinto, P. F. (2018). **Políticas Linguísticas em Português**. Lisboa: Lidel.
- Namaseb, L., Haacke, W., Davids, L., Kure, B. K., Araes, A., Ortman, D., et al. (2008). **The standard unified orthography for Khoe and San Languages of Southern Africa**. CASAS Monograph Series No. 232. Cape Town: CASAS.
- Sands, B., Brugman, J., Exter, M., Namaseb, L., & Miller, A. (2007). **Articulatory characteristics of anterior click closures in N !uu**. August, p.401–404.
- Sands (1998). Comparison and classification of Khoisan languages (3) dia 23 de 5 2019-convertido. (n.d.).
- Tishkoff, S. A., gonder, M. K., Henn, B. M., Mortensen, H., Knight, A., Gignoux, C., Fernandopulle, N., Lema, g., Nyambo, T. B., Ramakrishnan, U., Reed, F. A., & Mountain, J. L. (2007). History of click-speaking populations of Africa inferred from mtDNA and Y chromosome genetic variation. **Molecular biology and evolution**, vol.24, nº10, p.2180–2195.
- Traill, A. 1985. **Phonetic and phonological studies of !xóõ Bushman**. (Quellen zur Khoisan-Forschung, 1.) Hamburg: Helmut Buske Verlag.
- Nakafingo, Bonya, Nakale, Halweendo, Namatembu, Lonia, Nandjila, (2018-2019) Membros das comunidades San de Okatope, Okafunuka e Omalyata, nos municípios de Namacunde e Cuanhama na província do Cunene – Angola

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): KONDJA, José Evaristo. *Khoisan de Angola: Descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da província do Cunene. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.156-184, jan.- jun. 2023.*

Para citar este texto (APA): Kondja, José Evaristo. (jan./jun.2023). *Khoisan de Angola: Descrição e análise comparativa do vocabulário das variantes (línguas) !Khun (Khoisan) da província do Cunene. Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 156-184.*



Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

A influência da língua inglesa na comunicação e na construção de uma variedade moçambicana do Português

Maria Helena Carlos Felaune *

 <https://orcid.org/0000-0002-6267-6300>

Resumo: O presente artigo visa compreender como os neologismos semânticos e formais, enquanto processo de criação e renovação linguística no discurso do dia-a-dia, contribuem para o enriquecimento do léxico e expansão do vocabulário do Português Moçambicano (PM). Para o efeito, investigamos como se manifesta o processo de criação de novos vocabulários do português¹ a partir de palavras da língua inglesa encontradas nos cartazes publicitários na cidade da Matola, muitas vezes por necessidade de expressão por parte dos falantes que, não de forma premeditada, acabam contribuindo na construção da variedade linguística do PM. Assim, levantam-se, neste estudo, questionamentos acerca das características do panorama linguístico da cidade da Matola e do impacto da diversidade linguística que dele apresenta, onde é notória a ocorrência de cartazes cuja mensagem é construída com recorrência da língua Inglesa. A fim de compreendermos os vários processos desta adversidade linguística, recorreremos à sociolinguística variacionista, para fornecer um quadro conceptual e as estratégias metodológicas, através das quais abordamos a dinâmica abrangente dos fluxos e posicionamentos sociolinguísticos. Portanto, optamos pela pesquisa bibliográfica que se situa dentro de uma abordagem qualitativa e pelo método de observação, baseado no estudo de caso. O corpus da pesquisa foi constituído por 8 (oito) cartazes publicitários espalhados pela cidade da Matola, por estes possuírem palavras resultantes de uma mistura da língua inglesa com a língua portuguesa e línguas nacionais. Do estudo concluiu-se que existem casos de neologismos resultantes da recorrência dos empréstimos da língua inglesa.

Palavras-chave: Paisagem Linguística; Sociolinguística; Variação Linguística; Neologismos Português de Moçambique.

The influence of English language in communication and construction of Mozambican variety of Portuguese

Abstract: This paper aims to understand how semantic and formal neologisms, as a process of linguistic creation and renewal in everyday discourse, contribute to enriching the lexicon and expanding the vocabulary of Mozambican Portuguese (PM). To this end, we investigate how the process of creating new Portuguese vocabularies from English words found in advertising posters in Matola city occurs, often due to the speakers' need for expression that, not in a premeditated way, ends up contributing to the construction of PM linguistic variety. Thus, this study raises questions about the characteristics of the linguistic landscape of Matola city and the impact of its linguistic diversity, where it is notorious the occurrence of posters whose message is built with the recurrence of English language. In order to understand the various processes of this linguistic adversity, we resorted to variationism sociolinguistic, to provide a conceptual framework and methodological strategies, through which we approached the comprehensive dynamics of sociolinguistic flows and positions. Therefore, we opted for bibliographic research that falls within a qualitative approach and for the observational method, based on the case study. The corpus of the research was composed of 8 (eight) advertising posters scattered around Matola city because they have words resulting from a mixture of the English language with the Portuguese language and national languages. The study concluded that there are cases of neologisms resulting from the recurrence of borrowing from the English language.

* Pesquisadora e Docente na Universidade Pedagógica de Maputo – maria.feluane@gmail.com

¹ Língua Oficial da República de Moçambique

Keywords: Linguistic Landscape; Sociolinguistics; Linguistic Variation; Neologisms, Mozambican Portuguese.

Introdução

A língua pode se apresentar em três modalidades: oral, escrita e sinais. Na modalidade escrita, podemos observar painéis publicitários, cartazes, montras de lojas, sinalização comercial, avisos oficiais ou sinais de trânsito. Basicamente, estas ferramentas de publicidade constituem o que é amplamente conhecido por paisagem linguística. Landry e Bourhis (1997: 23) são os autores geralmente reconhecidos por terem cunhado o termo paisagem linguística para descrever "a visibilidade e a importância das línguas na sinalização pública e comercial". O conjunto de palavras utilizadas na linguagem publicitária demonstra as relações linguísticas em que a publicidade se insere.

Por tanto, uma paisagem linguística representa uma ideia simbólica que reúne uma multiplicidade de aspectos linguísticos, culturais e históricos importantes para entender os fenômenos sociais que impulsionam a variedade linguística de um povo. Dos estudos realizados sobre a paisagem linguística moçambicana, constata-se um aumento de publicações como denotam os autores Timbana (2009), Gonçalves (2020), Gundane, L. (2022), Simone & Sanveca (2017); Maciel (2021) entre outros, em obras que tratam da coexistência de diferentes línguas em um mesmo espaço. No entanto, ainda não foi realizado um estudo sobre a paisagem linguística da cidade da Matola, fato que nos motiva para a realização do presente estudo.

O estudo da paisagem linguística da cidade da Matola surge igualmente, pelo facto de observamos que esta constitui um espaço de disputas linguísticas, caracterizada por visibilidade e saliência de várias línguas em contacto com o discurso quotidiano dos falantes de português, que se vêm obrigados a introduzir no seu vocabulário palavras e expressões oriundas destas línguas, particularmente do Inglês, contribuindo para o engrandecimento do leque dos neologismos no PM.

Assim, o estudo tem como principal objetivo compreender a influência da língua Inglesa na construção do léxico do PM no espaço urbano da cidade da Matola, com enfoque nos cartazes publicitários, que muitas vezes apresentam-se como uma paisagem dual disfarçada devido a existência de um certo dinamismo linguístico, econômico e demográfico, caracterizado por uma diversidade multiétnica, multicultural e multilíngue. Não obstante, o fato de Moçambique adoptar como norma de língua padrão, o português europeu, este encontra-se distante da realidade, na medida em que ainda não

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... implementa o novo Acordo Ortográfico de 2010 que é seguido na Europa, ou seja, por Portugal.

Para levar a cabo este estudo de carácter qualitativo, baseado na abordagem sociolinguística variacionista, procurou-se identificar os neologismos de formação lexical que refletem a tendência do uso da língua Inglesa no léxico publicitário e informativo exposto nas vias públicas da cidade da Matola. Ademais, o estudo analisou o vocabulário adoptado pelos cartazes publicitários, as características morfossintáticas dos neologismos de origem Inglesa constantes do Português Moçambicano e, por fim, sugere a padronização dos neologismos no vocabulário do PM.

Pretendeu-se trazer desta pesquisa, uma contribuição para o campo da investigação em Paisagens Linguísticas, um dos ramos da sociolinguística que geralmente é entendida como o estudo da representação visível de múltiplas línguas e imagens num ambiente urbano globalizado, fato que permitirá o aprofundamento de conhecimentos sobre as características dos neologismos e suas manifestações no espaço público, bem como a obtenção de uma visão dos aspectos linguísticos diversos que caracterizam contextos multilingues da sociedade moderna no geral e da Matola em particular.

O presente estudo está estruturado em cinco secções. Após a introdução e a metodologia, apresenta-se o panorama da cidade da Matola, caracterizado por uma variedade linguística considerável com incidência na língua Inglesa e sua relação com o Português Moçambicano. No marco teórico, discutem-se os conceitos de paisagem linguística e Inglês, como língua franca e influenciadora de mudanças e por fim, os resultados das interferências linguísticas por meio de neologismos baseados nos empréstimos e estrangeirismos nos cartazes da cidade da Matola e as considerações finais.

Metodologias de pesquisa

Sendo um estudo qualitativo, a autora desenvolveu a sua pesquisa com recurso aos métodos descritivos e observação, no período entre os meses de Abril e Maio de 2021. A pesquisa de campo consistiu em percorrer as ruas do município da Matola, no perímetro de 10 kms, que abrange os bairros Matola A, Matola B, Matola C, Matola D, Matola F, Matola G, Matola H, Matola J, Fomento, Liberdade, Mussumbuluco, Mahlampswene, Tchumene e Sikwama, a fim de registar a paisagem linguística expressa em diversas lojas e placas escritas em português, inglês, incluindo línguas locais e outros

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... símbolos, com recurso a máquina fotográfica. A recolha de dados nesta perspectiva privilegiou o equilíbrio da amostra localizável em áreas comerciais, habitacionais e de lazer, identificada por cartazes de natureza visual, com enfoque para os serviços e produtos “IZI” - Millennium BIM; “Txilar”, Heineken Moçambique; “Facebokar”, Vodacom Moçambique, “Whatsapar”, “Txunar”, “Txapo-txapo”, Petromoc ente outras. O *corpus* de análise foi constituído por palavras extraídas destes cartazes publicitários, que eram relacionadas com os neologismos da língua inglesa frequentemente usadas na cidade da Matola e que singularizam a utilização de neologismos léxico e semântico do PM.

Panorama da Cidade da Matola

Matola é um dos municípios de Moçambique, elevada a categoria de Cidade de nível *B*, aos 02 de Outubro de 2007. Sendo a capital da província de Maputo, a cidade da Matola ocupa o território municipal localizado na região sul, adjacente ao lado ocidental desta província. Através da Matola, Moçambique estabelece fronteiras com dois países anglófonos, nomeadamente: África do Sul e E-Swatini. De acordo com os resultados do Censo populacional e habitacional de 2017, Matola possuía 1.616.267 habitantes (INE, 2017). Segundo Miquidade (2018:36), o desenvolvimento urbano da cidade da Matola cresceu drasticamente nos últimos anos devido ao surgimento de novos bairros e infraestruturas portuárias responsáveis pela carga a granel associado a indústria de exportação de carvão, fazendo desta região, o maior parque industrial de Moçambique.

Devido ao seu dinamismo económico e demográfico, Matola é caracterizada por uma sociedade heterogénea com diferentes composições linguísticas, diversidade multiétnica, multicultural e multilíngue. A etnia nativa desta região é *Ronga*, pertencente ao grupo *Tsonga*, embora existam outras etnias como é o caso dos *Copes*, *Tongas* e *Tshwas*, provenientes de outras províncias do país. Quanto às línguas faladas nesta região, para além de *Xichangana* e *Xizronga* que fazem parte do *Gitonga*, a língua portuguesa é uma das mais predominantes nas zonas urbanas e peri-urbanas. De acordo com o INE (2017), são igualmente línguas nacionais faladas na Matola, *Citshwa*, *Cicopi*, *Emakhuwa* e *Echuwabo*. São grupos linguísticos estrangeiros presentes na Matola, dos euro-africanos², europeus, indianos, cabo-verdianos, chineses, sul-africanos, nigerianos e outros, apresentando uma variedade linguística densa.

² Indivíduos europeus de ascendência africana (Porto Editora – euro-africano no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-10-14 05:32:27]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/euro-africano>.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

O panorama sociolinguístico da Matola caracteriza-se pela diversidade linguística que resulta da influência de várias línguas faladas na região e em contrapartida, o país não de uma política linguística que regula o uso da linguagem usada para a sinalização pública. Tendo em conta que as línguas não são estáticas e são influenciadas pelas variáveis sociais e linguísticas, muitas palavras do Inglês têm sido importadas para o PM. E o estudo constatou a partir dos locais visitados, que os espaços públicos da cidade da Matola são ocupados por cartazes de várias empresas que publicitam suas marcas e identidades corporativas, visualizadas em diferentes línguas, dentre as quais, a língua Inglesa, revelando a partir desta prática, a influência do inglês no leque dos neologismos observados.

A língua Inglesa no panorama linguístico internacional

A língua Inglesa é quase constante e variada na sua presença no panorama linguístico de muitos países do mundo, desde os sinais turísticos; mensagens em montras de lojas a painéis comerciais, entre outros. Dos estudos feitos por Kachru (1992), Crystal (2003, 2008), Gimenez (2015), Jenkins (2007, 2015), Seidlhofer (2007), para além de confirmar o seu papel como língua franca, "meio de comunicação usado entre pessoas que falam línguas maternas diferentes, com intuito de uma comunicação imediata" (CALVET, 2002:155), ou como meio de comunicação escolhido a fim de facilitar a comunicação entre falantes de línguas diferentes, e, frequentemente, a única opção de comunicação (UNESCO, 1953:46). Seidlhofer (2011:7) realça o uso crescente da mesma como língua simbólica da globalização, multiculturalismo e prestígio.

O Inglês faz parte do discurso quotidiano de várias sociedades substancialmente autónomas, todas elas seguindo essencialmente "as suas próprias necessidades e desejos" (FISHMAN, 1996: 639) e Moçambique não foge à regra. Neste sentido, o Inglês já não é reflexo de imposição externa, mas uma língua apreciada por muitos falantes, pelo privilégio de ter se tornando a língua da tecnologia e partilhada por milhões de indivíduos e comunidades, independentemente da sua identidade nacional ou geográfica, incluindo os Matolenses³. Esta língua mostra-se fortemente usada nos meios de comunicação, fator influenciador para que também atinja o campo publicitário.

No nosso entender, a língua Inglesa enquadra-se numa perspectiva de contacto linguístico, em que as variações e mudanças linguísticas resultam de uma convivência entre línguas (THOMASON, 2001:12). Neste aspecto, para os residentes da cidade da

³ O termo "Matolenses" – Em Moçambique, este termo significa cidadãos residentes na cidade da Matola.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

Matola, verifica-se que o Inglês surge num vasto leque de domínios como a educação, o trabalho, os *media*, a publicidade e muitos outros, sendo a sua utilização frequentemente atribuída ao prestígio de que gozam os falantes de Inglês nas esferas social, cultural e econômica. Sendo a língua inglesa compreendida como língua franca, o seu impacto numa sociedade em que ela não é língua oficial deve ser estudada para melhor entender como é que ela constrói o espaço urbano e contribui para a evolução dos neologismos no PM.

Paisagem Linguística

Ao desenvolvermos a pesquisa sobre a paisagem linguística, que se enquadra na agenda dos estudos sociolinguísticos, é inquestionável a convergência de olhares dos estudos sociolinguísticos sobre paisagem linguística, como sendo um fator importante que contribui para a visibilidade, competição e manutenção do espaço público e urbano. O interesse sobre a paisagem linguística como já foi mencionado na introdução, começa com Landry e Bourhis (1997) que examinaram a língua do Québec no Canadá. Desde 2000, o desenvolvimento sobre este tema sociolinguístico expandiu-se na Europa.

A essência da paisagem linguística torna-se compreensível com a contribuição de Shohamy (2006) e outras referências, tais como: Ben-Rafael, (2006); Gorter, (2006); Ásia (Backhaus, 2007) e África (Jolayemi & Olayemi, 2017); Edelman, L. (2010). Rosendal, (2009), que usam o termo para descrever os objectos que definem o espaço público, tais como sinalização rodoviária, nomes de lojas, nomes de escolas, nomes de ruas, e qualquer outro visível ou escrito. Shohamy (2006, p.110), por exemplo, define a paisagem linguística:

em termos de linguagem exibida no espaço público, ela refere-se a artigos linguísticos reais que se encontram em ruas, centros comerciais, escolas, mercados, escritórios, hospitais e qualquer outro espaço público (e muitas vezes privado, como casas), por exemplo, nomes de ruas, sinais públicos, nomes de lojas, anúncios, documentos, jornais, outdoors, artigos verbais e não verbais, tais como fotografias e imagens.

Por seu turno Sebba (2010:73) descreve a paisagem linguística como sendo "uma área que engloba a sociolinguística, sociologia, psicologia social, geografia e estudos dos Medias". Enquanto Ben-Rafael et al. (2006: 14) definiram a paisagem linguística como "qualquer sinal ou anúncio localizado fora ou dentro de uma instituição pública ou de uma empresa privada numa dada localização geográfica localização"; e Gorter (2006:2) definiu a paisagem linguística como "a utilização da sua paisagem escrita num ambiente público".

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

A partir dos conceitos aqui apresentados, percebe-se que o processo de ocupação do espaço visual no caso concreto da cidade da Matola, é vista como forma de manifestação sociocultural. A demais nos mostra que a língua e a sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Portanto, foi a partir desta fundamentação teórica do ocupação do espaço visual que despertou em nós o interesse em observar os cartazes que compõem a paisagem linguística da Cidade da Matola.

Contextualização sociolinguística

A fim de compreender os vários processos de ligação linguística ao longo do tempo, recorreremos à sociolinguística variacionista, conhecida também como teoria da variação e mudança, inerentes as diferentes línguas, que não são de maneira nenhuma aleatórias, mas sim influenciadas por vários factores de entre eles internos e externos. Esta teoria fornece um quadro conceptual e uma variedade de possibilidades metodológicas com as quais se pode abordar a dinâmica abrangente dos fluxos e posicionamentos sociolinguísticos.

De acordo com Coelho et.al (2012:16) "a sociolinguística é um ramo da ciência que estuda a linguagem falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, ou seja, é a parte da linguística que se estuda a língua, as relações entre a língua, cultura e a sociedade, em situações reais de uso". Estuda ainda o comportamento linguístico dos membros de uma comunidade e como ela é determinada pelas relações sociais, culturais e económicas existentes. Como já vimos, a língua e a sociedade são elementos determinantes para o estudo de uma paisagem linguística.

Baseando-nos na publicação de Labov (1972), os padrões sociolinguísticos representam o paradigma do nascimento da sociolinguística variacionista, a área de estudos da linguagem que desde então, não tem parado de desenvolver-se em todo o mundo. E de acordo com REITE (2013:13) entende-se por "sociolinguística variacionista, o ramo da sociolinguística que estuda a variação dentro de um contexto sociolinguístico em relação aos fatores linguísticos e sociais". Estas variações de acordo com o Bagno (2007:46) podem classificar-se em *diatrática*, resultado da tendência para maior semelhança entre os atos verbais dos membros do mesmo sector socio-cultural da comunidade; *diatópica*, caracterizada a partir das diferentes regiões, dependendo do contexto cultural e social de cada lugar, *variação diamésica*, que diferencia a língua escrita da língua falada, *variação diafásica*, que depende do contexto situacional ao qual o falante esteja inserido, e *diacrónica*, que acontece quando uma palavra passa a ser

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... utilizada pelos seus falantes em detrimento da outra. Nesta mesma vertente, existem casos em que uma variante que não era padrão passa a ser usada em lugar da outra, tudo pelo seu uso num determinado espaço de tempo. Algumas palavras caem em desuso e as outras permanecem, dando origem a variantes linguísticas. Isso se deve ao fato de que, em cada comunidade, os falantes utilizam diferentes modos de expressão, o que longe de ser um problema constitui uma qualidade específica do fenómeno linguístico que, além de seu aspecto formal e estruturado, apresenta essa outra faceta, o da variação. Diga-se que William Labov, na mesma senda, introduziu a heterogeneidade estruturada da língua, interessada em estudar a relação entre a variação linguística e a variação sociológica, descrevendo o falante como um todo, não levando em conta o contexto em que ele está inserido, mas sim, levando em conta todos os aspectos relacionados ao momento do envio da mensagem.

De acordo com Calvet (2009), temos variação linguística quando duas formas diferentes permitem dizer "a mesma coisa", ou seja, quando dois significantes têm o mesmo significado e quando as diferenças que eles representam têm uma função estilística. No PM, podemos encontrar variações semânticas, quando uma mesma palavra é utilizada com significados totalmente diferentes, como por exemplo, a palavra *Txilar*, que, por um lado, é marca de uma bebida ou cerveja e ao mesmo tempo *txilar* significa 'divertir-se com amigos'. Alguém pode dizer que está a *txilar*, bebendo a cerveja *Txilar*, palavra homônima perfeita, apresentando a mesma grafia, mas com significados diferentes. No nosso entender, a escolha do nome da bebida *Txilar* é intencional, dando a entender que para os jovens divertirem-se precisam desta bebida.

Na nossa posição, as diferentes formas que empregamos ao falar e ao escrever dizem, de certa forma, quem somos: dão pistas a quem nos ouve ou lê (i) sobre o local de onde viemos (ii) o quanto estamos inseridos na cultura letrada dominante de nossa sociedade (iii) quando nascemos; (iv) com que grupo nos identificamos, entre várias outras informações. Pode-se concluir então que a variação linguística é um fenómeno natural que ocorre pela diversificação dos sistemas de uma língua em relação às possibilidades de mudança dos seus elementos: vocabulário, pronúncia, morfologia, sintaxe (COELHO *et.al*, 2012: 25).

Para o caso da variação linguística do PM, Firmino (2002:217) denominou ao fenómeno de nativização (indigenização ou endogenização), uma espécie de afirmação da identidade do português falado e ou escrito em Moçambique, apresentada por características bem diferentes com as do Português Europeu. Tendo em conta que a

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

Sociolinguística variacionista não exclui a escrita das suas possibilidades de análise, neste estudo analisa-se o papel da língua inglesa na construção do léxico do português moçambicano e de neologismos.

Os neologismos

O termo neologia, conforme Alves (2001:17) designa “o processo prático de criação de novas unidades lexicais”. As novas palavras aparecem devido as inovações que os indivíduos trazem na língua e ao invés de serem consideradas erros, recebem aceitação e propagam-se numa determinada comunidade (CAMARA jr.1959:24). Os neologismos por sua vez são “palavras novas da língua, isto é, as palavras que entraram há pouco tempo ou que ainda estão num processo de integração no léxico da língua.” (ALVES 1996:11); (BIDERMAN, 1978:158); (FREITAS, RAMILO E ARIM, 2005:51); e (LINO, 2019:10) definem o neologismo como sendo simultaneamente uma manifestação da evolução da língua e da evolução do conhecimento. Tradicionalmente, os neologismos apresentam duas acepções distintas, conforme explicam Correia e Almeida (2012: 17) e Correia e Lemos (2005:13). A primeira acepção traduz a capacidade natural de renovação do léxico de uma língua pela criação e incorporação de unidades novas, os neologismos. Essa agregação pode ser realizada de forma consciente ou inconsciente, pelo recurso aos mecanismos de formação de novas palavras da língua. A segunda acepção, entende a neologia como o estudo (observação, registo e datação, descrição e análise) dos neologismos que vão surgindo na língua. E neste estudo entendemos que neologismos são uma nova forma, ou um novo significado de vocabulário adquirido na língua, que para além de usos intencionais, estão também relacionados com a natureza social da língua, que num determinado momento na história da sociedade determina a criação de um novo item do vocabulário.

Alves (2002:62) distinguem-se dois tipos de neologismos: 1) o neologismo conceptual e 2) o neologismo formal. Este autor postula que, o neologismo conceptual ou semântico, ocorre quando uma palavra já conhecida é usada numa acepção que ela não tinha até então, ou seja, ela se torna mais polissémica. Para além da ocorrência já exposta, o neologismo semântico também ocorre quando um termo, característico de um vocabulário, extrapola os limites desse vocabulário e passa a integrar outra terminologia ou a fazer parte da língua geral. No caso do neologismo formal, esta baseia-se na constituição de uma palavra nova introduzida no idioma. Pode ser um termo vernáculo ou um empréstimo estrangeiro.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

Autores como Correia e Almeida (2012:24), argumentam que a novidade formal é construída obedecendo processos morfológicos ou sintáticos presentes nos processos de formação de palavras da língua, como, por exemplo, a derivação, a composição, as siglas, a lexicalização de sintagmas; além disso, é também observada a partir da importação de palavras de outras línguas, os chamados *estrangeirismos*. Na mesma senda, Alves (2002:65) acrescenta que certos processos estilísticos, como a metáfora, a metonímia ou a sinédoque, contribuem para a formação de neologismos semânticos ou conceptuais.

Dias (2002a:20) define o neologismo como sendo *moçambicanismos*⁴. Os fatores que desenvolvem a grande criatividade neológica no seio dos falantes do PM, podem ser fruto de um comportamento espontâneo, próprio do ser humano e da linguagem, para fins da evolução da língua que vai de acordo com a dinâmica da sociedade. Estes limites nunca impedem a interação entre os falantes da mesma língua ou variante.

Geralmente, os neologismos são criados a partir de processos que já existem na língua, como a justaposição, a prefixação, a aglutinação, a verbalização, a sufixação, os empréstimos entre outros. Estes processos refletem as relações da Língua Portuguesa com as línguas e culturas existentes no mesmo espaço geolinguístico e as novas realidades culturais e socioeconômicas de Moçambique e particularmente da cidade da Matola.

Não é fácil falar simplesmente do neologismo sem focar no *estrangeirismo* ou nos empréstimos, uma vez que participam na construção do léxico de uma determinada língua. Apesar de o *estrangeirismo* ou empréstimo nalgumas vezes serem intermutáveis, pode-se considerar que existe uma ligeira diferença entre elas. Empréstimo é uma adaptação de um vocabulário de uma língua B ao sistema linguístico de uma língua A. O emprego frequente de um determinado termo estrangeiro é um dos critérios que faz com que o estrangeirismo se torne um empréstimo. (PRADO, 2006:37). Já o estrangeirismo consiste na adopção do vocábulo da língua B em sua forma original, (RODRIGUES, 1992: 99). Este ocorre com frequência no contacto entre comunidades linguísticas para suprir necessidades de associar um significado a um significante na língua alvo. Entendemos que é um processo que ocorre quando os falantes de uma determinada língua, recorrem aos termos de uma outra língua para preencherem lacunas na sua própria língua por

⁴ Moçambicanismos são todas as palavras (neologismos ou empréstimos) que são mais tipicamente usadas em Moçambique e que mostram e particularizam a regionalização léxico-semântica do Português Moçambicano.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... questões estilísticas, contacto linguístico, sociocultural, entre outros fatores, caso como a palavra *IZI*, empregue no cartaz do Banco.

Apell (1996:247), *apud* Sengo (2018:28) complementa apresentando seis determinantes sociais e culturais que originam o estrangeirismo ou empréstimos a mencionar: a influência cultural, isto é, empréstimos culturais que surgem não do contacto de línguas distintas num mesmo espaço, mas sim de intercâmbios culturais; existência de palavras nativas raras que se perdem; existência de duas palavras nativas que se pronunciam ou soam de forma tão similar que a substituição de uma delas por uma palavra estrangeira resolveria possíveis ambiguidades; necessidade constante de sinônimos de palavras afetivas que perderam a sua força expressiva, e a necessidade de estabelecer novas distinções semânticas por meio de empréstimos.

Como se pode depreender, no caso do Português Moçambicano, esta interferência ocorre por contactos geográficos e ou por influências da diversidade multilíngue e multicultural de que Moçambique se caracteriza, como já nos referimos anteriormente. A introdução de palavras emprestadas de forma quase inconsciente por causa de um bilinguismo intenso faz com que, nalguns casos, seja usado na escrita sem a marca de estrangeirismo. Há muito que a língua Inglesa ultrapassou as fronteiras das comunidades dos seus falantes nativos, sendo a sua expansão pelo mundo um fenómeno único e sem paralelo e intimamente associada ao seu reconhecimento como língua franca.

Em relação à padronização, Ngunga e Faquir (2012: 301) advogam que para evitar ruídos de todo o género, é importante que todos os utilizadores de cada código numa comunidade linguística estejam claros quanto aos símbolos e às regras que regem cada código. Cuq (2003:177), por sua vez, defende que as normas objetivas ou normas funcionais ou ainda, normas estatísticas são definidas como sendo um conjunto de fatos repetitivos e coletivos não pertencentes, necessariamente, ao sistema ou à estrutura da língua: elisões, morfológicos (variação dos paradigmas flexionais), sintáticos (regras de concordância), semânticos (seleção das conotações). Estas normas podem também ser descritivas, dedicando-se em registar fatos sem associar julgamentos de valor à sua descrição e sem os categorizar.

Na sociolinguística, a norma numa sociedade garante a produção cultural de uma nação ao manter livre o acesso à obra do passado. Labov, por sua vez, enriquece a noção de consenso linguístico, mostrando que a norma linguística impõe-se como modelo único em grupos de locutores que a prática real os diferencia, determinando as diferenças nas relações à linguagem.

O Inglês na variedade do Português moçambicano

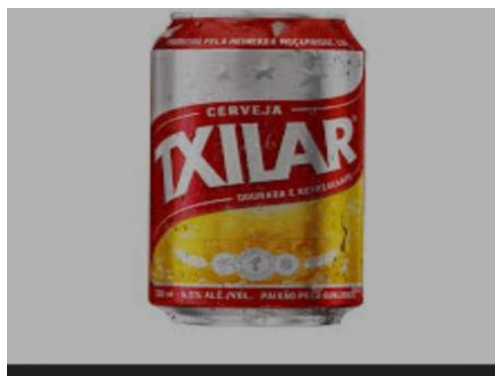
O estudo da paisagem linguística da Matola mostrou-se uma ferramenta útil para caracterizar o regime sociolinguístico da região. A língua inglesa não só ocupa um papel importante no mundo global, num sistema comunicativo dominado quase que exclusivamente por ela, como também afeta diariamente as micro-esferas comunicativas, como é o caso da paisagem linguística da cidade da Matola. O Inglês, por esta perspectiva, é a primeira língua a ser disseminada tão massivamente, enriquecendo deste modo o PM, contrariando o estudioso Hamel (2008: 2013) que sustenta a ideia de que ela representa uma ameaça no espaço de outros idiomas.

Assim como vários países não anglófonos, Moçambique tem a indicação de ser adepto ao uso do inglês, tanto no que se refere ao estudo da língua como na componente escolar (Sistema Nacional de Educação: 2018), o que estabelece o Inglês como língua obrigatória a partir da 6ª classe do Ensino Primário, como também a língua estrangeira de comunicação global, por ser uma língua franca. Pese embora Moçambique tenha aderido ao Inglês como língua estrangeira privilegiada em grande parte das suas medidas políticas, o índice de proficiência da população no referido idioma é baixo. Deste modo, percebe-se que, embora a cidade da Matola tenha um baixo índice de proficiência na língua inglesa (INE, 2017), o impacto da globalização está presente a partir da circulação da língua no espaço público e urbano desta cidade, assim como nas crenças propagadas sobre o *status* da língua inglesa, como língua que resplandece nas diversas camadas sociais.

A partir das imagens que seguem, fica evidente que a língua inglesa é utilizada na paisagem linguística da cidade da Matola nos cartazes publicitários de forma lexical, morfológica e semântica.

Eis alguns exemplos ilustrativos:

Figura 1: Marca de cerveja



Fonte: Fotografia tirada no interior de um *Bottle Store*, na Avenida das Indústrias (2021).

Na figura 1, encontramos a palavra “Txilar”, uma das novas marcas de cerveja moçambicana produzida pela Heineken Moçambique, com o *slogan* “Numa boa!”, representando o estado de espírito otimista e atitude positiva aos seus consumidores.

O fato de ser uma das bebidas mais consumidas nos últimos tempos em Moçambique, suscitou em nós várias interpretações como por exemplo, ser justificado pelo preço mais baixo do mercado que esta marca apresenta, mas também pela adoção de uma estratégia de comunicação e marketing orientada aos jovens, como forma de destacar-se dentre as marcas mais antigas no mercado da cerveja nacional. Outrossim, devido a significância no dialeto em mudança, que a palavra *txilar* representa no modo de vida da juventude moçambicana.

A palavra “txilar” provém do Inglês “chill out” que significa “relaxar”. No PM, a palavra sofreu uma transformação léxico-morfológica de “chill” para “txile”, com o acréscimo do sufixo “-ar” no radical ou palavra primitiva, formando-se, assim, o verbo “txilar”, alterando neste caso a classe gramatical do novo derivado, usado não só como marca de bebida alcoólica, mas também em outras interações sociais com o sentido de “relaxar”, “descontrair”, “brincar”, “curtir”, “passear”, entre outras.

Figura 2: Marca de Cerveja



Fonte: Fotografia tirada no exterior de um Bar na Avenida das Indústrias, em Abril de 2021.



Figura 3: Publicidade Vodacom e Banco ABC



Fonte: Fotografia tirada na Avenida de Namaacha pela autora, em Abril de 2021

As *figuras 2 e 3* apresentam imagens ilustrativas do uso da palavra “txuna” em publicidades corporativas em Moçambique. Trata-se de uma palavra frequentemente expressa em ambientes informais e carrega diversos significados. “Txuna” deriva da

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... palavra inglesa “tune” substantivo de harmonia, sintonia, conciliação, etc. Quando acrescido o pronome “up”, passa a designar-se por “tune up”, verbo que significa ajustar, começar a fazer algo, fazer uma boa mistura. A palavra “tune up” tem sido usada na região como um empréstimo às línguas Changana e PM, dando origem aos termos “kutichuna” ou “txunar” que significa “vestir-se bem”, “arranjar-se” ou “maquilhar-se”, respectivamente. Por exemplo: ‘Estou txunada. É neste contexto que a palavra ganhou popularidade nos jovens em expressões como “txuna baby” para designar um certo tipo de calças “jeans” apertadas que “modelam” o corpo das mulheres, fazendo-as sentirem-se mais bonitas. Apesar de a palavra ter sofrido uma alteração semântica, a sua fonologia manteve-se inalterável /txunabaibi/. A mesma palavra, “txuna”, é usada numa outra variante que passa de verbo para substantivo, como por exemplo em: ‘comprei um “txune” para a minha graduação’. Neste caso a palavra “txune” está na variante sintagma e significa ‘comprei uma roupa nova’.

Por outro lado, o verbo “to tune” sem o pronome “up” significa “sintonizar”, “ajustar”, “apurar”. Neste caso, a Cervejas de Moçambique usa a palavra “txunada” com o atributo de “mais apurada ou ajustada”, significando sabor apurado. Por outro lado, a Vodacom em parceria com o Banco ABC usam esta palavra em publicidades do serviço financeiro móvel M-Pesa, para indicar a flexibilidade exigida pelos seus clientes em transações comerciais e bancárias, que envolvem as compras e vendas de produtos e serviços *on line* com recurso às redes móveis associadas a internet. O serviço M-Pesa foi trazido pela Vodacom para, principalmente, facilitar a rápida e segura movimentação de dinheiro em qualquer parte de Moçambique, mas também para beneficiar aos jovens de baixa renda a fazer empréstimos bancários e receber dinheiro em tempo real sem precisar de uma conta bancária. Outrossim, as transações bancárias *on line* promovidas pelo serviço M-Pesa durante o pico da pandemia da COVID-19 contribuíam positivamente para redução de aglomerados populacionais em busca de serviços bancários, numa altura em que o distanciamento social era o recomendável.

O termo “txuna” tomou diferentes formas morfológicas espalhadas nos diferentes cartazes da cidade da Matola, como por exemplo: “txuna”, “txuuuna” e “txunado”. No caso da Vodacom, a palavra “txuna” é sinónima de “dar”, “oferecer”, “empréstimo de dinheiro”. Exemplo: ‘Txuneí 2.000,00MT do M-Pesa, para comprar um txune para a minha graduação’. Desde modo e a partir dos dados observados nas *figuras 2 e 3*, podemos concluir que a palavra “txuna”, oriunda da língua inglesa, entra no Português assumindo

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... um neologismo polissêmico semântico de intensidade, ou conceptual, característica da língua bantu devido ao alongamento da vogal na palavra *txuuuna* e faz parte do PM.

Figura 4: Marca de cerveja 2M

Figura 5: Millennium BIM



Fonte: Fotografias captadas pela autora no Bairro da Liberdade e na *Shoprite* da Matola, em Abril de 2021

Nas *figuras 4 e 5*, encontramos as palavras “Txôti, Brada e IZI”. As palavras “Txôti e Brada” foram identificadas nos cartazes Publicitários da Fábrica de Cervejas 2M e “IZI” nos cartazes do banco Millennium BIM. Estas palavras entram no PM de uma forma dinâmica. “Txôti” é um empréstimo da língua inglesa “short”, que significa “curto, pequeno, baixo, breve”. Supomos que a razão da escolha de “txôti” esteja relacionada ao preço baixo e ao tamanho da cerveja, como sendo de fácil carregamento ou armazenamento. A palavra sofreu uma variação fónico-morfológica, uma vez que o significado permanece o mesmo, apesar da mudança na pronúncia de /sho/ em Inglês para /txo/ no PM.

De igual modo, as palavras “Brada” e “IZI” sofreram uma mudança lexical, mantendo o seu significado intacto. A palavra “brada” por exemplo significa “irmão” e escreve-se “brother” em Inglês e, por outro lado, a palavra “IZI” significa “fácil” e escreve-se “easy” em Inglês. Estas palavras pertencem ao nicho dos jovens, os quais usam-nas para expressar a irmandade, amizade, partilha em processos de socialização.

Para o caso da palavra “IZI” por exemplo, tem sido usada para expressar a facilidade e rapidez com que se executam as operações bancárias, envolvendo pagamentos de produtos e serviços *on line* a partir de contas domiciliadas no Millennium mediante (*181#) e nos aplicativos *Smart IZI* ou *M-Pesa*, sem custos de adesão,

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... manutenção e de consumíveis associados para os comerciantes, garantindo deste modo, maior satisfação dos clientes no acesso ao “mobile banking” e melhoramento permanente de sistemas de produção de produtos e serviços bancários de gestão autônoma.

Portanto, as duas palavras em alusão não são escritas de acordo com as normas ortográficas do Inglês, não parecendo um erro, mas sim uma pretensão de fundir a ortografia e a pronúncia no PM.

Figura 6: Ginásio Djimar Soft



Fonte: Fotografia captada pela autora no Bairro de Hanhane, em Abril de 2021.

A *figura 6* ilustra uma imagem captada numa das ruas do Bairro de Hanhane na cidade da Matola, que publicita um ginásio para homens e mulheres. Aqui, a nossa atenção foi atraída pela palavra *djimar*. Esta palavra sofreu mudança no léxico, bem como morfológicamente, mas manteve o seu significado. *Djimar* em Inglês tem a grafia de “Gym” da forma abreviada de “gymnasium”. A sua mudança realiza-se com o acréscimo do sufixo *-ar* ao radical “djim”. Essa construção informal é comum no PM, cujo significado é “fazer ginástica, trabalho árduo ou sofrimento”. De facto, existe uma proximidade fonética na palavra, apesar de neste caso ela ter sofrido uma generalização sinônima do local da prática de exercício e não sobre a ação em si. Este *cartaz* mostra o hibridismo comunicativo no meio urbano, como criatividade para facilitar a comunicação SIMONE, R.S. & SANVECA L. (2017:1071), considerando a existência de tantos recursos de diferentes línguas e políticas.

Figura 7: ZAP



Fonte: Fotografia captada pela autora no Bairro de Hanhane em Abril de 2021.

A *figura 7* é mais um exemplo da paisagem linguística da cidade da Matola. Trata-se de um cartaz publicitário do serviço prestado pela ZAP, que ilustra uma fusão de uma língua bantu e língua inglesa através da expressão *maningue nice*, indicando apropriação de outras línguas no PM. É importante salientar que o uso dessas línguas no espaço público contribui para a construção de uma identidade de grupo, ou seja, atuam como instrumento de política de identidade. E a escolha das 2 línguas nesta publicidade parece ter sido de acordo com o receptor pretendido, uma vez que a palavra “nice” faz parte do repertório comunicativo dos jovens. Entendemos que a ideia de manter a palavra intacta não é puramente pela economia de palavras, mas sim um estrangeirismo acentuado no PM.

Scollon & Scollon (2003:7) argumentam que todos os sistemas semióticos funcionam como sistemas de posicionamento social e relação de poder tanto ao nível das relações interpessoais como ao nível das lutas pela hegemonia entre grupos sociais em qualquer sociedade, precisamente porque são sistemas de escolha e nenhuma escolha é neutra no mundo social. A *miscelânea* neste *cartaz* pode também simbolizar uma sensação de valor e reconhecimento, na medida em que indica o privilégio pela língua local *maningue*, um neologismo já dicionarizado no Português Moçambicano, com o

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... significado de muito (DIAS 2002:148), palavra falada em várias línguas bantu, mas predominantemente pelos Ndaus no norte de Moçambique.

As línguas bantu estavam praticamente ausentes da paisagem linguística da Matola, mas ainda que timidamente, estão a ganhar alguma visibilidade. Diferentemente dos exemplos anteriores, o nicho para o qual a ZAP presta serviços de Televisão fechada é constituído por pessoas de renda alta, daí, a razão de manter a grafia para atender ao grupo a que se destina.

Figura 8: Empresa Vodacom



Fonte: Fotografia captada pela autora no exterior na Novar em Abril de 2021.

Ainda buscando pesquisar a paisagem linguística da cidade da Matola, encontramos no centro da cidade da Matola uma característica distintiva do padrão linguístico presente os painéis publicitários que revestem as bermas das estradas, anunciando os serviços de compra e ofertas de interne-se que apesar da presença do Português, o texto em Inglês, é o mais saliente (num texto com maior tamanho das letras e com cores muito fortes). Esta saliência dá uma mensagem clara sobre a importância relativa e o estatuto dado à língua inglesa por parte dos produtores do sinal. Mais uma vez, o Inglês é o código elitista, exclusivo de um determinado grupo social. Parece-nos que o pressuposto dos produtores destes *cartazes* é alcançar, principalmente, aos consumidores da alta sociedade ou seja, que possuem o poder econômico e motivação para aceder as compras com recurso a internet.

Considerações finais

Conforme percebemos a partir da paisagem visual na cidade da Matola, existem exemplos de presença de palavras provenientes da língua inglesa que contribuem para o processo do enriquecimento do vocabulário do Português Moçambicano, através da

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção... composição de palavras que indicaram diferentes processos de formação polissémica, como sufixação, abreviação vocabular e conseqüentemente, a formação de neologismos. Os neologismos são fenômenos linguísticos frequentes em todas as línguas. Moçambique, sendo um país multilíngue, não pode estar isento dos contactos linguísticos provenientes de outras línguas, em particular da língua inglesa que é o nosso objeto de estudo.

A cidade da Matola apresenta uma paisagem linguística com unidades lexicais geralmente associadas às necessidades sociais, culturais, econômicas, entre outras. Como pudemos constatar, o PM é uma realidade e deve ser continuamente explorado. Ciente de que as línguas mudam, é normal que o PM se distancie do PE, sobretudo ao nível lexical, fonológico, enriquecendo, deste modo, a sua identidade através do valor semântico em cada uma das manifestações.

De uma forma geral, a tendência do emprego destes neologismos no PM depende do público a que se destina e, cada contexto sociocultural possui características próprias que moldam o comportamento linguístico.

Finalmente, acredita-se que o objectivo da pesquisa tenha sido plenamente alcançado, uma vez que foi possível identificar os neologismos, classificá-los e analisá-los. Com base no que observamos na cidade da Matola, podemos afirmar que a influência que a língua exerce sobre as relações sociais, uma vez considerada como um reflexo da cultura que incide diretamente nas manifestações de pensamentos e ideias, tem em vista não somente o conhecimento que o falante tem de seu funcionamento, como também do contexto em que se efetiva o discurso ora proferido.

Os resultados da pesquisa sugerem que os neologismos são um fenómeno indiscutível na construção da variedade moçambicana do Português, pelo facto de Moçambique ser um país multilíngue, fazendo fronteira com países anglófonos, bem como pelo facto de a língua inglesa ser considerada a língua da globalização e de prestígio. De modo geral, os objetivos propostos para este estudo se confirmaram, uma vez que o português e a língua inglesa realmente têm vindo a contribuir de forma acentuada na criação de novos neologismos na variante do Português Moçambicano.

Referências

ALVES, I. M. (1996). O Conceito de Neologia: da descrição lexical à planificação linguística. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 40, p. 11-16.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...
_____. (2001). Glossário de termos neológicos da Economia. **Cadernos de Terminologia**, v. 3. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 2001.

_____. (2002). **Neologismo: criação lexical**. 2 ed. São Paulo: Ática.

BACKHAUS, P. (2007). **Linguistic Landscapes: a comparative study of urban multilingualism in Tokyo**. Toronto: Multilingual Matters LTD.

BAGNO, M. (2007). **Nada na língua é por acaso**. São Paulo: Parábola Editorial.

BEN-RAFAEL, E. et al. (2006). Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: The case of Israel". In: GORTER, Durk (Org.). **Linguistic Landscape: a new approach to multilingualism**. Toronto: Multilingual Matters LTD, pp. 7-30.

BOLETIM DA REPUBLICA (2018). **Lei 18/2018**. Sistema Nacional de Educação.BR_254_I_SERIE_2.º Suplemento. Imprensa Nacional de Moçambique.

CÂMARA Jr., M. J. (1959). **Princípios de linguística geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

CALVET, L. (2002). **Sociolinguística: Uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial,

CALVET, L. (2009). **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Parábola Editorial São Paulo. 4ª Edição.

CRYSTAL, D. (2003). **English as a Global Language**. Cambridge: Cambridge University Press.

COELHO, et al. (2012). **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/ Universidade Federal de Santa Catarina.

CORREIA, M.; LEMOS, L.S.P. **Inovação lexical em português**. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português. 2005.

CORREIA, M.; ALMEIDA, G.M. de B. (2012). **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial.

CUQ J. P. (2003). **Dictionnaire de Didactique du Français: Langue Étrangère et Seconde**. Paris: ASDIFLE.

DIAS, H. (2002). **Minidicionário de moçambicanismos**. Maputo: Imprensa Universitária.

_____. (2002). **As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar em direção a uma prática linguística escolar libertadora**. Maputo: Promédia.

EDELMAN, L. (2010). **Linguistic landscapes in the Netherlands: A study of multilingualism in Amsterdam and Friesland**. Leiden: LOT.

FIRMINO, G. (2002). **A Questão Linguística na África Pós-Colonial**. O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique. Maputo: Promédia.

- Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...
- FISHMAN, J. (1996). "Summary and Interpretation: post-imperial English 1940-1990. In: Joshua Fishman et.al. (Eds.) **Post-imperial English**. Status Change in former British and American Colonies 1940-1990. **Contributions to the Sociology of Language 72**. Berlin: de Gruyter. p.623-642.
- GIMENEZ, T. (2015). Renaming english and educating teachers of a global language. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, v. 52, p. 73-93.
- GONCALVES. P. (2020). **Paisagem linguística da cidade de Maputo (Moçambique)**, por Perpétua Gonçalves. Local Linguistic landscape.
- GUNDANE, L. (2022). **As intersecções semântico pragmáticas no léxico: uma análise das produções escritas em bancas e/ou barracas na cidade de Maxixe – Moçambique**. Schreiben.
- GORTER, D. (Ed.). (2006). **Linguistic landscape: A new approach to multilingualism**. Clevedon, UK: Multilingual Matters.
- HAMEL, R.E. (2008). La globalización de las lenguas en el siglo XXI Entre la hegemonía del inglés y la diversidad lingüística. In: HORA, Demerval da; LUCENA, Rubens M. (Orgs.). **Política linguística na América Latina**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2008. p. 45-77.
- JENKINS, J. (2007). **English as a lingua franca: attitude and identity**. Oxford: Oxford University Press.
- JENKINS, J. (2015). **Global Englishes: a resource book for students**. 3th. London: Routledge.
- JOLAYEMI, D. & OLAYEMI, M. M. (2017). Road signs as linguistic landscape in Nigeria: A Semiotic communication. **International Journal of English Language and Linguistic Research**, Vol.5, pp.1-14.
- KACHRU, B., (1992). **The other tongue: english across cultures, urbana**. IL University of Illinois Press, 2d ed. pp. 325-350.
- LINO, M. T. R. F. (2019). Neologia e neónimia em língua portuguesa: critérios de identificação, **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 9-23, Set. Dez.
- LABOV, W. (1972). **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- _____ (2008). **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

LANDRY, R.; BOURHIS, R. Y. (1997). Linguistic Landscape, and Ethnolinguistic Vitality: An Empirical Study. **Journal of Language and Social Psychology**. Vol. 16 n°. 1, p. 23-49.

MACIEL, C. M. A. (2021). **As línguas indo-arianas nas paisagens linguísticas da cidade de Maputo, Moçambique**. Universidade Pedagógica de Maputo.

MIQUIDADE, A. (2018). **Morfologia Urbana da Matola: Tendências de Crescimento da Cidade**. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras e Literatura, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.

NGUNGA, A.; FAQUIR O. G. (2012). **Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário Colecção: as nossas línguas III**. Centro de Estudos Africanos (CEA). UEM, Maputo,

PRADO, D.F., (2006) **Uma análise das inserções dos empréstimos linguísticos da área da Informatica no Dicionário Aurélio XXI**. Universidade Federal de Uberlândia.

REITE, T. (2013). **À descoberta de particularidades no português de Moçambique Explorações quantitativas e comparativas**. Trykk: Representeren, Universitetet i Oslo.

PORTO EDITORA – euro-africano no **Dicionário infopédia da Língua Portuguesa** [em linha]. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-09-27 12:35:40]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/euro-africano>

RODRIGUES, C. (1992). Empréstimos, Estrangeirismos e suas Medidas. Departamento de Letras Modernas - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. **Revista Alfa**, São Paulo, V.36, pp. 99-109.

ROSENDAL, T. (2009). Linguistic markets in Rwanda: language use in advertisements and on signs. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, 30: 1, 19- 39

SEBBA, M. (2010). Review of linguistic landscapes: A comparative study of urban multilingualism in Tokyo. **Writing System Research**, 2:1, pp. 73-76.

SEIDLHOFER, B. (2007). **English as a lingua franca and communities of practice**. In Sabine Volk-Birke and Julia Lippert (eds.), Halle 2006. Proceedings (pp. 307–18). Trier: Wissenschaftlicher Verlag.

SEIDLHOFER, B. (2011). **Understanding English as a Lingua Franca**. Oxford University Press, Oxford.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. (2003). **Discourses in Place: Language in the Material World**. London: Routledge.

Maria Helena Carlos Felaune, A influência da língua inglesa na comunicação e na construção...

SENGO, A. (2010). **Processos de enriquecimento do léxico do português de**

Moçambique. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Linguística Maputo, Porto Universidade do Porto.

SIMONE, R.S. & SANVECA L. (2017). **A língua portuguesa e o hibridismo linguístico em Moçambique**: o caso da Universidade Pedagógica. Universidade Pedagógica de Moçambique – pelos mares da língua portuguesa. UA Editora.

SHOHAMY, E. G. (2006). **Language Policy**: Hidden Agendas and New Approaches, New York, NY: Routledge,

TIMBANE. A. A. (2009). **O Ensino da língua portuguesa na 1ª classe num contexto sociolinguístico urbano**: o caso da cidade de Maputo. 2009, Universidade Eduardo Mondlane, MA thesis.

TIMBANE, A. A. (2018). A Variação Linguística do Português Moçambicano: uma Análise Sociolinguística da Variedade em Uso. **Revista Internacional Em Língua Portuguesa**, (32), 19–38. <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2017.32/pp.19-38>.

THOMASON, S. (2001). **Language Contact**. Edinburgh: Edinburgh University Press, Great Britain.

UNESCO. (1953). **The use of vernacular languages in education**. Monographs on fundamental education – VIII. Paris: UNESCO.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): FELAUNE, Maria Helena Carlos. A influência da língua inglesa na comunicação e na construção de uma variedade moçambicana do Português. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.185-208, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Felaune, Maria Helena Carlos (jan./jun.2023). A influência da língua inglesa na comunicação e na construção de uma variedade moçambicana do Português. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 185-208.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Varição do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla

Lucerio Gundane *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2900-4254>

Resumo: Tendo em conta a análise fonético-fonológica, lexical e discursiva, o estudo descreve os factores linguísticos e extralinguísticos que contribuem para a variação e/ou mudança linguística do Citshwa (S.51). O estudo é fundamentado pelo modelo metodológico da sociolinguística variacionista de Labov (1972) e analisa as variações do Citshwa, com enfoque para o Cihlengwe, falado no distrito de Massinga e o Cimhandla, falado no distrito de Vilankulo em Inhambane, na região sul de Moçambique. A pesquisa é de campo. Os dados foram recolhidos entre os meses de Fevereiro a Março de 2021. Quanto à geração de dados, foram adoptados os seguintes métodos: pesquisa bibliográfica, observação, entrevista e questionário. Em relação à análise de dados, foi adoptado o método comparativo e método introspectivo. Assim, analisados e discutidos os dados, constatou-se que as variações mais frequentes do Citshwa se situam a nível fonético-fonológico, lexical e discursivo. No que diz respeito aos factores, o estudo provou que a variação do Citshwa é condicionada por factores de ordem linguística (contacto de línguas, interferências de outras línguas) e extralinguística (sociais, localização geográfica dos distritos de Vilankulo e Massinga).

Palavras-chave: Variação linguística, Citshwa, Cihlengwe, Cimhandla.

Variation of Citshwa: comparative analysis of Cihlengwe and Cimhandla

Abstract: Taking into account the phonetic-phonological, lexical and discursive analysis, the study describes the linguistic and extralinguistic factors that contribute to the variation and/or linguistic change in Citshwa (S.51). Integrated in the Theoretical-Descriptive Linguistics of Bantu, the study is based on the methodological model of the Variationist Sociolinguistics of Labov (1972) and analyzes the variations of Citshwa, focusing on Cihlengwe, spoken in the district of Massinga and Cimhandla, spoken in Vilankulo district in Inhambane province, in the southern region of Mozambique. During the research, the data were collected within the months of February to March 2021. As for data generation, the following methods were adopted: bibliographic research, observation, interview and questionnaire. Regarding data analysis, the comparative method and the introspective method were adopted. Thus, after analyzing and discussing the data, it was found that the most frequent variations of Citshwa are at the phonetic-phonological, lexical and discursive levels. With regard to factors, the study proved that the variation of Citshwa is conditioned by linguistic factors (contact of languages, interference from other languages) and extralinguistic factors (social, geographical location of Vilankulo and Massinga districts).

Keywords: linguistic variation, Citshwa, Cihlengwe, Cimhandla.

Wucicacici ga lirimi ya Citshwa: wuxopaxopi ga kuhambhanahambhana ka Cihlengwe ni Cimhandla

Kandzakanyu: Nahisukela ka gondzo ya wuxopaxopi ya fonetika, fonoloxjiya, lexisikali ni mawulawulela ya Citshwa, gondzo leyi yi kombekisa zvivangelo zvandzeni ni zvhandle ka lirimi zvimahaku ku yicacica, nayitiyisiwa hi Lingwixitika ya wutlatlambuteli ga tirimi ta tumbunuku. Gondzo leyi yi seketeliwa hi ndlela ya Sosiyolingwixitika ya wuhambanihambani ya Labov (1972), na yitivekisela kukombekisa matshamela ya kucicacica ka Citshwa, na yibzekelela ka Cihlengwe ciwulawuliwaku kaMasingi, ni Cimhandla ca kaVilakulu ka cipandzakulu Inyambhani, Musambhiki. I gondzo ya mugangeni. Xungetanu hi mahungu ya gondzo, wona makolelilwe ndzeni ka tihweti ta

* Doutorando em Linguística Pela Universidade Federal de Santa Catarina, linha de pesquisa – Políticas Linguísticas; Mestre em Linguística, Professor de Linguística Teórica e Descritiva de Português e das Línguas Bantu na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Save – Maxixe. Email: luceriogundane@yahoo.com.br.

Nyanyankulu kala Mahandzakanyi ka lembi ga 2021. Mayelanu ni wulongiseli ga mahungo, kutirisilwe tindlela leti: zvigondzo zva mabhuku; wucuwukiseli; wuwotiseli ga magezu ni ga maphepha. Mayelanu ni wuhlohi, kutirisilwe ndlela ya kufananisa mahungu ni ya kuveka mawonela. Hi kawuhlohi, kuwonekile lezvaku wucicacici ga Citshwa gihumelela ngovhu ka zvigava zva fonetika, fonoloxjiya, lekisiku ni ka wuwulawuli. Mayelanu ni zvivangelu zvawucicacici, gondzo yi kombhekisile ku zvivangiwa hi kutlangana (kukumana) ka lirimi yin'we ni yin'wani ni ka mahanyela ya vawulawuli va tirimi mayelano ni minganga (kaVilakulu ni kaMasingi).

Magezu-tshinya: Wucicacici ga lirimi, Citshwa, Cihlengwe, Cimhandla.

Introdução

O presente estudo analisa as variações do Citshwa (S.51) segundo Guthrie (1967/71), com enfoque para o Cihlengwe, falado no distrito de Massinga¹ e o Cimhandla, falado no distrito de Vilankulo², em Inhambane, na região sul de Moçambique. Especificamente, são demonstradas as variações do Citshwa a nível fonético-fonológico, lexical e discursivo; de igual modo, são descritos os fatores linguísticos e extralinguísticos que contribuem para a variação do Citshwa e, por fim, são explicadas as variações mais comuns entre o Cihlengwe e o Cimhandla.

O estudo está integrado no domínio da sociolinguística variacionista de Labov (1972), segundo o qual, a representatividade dos dados relativos ao indivíduo e à sociedade são fundamentais para explicar o significado de um ato comunicativo, visto que não se pode estudar a língua como uma estrutura isolada. A sociolinguística variacionista estuda a língua no seu uso social, onde a análise da linguagem é vista numa perspectiva heterogênea.

Por isso, com o estudo, se pretende mostrar que as estruturas linguísticas variam tendo em conta cada comunidade de fala³ (Labov, 1972), distanciando-se, deste modo, das abordagens estruturalistas, que olham a linguagem como um conjunto de signos ou estruturas linguísticas homogêneas (Saussure, 2006), pelos quais uma determinada sociedade usa para trocar informação, enfatizando-se que, para a sua materialização, os usos da linguagem dependem do contexto em que os falantes se encontram.

Em relação à língua de estudo, o Citshwa possui 6 variantes, designadamente, Cikhambani, Cirhonga, Cihlengwe, Cimhandla, Cidzonge e Cidzivi. Esta língua é falada na zona meridional de Zimbabwe e na província do Transvaal, na África do Sul. Em

¹ O distrito de Massinga está situado na zona central da província de Inhambane, tendo como limites, a Sul os distritos de Funhalouro e Morrumbene, a oeste o distrito de Funhalouro, a Norte e Nordeste o distrito de Vilankulo, e a Este o oceano Índico.

² O distrito de Vilankulo fica situado a Norte da província de Inhambane, tendo como limites a Norte com o distrito de Inhassoro, a Sul com o distrito de Massinga, a Oeste com os distritos de Mabote e Funhalouro e a Este com o Oceano Índico.

³ Para Hudson (1980, p. 25), "comunidade linguística é referenciada como sinónimo de comunidade de fala".

Moçambique, o Citshwa é falado nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane (cidades de Inhambane, Maxixe, Vilankulo; vilas de Morrumbene, Massinga, Panda, Inhassoro, Funhalouro e Homoine) (Ngunga & Faquir, 2011; INE, 2019).

No que diz respeito ao número de falantes, de acordo com os dados do INE (2019), esta língua é falada por 836.644 pessoas de cinco anos e mais de idade, um número relativamente maior, se comparar com os dados do censo populacional de 2007 (693.386 falantes). Além do Citshwa, destaca-se o Gitonga (S. 62), outra língua bantu amplamente falada em Inhambane, com um total de 194.643 e o Cicopi (S. 61), com um total de 227.652 falantes.

É um fato que as línguas variam com o tempo e também com o lugar. Em cada comunidade onde uma determinada língua é falada existem certas realizações que a diferem da outra. A língua Citshwa, em particular, não foge à regra, também apresenta variações ao nível fonético, fonológico, morfossintático, semântico e até discursivo como se pode ver nos dados que seguem:

- a) *Ngonyamu yileva ngovhu loko yihi khwatini* 'O leão é muito perigoso quando está no mato'
- b) *Nghala ya daya loku nayihi lomu khwatini* 'O leão é muito perigoso quando está no mato'
- c) *Jowana urwele thumbhu ga mati.* 'A Joana carregou o bidão de água'
- d) *Jowana irwele cigubhugubhu ca mati.* 'A Joana carregou o bidão de água'

Por isso, o estudo levanta as seguintes questões: que factores condicionam a variação de Cihlengwe e Cimhandla? Quais são as variações mais comuns entre o Cihlengwe e o Cimhandla? Diante destas questões, foram levantadas as seguintes hipóteses: i) os factores que contribuem para a variação do Citshwa têm que ver com as influências de outras línguas ou dialectos que provêm das zonas fronteiriças. No caso de Massinga, verificam-se influências de línguas bantu como, por exemplo, Gitonga e Português e, em Vilankulo, devido ao contacto com falantes de outras línguas faladas no Arquipélago do Bazaruto, p. e., Cihoka; ii) a língua é dinâmica, ela sofre alterações diacrónicas e sincrónicas; iii) as variações mais comuns entre Cihlengwe e Cimhandla são a nível fonético-fonológico, morfossintático, lexical e semântico.

Diante dos resultados a serem obtidos, espera-se que a nível da teoria linguística, o estudo forneça bases científicas para o desenvolvimento científico do Citshwa.

Em relação à estrutura, o estudo está organizado em 4 secções: a primeira secção constitui a introdução, em que se contextualiza o estudo através da teoria de base, do problema, dos objetivos e da justificativa; a segunda secção descreve a metodologia; a terceira secção apresenta o referencial teórico; segue a quarta secção com a

Lucerio Gundane, Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla
apresentação, análise e discussão de dados; por fim, são apresentadas as conclusões e as referências.

1. Metodologia

A pesquisa é de campo e decorreu nos distritos de Massinga e Vilankulo, em Inhambane, na região sul de Moçambique, entre os meses de Fevereiro a Março de 2021. Refira-se que durante o trabalho campo se procedeu à observação e descrição do fenómeno variação do Citshwa no local previamente delimitado. Quanto à geração de dados, durante a pesquisa, foram adotados os seguintes métodos e técnicas: pesquisa bibliográfica, observação participante, entrevista e inquérito.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2008). Neste estudo, a pesquisa bibliográfica foi operacionalizada através de fontes de natureza secundária extraídas em revistas académicas, livros, monografias, dissertações, teses, entre outros materiais já publicados relacionados com o tema.

A observação participante permite que o pesquisador faça a coleta de dados, participando do grupo ou organização, observando as pessoas e seu comportamento em situações de sua vida quotidiana (Becker, 1994; Marconi & Lakatos, 2003). A fase da observação decorreu durante o período do estudo, na etapa em que se procedia à administração das entrevistas e dos questionários à população-alvo. A observação permitiu que se entrasse em contacto com a comunidade linguística de Vilankulo e de Massinga, com vista a uma observação minuciosa dos falantes de Cimhandla e Cihlengwe, respectivamente.

Em relação à entrevista semi-estruturada, também utilizada para a geração de dados, esta constitui uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter dados que interessam à investigação. A entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa (May, 2004; Gil, 2008; Ruiz, 2009). Assim, a entrevista foi administrada, a fim de se obter informações a partir de falantes nativos de Citshwa e, para o efeito, foram entrevistados 20 falantes, com idades entre 35 a 60 anos, dos quais, 10 falantes da variante Cihlengwe e 10 do Cimhandla.

Por último, foi aplicado o questionário⁴ que continha o vocabulário básico de Citshwa (NELIMO, 2000) dirigido a 7 jovens, sendo 4 residentes no distrito de Massinga e 3 no distrito de Vilankulo. A identificação e seleção dos informantes obedeceram a dois critérios básicos, ou seja, ser falante nativo da língua Citshwa e ser residente tanto no distrito de Massinga, como no distrito de Vilankulo. Esta amostra permitiu trazer informações relevantes que conduziram ao alcance dos objetivos e às respostas do problema da pesquisa.

Por último, a interpretação de dados seguiu o método qualitativo. Michel (2005) e Carvalho (2008) referem que o método qualitativo permite a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a geração de explicações. Busca o significado e a intencionalidade dos atos, das relações e das estruturas sociais. Portanto, a escolha desta abordagem tornou-se útil para a interpretação de opiniões, ideias e respostas dos informantes selecionados para o estudo. E, em relação à análise de dados, usou-se o método comparativo, que, conforme Marconi & Lakatos (2003), realiza comparações com intuito de verificar semelhanças ou divergências em algo. O estudo apresenta dados inerentes à análise comparativa da variante Cihlengwe e Cimhandla. Importa referir que durante a análise de dados, foi adotado o método introspectivo, pois, um dos autores do presente estudo é falante nativo da língua Citshwa e membro integrante da comunidade linguística falante da variante Cihlengwe.

2.Do conceito de sociolinguística à sociolinguística variacionista

Ao se observar uma conversa entre dois indivíduos pertencentes a extratos sociais diferentes ou entre um jovem e alguém mais velho, nota-se que as línguas não são estáticas; ao contrário, estão em constante variação e mudança. Não é só o linguista que consegue perceber essa variação, como também um falante comum também tem consciência disso (Deus & Machado, 2010).

Para Deus & Machado (2010), a sociolinguística surge na década de 1960 como reação aos estudos que não consideravam a abordagem dos fatos sócio-históricos no tratamento dos fenômenos linguísticos. Esse novo modelo teórico-metodológico, a sociolinguística variacionista ou teoria da variação, tem como seu principal representante o linguista americano William Labov, que desenvolveu estudos sobre a mudança em

⁴ A popularidade do questionário relaciona-se com o facto de ser uma técnica atractiva e extremamente versátil, a única capaz de fornecer informações mais detalhadas sobre um determinado fenómeno em estudo (Carvalho, 2009).

Lucerio Gundane, Variação do Cishwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla progresso na Ilha de Martha's Vineyard (1963) e sobre a estratificação social do inglês da cidade de Nova Iorque (1966).

A sociolinguística estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística. A sociolinguística parte do princípio de que a variação e a mudança são inerentes às línguas e que, por isso, devem sempre ser levadas em conta na análise linguística. Deste modo, a tarefa da sociolinguística é descrever e analisar a variação linguística, correlacionando-a às estruturas sociais; em outras palavras, enfatiza-se a relação entre língua e sociedade (Cezario & Votre, 2008; Deus & Machado, 2010). A sociolinguística variacionista de Labov estuda a variação e mudança linguísticas no contexto social da comunidade de fala. A língua é vista pelos sociolinguistas como dotada de heterogeneidade sistemática, factor importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade (Coan & Freitag, 2010).

Labov (1972), com a sua teoria, encara a língua como um fator sociocultural e não individual, refutando, quer a perspectiva estrutural de F. Saussure (1916), quer a generativa de N. Chomsky (1965), ambas centradas na homogeneidade linguística, ou seja, estes olham a língua como um sistema sincronicamente homogêneo, unitário e autônomo, sendo que os fatores que impulsionam a sua mudança não estão ligados ao meio social ou à comunidade de fala, mas, sim, a fatores intrínsecos à própria língua.

A sociolinguística que Labov propõe tem o propósito de estudar a estrutura e evolução da língua no contexto social da comunidade, cobrindo a área usualmente chamada de Linguística Geral, a qual lida com Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica (Labov, 1972). A “sociolinguística laboviana não é uma teoria da fala, nem o estudo do uso da língua com o propósito exclusivo de descrevê-la, mas o estudo do uso da língua no sentido de verificar o que ela revela sobre a estrutura linguística (*langue*)” (Coan & Freitag, 2010, p. 176).

A sociolinguística laboviana é também conhecida como correlacional, por admitir que o contexto social e a fala são duas entidades distintas que podem ser correlacionadas. A explicação estrutural para os fenômenos heterogêneos do comportamento linguístico é investigada, na sociolinguística correlacional, por meio da correlação estatística entre esses fenômenos não categóricos, isto é, que variam de um enunciado para outro, de um falante para outro, ou até de um estilo para outro no repertório do mesmo falante, com entidades linguísticas e sociais. Os fenômenos

heterogêneos a serem correlacionados podem ser de natureza fonológica, morfológica, sintática (Bartoni-Ricardo, 2014).

Portanto, depois destas notas introdutórias, pode-se concluir que a teoria da sociolinguística variacionista de Labov (1972) tem uma estreita relação com a presente pesquisa, visto que, ao destacar o estudo da língua no seu uso social, devendo ser analisada numa perspectiva heterogênea (as estruturas linguísticas variam em determinadas comunidades de fala); paralelamente aos objectivos do estudo, esta teoria possibilitará uma análise das variações e as possíveis mudanças linguísticas decorrentes dos usos da língua Citshwa no distrito de Massinga e Vilankulo. Desta forma, a seguir, discute-se o conceito de variação linguística.

2.1. Variação linguística

Na óptica de Mateus et al. (2003), qualquer língua varia ao longo do tempo e do espaço da sua utilização. A variação linguística é o fenómeno pelo qual uma determinada língua muda numa dada época, lugar ou em função de um grupo social. Ela resulta do desaparecimento ou surgimento de novos vocábulos, bem como de sua significação, que passam a ser incorporados à gramática normativa, ao longo do tempo. A variação linguística é influenciada por diversos factores externos que incidem sobre a língua no seu contexto fonético, semântico, lexical e morfológico. Por seu turno, Correia & Lemos (2005) destacam como aspecto característico de qualquer que seja a língua, a mudança e a inovação. Todas as línguas evoluem necessariamente ao longo do tempo e a ausência de evolução significa para elas a sua morte. A mudança que ocorre na língua afecta todas as componentes do conhecimento linguístico.

A variação linguística é associada à mudança linguística. Como sustenta Firmino (2006), a mudança linguística é originada através da existência de variação no uso da língua, ou seja, é a partir de novas formas de abordagem, novas funções sociais que surge uma mudança linguística. A mudança linguística é consequência da variação, sendo que, nem sempre esta consequência se efetua. A variação linguística está ligada aos processos de transformação linguística, como é o caso da mudança diacrônica, alternância de códigos e/ou morte de uma língua.

Ainda na óptica de Firmino (2006, p. 35), “a variação linguística tem sido associada a processos de transformação linguística, tais como: a mudança diacrônica, a alternância e a morte da língua.” A variação tem-se confundido com ‘erro’, como afirmam Bagno & Rangel (2005), que, em muitos trabalhos científicos, designa o conjunto de regularidades

gramaticais detectáveis no uso efetivo da língua por parte dos “falantes cultos”; cidadãos urbanos com ‘escolaridade superior’ completa. Em suas interações sociais, tem-se, com isso, uma duplicidade de conceitos abrigados sob o mesmo rótulo de “norma culta”: um conceito normativo, isto é, de como a língua “deve ser”, e um conceito que se aplica ao que é normal na língua (ou mais precisamente numa variedade específica da língua, a dos cidadãos urbanos mais letrados).

Ao se desenvolver estudos inerentes à sociolinguística variacionista, é necessário que se abordem alguns conceitos que, na maioria dos casos, se confundem com línguas e/ou variação, como é o caso da variante, variável e variedade. Neste sentido, para Salomão (2011), o termo variante é utilizado nos estudos de sociolinguística para designar as formas que estão sofrendo variação, ou seja, uma ou mais formas usadas ao lado de outra na língua sem que se verifique mudança no significado básico. O conjunto das variantes é denominado variável linguística, isto é, a forma, o traço ou construção linguística que é o próprio fenômeno variável. E, variedade é o termo que corresponde ao termo dialeto.

A sociolinguística entende que o emprego das variantes não é aleatório, mas é influenciado por grupos de factores de natureza social ou estrutural que podem exercer pressão sobre os usos da linguagem (Labov, 1972). Para Monteiro (2000), a expressão variedade linguística foi criada para evitar as conotações negativas dos termos língua e dialecto. Para este autor, a variedade pode ser muito maior do que uma língua ou muito menor do que um dialecto. Em sociolinguística costuma-se descrever a variação linguística sob ponto de vista da dimensão interna e externa da língua. Por um lado, na dimensão interna da língua, destaca-se a variação lexical, variação fonético-fonológica, variação semântica, variação morfológica, variação discursiva e variação sintáctica. Por outro lado, na dimensão externa da língua, tem-se a variação geográfica, variação social, variação estilística (Bortoni-Ricardo, 2004; Gorski & Coelho, 2009).

A variação pode ser estudada tanto de um ponto de vista sincrónico, quanto diacrónico. O estudo sincrónico concentra-se na variação que ocorre em um ponto específico do tempo; ao passo que o estudo diacrónico envolve análises de um sistema linguístico tendo em conta a sua evolução. Uma variação observada hoje pode vir a ser a fonte de uma mudança depois de certo tempo (Viotti, 2013). Neste sentido, os dados referentes ao estudo estão relacionados apenas com a variação sincrónica, visando analisar a variação do Citshwa nos distritos de Massinga e Vilankulo. No que diz respeito à variação nas línguas bantu, de uma forma geral, elas sofrem variações linguísticas a

nível lexical; fonético-fonológico; semântico, morfológico, discursivo e sintáctico. No caso das línguas bantu moçambicanas e, especificamente, o Citshwa, objecto do presente estudo, sofre interferências e/ou influência de outras línguas bantu e do Português, fruto da convivência entre elas, pois o Citshwa coabita com línguas como: Gitonga, Xichangana, Cicopi, Português, Inglês, entre outras (Ngunga, 2012; Nhampoca, 2015, Gundane, 2019).

Contudo, diante das dimensões do fenómeno variação linguística acima apresentadas, os dados do estudo centraram-se apenas nos 3 tipos, nomeadamente: variação lexical, a fim de compreender como os factores geográficos interferem na variação e mudança linguística do Citshwa com enfoque para a descrição do léxico nas duas variantes em análise; variação fonológica, visando descrever as diferenças na articulação de palavras e/ou frases; e variação discursiva, em que foram apresentadas diversas formas de actuação dos falantes (diferentes formas de falar). Por isso, a partir do *corpus* seleccionado para o estudo, tal como argumentam Cezario & Votre (2008), a variação ilustrará o carácter adaptativo da língua como um código de comunicação, i, e., como uma entidade assistemática. O linguista, ao estudar os diversos domínios da variação, deve demonstrar como ela se configura na comunidade de fala, bem como quais são os contextos linguísticos e extralinguísticos que favorecem ou que a inibem.

2.3.Fatores que condicionam a mudança linguística

Na busca da motivação para o uso da regra variável, a análise variacionista contempla variáveis linguísticas e não linguísticas, também denominadas fatores. Um fator muito relevante em estudos variacionistas é a gama de estilos no repertório dos falantes. Muitos estudos têm mostrado que o grau de formalidade, que varia de acordo com os estilos ou registros de qualquer falante, é condição importante na análise da variação (Bortoni-Ricardo, 2014). Labov (2008) citado por Bortoni-Ricardo (2014) admite que os linguistas formam dois grupos em relação ao estudo das mudanças linguísticas. Há os que se centram apenas em fatores internos, estruturais ou psicológicos, e há os que consideram os fatores sociais. Entre esses estão os sociolinguistas.

O entendimento da língua como um sistema complexo, dinâmico e adaptativo torna a distinção entre as mudanças motivadas por fatores externos ou internos irrelevantes de um ponto de vista linguístico. Toda mudança linguística tem origem no contacto entre idioletos, na construção de atos comunicativos entre falantes e nas acomodações que se fazem nos idioletos para aumentar a compreensão mútua entre os participantes da

Lucerio Gundane, Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla interação (Viotti, 2013). Em função dos objetivos da pesquisa, o estudo procura descrever os fatores linguísticos (contacto de línguas, interferências de outras línguas) e extralinguísticos (psicológicos, sociais, localização geográfica do distrito de Vilankulo e Massinga).

3. Apresentação, análise e discussão de dados

3.1. Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe com Cimhandla

Esta secção dedica-se à apresentação, análise e discussão dos dados gerados na base de inquéritos e entrevistas direcionados a 27 falantes de Citshwa residentes nos distritos de Massinga e Vilankulo. Para melhor discussão dos resultados, fez-se uma subcategorização da análise em partes, tendo em conta os dados obtidos, que são descritos a seguir.

3.1.1. Análise das entrevistas direccionadas a falantes do Citshwa em Vilankulo

Foram entrevistados no total de 10 pessoas, onde 5 pessoas têm funções de chefe de quarteirão, 2 jovens com idade compreendida entre 20 – 30 anos, residentes do bairro Alto Macassa e 3 adultos com idade compreendida entre 35 e mais, um residente no Bairro Central e 2 residentes na zona do Cruzamento de Pambara.

Sobre os factores que motivam a variação linguística no Citshwa, os entrevistados foram unânimes em afirmar que Vilankulo é um distrito turístico que alberga muitas pessoas provenientes de vários locais e, conseqüentemente, falantes de várias línguas. Questionados sobre as diferenças de realização que fazem do Citshwa falado em Vilankulo ser diferente doutros distritos, os entrevistados mencionaram algumas palavras e frases que são apresentadas em 1).

1. Algumas palavras e frases da variante Cimhandla

- | | |
|------------------------------------|----------------------------------|
| a) <i>Ndziya ndzapakela movha.</i> | 'Vou meter passageiros no carro' |
| b) <i>Bhola legiya ga mina.</i> | 'aquela bola é minha' |
| c) <i>La kaya angativi.</i> | 'aqui em casa ele não sabe nada' |
| d) <i>Kundakaja</i> | 'algo que anima' |
| e) <i>Maria ufambhile kaya.</i> | 'A Maria foi para casa' |
| f) <i>Nganju</i> | 'camisa' |
| g) <i>Awunokula</i> | 'cresceste' |
| h) <i>M'badi</i> | 'peneira' |
| i) <i>Citheve</i> | 'esteira' |
| j) <i>Titsumbhi</i> | 'esteira de laca-lacas' |
| k) <i>Wusiku lowu</i> | 'esta noite' |

- l) *Woni* 'espelho'
 m) *Tsala* 'verb. escrever'

3.1.2. Análise das entrevistas direccionadas a falantes do Citshwa em Massinga

No distrito de Massinga, foram entrevistados 10 falantes que têm a língua Citshwa como L1, cuja idade varia entre os 23 a 60 anos. Os 5 falantes têm a função de chefe de quarteirão, 2 falantes residentes no bairro Conze e Cilakwa, 1 da localidade de Chicomo e 1 falante da localidade de Guma.

Perguntados sobre os factores que causam a variação do Citshwa no distrito da Massinga, os entrevistados responderam que as variações têm que ver com o encontro massivo das pessoas oriundas de vários pontos geográficos, bem como de influências das outras faladas no distrito como, por exemplo, Gitonga, Cindawu, Português, Cifanakaló; Xichangana e Inglês. Os dados que seguem foram produzidos pelos entrevistados e são referentes ao Cihlengwe.

2. Algumas palavras e frases do Cihlengwe

- | | |
|--|------------------------------------|
| a) <i>Ina loyi wanyondza.</i> | 'este jovem come muito' |
| b) <i>Sangu ga madhala.</i> | 'esteira da vovó' |
| c) <i>Cihlangala citele hi timanga.</i> | 'o celeiro está cheio de amendoim' |
| d) <i>Lembhi legi hipfunile zvipfhaki.</i> | 'este ano colhemos muito milho' |
| e) <i>Foni ya yiswa.</i> | 'novo telefone' |
| f) <i>Bzanyi</i> | 'capim' |
| g) <i>Bzala</i> | 'bebida' |
| h) <i>Malumi wa mina.</i> | 'meu sobrinho' |
| i) <i>Hakhozela hi tisoto.</i> | 'rezamos aos domingos' |
| j) <i>N'yangaleyi i jaha.</i> | 'este curandeiro é jovem' |

Portanto, a tabela que segue sistematiza as variações do Citshwa falado em Vilankulo e na Massinga, Cimhandla e Cihlengwe, respectivamente.

Tabela 1: Dados do inquérito gerados na Massinga e Vilankulo

LÍNGUA PORTUGUESA	CIHLENGWE)	CIMHANDLA)
Subir chapa ⁵	<i>Kukhilela movha</i>	<i>Kupakela/kupakija movha</i>
Este menino está muito doente	<i>Mufana loyi ibabza ngovhu</i>	<i>N'wanana loyi wababza ngovhu</i>
Aquele é muito indisciplinado.	<i>Gayani iphukwa ngovhu</i>	<i>Lagaya waphukwa ngovhu</i>
O João está cansado de pilar	<i>Juwawu ikarele hi kudula</i>	<i>Juwawu akarele hi kukandza</i>

⁵ Aqui, a unidade lexical 'chapa', refere-se ao meio de transporte de passageiros.

O cágado anda devagar	<i>Futsu yifambha hi kunonoka</i>	<i>Futsu yifambha kutsongwani-tsogwani</i>
O leão é muito perigoso quando está no mato	<i>Ngonyamu yileva ngovhu loko yihi khwatini</i>	<i>Nghala ya daya loku nayihi lomu khwatini</i>
O João irá à escola amanhã	<i>Juwawu itaya cikoleni mandziku</i>	<i>Juwawu utafambha cikoleni mandziku</i>
A Joana carregou um bidão de água	<i>Jowana irwele cigubhugubhu ca mati</i>	<i>Joana urwele thumbhu ga mati</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ao se deter nos fenômenos da língua que não são categóricos, ou seja, que se apresentam em variação, a sociolinguística variacionista identifica aqueles cuja variação é considerada instável, porque as diversas variantes da regra assumem valores sociossimbólicos distintos na comunidade. Algumas variantes são mais prestigiadas que outras. Nesses casos, entre as variantes que estão em competição, algumas acabam por prevalecer, enquanto outras tendem a desaparecer (Bortoni-Ricardo, 2014). Em relação a este fenômeno, ainda que não constitua objecto central da pesquisa, durante o trabalho de campo, foi possível observar que o Cihlengwe (Massinga) apresenta o carácter valorativo uma vez comparado com o Cimhandla (Vilankulo).

4. Variações mais comuns entre o Cihlengwe e o Cimhandla

Visando descrever os factores que contribuem para a variação do Citshwa e as variantes mais comuns entre o Cihlengwe e o Cimhandla, os dados que seguem são analisados comparativamente entre as duas variantes na base dos dados gerados no campo. Porém, o estudo não abrange a totalidade do universo, por este motivo, definiu-se a amostra, que permitiu buscar dados relevantes para a análise do *corpus*, tendo em conta o tipo de problema envolvido, nomeadamente: variação fonético-fonológica, variação lexical e variação discursiva.

4.1. Variação fonético-fonológica

A variação fonético-fonológica pode afetar a pronúncia de certos sons e/ou palavras numa determinada língua. Na língua Citshwa, as diferenças na pronúncia de palavras são motivadas pela interferência do Português e de outras línguas bantu acima descritas. Vejam-se os seguintes exemplos:

3. Exemplos de variação fonético-fonológica do Cihlengwe e do Cimhandla:

- a) *Jowana irwele cigubhugubhu ca..* (Cihle) [ir^wele] ‘A Joana carregou o...’
- b) *Jowana urwele thumbhu ga mati.* (Cimh) [ur^wele] ‘A Joana carregou o...’
- c) *Kubzala* (Cihle) [kubzala] ‘semear’

d) *kubzwala* (Cimh) [kubz^wala] ‘semear’

Note-se que em a), no verbo ‘carregar’, os falantes de Cihlengwe, na terceira pessoa, do passado simples, a marca do sujeito é expressa pela vogal [-rec; +alt]. Em contrapartida, em b), na variante Cimhandla, é a vogal [+rec; +alt] que expressa a marca do sujeito. Além disso, para os falantes do Cihlengwe, bidão de água é *cigubhugubhu*, enquanto para os falantes de Cimhandla é *thumbhu*.

Em c), para o verbo semear, os falantes de Cihlengwe usam a consoante africada [bz] contrariamente a d), em que os falantes de Cimhandla usam a mesma consoante, todavia, com um ligeiro arredondamento dos lábios devido à inserção da semivogal [+rec; +alt].

4.2. Variação lexical

“A mudança linguística pode dar-se em qualquer nível, na fonologia, na morfossintaxe, no léxico etc. É justamente no léxico que ela se torna mais perceptível pelos usuários” (Bartoni-Ricardo, 2014, p. 61). Assim, na variação lexical, as palavras são escritas de formas diferentes, mas que apresentam o mesmo significado, como se pode ver nos dados seguintes:

4. Exemplos de variação lexical do Cihlengwe e do Cimhandla:

Tabela 2: Dados do inquérito gerados na Massinga e Vilankulo

VARIANTE CIHLENGWE		VARIANTE CIMHANDLA	
<i>Sangu</i>	Esteira	<i>Citheve</i>	Esteira
<i>Lihlelu</i>	Peneira	<i>M'badi</i>	Peneira
<i>Nhondzo</i>	Irmão mais velho	<i>Nivanji</i>	Irmão mais velho
<i>Chapu</i>	Machado	<i>Bhewula</i> ,	Machado
<i>Kupswala</i>	Dar à luz	<i>Kuphuluka</i>	Dar à luz
<i>Kundakaja</i>	Animar	<i>Kunandziha</i>	Animar
<i>Cikhovha</i>	Mocho	<i>Khuhunhu</i>	Mocho
<i>Nghonyamu</i>	Leão	<i>Ngala</i>	Leão
<i>Cigubhugubhu</i>	Bidão de água	<i>Thumbhu</i>	Bidão de água
<i>Nyiwani</i>	Novo	<i>Yiswa</i>	Novo

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Com base nos dados acima, pode-se perceber que a língua constitui uma entidade abstrata, um sistema heterogêneo (Labov, 1972). Com esta amostra, é possível concluir que os falantes do Cihlengwe e do Cimhandla usam unidades lexicais diferentes para se referir a um mesmo significado/objeto, fato que fundamenta o caráter dinâmico do sistema linguístico.

Através dos dados, há que se assumir que a língua varia em qualquer nível que seja. Como fundamenta Viotti (2013), a língua constitui um sistema complexo, dinâmico e adaptativo. O sistema está sempre em movimento em todos os níveis e entre níveis, num processo constante de auto-organização. A mudança é, então, considerada como inerente ao sistema linguístico. Não há como concebê-lo, em qualquer nível que seja, sem ela.

4.3. Variação discursiva

No âmbito da sociolinguística variacionista, o termo discurso tem sido utilizado com diferentes acepções: pode-se referir à organização da linguagem acima da frase remetendo à ideia de texto, e/ou pode remeter ao uso linguístico na interacção, envolvendo também aspectos pragmáticos. Entende-se, pois, por variação discursiva, o “processo que envolve fenómenos variáveis no nível discursivo tomados como objecto de análise, bem como condicionamentos de natureza discursiva” (Görski & Valle, 2016, p. 81). Com base nos dados do estudo, a seguir procede-se à exemplificação da variação discursiva. Vejam-se os dados que seguem:

5. Exemplos de variação discursiva do Cihlengwe e do Cimhandla:

- | | | |
|------------------------------|---------|---------------------------------|
| a) <i>Inaloyi i nhondzo.</i> | (Cihle) | ‘este jovem come muito’ |
| b) <i>Kunu zweee.</i> | (Cihle) | ‘está um silêncio total’ |
| c) <i>kunu hwiii.</i> | (Cimh) | ‘está um silêncio, muito calmo’ |

Conforme os dados, a variação discursiva centra-se no nível do discurso ou da fala. Esta variação é visível quando falantes que estão em contexto diferentes, com o mesmo recurso linguístico, no seu discurso, apresentam traços linguísticos diferentes de outros falantes. Importa referir que as variações ao nível discursivo não são visíveis na escrita, ou seja, esta variação é diferente da variação lexical.

Entretanto, decorrente dos 3 tipos de variação selecionados para o estudo, os dados mostram que o Citshwa está a sofrer o processo de mudança linguística. Um dos argumentos que fundamenta este estudo é carácter heterogêneo, dinâmico e complexo dos sistemas linguísticos. As realizações (lexicais, fonético-fonológicas e discursivas) caracterizam cada comunidade linguística falante do Citshwa, ou seja, conforme Viotti (2013), cada comunidade é única, no sentido de que cada uma é fruto de suas próprias e únicas histórias.

Considerações finais

A língua Citshwa varia sob ponto de vista do contexto em que é falada. Com isto, se compreende que cada comunidade falante desta língua possui seus traços linguísticos típicos que se diferem doutras comunidades. Com base nos dados da pesquisa, constatou-se que são comuns as variações desta língua a nível fonético-fonológico, morfossintático e lexical.

O estudo mostrou ainda que as variações são importantes, à medida que contribuem para o desenvolvimento das línguas, contribuindo, dessa forma, para o processo de mudança linguística.

No que diz respeito aos fatores, o estudo provou que a variação do Citshwa é, sobretudo, condicionada por fatores de ordem linguística (contacto de línguas, interferências de outras línguas) e extralinguística (sociais, localização geográfica do distrito de Vilankulo e Massinga).

Assim, é importante que comunidade Tshwa compreenda as diferenças relacionadas com a identidade, que é o modo como as pessoas falam, identificando-se de acordo com a sua região. No geral, as variações possibilitam o desenvolvimento de uma determinada língua e devem ser encaradas numa dimensão 'positivista', ou seja, não como 'erro'.



Referências

- Bagno, M.; Rangel, N. (2005). Tarefas da educação linguística no Brasil. **Rev. Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 63-81.
- Bartoni-Ricardo, S. M. (2014). **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Editora Contexto.
- Becker, F. (1994). Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. **Revista Educação e Realidade**, v. 19, n. 1, p. 32-42.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2004). **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial.
- Carvalho, J. E. (2009). **Metodologia do trabalho científico: saber fazer da investigação para dissertações**. 2.ed. Lisboa: Editora Escolar.
- Cezario, M. M.; Votre, S. (2008). Sociolinguística. In: Martelota, M. E. (Org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Editora Contexto, p. 142-154.
- Coan, M.; Freitag, R. M. (2010). Sociolinguística variacionista: pressupostos teórico-metodológicos e propostas de ensino. **Revista Electrónica de Linguística**, v. 4, nº 2, p. 173-194.

- Correia, M.; Lemos, L. S. P. (2005). **Inovação Lexical em Português**. Lisboa: Edições Colibri.
- De Deus, V. G; Machado, D. M. (2010). **Linguística: estudo e ensino**. Universidade Tiradentes (UNIT): NEAD.
- De Saussure, F. (2006). **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix.
- Firmino, G. (2006). **A Questão Linguística na África Pós-Colonial: O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique**. Maputo: Textos Editores.
- Gil. A. (2008). **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo.
- Gorski, E. M.; Coelho, I. L. (2009). Variação linguística e ensino de gramática. **Work. pap. linguíst.**, Florianópolis, v. 10, n.1, p. 73-91.
- Görski, E. M.; Valle, C. R. M. (2016). Variação discursiva: procedimentos metodológicos para delimitação do envelope de variação. In: Freitag, R.; Gorski, C. S.; Görski, E. M. (Org.). **Sociolinguística e a política linguística: olhares contemporâneos**. São Paulo: Blucher, p. 79-99.
- Gundane, L. (2019). Política linguística: educação inclusiva em contextos de diversidade linguística e cultural em Moçambique. **Revista científica da UEM: Série. Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 112-125.
- Guthrie, M. (1967/71). **The Classification of the Bantu Languages**. London: IAL.
- Hudson, R. A. (1980). **Sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019). **IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017: Resultados Definitivos – Moçambique**, Maputo: INE.
- Labov, W. (1972). **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2003). **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas
- Ludke, M.; André, M. E. (1988). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU.
- Mateus, M. H. M. et al. (2003). **Gramática Da Língua Portuguesa**. Lisboa: Ed. Caminho.
- May, T. (2004). **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3.ed. trad. Carlos Soares Porto Alegre: Artmed.
- Michel, M. H. (2005). **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas.

Lucerio Gundane, Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla

Ngunga, A. (2012). Interferências de Línguas Moçambicanas em Português falado Moçambique. **Revista Científica da UEM**, v. 1, n.1, p. 7-20.

Ngunga, A.; Faquir, O. (2011). **Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário**. Maputo: CEA – UEM.

Nhampoca, E. (2015). Ensino bilingue em Moçambique: introdução e percursos. **Work. Pap. Linguíst.**, nº. 16, v.2. Florianópolis, p. 82-100.

Ruiz, J. A. (2009). **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 6.ed. São Paulo: Atlas.

Salomão, A. C. (2011). Variação e mudança linguística: panorama e perspectivas da sociolinguística variacionista no Brasil. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 187-207.

Vergara, S. C. (2010). **Projectos e relatórios de pesquisa em administração**. 12.ed. São Paulo: Atlas.

Viotti, E. (2013). Mudança linguística. In: Fiorin, J. L. (Org.) **Linguística o que é isto?** São Paulo: Contexto, p. 137-79.



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): GUNDANE, Lucerio. Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.209-225, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Gundane, Lucerio. (jan./jun.2023). Variação do Citshwa: análise comparativa do Cihlengwe e Cimhandla. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 209-225.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Bissau em tradução: percalços e desafios de uma pesquisa em andamento

André Luiz Ramalho Aguiar *

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0001-6629-3385>

Resumo. O presente artigo é um recorte de treze meses de uma pesquisa desenvolvida em Bissau, capital da Guiné-Bissau, localizada na África Ocidental, sobre zona de tradução (SIMON, 2013) e espaço de tradução (CRONIN; SIMON 2014) em contextos transnacionais. A partir da busca pela compreensão dos efeitos causados pelas práticas de tradução em contextos multilíngues, multiculturais, multiétnicos e multirreligiosos, este texto apresenta os espaços de tradução de Bissau sob a ótica da história da tradução cultural com viés decolonial. A abordagem teórica em relação à tradução cultural é desenvolvida nas perspectivas de Simon (2008) e Pym (2017), destacando o embasamento conceitual da tradução cultural de Bhabha (2014). No que concerne à metodologia, a pesquisa concilia diferentes procedimentos de geração e coleta de dados alinhados à história oral, tomando como recorte espaço-temporal o espaço de tradução e o lugar de memória da “Praça dos Heróis Nacionais”, situada região central da capital, no período compreendido de fevereiro de 2021 a março de 2022. Sobre a metodologia em história oral, dialoguei com as perspectivas de Meihy (2011), Freitas (2006), Meihy e Ribeiro (2011) e Seawright (2017) a fim de tecer recursos necessários para definir os tipos de entrevistas e as etapas das entrevistas a serem cumpridas. Com o trabalho de campo, apresento alguns recortes de entrevistas fornecidas pelos nossos colaboradores de pesquisa, objetivando descrever o quão o conceito de tradução cultural só faz sentido quando as diferenças culturais e os múltiplos processos de negociações são discutidos. Concluindo, apresento os principais percalços e desafios encontrados durante a implementação da pesquisa em Bissau, capital transcultural do Ocidente da África.

Palavras-chave: Cidade em tradução; Tradução cultural; Espaço de tradução; Multilinguismo; Sherry Simon.

Bissau in translation: Mishaps and challenges of an ongoing research

Abstract The present article is a thirteen-month extract of a research developed in Bissau, capital of Guinea-Bissau, located in West Africa, about translation zone (SIMON, 2013) and translation space (CRONIN; SIMON 2014) in transnational contexts. Based on the search for understanding the effects caused by translation practices in multilingual, multicultural, multiethnic and multireligious contexts, this text presents the translation spaces of Bissau from the perspective of the history of cultural translation with a decolonial bias. The theoretical approach to cultural translation is developed from the perspectives of Simon (2008) and Pym (2017), highlighting the conceptual basis of cultural translation by Bhabha (2014). Regarding the methodology, the research conciliates different procedures of data generation and collection aligned with oral history, taking as a space-time cutout the space of translation and the place of memory of the "National Heroes' Square", located in the central region of the capital, in the period from February 2021 to March 2022. About the methodology in oral history, I dialogued with the perspectives of Meihy (2011), Freitas (2006), Meihy and Ribeiro (2011) and Seawright (2017) in order to weave resources necessary to define the types of interviews and the stages of the interviews to be fulfilled. With the

* Professor Adjunto 1 de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua (PLE-PL2), do Departamento de Estudos Brasileiros na Hankuk University of Foreign Studies e pesquisador nas áreas de Linguística Aplicada, Políticas Linguísticas e História da Tradução, com ênfase em formação de formadores, estudos interculturais, oralidades e fronteiras. Licenciado em Língua Portuguesa Não-Materna pela Universidade de Nantes, possui mestrado em Letras, com ênfase em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusófona pela Universidade de Paris III/Sorbonne-Nouvelle e doutorado em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina. Desde 2022, participa do Observatório de Português Língua Estrangeira/Segunda Língua (ObsPLE-PL2), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: aramalho2011@gmail.com

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento fieldwork, I present some interview clippings provided by our research collaborators, aiming to describe how the concept of cultural translation only makes sense when cultural differences and multiple processes of negotiations are discussed. In conclusion, I present the main mishaps and challenges encountered during the implementation of the research in Bissau, the cross-cultural capital of West Africa.

Keywords: City in Translation; Cultural Translation; Translation Space; Multilingualism; Sherry Simon.

Fassi traduson na Bissau: canseras e dificuldades na fassi es tarbadju

Rusumo: Es tarbadju i parte de pesquisa ku fassidu durante 13 mes na Bissau, praça/centro de Guiné-Bissau. Tarbadju na fala de Zona traduson (SIMON, 2013) i espaço de traduson (CRONIN; SIMON 2014) na manga de manera. Pa pudi ntindi ke ku ta aconteci ora ku na fassi traduson na um kau nde ki ten manga de línguas, culturas i religion. Li no na tissi espaço de traduson de Bissau, na sentidu de historia de traduson ki na fassidu na bas de no culturas. Pa kila, no na bim segui kil ku Simon (2008) e Pym (2017), ku Bhabha (2014), falanu. Pa fassi es tarbadju, no ianda manga de caminho pa no pudi iangassa informason ku no misti, sobre historia ki ta kontado de boka pa boka, ki ka iscribido i no tene suma parte ou kau nde ku es tarabadju sta na fassidu (de espaço-temporal o espaço de tradução e o lugar de memória) e na “Praça dos Heróis Nacionais”, na espasu de tempu de fevereiro de 2021 pa março de 2022. Pa no pudi sibi ke ku história oral, no papia e no segui memu caminhos ku Meihy (2011), Freitas (2006), Meihy e Ribeiro (2011) e Seawright (2017), des manera no na sibi kal tipo de entrevista ku dibidi fassidu e kuma ki dibidi fassidu. Na tissi un parte de kil ku papiadu pa djintis ku na entrevista, a partir de fala de es djintis no na ntindi como ku conceito de traduson ta fassi sentidu ora ten ntindimento ora ku diferentis culturas djunta. Pa kabanta, na mostra bos kal ki cansera ki tem kontra es tarbadju na fassidu na Guiné-Bissau, na praça nde ki tem manga de culturas.

Palabra chabi: Cidadã na tradison; tradison di cultura; lugar troca; manga di lincua; Sherry Simon

1. Palavras iniciais

Localizada na costa oeste da Guiné-Bissau, Bissau está às margens do Rio Geba, próximo do Oceano Atlântico. Denominada de Setor Autônomo de Bissau (SAB), é a capital e maior cidade do país, constituída de uma população que mescla migrantes nacionais e internacionais oriundos de diversas etnias e nacionalidades, conforme descreve os dados do Instituto de Pesquisa e Estatística (INE, 2009). Dito isso, pode-se afirmar que Bissau apresenta uma paisagem urbana decorrente dos movimentos migratórios das últimas décadas. A conjunções de povos, línguas faladas e culturas transnacionais conduziram a uma comunhão de vozes, saberes e representações simbólicas, fato compreendido por Sherry Simon (2012, p. 126) como o “espírito urbano” em contexto multilíngue.

Visto deste prisma, Bissau é uma cidade multilíngue. O multilinguismo é observado na circulação das línguas através das conversas cotidianas de seus moradores, das publicidades estampadas nas paredes, das instituições não governamentais presentes, dos nomes de praças, ruas e comércios, das arquiteturas de suas igrejas e da

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento mestiçagem de sua gente. Entretanto, Bissau “não é apenas multilíngue: é transnacional” (SIMON, 2012, p. 126). A respeito da cidade transnacional, a Simon sinaliza o seguinte:

[...] é um espaço de maior conscientização da linguagem, onde as trocas são aceleradas ou bloqueadas, facilitadas ou forçadas, questionadas e criticadas. A cidade transnacional é, claro, uma cidade multilíngue, mas vista da perspectiva do movimento e da textura na vida da linguagem urbana (SIMON, 2016, p. 16).

Conforme observado no recorte acima, a cidade transnacional e multilíngue promove uma reflexão em torno do uso territorial e linguístico dos espaços urbanos. No entanto, a simples discussão dessa temática não implica o reconhecimento dos direitos linguísticos de todas as línguas que circulam na cidade. O direito linguístico é alcançado na medida em que as línguas da cidade participam nas conversas cotidianas relacionadas à cidadania cultural. Para Simon, “a cidadania requer, em primeiro lugar, o envolvimento com outras pessoas na criação de espaços sociais compartilhados. Para que as línguas não oficiais tenham direito à expressão, elas devem ser traduzidas para a língua oficial” (SIMON, 2012, p. 127).

Partindo da perspectiva descrita por Simon, o presente artigo pretende discutir, através dos resultados de uma pesquisa científica em andamento, de que forma as línguas dialogam, interagem e produzem práticas de tradução nos espaços urbanos de Bissau. Em vista disso, a pergunta que norteia a realização da pesquisa é a seguinte: De que forma os espaços de tradução em Bissau registram/registraram pistas e/ou indícios de traduções culturais preponderantes para reinterpretar as memórias daqueles sujeitos e/ou entidades que contribuem/contribuíram para reavivar uma história de tradução na cidade? Esta pergunta é o eixo central que permite tecer os argumentos apresentados no percurso investigativo deste trabalho, tendo em vista que as conexões metafóricas tecidas entre o espaço, a linguagem e a memória estão em si refletidas na História da Tradução que circulam as paisagens urbanas de Bissau e representadas nas narrativas de quem explora cotidianamente os espaços multilíngues, multiculturais, multiétnicos e multirreligiosos que constituem a capital do país.

Assim, o eixo central deste artigo está na questão do espaço material da tradução, particularmente a espacialidade do ambiente urbano visto como espaço de tradução e lugar de memória. Desta maneira, o objetivo geral deste artigo é apresentar um balanço parcial da pesquisa científica desenvolvida na Universidade Lusófona da Guiné (ULG) sobre “Bissau em tradução”. Para isto, apresento alguns resultados obtidos com o mapeamento linguístico proposto pela ULG em novembro de 2020, cuja parte do objetivo

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento esteve relacionado à definição dos espaços de tradução existentes em Bissau. Sendo assim, proponho como objetivos específicos deste artigo discutir os conceitos de zona de tradução (SIMON, 2013), espaço de tradução (CRONIN; SIMON 2014) e tradução cultural (BHABHA, 2010); analisar a “Praça dos Heróis Nacionais” enquanto espaço de tradução; e descrever alguns percalços e desafios encontrados nas primeiras etapas da pesquisa, ocorridas de fevereiro de 2021 a março de 2022.

Tendo em vista o contexto histórico internacional com o qual vivemos, motivado pela crescente interdependência entre estados além dos eixos tradicionais de influência que floresceram em torno do termo globalização, o fenômeno da migração tornou-se cada vez mais acentuado, aumentando o fluxo de migrantes nas grandes cidades, ocasionando maior diversidade, transferência e circulação de línguas em contextos urbanos. No caso específico deste artigo, este fenômeno promoveu a interação de linguagem, espaço e memória, permitindo assim reescrever a história da “Praça dos Heróis Nacionais” de Bissau a partir de uma perspectiva espacial da cidade, onde diferentes linguagens histórico-culturais transculturais estão presentes.

Portanto, o presente artigo se justifica pelo fato de trazer ao público interessado nos estudos sobre espaços urbanos uma reflexão sobre a cidade como um lugar de enunciação, a espacialidade dela como objeto de pesquisa e a tradução como um lugar intermediário para reescrever sua história cultural a partir de olhares epistemológicos pós-coloniais. Sendo assim, a pesquisa em curso se torna relevante à medida em que se evidencia a concepção histórico-sociocultural dos espaços de tradução e dos lugares de memória de Bissau, levando em conta seu contexto identitário e transcultural.

No que concerne à metodologia, a pesquisa concilia diferentes procedimentos de geração e coleta de dados alinhados à história oral, tomando como recorte espaço-temporal, o espaço de tradução e o lugar de memória da “Praça dos Heróis Nacionais”, situada na região central da capital, no período compreendido de fevereiro de 2021 a março de 2022. Dito isto, a utilização da metodologia em história oral me permitiu construir o *corpus* documental da pesquisa a partir da noção fundamental da “documentação viva” (SEAWRIGHT, 2017). É, portanto, essa “documentação viva” que “faz parte da história das memórias individuais, compartilhadas e de relações” (AGUIAR, 2021, p. 102). Assim, compõem as narrativas dos colaboradores de pesquisa a fim de tecer uma rede de conexões transversais entre o *corpus* da entrevista, registros documentais e fotográficos, sempre os atravessando e conectando-os.

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento

Durante a elaboração da proposta de pesquisa, propus um cronograma de trabalho que contemplasse o mapeamento dos espaços de tradução, dos lugares de memórias da cidade e das etapas de execução das entrevistas, definidas como pré-entrevista, entrevista e pós-entrevista. Na pré-entrevista, defini uma dinâmica em que pudesse considerar uma etapa de preparação do terreno com a qual tivéssemos os primeiros contatos com os colaboradores da pesquisa e pudéssemos explicar o que consistia o projeto e a relevância da participação deles no processo. Sobre as entrevistas, elaborei as fichas de entrevistas, os roteiros gerais e individuais das entrevistas, e a partir do perfil dos colaboradores de pesquisa, decidi trabalhar com dois tipos de entrevistas: a tradição oral e a trajetória de vida. Com o registro das entrevistas, a pós-entrevista se concentrou na passagem do estado oral para o estado escrito através dos procedimentos de transcrição, textualização e transcrição das entrevistas.

No que se refere à estrutura deste artigo, o caráter diacrônico do estudo permite que a escrita se dê de forma horizontal. Sendo assim, apresento a introdução do artigo com seu tema central, tento situar o contexto, delimito o tema, descrevo os objetivos gerais e específicos, enuncio a metodologia e a estrutura do trabalho. Em seguida, discuto os conceitos de zona de tradução, espaço de tradução e tradução cultural, com ênfase nas categorias “tradução como violência e coerção do espaço urbano” e “tradução cultural como rasgo de trajetória de vida”, para analisar a “Praça dos Heróis Nacionais” enquanto espaço de tradução. Por último, trago, nas conclusões finais, alguns percalços e desafios encontrados durante a execução das primeiras etapas desta pesquisa em andamento.

2. Bissau como Zona de Tradução: cenas transnacionais em contextos culturais urbanos

Trazer ao debate o uso da tradução para refletir as transações linguísticas que ocorrem nos espaços urbanos de Bissau significa remeter à ideia de zona de tradução. O conceito de Zona de Tradução foi desenvolvido por analogia com o impactante conceito de zona de contato, de Mary Louise Pratt. Em *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação* (1999), Pratt definiu o conceito de zona de contato como “os espaços sociais onde as culturas se encontram, se chocam e se enfrentam, geralmente em relações de poder altamente assimétricas, como o colonialismo e a escravidão” (PRATT, 1999, p. 87). O conceito proposto por Pratt é compreendido aqui como sinônimo de fronteira cultural. Neste sentido, ele estará associado às dimensões interativas dos encontros coloniais, questionando “como os sujeitos coloniais são constituídos nas e

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder” (MACHADO, 2000, p. 283). Sendo assim, as concepções sobre deslocamentos, interações e contatos descritos minuciosamente na obra de Pratt serviram como impulso teórico-metodológico para a autora correlacionar a literatura de viagem com a tradução, e a tradução, por tratar-se de uma das maiores atividades na zona de contato, beneficiou-se com o conceito de Pratt ao estabelecer novas conexões transdisciplinares. Em 2006, a pesquisadora Emily Apter retoma o conceito zona de contato (PRATT, 1999) para introduzir o termo zona de tradução, vinculando o conceito e sua importância aos estudos da Literatura Comparada. Para Apter, a noção de “zona de tradução” é definida nos seguintes termos:

Amplamente concebida [...], a zona de tradução aplica-se a comunidades de línguas da diáspora, a esferas públicas de impressão e mídia, a instituições de governamentalidade e de decisão de políticas de língua, atos de guerra, e a teorias literárias com particular relevância para a história e o futuro da literatura comparada (APTER, 2006, p. 6).

A proposta conceitual de Apter (2006) traz à discussão uma reflexão entorno do engajamento das instituições públicas e privadas no que se refere à promoção de política linguística e de tradução, estas que permitam reconhecer o grau de importância tanto das línguas tradutoras quanto das línguas traduzidas, constituindo práticas de hibridismos e crioulização vinculadas à tradução polimorfa, característica de ambientes linguísticos em contextos interativos das relações transnacionais, conforme veremos mais adiante. Com a perspectiva de Apter, as fronteiras tornaram-se flexíveis, podendo “imaginar uma topografia intelectual abrangente, uma zona de engajamento crítico que não se restringe aos limites da nação nem uma condição amorfa associada ao pós-nacionalismo, mas uma zona de envolvimento crítico que conecta o ‘l’ e o ‘n’ de tradução (transLation) e transNação” (APTER, 2006, p. 5).

Em 2013, a canadense Sherry Simon, no artigo *Zona de Tradução*, retoma o conceito de Apter (2006) para dialogar com a pesquisa que vinha desenvolvendo sobre a interação dos espaços urbanos com os processos de tradução nas cidades de Calcutá, Trieste, Barcelona e Montreal. Para Simon:

Zona de tradução refere-se a uma área de intensa interação entre línguas. As dimensões e a natureza dessa área podem variar consideravelmente: pode abranger uma grande extensão geográfica, como impérios multilíngues, como os impérios russo, habsburgo ou otomano, ou nações multilíngues, como a Índia; pode ser aplicado a transações fronteiriças específicas, como as da fronteira EUA-México; e pode se referir aos microespaços de cidades multilíngues (termos relacionados: espaço de

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento
tradução, área de tradução, zona de fronteira, região de fronteira) (SIMON,
2013, p. 181 *apud* AGUIAR, p. 88).

A concepção apresentada por Simon dialoga com a pesquisa em curso no sentido de compreender que a existência de uma zona de tradução está condicionada à lógica de territórios reticulares, à existência de um intenso tráfego de línguas, ao olhar crítico do observador sobre a extensão geográfica deste espaço, às distintas terminologias aplicadas ao termo e à condução de microespaços urbanos que direcionem a vários entre-lugares. No caso desta pesquisa, aproximo o conceito zona de tradução à dimensão macroespacial que compõe geograficamente o Setor Autônomo de Bissau (SAB). Dito isto, interessa-me descrever esse macroespaço enquanto território constituído por práticas tradutórias guiadas por migrantes que cruzaram as fronteiras nacionais rumo à Bissau, visto que este é um espaço único para a análise dos pontos de intersecção (ou transculturação) entre o local e global na produção de registro da vida cultural migratória em diálogo com os cosmopolitismos vernaculares.

Assim como Luanda, Maputo e Dakar, Bissau é vista como um macroespaço multilíngue, multicultural, multirreligioso e multiétnico majoritariamente urbano, onde a troca é acelerada ou bloqueada, facilitada ou forçada, questionada ou criticada a partir de suas distintas relações transnacionais. A seguir, proponho com as imagens registradas da cidade, uma descrição ainda que sucinta de Bissau enquanto zona de tradução.

Foto 1: Imagem aérea da Assembleia Nacional Popular, Bissau



Fonte: Albano Barai (março de 2020)¹

¹ Disponível em: <https://www.novafrica.co.ao/politica/guine-bissau-quando-e-que-esta-terra-arranca-video-sic-noticias/>. Acessado em 01 out. 2021.

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento

A Figura 1 se trata da sede da Assembleia Nacional Popular, inaugurada em 2005. É o principal órgão legislativo do país, responsável também pela fiscalização política do representante da população guineense. Está localizada no início do bairro Praça, espaço geopolítico estratégico onde se encontram as principais embaixadas e organismos não-governamentais internacionais. Além disso, é a principal via terrestre que conduz ao aeroporto Internacional Osvaldo Vieira. A Praça, na Figura 2, é a região central de Bissau. Mapeado como uma Zona de Tradução, a Praça é um dos destaques desta pesquisa por causa de seu fluxo de comércio formal e informal, como será exposto mais adiante neste texto.

Foto 2: Praça, região central de Bissau



Fonte: Dados da pesquisa(novembro, 2020)

Localizada na costa oeste da Guiné-Bissau, Bissau está às margens do Rio Geba, próximo do Oceano Atlântico. Denominada de Setor Autônomo de Bissau (SAB), Bissau é a capital do país e sua maior cidade. Constituída de uma população que mescla migrantes nacionais (49,1% da população) oriundos das oito regiões do território nacional e migrantes estrangeiros (2,6% da população) de nacionalidades distintas (INE, 2009), Bissau possui representações físicas simbólicas como o Mercado Bandim, a Assembleia Popular Nacional, a Praça dos Heróis Nacionais e outros locais de negociações linguísticas semelhantes à Praça, região localizada no centro da cidade. No que se refere à Praça, cabe fazer uma menção especial a este espaço. Situada na região central de Bissau, a Praça é ponto de interseção da cidade, onde a vida política, econômica e cultural da cidade se cruzam. Entre o Porto de Bissau e a Assembleia Nacional Popular, a

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento
Praça possui os principais bancos privados do país, sedes centrais dos institutos tecnológicos, universidades privadas, diversos ministérios públicos e bibliotecas privadas, além dos centros culturais internacionais, dos comércios formais e informais, das casas de shows, dos restaurantes nacionais e internacionais e um conjunto arquitetônico colonial, composto de praças públicas e igrejas diversas. Tais locais estão inseridos no conjunto geográfico da cidade e fazem parte da história cultural do país.

Os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) são questionados pela presente pesquisa por dois fatores explícitos detectados durante o trabalho de campo: 1. O Censo reflete a realidade populacional de 2009. Desde então, o instituto não promoveu ou atualizou os dados; 2. Com a implementação do Protocolo de Livre-Circulação dos Estados-Membros da União Africana (2018), migrantes oriundos de diversos países da África Ocidental se deslocaram para Guiné-Bissau, fugindo dos conflitos políticos ou buscando novas oportunidades de vida. Dos migrantes aqui entrevistados, alguns confidenciaram que adquiriram diretamente a nacionalidade guineense, e outros afirmaram que não possuem a documentação nacional. Desta maneira, há uma dificuldade por parte do Ministério do Interior de acompanhar a entrada, o pedido de visto e a permanência desses cidadãos em território guineense.

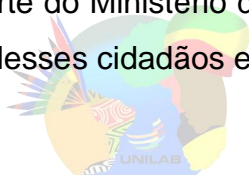


Foto 3a: Instituto Bissau Internacional **Foto 3b:** Hotel Hong –da –Centro de Bissau

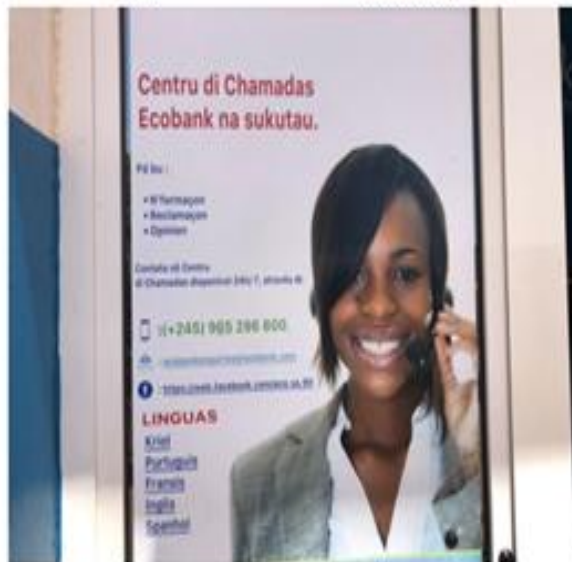


Fonte: Dados da pesquisa

Foto 3c: Entrada do Porto



Foto 3d: Publicidade do Ecobank



Fonte: Dados da pesquisa



A Praça possui um significado linguístico bem peculiar. Além de possuir a maior concentração de falantes da língua portuguesa do país (INE, 2019), é possível de observar a circulação do crioulo guineense (língua majoritária), o árabe, o inglês, o francês, o espanhol e o mandarim. Neste mosaico de línguas, encontra-se presente, ainda que minoritariamente, a língua híbrida *wolof* (mistura do francês com crioulo senegalês), pesquisada há algum tempo por Malherbe (1989). O multilinguismo está presente em todos os espaços de Bissau, configurando-se numa paisagem linguística representativa, conforme se percebe no registro da *Figura 3a*, representada pelo *Instituto Bissau Internacional Management and Technology School*, instituição de ensino privado cujo nome em língua inglesa é um *marketing* institucional para atrair estudantes. Ainda nesta linha de raciocínio, encontram-se diversos hotéis, restaurantes e bancos com nomes estrangeiros e sinalizados em línguas estrangeiras, como é o caso do Hotel Hongda, do Eco-Banco e da entrada do Porto de Pidjiguiti, registrados nas Figuras 3b, 3c e 3d. Segundo relatos dos nossos colaboradores de pesquisa, atribui-se os nomes e sinalizações em línguas estrangeiras à circulação de turistas estrangeiros na região. Tal

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento leitura é simplória e não leva em conta as relações de poder existentes nesses espaços, considerados elitizados pela maioria da população guineense.

Esses são espaços simbólicos e fisicamente carregados com a atividade de tradução, onde é possível ouvir, observar e analisar como as línguas circulam, disputam territórios e interagem, constituindo o que Michael Cronin e Sherry Simon (2014) definem como espaço de tradução. O espaço de tradução está no âmago das relações entre áreas e lugares da cidade, compreendidos por locais que proporcionam um compartilhamento de experiências humanas daqueles que circulam e interagem contidamente nos espaços públicos e privados de Bissau.

3. Bissau como espaço de tradução: cenas da vida cultural humana em contextos urbanos.

Conforme descrito até o momento, o conceito de espaço possui um grau significativo de relevância para esta pesquisa. No entanto, refletir o termo desde a ótica dos Estudos da Tradução preestabelece exercitar um diálogo multidisciplinar que envolve diversas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Além da proposta de Cronin e Simon (2014), procuro seguir as trilhas de Milton Santos (1978) e Lúcia Santaella (2007) no que tange a visão do espaço enquanto experiência humana. Nas palavras de Santaella:

O espaço que experienciamos [...], é o espaço do céu, ou do mar, ou da paisagem, ou da cidade vista de um edifício alto, o espaço construído das ruas, dos prédios vistos de fora ou experienciados no seu interior, o espaço dos mapas, dos planos, cosmografias e geometrias, espaços interestelares, o espaço possuído pelos objetos ou aclamados pelos países ou ainda o espaço devotado aos deuses. **Enfim**, o espaço nos parece de uma variedade de formas e de relações entre espaço e lugar, em que **os lugares não podem ser separados de seu contexto de experiência** (SANTAELLA, 2007, p. 164, grifos meus).

Levando em conta a concepção de Santaella, procuro relacionar as observações e análises dos espaços urbanos de Bissau a partir de uma leitura geográfica, porém condicionada às histórias culturais e de vidas que foram construídas a partir das diferenças, das assimetrias, das relações sociais e dos conflitos linguísticos existentes entorno desses espaços. Como bem recorda Milton Santos (1978, p. 122), “O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. Essa assimetria é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações cotidianas, tornando-se cada vez mais aguda em contextos espaciais como os de Bissau. Visto desta ótica, Cronin recorre ao conceito de zona de tradução em áreas fronteiriças e cidades

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento multilíngues para estender sua concepção espacial sobre o termo espaço de tradução. Conforme este autor:

Pensar na cidade como uma zona de tradução no contexto da globalização ajuda os estudiosos a refletir sobre como as cidades atualmente funcionam como **espaços de tradução**, como elas funcionaram dessa maneira no passado e como podem evoluir no futuro. A construção da cidade global como zona de tradução oferece, em termos conceituais, uma 'terceira via': por um lado, uma ideia da cidade como a coexistência de solidariedade linguística e, por outro, o paradigma de assimilação do "caldeirão" de hostilização das línguas dominantes (CRONIN, 2006, p. 68, *apud* AGUIAR, p. 91).

A percepção de espaços de tradução trazida por Cronin será ampliada posteriormente no artigo *A cidade como zona de tradução* (2014), publicado em parceria com Sherry Simon. Para os autores, o conceito *espaço de tradução* está relacionado aos "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, e lutam umas com as outras, por vezes em relações altamente assimétricas" (CRONIN; SIMON; 2014, p. 121). Neste viés, a tradução é enxergada como uma ferramenta dialógica de engajamento crítico destes espaços. Ao mesmo tempo, estes espaços são vistos sobretudo como algo situacional que se refere aos lugares geográficos que remetem a um produto cultural da própria história da cidade. Portanto, a concepção de espaço de tradução proposta nesta pesquisa se refere aos microespaços de Bissau onde há uma calorosa interação entre línguas que circulam, que são ouvidas e reconhecidas, porém que não necessariamente dialogam. Para que elas possam dialogar é preciso haver práticas de tradução, que elas sejam traduzidas. Visto desta forma, quando surgiu a proposta de pesquisar os espaços de tradução em Bissau?

Para responder a esta pergunta, recorro ao mês de outubro de 2020, quando cheguei à Bissau para assumir a vaga de leitor de língua portuguesa, cargo vinculado ao Programa de Leitorado Brasileiro do Ministério das Relações Exteriores. Naquele período, o Leitorado Brasileiro estava lotado na Universidade Lusófona da Guiné (ULG), maior instituição privada de ensino superior da Guiné-Bissau. Quando cheguei à ULG, tive a percepção de que estava num espaço de tradução (CRONIN; SIMON; 2014, p. 121, *apud* AGUIAR, 2021, p. 91). Visto desta forma, os primeiros seis meses de Leitorado me serviram para observar a circulação das línguas na ULG. Em seguida, o Núcleo de Língua Portuguesa, no qual eu estava vinculado e assumi a coordenação, elaborou um mapeamento linguístico da universidade. Partindo da pergunta "Que língua(s) materna(s) você fala?", detectamos a presença de 13 línguas na ULG: crioulo guineense; fula; balanta; mandinga; papel; mandjaku; bijagós; mancara; felupe; português; francês; inglês

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento e espanhol². Ainda que houvesse a circulação dessas línguas no espaço acadêmico, a língua crioula guineense prevalecia sobre as demais.

Ainda a respeito do instrumento aplicado no mapeamento linguístico da ULG, aproveitei a ocasião para acrescentar as seguintes perguntas: Quais são os três lugares de Bissau que você considera parte da história urbana da cidade? Quem são as três pessoas com quem você mantém contato mais frequentemente, fora as que vivem em sua casa, e que gostam de falar sobre os lugares e as histórias de Bissau? Embora os colaboradores de pesquisas fossem estudantes da ULG e os resultados não representassem uma porcentagem significativa dos moradores da capital, os números poderiam sustentar a hipótese de que Bissau é uma “zona de tradução” e, portanto, ela é constituída por diversos “espaços de tradução” a serem pesquisados. Dito isto, os resultados iniciais ofereceram um cenário marcado por espaços geográficos que dão origem a um tráfego linguístico intenso e são um produto da história da cidade de Bissau³. Dentre os espaços mapeados, cito: Mercado Bandim, Assembleia Nacional Popular, Praça dos Heróis Nacionais, antigo Cinema da União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB), Hotel Coimbra, Catedral Nossa Senhora da Candelária, Bissau Velho e Porto de Bissau.

Partindo do conceito enunciado sobre espaço de tradução, apresento a seguir um recorte de pesquisa sob a “Praça dos Heróis Nacionais”, fruto dos primeiros resultados analíticos do trabalho de campo, executado de fevereiro de 2021 a março de 2022. Durante este período, utilizei a metodologia da história oral para desenvolver a pesquisa baseado em entrevistas, documentos históricos e registros fotográficos coletados durante as primeiras etapas do trabalho. Tais instrumentos serviram para constituir o corpus da pesquisa e discutir as categorias de análise que posteriormente seriam incorporados na reinterpretação dos espaços que constituem a história cultural da cidade.

3.1. Praça dos heróis: a tradução como violência e coerção do espaço urbano

Localizada na parte central da cidade, a Praça dos Heróis Nacionais é o ponto de partida para quaisquer expressões ou manifestações de cunhos políticos, econômicos, religiosos, artísticos, educativos ou culturais de Bissau. Conforme observa-se na Figura 5

² Conforme descrito nas páginas iniciais deste artigo, o Instituto Nacional de Estatística (INE) registrou, no censo de 2009, a presença de 15 línguas faladas no território bissau-guineense, levando em conta as línguas enunciadas pelas etnias nacionais e a língua portuguesa, considerada a língua oficial do país.

³ Cabe ressaltar que os oito espaços apresentados neste artigo refletem os maiores números de entradas e registros citados pelos recenseados durante a aplicação do instrumento de pesquisa. Além destes espaços, foram citados mais 18 lugares com pouca incidência de registro, o que caracteriza uma baixa circulação de línguas.

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento (ESTÁCIO, 2011), a Praça dos Heróis Nacionais está inserida num espaço geográfico que constitui um conjunto de instituições públicas e privadas vinculadas historicamente ao poder político da Guiné-Bissau.

Foto 4: Praça dos Heróis nacionais



Fonte: Society for the promotion of Guinea Bissau

Foto 5: Descrição da praça dos Heróis Nacionais



Foto do livro "Guiné-Bissau", de Michel Renandeaux – Editions Ebroisite, que, com a devida vênica, reproduzimos.

Vista aérea e parcelar da cidade de Bissau, identificada de acordo com a numeração: (1) antiga Praça do Império; (2) edif. da antiga Associação Comercial e Industrial e Agrícola da Guiné que, após a independência da Guiné-Bissau, acolhe a sede do P.A.I.G.C.; (3) antigo Palácio e residência do Governador da Guiné; (4) edif. da antiga Biblioteca e Museu que, em 1991 acolhia o Ministério dos Negócios Estrangeiros da G-B e onde, em 2006, estava o Primeiro-ministro, donde ser conhecido por "Primaturo"; (5) edif. da TAP; (6) antiga Pastelaria Império; e (7) complexo da União Desportiva e Internacional de Bissau. No quadrado, a casa da "Nha Bjago", na antiga Av. Cinco de Junho, depois "Mouzinho de Albuquerque", mais tarde "Américo Tomás", aquando da visita do Presidente da República Américo Tomás²⁰⁶ e, desde 20.01.1975, Av. Pansau Na Isua.

Nota: A seta indica a referida "meia-água", já parcialmente destruída.

Fonte: Estácio (2011)

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento

Mas, afinal, de que forma a tradução é representada nesse espaço urbano regido pelo interesse político que visa apenas estreitar as relações de poder com as classes hegemonicamente dominantes da sociedade guineense? Neste contexto, os próprios nomes dados à praça refletem o poder da tradução como forma de violência e coerção, corroborando com o apagamento histórico e a mudança política imposta pelos poderes públicos e privados interessados na manutenção de um *status quo* hegemônico. A este respeito, Sherry Simon recorre às cidades da Europa Central onde os regimes políticos interviram durante décadas nos processos políticos e linguísticos da região, questionando o seguinte:

Que tipos de tradução são possíveis nos mundos linguísticos fragmentados das cidades da Europa Central? Para as cidades da Mitteleuropa, a tradução no século XX deve, antes de mais, ser identificada como uma forma de violência e coerção. Presas entre as forças opostas dos impérios soviético e alemão, as cidades da Europa Central foram sujeitas a sucessivas tomadas de controle, e o conflito de ambas as guerras mundiais resultou em sofrimento e morte generalizados. A Segunda Guerra Mundial viu a extinção da cultura da língua iídiche na Europa Oriental. Os próprios nomes dessas cidades refletem o poder da tradução como apagamento e reforma (SIMON, 2012, p. 133, *apud* AGUIAR, p. 154).

Da mesma forma que sucedeu em alguns espaços de tradução da Europa Oriental após a segunda guerra mundial, a Praça dos Heróis Nacionais mudou duas vezes de nome entre 1934 e 2022. Batizada inicialmente como Praça do Império, o espaço fez parte de um conjunto de obras impulsionadas pelos lusitanos através do projeto “Na construção do Portugal além-mar”. De 1934 a 1970 foram construídas diversas praças e monumentos em Bissau, segundo dados disponibilizados pelo Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico (SIPA) do Ministério da Cultura de Portugal. No caso específico do nosso objeto de análise, a inauguração da Praça do Império esteve relacionada à construção do monumento comemorativo ao “Esforço da Raça”. Em 1934 foi o lançamento da primeira pedra de construção do monumento, projeto assinado pelo arquiteto Ponce de Castro, cuja cantaria foi enviada da cidade do Porto. A respeito deste monumento, *Society for the Promotion of Guinea Bissau* faz a seguinte descrição:

O monumento ao esforço da raça, foi inaugurado em 1941. Implantado na Praça do Império, a eixo e fronteiro ao palácio do governo, é uma obra de inspiração Arte Deco, com desenho invulgar e dimensão monumental de grande escala numa expressão geral densa e algo Neo barroca. Uma série de elementos curvilíneos, em pedra e cobre embutidos, simbolizando a epopeia das grandes navegações portuguesas, assente sobre uma Cruz de Cristo idealizada pelo engenheiro José Guedes Quinhones, autor do projeto urbanístico de Bissau e suportando frontalmente um elemento vertical, numa espécie de pilar celebrativo. Obra de autoria do arquiteto

Ponce de Castro, tendo os módulos de pedra sido trabalhados e enviados da cidade do Porto. Sete anos demorou a sua construção, desde o lançamento da primeira pedra em 1934, até à sua conclusão em 1941 (*Society for the Promotion of Guinea Bissau*, abril de 2022)

A partir de 1973, com a declaração de independência da Guiné-Bissau, diversas praças foram renomeadas ou destruídas. Diversos monumentos e estátuas portuguesas foram derrubadas e retiradas dos espaços públicos. Assim, a “Praça do Império” passou a se chamar “Praça dos Heróis Nacionais”, e o monumento “Esforço da Raça” foi renomeado para os “Heróis da Independência”, tendo sido o único monumento português que permaneceu quase intacto em Bissau, sendo incorporado apenas uma estrela como símbolo da luta pela independência. Cada mudança mencionada na toponímia da praça e do monumento representa uma transferência de poder político e linguístico, projetando uma visão histórica diferente para cada contexto em que as memórias se tornaram estratificadas, as línguas que circulavam acabaram sendo subjugadas às outras línguas e os lugares compartilhados pela população foram renomeados ou sujeitados a novas conversões linguísticas.

Quando me refiro que a tradução tem força de coerção é porque ela corrobora no sentido de apagar a escrita da histórica local, de limpar para fora, de rebatizar os espaços urbanos. Com o fim do domínio português, a principal praça de Bissau foi rebatizada de acordo ao novo período histórico, sendo que os antigos heróis nacionais portugueses foram desqualificados e substituídos, assim como novos ícones libertadores nacionais foram glorificados e perpetuados. Com o fim do domínio colonial, a “Praça dos Heróis Nacionais” foi recoberta por uma nova língua, de uma nova configuração identitária e política. Conforme veremos nas imagens a seguir, a praça se tornou um espaço de tradução em que pessoas de distintas etnias e nacionalidades intercambiam olhares e experiências, simultaneamente estabelecendo novas formas de políticas e de relações de poder.



Ainda que a sociedade guineense não tenha participado diretamente do processo que resultou na redefinição do nome do espaço público supracitado, recorrente de um novo modelo de poder político cada vez mais voltado para a imposição por parte dos agentes hegemônicos para com a sociedade civil, a população do Setor Autônomo de Bissau (SAB) se apropria de forma contínua da principal praça do país, transformando-a num lugar de memória (NORA, 1993).

Os registros fotográficos da Figura 5 dizem respeito ao dia 12 de maio de 2021, data comemorativa do *Eid al-Fitr*, primeiro dia do mês de Shawwal (Calendário Islâmico), que marca o fim do Ramadão (jejum de um mês) e o início de uma festa que quebra o jejum. Além das festas religiosas, a comunidade do SAB se reúne todos os fins de semanas e feriados nacionais no entorno da praça. Ali se encontra todas as etnias, se fala diversas línguas, se escuta distintos gêneros musicais africanos e se alimenta das barraquinhas dos vendedores ambulantes. Como bem salientam Nora (1993) e Le Goff (2008), o lugar de memória e a memória coletiva servem para a libertação e não para a servidão dos processos históricos e das construções identitárias. No caso da comunidade do SAB, ela tece sua memória cultural a cada encontro fincado nesse espaço de tradução. A este respeito, descrevo a seguir uma síntese das memórias de Demil, um *dila*⁴ que trabalha entorno da Praça dos Heróis Nacionais.

3.2. Praça dos Heróis Nacionais: tradução cultural como rasgo da trajetória de vida

A participação de Demil Sékou, guineense nascido na cidade de Gaouai, localizada na região norte de Guiné-Conacri, não foi por acaso. Retornando à abordagem

⁴ Palavra originária do crioulo guineense que se refere ao ambulante, pessoa que vende mercadorias perambulando pelas ruas dos setores urbanos e rurais de Guiné-Bissau.

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento metodológica utilizada nesta pesquisa, recorro ao resultado do mapeamento linguístico aplicado na ULG em novembro de 2020. Conforme descrevi no início deste artigo, introduzi a pergunta “Quem são as três pessoas com quem você mantém contato mais frequentemente, fora as que vivem em sua casa, e que gostam de falar sobre os lugares e as histórias de Bissau?” Esta pergunta acabou conectando a pesquisa a Demil, pois ele foi citado algumas vezes durante a coleta de dados. Além disso, o perfil do selecionado coincidia com o tipo de entrevista que utilizaríamos nesta etapa da pesquisa, a entrevista sobre a história da “trajetória de vida” dos colaboradores de pesquisa. Para Freitas:

As trajetórias de vida são depoimentos de história de vida mais sucintos e menos detalhados. A opção por essa modalidade de entrevista acontece quando o depoente dispõe de pouco tempo para a entrevista, mas o pesquisador considera importante para os objetivos da pesquisa recuperar sua trajetória de vida (FREITAS, 2006, p. 23).

Valendo-me do método etnográfico da observação participante científica, estive durante vários dias circulando, observando e interagindo com os vendedores de créditos de celulares que trabalham em frente à agência da telecomunicação Orange, situada na Praça dos Heróis Nacionais, a fim de conhecer Demil. Ainda que tivessem um lugar fixo para atender seus clientes, a maioria deles se movimenta entorno da praça em busca de pessoas que chegam de carro ou passam pela redondeza. Não é coincidência que eles se autodenominam os *dilas* da Orange. Dito isto, consegui conhecer o Demil no terceiro dia de emersão. A primeira interação que tivemos ocorreu de forma pouco harmoniosa. Comentei que gostaria de entrevistá-lo e a reação foi imediata: “O que você quer saber? Não tenho tempo! Se eu sair daqui, deixo de ganhar!” Ainda assim, acabou marcando um café para o fim da tarde.

Nos reunimos no dia 05 de março de 2021, por volta das 17 horas de Bissau, em um dos bancos da Praça dos Heróis Nacionais. Estava fazendo um fim de tarde agradável com um clima fresco, algo raro em Bissau. Naquele momento, conversamos sobre temas afins como profissão, futebol e música. Após o quebra-gelo, apresentei as linhas gerais do projeto, expliquei o grau de importância das narrativas produzidas por ele para o projeto e informei sobre a cessão dos direitos de entrevista. Após explanações e retiradas de dúvidas, apresentei o primeiro instrumento de trabalho aplicado aos colaboradores de pesquisa: a Ficha de Entrevista. Ao pedir para que ele preenchesse o documento, acabei sentido um incômodo por parte do Demil. Ainda que falasse um francês bem articulado, ele não sabia ler. Para mim, foi a primeira experiência vivenciada assim desde que comecei a trabalhar com pesquisa etnolinguística. Ao final, a situação não comprometeu o trabalho, pois a metodologia estava focada na narrativa. As fontes escritas serviriam para

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento enriquecer e contextualizar as análises histórico-culturais que são feitas durante os procedimentos metodológicos, ou seja, nas etapas de transcrição, textualização e transcrição das entrevistas.

No decorrer de 2 meses, tivemos 4 encontros formais, percorrendo 1 hora e 48 minutos de entrevistas gravadas na Praça do Heróis Nacionais e na Padaria do Império, localizada em frente à praça. Durante esse período utilizamos vários estímulos para o desenvolvimento da narrativa, pois o tempo de cada entrevista era curto e as condições de trabalho provocavam reflexões tenras sobre a condução da entrevista. Para Freitas (2006), uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes. O ritual inicial de nossa entrevista foi composto de momentos em que nos avaliávamos mutuamente, em que os olhares, os gestos, os movimentos, as reações, enfim, cada ação era observada e detectada por ambos. Por isso, os rituais de nossas entrevistas foram constituídos por uma relação humana com alto grau de alteridade e respeito.

Não obstante, a entrevista é um “ritual acadêmico - praticado interativamente entre narrador e narratário - no momento em que duas ou mais pessoas se dispõem a gravar aquilo que dizem” (SEAWRIGHT, 2017, p. 203). Em história oral, como bem descreveu Meihy, as “entrevistas demandam um cerimonial que, por simples que seja, transforma a situação de pesquisa em evento social, ainda que íntimo” (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 21). Neste sentido, retomei o método etnográfico de participação-observação para conduzir o ritual da entrevista com o Demil, seguindo os procedimentos preestabelecidos pela história oral, porém buscando uma aproximação cada vez maior com o perfil das pessoas com as quais o colaborador de pesquisa costuma lidar no dia a dia.

Foto 6: Demil em Gaouai, Cidade natal



Fonte: Arquivo pessoal

Na primeira entrevista, Demil trouxe uma caixinha com diversas fotos de seu registro pessoal. Dentre tantas, a imagem acima me chamou a atenção. Composta de um reagrupamento de fotos familiares, elas serviram como ponto de partida para gerar alguns estímulos a nossa interação. Perguntei quantos anos tinha naquele momento, se a menina era sua namorada e sua resposta fez menção à cultura muçulmana presente na prática de casamento precoce; mas, sem hesitar, Demil Sékou afirmou:

Sim, ela era a minha namora! Agora, minha esposa! Essas fotos representam três etapas diferentes da minha vida em Gaouai, minha cidade natal. Minha adolescência, minha primeira namorada e quando regressei, ano passado. À esquerda é uma foto tirada pelo meu irmão mais velho, Kone. Tinha doze anos e estava preparando o chá para meus avós. Vivíamos todos numa mesma casa! Éramos quinze pessoas, incluindo meus avós maternos, meus pais com quatro filhos e meus tios com seus 5 filhos. Éramos muito pobres, mas não passávamos fome! No quintal da casa, tínhamos plantações e galinhas. Duas vezes por semana, saíamos para pescar e irmos à mesquita. A situação piorou quando meu pai faleceu! Parece que a família se desintegrou! Meus tios se apropriaram de tudo que tínhamos e minha mãe ficou doente. Então, resolvi sair de casa e deixar Diarabi, a menina da foto. Ela foi concedida a mim quando eu tinha 14 anos.

Na religião islâmica, o casamento precoce faz parte de uma cultura enraizada no ceio da família, passado de geração para geração. No caso de famílias que residem nas zonas rurais, o fenômeno do casamento precoce e/ou forçado se acentua, segundo Ahmed (2010). No entanto, o ponto de análise da narrativa de Demil está focada composição de sua memória coletiva. Para Halbwachs (2013), a noção de memória está relacionada ao fenômeno coletivo, constituída socialmente a partir das relações estabelecidas entre indivíduos e grupos sociais. Neste sentido, o fenômeno da recordação e da localização das lembranças não pode ser percebido e analisado se não forem levados em consideração os contextos sociais que servem de base para a reconstrução

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento da memória. Assim, a memória de Demil não é nada mais do que a memória forçada pela vivência dele em diversos núcleos familiares ao mesmo tempo, gerando um conjunto de memórias coletivas na composição de sua própria história de vida.

Demil Sékou narrou que nasceu num povoado próximo à Kounsiteil, localizado na cidade de Gaouai, região norte da Guiné-Conacri. Durante a entrevista, ele continuou descrevendo alguns momentos de sua infância. Para ele, as lembranças vinham das brincadeiras com os primos e vizinhos e das primeiras lições na escola primária, onde falava com mais intensidade o francês: “quando tínhamos 7-9 anos, costumávamos sair bem cedo para a escola. Ali, a professora ensinava as palavras em francês, língua que usávamos no comércio e na mesquita. Aprendíamos o francês quando jogávamos e comíamos. Sempre quando vejo os legumes e as verduras me lembro das aulas de francês da profa. Marie. Em casa e com os colegas, falávamos bambara”. As palavras de Demil trazem rastros de suas memórias afetivas vinculadas não somente à imagem e ao texto, mas considerando outras percepções sensitivas como o olfato e o paladar. Eli Boscato comenta em seu blog, no artigo “O tempo e nossa memória sensorial” (2015), que ao comer alguma coisa e de repente lembrarmos que aquilo tem sabor de infância, sentimos um aroma e lembramos de um momento, de um lugar, de uma pessoa”. Neste sentido, os cheiros da infância parecem os mais marcantes. Hoje, Demil resgata a memória da língua bambara e a utiliza como recurso na Praça do Heróis Nacionais: “por falar bambara, alguns colegas das etnias mandinga e fula me procuram na praça para comprar meus créditos e trocar algumas palavras dos nossos ancestrais”. Como descreve Bergson (2008), nós só tomamos consciência dos mecanismos da experiência da memória no momento em que eles entram em jogo, no presente e com o olhar voltado para o futuro.

Foto 7: Demil em Bissau, cenas urbanas da vida de um migrante



Fonte: arquivo pessoal

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento

Ao refletir sobre o modo de vida na Guiné-Bissau e o processo de adaptação sociocultural, surgiu a oportunidade de conversar sobre questões migratórias. Perguntei quando ele chegou à Bissau e o motivo pelo qual ele escolheu o país. Demil Sékou respondeu desta forma:

Foi a melhor opção! Com a morte do meu pai, meus tios me tiraram da escola para trabalhar na lavoura. Comecei a trabalhar duro quando tinha 10 anos! Meus irmãos mais velhos tinham ido para o Senegal. Naquela época, não puderam me levar porque eu era muito pequeno. Quando completei 17 anos, resolvi sair de casa. Pensei de reencontrar meus irmãos, mas não tinha documento para chegar à Dakar. Então, aproveitei o contato que tinha com alguns caminhoneiros que trabalhavam fazendo a rota Gaouai-Bissau-Gaouai e resolvi pegar uma carona. A entrada na Guiné-Bissau foi bem mais fácil! Por isso, estou aqui desde junho de 2017.

A narrativa de Demil Sékou remete à concepção clássica de um migrante em busca de oportunidade e melhor condição de vida. Ao confrontar-me com a história de vida do Demil, recorro ao pensamento de Bhabha (2010) ao descrever as experiências vividas pelos personagens migrantes do romance *Os Versos Satânicos* (RUSHDIE, 1989), em que ao saírem do continente africano para o mundo ocidental deparavam-se com uma nova forma de ver, lidar e interagir com outras culturas. Bhabha enuncia o termo tradução cultural ao fazer referência ao mundo de experiências desses migrantes. No entanto, antes de contextualizar o mundo com o qual o migrante deve se confrontar no território estrangeiro, é válido refletir o processo que implica para os migrantes e refugiados serem permanentemente empurrados para além de sua zona de tradução, isto é, conduzidos por questões diversas para um não-território em que seus direitos humanos são aparentemente suspensos.

Ao narrar os primeiros meses em Bissau, Demil descreve: “cheguei direto ao Porto de Bissau. Lá, eu podia trabalhar na carga e descarga dos caminhos sem ser molestado, pois negociava diretamente com os caminhoneiros guineenses em francês ou bambara sem que eles exigissem os documentos”. Mapeado como um espaço de tradução, o Porto de Bissau é reconhecido na parte ocidental da África como a área portuária que possui as menores taxas alfandegárias da região, o que faz com que os países vizinhos prefiram enviar suas cargas a Bissau. Dito isto, o Porto de Bissau é visto aqui como um mosaico multilíngue. Além do crioulo guineense e das línguas africanas regionais, ouve-se o português, o francês, o inglês e o espanhol. Neste espaço, as relações de poder conduzem as histórias de vidas daqueles que circulam por lá. Vejamos a narrativa de Demil: “estava trabalhando no caminhão de um guineense quando fui apresentado ao senhor Francisco Cá. Ele tinha muito contato no Ministério do Interior e assim consegui

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento meu documento de identidade guineense. Com o documento, fiquei mais tranquilo e procurei novos ares”.

Há três anos Demil Sékou trabalha na Praça dos Heróis Nacionais vendendo créditos de celular. Neste espaço de tradução, ele adquiriu amizade e respeito dos colegas. Conforme percebe-se na foto à esquerda da Figura 7, os *dilas* usam a publicidade da Orange como ponto de referência para atrair seus clientes. A respeito da adaptação ao local, Demil descreve: “quando cheguei, fiz um esforço para aprender português, mas percebi que nenhum dos meus colegas falava essa língua. Então, uma cliente me convenceu que falar crioulo seria mais atraente para mim”. A coexistência de uma solidariedade linguística permitiu a Demil construir seu entrelugar (BHABHA, 2010). Na concepção de Pym, Bhabha constrói sua narrativa baseada em três alternativas possíveis: “ou o imigrante permanece o mesmo ao longo do processo, ou ele se integra à nova cultura. Ou um ou outro” (PYM, 2017, p. 267-8). Para Demil, dominar línguas-culturas é um ato de sobrevivência, é construir um entrelugar que congrega diversos seguimentos socioculturais da cena urbana guineense. Como bem recorda Pym, ao trazer para a história de vida desse migrante o caráter intraduzível das traduções, o que antes era um ponto de resistência, uma negação de integração total e um desejo de sobrevivência, hoje se transforma no encontro com sua própria subjetividade (PYM, 2017).

Por fim, na tradução cultural proposta por Bhabha, a cultura passa a ser vista como algo aberto, dinâmico, flexível, heterogêneo, performático e híbrido, em que a “estratégia de sobrevivência é tanto transnacional como tradutória” (BHABHA, 2010, p. 241). Segundo Souza, “é transnacional porque carrega as marcas de diversas experiências e memórias de deslocamentos de origem. É tradutória porque exige uma resignificação dos símbolos culturais tradicionais – como literatura, arte, música, rituais etc. [...]” (SOUZA, 2004, p. 125). Quando Bhabha, portanto, evoca uma cultura transnacional, ele está se referindo a um local de criação cultural (SIMON, 1995) onde o espaço de negociação define a subjetividade, o entrelugar, o performático e o transnacional.

Conclusão

Com o intuito de alargar o campo de debate proposto por Simon (2013) e Cronin & Simon (2014), este texto apresentou um recorte da pesquisa científica iniciada em fevereiro de 2021 na ULG. O contexto multilíngue, multicultural, multirreligioso e multiétnico pesquisado permitiu-me analisar como as relações linguísticas estabelecidas

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento nesses espaços de tradução desenvolveram significados históricos e culturais intensos e singulares. No entanto, alguns percalços e desafios foram apresentados no transcurso deste trabalho, conforme descrevo a seguir.

No que tange aos percalços, tínhamos um cronograma de trabalho que previa os seguintes passos: 1. Mapeamento dos espaços de tradução e lugares de memórias da cidade; 2. pré-entrevista (etapa de preparação do terreno na qual tivemos os primeiros contatos com os colaboradores da pesquisa; sucedeu a explicação do que consistia o projeto, explicou-se a relevância da participação dos colaboradores no processo, elaborou-se as fichas de entrevistas e os roteiros gerais e individuais das entrevistas); 3. entrevista; e 4. pós-entrevista. Deste cronograma, conseguimos avançar nas três primeiras etapas com apenas quatro colaboradores de pesquisa, localizados nas seguintes zonas de tradução: Mercado Bandim, Praça dos Heróis Nacionais, antigo Cinema da União Desportiva Internacional de Bissau (UDIB) e o Hotel Coimbra.

Na primeira etapa da pesquisa, não tivemos tantos problemas, pois havia trazido o legado do trabalho implementado em Ciudad del Este, Paraguai. Assim, o desenho metodológico estava bem afinado com o contexto local e os espaços de tradução detectados estavam localizados na Praça, região central da capital, onde se concentra grande parte dos serviços comerciais e administrativos da cidade. A dificuldade surgiu na segunda etapa da pesquisa, justamente no momento de consolidar o grupo de trabalho de campo para iniciarmos as entrevistas, as pesquisas dos documentos históricos e os registros fotográficos. Ao contrário das universidades federais brasileiras, que contemplam ensino, pesquisa e extensão como filosofia educativa e institucional, na Guiné-Bissau as universidades se dedicam exclusivamente ao ensino. As pesquisas científicas são ações isoladas e financiadas por organismos internacionais. Neste sentido, o grupo de trabalho designado para desenvolver a segunda etapa da pesquisa, constituído por 3 professores de língua portuguesa, 2 professores de sociologia e 2 estudantes da ULG, acabou não oferecendo uma disponibilidade maior de tempo para executar todo o cronograma previsto. Surgiu, assim, a primeira grande debilidade do projeto: a falta de financiamento para cobrir os pró-labores da equipe de colaboradores locais.

Mas quais foram, afinal, os maiores desafios encontrados nesta etapa do trabalho? Além das dificuldades mencionadas anteriormente, detectamos que os 12 colaboradores da pesquisa comprometidos com o projeto utilizavam cinco línguas distintas: crioulo guineense, balanta, papel, português e francês. No entanto, o grupo de pesquisa havia se

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento resumido a mim e ao prof. Imelson Cá. Apesar de os 12 colaboradores falarem fluentemente o crioulo, tinham uma proficiência básica em português e, dependendo da origem, falavam as línguas de suas respectivas etnias. A partir deste cenário, decidimos entrevistar inicialmente os colaboradores para que pudéssemos fazer uma mediação linguística mais harmônica, levando em conta o domínio das línguas faladas tanto pelos colaboradores quanto pelos pesquisadores e procurando valorizar sempre os repertórios linguísticos trazidos pelos colaboradores durante as sessões de entrevistas. Resumindo, tivemos quatro entrevistas concedidas, sendo duas em crioulo, uma em papel e uma em francês.

Não obstante, o maior desafio encontrado para fazer o levantamento dos dados foi o processo de transcrição das entrevistas concedidas em línguas crioula, papel e francesa. Para montar esse quebra-cabeça, utilizamos os recursos linguísticos oferecidos por representantes da etnia papel e de imigrantes da Guiné-Conacri. Com as transcrições feitas, iniciamos os processos de textualização e transcrição das entrevistas, tendo optado pela língua portuguesa para transcrever os resultados, conforme observa-se nos recortes apresentados durante este artigo.

Concluo este artigo afirmando que os resultados parciais desta pesquisa conduzem à percepção que as práticas de tradução observadas durante o trabalho de campo puderam iluminar a natureza e os efeitos das interações linguísticas ao trazer questões relacionadas aos processos de resistências e reivindicações sociais vinculadas a esses espaços urbanos. Desta maneira, confirma-se a hipótese de que a espacialidade do ambiente urbano de Bissau é vista como uma zona de encontro e conflito, de proximidade ou distanciamento, mediada pela interação sociocultural desta cidade africana.

Referências

- AGUIAR, André Luiz Ramalho. **Ciudad del Este em tradução: interseções de linguagens, espaços e histórias do tempo presente**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226971>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- AHMED, Leaque. **The Women of Islam**. Cambridge: W.E.B. Du Bois Institute, 2010.
- APTER, Emily. **The Translation Zone**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006. Disponível em: <doi: 10.1515/9781400841219>. Acesso em: 16 mai. 2019.

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento

BERGSON, Henri. **Matière et mémoire: essai sur la relation du corps à l'esprit**. Paris: Presses Universitaire de France, 2008.

BOSCATO, Eli. **Obvious**. 2015. Disponível em: <http://lounge.obviousmag.org/por_tras_do_espelho/2012/07/o-tempo-e-nossa-memoria-sensorial.html#ixzz3ijToUToe>. Acessado em: 20 jul. 2015.

BARAI, Albano. **Imagem aérea da Assembleia Nacional Popular**. 2020. Disponível em: <<https://www.novafrika.co.ao/politica/guine-bissau-quando-e-que-esta-terra-arranca-video-sic-noticias/>>. Acessado em 01 out. 2021.

BHABHA, Homi. K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2010

BHABHA, Homi. K. O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha. Tradução: Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília. n. 24, p. 34-41, 1996. Entrevista concedida a Jonathan Rutheford por Homi K. Bhabha.

CRONIN, Michael; SIMON, Sherry. Introduction: The city as translation zone. **Translation Studies**, v. 7, n. 2, p. 119–132, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14781700.2014.897641>>. Acesso em: 12 set. 2022.

DE MORAES, Marcelo Jacques. Sobre a violência da relação tradutória. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, v. 13, n. 19, p. 61–78, 2017. Disponível em: <<https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/271>>. Acesso em: 22 set. 2022.

ESTÁCIO, António Júlio. **Nha Bijagó Respeitada Personalidade da Sociedade Guineense (1871-1959)**. In: Revista Triplo V. Ates, Religiões e Ciências. Versão reduzida, 2011. p. 160 Disponível em: <http://www.triplov.com/guinea_bissau/antonio_julio_estacio/nha_bijago/nha_bijago.pdf>. Acessado em: 01 out. 2022.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2013.

Página estatísticas | INE. Disponível em: <<https://www.stat-guineebissau.com/>>. Acesso em: 12 set. 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira. Pratt, Mary Louise. Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 281-

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento 289, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2990.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2020.

MALHERBE, Michel. **Cheikh Sall: Parlons Wolof - Langue et culture**. L'Harmattan, Paris: France, 1989.

MEIHY, José Carlos Santos Sebe Bom. RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias**. São Paulo: Contexto, 2011.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 set. 2022.

PRATT, Marie Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Editora EDUSC, 1999.

Protocolo ao tratamento que estabelece a comunidade econômica africana em matéria de livre circulação de pessoas, direito de residência e direito de estabelecimento, adotada na **Trigésima Sessão Ordinária da Conferência dos Estados-Membros da União Africana**, realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 29 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://au.int/sites/default/files/treaties/36403-treaty-protocol_on_free_movement_of_persons_in_africa_p.pdf>. Acessado em: 01 de set. 2020.

PYM, Anthony. **Explorando as Teorias da Tradução**. Tradução de Rodrigo Borges de Faveri, Cláudia Borges de Faveri e Juliana Steil. São Paulo: Perspectiva, 2017.

RUSHDIE, Salman. **Os versos satânicos**. Tradução: Misael H. Dursan. São Paulo: Companhia de Bolso., 1989 [2008].

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978

SIMON, Sherry. **Cities in Translation: intersections of language and memory**. London: Routledge, 2012a.

SIMON, Sherry. La culture transnationale en question: visées de la traduction chez Homi Bhabha et Gayatri Spivak. **Revue Études françaises**, vol. 31, n° 3, p.43-57. Disponível em: < DOI: <https://doi.org/10.7202/035998ar>>. Acesso em 20 de abr. 2020.

André Luiz R. Aguiar, Bissau em tradução percalços e desafios de uma pesquisa em andamento
The Translational City - Spotlight On Language and the City. IJURR. Disponível em:
<<https://www.ijurr.org/spotlight-on/language-and-the-city/the-translational-city/>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

SIMON, Sherry. **Introduction.** In Simon, S., ed., **Speaking Memory: How Translation Shapes City Life.** Montreal: McGill-Queen's University Press, 2016.

SIMON, Sherry. **Villes en traduction: Calcutta, Trieste, Barcelone et Montréal.**

Tradução de Pierrot Lambert. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2013.

SOCIETY FOR THE PROMOTION OF GUINEA BISSAU. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/SocietyforthePromotionofGuineaBissau/>>. Acessado em: 01 out. 2022.

SOUZA, Lynn Mario Trindade Menezes de. Hibridismo e tradução cultural em Bhabha. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org). **Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 113-133.

SEAWRIGHT, Leandro Alonso. A entrevista sobre "Um passeio pela História Oral". **Café História:** 16 jan. 2017. Entrevista concedida a Bruno Leal. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/historia-oral-entrevista/>>. Acesso em 16 de set. 2020.



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): AGUIAR, André Luiz Ramalho. Bissau em tradução:percalços e desafios de uma pesquisa em andamento. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº 1, p.226-253, jan./jun. 2023.

Para citar este texto (APA): AGUIAR, André Luiz Ramalho. (Jan./jul.2021). Bissau em tradução:percalços e desafios de uma pesquisa em andamento. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.* São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 226-253.

O papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez

Tito Paulo da Costa Leveque*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-2785-4180>

Paulino Albino Machava**

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-9473-677X>

Resumo: Este artigo aborda sobre o papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez. A pesquisa procurou responder a seguinte pergunta: como é feita a supervisão pedagógica para promoção do desempenho dos estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas da Cidade de Montepuez? A fim de responder esta pergunta, foram avançados os seguintes objectivos: (i) relacionar o currículo de formação inicial dos professores com o desempenho dos estudantes estagiários nas escolas integradas; (ii) compreender a relevância da supervisão pedagógica no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes estagiários nas escolas integradas; (iii) descrever como é feita a supervisão pedagógica aos estudantes do ensino superior estagiários nas escolas integradas; e (iv) analisar as percepções da comunidade escolar sobre o contributo da supervisão pedagógica na formação dos estudantes do ensino superior estagiários nas escolas integradas. Quanto à metodologia, esta pesquisa é mista, aplicada e explicativa, de paradigma interpretativa e de estudo de caso. Esta pesquisa permitiu perceber-se a existência de compatibilidade entre a estrutura curricular de formação inicial de professores do ensino superior com a realidade dos estudantes estagiários nas escolas integradas; todos intervenientes do processo de estágio estão conscientes da pertinência do estágio e da supervisão pedagógica, contudo constatou-se a existência de muitas irregularidades na assistência às aulas dos estudantes estagiários por parte dos supervisores. Refira-se que a Supervisão Pedagógica é uma área considerada por muitos pesquisadores, como sendo espinha dorsal para a melhoria da qualidade de educação.

Palavras-chave: Supervisão Pedagógica; Estágio Pedagógico; Escola Integrada e Estudante estagiária.

The role of pedagogical supervision in promotion the performance of higher education trainee students in integrated schools: case of the X Secondary School in the City of Montepuez

Abstract: This article addresses the role pedagogical supervision in promotion the performance of higher education trainee students in integrated schools: case of the X Secondary School in the City of Montepuez. The survey sought to answer the following question: how does the pedagogical supervision carried out in one of the integrated schools in the city of Montepuez help in the efficient performance of trainee students in higher education? In order to answer this question, the following objectives were advanced: (i) relate the initial trader training to the performance of trainee student in integrated schools; (ii) understand the relevance of pedagogical supervision in the teaching and learning of trainee students in integrated schools; (iii) describe how the pedagogical supervision is made to trainee student of higher education in integrated schools; (iv) analyze the perceptions of

* Doutorando em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique, Faculdade de Educação e Comunicação e docente do curso de Licenciatura em Ensino de História na Universidade Rovuma de Moçambique, Extensão de Cabo Delgado. E-mail: titoleveque@gmail.com

** Doutorado em Ciências de Educação pela Universidade Católica Portuguesa e docente da Faculdade de Educação e Comunicação na Universidade Católica de Moçambique. E-mail: pmachava@ucm.ac.mz

the school community on the contribution of pedagogical supervision in the training of the students of higher education trainees in integrated school. As for the methodology, this research is mixed, applied and explanatory, interpretative paradigm and case study. This research allowed us to perceive the existence of compatibility between the curriculum structure of initial training of higher education teachers with the reality of trainee students in integrated schools; all participants in the traineeship process are aware of the relevance of the internship and the pedagogical supervision, but it was found that there are many irregularities in the assistance to the classes of trainee students by supervisors. It should be noted that pedagogical supervision is an area considered by many researchers as a backbone for improving the quality of education.

Keywords: pedagogical supervision; pedagogical traineeship; integrated school and trainee student.

Nteko wo uwehawehiya mananna cinvariyaaya nteko mmacikolani, upamkiye mmacikolani cootakanela coo pooma yoonttipwehi cinaakaviheraaya anamasoma icikola cuulupale woorya usomiha saana.

Othikilela (Macua-Metto): Ula mwahoola murwaaya uneera: Nteko wo uwehawehiya mananna cinvariyaaya nteko mmacikolani, upamkiye mmacikolani cootakanela coo pooma yoonttipwehi cinaakaviheraaya anamasoma icikola cuulupale woorya usomiha saana. Ila yoosomiyeela, yaapheela waakhula nna nikohonna: manannani uwehawehiya mananna cinvariyaaya nteko mmacikolani, upamkiye mmacikolani cootakanela coo pooma yoonttipwehi cinaakaviheraaya anamasoma icikola cuulupale woorya usomiha saana? Wiira naakhuliye nna nikohonna, cihuheleliya nya mipikanya: (i) ulikaaniha ikuriikulo invareliya nteko wiira apacerihiye utthenkaciya mapurusooore ni mananna cinsomihaaya mmacikolani ale anamasoma icikola cuulupale antthenkaciya wiira akhale mapurusooore; (ii) ucuweleeha ifayiti irinaaya uwehawehiya mananna cinvariyaaya nteko mmacikolani nhina usomihaniya ni wiitthuchaneyaya mmacikolani cootakaneela; (iii) uttonkaca mananna cinvariyaaya nteko wooweha-weha mananna cinsomihaaya anamasoma icikola cuulupale mmacikolani cootakaneela; (iv) uweheeha moopuwelelo aatthu ampanka mpantte ucikolani nhina ifayita irinaaya uweha-wehiya mananna cinsomihaaya anamasoma icikola cuulupale ni mananna iyo itthuwiiyo cinaakaviheraaya ale antthenkaciya woorya usomiha. Wiira worryanee uvariya ula ntekoola, anhala utthariya metodologia mararu: qualitativa, aplicada ni explicativa, ciicammo yakhalaka ootthaphuleliya maannaaya ile itthu insomiya. Ula ntekoola uhonikavihera ucuwela wiira ihavo itthu inlikana nhina mananna citthenkaciyaaya ikuriikulo invareliya nteko wiira apacerihiye utthenkaciya mapurusooore mmacikolani cuulupale ni ile insomihaniya mmacikolani cotakaneela. Ale ootthene ampanka mpantthe utthenkaciya wiira woorye usomihaniya anaacuwela wiira unlamuliya uweha-wehiya mananna cinsomihaaya anacikola antthenkaciya woorya usomiha, masi nihoonelela wiira ale yaalamuliya uweha-weha khanvara saana uyo ntekooyo. Unookhalaru commo, anamasoma enci anaahimya wiira uweha-wehiya mananna cinsomihaniyaaya unaakavihera venci wiira usomihaniya ukhale womaana ni wofayita.

Molumo anlamuliya ucuweliya saana: uweha-wehiya mananna cinvariyaaya nteko woosomihaniya; usomiha anacikola antthenkaciya wiira yooniye khampa ahoorya; icikola cotakaneela ni namasoma notthenkaciya woorya usomiha.

Considerações iniciais

A temática da Supervisão Pedagógica é uma das áreas mais pesquisadas e considerada por muitos autores como cruciais nas instituições de ensino, pois contribui para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem nessas instituições em todos os aspectos, permitindo a tomada de medidas de melhoramento e ou correctivas em momento oportuno. Esta tamanha importância da supervisão pedagógica é ainda mais

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. notória no processo de formação inicial dos professores nas instituições superiores, principalmente quando estas instituições submetem seus estudantes às escolas integradas para a realização do estágio pedagógico. Portanto, foi pensando nesta razão que este artigo tem como tema: “O papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de Estudantes Estagiários do Ensino Superior nas Escolas Integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez”.

O artigo tem como objectivo geral: analisar o contributo da supervisão pedagógica na promoção do desempenho dos estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas, e tem como objectivos específicos: (i) relacionar o currículo de formação inicial dos professores com o desempenho dos estudantes estagiários nas escolas integradas; (ii) compreender a relevância da supervisão pedagógica no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes estagiários nas escolas integradas; (iii) descrever como é feita a supervisão pedagógica aos estudantes do ensino superior estagiários nas escolas integradas e (iv) analisar as percepções da comunidade escolar sobre o contributo da supervisão pedagógica na formação dos estudantes do ensino superior estagiários nas escolas integradas.

A relevância deste artigo não é apenas pelo fato de o regulamento acadêmico das instituições superiores de formação inicial de professores determinarem que os estudantes dos cursos de ensino estejam submetidos a um estágio supervisionado nas escolas integradas no seu último ano de formação durante um período de três meses, mas também pelo fato de durante os últimos anos constatar-se de forma frequente queixas por parte de estudantes estagiários e dos membros das direções das escolas integradas no que concerne à ausência dos supervisores e até de tutores durante este processo.

Tendo em conta a pertinência do estágio pedagógico para os estudantes estagiários nos cursos de formação de professores nas instituições superiores pelo fato de proporcionar o desenvolvimento de competências profissionais e permitir a adaptação psicológica e socioprofissional do estudante à sua futura atividade, os resultados deste estudo contribuirão na melhoria da qualidade de ensino, não apenas destas escolas integradas onde decorrem os estágios pedagógicos, mas de forma extensiva às escolas onde este estudante estagiário for colocado no fim da sua formação. Para além disso, os resultados obtidos podem consciencializar as comissões de coordenação dos estágios pedagógicos nas instituições do que acontece nos estágios e assim incrementar os esforços de melhoria.

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..

Quanto à metodologia, a pesquisa é do tipo misto e para a recolha dos dados recorreu-se ao inquérito por questionário, por entrevista e a observação como técnicas. Os dados recolhidos no campo de pesquisa foram codificados e categorizados levando em conta os grupos dos informantes, posteriormente usou-se análise de conteúdo para compreender de forma crítica o sentido manifesto ou oculto dos participantes.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: fundamentação teórica; metodologia; apresentação, análise e discussão dos dados e considerações finais.

Fundamentação teórica

Formação inicial de professores

Agibo e Chicote (2015), definem formação inicial de professores como “a competência que dá ao futuro professor o domínio de bem-fazer o seu trabalho” (p. 8). Portanto, para estes autores, a formação inicial de professores deve dotar nos futuros professores competências e habilidades para o desempenho da profissão docente. Isto é apoiado por Garcia (1999), pois diz que o objetivo central da formação inicial de professores é de conferir habilitação profissional para a docência no respectivo nível de educação ou de ensino. Portanto, é nesta etapa de preparação onde o futuro professor adquire conhecimentos pedagógicos e de disciplinas acadêmicas, assim como realiza as práticas de ensino.

Currículo de formação inicial de professores

Segundo Marques e Roldão (1999), currículo é “aquilo que, em todos os domínios, se espera que a escola faça aprender aos que a frequentam” (p.16). Assim, para estes autores, na concepção de um currículo é necessário ter em conta as necessidades reais da sociedade onde a escola está inserida. No entanto, estas necessidades devem ser bem estruturadas e organizadas “na base de objectivos, conteúdos e actividades e de acordo com a natureza das disciplinas” (Pacheco, 2001, p. 16).

O currículo de formação inicial de professores deve cumprir alguns pressupostos, tais como: formação e treino de futuros professores, de modo a assegurar uma preparação consoante as funções profissionais que o professor deverá desempenhar; controlo da certificação ou permissão para poder exercer a profissão docente; ser agente de mudança do sistema educativo e contribuir para a socialização e reprodução da cultura dominante (Garcia, 1999). Do mesmo modo, o currículo de formação inicial de professores deve “dotar os candidatos à profissão de professor as competências e os

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. conhecimentos científicos, técnicos e pedagógicos de base para o desempenho profissional da prática docente “ (Sanches, 2008, p.40).

Para além disso, o currículo de formação inicial de professores deve igualmente ensinar as competências de classe ou conhecimento do ofício para que os professores se tornem sujeitos peritos na sua tarefa de ensinar; formar professores que sejam pessoas que consigam compreender a sua responsabilidade no desenvolvimento da escola e adquiram uma atitude reflexiva acerca do seu ensino e ajudar os professores em formação a desenvolver um compromisso com a ideia de que a escola, numa democracia, é responsável por promover valores democráticos e por preparar os alunos para que sejam bons cidadãos, são algumas finalidades de qualquer currículo de formação de professores (Garcia, 1999).

Supervisão pedagógica

A supervisão pedagógica é definida como “um processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta um outro professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional” (Alarcão e Tavares 2003, p.16). A ideia da supervisão pedagógica ser um processo é apoiada por Alarcão e Canha (2013), mas estes acrescentam mais um outro detalhe, pois definem o termo supervisão como “um processo de acompanhamento de uma actividade através de processos de regulação que são enquadrados por um referencial e operacionalizados em acções de monitorização em que a avaliação está obviamente presente” (p. 19). Portanto, estes autores colocam elementos essenciais neste seu conceito à supervisão pedagógica: orientação, regulação e direcção num determinado sentido. Em suma, o supervisor deve ser alguém que ajuda, monitora, cria condições de sucesso, desenvolve aptidões e capacidades no supervisionando.

Quanto as vantagens da supervisão pedagógica, ela “motiva, encoraja os professores a continuar a desempenhar com zelo, dedicação e responsabilidade o seu papel de educadores” (MINED, 2003, p.16). Portanto, a supervisão pedagógica cria entusiasmo, contribuindo para que os supervisionados superem os desafios da profissão docente.

Estilos de Supervisão Pedagógica

A maioria dos investigadores da área da supervisão defende que o supervisor deve ser um profissional com grande capacidade de prestar atenção, compreender e saber

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..
escutar, manifestar uma atitude de resposta adequada de integrar as perspectivas dos professores em formação e buscar clarificação de sentidos e a construção de uma linguagem comum (Dias e Ribeiro, 2015).

Entretanto, a ênfase dada por cada supervisor a algumas destas qualidades vai condicionar o estilo de supervisão exercido por ele. Alarcão e Tavares (2003) mencionam três tipos de estilos de supervisão: não-directivo, de colaboração e diretivo. O primeiro estilo, o supervisor é capaz de entender o mundo do professor, de escutar, de encorajar, de o ajudar na clarificação de ideias e na resolução de problemas, no segundo o supervisor recorre a estratégias de colaboração, dando a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido ou observado pelo futuro professor e no estilo diretivo, o supervisor condiciona as atitudes do futuro professor, prescreve o que fazer, fornecendo a sua visão das coisas. Por outras palavras, no estilo diretivo, o supervisor condiciona as tarefas ao supervisionando e a forma de as realizar.

Fases ou ciclos da Supervisão Pedagógica

Segundo MINED (2003), o processo de supervisão decorre em três fases distintas: encontro de pré-observação; observação e encontro pós-observação. A primeira fase como o próprio termo diz, decorre antes da observação propriamente dita na sala de aula. Nesta, são analisados aspectos tais como: a planificação da aula a observar, antecipando problemas de aprendizagem e discussão de algumas formas de solucionar os problemas encontrados. A segunda fase decorre na sala de aula. Geralmente, é nesta fase onde se faz a recolha de evidências de atividades dos alunos relacionadas com uma ou mais áreas de observação previamente acordadas, como por exemplo: as atividades realizadas pelos alunos durante a aula e as estratégias usadas pelos alunos para a realização dessas atividades. E, por último, no encontro de pós-observação, esta decorre no fim da observação ou de assistências à aula. Nesta fase, são analisados os dados recolhidos segundo os objetivos definidos no encontro pré-observação. Também verificam-se os objetivos da aula se foram atingidos ou não (MINED, 2003).

Para além destas três fases, Alarcão e Tavares (2003) colocam uma fase intermediária localizada entre a fase de observação propriamente dita e o encontro pós-observação - a análise de dados, onde o supervisor ordena e analisa os dados registados durante a aula.

Estágio pedagógico

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..

O artigo 123 do Regulamento Académico da UniRovuma (2020), define o Estágio Pedagógico como actividade curricular, articuladora da teoria e prática que garante o contacto experiencial com situações psico-pedagógicas e didácticas. Este tipo de estágio é realizado por estudantes dos cursos de formação de professores e nas escolas integradas.

Paquay e Perrenoud (2008) mencionam algumas vantagens do estágio pedagógico, tais como: permitir aos iniciantes adquirir as habilidades do ofício na companhia de práticos experientes; aprender mais, adquirir e automatizar os esquemas de análise e de acção necessários para organizar a classe e dirigir os aprendizados. Ainda apoiando esta ideia, Lopes (2019) diz que o trabalho do estágio “propicia um ambiente formativo em que os estagiários utilizam os conhecimentos teóricos aprendidos na formação inicial em situações concretas de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo que potencializam novos conhecimentos profissionais” (p.64).

O Papel dos intervenientes do estágio pedagógico

Segundo o artigo 125 do Regulamento acadêmico da UniRovuma (2020), os principais intervenientes do estágio pedagógico são os seguintes: Supervisor, Tutor, Estudante estagiário. Também podem ser considerados como intervenientes do estágio pedagógico, os alunos da escola integrada e comissões de coordenação.

O supervisor pedagógico “é aquele que verifica, acompanha, avalia e apoia a implementação do processo educativo, quer nas escolas, quer em outras instituições ligadas ao ensino” (Simbine, 2009, p. 20). O Regulamento Acadêmico da UniRovuma (2020) define o supervisor como docente da UniRovuma que tem a missão de acompanhar os estudantes estagiários nas suas práticas. Durante o processo de acompanhamento, espera-se que o supervisor oriente a integração dos estudantes estagiários na vida escolar; informe os tutores sobre os objetivos do estágio pedagógico e dê a conhecer as tarefas dos estudantes nestas atividades; apoie os tutores na realização das suas tarefas; apoie os estudantes estagiários na planificação de aulas e outras atividades; assista às aulas lecionadas pelos estudantes estagiários; e, por fim, avalie as aulas e todas as atividades realizadas pelos estudantes estagiários na escola integrada.

O Artigo 131 do Regulamento Acadêmico da UniRovuma (2020), define várias atividades do tutor durante o estágio pedagógico nas escolas integradas, como por exemplo, ser responsável por um determinado número de estudantes estagiários, já que ele é o professor da escola integrada onde se realiza o estágio; apoiar o enquadramento

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. dos estudantes estagiários na vida escolar; acompanhar e orientar as atividades dos estudantes estagiários; disponibilizar todos os meios necessários ao bom desempenho dos estudantes estagiários e divulgar, no seio dos estudantes estagiários, o plano de atividades do grupo de disciplina.

No que diz respeito ao Estudante estagiário, segundo o Artigo 130 do Regulamento Académico da UniRovuma (2020), é o discente da UniRovuma que se encontra no último semestre da formação com todas atividades curriculares cumpridas e realiza o estágio pedagógico numa escola integrada. Durante o estágio, espera-se que observe a realidade do local onde estagia no seu conjunto; participe em todas as atividades escolares, como por exemplo, reuniões do grupo de disciplina, reuniões de turma, reuniões de pais ou encarregados de educação e assembleias escolares; estude a regulamentação interna da escola; observe as aulas do tutor e dos seus colegas; planifique e leccione aulas da disciplina em formação e elabore o Relatório do estágio no fim do processo.

Metodología

Esta pesquisa é de paradigma interpretativo (Da Moita Lopes, 1994), pois ela procurou apenas analisar como é que a supervisão pedagógica promove o desempenho dos Estudantes Estagiários do Ensino Superior nas Escolas Integradas e nesta análise, a tarefa do pesquisador foi apenas de um mero observador participante durante toda a pesquisa, e quanto à natureza, é aplicada, pois concentrou-se na questão da supervisão pedagógica dos estudantes estagiários do ensino superior numa única instituição do ensino secundário geral da cidade de Montepuez e os resultados obtidos não foram generalizados, isto é, aplicados a outras escolas secundárias da urbe, da província ou até do país.

No que concerne aos objectivos, esta pesquisa é explicativa (Gil, 2008), pois durante a pesquisa procurou-se aprofundar a questão da eficácia da supervisão pedagógica oferecida aos estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas da Cidade de Montepuez, e quanto à abordagem do problema, esta pesquisa é mista. De acordo com Richardson (2017), este tipo de pesquisa, utiliza em simultâneo os métodos de paradigma qualitativa e quantitativa, como por exemplo, entrevistas semi-estruturadas com um número reduzido de participantes e a realização de questionário, com um maior número de participantes.

Finalmente, no que diz respeito aos procedimentos, esta pesquisa é de Estudo de Caso (Prodanov e Freitas, 2013), pois para além de que se cingiu ao estudo de um

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..

determinado fenómeno – o papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho dos estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas, também procurou responder à questão: como é feita a Supervisão Pedagógica para promoção do desempenho dos Estudantes Estagiários do Ensino Superior nas escolas integradas da Cidade de Montepuez?

Quanto aos participantes, esta pesquisa envolveu 55 pessoas, de entre as quais: dois (2) directores adjuntos pedagógicos da escola (1º e 2º Ciclo); três (3) tutores da escola integrada; quarenta e cinco (45) estudantes estagiários de diferentes cursos e cinco (5) supervisores da instituição do ensino superior.

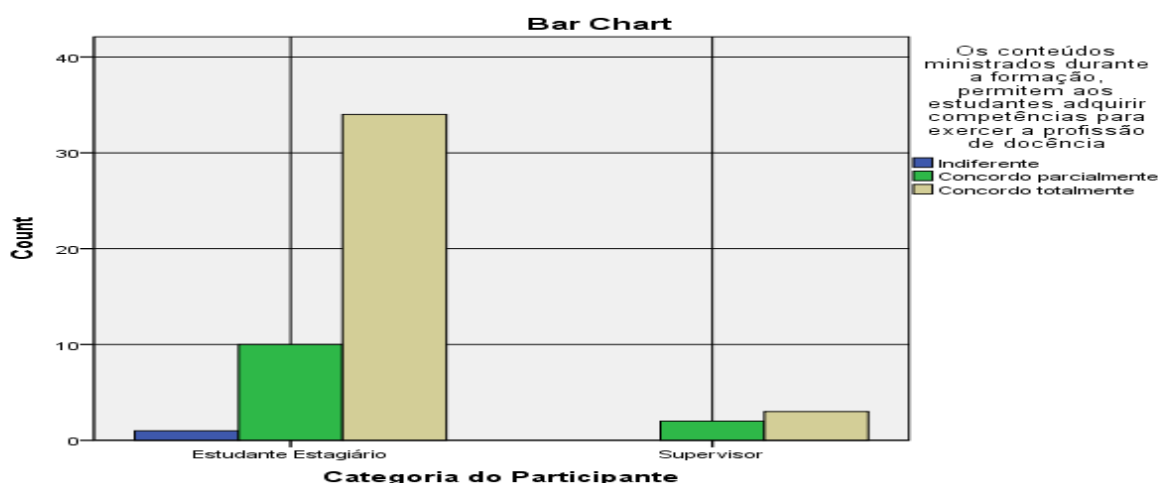
No que diz respeito aos instrumentos e técnicas de colecta de dados, a pesquisa foi suportada por entrevista, aplicada aos directores adjuntos pedagógicos e tutores, todos da escola integrada; questionário aplicado aos estudantes estagiários e supervisores, todos da instituição do ensino superior e, por último, a observação do meio escolar e assistências às aulas dos estudantes estagiários assistidos por seus supervisores e tutores. Os dados da observação permitiram complementar os dados da entrevista e do questionário.

Tratando-se de uma pesquisa mista, os dados recolhidos no campo de pesquisa foram codificados e categorizados levando em conta os grupos dos informantes. Para além disso, a pesquisa recorreu à análise de conteúdo, procedimento escolhido para melhor compreender o conteúdo expresso pelos sujeitos inquiridos através da entrevista e questionário sobre o papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho dos estudantes estagiários numa das escolas secundárias integradas da cidade de Montepuez.

Apresentação, análise e Discussão dos Dados

No geral, os conteúdos de um currículo de formação inicial de professores deve promover as habilidades docentes nos futuros professores. Assim, os dados do gráfico abaixo relaciona os conteúdos do currículo de formação de professores do ensino superior e o desempenho dos seus estudantes no acto do estágio nas escolas integradas.

Gráfico I: Estrutura curricular de formação dos professores



Fonte: Dados da pesquisa

Os dados gerais deste gráfico provenientes dos 50 inquiridos, mostram que 49 (98%) concordam que os conteúdos ministrados durante a formação permitem aos estudantes adquirir competências para exercer a profissão de docência. Este número e percentagem superior dos que concordam, mostra que não é duvidoso concluir-se que os conteúdos ministrados durante a formação dos estudantes permitem aquisição de competências nos estudantes para exercerem a profissão docente de forma eficiente. Isto é muito positivo na medida em que o sexto princípio do currículo de formação de professores, mencionado por Fullan (1987, cit. em Garcia, 1999), defende o isomorfismo entre a formação fornecida nas instituições de ensino e o tipo de educação que posteriormente será pedido que desenvolva, ou seja, deve existir uma congruência entre o conhecimento didáctico e o conhecimento pedagógico transmitido e que será materializado posteriormente nas escolas integradas.

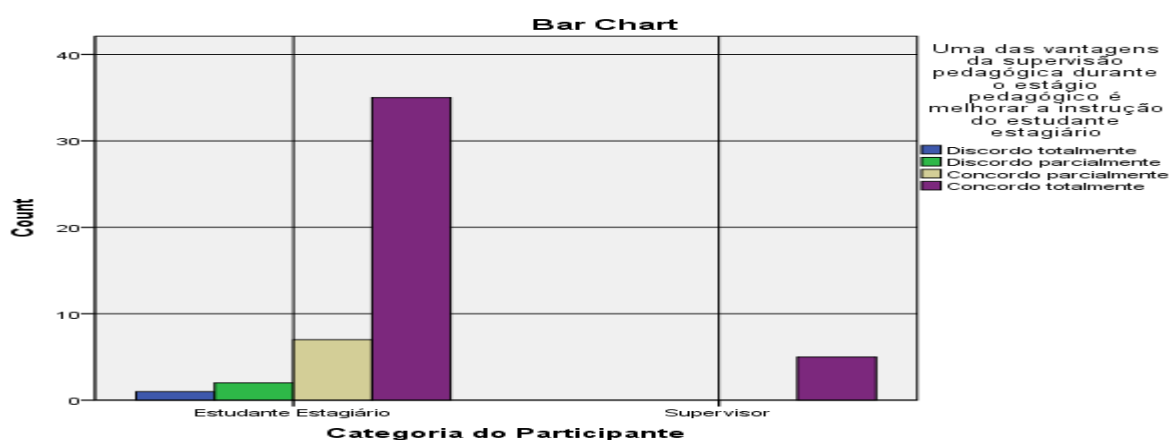
Assim, pode-se dizer com toda força que o facto da estrutura curricular dos cursos de formação inicial dos professores da instituição do ensino superior preparar os estudantes para exercer a profissão docente com eficiência seja durante o seu estágio como pedagógico depois da sua formação é sem dúvidas didáctico. Aliás, falando da organização do sistema de estudo do currículo de formação de professores, Snyder e Anderson (1980 cit. em Garcia, 1999), destacam quatro subsistemas, dos quais, subsistema de conhecimentos teóricos, onde fazem parte os conteúdos psico-didácticos necessários para os professores em formação desempenhar a função docente com eficiência. Portanto, o que estes autores defendem é exactamente o que se verifica no

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. currículo de formação dos estudantes vigente no ensino superior onde os estudantes estagiários inquiridos são oriundos.

A relevância da supervisão pedagógica para o desempenho dos estudantes estagiários no processo de ensino e aprendizagem nas escolas integradas

A supervisão pedagógica durante o estágio dos estudantes nas escolas integradas é um processo em que os supervisores orientam os estudantes estagiários no seu desenvolvimento humano e profissional. Portanto, o gráfico abaixo mostra os dados dos supervisores e estudantes estagiários sobre a relevância da supervisão nas escolas integradas.

Gráfico II: A relevância da supervisão pedagógica durante o estágio dos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa

Assim, de acordo com os dados gerais deste gráfico, dos 50 inquiridos, 47 (94%) concordaram que a supervisão pedagógica melhora a instrução dos estudantes estagiário durante o estágio pedagógico nas escolas integradas. Novamente, este número e percentagem testemunham indirectamente que os supervisores e estudantes estagiários estão conscientes das vantagens da supervisão pedagógica nas escolas integradas.

Concernente a supervisão pedagógica melhorar a instrução dos estudantes estagiários significa, motivar, despertar o desejo e o prazer nos estudantes estagiários para desempenharem com eficiência no período do seu estágio pedagógico (Silvestre, 2021). Logo esta percentagem é o indício de que os supervisores continuarão a exercer o seu papel neste período a favor dos estudantes estagiários. Também significa a supervisão pedagógica ajudar na integração dos estudantes estagiários em diferentes aspectos da sua vida profissional: desde o acompanhamento, orientação até na avaliação no final do estágio (Alarcão e Canha, 2013).

1.1. Mecanismos da realização da supervisão pedagógica para o

desempenho dos estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas

De acordo com o Artigo 127 do Regulamento Académico da Universidade Rovuma (2020), o estágio pedagógico supervisionado por docentes da mesma instituição, consta em todos os planos curriculares dos cursos de licenciatura em ensino e é realizado por estudantes estagiários nas escolas integradas, com as quais a universidade celebra parcerias. Para além dos supervisores e estudantes estagiários, os professores das escolas integradas, também chamados por tutores e a própria direcção da escola integrada fazem parte dos principais intervenientes deste processo de estágio.

Assim, a tabela abaixo apresenta as actividades dos supervisores e estudantes estagiários durante o estágio pedagógico supervisionado nas escolas integradas.

Tabela I: O papel do supervisor e estudante estagiário no estágio Pedagógico

O supervisor deve escutar, encorajar e ajudar na clarificação de ideias e na resolução de problemas do estudante estagiário

		O supervisor deve escutar, encorajar e ajudar na clarificação de ideias e na resolução de problemas do estudante estagiário			Total
		Discordo totalmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente	
Categoria do Participante	Estudante Estagiário	1	7	37	45
	Supervisor	0	0	5	5
Total		1	7	42	50

Fonte: Dados da pesquisa

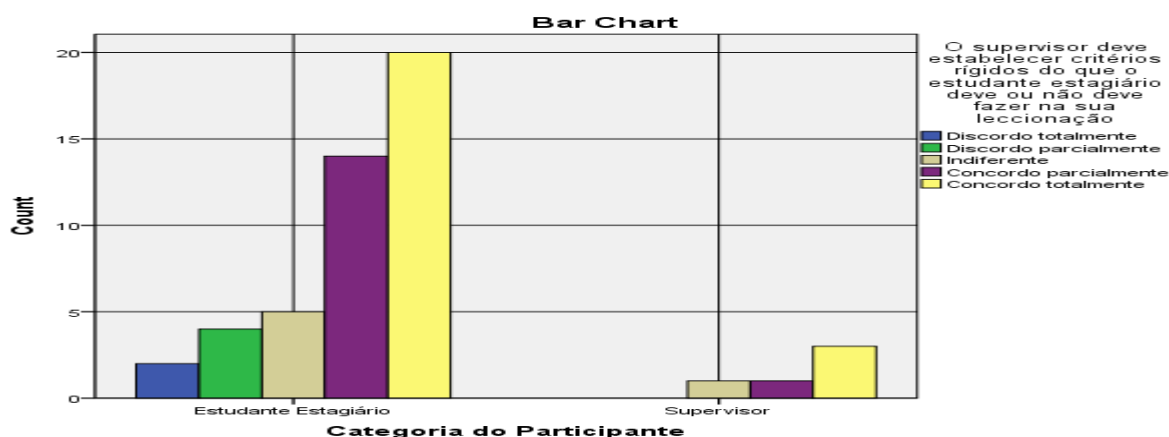
A questão dos supervisores escutar, encorajar e ajudar na clarificação de ideias e na resolução de problemas do estudante estagiário, dos 50 inquiridos, os dados da tabela mostram que 49 (98%) concordaram que o supervisor durante o exercício de suas actividades deve mostrar estas qualidades. Olhando bem este número e percentagem, isto mostra que seja na pré-observação seja na pós-observação, a maioria dos supervisores estão prontos para exercer o seu papel para o benefício dos estudantes estagiários e, os estudantes estagiários por sua vez, almejam um supervisor com estas qualidades.

Esta unanimidade existente entre os supervisores e estudantes estagiários é tão elogiável, na medida em que ao destacarem diferentes qualidades ou maneiras dos supervisores lidarem com os estudantes estagiários nas escolas integradas, Dias e

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. Ribeiro (2015), falam do supervisor ter capacidade de prestar atenção, compreender, saber escutar e buscar clarificação de sentidos e a construção de uma linguagem comum entre ele e o estudante estagiário.

Porém, podem existir casos em que talvez por questões de carácter ou personalidade, um supervisor seja rígido no exercício de suas funções. O gráfico a seguir apresenta os dados dos supervisores e estudantes estagiários sobre este assunto.

Gráfico III: Papel do estudante estagiário durante o estágio Pedagógico



Fonte: Dados da pesquisa

Como atestam os dados do gráfico, dos 50 inquiridos, 34 (68%) concordaram que o supervisor deve estabelecer critérios rígidos do que o estudante estagiário deve ou não deve fazer na sua lecionação. Este número e percentagem podem indicar que a maioria dos inquiridos aprova as atitudes de um supervisor rígido, isto é, que determina aos estudantes estagiários o que devem fazer e não devem fazer durante o processo de estágio e não abre espaço para ouvir suas opiniões ou sensibilidades seja na fase de pré-observação, observação ou na pós-observação. Todavia, os dados ainda mostram que alguns estudantes estagiários indiretamente desaprovam um supervisor rígido.

Seja como for, o supervisor ter uma autoridade máxima ao ponto de determinar o que os estudantes devem ou não devem fazer, enquadra-se no estilo diretivo defendido por Dias e Ribeiro (2015), onde “o supervisor condiciona as tarefas e a forma de as realizar” (p.38). Assim, para este autor, um supervisor rígido prescreve o que o estudante deve fazer, fornece a sua visão de como as coisas devem funcionar e estabelece critérios rígidos que devem ser postos em uso pelo professor em formação. O funcionamento deste estilo de supervisão é assemelhado pelo estilo interpretativo e prescrito, mencionados por Gonçalves (2009 cit. em Dias e Ribeiro, 2015): dá-se mais ênfase os

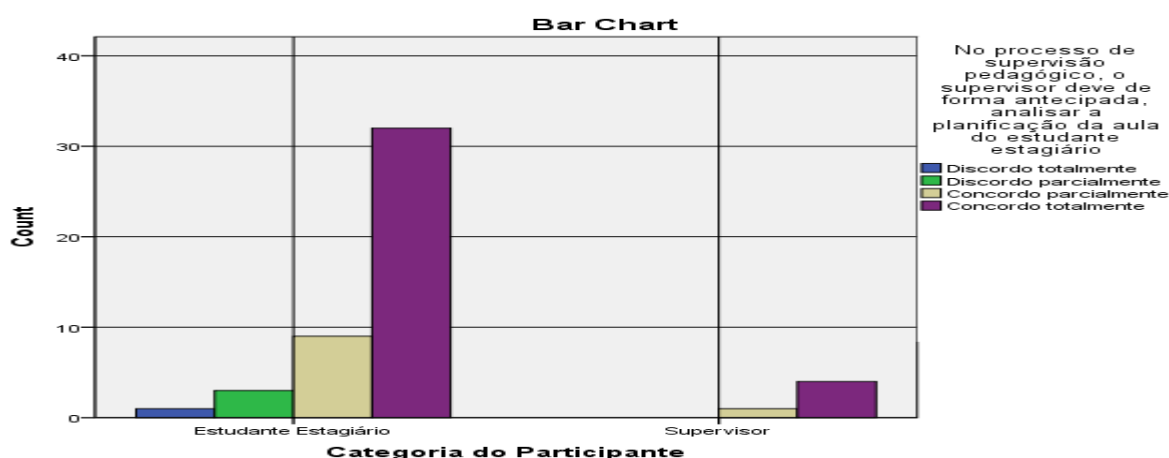
Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..
ideais do supervisor, enquanto do estudante estagiário são renegados em segundo plano e o supervisor é visto como mestre ou mentor.

Contudo, Paiva (2008) chama atenção ao tipo de autoridade que um professor ou supervisor deve mostrar, pois diz que “a autoridade é fundamental (...), mas não deve ser confundida com autoritarismo” (p. 51). Por isso, Alarcão e Tavares (2003), sugerem o uso do estilo apoiante como sendo ideal, pois neste o supervisor valoriza e aceita os pensamentos, ouve e analisa as ideias do professor em formação.

Assim, levando em conta os depoimentos destes autores, embora os supervisores tenham autoridade perante o exercício de sua atividade de supervisão, isso não significa que devem ser autoritários, decidindo tudo e tudo do que os estudantes estagiários devem e não devem fazer, mas deve existir um equilíbrio, porque o professor em formação tem o direito de exprimir seus sentimentos em relação as actividades do seu estágio pedagógico supervisionado.

Enquanto isso, o gráfico a seguir apresenta outra atividade dos supervisores durante o estágio pedagógico.

Gráfico IV: Atividades do supervisor na pré-observação



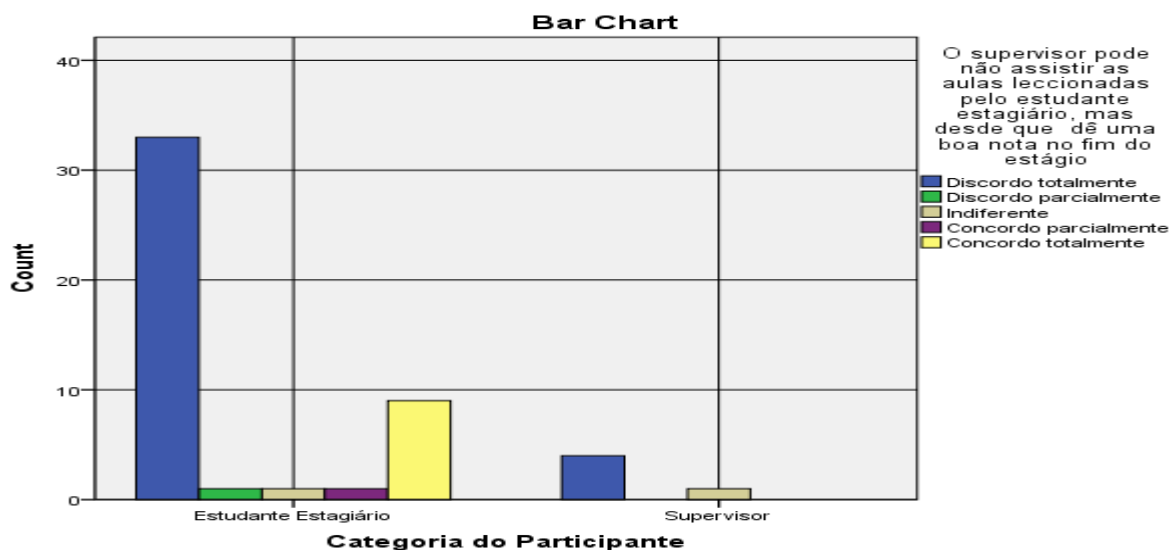
Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Portanto, em relação o supervisor analisar antecipadamente a planificação dos estudantes estagiários, os dados deste gráfico mostram que dos 50 inquiridos, 46 (92%) concordaram que os supervisores devem analisar antecipadamente a planificação dos estudantes estagiários. Esta percentagem mostra realmente o desejo dos inquiridos e está em consonância com alguns autores na medida em que defendem que a supervisão pedagógica deve obedecer três fases - pré-observação, observação propriamente dita e pós-observação (MINED, 2003). E defender que antes de o supervisor assistir uma aula

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. dos estudantes estagiário, deve primeiro marcar um encontro de concertação com o estudante e analisar o plano de aula se possui os elementos básicos para ser materializado na sala de aula, isso faz parte da fase de pré-observação (Alarcão e Tavares, 2003).

Há vantagens desta fase de pré-observação. Por exemplo, ajuda o estudante estagiário na solução de prováveis problemas na sua planificação e para o supervisor, consegue decidir que aspectos serão observados e as estratégias que serão utilizadas durante a assistência e avaliação da aula (Alarcão e Tavares, 2003). O gráfico abaixo mostra ainda outra atividade dos supervisores durante o estágio pedagógico.

Gráfico V: Assistência às aulas dos estudantes estagiários por parte dos supervisores



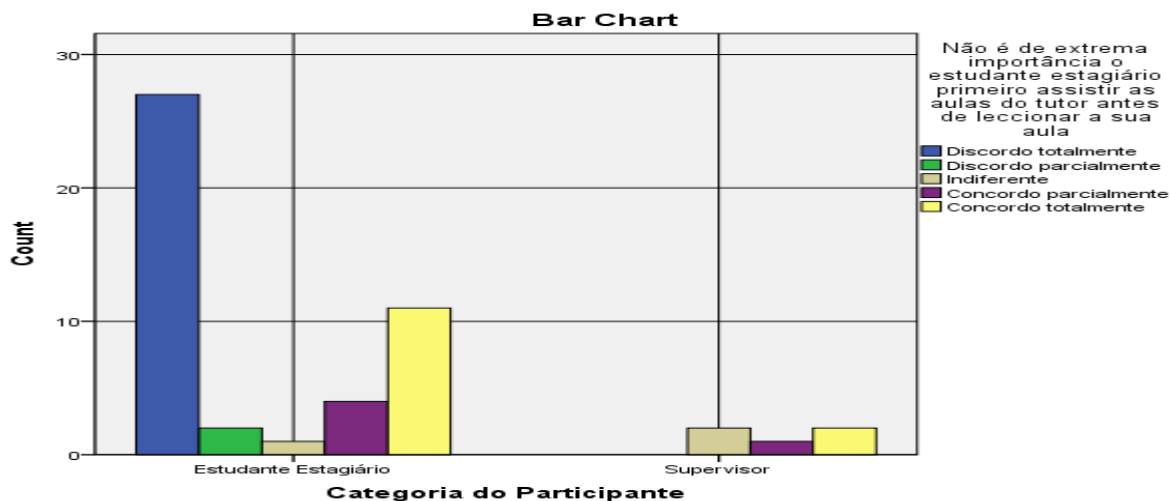
Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Os dados deste gráfico, mostram que a questão do supervisor não assistir aulas lecionadas por estudante estagiário e no fim atribuir uma nota de forma arbitrária, dos 50 inquiridos, apenas 10 (20%) concordaram. Este número e percentagem ínfimos mostram que a maioria não está a favor, pois o seu desejo é assistência efetiva às aulas durante o período do estágio. Este desejo dos inquiridos é justo na medida em que uma das atividades dos supervisores no período do estágio, mencionadas no artigo 133 do Regulamento Acadêmico da UniRovuma (2020), é justamente assistir as aulas dos estudantes estagiários. Isso é muito necessário na medida em que a supervisão pedagógica motiva os professores em formação despertando neles o desejo, o prazer e envolvimento do trabalho desenvolvido e dividindo as alegrias dos resultados obtidos (Silvestre, 2021). Logo, os supervisores deixarem de assistir as aulas dos estudantes

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..

estagiários confiando de que no fim do estágio atribuirão de forma arbitrária as notas aos estudantes estagiários, isso poderia comprometer o desempenho dos próprios estagiários. A seguir, o gráfico mostra uma das atividades dos estudantes estagiários

Gráfico VI: Assistências às aulas do tutor por parte do estudante estagiário



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

O artigo 130 do Regulamento Acadêmico da UniRovuma (2020), diz que o estudante estagiário deve primeiro “observar as aulas do tutor”. Esta assistência geralmente acontece na primeira semana do estágio e, como mostram os dados do gráfico, dos 50 inquiridos nesta questão, 47 (94%) concordaram que é importante os estudantes estagiários primeiro assistirem às aulas do tutor antes de leccionar suas aulas na escola integrada. Portanto, já que esta atividade consta nos regulamentos da instituição de formação dos estudantes estagiários, então pode-se concluir que é necessária para o desempenho dos estudantes nas escolas integradas.

1.2. O papel da Comunidade Escolar no processo do Estágio Pedagógico

De acordo com o Artigo 132 do Regulamento Acadêmico da UniRovuma (2020), uma das primeiras atividades dos membros da comunidade escolar é ajudar na integração dos estudantes estagiários no meio escolar. O processo de integração dos estudantes estagiários envolve, inicialmente, a assistência às aulas dos tutores, uma prática considerada indispensável no exercício docente, tal como afirma um dos tutores:

Isso é tão importante, porque é pela primeira vez que o estagiário está se deparar com a turma não é possível logo a vir e entregar a turma, ele deve ver como é que a turma manifesta, capta os conteúdos, como é que o professor manifesta, como é que o professor interage com os alunos, coordena com a turma e como é que media os conteúdos (TH).

Realmente, negligenciar esta atividade pode contribuir para o insucesso da prática docente por parte do estagiário.

Em relação à assistência regular às aulas lecionadas por estudantes estagiários, os membros da escola integrada reconhecem o quanto tal é essencial, especialmente para o próprio estudante estagiário.

DAP1: O estagiário está vir para aprender e, o estágio deve ser acompanhado, o estagiário não pode ser abandonado, e nós desta escola temos dito aos colegas que nenhum dia pode abandonar a sala, salvo por um imprevisto, como doença ai pode confiar em 100% o seu estagiário, mas caso contrário, não pode acontecer.

TB: O estagiário é um aprendiz ele precisa de um acompanhamento muito eficaz e nesse acompanhamento é que vai produzir melhores sucessos tanto para ele como para os alunos. E se você abandona ele vai fazer o que sabe praticamente é um risco muito grande tanto para os alunos como para ele próprio. Por isso deixar o estagiário sem o acompanhamento, confiando que conhece e vai dar um 12, um 13 valores, não fica muito bem, portanto a boa opção é acompanhar o estagiário.

Estes depoimentos dos membros da comunidade escolar mostram, sem dúvidas, que todos não estão a favor da ideia de que o importante é atribuir uma nota satisfatória no fim do seu estágio aos estudantes estagiários, mesmo que não possam assistir às suas aulas. Agir desta forma enquadra-se no princípio de responsabilidade com a sociedade, defendida por Rodrigues (2019). Segundo este princípio, o supervisor deve ser fiel e manter honestidade profissional durante o exercício da sua função de supervisão. Portanto, um supervisor fiel e honesto, deve ser fidedigno e isento de fraude e deve ser justo nos tratos com os outros, especialmente com os estudantes estagiários, a universidade e a direção da escola integrada. Ainda nesta linha de raciocínio, um supervisor fiel e honesto é franco e não vai enganar os outros atribuindo aleatoriamente notas aos estudantes estagiários, sem assistir suas aulas.

Considerações finais

A Universidade Rovuma é uma das instituições do ensino superior de Moçambique que surgiu no âmbito do desmembramento da Universidade Pedagógica de Moçambique. Até então, esta nova Universidade continua engajada na formação de professores e outros quadros superiores. Os resultados da pesquisa mostraram que a estrutura curricular de formação inicial de professores desta instituição de ensino contribui na aquisição de competências e habilidades para os estudantes exercerem a profissão

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção.. docente com eficiência tanto durante o processo do estágio como depois da sua graduação. Do mesmo modo, os dados desta pesquisa mostraram que todos os intervenientes do processo estão conscientes das vantagens da realização tanto do estágio como da supervisão pedagógica nas escolas integradas.

No que tange às actividades de integração e de assistência às aulas leccionadas pelos estudantes estagiários, todos os participantes desta pesquisa estão cientes da necessidade da escola integrada realizar algumas actividades de integração e de assistência regular às aulas dos estudantes estagiários e não apenas esperar pelo fim do estágio e atribuir de forma arbitrária as notas ou classificação sumativa.

O capítulo XIII do Regulamento Acadêmico da UniRovuma (2020) e muitas obras como por exemplo a de Lopes (2019), estabelecem atividades específicas para cada interveniente do processo de estágio pedagógico supervisionado. Os dados mostraram que cada interveniente está consciente do seu papel, mas especialmente os supervisores precisam melhorar na questão de assistência regular às aulas dos estudantes estagiários, pois só assim, estes terão um desempenho eficiente nas escolas integradas.

Referências

- Agibo, J. M. & Chicote, M. L. L. (2015). **Modelos de Formação de Professores em Moçambique**: Uma análise no processo histórico. III congresso internacional. Trabalho docente e processos educativos. Uberaba.
- Alarcão, I & Tavares, J. (2003). **Supervisão da Prática Pedagógica**: Uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem.2.ed. Coimbra: Edições Almeida.
- Alarcão, I. & Canha, B. (2013). **Supervisão e Colaboração**: uma relação para o desenvolvimento. Porto. Porto Editora.
- Da Moita Lopes, L. P. (1994). Pesquisa Interpretativa em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA**: Documentação e estudos em Linguística Teórica e Aplicada, vol.10, nº2.
- Dias, P. A. & Ribeiro, C. (2015). Supervisão pedagógica e crescimento profissional no processo de avaliação de desempenho docente. **Gestão e Desenvolvimento**, vol.23, p.125-154.
- Garcia, C. M. (1999). **Formação de professores - para uma mudança educativa**. Porto. Porto Editora, LDA.
- Gil, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo:Ed.Atlas S.A.

Tito Paulo da C. Leveque, Paulino A. Machava, O papel da supervisão pedagógica na promoção..

Lopes, N. (2019). Supervisão Pedagógica: função do professor cooperante na escola durante o estágio. **Revista Prácticum**, vol.4, nº1, p.55-69.

Marques, R. & Roldão, M. do Céu (Org.) (1999). **Reorganização e gestão curricular no ensino básico: reflexão participativa**. Porto: Porto Editora.

MINED – DNEB/INDE (2003). **Manual de Apoio à Supervisão Pedagógica**. Maputo. Editora Educar.

Pacheco, J. A. (2001). **Currículo: Teoria e Práxis**.3. ed.). Porto:Porto Editora.

Paiva, J. (2008). **O Fascínio de ser Professor**. Lisboa: Texto Editores, Lda.

Paquay, L.; Perrenoud, P.; Altet, M. & Charlier, É. (Org). (2008). **Formando Professores Profissionais: Que estratégias? Quais competências?** 2.ed. São Paulo: Artmed Editora S.A.

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico**. 2.ed. Rio Grande do Sul: Ed. Feevale.

Richardson, R. J. (2017). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 4. ed. São Paulo. Editora Atlas Ltda.

Rodrigues, M. C. M. (2019). **O contributo pedagógico dos supervisores provinciais no desempenho dos professores e no aproveitamento pedagógico dos alunos na escola X, na cidade de Quelimane (2015-2017)**, 40f. Nampula. Tese de Doutoramento em Educação Inovativa na Universidade Católica de Moçambique. Nampula.

Sanches, M. (2008). **Professores, Novo Estatuto e Avaliação de Desempenho**. Vila Nova de Gaia. Edição: Fundação Manuel Leão.

Silvestre. C. A. (2021). **Experiência da Supervisão Pedagógica no Desenvolvimento profissional do professor no Ensino Primário na Cidade de Lichinga**. Nampula, Moçambique, 40-41. Tese de Doutoramento em Educação Inovativa na Universidade Católica de Moçambique. Nampula.

Simbine, R.J. (2009). **Guia Prático do Supervisor Pedagógico**. Maputo. Alcance Editores.

Universidade Rovuma (2020). **Regulamento Académico para os Cursos de Graduação**. Nampula. Aprovado na III Sessão do Conselho Universitário de 11 e 12 de Março de 2020.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): LEVEQUE, Tito Paulo da Costa; MACHAVA, Paulino Albino. O papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.254-273, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): LEVEQUE, Tito Paulo da Costa; MACHAVA, Paulino Albino. (jan./jun.2023). O papel da supervisão pedagógica na promoção do desempenho de estudantes estagiários do ensino superior nas escolas integradas: caso da Escola Secundária X da Cidade de Montepuez.. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 254-273.

O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior em Moçambique: Estudo de caso na Universidade YX na Cidade de Nampula

José Greia*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-7084-5653>

João Flávio Amisse Uagire**

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9384-2981>

Resumo: Na Universidade YX, nota-se que duas Faculdades, departamentos Eng. C e EA os supervisores e os docentes não têm levado a cabo as tarefas previamente discutidas, planificadas, as instruções ministeriais do ensino Superior como Regulamento Geral e Interno. Não se identificam com a supervisão pedagógica como um instrumento de transformação do ensino e desenvolvimento das competências dos estudantes. É nesta perspectiva que inquietamos o papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores. O trabalho tem como objetivo geral analisar de que modo a Supervisão Pedagógica contribui no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior, sobretudo nesta universidade. Recorreu-se como metodologia, à pesquisa qualitativa, Indutiva e descritiva na tipologia estudo de caso com recurso a técnicas como: entrevista semiestruturada dirigida ao director académico, a dois coordenador dos departamentos, a três dos cursos e a cinco professores das duas faculdades, análise documental e observação. Como resultado da pesquisa percebeu-se que, a supervisão do trabalho pode enfrentar grandes dificuldades para desempenhar com eficácia as suas funções, nem sempre dispõem dos recursos necessários e o seu impacto no local de trabalho é, em muitos casos, insignificante e por outro lado na selecção do pessoal de supervisão não ocorre por um recrutamento do concurso público e nem envolve estágio profissional. Os supervisores desta universidade são provenientes de chefia e confiança e outras formas, as vezes não passam pelas capacitações, muitos não possuem pastas de documentos e muitos professores não cumprem com os seus deveres como planificação das suas aulas e não gozam de capacitações/formação continuada.

Palavras-chave: Supervisão. Prática pedagógica. Ensino Superior. Cidade de Nampula

Eresumo: Essicola Yulupale enazimya YX, enonaneya wyra egabineti bili zinazimya Eng C ni EA muawenya/makulupale ni maprissore canthencaza sanna miteco n'toco zantiquiaya n'khitaponi zulupale erumeliya essicola zulupale ni nikitapo yopanquiya vanteconi vavale. Canthithimihia makulupale acalihera miteco jossomiha n'toco ziphavelihai. Vavo tinnitiquiniha wira miteco za makulupale acalihera ossomiha tiyi. Vavo tinnivahaya olepa para ozuela manenna cheni zinvarazaya miteco anamacalihera ossomiha para wira ziroeque oholo n'massicola zulupale, vanzenecha eela essicolela. Para ozuela mannena cheni zinvariya miteco essicolela ni cochale ephiro yowehaweha chanene, nanzeraca vakanivakani n'paca ophiya onricaricaya niwehaweca essicola yulupale enihanya YX nilavulanaca nincohacohaca ou nivanelanaca n'khulupale onnamantari anamacalihera ossomiha, ni anamacalihera ossomiha enli(2), aninthara ni arraru (3) antharanaya ni mapirissore athanu (5), niwehaweca tambem mumpuehaya encarruma

* Doutoramento em Ciências da Educação – Especialidade Administração e Organização Escolar (AOE) – pela Universidade Católica Portuguesa / Porto – Faculdade de Educação e Psicologia, Mestrado em Direcção e Gestão Educacional pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação em Nampula. Director Científico da Academia Militar; Bacharel em Ciências de educação - pela Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação em Nampula. E-mail: josegreia@gmail.com

** Doutorando em Inovação Educativa na fase final da Tese na Universidade Católica de Moçambique-Nampula; Mestrado em Gestão Ambiental em 2019 na UniRovuma; Bacharelato em 2011 e Licenciado 2013 em Ensino de História na Universidade Pedagógica-Actual UniRovuma;

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento...

zirumelaya ni mapuro oquilathicaya ni equitapo zirumelaya. Nuvanelaza nikrupo ila noweha wira enavariha miteco zohikala sana mulatho wohikala incarruma sana zorumela, tambem wihikala essomia yocalihara ossomiha, winternarihiya ni owathaya anthalana ziwazalaya elapo imoza ou ale anvaha muzuruku para okala mufalume/mukulupale vohissoma ni mapirissore anzene khanternari khamphavela osuwela ou wunzerera essomiya.

Malavulo owoneya ou owonecha: Miteco zanamacalihera ossomiha. Miteco zamapirissore. Ossomiya zassicola zulupale. Epoma yo wampula.

The role of Pedagogical Supervision in the development of teachers' pedagogical practices in higher education in Mozambique: A case study at YX University in Nampula City

Abstract: At YX University, it is noted that two Faculties, departments Eng. C and EA the supervisors and teachers have not carried out the tasks previously discussed, planned, the ministerial instructions of Higher education as General and Internal Regulation. They do not identify with pedagogical supervision as an instrument for transforming teaching and developing students' skills. It is in this perspective that we are concerned about the role of Pedagogical Supervision in the development of teachers' pedagogical practices. The general objective of this work is to analyze how Pedagogical Supervision contributes to the development of teachers' pedagogical practices in higher education, especially at this university. As a methodology, qualitative, inductive and descriptive research was used in the case study typology using techniques such as: semi-structured interview addressed to the academic director, to two coordinators of the departments, to three of the courses and to five professors from the two faculties, document analysis and observation. As a result of the research, it was noticed that work supervision can face great difficulties in effectively performing its functions, they do not always have the necessary resources and their impact on the workplace is, in many cases, insignificant and, on the other hand, the selection of supervisory personnel does not occur through public tender recruitment and does not involve a professional internship. The supervisors at this university come from leadership and trust and other forms, sometimes they do not go through training, many do not have document folders and many teachers do not fulfill their duties such as planning their classes and do not enjoy training/continuing training.

Keywords: Psupervision; Pedagogical practices; higher education; Nampula City.

Introdução

O mundo moderno e a evolução na área científica, impulsionam a transformação nos contextos educativos, obrigando a educação a mudar o centro do professor como detentor e transmissor do conhecimento para o estudante, por isso, implica o abandono das práticas pedagógicas tradicionais, para as práticas inovadoras de inspiração construtiva, que valorizam a construção ativa do estudante e o papel do professor ser a mediação e facilitação da aprendizagem para atingir o seu objetivo maior: a formação de cidadãos críticos, reflexivos, competentes, ativos no seu próprio percurso de vida e de trabalho que respondam às exigências do mercado e que apresentem uma conduta profissional responsável. “A supervisão tem por missão o acompanhamento de uma atividade através de processos, de regulação, que são enquadrados por um referencial e operacionalizados, em ações de monitorização em que a avaliação está presente e visa o desenvolvimento humano” (Alarcão e Canha, 2013, p.13) e Alarcão (2002) entendem que

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... a supervisão pedagógica é uma estratégia para o estabelecimento de uma visão crítica e reflexiva acerca de uma realidade educacional.

É importante destacar que a função fundamental do supervisor pedagógico é o de orientar e dar acompanhamento os professores e os demais quadros da educação e ajudá-los a contribuir significativamente para a melhoria da qualidade de educação, em Moçambique e em Nampula em particular. A qualidade da supervisão pedagógica é preponderante para o processo de construção pessoal e profissional, desenvolvimento de capacidades crítico-reflexiva e consolidação da identidade profissional. O processo de ensino-aprendizagem para o estudante deve ser conduzido em ambiente seguro, respeitadores e profissionais experientes com conhecimentos aprofundados, que estabelecem com o estudante uma relação de proximidade, ajudando-o a integrar as experiências das práticas com o conhecimento teórico, refletir sobre soluções dos problemas com que se confronta. Em termos da relevância, o trabalho pode facilitar aos supervisores e professores no desenvolvimento das suas atividades pedagógicas, na condução e na organização para um bom ambiente de trabalho.

1. Quadro Teórico

De acordo certos pensadores, como Wiles (1955) afirma que, foi na Grécia onde nasceu a verdadeira instituição educativa, como um sistema que acompanha o indivíduo desde o nascimento até a idade adulta. Neste país existiam pessoas, encarregadas de exercer vigilância sobre as escolas. “O período Pré-histórico, não houve a supervisão, visto que não se desenvolveu um sistema educativo sistematizado, e na Antiguidade a civilização das instituições encontravam-se na posse dos sacerdotes” (Wiles, 1955, p.23).

Concordando com a visão do autor, percebe-se que na Idade Média, a supervisão pedagógica tinha caráter de vigilância e fazia-se através de elementos que detinham o domínio econômico e religioso. Este caráter visava a garantia primária e substancial dos interesses que sua classe representava, pois estava praticamente a cargo da Igreja, onde nos primeiros momentos foi exercida pelos bispos e, posteriormente, por pessoas indicadas pelas autoridades eclesiásticas. No entanto, o tempo foi passando, na idade Moderna o supervisor foi visto como um profissional que dispõe, muitas vezes, de formação específica no campo de ensino, enquanto que na Idade Contemporânea verifica-se o aperfeiçoamento, os métodos e técnicas de ensino; por outro lado, surgem critérios objetivos de aferição do rendimento escolar, através dos testes de escolaridade.

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento...

Como afirma o Decreto-Lei nº 3354 (1994, p.27) que “a supervisão no ensino em Moçambique remonta nos modelos transportados de Portugal, desde o tempo colonial”. Pois, estamos cientes que, o ensino que se praticava em Moçambique, era o mesmo ou típico que, era praticado noutras colônias portuguesas, quer a nível da África, como noutros quadrantes do mundo.

A avaliação Institucional em Moçambique é ainda um facto recente, iniciou-se em 2008, outras formas de avaliação iniciaram-se nos finais da década de 1980, como resultado de uma preocupação com a falta de informações sistematizadas sobre os problemas educativos no país (MEC, 2012, p.134).

Etimologicamente, a Supervisão significa orientar, guiar, motivar. Portanto, no entender de Alarcão e Canha (2013), Supervisão pedagógica é um processo de acompanhamento de uma atividade e das pessoas que a realizam, orientando (ou facilitando) a boa consecução da atividade, o desenvolvimento da competência e o grau de satisfação de quem a executa, no qual avaliação está sempre presente, com a modalidade formativa (motivacional) e inspetiva (fiscalizador e controlo).

Na perspectiva do Alarcão e Tavares (2003, p.154) “supervisão é um processo de dinamização e acompanhamento do desenvolvimento qualitativo da organização institucional e dos que nela realizam o seu trabalho de estudar, ensinar, apoiar a função educativa”; individuais e coletivas incluindo as dos novos agentes”. Tanto para as ideias do Alarcão e Tavares (2003), como as do Alarcão e Canha (2013), são convergentes, no sentido em que todos focalizam a supervisão como um processo de acompanhamento e que visa motivar ou dinamizar atividades dentro de uma organização, pois permite a produção quantitativa e qualitativa virada para os objetivos individuais e da coletividade, reduzindo assim a ocorrência de erros dentro de um sistema.

Em geral, depois de vários conceitos correlacionados relativos a supervisão, entendemos que ela, é uma atividade que deve ser realizada constantemente com pessoas formadas, mais experientes a nível das universidades, e que gozam de capacitações contínuas sobre a matéria que supervisiona aplicando técnicas cientificamente aceites de acordo com as normas. No nosso entender, podemos afirmar que supervisionar, implica saber de forma aprofundada os fatos, agindo de acordo como está plasmado no Programa Anual de Ação supervisionada do ensino superior desse país, ou na Ordem de Serviço, e adotar o conjunto de atos processuais adequados à sua persecução e à materialização dos objetivos traçados, entre os quais a identificação de medidas corretivas e a formulação de recomendações.

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento...

Ainda assim, constatamos que muitas vezes são apontados como principais modos de supervisão pedagógica a individual, a didática, a de grupo e a de equipa; portanto, o supervisor terá, respectivamente, uma relação individual com o supervisionado, com dois supervisionados ou com um grupo ou uma equipa de supervisionados (Ribeiro, 1996). Importa destacarmos que a supervisão pode incidir sobre objetos distintos, sendo os mais comuns pessoais, processos e organizações e abarca domínios como a administração, a educação, a saúde e serviços diversos. Para alguns autores como Nivagara (2004) e Ribeiro (1996), a supervisão corresponde à intervenção providenciada por um membro sênior de uma profissão a um membro júnior da mesma profissão, enquanto para outros a supervisão é uma função desempenhada por alguém para ela profissionalmente preparado, ou seja, o supervisor tem um papel para o qual é, especificamente, formado.

Para Nivagara (2004), a propósito da “supervisão em trabalho social atribui-lhe três maiores funções educativas: apoio, sustentação e gestão/administrativa” (p.57); faz uma distinção similar ao descrever os principais processos em supervisão para os quais usa os termos formativo, reconstituente ou restaurativo e normativo. Assim, a supervisão pode ser definida como um modo de controlar, superintender ou guiar e estimular atividades de outros promovendo o seu desenvolvimento. Alinhado a esse pensamento (Nivagara, 2004, p.23) “sublinha-se que a palavra desenvolvimento aparece, muitas vezes, entroncada no conceito de supervisão”.

Hawkins e Shohet (2009) e Regulamentos como REGFAE (2017) afirmam que o maior número de professores exerce as suas atividades com medo da realização de uma supervisão institucional. Este fato acontece por muitas vezes por falta de transparência dos objetivos, uma vez que trabalham com uma intenção, e uma parte verifica-se a falta de segurança de trabalho ou naquilo que exerce. Na perspectiva de Lima (2000, p.26), “Quanto mais o supervisor se integrar na realidade educativa e quanto mais objetiva for a sua intervenção, maior será a confiança em relação aos serviços supervisiva e aos supervisores”. Considerando esta opinião do autor, podemos dizer que há certa vantagem, se as visitas dos supervisores forem anunciadas, pelo fato de obterem um conjunto de dados com maior brevidade. Por outro lado, se as visitas forem de surpresa, as observações serão feitas de acordo com a realidade do dia-a-dia institucional.

Nas instituições universitárias na atualidade, em particular a em estudo, é frequente e notório a falta de comunicação entre os supervisores e os supervisionados, no âmbito de informação sobre as suas atividades laborais, uma vez que na Universidade em causa, a supervisão é feita depois de um interveniente denunciar ou queixa sobre a ocorrência

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... de qualquer tipo de situação anómala a nível daquela universidade. A falta de relações entre o supervisionado e o supervisor torna cada vez mais distante a relação entre ambos, assim como os conhecimentos dos atores educativos sobre as práticas da supervisão. Para o presente estudo, pretendemos trazer o conceito de supervisão no seu sentido amplo e o seu sentido lato, a supervisão é, na perspectiva de Nivagara (2004, p.70), “a função de guiar e coordenar a atividade dos membros de uma organização para alcançar os objetivos definidos”.

Como nos referimos anteriormente, correlação o conceito de supervisão pedagógica, ela passou de uma evolução. Sabe-se que a supervisão foi vista como inspeção, no sentido de fiscalização e autoritarismo, conseqüentemente ao andar do tempo, as Ciências da Educação desenvolveram-se, tornando-se melhor, interessante e bastante partilhado por vários pensadores. No entanto, hoje em dia, a supervisão pedagógica resume-se em eficiência, cooperação, pesquisa e desenvolvimento profissional do professor, tendo estas preocupações surgidas progressivamente com a evolução do conceito de supervisão.

Metodologicamente, para a materialização da presente pesquisa recorreremos a três métodos, nomeadamente: quanto a abordagem (qualitativa), no ponto de vista de método (indutiva) e na perspectiva de procedimento (estudo de caso). Minayo (2004, p.19), a pesquisa de método qualitativo, o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. Nessa perspectiva, o presente estudo trata-se de uma pesquisa do método qualitativo na medida que busca analisar o contributo da Supervisão pedagógica para o desenvolvimento das práticas dos professores, o caso particular dos participantes no estudo concretamente na Universidade YX na Cidade de Nampula.

Tendo em conta as características ou ao tipo e objetivo da nossa pesquisa por atingir (analisar de que modo a Supervisão Pedagógica contribui no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior), a partir das dificuldades que a organização - Universidade YX na Cidade de Nampula enfrenta, no ponto de vista da Supervisão Pedagógica que vise o contributo no desenvolvimento dos professores do ensino superior, optamos por fazer uma eleição aleatória de onze (11) participantes, de diferentes categorias, entre eles:

Assim, o pesquisador recorreu à entrevista semi-estruturada porque é uma técnica objetiva e que facilitou a obtenção de informações dos entrevistados através do diálogo face a face com os entrevistados, permitiu-nos uma grande flexibilidade nas perguntas,

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... com perguntas mais abertas, com mais liberdade e respondidas dentro de uma conversa informal com o grupo alvo. Segundo Leite (2008), a coleta documental é uma técnica de pesquisa que consiste na escolha do material que possa trazer alguma informação sobre o objeto de pesquisa. Assim, na técnica de coleta documental focou-se no estudo dos seguintes documentos:

- Plano de supervisão pedagógica para perceber os vários registos de aspectos pragmáticos da atividade de supervisão desta Universidade (calendário Acadêmico e de Defesas de Monografias, Regulamento acadêmico, Plano de Atividades, Carga Horária e Horário de Tutoria, Listas de docentes do curso e das Turmas, Planos Analíticos).
- Grelha de assistência as aulas - para analisar até que ponto os objetivos das assistências as aulas como uma das atividades de supervisão pedagógica, ajudam na melhoria de desenvolvimento de processo de ensino e aprendizagem e assim como no desenvolvimento profissional de professores.
- Pautas de Aproveitamento Pedagógico – analisar a relação entre objetivos da Universidade YX e os resultados ou feedback da supervisão pedagógica;
- Relatórios/actas de supervisão - analisar sobre os resultados da supervisão realizada se objetiva a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, as perspectivas, reações e sugestões para melhorar o ensino, o perfil profissional das pessoas indicadas para a realização da supervisão pedagógica.

Para Moreira e Vieira (2011), a recolha de dados a partir desta técnica apresenta vantagens no momento em que a utilização da documentação disponível é sempre acompanhada da respectiva avaliação e interpretação do material documental recolhido por parte do investigador.

Quadro 1: Resumo de participantes e técnica

Participantes	Nº	Técnica	Colecta documental
Director académico	1	Entrevista semi-estruturada	Planos, Grelhas, Relatórios de supervisão pedagógica e pautas de aproveitamento Pedagógico
Coordenadores	2	Entrevista semi-estruturada	
Directores dos Cursos	3	Entrevista semi-estruturada	
Professores	5	Entrevista semi-estruturada	
Total	11		

Fonte: João Flávio Amisse Uagire, Novembro/2021 a /2022

2. Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados da Investigação

Neste item apresentamos as informações de maneira agregada não especificamos e não indicamos os nomes de cada funcionário e agente do estado em função do

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... compromisso e do sigilo, primeiro privilegiamos a apresentação dos resultados, seguido do apoio bibliográfico do material revisado e depois a interpretação e a sua respectiva inferência e cruzamento de dados.

3. Resultados da entrevista ao director académico - código (DA).

Relativamente ao processo de supervisão pedagógica na Universidade, foi possível perceber que: As atividades de supervisão pedagógicas têm sido feitas através de controlo de planificação e assistência das aulas, isto é, constituem atividades chaves no âmbito pedagógico a nível da instituição, mas deixa de fora outros aspectos de carácter pedagógico, tais como a assiduidade, pontualidade, pois estes fatos também contribuem no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores.

De acordo com estes resultados, pode-se inferir que aquela universidade está ciente da pertinência da supervisão pedagógica entanto que ferramenta estratégica para alcance de suas metas e conseqüente robustecimento no mercado, face às outras universidades concorrentes, conforme atesta, Alarcão e Tavares (2003, p.4) “a conceitualização sobre a supervisão e a sua prática sustentada estenderam-se a outras áreas profissionais (...). As preocupações pela qualidade das instituições”. A resposta fornecida pelo diretor acadêmico contradiz o que foi encontrado na prática, pois foi diferente, algumas unidades não realizam como ele afirmou, ostentam a ideia de não haver necessidade de supervisionar aos professores visto que possuem uma formação psicopedagógica.

A dimensão clínica, de acordo com Glickman (1992) consubstancia a relação dialética entre a teoria e a prática, evidenciando a capacidade de identificar, resolver problemas e reformulação de ideias, ações baseadas na reflexão e na adequação contextualizadas. O modelo clínico pressupõe um ciclo com fases específicas como nos focalizam Alarcão e Tavares (2003) porque procura solucionar as dificuldades identificadas pelos professores face às suas realizações e capacidades, investindo desta feita esforço conjunto de análise objetiva de todo o processo de ensino-aprendizagem.

No que diz respeito a frequência de realização da supervisão pedagógica na instituição, percebe-se que os supervisores/diretores dos cursos normalmente efetuam diariamente indiretamente e mensalmente diretamente, os supervisores/diretores dos departamentos trimestralmente ou semestralmente e ao seu nível realiza uma vez no início de cada ano e a outra no fim de cada ano, mas podem efetuar a supervisão extraordinariamente caso necessário. O diretor acadêmico, ao afirmar que enquanto os

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... diretores dos cursos efetuam diariamente ou mensalmente, trimestral ou e semestralmente conforme, as responsabilidades hierárquicas, portanto sendo todos gestores daquela universidade, pois consideramos sendo uma supervisão geral interna ou de auto-avaliação institucional.

A supervisão interna adaptada pela instituição, isto é, supervisão envolvendo apenas os gestores locais, é muito pertinente porque para além de conter custos, como também permite uma liberdade por parte dos professores supervisionados no ponto de vista de expressão e sugestões. De acordo a coletânea de Legislação do ensino superior de Moçambique (2012). Entre outros modelos de supervisão, o modelo psicopedagógico, seria mais viável relacionando com linha de pensamento do Alarcão e Tavares (2003) que afirmam que este modelo, o supervisor e o professor estabelecem entre si uma relação de ensino e aprendizagem, num ambiente tido como dialogante e de muita proximidade entre dois adultos.

Portanto, o estimular do supervisor no processo de tomada de decisão visando a proposição de alternativas para superar as dificuldades dos processos relacionados ao ensino e aprendizagem e ao promover a constante retomada da atividade reflexiva, para readequar e aperfeiçoar as medidas implementadas, está propiciando condições para o desenvolvimento profissional dos participantes, tornando-os autores de suas próprias práticas. No que concerne as atividades de supervisão Pedagógica praticadas se contribuem para o desenvolvimento de boas práticas aos professores, o diretor diz que sim, contribui significativamente na medida que, com base nas atividades da supervisão Pedagógica, é possível descobrir em que posição a universidade está no mercado competitivo se for o caso, ou seja, como andam os trabalhos na instituição.

A resposta fornecida pelo supervisor pedagógico não é igual com aquilo que foi possível verificar na organização documental (pautas) pelo pesquisador, pois o pesquisador constatou que as notas de aproveitamento pedagógico dos estudantes variam entre dez (10) a onze (11) valores, assim questiona-se, se os níveis de assimilação da matéria por parte dos estudantes, não têm a ver com aspectos pedagógicos por parte de professores, partindo do princípio de que eles são facilitadores?

Como pode se ver as notas dos estudantes - dez (10) a onze (11) valores, contudo, pode se concluir que os professores, pese embora serem supervisores, não cumprem com as suas obrigações pedagógicas, ou seja, as classificações dos estudantes são atribuídas administrativamente. No entanto, esta prática sendo uma das atividades Pedagógica praticadas, logo percebe-se que ocorre devido as dificuldades relacionadas

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... com a supervisão pedagógica e por conseguinte, não são boas práticas que contribuem para o desenvolvimento aos professores.

Nivagara (2004) defende que, uma das funções da supervisão pedagógica, não só visa providenciar um espaço regular aos supervisionados para refletir sobre o conteúdo e o processo do seu trabalho, como também desenvolver conhecimento e competências. O que percebemos é que todas as situações de supervisão envolvem pelo menos certos elementos: o supervisor e o contexto de trabalho. Portanto, a supervisão é, um trabalho que precisa um conjunto de resultados. Quando ao *feedback* aos professores após realizar-se uma supervisão pedagógica na Instituição, o supervisor chefe diz que passa de faculdade por faculdade e nos departamentos, no fim produz-se o relatório.

Com intuito de colher a informação relativa ao processo de fluxo de informações de supervisão pedagógica, o entrevistado disse que dá o *feedback* aos professores através de contactos com os diretores das faculdades e os gestores dos departamentos. Como vemos a resposta, o diretor acadêmico na qualidade do supervisor chefe, após efetuar uma supervisão na Instituição, não faz contacto direto aos supervisionados, mas sim dialoga com gestores das faculdades e os departamentos que por sua vez estes entram em contactos com os visados. Assim, não condiciona que haja uma aprendizagem ativa necessária capaz de aprender fazendo focada no ensino crescente como o retorno (*feedback*).

Segundo Richardson (2015) para se obter uma aprendizagem ativa e necessário o aprender fazendo e também de ambientes que sejam acolhedores, criativos e estruturados em oportunidades, para que o aprender e o ensinar se tornem uma compartilha crescente envolvendo processos de pesquisa, reflexão e criação.

3.1. Resultados da entrevista aos coordenadores dos Departamentos

Na questão que procura se realiza a supervisão pedagógica na universidade, todos os entrevistados, foram unânimes em afirmar que são poucas vezes que tem havido a supervisão pedagógica. Como podemos perceber segundo as respostas dos informantes, a instituição não põe em práticas as suas atividades relacionadas a supervisão, embora haja planos feitos.

Todavia, os entrevistados foram mais longe ao afirmarem que só há supervisão quando houver uma certa queixa ou reclamação por parte dos estudantes contra um dado professor. Neste sentido o supervisor tem que ser um generalizado, capaz de executar os trabalhos inteiramente, disposto de forma organizado. A prática de supervisão pedagógica

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... remete-me na criação e sustentação de ambientes promotores da construção e do desenvolvimento profissional.

A sua essência de supervisão está num ambiente formativo estimulador, que visa apoiar e regular o desenvolvimento profissional aos professores através de algumas estratégias como: o feedback aos supervisionados individualmente ou coletivamente, o apoio, sugestões, sínteses e esclarecimentos conceituais. A supervisão é considerada fundamental no processo de formação, pois aparece como uma atividade de apoio, orientação e regulação (Alarcão e Roldão, 2008).

Com estas palavras percebemos que a supervisão pedagógica tem que obedecer um tipo de supervisão feita de forma operacionalizada e que obedece um certo sistema. Portanto, vai ser aquela que é integrativa, olha outros sistemas e especifica os seus trabalhos, é realizada de forma sistemática para poder melhorar cada vez mais o processo de ensino aprendizagem, que decorre de forma periódica sem que haja prejuízos no processo de ensino e aprendizagem, tentando avaliar aquilo que você está propondo, se irá mudar diretamente na prática e no dia-a-dia, a produtividade dos colaboradores daquela instituição do ensino ou de um determinado curso.

Relativamente as atividades desenvolvidas no estabelecimento, os informantes disseram que são ou têm sido subentendidas, uma vez que os professores gozam de autonomia nas suas atuações perante o processo de ensino e aprendizagem. Pois não resta dúvida que, isso tenha as suas implicações negativas para a universidade, para os professores e até abrange aos seus estudantes. Só para citar uma delas, alguns dos diretores dos departamentos, não têm nenhuma pasta de arquivo dos documentos, eles esperam o trabalho dos diretores dos cursos para homologarem e sugerir o que pode se fazer e ajudam na resolução dos problemas quando não for do nível do diretor do curso. Esta prática é devido a auto-avaliação interna e individual. A supervisão como sendo um processo de apoio de acompanhamento, orientação com vista a melhoria do ensino e aprendizagem.

A Supervisão pedagógica é muito importante no Desenvolvimento Profissional do Professor dentro da universidade, como salienta Formosinho (2002) que o desenvolvimento profissional pode ser visto como um processo de crescimento contínuo de melhoria das práticas docentes, centrado no professor, ou num grupo de professores em interação, com a preocupação de promover mudanças educativas em benefício dos alunos e das comunidades.

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento...

Uma das questões procurava quantas vezes por ano se realiza a supervisão na Universidade, e todos os informantes afirmaram que tem sido uma vez por cada ano letivo. Os departamentos precisam de desdobrarem os programas (Regulamento Geral e Interno) daquela instituição. Assim, pelo fato de a supervisão ocorrer uma vez por cada ano letivo e de forma restrita em termos de sua abrangência, percebemos que a prática está distante à margem do entender de Alarcão e Tavares (2003), que segundo eles a supervisão pedagógica permite uma reflexão individual e conjunta, pois levará o professor a interrogar as suas próprias ações e atitudes e a modificá-las com vista a melhorar todo o processo de ensino-aprendizagem em que se encontra envolvido.

Ainda procurava-se as melhorias registradas após a supervisão pedagógica na instituição para o desenvolvimento de práticas pedagógicas aos professores, os informantes foram cientes que a supervisão pedagógica tem um papel extremamente importante na universidade numa altura em que todos disseram que, uma das melhorias como feedback da supervisão é segundo eles, assiduidade dos profissionais a nível das faculdades e por conseguinte da universidade no seu todo. Como podemos ver, as melhorias oriundas da supervisão, não só visa a assiduidade, como também a pontualidade, comprometimento dos professores, em suma, permite controlar o cumprimento do programa e dos objetivos traçados quer individuais como da organização em tempo útil, com poucos recursos focados na melhoria de qualidade de ensino.

Portanto, se os períodos para a realização de supervisão pedagógica forem mensais ou trimestrais mais será a produção e produtividade na universidade em estudo, porque a supervisão pedagógica é responsável pelo constante desenvolvimento do aluno, professor e a equipe que por ela é assessorada, durante todo o processo ensino-aprendizagem. Este processo interativo, através de uma supervisão pedagógica, traz efeitos positivos que, no entender de Leite (2008) o processo, após a supervisão, a universidade e os professores apresentam as melhorias com base na aprendizagem reflexiva sobre a ação, já que o professor aprende de forma ativa quando se envolve em tarefas concretas de ensino e avaliação.

a. Resultados da entrevista dirigida aos Directores dos Cursos (DC)

Relativamente as atividades de supervisão Pedagógica praticadas na instituição, todos os informantes afirmaram que as atividades mais comuns e práticas no ponto de vista pedagógico são: a planificação de aulas, controlo de presenças aos professores, avaliações das mesmas atividades. Como pode ver, pese embora as atividades

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... pedagógicas começa desde a assiduidade e pontualidade, a planificação diária e semestrais, porém notamos uma ausência de uma componente ou peça chave – assistência mútua das aulas a nível dos cursos e da universidade no seu todo. Não obstante, os planos semestrais são feitos individualmente do que em conjunto ou grupo de disciplinas. Planificação conjunta e a assistência mútua por parte de professores, ajudaria a prática da supervisão cooperativa ou participativa onde seria possível a partilha das boas experiências entre os professores do curso explicando como possa decorrer as atividades letivas.

As atividades de supervisão Pedagógica bem praticadas numa instituição segundo Vivian (2018), o desenvolvimento profissional contínuo dos professores sempre foram uma exigência, focalizada com maior exigência, face às mudanças e teorias pedagógicas. No nosso entender, a exigência começa com o pressuposto de que o desenvolvimento profissional envolve formação inicial e contínua, articuladas a um processo de valorização individual e profissional dos docentes. Assim, o perfil do supervisor deve ser, antes de mais, a de ajudar o professor a fazer a observação do seu próprio ensino, a analisar, interpretar e refletir sobre os dados recolhidos e a procurar melhores soluções para as dificuldades e problemas que vão surgindo no seu dia – a - dia no contexto do Processo de Ensino e Aprendizagem.

No que diz a menção ao responsável pela supervisão pedagógica a nível da universidade, todos os intervenientes disseram que caso haja uma supervisão pedagógica, os supervisores têm sido os gestores daquele estabelecimento de ensino superior. Como podemos notar as respostas, se os supervisores são "funcionários seniores" da instituição, logo concluímos que quanto a abrangência, trata-se de uma supervisão interna. Igualmente podemos ressaltar que a vantagem das atividades da supervisão interna considera o professor como um mediador, como um conhecedor do desenvolvimento humano em uma perspectiva de saber direcionar os estudantes de forma eficiente e eficaz, através da valorização dos conteúdos. Alinhado a esse pensamento Libâneo (2011) afirma que uma boa didática na perspectiva da mediação, nesse caso a supervisão interna, é aquela que promove e aumenta o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos estudantes por meio dos conteúdos.

Segundo Corrêa et al. (2011) nas universidades não existe, a princípio, uma formação inicial própria ao exercício da docência, mas as instituições precisam propor investimento nas ações de formação continuada no âmbito pedagógico, com vistas ao desenvolvimento profissional. É de concordar com este autor porque durante o percurso

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... acadêmico como um estudante na universidade YX, verificamos que a maior parte dos docentes têm o conhecimento científico sim, mas falta a parte das metodologias de ensino, portanto, a formação contínua interna vem para superar estas dificuldades de certos docentes.

Para as atividades de supervisão Pedagógica praticadas no estabelecimento de ensino contribuem para o desenvolvimento de boas práticas aos professores, todos os informantes afirmaram que contribuem para o desenvolvimento de boas práticas aos professores. Com base nessas respostas, concluímos que afinal, o grupo de pesquisa, de Avaliação de trabalho científico e Comissão de avaliação de desempenho docente são outras formas de formação pedagógica para minimizar o desenvolvimento negativo das práticas pedagógicas dos professores do ensino daquela instituição. Como diz Volpato e Pinto (2012) que a pesquisa é uma aventura intelectual de compreensão, diante as situações problemáticas institucionais e profissionais.

Relativamente a frequência da realização da supervisão pedagógica na instituição, a maioria dos entrevistados respondeu que em termos de frequência para a realização da supervisão, depende do programa do departamento. Como vemos, a filosofia de cada diretor, ou direção do departamento porque trabalham segundo o regulamento Geral e Interno da daquela instituição ou de acordo com o planejado. Constatamos que, essa dependência pode ter suas consequências negativas. Por exemplo, se um supervisor numa determinada área for a orientar certa tarefa e não controlar, pois o professor pode relaxar, por conseguinte, a probabilidade de cumprir com os objetivos almejados em tempo útil é menor.

No pensar do Almeida (2012), para que haja o desenvolvimento profissional dos professores é preciso que as instituições de ensino superior programem com frequências de curta e médio período de tempo porque é uma articulação que engloba a formação contínua do professor. Os propósitos da instituição, os recursos materiais necessários para a realização de trabalho educativo e a inteiração com os gestores, podem ser umas das vantagens de curta frequência no âmbito de frequência.

Alarcão (2002) entende que a supervisão programada é importante para os supervisores das instituições de ensino, porque segundo este autor, ajudam a conhecer um pensamento institucional estratégico, saber estabelecer relações entre reflexão, planificação, ação, monitorização e avaliação, permite controlar o cumprimento do programa, dos objetivos traçados e para que não haja aulas e trabalhos improvisados. Pois a supervisão competente cria um ambiente de trabalho saudável entre os

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... professores e outros quadros, bem como ajuda a instituição a melhorar a qualidade dos seus trabalhos.

b. Resultados da entrevista dirigida aos Professores – código (P)

No que tange a capacitação dos professores em matéria de supervisão pedagógica na Universidade, maioritariamente disse que nunca tiveram capacitações pedagógicas na instituição, embora a minoria ter dito que às vezes tem sido capacitado. Na falta de capacitações de professores e assistência mútua as aulas, com alegação de autonomia dos mesmos, não restam dúvidas que trazem as implicações nefastas para os professores, para a universidade e para a sociedade estudantil.

Na opinião do Santos (2012) “formação contínua é o conjunto de todas as modalidades de aperfeiçoamento (capacitações) profissional de professores, que pode ser através de palestras, seminários, cursos e outras práticas profissionais. Quando os resultados como feedback da supervisão pedagógica na Instituição, todos os entrevistados convergiram nas respostas numa altura em que todos disseram que, se houvesse frequentes práticas de supervisão pedagógica na universidade em estudo, traria diversos resultados como feedback. Por outras, frequentes práticas de supervisão pedagógica permite sanar certas situações quer sejam formais, quer em situações informais.

As respostas mostram que na instituição em causa, não praticam diversas atividades de supervisão pedagógica, caso pratiquem são restritas e as matérias ou com focos limitados. Uma vez que a finalidade da formação contínua nas universidades é formar pessoas abertas às mudanças de práticas na educação e na intervenção educativa. Portanto, esta faz parte do feedback da supervisão pedagógica. Tardif (2007) afirma que os objetivos de formação contínua é de fazer evoluir ao professor progressivamente os conhecimentos profissionais tanto os teóricos assim como os práticos dos professores.

Percebe-se que os professores para atingirem níveis mais alto, devem procurar de forma permanente realizar pesquisas e participar em várias atividades de formação contínua como as que notamos no trabalho assim como outras formas de formação contínua que não prejudiquem o processo de ensino-aprendizagem, desde que abordem temas que tem a ver com as suas dificuldades e as realidades enfrentadas dentro da instituição. A didáctica é necessária para a formação de um bom professor, para sua

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... aplicação em sala de aula, para o entendimento do aluno e para o rico conhecimento que ambos adquirirão.

Do grosso modo, aceitamos que o feedback numa visão de instrução fornece informações ao nível das atividades no processo de ensino-aprendizagem. As tais informações são meramente válidas e essenciais para ambas partes - o supervisionado e supervisor, porque permite um desenvolvimento de qualidade das práticas pedagógicas e logo resultados positivos no âmbito de todas tarefas dentro e fora das instituições do ensino. Daí que a supervisão pedagógica constitui uma ponte ideal para a melhoria das práticas pedagógicas dos professores e das instituições de ensino no seu todo. Respeitante o número de vezes por ano se realizam a capacitação em matéria de supervisão pedagógica na Universidade percebeu-se o seguinte:

P1: Uma vez por ano.

P2: Às vezes.

P3: Raramente.

P4: Uma vez em cada ano.

P5: Parece que é uma vez por ano.

Nestes termos, segundo as respostas, a supervisão como sendo uma base para o levantamento das necessidades da formação contínua com vista a formar pessoas abertas às mudanças de práticas na educação e na intervenção educativa, sentimos que uma vez por cada ano académico, é insuficiente para responder as necessidades do mercado competitivo.

Considerações Finais

A Supervisão com qualidade é uma prática sensível orientada pelo conhecimento clínico e científico mais atualizado. Esta permite que os profissionais se sintam apoiados e orientados na sua intervenção diária, seja num contexto de supervisão individual ou em grupo. De acordo com os objetivos traçados, levou-nos a perceber concretamente a realidade do objeto de estudo, do papel da supervisão pedagógica, das práticas dos professores do ensino superior de forma particular e de forma geral à medida que fizemos cruzamentos da literatura que tivemos acesso relacionada com o tema em estudo, auxiliados com as técnicas e instrumentos como a observação, análise documental e a entrevista do grupo alvo nomeadamente: o diretor académico, os supervisores/diretores

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... dos departamentos, dos cursos e os professores, sendo que, sentimos que alcançamos com sucesso os nossos objetivos.

Nesta pesquisa concluímos que a supervisão pedagógica passou por várias etapas, a saber: na Idade Média, Moderna e idade contemporânea. Premugy (2012), faz nos entender que o ensino superior em Moçambique, surgiu em 1962, a 21 de Agosto, no período colonial em Lourenço Marques sob interesse colonial ou discriminatório para o povo moçambicano, atual Maputo e Universidade Eduardo Mondlane criado pelo Decreto-lei nº 44530, após Moçambique independente em 1975, o Decreto-lei nº 1/93 de 24 de Junho abriu espaço para o surgimento de instituições do ensino superior privadas.

Concluímos que não existe um Regulamento ou Plano de supervisão pedagógica naquela universidade, porque não obedece uma informação sistêmica; não encontramos um grupo maior de supervisores formados na área de supervisão pedagógica; não decorrem seminários de capacitação pedagógica nem assistência mutua as aulas. Os planos são improvisados. Os Planos não deixam claro sobre o percurso da supervisão pedagógica, o que constatamos é existência das listas do que deve se fazer, conter no armário, há falta de atualização dos documentos.

O espaço não proporciona o trabalho, por isso, os documentos são sujeitos a desordem e poeira, porque o mesmo espaço tão menor está para guardar documentos, para atendimento ao público (professores, alunos, pais e encarregados de educação) e serve de escritório dos supervisores, seus adjuntos e alguns professores e a secretaria da Faculdade. Notamos convergências entre eles: alguns afirmam a existência de supervisão pedagógica, outros dizem não haver necessidade, porque os professores ali existentes ostentam de formação psicopedagógica, enquanto alguns supervisores mencionam as atividades de supervisão que efetuam outros mencionam outras diferentes do outro, isto é, não existe uniformidade nas ideias.

Percebemos que, a supervisão deve ser vista como ação crítica, construtiva e vitalizadora colocada ao serviço de toda a comunidade educativa, mas muito em particular da melhoria das práticas pedagógicas dos professores, tendo em vista o desenvolvimento do professor em prol do sucesso educativo.

Referência

Alarcão, I. & Canha, B. (2013). *Supervisão e Colaboração: uma relação para o desenvolvimento*. Porto: Porto Editora.

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento...

Alarcão, I. & Tavares, J. (2003). *Supervisão da Prática Pedagógica: uma Perspectiva de Desenvolvimento e Aprendizagem*. 2.ed. Revista e desenvolvida. Coimbra: Almedina.

Alarcão, I. (2002). Escola reflexiva e desenvolvimento institucional: que novas funções supervisiva? In: J. Oliveira -Formosinho (Org.). *Supervisão na Formação de Professores*. Porto: Porto Editora, pp. 217 -238.

Alarcão, I. & Roldão, M. (2008). *Supervisão. Um contexto de Desenvolvimento Profissional*. Mangualde: Edições Pedagogo.

Almeida, M. I. (2012) *Formação do Professor do ensino Superior: desafios e políticas institucionais*. São Paulo: Cortez Editora.

Corrêa, A. K. et al. (2011). *Formação pedagógica do professor universitária: reflexão a partir de uma experiência: Pedagogia universitária, caminhos para a formação de professores*. São Paulo: Cortez, p.75-100.

Moçambique. *Decreto-Lei nº3354, 1994. Colectânea de Legislação do Ensino Superior*. Maputo.

Formosinho, J. O. (2002). *A Supervisão na Formação de professores II: Da sala à Escola*, Porto: Porto Editora.

Glickman, C. (1992). *Supervision in transition*. Alexandria, VA: ASCD.

Hawkins, P. & Shohet, R. (2009). *Supervision in the helping professions*. London: McGraw-Hill.

Leite, D. V.(2008).Enciclopédia da pedagogia universitária: gerais. In: MOROSINI.

Libâneo, J. C.;Suanno, M. V. R.; Limonta, S. V. (Org.). *Didáctica e trabalho docente: a mediação didáctica do professor nas aulas Concepções e práticas de ensino num mundo em mudança: diferentes olhares para a didáctica*. Goiânia: CEPED/Editora PUC Goiás.

Lima, M. B. (2000). *O papel do supervisor pedagógica e sua acção pedagógica nas series iniciais*. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/o-papel-do-supervisor-escolar-e-sua-acao-pedagogica-nas-series-iniciais> [consultado em 13 de Agosto 2021].

MEC (2012). *Plano Estratégico da Educação 2012-2016*, Maputo: MEC.

Minayo, M.C.S (1993-2004) *Gestão de formação nas organizações*. São Paulo: Hucitec.

Nivagara, D. (2004). *Módulo de formação em Administração, gestão e supervisão escolar*. Maputo, Moçambique: INSITEC.

Premugy, C. I. C. (2012). *Colectânea de legislação do ensino superior*. Maputo, Moçambique: MINED.

José Greia, João Flávio Amisse Uagire, O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento... Moçambique. (2017). Regulamento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado. Maputo: Governo.

Ribeiro, D.A.D.R (1996), *Modelos e estilos de supervisão pedagógica, facilidades de processos de autonomia*. Universidade Aveiro: Brasil.

Richardson, R. J. (2015). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*.3.ed.São Paulo: Atlas.

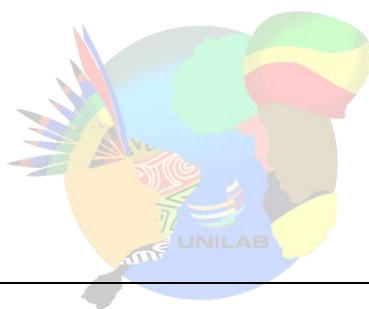
Santos, R. J. D. (2012). *Supervisão Pedagógica: visão crítica de um percurso*. Lisboa: Portugal Prime Books.

Tardif, M. (2007). *Saberes docentes e formação profissional*. 8.ed. Petrópolis: Vozes.

Volpato, G. & Pinto, M. M. (2012). *Pedagogia universitária: olhares e percepções*. Curitiba: Editora CRC.

Vieira, F. & Moreira, M. (2011). *Supervisão e avaliação de desenvolvimento docente para uma abordagem de orientação transformadora*. Lisboa: MECCAP.

Wiles, K. (1955). *Supervision for better schools*. New-York: Prentice-Hall.



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 26/12/2022

Para citar este texto (ABNT): GREIA, José; UAGIRE, João Flávio Amisse. O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior em Moçambique: Estudo de caso na Universidade YX na Cidade de Nampula. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.274-292, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): GREIA, José; UAGIRE, João Flávio Amisse. (jan./jun.2023). O papel da Supervisão Pedagógica no desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores no ensino superior em Moçambique: Estudo de caso na Universidade YX na Cidade de Nampula. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 274-292.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

A Supervisão Pedagógica como ferramenta de desenvolvimento profissional: estudo de caso da Escola Primária do 1º e 2º Grau de Bengo - Chimoio

Amosse Jorge Gelo *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-4868-7609>

José Luis Dias **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6562-5904>

David José Sebastião Matandire ***

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-1102-0376>

Resumo: o presente artigo objectiva analisar o impacto da supervisão pedagógica para o desenvolvimento profissional, um estudo de caso que envolveu a Escola Primária do 1º e 2º Grau de Bengo, em Chimoio, realizado no ano de 2020. É uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, que teve como técnica de recolha de dados o inquérito por questionário que foi dirigido a 10 professores da escola, sendo 4 mulheres e 6 homens e, igualmente, 2 gestores, o Diretor da Escola e a Diretora Adjunta da Escola. Com este estudo, pretendemos identificar a importância da supervisão para o desenvolvimento profissional; descrever o modo como a supervisão ocorre na escola em estudo e identificar as actividades realizadas pelos supervisores externos e internos. Da análise feita dos questionários, ficou claro que a supervisão externa decorre pelo menos uma vez por ano e provém dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, Direcção Provincial ou do Ministério da Educação e interna ocorre diariamente, realizada pelos gestores da escola. Os professores que passaram por supervisão outrora os participantes do estudo, informaram que a supervisão melhora a sua forma de atuar, tanto na planificação das lições, na leccionação e no uso de metodologias e materiais didáticos que visam facilitar a aprendizagem do aluno e o desenvolvimento da sua profissão. Os dados da pesquisa revelaram que os supervisores também se preocupam com questões organizacionais, como a limpeza da sala de aulas, do recinto e a disposição física da escola em geral.

Palavras chaves: Supervisão Pedagógica; Desenvolvimento Profissional; Processo de Ensino e Aprendizagem.

* Graduado em Ensino de Português com Habilitações em Ensino de Línguas Bantu pela Universidade Púnguè – Moçambique; Docente de Português e de Metodologias de Investigação Científica no Instituto Médio Politécnico Cabeça do Velho – Moçambique. E-mail: amossejorgegelo28@gmail.com

** Doutorando em Inovação Educativa na Universidade Católica de Moçambique – Faculdade de Educação e Comunicação, Nampula; Docente do Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM) – Divisão de Economia, Gestão e Turismo, Distrito de Vanduzi – Posto Administrativo de Chiremera – Moçambique. E-mail: dias.jose34@gmail.com

*** Graduado em Ensino de Português com Habilitações em Ensino de Línguas Bantu pela Universidade Púnguè – Moçambique; Professor de Português na Associação Júlia Biliart - Notre Dame – Moçambique. E-mail: matandiredavid@gmail.com

Pedagogical Supervision as a professional development tool: case study of the Primary School of the 1st and 2nd Degree of Bengo – Chimoio

Abstract: this article aims to analyze the impact of pedagogical supervision for professional development, a case study that involved the Primary School of the 1st and 2nd Degree of Bengo, in Chimoio, held in 2020. It is a research with a qualitative-quantitative approach, which had as a technique of data collection the questionnaire survey that was directed to 10 teachers of the school, 4 women and 6 men and also 2 managers, the School Director and the Deputy Director of the School. With this study, we intend to identify the importance of supervision for professional development; describe how supervision occurs in the school under study and identify the activities performed by external and internal supervisors. From the analysis of the questionnaires, it was clear that external supervision takes place at least once a year and comes from the District Services of Education, Youth and Technology, Provincial Directorate or the Ministry of Education and internal occurs daily, carried out by school managers. Teachers who were supervised by the study participants, reported that supervision improves the way they act, both in the planning of lessons, in teaching and in the use of methodologies and teaching materials that aim to facilitate the student's learning and the development of their profession. The research data revealed that supervisors also care about organizational issues such as cleaning the classroom, the venue and the physical disposition of the school in general.

Keywords: Pedagogical Supervision; Professional Development; Teaching and Learning Process.

Rubetso rekutarisirwa kemaitiro yekudzidzisa kuitira budiriro yehunyanzvi: chidzidzo cheshikora yemabhukhi ekutanga ne echipiri yeBengo muChimoio

Chigwagwa: chinyorwa ichi chine chinangwa chekuongorora Rubetso rekutarisirwa kemaitiro yekudzidzisa kuitira budiriro yehunyanzvi: chidzidzo cheshikora yemabhukhi ekutanga ne echipiri yeBengo muChimoio, yakaitwa mugore ra2020. Itsvagurudzo ine maitiro emhando, iyo nzira yekuunganidza nasoko yaive ongororo yemibvunzo yakanyorerwa vadzidzisi vechikoro gumi, vakadzi 4 nevarume 6 uye. Nechidzidzo ichi, tine chinangwa chekuona kukosha kwekutariswa kwebudiriro yehunyanzvi; tsanangura nzira iyo kutariswa kunoitwa nayo muchikoro chiri kudzidza uye kuona mabasa anoitwa nekusingaperi uye mukati mevatariri. Kubva pakuongororwa kwemibvunzo, zvakabuda pachena kuti kutariswa kwekunze kunoitika kamwechete pagore uye kunobva kuRuwa re masevhisi edzidzo, Majaha ne teknolojia, Ruwa remudunhu kana Ushumiri wedzidzo uye kutariswa kwemukati kunoitika zuva nezuva, kunoitwa ne mamaneja echikoro. Vadzidzisi vakatariswa, vaimbove vatori vechikamu muchidzidzo, vakashuma kuti kutariswa kunovandudza nzira yavo yekuita, zvese mukuronga zvidzidzo, mukudzidzisa uye mukushandiswa kwemitoo uye zvekudzidzisa izvo zvinovavarira kufambisa kudzidza kwevadzidzi nekusimudzira basa ravo. Ongororo yakaitwa yakaratidza kuti vatariri vane chekuitawo nenyaya dzekurongeka, sekuchena kwekamuri yekudzidzira, nzvimbo uye chimiro chechikoro zvachose.

Masoko ekutsigira: Kutarisirwa kemaitiro yekudzidzisa; Budiriro yehunyanzvi; Kudzidzisa uye Kudzidza Nzira.

Introdução

Na atualidade, muito se tem falado sobre a problemática da qualidade do ensino, dos professores, dos gestores e da organização escolar como fatores que contribuem para a baixa qualidade de ensino.

Na concepção de Hargreaves (2003), vivemos num tempo de insegurança, mudança acelerada, de rápida evolução científica, diversidade cultural e de complexidade tecnológica. A complexidade da escola de hoje tem a ver com a complexidade do mundo atual. Portanto, espera-se que as escolas se adaptem e tenham sucesso nesta sociedade.

É neste contexto que surge a necessidade de estudar a supervisão pedagógica como estratégia de desenvolvimento profissional na EP do 1º e 2º Grau de Bengo - Chimoio, sendo este um processo importantíssimo na racionalização das atividades dentro de uma determinada instituição escolar, privilegiando, principalmente, um trabalho voltado para a qualidade dos docentes, dos gestores escolares e do trabalho realizado por eles.

A pesquisa se enquadra na Administração e Gestão Escolar, pois a supervisão pedagógica é responsável pela coordenação, não só de documentos escolares (administração), como também do profissional da escola, os gestores e o corpo docente (gestão). Nesta perspectiva, este tema pode ser abordado em áreas diferentes, a saber: Supervisão e Inspeção Escolar, Política da Educação (virada para a política dos currículos nacionais), fundamentos de Pedagogia (virada para os conhecimentos da evolução da educação ao longo dos tempos) e Didática (virada para os conhecimentos técnicos do processo de ensino e aprendizagem).

A pesquisa visa responder os seguintes objetivos específicos: identificar a importância da supervisão para o desenvolvimento profissional; descrever o percurso da supervisão pedagógica na EP do 1º e 2º Grau de Bengo; identificar as atividades desenvolvidas pelos supervisores externos e internos na escola em estudo. Por se tratar de um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, foi realizado um trabalho de campo em que participaram 10 professores do inquérito por questionário, sendo 4 mulheres e 5 homens. De igual modo, foram submetidos ao questionário 2 gestores, o Diretor da Escola e a Diretora Adjunta da Escola.

Em questões de organização, o trabalho encontra-se estruturado em 5 seções. A primeira é dedicada a discussão dos conceitos de supervisão pedagógica. A segunda é referente a influência deste processo no desenvolvimento profissional. A terceira parte é

Amosse J. Gelo, José L. Dias' David J. S. Matandire, A Supervisão Pedagógica como ferramenta.. destinada a descrever as metodologias usadas para alcançar os objetivos da pesquisa. A quarta seção abarca a análise e discussão dos dados recolhidos na escola em estudo. Para além das partes mencionadas, o trabalho conta com uma introdução e considerações finais.

1. Da supervisão à supervisão pedagógica: concepções e reflexões

Na visão de Stones (1984, p. 24), posto num objecto de trabalho a se realizar por outra pessoa, entidade ou organização, o conceito de supervisão foi construindo um assentamento epistemológico, suportado na “observação, acompanhamento, orientação, avaliação e liderança”. Para este autor, a supervisão pode ser entendida como uma visão aprofundada, reflexiva e com sentido autocrítico do contexto circundante, mas também voltada para o interior com vista a compreender o significado da realidade; uma visão com capacidade de previsão; uma retrovisão; e uma segunda visão para promover o que se pretende que seja instituído, para evitar o que não se deseja e para reconhecer o que aconteceu e não deveria ter acontecido.

Neste contexto, Alarcão e Roldão (2010) postulam que a supervisão pode ser exercida sob quatro declives (clínica, desenvolvimento pessoal e cooperativo, desenvolvimento autodirecionado e monitorização administrativa). Analisando a supervisão do seu sentido restrito, Alarcão e Tavares (1987) defendem que o conceito de supervisão, no campo pedagógico, limitou-se, tradicionalmente, à formação inicial de professores. Os autores sustentam que:

Ensinar os professores a ensinar deve ser o objectivo principal de toda a supervisão pedagógica, devendo a mesma ser levada a cabo por professores com experiência e competência demonstrada ao longo do seu percurso profissional, com vista à promoção do desenvolvimento profissional dos professores. (ALARCÃO; TAVARES, 1987, p. 34).

Neste pressuposto, a supervisão, em contexto de formação, é entendida como um processo em que um profissional, em princípio mais experiente, mais informado e conhecedor dos segredos da profissão, orienta outro profissional, no seu desenvolvimento profissional e humano (ALARCÃO, 2002). A supervisão, portanto, é situada na capacidade de agir sobre os elos essenciais do sistema, de modo a manter a articulação/ligação entre todas as partes da escola.

Por outro lado, a supervisão pedagógica pode ser entendida como:

atuação de monitorização sistemática da prática pedagógica, sobretudo através de procedimentos de reflexão e experimentação nas suas dimensões analítica e interpessoal, de observação como estratégia de formação e de didáctica como

campo especializado de reflexão/experimentação pelo professor. (VIEIRA, 1993, p. 32).

Nesta perspectiva, percebe-se que o objeto da supervisão é a prática pedagógica do professor, com vista a monitorá-la de modo que contribua diretamente para o desenvolvimento profissional do profissional da educação. Poderemos dizer que se trata da orientação da prática pedagógica, intimamente ligada à sua formação profissional.

2. A supervisão pedagógica e o desenvolvimento profissional

Para Alarcão e Canha (2013), o desenvolvimento profissional do professor (e qualquer outro profissional) abrange um processo de aprendizagem, que exige grande investimento pessoal, vontade própria, esforço e comprometimento com a profissão. Os autores descrevem que:

Falar de desenvolvimento profissional é falar de conhecimentos sobre o ensino, das atitudes face ao ato educativo, do papel do professor e do aluno, das suas relações interpessoais, das competências envolvidas no processo pedagógico e do processo reflexivo sobre as práticas do professor. O conceito de desenvolvimento profissional é relativamente recente na formação dos professores dos diversos níveis de ensino. A sua importância resulta das mudanças e complexidades da sociedade, que impõe à escola, enormes responsabilidades. Este conceito representa uma nova perspectiva de olhar os professores. Estes deixam de ser vistos como transmissores de informação, passando a ser considerados profissionais autónomos e responsáveis por exercerem múltiplas funções. (ALARCÃO; CANHA, 2013, p.51).

Esta concepção nos faz concordar que viver e exercer uma profissão, nos dias atuais, acarreta o envolvimento pessoal num processo contínuo de desenvolvimento, o qual possibilita a construção e reconstrução de conhecimentos e atuação ao longo da vida e, assim, conviver com as exigências levantadas por um mundo em permanente mudança. (ALARCÃO; CANHA, 2013).

Para Assique (2015), a atividade de supervisão acompanha e orienta o desenvolvimento como finalidade, mas não perde de vista e apoia o desenvolvimento como processo. Portanto, nesta ótica, o desenvolvimento é um processo contínuo, intersistémico, potenciado pela interação entre as pessoas e entre estas e o mundo que as rodeia e que, propiciando uma relação entre o pensamento e a ação, motiva para a ação dinâmica, proativa, transformadora, fundada no conhecimento, na interpretação crítica da realidade e no diálogo construtor de concepções partilhadas. Trata-se de uma perspectiva interacionista multidimensional e colaborativa. Assim, Alarcão e Tavares avançam que:

O desenvolvimento pessoal e profissional do professor deve partir de uma concepção que o considere como um todo, como uma pessoa a quem não é possível ensinar a ser profissional, mas a quem se proporcionam condições para utilizar o seu próprio desenvolvimento profissional. (ALARCÃO; TAVARES, 2003, p. 17).

Com base neste pressuposto, embora haja necessidade de existir um supervisor que oriente a prática, o professor é responsável ativo no seu desenvolvimento profissional e depende do seu engajamento e procura de uma identidade profissional que dignifique a sua carreira através da observância de normas que a regulam.

Desta maneira, o professor, individualmente ou com outras pessoas (colegas, educadores, investigadores), revê, renova e amplia os seus compromissos quanto aos propósitos do ensino e adquire e desenvolve, de forma crítica, o conhecimento, as técnicas e a inteligência (cognitiva e afetiva) essenciais a uma prática profissional de qualidade com os alunos, no contexto escolar.

3. Metodologia

Para Fonseca (2002), a metodologia permite a realização de um estudo sistemático, com vista a organizar os caminhos a serem percorridos, para se realizar uma investigação ou um estudo, ou para se fazer ciência. Nesta senda, pretendemos, em linhas lacónicas, descrever os procedimentos tomados em consideração para a efetivação desta pesquisa.

O trabalho é resultado de um estudo de caso de carácter exploratório, o qual consistiu na análise profunda e exaustiva do impacto da supervisão pedagógica para o desenvolvimento profissional dos professores da EP do 1º e 2º Grau de Bengo, permitindo, desta maneira, o detalhamento e amplificação do conhecimento a respeito deste fenómeno (supervisão). Para tal, servimo-nos da abordagem quali-quantitativa.

Em termos de procedimentos técnicos, começamos por realizar uma pesquisa bibliográfica que nos permitiu uma familiarização com o tema. Como segunda etapa, realizamos um trabalho de campo com vista a recolher dados por meio da técnica de inquérito por questionário. Fizeram parte desta etapa 10 professores da escola em estudo, dos quais 4 mulheres e 6 homens e os membros da direção, especificamente o Diretor da Escola (DE) e a Diretora Adjunta da Escola (DAE).

Por fim, passamos para a fase da organização e análise de dados, onde os quantitativos foram dispostos em gráficos e analisados qualitativamente através do método de análise de conteúdo baseado no processo indutivo, o qual nos permitiu interpretar as unidades de registo e chegar a conclusões gerais partindo do específico.

4. Análise e discussão de resultados

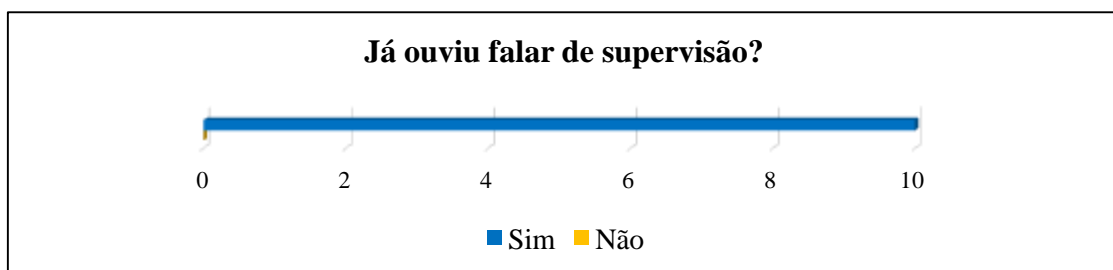
Para maior organização no processo da análise dos dados, consideramos viável dividirmos em duas unidades de registro, sendo a primeira do questionário dirigido aos professores e segunda de gestores da escola.

4.1. Unidade de Registro I: Questionário dirigido aos professores

Como referimos no tópico anterior, participaram da pesquisa 10 professores, sendo 4 mulheres que representam 40% da amostra e 6 homens correspondentes a 60%. De acordo com os dados da pesquisa, os professores participantes, no momento da realização do estudo, possuíam entre 6 e 20 anos de experiência na prática docente. O motivo que nos levou a essa pergunta é justamente pelo número de vezes que um professor experiente já foi submetido à supervisão pedagógica e a experiência que outrora acumulou fruto do processo.

Os participantes, em seguida, foram questionados se já tinham ouvido falar da supervisão pedagógica, os resultados são observados no gráfico que segue:

Gráfico 1. Conhecimento dos participantes sobre a supervisão

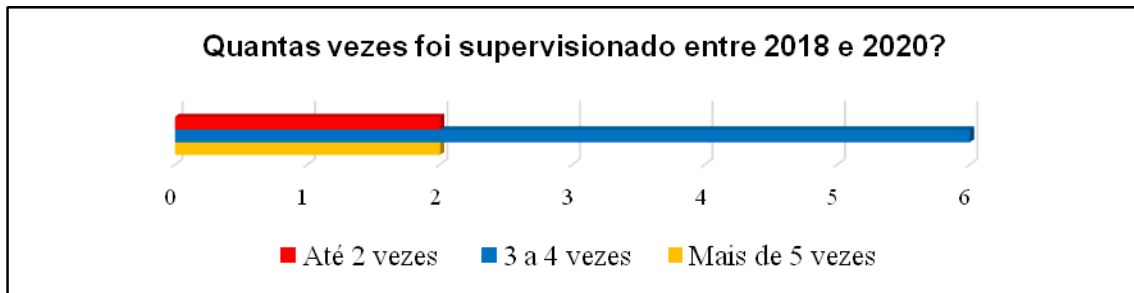


Fonte: Dados da pesquisa, 2020

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, todos os participantes já ouviram falar da supervisão, o que para nós consideramos uma mais valia para a obtenção aprofundada de informações.

A questão a seguir buscava saber dos participantes a frequência com que foram submetidos ao processo de supervisão pedagógica no período entre 2018 e 2020. Observa-se, no gráfico a seguir, os resultados obtidos.

Gráfico 2. Frequência da supervisão entre 2018 e 2020

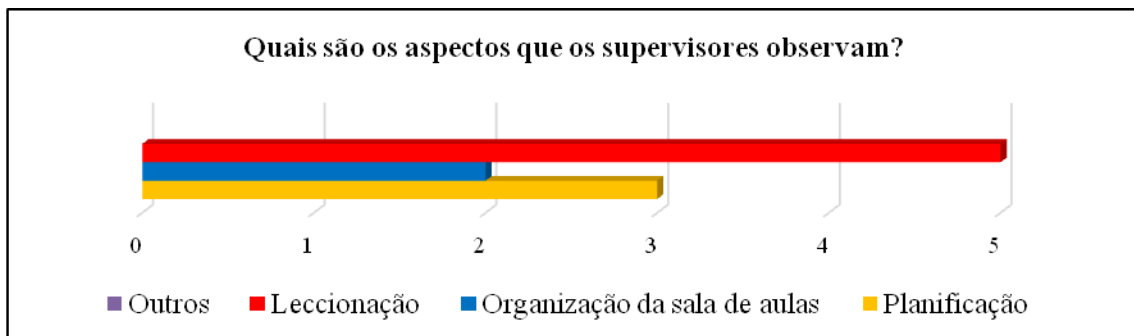


Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Num período de 2 anos, 2 professores já foram submetidos pelo menos duas vezes ao processo de supervisão, representando 20% dos participantes. Já a maior parte que é de 6 professores, a razão de 60%, foi submetida entre três e quatro vezes. Os restantes 2 professores passaram pelo processo mais de cinco vezes neste período. Vale frisar que os dados correspondem tanto a supervisão interna como externa, assunto que doravante aprofundaremos.

Procuramos, na questão a seguir, conhecer os aspectos observados pelos supervisores durante a realização da sua tarefa. Os resultados são detalhados no gráfico a seguir:

Gráfico 3. Aspectos observados pelos supervisores



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Os dados da pesquisa revelam que o aspecto mais observado pelos supervisores é a questão da leccionação. Este quesito foi levantado por 5 participantes, representando 50% da amostra. Neste ponto, observa-se mais quais as metodologias usadas pelos professores e os aspectos técnicos durante o processo da mediação, pois são esses aspectos pontuais para o alcance dos objetivos. Em seguida, os supervisores focam olhares na planificação, considerando que o sucesso da aula parte da preparação da

Amosse J. Gelo, José L. Dias' David J. S. Matandire, A Supervisão Pedagógica como ferramenta.. aula, desde os planos analíticos, quinzenais e de lição. Por fim, verificam a disposição da sala de aulas, olhando para a existência de material didático bem como a organização física do ambiente de aprendizagem, especificamente a limpeza e a disposição das carteiras.

Todos estes aspectos visam responder ao pensamento de Przybylski (1976, p. 16) que considera a supervisão escolar um procedimento que tem por finalidade conceder “ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais em nível de sistema e unidade escolar, tendo em vista o resultado das ações pedagógicas, o melhor desempenho e o aprimoramento do pessoal envolvido na situação ensino-aprendizagem”.

Aliado a este pensamento, temos a indicação dos participantes quando questionados sobre quais mudanças a supervisão proporciona na sua prática, ao afirmarem, todos, que após a orientação dos supervisores, tem havido mudanças na forma de planificação, na produção de materiais didáticos adequados à realidade dos alunos, assim como a sua postura na sala de aula e os métodos adequados que garantem a melhoria do PEA.

4.2. Unidade de Registro II: Questionário dirigido aos gestores da escola

A análise do questionário dos gestores encontra-se dividido em duas partes, sendo a primeira referente à supervisão externa e a segunda interna. Aos gestores que fizeram parte do questionário, o Diretor da Escola e a Diretora Adjunta da Escola, foi-lhes indagado se recebiam a supervisão até ao momento da pesquisa e, unanimemente, confirmaram a aparição de equipas externas de supervisão, que geralmente se fazem presentes pelo menos uma vez por cada trimestre, totalizando 3 vezes, pois o ano letivo tem 3 trimestres.

Em seguida, procuramos saber donde vinha a equipa da supervisão externa, conforme o Diretor da Escola, vem do Ministério da Educação (casos raros), da Direcção Provincial e do SDEJT (Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia).

Para sabermos exactamente quem é enviado vindo dessas direcções, Simbine (2009) aponta que os técnicos pedagógicos, nas suas atribuições, devem supervisionar os diretores de escolas e os professores, respectivamente na gestão escolar, planificação das aulas e leccionação, actividades que não sendo conhecidas na prática, certamente, o acompanhamento e apoio às pessoas (diretores de escolas e professores) que

Amosse J. Gelo, José L. Dias' David J. S. Matandire, A Supervisão Pedagógica como ferramenta.. implementam o processo de ensino-aprendizagem poderá ser feito com muitas dificuldades técnicas.

Interessou-nos, de igual modo, conhecer as ações concretas realizadas por estas equipas ao longo das suas atividades. Os resultados são observados no quadro a seguir:

Quadro 1. Ações concretas da equipa da supervisão

GESTOR	ACÇÕES DA SUPERVISÃO
Director da Escola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auferir o grau de cumprimento das atividades escolares; ✓ Deixar orientações novas; ✓ Apoiar tecnicamente os demais setores da instituição; ✓ Auscultar as dificuldades encaradas pela escola.
Directora Adjunta da Escola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ver como as atividades estão sendo cumpridas; ✓ Velar pela organização da escola e do seu funcionamento; ✓ Observar as atividades de planificação pedagógica; ✓ Dar as recomendações em alguns aspectos a melhorar.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

De acordo com os dados no quadro, percebemos que a supervisão se preocupa com os aspectos organizacionais da escola, verificando o seu funcionamento, desde a parte da organização física até aos aspectos pedagógicos e administrativos. Porém, o nosso foco neste estudo é a parte pedagógica que vela pelo desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

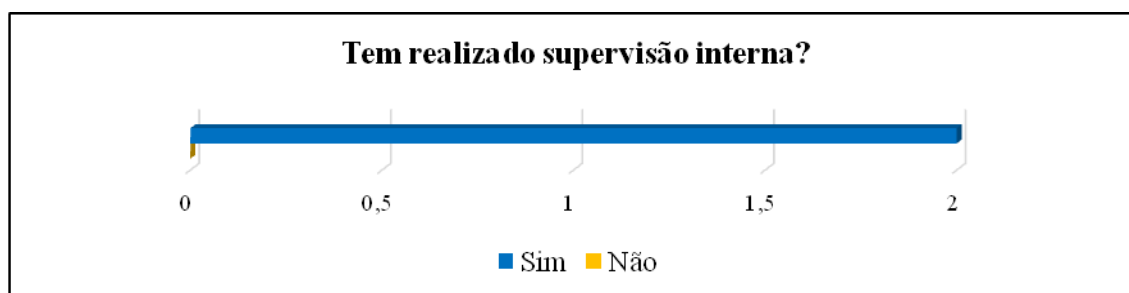
A quando do desenvolvimento desta questão, os intervenientes deixaram claro que em caso de existir alguma irregularidade, dependendo da gravidade, pode-se aplicar uma advertência, deixando ficar orientações de melhoria, e se for maior, ocorre sanções. Ainda acrescentaram que a supervisão ajuda a como superar a irregularidade, dando um determinado prazo, de modo que seja corrida.

Num dado momento, quando os supervisores aplicam sanções em resposta a estas irregularidades, estariam a ter uma inclinação na inspeção, conforme explica Simbine (2009, p.20) que “apesar de existirem algumas semelhanças que, até certo ponto, se podem confundir durante a realização das actividades, está claro que um supervisor pedagógico é diferente de um supervisor inspector, cuja missão principal

Amosse J. Gelo, José L. Dias' David J. S. Matandire, A Supervisão Pedagógica como ferramenta.. deste, é verificar e controlar a implementação das normas e, se necessário, ameaçar e punir os infratores”.

Saindo do contexto da supervisão externa, questionamos se os gestores têm realizado uma supervisão interna. Os resultados são encontrados no gráfico a seguir:

Gráfico 4. Realização da supervisão interna



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

De acordo com os dados do gráfico, percebemos que os dois gestores da escola, que correspondem a 100%, fazem a supervisão interna e não só esperam os supervisores externos para fazerem levantamento de aspectos a serem melhorados.

Segundo a análise do questionário, o Diretor da Escola realiza a supervisão interna semanalmente, enquanto a Diretora Adjunta da Escola realiza esta tarefa todos os dias, tendo em conta que a atividade de planificação e lecionação é diária. É importante destacarmos que a realização desta atividade com esta frequência ajuda muito a, não só conhecerem o comportamento dos profissionais, assim como a manter a escola organizada. Questionando sobre quais aspectos os gestores supervisionam internamente, informaram o seguinte, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2. aspectos supervisionados internamente

GESTOR	ASPECTOS SUPERVISIONADOS
Director da Escola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planos dos sectores, atas do cumprimento das atividades de cada sector e planos quinzenais e diários dos professores; ✓ A organização do ambiente físico escolar (limpeza das salas, recinto e casas de banho).
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todas as atividades envolvidas no PEA, planificação,

Directora Adjunta da Escola	métodos, técnicas, uso de material didáctico, assimilação da matéria e o cumprimento do programa.
------------------------------------	---

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Conforme os dados do quadro, os gestores preocupam-se com o funcionamento da escola, buscando velar pela planificação e organização do ambiente escolar, de modo que o PEA possa ser eficaz e dinâmico, de igual modo que haja um desenvolvimento do profissional da educação. Os gestores apontaram que a supervisão interna tem a importância de harmonizar as atividades, alcance dos objetivos, permitir o cumprimento integral das orientações emanadas a nível dos superiores. De igual modo ajuda a melhorar o desenvolvimento dos profissionais da escola. A supervisão interna permite que os gestores possam estar a par das atividades lectivas diariamente.

Considerações finais

A realização desta pesquisa permitiu perceber que a supervisão pedagógica está ligada com a atuação de monitorização sistemática da prática pedagógica, sobretudo através de procedimentos de reflexão e experimentação nas suas dimensões analítica e interpessoal. Portanto, a supervisão pedagógica é o primeiro passo para a existência da organização escolar e esta nos leva ao desenvolvimento profissional.

Da análise feita dos questionários dirigidos aos professores e aos gestores, percebemos que a supervisão é uma tarefa que acontece em cada trimestre e no momento da realização dos exames, quer interna quer externa. Todos os professores da escola que analisamos afirmaram ter passado por uma supervisão e avançaram que é uma atividade que os ajuda a melhorar as técnicas, metodologias de ensino e a interação com os alunos, de modo a garantir um processo educativo de qualidade.

Ficou evidente que a supervisão é uma atividade que vela pelas atividades de planificação diária e lecionação, uso adequado das metodologias, não só, como também pela organização das salas de aulas, do recinto escolar, das casas de banho e de todo o funcionamento da escola.

Os resultados da pesquisa deixaram claro que a supervisão externa provém dos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia, Direcção Provincial ou do Ministério da Educação. Ela também pode atuar internamente, concretamente na escola

Amosse J. Gelo, José L. Dias' David J. S. Matandire, A Supervisão Pedagógica como ferramenta.. em estudo que é realizada pelo Diretor da Escola e Diretora Adjunta da Escola, que realizam a monitorização das atividades da escola.

Internamente, os gestores preocupam-se com as atividades de planificação (quinzenais e diários), com a organização dos documentos internos, as atas, os relatórios e os documentos normativos, com o comportamento dos funcionários (assiduidade e pontualidade). De igual modo, procuram velar pela organização do ambiente físico da escola, a limpeza das salas de aulas, do recinto escolar e das casas de banho, de modo a minimizar riscos de saúde aos funcionários, alunos, encarregados e a todos que têm acesso à escola.

Por fim, fica a ideia de que a supervisão pedagógica é a ferramenta de melhoramento e desenvolvimento da ação do professor, uma vez que é responsável pela produção do professor, pelo aprender do aluno e pela qualidade dessa produção, visando a eficácia, dinâmica e qualidade do PEA.

Referências

- ALARCÃO, I. & TAVARES, J. **Supervisão da Prática Pedagógica**. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. Coimbra: Almedina, 1987.
- ALARCÃO, I. Escola reflexiva e desenvolvimento institucional. Que novas funções supervisivas? In Oliveira-Formosinho (org.) **A Supervisão na Formação de Professores. Da sala à escola**. Porto: Porto Editora. Coleção Infância, 2002, p. 217 – 238.
- ALARCÃO, I., & CANHA, B. **Supervisão e colaboração**. Uma relação para o desenvolvimento. Porto: Porto Editora, 2013.
- ALARCÃO, I., & ROLDÃO, M. **Supervisão. Um contexto de desenvolvimento profissional dos professores**. Aveiro: Pedagogo, 2010.
- ALARCÃO, I.; TAVARES, J. **Supervisão da Prática Pedagógica: Uma Persecptiva de Desenvolvimento e Aprendizagem**. 2ª ed.. Coimbra: Edições Almeida, SA., 2003.
- ASSIQUE, Amado. **O contributo da supervisão pedagógica para a melhoria Da qualidade do processo de ensino - aprendizagem “caso Da escola primária completa de mitava na cidade de Lichinga.”** 82 folhas, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique - Extensão de Lichinga, Universidade Católica de Moçambique, Lichinga, 2015.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: a educação na era da insegurança**. Porto: Porto Editora, 2003.

Amosse J. Gelo, José L. Dias' David J. S. Matandire, A Supervisão Pedagógica como ferramenta..

PRZYBYLSKI, E. **O Supervisor Escolar em Ação**. Porto: Porto Alegre, 1976.

SIMBINE, R. J. **Guia Prático do Supervisor Pedagógico**. Maputo: Alcance Editores, 2009.

STONES, E. **Supervision in Teacher Education**. A counselling and pedagogical approach. London: Methuen, 1984.

VIEIRA, F. **Supervisão - Uma Prática Reflexiva de Formação**. Rio Tinto: Asa, 1993.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): GELO, Amosse Jorge; DIAS, José Luis, MATANDIRE, David José Sebastião. A Supervisão Pedagógica como ferramenta de desenvolvimento profissional: estudo de caso da Escola Primária do 1º e 2º Grau de Bengo-Chimoio. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.293-306, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Gelo, Amosse Jorge, Dias, José Luis, Matandire, David José Sebastião. A (jan./jun.2023). A Supervisão Pedagógica como ferramenta de desenvolvimento profissional: estudo de caso da Escola Primária do 1º e 2º Grau de Bengo-Chimoio *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 293-306.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes brasileiros: reflexões sobre a importância da participação da escola na rede de enfrentamento

Nayara Chaves de Lima *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-7684-546X>

Genylton Odilon Rêgo da Rocha **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-6264-5387>

Resumo: Problematiza-se neste artigo o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando-se a necessidade da promoção do enfrentamento, por parte do estado e da sociedade, desta forma de violência que vitima milhares de crianças e adolescentes brasileiro. Discute-se, inicialmente, o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, apresentando-se os impactos que este tipo de violência exerce sobre o desenvolvimento daqueles sujeitos. Reflete-se sobre a escola como um espaço que precisa promover o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, por meio de práticas preventivas e também pelo encaminhamento adequado, para os órgãos e instituições competentes que integram a rede de proteção de suspeitas, de suspeitas ou confirmação de casos que vitimizam os estudantes que a integram. O estudo é o resultado de uma revisão de literatura de conveniência, que foi desenvolvido seguindo-se as seguintes etapas: partimos da elaboração da pergunta de pesquisa; fizemos a busca na literatura; procedemos a seleção do corpus da pesquisa; realizamos a extração dos dados; promovemos a síntese dos dados e finalmente realizamos a redação e publicação dos resultados. Por meio da revisão realizada buscou-se responder a seguinte questão central: o que a literatura especializada aponta acerca das contribuições da escola para o enfrentamento da violência sexual cometido contra crianças e adolescentes? O estudo realizado permitiu concluir que a violência sexual cometida contra crianças e adolescentes é um fenômeno que impacta fortemente no desenvolvimento destes sujeitos e que a escola se apresenta como uma importante instituição na rede de enfrentamento deste tipo de violência, sobretudo por meio da adoção de práticas curriculares e pedagógicas que contribuam, sobretudo, para prevenir este tipo de violência.

* Mestre em Currículo e Gestão pelo Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) na linha de pesquisa sobre Currículo da Universidade Federal do Pará. Especialista em Enfrentamento à Violência contra crianças e adolescentes (Escola que Protege-ICED) pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará-UEPA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão - INCLUDERE (UFPA). Membro titular externo do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos do Instituto Evandro Chagas. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Direitos Humanos e Formação de Professores, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, violência sexual e direitos da criança e do adolescente. E-mail: naychaveslima@gmail.com

** Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Doutor em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001). Realizou estágio de pós-doutoramento no Institut National de Recherche Pédagogique da França (INRP), desenvolvendo atividades de pesquisa no Service d'Histoire de l'Education, no período de novembro de 2006 à dezembro de 2007. Professor Titular da Universidade Federal do Pará, exercendo atividades no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (Mestrado) e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (Doutorado). E-mail: genylton@gmail.com

Palavras-Chave: Violência sexual. Crianças e adolescentes. Defesa dos direitos. Enfrentamento da violência sexual pela escola.

Sexual violence against children and adolescents in Brazil: reflections on the importance of the school's participation in the network of confrontation.

Abstract: This paper discusses, initially, the phenomenon of sexual violence against children and adolescents, presenting the impacts that this type of violence has on the development of these subjects. It reflects on the school as a space that needs to promote the confrontation of sexual violence against children and adolescents, through preventive practices and also by the appropriate referral, to the competent organs and institutions that integrate the protection network of suspected, suspected or confirmed cases that victimize the students that integrate it. The study is the result of a systematic literature review and concluded that sexual violence committed against children and adolescents is a phenomenon that strongly impacts the development of these subjects and that the school presents itself as an important institution in the network to confront this type of violence, especially through the adoption of curricular and pedagogical practices that contribute, above all, to prevent this type of violence.

Keywords: Sexual violence; Children and adolescents; Defense of rights

1- Introdução

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos que atinge um grande número de meninas e meninos no Brasil. Este tipo de violência, na maioria dos casos, é silenciada, pois atinge uma dimensão muito particular dos sujeitos, que é a sexualidade humana, podendo ocasionar sentimentos de vergonha e culpa nas vítimas e por esse motivo, muitos casos não são denunciados. Essa violência pode ocasionar sequelas físicas e emocionais que podem permanecer durante toda a vida do sujeito. Trabalhamos com o pressuposto de que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente é um esforço que precisa ser realizado por vários setores do Estado, tais como a assistência social, a segurança pública, a saúde e, em especial, a educação escolar. Neste artigo apresentamos os resultados da primeira etapa de um estudo que realizamos sobre o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pelas instituições escolares. Realizamos uma revisão de literatura de conveniência, que, conforme apontam Galvão e Ricarte:

(...) é aquela na qual o pesquisador reúne e discorre sobre um conjunto de trabalhos científicos que julga importante para o tratamento de uma temática, mas não apresenta critérios explícitos sobre como a revisão foi construída para que possa ser reproduzida por outros pesquisadores. Esta modalidade de revisão pode ser empregada em diferentes situações: na introdução de um trabalho de conclusão de curso, de uma dissertação de mestrado ou de uma tese de doutorado, no editorial de um periódico, em um artigo de opinião, em um artigo com fins educacionais ou de divulgação científica. (2019, 58)

A revisão da literatura foi desenvolvida realizou-se conforme as seguintes etapas: partimos da elaboração da pergunta de pesquisa; fizemos a busca na literatura; procedemos a seleção do corpus da pesquisa; realizamos a extração dos dados; promovemos a síntese dos dados e finalmente realizamos a redação e publicação dos resultados aqui apresentados. Assim por meio do estudo, cujos resultados aqui apresentamos, buscou-se responder a seguinte questão central: o que a literatura especializada aponta acerca das contribuições da escola para o enfrentamento da violência sexual cometido contra crianças e adolescentes?

O objetivo geral deste estudo foi o de identificar os apontamento feitos pela literatura acerca das contribuições da escola para o enfrentamento da violência sexual cometido contra crianças e adolescentes. Como objetivos específicos, buscamos compreender o debate acerca do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes; e entender o papel da escola na rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

2- Conhecendo as diferentes práticas de violência sexual e os seus reflexos no desenvolvimento psicossocial e físico das crianças e dos adolescentes.

A violência tem se tornado algo tão constante nas relações sociais que, por vezes, ela é naturalizada como a única forma de relacionamento ou algo que não pode ser modificado na sociedade. Essa naturalização tem permitido que, quase que diariamente, nossas crianças e adolescentes sejam violentados sem que sequer venhamos a perceber. O fenômeno da violência tem atingido a sociedade de maneira alarmante, como exemplo pode-se citar que o Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o patamar de 31,6 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa, registrada em 2017, corresponde a 65.602 homicídios naquele ano e revela a premência de ações efetivas para reverter o aumento da violência. É o que aponta o Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Mesmo diante das ampliações de cobertura das políticas públicas no país, ainda se enfrentam profundas desigualdades sociais e pode-se perceber que crianças e adolescentes têm sido as principais vítimas desse fenômeno social. Neste sentido, faz-se necessário que questionemos: o que é a violência? Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), a violência pode ser caracterizada como:

O uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade,

que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Ainda conceituando o fenômeno da violência, Minayo faz os seguintes apontamentos:

[...] trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. [...] Daí se conclui, também que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual. (MINAYO, 1994, p.08).

Ressalta-se que a violência não é somente uma agressão física, sendo também uma ameaça à integridade moral ou psicológica e negação/omissão de direitos, neste caso, direitos das crianças e adolescentes, tal como Azevedo e Guerra (1995, p.83) conceituam:

atos e/ou omissões praticados por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A partir desses conceitos, aponta-se para as diversas facetas da violência e de suas variáveis formas de manifestações tornando assim, este fenômeno social uma variação que potencializa a violação dos direitos humanos dos sujeitos. As crianças e adolescentes, por vezes, tornam-se mais vulneráveis a sofrerem de qualquer tipo de violência pelo fato que estes ainda são sujeitos em desenvolvimento físico, mental e social que, diante de um cenário de desigualdades sociais e econômicas, encontram-se mais vulneráveis. Entre esses riscos de vulnerabilidade, pode-se destacar:

- (a) os riscos inerentes à dinâmica familiar: são os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas, etc.;
- (b) os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança, a proximidade a localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas;
- (c) os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana;
- (d) o risco do trabalho realizado pelas instituições que os recebem: constituem os abusos praticados por profissionais, que são encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social;
- (e) os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico e hospitalar;

(f)os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade;

(g)o risco da exploração da prostituição infantil: crianças provenientes de famílias pobres que se prostituem por dinheiro;

(h)os riscos inerentes à própria criança ou adolescente: a sua personalidade e seu comportamento podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, da gravidez precoce, da prática do roubo, furto, etc (SIERRA; MESQUITA, 2006, p.152-153).

Essa vulnerabilidade manifesta-se por intermédio do grande número de denúncias que o Disque 100 recebe sobre crianças vítimas de violações de direitos básicos. Pontua-se que só no ano de 2016 foram recebidas 76.171 denúncias, segundo dados do próprio órgão. Além disso, ressalta-se também que esses 76.171 casos são os que evoluíram para uma denúncia formal, pois, na realidade, ocorre um número muito maior de violações de direitos no Brasil, tendo em vista que muitos dos casos continuam no anonimato ou sem nenhum encaminhamento legal (DISQUE 100, 2016). Dentre as violações de direitos denunciadas nesse ano, a violência sexual configura como a 4ª violação de direitos mais denunciada para o Disque 100 em 2016. Salienta-se que essas formas de violência não são auto excludentes, por exemplo, a violência sexual pode ser também uma modalidade de violência física, psicológica e moral (MEC/UNESCO, 2007).

A violência sexual contra crianças e adolescentes “é uma forma que atinge uma das bases estruturais da personalidade de uma pessoa, a sua sexualidade” (HAZEL, 2007, p. 7). Além disso, a mesma pode ser classificada como: abuso sexual e exploração sexual. Nesse contexto, corrobora-se com Faleiros (2003, p. 10) quando este afirma que, o abuso sexual, enquanto um tipo de violência sexual: *é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites: dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer.*

Quanto ao agressor, o abuso sexual pode ser classificado como:

- a) intrafamiliar: o agressor é alguém do seio familiar
- b) extrafamiliar: o agressor é alguém externo à família.

Atenta-se para o fato que o abuso sexual não precisa ter contato físico para ser caracterizado como uma violação e pode ser considerado como abuso sexual sem contato físico, que pode se manifestar como:

- **Voyerismo:** o desejo de assistir crianças e adolescentes em situações íntimas;
- **Exibicionismo:** o desejo de exhibir partes do corpo para crianças e adolescentes;

- **Exposição à pornografia** como forma de estimular crianças e adolescentes;
- **Assédio sexual.**

O conhecimento desses atos sem contato físico como violência sexual faz com que a violência seja despercebida e naturalizada nas vivências de crianças e adolescentes, ao passo que não são consideradas mais como algo que seja possível de ser modificado em nas relações do cotidiano. Sobre os indicativos de abuso sexual, os mesmos devem ser analisados e investigados dentro de um contexto maior, pois não há como afirmar de maneira veemente que com a ocorrência de um ou mais indicativo a prática de violência sexual é certa. Todavia, a incidência de qualquer indicativo apresentado deve ser sempre sinal de alerta para quem convive com crianças e adolescentes. E de acordo com Santos (2011), esses indicativos podem ser:

Quadro 1: Possíveis indicativos que se manifestam em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual

Sinais Corporais	Sinais Comportamentais
<p>Enfermidades psicossomáticas que se traduzem em uma série de problemas de saúde sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e outras dificuldades digestivas, que têm, na realidade, fundo psicológico e emocional.</p> <p>DST, incluindo aids, diagnosticadas por intermédio de coceira na área genital, infecções urinárias, cólicas intestinais, odor vaginal, corrimento ou outras secreções vaginais e penianas.</p> <p>Dificuldade de engolir devido à inflamação causada por gonorreia na garganta (nas amígdalas, mais precisamente) ou reflexo de engasgo hiperativo e vômitos (por sexo oral).</p> <p>Dor, inchaço, lesão ou sangramento nas áreas da vagina ou ânus a ponto de causar dificuldade de caminhar ou sentar.</p> <p>Canal da vagina alargado, hímen rompido e pênis ou reto edemaciados (inchados) ou hiperemiados (congestão sanguínea). Baixo controle do esfíncter, constipação ou incontinência fecal.</p> <p>Sêmen na boca, nos genitais ou na roupa. Roupas íntimas rasgadas ou</p>	<p>Mudanças comportamentais radicais, súbitas e incompreensíveis, tais como oscilações de humor entre os estados de timidez e extroversão.</p> <p>Mal-estar pela sensação de modificação do corpo e confusão de idade.</p> <p>Regressão a comportamentos infantis, tais como choro excessivo sem causa aparente, enurese (emissão involuntária de urina) e hábito de chupar os dedos.</p> <p>Medo, ou mesmo pânico, de determinada pessoa ou sentimento generalizado de desagrado quando deixada em algum lugar.</p> <p>Medo do escuro ou de lugares fechados.</p> <p>Autoconceito negativo, baixo nível de autoestima e excessiva preocupação em agradar os outros.</p> <p>Tristeza, abatimento profundo ou depressão crônica.</p> <p>Vergonha excessiva, inclusive de mudar de roupa na frente de outras pessoas.</p> <p>Culpa e autoflagelação.</p> <p>Ansiedade generalizada, comportamento tenso, sempre em estado de alerta, e fadiga.</p> <p>Excitabilidade aumentada (hipervigilância ou dificuldade de concentração).</p> <p>Fraco controle de impulsos, comportamento auto destrutivo ou suicida.</p> <p>Comportamento disruptivo, agressivo,</p>

<p>manchadas de sangue. Roupas de cama, tapetes ou carpetes com resquícios de sêmen. Gravidez precoce ou aborto. Ganho ou perda de peso, visando afetar a atratividade para o autor de violência sexual. Traumatismo físico ou lesões corporais por uso de violência física.</p>	<p>raivoso, principalmente dirigido contra irmãos e o familiar não incestuoso. Transtornos dissociativos na forma de personalidade múltipla. Repetição constante do que outras pessoas verbalizam</p>
Sexualidade	Hábitos, cuidados corporais e higiene
<p>Curiosidade sexual excessiva; interesse ou conhecimento súbito e não usual sobre questões sexuais.</p> <p>Expressão de afeto sexualizada, ou mesmo certo grau de provocação erótica, inapropriados para crianças e adolescentes.</p> <p>Desenvolvimento de brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais e brinquedos.</p> <p>Masturbação compulsiva ou pública</p> <p>Relato de avanços sexuais por parentes, responsáveis ou outros adultos, ou mesmo agressividade sexual a terceiros.</p> <p>Representações e desenhos de órgãos genitais com detalhes e características além da capacidade de sua faixa etária.</p> <p>Toque e/ou manipulação constante dos órgãos genitais.</p> <p>Introdução de objetos no ânus ou na vagina.</p> <p>Ansiedade constante relacionada a temas sexuais</p>	<p>Abandono, ainda que temporário, de comportamento infantil, de laços afetivos, de antigos hábitos lúdicos, de fantasias.</p> <p>Mudança de hábito alimentar, perda de apetite (anorexia) ou excesso de alimentação (obesidade).</p> <p>Padrão de sono perturbado por pesadelos frequentes, agitação noturna, gritos, suores provocados pelo terror de adormecer e sofrer abuso.</p> <p>Aparência descuidada e suja pela relutância em trocar de roupa.</p> <p>Hábito não usual de lavar as mãos compulsivamente. Resistência em participar de atividades físicas.</p> <p>Tiques motores múltiplos.</p> <p>Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem verbal em crianças muito pequenas.</p> <p>Uso e abuso repentino de substâncias como álcool, drogas lícitas e ilícitas.</p>

Fonte: Autoria própria com base em Santos (2011).

A exploração sexual de crianças e adolescentes é outra tipificação da violência sexual existente. Isso não quer dizer que dentro desse tipo de violação de

direitos esteja distante do abuso sexual, pelo contrário, quando há exploração sexual também ocorre o abuso sexual. Contudo, existe uma diferença na finalidade que isso acontece: obtenção de lucro através de uma “relação comercial” inapropriada, na qual o corpo da criança e adolescente é o produto.

Quadro 2: Relação comercial” da exploração sexual de crianças e adolescentes

Produto	Fornecedor	Consumidor
Criança e adolescente como um meio de obtenção de prazer sexual.	Hotéis, bares, empresas de turismo, agenciadores, entre outros agentes.	Quem paga para o fornecedor para abusar sexualmente de meninos e meninas.

Fonte: Elaboração própria a partir de Santos (2011).

Esta relação comercial também é evidenciada pela Declaração de Estocolmo:

A exploração sexual comercial é violação fundamental dos direitos da criança e do adolescente. Compreende o abuso sexual por um adulto e a remuneração em dinheiro ou espécie para a criança ou para outrem. A criança é tratada como objeto sexual e mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui-se em uma forma de coerção e violência contra as crianças, podendo implicar em trabalho forçado e em formas contemporâneas de escravidão (UNESCO, 1996, p. 1).

Como a exploração sexual contra crianças e adolescentes também é uma modalidade da violência sexual, ela também se configura uma manifestação de uma relação de poder e controle dos corpos de meninos e meninas, mas agora amplificada pela relação comercial onde quem tem capital adquire o “direito” de manter relações sexuais ou utilizar o corpo de crianças e adolescentes para seu prazer, retirando sua humanidade e reduzindo sua existência a um objeto que sirva para que se alcance o prazer. Faleiros reflete sobre este tipo de violação de direitos como:

A exploração sexual comercial é uma violência sexual sistemática que se apropria comercialmente do corpo, como mercadoria para auferir lucro. Mesmo inscrito como “autônomo” sem intermediários, o uso (abuso) do corpo, em troca de dinheiro, configura uma mercantilização do sexo e reforça os processos simbólicos, imaginários e culturais machistas, patriarcais, discriminatórios e autoritários. Essa “imagem de marca”, parafraseando o moderno marketing, não é só característica das zonas de garimpo, mas de modernas redes que oferecem nos anúncios “corpinho de adolescente”, “cara de criança”, “loirinha”, “moreninha”. (FALEIROS, 2010, p. 83)

É importante ressaltar que existem fatores que facilitam a ocorrência de exploração sexual, sendo o principal: as desigualdades socioeconômicas da sociedade. Agentes aliciadores se aproveitam da vulnerabilidade socioeconômica de suas vítimas para utilizarem esse tipo de violação como uma forma de geração de renda. Para evitar ou

erradicar esse ponto, é de extrema importância políticas públicas que possam fortalecer essas famílias para que não se tornem vítimas dessa rede de exploração.

Quanto às consequências nas vítimas de violência sexual na infância e adolescência também não há como prever de maneira exata. Cada sujeito vivencia essa experiência e pode externar de diferentes formas dos demais. Alguns fatores como: grau de proximidade com o agressor, frequência da ocorrência, idade que ocorreu a violência, entre outros, podem interferir nessas consequências. De qualquer modo, essas sequelas que ocorrerem podem ser minimizadas se o encaminhamento ao caso de violência sexual for realizado de maneira correta pelos múltiplos agentes e instituições que fazem parte de rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Por isso é importante que qualquer instituição escolar e seus sujeitos possam ser conscientes da sua importância na prevenção e atendimento nas vítimas desse tipo de violência.

3- O papel histórico da instituição escolar na formação dos sujeitos

“Eu tô aqui Pra quê?

Será que é pra aprender?(...)”¹

Levantar problematizações sobre a escola e os elementos que a constituem não é uma tarefa fácil, pois este espaço e suas práticas são elementos tão naturalizados que parecem que são elementos primordiais que existem desde sempre e que não existem outras formas e possibilidades de aprendizagem, tanto que outros modelos de escola, como a “Escola da Ponte”² em Portugal, em um primeiro momento desperta certo estranhamento e descrença de sua eficácia.

Hoje, mais do que nunca, faz-se necessário indagarmos sobre para quem e por qual o motivo a instituição escolar, nos moldes que conhecemos, foi criada e para quem ela servia. Desse modo, é de fundamental importância que seja possível perceber a escola que conhecemos como uma construção histórica e uma “tradição inventada” assim como Canário (2005) pontua baseado na obra de Hobsbawm e Ranger (1984) que cunharam essa expressão pela primeira vez e a conceituaram como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita e abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSEAWM; RANGER, 1984, p. 09).

¹ Trecho da letra “Estudo Errado” do cantor e compositor carioca de rap Gabriel O Pensador em que ele faz uma crítica a concepção tradicional de escola e educação.

² Escola pública portuguesa que desde 1976 trabalha com a aprendizagem coletiva e comunitária através da autonomia dos seus sujeitos.

Com tal afirmação, percebe-se a escola como uma instituição permeada em suas práticas e representações de valores dogmáticos que muitas vezes seus sujeitos as reproduzem de forma automática e inconsciente sem problematizá-las e questioná-las. Nesse mesmo sentido, Canário (2005, p. 61) conclui que:

Não há dúvida que estamos em presença de uma invenção histórica, contemporânea da dupla revolução industrial e liberal que baliza o início da modernidade e que introduziu, como novidades, o aparecimento de uma instância educativa especializada que separa o aprender do fazer; a criação de uma relação social inédita, a relação pedagógica no quadro de classe, superando a relação dual entre o mestre e o aluno; uma nova forma de socialização (escolar) que progressivamente viria a tornar-se hegemônica.

Desconhecer esse processo de “invenção histórica” descrita por Canário (2005), pressupõe afirmar que só existe uma função que a escola possa exercer e que tudo que fuja desse padrão seja inconveniente ao espaço escolar. Nos dias de hoje, não seria incorreto afirmar que instituições escolares ainda têm resquícios das práticas pedagógicas da escola dos séculos passados, pautadas na instrucionalização de seus indivíduos. Salienta-se que usamos o termo indivíduos porque acreditamos que, nesse momento, a instituição escolar ainda não vê o aluno como um sujeito social que, por intermédio de sua subjetivação humana constrói sua história.

Desse modo, o aluno tem sido condenado a exercer um papel restrito no espaço escolar e as experiências e vivências que ele possa trazer de fora dos muros da escola não são relevantes para a prática educativa escolar. Neste contexto é negligenciada a função social da educação que a coloca como pilar fundamental para a formação ética e cidadã dos educandos para suas vidas, onde estes sujeitos são percebidos dentro de uma sociedade com relações múltiplas e complexas e não são reduzidos a mão de obra. Sabemos que esta função para ser exercida e potencializada necessita de mecanismos políticos e legais que possam servir como elementos diretivos para que a escola e outras instituições possam estabelecer caminhos para tal.

No contexto do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes um desses mecanismos é o próprio Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (PNEVSCCA), criado em 2000. Com sua elaboração, as políticas públicas destinadas ao tratamento e prevenção dessa problemática ganharam maior atenção e organização no Brasil. Para tal, esses esforços começaram a ser pensados e planejados de forma conjunta com diferentes áreas como Saúde, Educação, Assistência Social e Turismo, pois, o PNEVSCCA pressupõe que para o enfrentamento à

Nayara C. de Lima, Genylton O.R Rocha O Enfrentamento da violência sexual contra

violência sexual contra crianças e adolescentes se tornar eficaz, precisa-se de profissionais de diversas áreas e setores por ser um problema social complexo e de várias formas de se apresentar. Ressalta-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) já contemplava essa ideia em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Esse esforço coletivo para o enfrentamento da violência sexual contra meninos e meninas obteve força com a homologação da Lei Federal nº 11.525 de 25 de setembro de 2007, que recomenda o seguinte:

§ 5º O Currículo do Ensino Fundamental incluirá conteúdos que tratem dos direitos de crianças e adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição do material adequado.

Ainda sobre essa participação mais ativa do currículo na vida social dos alunos, os Parâmetros Curriculares Nacionais recomendam que:

Não se pode deixar de levar em conta que, na atual realidade brasileira, a profunda estratificação social e a injusta distribuição de renda têm funcionado como um entrave para que uma parte considerável da população possa fazer valer os seus direitos e interesses fundamentais. Cabe ao governo o papel de assegurar que o processo democrático se desenvolva de modo a que esses entraves diminuam cada vez mais. É papel do Estado democrático investir na escola, para que ela prepare e instrumentalize crianças e jovens para o processo democrático, forçando o acesso à educação de qualidade para todos e às possibilidades de participação social (BRASIL, 1997, p. 27).

Todas essas recomendações são realizadas, pois, na escola, refletem-se todas as vivências dos alunos, tais como: suas dúvidas, experiências, contextos sociais, questões específicas de suas idades, entre outros fatores, que irão concentrar nos espaços educativos. Com isso, é preciso preparar-se e ter sensibilidade para lidar com essas questões que, às vezes, podem parecer tão polêmicas, entretanto, são necessárias para um diálogo sem pré-julgamentos, de maneira justa, democrática, sincera e em conjunto com as crianças e adolescentes em nossas salas de aula, levando-se sempre em consideração as vivências individuais de cada sujeito, potencializando assim, ações de prevenção e intervenção em suspeitas ou casos confirmados de violência sexual contra crianças e adolescentes.

4- A participação da escola na rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes

A instituição escolar é de fundamental importância no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Ela tem o poder de criar um diálogo aberto sobre o assunto a ponto que meninos e meninas sintam-se seguros e protegidos para buscar orientação e principalmente ajuda. Professores e demais profissionais que atuam diretamente com crianças e adolescentes, precisam estar preparados para identificar sinais de ocorrência de abuso ou exploração sexual infanto-juvenil e tomar as devidas medidas necessárias.

Diante desse cenário, foram criadas diversas estratégias nacionais que envolvem o enfrentamento a esse tipo de violência, as quais foram levantadas por Lírio (2014) e colocam a escola como protagonista desse enfrentamento através de recomendações curriculares, programas, planos, aperfeiçoamento profissional docente, entre outras estratégias de mobilização conforme quadro a seguir:

Quadro 3: Atribuições referentes ao enfrentamento da violência sexual no espaço escolar

Programa/Projeto/ Plano	Atribuições às escolas	Responsável	Ano de Elaboração/ Implantação
PCN ³	Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: - conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;	Governo Federal	1997
PNEVSCCA ⁴	Educar crianças e adolescentes sobre seus direitos, visando o fortalecimento da sua auto-estima e defesa contra a violência sexual; - Notificar casos de violência sexual infantojuvenil, total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino; - Incluir a temática de prevenção da violência sexual infantojuvenil na grade curricular e/ou Projeto Político Pedagógico, total e proporção em relação ao total de escolas da região, por rede de ensino.	Governo Federal	2000

³ Parâmetros Curriculares Nacionais.

⁴ Programa Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes

Programa Saúde e Prevenção na Escola (SPE)	Contribuir para uma aprendizagem compartilhada por trabalhadores da educação, da saúde, de outras instituições públicas e de organizações da sociedade civil cujas as ações repercutem na redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis e à aids.	MS ⁵ /MEC ⁶	2003
Guia Escolar	Realizar a prevenção primária com o objetivo de eliminar ou reduzir os fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam os maus-tratos.	MEC/SECAD ⁷ /SDH ⁸	2003
Escola que Protege	Promoção da formação de profissionais da educação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	MEC/SECAD	2004
Programa Escola Aberta	Estimular a ampliação da jornada e espaço escolares para o mínimo de sete horas diárias, em conformidade com o “Programa Mais Educação”, visando à implementação da Educação Integral na rede pública de ensino com atividades nas áreas de aprendizagem, culturais e artísticas, esportivas e de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital e de saúde e sexualidade.	MEC/SECAD	2006

Fonte: Lírio (2014, p.6)

A partir da análise do quadro, observa-se, portanto, que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pela escola, por meio de políticas públicas é algo recente, com pouco mais de 20 anos e devido o pouco tempo de maturação dessas iniciativas, algumas dessas ações não alcançaram sua totalidade. Tanto que em sua pesquisa Lírio (2013, s/p) pode concluir que:

- 1) as políticas formuladas em âmbito federal na área da formação dos profissionais da educação e dos materiais didáticos pedagógicos elaborados com a finalidade de subsidiá-los na apropriação da temática não chegaram às escolas pesquisadas;
- 2) planos/projetos que têm entre os seus objetivos o enfrentamento a esse tipo de violação devido a problemas de infraestrutura e de pessoal não foram executados como planejados;
- 3) nove entrevistados consideram que há a abordagem da temática no currículo das escolas, porém, não como conteúdo específico, mas como uma discussão pontual em meio a outras questões.

Também, no sentido de somar com estas ações de fortalecimento do enfrentamento da violência sexual, há, em nível estadual, o Plano Estadual de

⁵ Ministério da Saúde

⁶ Ministério da Educação

⁷ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Atualmente é SECADI pois foi inserido o eixo Inclusão.

⁸ Secretaria de Direitos Humanos.

Nayara C. de Lima, Genylton O.R Rocha O Enfrentamento da violência sexual contra

Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2014-2016)⁹, construído pelas diversas entidades públicas e da Sociedade Civil Paraense que compõem o Comitê Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCCA). Porém, no Eixo 1 - Prevenção, apresenta a competência da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) em ações pontuais através de projetos ou como espaços que receberão oficinas externas sobre as temáticas. Dessa forma, subentende-se que nada possa mudar de uma forma mais estrutural a prática educacional:

Fortalecer as ações educativas nas escolas que abordam questões da violência sexual através do Projeto “Vitória Régia”. (p.19)

Implementar o projeto “Escola e Família, reconstruindo diálogos” que tem como ponto chave a discussão sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes na escola. (p.20)

Realizar oficinas com gestores e técnicos das Unidades SEDUC na Escola (USEs), de caráter preventivo e informativo sobre abuso sexual e exploração sexual. (p.20)

Atualmente, há muitas instituições que fazem diversas formações sobre a temática da violência sexual. Porém, é fundamental que os próprios órgãos de gestão educacional possam fazer o planejamento e a execução dessas ações, pois eles, mais do que ninguém, conhecem suas próprias demandas sobre essa temática assim como Santos (2011) recomenda.

É inviável, perante o atual contexto das demandas dos alunos por dignidade em suas existências, que a comunidade escolar se faça alheia a realidade que não garante que direitos básicos de crianças e adolescentes não sejam efetivados. Refletir de forma crítica sobre as práticas curriculares para que elas se tornem significativas na vida de seus sujeitos e faça com que a educação escolar tenha um valor muito além de um treino e domínio de técnicas, além de ser de fundamental importância, é uma demanda urgente que as crianças e adolescentes brasileiras solicitam.

As tensões identitárias não são apenas entre ensinar ou educar, mas entre as tensas indagações ao nosso ensinar que vem dessas vivências, da infância-adolescência. Ou a percepção que é inseparável ensinar a seres humanos e levar em conta suas formas de viver, mal-viver como humanos. Trazer a função educativa para nossa identidade profissional é uma exigência do olhar sobre os educandos (ARROYO, 2013, p. 29).

Nessa perspectiva, não se propõe aqui que a Educação Básica demande uma nova disciplina para cada necessidade social de seus alunos, mas sim, que ele abra

⁹ Refiro-me ao Plano Estadual 2014-2016, pelo fato que o Plano atual ainda está em construção pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

espaço para que seja possível dialogar de forma transversal sobre a situação na qual o sujeito esteja inserido. Desse modo, possibilita-se que o mesmo adquira consciência de todas as relações que se configuram a partir desse momento e, com isso, instrumentalizá-lo para que este participe da defesa de seus direitos de alguma forma ou que os outros sujeitos da comunidade escolar possam agir de maneira eficaz. Essa visão mais geral da educação, que vê o sujeito sob a ótica de várias esferas é recomendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, como objetivo para os alunos do Ensino Fundamental:

- ❖ compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; • posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- ❖ conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- ❖ conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- ❖ perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- ❖ desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- ❖ conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- ❖ utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- ❖ saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- ❖ questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

Acerca do currículo integrado da escola, para Lopes e Macedo (2002), este pode ocorrer via temática ou por campos de saberes interdisciplinares, sendo esta última uma realidade mais pertinente com a construção de currículos universitários. Com isso, Lopes e Macedo (2002, p. 81) consideram a integração por temática como “uma articulação horizontal de conteúdos”, afirmando que a proposta da integração “desconstrói a identidade entre disciplina científica e disciplina escolar, na medida em que propõe uma organização da disciplina escolar segundo critérios diversos daqueles aceitos pelo campo científico”. Diante disso, Arroyo (2007, p. 38) questiona e logo aponta uma possibilidade de reflexão:

Como repensar os currículos escolares à luz desse entrelaçado de direitos? Partir do reconhecimento de que o direito à educação está entrelaçado com a negação dos direitos humanos mais básicos: direito à vida, à sobrevivência, à proteção, ao cuidado da infância e adolescência populares, sobretudo.

Nesse sentido, é urgente a necessidade de pensar no currículo para algo além do que se pode planejar ou como algo distante da realidade de crianças e adolescentes que sofrem ou possam sofrer de violência sexual. A prevenção desse tipo de violência, segundo Santos (2011) pode acontecer em três níveis:

❖ **Prevenção Primária:** elimina fatores sociais, culturais ou ambientais que possam favorecer os maus-tratos contra crianças ou adolescentes, que mais tarde tem um potencial de se converter em violência sexual;

❖ **Prevenção Secundária:** objetiva eliminar a possibilidade que a violência sexual aconteça ou se repita em alguma situação que já há o risco disso;

❖ **Prevenção Terciária:** acompanha crianças e adolescentes que já sofreram alguma forma de violência sexual para que não se repita e nem que outros sujeitos possam sofrer deste tipo de violência por esse mesmo abusador.

A escola precisa, na medida do possível, sempre trabalhar numa perspectiva primária de prevenção, haja vista que nesse nível a violência ainda não aconteceu. Porém, não se deve esquecer que o enfrentamento em si a escola não faz sozinha. É necessária toda uma articulação com a rede de proteção para que os encaminhamentos ocorram de maneira eficaz, visando o bem-estar da criança ou adolescente vítima ou com suspeita de violência sexual. Por rede de proteção entende-se que:

A Rede de Proteção de crianças e adolescentes é o conjunto social constituído por atores e organismos governamentais e não governamentais, articulado e construído com o objetivo de garantir os direitos gerais ou específicos de uma parcela da população infanto-juvenil (FALEIRO; FALEIROS, 2007, p. 77).

Diante disso, as ações de enfrentamento precisam ser conscientes e planejadas de maneira que surta o efeito esperado na vida dos alunos. Nesse sentido, Oliveira (1987, p. 98) explica que:

uma ação educativa consciente e consequente, isto é, uma ação intencionalmente dirigida, possibilita mais e melhores condições para o indivíduo se instrumentalizar para sua luta nas demais instâncias sociais. E assim a influência da prática educativa pode vir a intervir mais incisivamente na sua atuação nas demais práticas.

Mediante a complexidade do fenômeno da violência sexual e do papel importante da escola no seu enfrentamento, a instituição escolar não deve compreendê-lo e intervir através de ações pontuais, como somente falar da temática na escola em 18 de Maio¹⁰. Na realidade, deve-se incorporar o enfrentamento por intermédio de sua prática e não somente por ações. Logo, considera-se que para uma prática se concretizar na escola ela precisa ser iniciada através de uma ação, que em um primeiro momento, é uma ação nova naquele contexto. Até que essa ação seja apropriada e coletivada pelos sujeitos para se tornarem práticas (SÁCRISTAN, 1999). E para que essa prática seja coletivada de maneira mais significativa para os sujeitos se faz necessário que:

A contribuição da prática educativa escolar torna-se desse modo, tanto mais eficaz quanto mais se consegue identificar e efetivar os elementos mediadores (os vínculos) entre escola e sociedade, entre prática educativa e prática social global (OLIVEIRA, 1987, p. 92).

Dessa forma, uma prática de enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes que seja planejada e executada pela própria escola, utilizando de todos os significados e nuances daquela comunidade, tende a se tornar mais eficaz e objetiva, pois nenhum currículo ou prática educativa deve ser concebido como um protocolo ou manual, devido a subjetividade de cada um e também as diferenças regionais que moldam nossas relações.

Diante dessa constatação, deve-se alertar para qualquer tentativa de homogeneização dos sujeitos e a escola precisa estar atenta para isso. Os alunos possuem vivências e necessidades distintas que refletem na escola e até entre esses sujeitos que possuem as mesmas vivências, como por exemplo, em um cenário de violência sexual, há peculiaridades que não podem ser padronizadas.

Uma visão dialética do homem e de seu mundo histórico-social implica conceber os dois termos da contradição (indivíduo-sociedade) de modo a rejeitar tanto a concepção que unilateraliza a adaptação do indivíduo à realidade do status quo, como a que propõe a realidade como um dado estático. Mas, além disso, implica conceber a realidade social como efetivo espaço de lutas de classes, no interior do qual se efetua a educação, rejeitando a impositividade da denominação, como o espontaneísmo das classes dominadas (CURY, 2000, p. 13).

Com isso, será possível alcançar os objetivos para a Escola Básica Brasileira:

A escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem, também, o compromisso de ajudar os

¹⁰ Dia nacional alusivo ao enfrentamento do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Essa data foi escolhida em razão do caso que envolveu a menina Araceli em 1973, na cidade de Vitória/ES.

alunos a tomarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade.

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana (LIBANEO, 1998, p. 4).

Para que essa escola assuma efetivamente este compromisso e que essa prática inclua de fato estes meninos e meninas, é necessário que os sujeitos que pensam as práticas escolares desde a elaboração, execução e avaliação possam perceber o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes como algo que atinge cada vez mais nossos alunos, vítimas que são de abuso sexual sem e com contato físico e da exploração sexual.

É preciso prevenir ou minimizar as consequências dessas formas de violência na vida das crianças e dos adolescentes, por meio de práticas planejadas e conscientes em um trabalho de rede com outras instituições da Rede de Proteção. E um caminho que pode incentivar o planejamento e execução destas práticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes é o trilhado pela formação continuada de professores.



Conclusão

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos que atinge um grande número de meninas e meninos. Este tipo de violência, na maioria dos casos é silenciado, pois atinge uma dimensão muito particular dos sujeitos, que é a sexualidade humana, podendo ocasionar sentimentos de vergonha e culpa nas vítimas. Por esse motivo, muitos casos não são denunciados. Essa violência pode ocasionar sequelas físicas e emocionais que podem permanecer durante toda a vida do sujeito. O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescente é um esforço que precisa ser realizado por vários setores do Estado, tais como: Assistência Social, Segurança Pública, Saúde e Educação. Desse modo, sabe-se que a escola é um espaço estratégico para o enfrentamento da violência sexual quando os professores conseguem, através de sua prática, realizar ações de prevenção, conseguem identificar sinais de abuso e exploração sexual em seus alunos, fazem a denúncia e acompanhamento aos órgãos competentes e realizam o acompanhamento desses alunos vitimados.

Nayara C. de Lima, Genylton O.R Rocha O Enfrentamento da violência sexual contra

A revisão da literatura realizada apontou para a existência de um consenso acerca da escola ser compreendida enquanto um espaço primordial de proteção, de defesa e de garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Assim, uma prática de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes pela escola e na escola precisa ser consciente e planejada e não pode ser vista com uma mera preocupação pontual e/ou individual como acontece nas programações alusivas ao dia 18 de maio, alusivo ao dia nacional de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes, mas sim uma prática constante, pois os dados são alarmantes e demandam medidas urgentes.

Referências

- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ARROYO, Miguel. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores** seus direitos e o Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- AZEVEDO, Maria Amélia Nogueira; GUERRA, Viviane N. de Azevedo. **Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Índice elaborado por Edson Seda. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1994.
- BRASIL. **Lei Federal nº 11.525 de 25 de setembro de 2007**.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997. <http://portal.in.gov.br/>. Acesso em: 25 Set. 2017
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH). Balanço Geral Disque Direitos Humanos. Módulo Criança e Adolescente. 2017. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/disque100/balanco-2019>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.
- CANÁRIO, Ruy. **O que é a escola? Um olhar sociológico**. Porto: Editora Porto, 2005.
- CURY, Carlos. R. J., **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FALEIROS, Vicente de Paula. A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. **SER Social**, Brasília, nº 2, mar. 2010. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/184>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Nayara C. de Lima, Genylton O.R Rocha O Enfrentamento da violência sexual contra

FALEIROS, Eva Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Ed. Brasília: Thesaurus, 2003.

FALEIROS, Vicente; FALEIROS, Eva. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. MEC/SECADI: Brasília, 2007.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa & RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: Conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 15 dez. 2022.

HAZEU, Marcel. **Direitos sexuais da criança e adolescente: uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes**. Movimento República de Emaús. Belém: Sagrada família, 2007.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LIRIO, Flávio. **Avaliação da implementação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra crianças e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro do Guamá – Belém-PA**. 2013. 231 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013.

LIRIO, Flávio. **A escola pública e a política de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente**. In: SANTOS, Edlauva Oliveira; CAVALCANTE, Érica Joyce Rodrigues (Org.). *Escola que protege enfrentando a violência sexual contra crianças e adolescentes*. 1ed.boa vista: editora da UFRR, 2014, v. 1, p. 15-38.

LOPES, Alice Casimiro & MACEDO, Elizabeth. **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 10 (supl. 1), p. 07-18, 1994.

OLIVEIRA, Betty. (Org.) **Socialização do saber escolar**. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Krug EG et al., eds. World report on violence and health. Geneva, World Health Organization, 2002.

Nayara C. de Lima, Genylton O.R Rocha O Enfrentamento da violência sexual contra

PARÁ. Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. **Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 2014-2016 – Pará.**

Disponível em:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Plano%20versao%201808.pdf>.

Acesso em: 15 dez. 2022.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SANTOS, Benedito dos. **Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: MEC, 2011.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022



Para citar este texto (ABNT): LIMA, Nayara Chaves de; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes brasileiros: reflexões sobre a importância da participação da escola na rede de enfrentamento. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.307-327, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Lima, Nayara Chaves de; Rocha, Genylton Odilon Rêgo da. (jan./jun.2023). O Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes brasileiros: reflexões sobre a importância da participação da escola na rede de enfrentamento. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 307-327.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018)

Paulo Gervásio Matapa *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3283-7193>

Joaquim Miranda Maloa **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>

Resumo: Este artigo tem como objectivo analisar a contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na Criação de Auto - emprego para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga” (2015-2018). O auto-emprego é necessário e urgente no actual contexto de crise económica que o país passa para contratar e integrar novos funcionários públicos. E a formação profissional é determinante para munir os jovens, sendo esta camada social mais afectada pelo desemprego nesses tempos de crise económica. E a formação profissional é um instrumento importante para fazer face aos desafios de criatividade, gestão e empreendedorismo. Uma pessoa qualificada profissionalmente tem maiores habilidades técnicas (*saber fazer*) para criar o auto -emprego. Realizou-se um estudo qualitativo, tendo como unidade de análise os graduados do IFPELAC, que receberam nos finais dos seus cursos um *Kits* para gerar auto – emprego. Nesta primeira fase de estudo exploratório foram entrevistados seis (6) beneficiários, como se trata de um estudo do curso de mestrado em andamento na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Lúrio, que prevê entrevistar 76 beneficiários segundo a nossa amostra de 482, formados pelo IFPELAC em Lichinga, que receberam *kits* de auto - emprego, dentro do período em análise (2015-2018). Feita a observação nos locais de auto – emprego e as entrevistas, os resultados mostraram que os entrevistados estão a criar associações empresariais (Micro - Empresas) e pequenas oficinas que permitem ganhar um rendimento que estão a mudar as suas vidas. Diante dos resultados podemos inferir que o Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) tem promovido a empregabilidade para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga.

Palavras-chave: Formação Profissional; Auto-emprego; Desenvolvimento; Contribuição; IFPELAC.

Chopereka cha Alberto Cassimo Institute for Vocational Training and Labor Studies (IFPELAC) mu Kupanga Ntchito Yodzipangira Ntchito Yopititsa patsogolo Chigawo cha Lichinga (2015-2018)

Ndemanga (Nyanja): Nkhaniyi ikufuna kusanthula zomwe bungwe la Instituto de Formação Profissional e Estudos Alberto Cassimo (IFPELAC) linapanga pakupanga ntchito yodzilemba ntchito pa chitukuko cha District of Lichinga” (2015-2018). Kudzigwira ntchito ndikofunikira komanso mwachangu pamavuto azachuma omwe dzikoli likudutsamo kuti alembe ntchito ndikuphatikiza antchito atsopano a boma. Ndipo maphunziro aukatswiri ndi ofunikira kuti akonzekeretse achinyamata, ndipo chikhalidwe cha anthu chikukhudzidwa kwambiri ndi ulova m'nthawi yamavuto azachuma. Ndipo maphunziro aukadaulo ndi chida chofunikira chothana ndi zovuta zaukadaulo, kasamalidwe ndi bizinesi. Munthu wodziwa bwino ntchito ali ndi luso lapamwamba (kudziwa) kuti apange ntchito yake. Kafukufuku wamakhalidwe abwino adachitika, kukhala ndi gawo lowunikira omaliza maphunziro a IFPELAC, omwe adalandira kumapeto kwa

* Mestre em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Lúrio.

** Prof. Auxiliar da Universidade Rovuma – Extensão de Niassa. Pós-Doutor. Doutor (PhD) em Geografia pela Universidade de São Paulo -USP e Doutor (PhD) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos -UFSCar – Brasil.

maphunziro awo Kit kuti apange ntchito yawo. Mu gawo loyambali la kafukufuku wofufuza, opindula asanu ndi mmodzi (6) adafunsidwa, chifukwa ndi kafukufuku wa maphunziro a masters omwe akuchitika ku Faculty of Agricultural Sciences ya Lúrio University, yomwe ikuwonetseratu kuyankhulana kwa opindula 76 malinga ndi chitsanzo chathu cha 482. , yopangidwa ndi IFPELAC ku Lichinga, yomwe idalandira zida zodzipangira ntchito mkati mwanthawi yomwe ikuwunikiridwa (2015-2018). Pambuyo poyang'ana pa malo odzipangira ntchito ndi zoyankhulana, zotsatira zinasonyeza kuti ofunsidwawo akupanga mabungwe amalonda (Micro - Enterprises) ndi zokambirana zazing'ono zomwe zimawalola kupeza ndalama zomwe zikusintha miyoyo yawo. Potengera zotsatira zake, titha kunena kuti Alberto Cassimo Institute of Professional Training and Labor Studies (IFPELAC) yalimbikitsa anthu kuti azigwira ntchito pa chitukuko cha District of Lichinga.

Mawu osakira: Maphunziro Aukadaulo; Kudzilemba ntchito; Chitukuko; Zopereka; IFPELAC

The contribution of the Institute of Vocational Training and Labor Studies Alberto Cassimo (IFPELAC) in the Creation of Self-employment for the Development of the District of Lichinga (2015 -2018)

Abstract: This article aims to analyze the contribution of the Institute of Vocational Training and Labor Studies Alberto Cassimo (IFPELAC) in the Creation of Self - employment for the Development of the District of Lichinga "(2015-2018). Self-employment is necessary and urgent in the current context of economic crisis that the country goes through to hire and integrate new civil servants. And vocational training is crucial in order to provide young people, and this social stratum is most affected by unemployment in these times of economic crisis. And vocational training is an important tool to address the challenges of creativity, management and entrepreneurship. A professionally qualified person has greater technical skills (know-how) to create self-employment. A qualitative study was carried out, with the IFPELAC graduates, who received at the end of their courses a Kits to generate self-employment. In this first phase of the exploratory study, six (6) beneficiaries were interviewed, as it is a study of the ongoing master's degree course at the Faculty of Agricultural Sciences at the University of Lúrio, which provides for interviewing 76 beneficiaries according to our sample of 482, formed by IFPELAC in Lichinga, who received self - employment kits within the period under review (2015-2018). Making the observation in the self - employment sites and the interviews, the results showed that the interviewees are creating business associations (Micro - Companies) and small workshops that allow them to earn a income that are changing their lives. Given the results we can infer that the Institute of Vocational Training and Labor Studies Alberto Cassimo (IFPELAC) has promoted the employability for the Development of the District of Lichinga.

Keywords: Vocational Training; Self – employment; Development; Contribution; IFPELAC

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na Criação de Auto - emprego para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018). O auto-emprego é necessário e urgente no atual contexto de crise econômica que o país passa para contratar e integrar novos funcionários públicos. E a formação profissional é determinante para munir os jovens, sendo esta camada social mais afetada pelo desemprego nesses tempos de crise econômica, apesar de existir pelo parte do

governo um forte compromisso para a criação do emprego. Como mostra o quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Empregos criados 2015-2018 na Província do Niassa

ANO	EMPREGOS CRIADOS		
	Através da Formação Profissional/ Kits	Outras vias de obtenção de emprego	TOTAL
2015	150	4.318	4.468
2016	72	9.478	9.550
2017	161	15.662	15.823
2018	99	15.953	16.052

Fonte: INEP (2019)

Entre os anos de 2015 -2018, houve um grande investimento do Governo¹ para a formação profissional virado para auto-emprego, por isso, que estes anos são marcantes para a análise. O que me motivou a escolher este tema, é pelo fato deste, ser um tema de atualidade e de vital importância para um desenvolvimento rural sustentável e não só porque este tema responde a uma das medidas da política de emprego que visa emponderar a juventude e a mulher atribuindo a responsabilidade para o desenvolvimento do meio onde se encontra a laborar.

Neste cenário, a formação profissional tem um papel importante a desempenhar que é o de preparar os jovens para um mercado de trabalho. A Educação Profissional surge para promover o saber fazer e proporcionar aos jovens habilidades para a vida. No contexto moçambicano, a Educação Profissional, encontra-se engajada principalmente na luta contra a pobreza, promoção de emprego e empregabilidade.

A formação Profissional é uma ferramenta de extrema importância para a dignidade humana e quando ela é dirigida a um público-alvo especial, como é o caso de mulheres, jovens, pessoas com deficiência, ela ganha uma relevância ainda maior, pois transforma-se num valioso instrumento de combate ao desemprego e a pobreza urbana (Governadora de Maputo, 31 de Outubro de 2016).

UNESCO (1999) recomenda aos Estados o desenvolvimento de um sistema educacional que seja coerente e de sistemas educativos que integrem o *ETP*. Por sua vez, o *ETP* deve estabelecer ligações com todos os sectores da educação, particularmente com escolas e instituições de ensino superior para permitir a continuação

¹ Segundo os dados extraídos da Delegação Provincial do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC, 2019).

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ... dos estudos. Deve também assegurar uma educação e formação básica consolidada que possibilitem a competência mais preciosa para todos, o “*aprender a aprender*”.

Segundo a Lei nº 6/2016 de 16 de Junho, a Formação Profissional realiza-se através da concentração do processo formativo numa determinada área profissional, ajustada ao Quadro Nacional de Qualificações Profissionais e visa responder as exigências específicas do mercado do trabalho, da economia nacional ou de atividade pública, empresarial ou social.

1. Metodologia

Nesta seção apresentamos os procedimentos metodológicos que foram usados para a construção deste artigo. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a metodologia é compreendida como uma disciplina que consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. Portanto, a Metodologia, em um nível aplicado, examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação.

A Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (Prodanov; Freitas, 2013). Segundo Severino (2002), o método é a forma de proceder ao longo de um caminho. Na ciência, os métodos constituem os instrumentos básicos que ordenam de início o pensamento em sistemas, traça de modo ordenado à forma de proceder do cientista ao longo de um percurso para alcançar um objetivo.

Para a realização do presente optou-se pelo método indutivo, este método parte das leis e teorias que prediz a ocorrência de fenômenos particulares para o geral, em conexão ascendente, de análise do particular para o geral, chegando a uma conclusão. Ou seja, o raciocínio indutivo parte de uma situação particular para a posterior obter uma conclusão geral. Isto quer as conclusões do estudo pode ser generalizado para

O método escolhido para a concretização da pesquisa auxiliou ao pesquisador, a compreender casos generalizados e através deles chegou-se a uma conclusão, isto é, a contribuição de um Instituto de Formação Profissional na promoção do auto-emprego e empregabilidade para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga. O método escolhido para chegar a entrevistados e questionados, partiu de um credencial, elaborado por Universidade Lúrio. Esse credencial foi submetido na Secretária do Instituto, onde fomos

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ...

consedido uma lista de nomes e número de formados que receberem os *kits*, daí foi fácil, ligar entrar em contacto com o grupo alvo da pesquisa. Esta técnica foi relevante para não prejudicar a relação investigador-investigado, fundamental para o aprofundamento do processo de investigação em pesquisas de natureza qualitativa.

Considerando que Dissertação de Mestrado, a pós a defesa é pública e por questões éticas, atualmente a comunidade científica orienta que nas dissertações não devem constar os nomes das instituições onde se realiza a recolha empírica dos dados, tanto no título como no corpo do trabalho, por isso, que foram omitidas.

Os aspetos éticos considerados nesta pesquisa referem-se ao constante na normatização da pesquisa, envolvendo Seres Humanos. Em atenção a normatização da pesquisa, os intervenientes da pesquisa foram explicadas que deviam assinar a "*Declaração de Anuência e Termo de Livre Consetimento*", no qual se explicita os objetivos deste estudo, a fim de obter a autorização prévia dos mesmos. O pesquisador compromete-se a utilizar os dados coletados para fins da construção da sua dissertação de mestrado e artigos a ela relacionados, bem como preservar o anonimato dos entrevistados.

Segundo Gil (2004, p. 17) "a pesquisa é um processo racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos". Portanto, a pesquisa quanto aos objetivos caracterizou-se como exploratória, a qual consistiu em proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito e a construir hipóteses. Além disso, foi-nos possível realizar um estudo de levantamento bibliográfico, visitas a *websites* e outras fontes de dados, visando o aprofundamento sobre o tema. Portanto, a pesquisa tipifica-se como exploratória, tendo em vista que para a sua realização primeiro fez-se a revisão bibliográfica de obras já publicadas que versam conteúdos em estudo, só para citar alguns estudos: (Matos, 2011; Pinto, 2015; Magalhães, 2014; Neves et al. 2018; Rocha, 2018; Nascimento, 2015; MITESS, 2016; Vieira, 2010; Gonçalves et al, 2017; Mendes, 2013).

Segundo Lakatos, Marconi (1992), esse tipo de pesquisa é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de "primeira mão" (documentos de arquivos), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios. A pesquisa documental foi realizado em várias instituições de ensino profissional, existente no Distrito

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ... de Lichinga e foram consultados a "*Proposta de política de emprego*" (2006); "*Programa Quiquenal do Governo (2015-2019) do Sector do Trabalho, Emprego e Segurança Social (2020)*"; "*Relatório de Monitoria de beneficiários de Kitds de auto-emprego aos formandos na Delegação de Niassa (2018)*", "*Regulamento do ensino técnico profissional*" (2011); "*Lei de educação profissional*" (2016); "*Regulamento de licenciamento de instituições de educação profissional*" (2017); "*O decreto que cria o Instituto Nacional de Emprego*" (2016); "*Decreto concernente a fusão entre o Instituto de Estudos Laborais Alberto Cassimo (IELAC) e o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP)*" (2016). Esses documentos foram importantes para percebermos, os esforços do governo para a criação de auto-emprego e empregabilidade através da implementação de medidas estratégicas que capacitem jovens a tornarem-se cidadãos plenos, produtivos e membros da economia de mercado por direito, devendo ser considerada um instrumento de orientação, para as estratégias e instrumentos políticos disponíveis a nível sectorial com vista a influenciar significativamente a dinâmica de criação de emprego no país.

Para a coleta de informação, a presente pesquisa contou com as seguintes técnicas: observação directa, entrevista, questionário e consulta bibliográfica. Segundo Lakatos.;Marconi (1992, p. 23), a observação é uma técnica de coleta de dados e elemento básico de investigação científica. "Auxilia o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito dos objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, sujeita ao pesquisador a um contacto mais direto com a realidade". Foram observados algumas oficinas de trabalho dos formandos e os bens adquiridos pela profissão. Esta técnica foi utilizado como auxiliar das entrevistas, para registar as evidências por fotografias, mas também na forma de diário de campo, das informações obtidas através da observação participante do pesquisador durante o período de cerca de dois meses e meio.

Quando se aplicou esta técnica de observação o pesquisador entrou em contacto direto com a realidade que pretendia estudar e nele observou aspectos relevantes para a interpretação dos resultados. Portanto, o pesquisador recorreu a esta técnica, com o intuito de vivenciar os trabalhos dos formandos de perto e buscar informações com consistência de modo a enriquecer o trabalho com informações credíveis. Segundo Marconi e Lakatos (1999), entrevista é encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto. Para esta pesquisa usou-se uma entrevista Padronizada/Estruturada. Com isto, quer dizer que, a entrevista é

a técnica pela qual o pesquisador vai até ao terreno e interage com o grupo-alvo para a busca de informações necessárias, foram entrevistados seis (6) jovens formados beneficiários de *kits*.

Para entrevistar os beneficiários, ligávamos para saber se estava disponível para a mesma e segundo a disponibilidade de cada um marcávamos a dia e a hora, era normal num dia entrevistar dois formandos. Essas entrevistas decorreram entre março ao abril de 2019. No entanto, esta técnica permitiu o pesquisador a manter o contacto direto com as pessoas envolvidas pelo problema em pesquisa, desta feita, compreendendo as trajetórias dos jovens formados em um instituto de formação profissional do Distrito de Lichinga entre os anos de 2015-2018.

Sobre a realização das entrevistas, utilizamos, portanto, uma aproximação de depoimento, considerada importante para abordar o tipo de temática e problema sob investigação e a escolha de trecho de entrevista citado no trabalho foi efetuada por este critério. Nas entrevistas, dávamos abertura de espaços aos jovens formados, falarem das suas trajetórias depois da formação, para a emergência de informações não previstas nas referidas questões.

Para Lakatos e Marconi (1992), questionário é instrumento de coleta de dados constituídos por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito. Foram questionados 63 jovens formados beneficiários de *kits*. Nesta óptica de ideia, na prática de questionário, o pesquisador elaborou uma série de questões abertas ou fechadas obedecendo a certa sequência lógica que faz parte do tema de pesquisa que foram respondidas sem que o pesquisador estivesse lá. Portanto, a escolha desta técnica deveu-se ao fato de, os inquiridos preencherem eles mesmos a ficha do questionário o que lhes permitiu responder as questões de forma mais livre e mais objetiva. Para conseguirmos atingir os objetivos, telefonávamos para os formandos e contávamos e que estávamos realizando um estudo sobre as suas trajetórias profissionais e se estavam interessados a responder um questionários. E dai marcávamos a hora e íamos ao local de encontro e realizávamos os inquéritos.

Para Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. E sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. Foram consultadas obras, trabalhos de defesa de títulos acadêmicos, artigos científicos e jornalísticos, documentos via internet.

Esta técnica tem como finalidade de colocar o pesquisador em contacto directo com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto em estudo podendo ser: toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. No entanto, esta técnica consistiu em recorrer a diversos autores que fazem abordagem da temática em busca de subsídios para o enriquecimento do trabalho.

Gil (1999) define população ou universo como o conjunto de elementos que possuem determinadas características. Para Marconi e Lakatos (2002, p.41) entendem a população ou universo como o “conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Portanto, o universo populacional da pesquisa contou com todos aqueles formados, no espaço temporal entre 2015-2018 pelo instituto, que receberam *kits* de auto - emprego. Neste caso, de forma a tornar a informação uniforme, no que se refere aos envolvidos no estudo, salientar que esta contou com 482 formados pelo instituto, que receberam *kits* de auto - emprego, dentro do período em análise.

Segundo Moresi (2003), amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. Há duas grandes divisões no processo de amostragem (determinação da amostra a ser pesquisada): a probabilística e a não probabilística. O cálculo do tamanho da amostra seguirá a seguinte forma:

Onde:

- **n** – é a primeira aproximação do tamanho da amostra que se precisou calcular;
- **N = (482)**, formados pelo instituto, que receberam *kits* de auto – emprego, entre 2015-2019;
- **e** – é a margem de erro que foi admitida. O erro amostral tolerável varia de 1 a 10%. Neste caso “e” escolhido é de 5% = 0,05; **Z** – é o desvio do valor médio que se aceitou para alcançar o nível de confiança desejado. Em função do nível de confiança que se buscou, usou-se um valor determinado que é dado pela forma da distribuição de Gauss: Nível de confiança 95% -> **Z=1,96**; **p** – é a proporção encontrada. A razão pela qual esta proporção [p] aparece na fórmula é que quando uma população é muito uniforme, a convergência para uma população normal é mais precisa, permitindo reduzir o tamanho da amostra – 5%, (0,05).

$$n = \frac{\frac{z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{e^2 \cdot N}\right)} \quad \Rightarrow \quad n = \frac{\frac{1,96^2 \cdot 0,05 \cdot (1 - 0,05)}{0,05^2}}{1 + \left(\frac{1,96^2 \cdot 0,05 \cdot (1 - 0,05)}{0,05^2 \cdot 482}\right)} = 69$$

Da população, o estudo contou com uma amostra de 69 beneficiários de uma amostra de 482, formados pelo instituto em Lichinga, que receberam *kits* de auto-emprego, dentro do período em análise (2015-2018), constituído por uma população juvenil, definida pela técnica de amostragem não probabilística, isto quer dizer que seleção da amostra depende do julgamento do pesquisador. Há uma escolha deliberada dos elementos para compor a amostra e a amostragem foi feita por conveniência, isto quer dizer também que os elementos selecionados por serem imediatamente disponíveis.

2. Principais conceitos

Formação

O conceito da formação vem sendo apresentado por diversos autores, por exemplo, Torres e Araújo (2010, p. 1217) afirmam que:

Os termos "educação" e "formação" aparecem sempre acoplados, utilizados de uma forma arbitrária e intercalada, criando a ideia de harmonia e complementaridade. O uso conjunto dos dois termos é tão generalizado que a educação e a formação facilmente se confundem, levando a crer que se trata de duas faces da mesma moeda. O discurso dominante assume, cada vez mais, como *fait accompli*, que a educação e formação se complementam e se reforçam mutuamente.

No entanto, ao abordar a formação e aprendizagem, Lima (2003) afirma que a formação e a aprendizagem ao longo da vida tendem a ser predominantemente orientadas para a adaptabilidade, a empregabilidade e a produção de vantagens competitivas no mercado global. A tentativa de estabelecer uma clara diferença entre os dois conceitos constitui preocupação atual, tendo vindo a suscitar investigações profundas. Neste aspecto, Cruz (1998) considera que o principal denominador comum entre a educação e a formação é o de ambos representarem processos de instrução e de aprendizagem. E afirma que, por vezes, se sobrepõem e se cruzam sendo difícil traçar as fronteiras entre os dois conceitos, mas isso não supõe a inexistência de diferença.

Moçambique como qualquer outro país africanos tem um grande o potencial para alavancarem o seu capital humano, através de formação, mas é necessário que sejam envidados esforços agora, no presente, para investir na formação dos jovens. Só então,

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ...

os países africanos poderão posicionar-se para colher os benefícios da produtividade econômica acrescida do “dividendo demográfico”, que ocorre quando existe uma grande população ativa em relação ao número de dependentes – pelos anos fora. A oportunidade para colher um dividendo demográfico é sensível ao tempo. Como aponta a União Africana (2021), em 2020, 3 em cada 5 Africanos têm menos de 25 anos. Em 2050, será 1 em cada 2 a pertencer a essa faixa etária. Esta proporção elevada de população jovem e ativa não durará para sempre. A formação é um veículo crucial para que o capital humano de África possa ser desenvolvido. Os investimentos na formação ajudam a romper os ciclos intergeracionais da pobreza e auxiliam o desenvolvimento socioeconômico. Os investimentos na formação podem conduzir a uma força de trabalho qualificada e empregável que satisfaça as necessidades dos mercados de trabalho em termos de aptidões e competências. A formação empodera as pessoas e está associada a comunidades mais pacíficas, maior envolvimento cívico e democracias mais robustas.

Formação Profissional

Para muitos estudiosos e os que lidam com o processo de formação profissional, o conceito é pouco claro visto que a sua utilização depende do contexto, da época e da circunstância em que se emprega. Utiliza-se como processo, como atividade, como instrumento, como política e, ultimamente, como panaceia para todos os problemas.

Nesta lógica, afirma Rebelo (2003, p.24): “A formação profissional é um dos principais factores que conduzem, frequentemente, os desequilíbrios estruturais no mercado de trabalho, na medida em que os graus de respostas dados às exigências da procura de trabalho pelo tecido empresarial em determinados sectores de atividade econômica se mostram desajustados”. Apesar de o mercado de trabalho apresentar os seus indicadores, os decisores, sobretudo os políticos, não diversificam a formação de modo a responder às demandas atuais. Continuam a ser feitas com base na formação profissional da “moda” ou nas modalidades mais fáceis de executar, ou mais simples. Ainda, as que correspondem a financiamento interno ou externo. Esta atitude faz crescer o número de desempregados especializados em áreas em que o mercado de trabalho se encontra saturado.

É facilmente perceptível que a formação profissional é a chave para múltiplas portas, que permitem ter acesso a oportunidades do mercado do emprego, à estabilidade laboral, à empregabilidade e à polivalência das profissões.

Com a formação profissional, o indivíduo fica munido de ferramentas importantes, para lutar contra o desemprego e a exclusão profissional. Uma pessoa com formação tem o acesso a outra formação mais fácil e além disso, a autoformação ou a chamada formação ao longo da vida passará a fazer parte do seu dia-a-dia com mais facilidade, visto que a formação prepara o sujeito para receber a formação seguinte, de forma cada vez mais consistente.

A formação profissional continua a ser muito fraco em Moçambique, um dos fatores é a pobreza com as suas dimensões da exclusão social. Como aponta a União Africana (2021), Uma criança do quintil mais rico dos agregados familiares tem uma probabilidade 8 vezes maior de concluir o ensino profissional do que uma criança do quintil mais pobre dos agregados familiares. Esse rácio soube se não se abolir as taxas de formação em Moçambique para assegurar a frequência escolar das crianças dos agregados familiares mais pobres. É necessário ter em consideração outros fatores, incluindo os custos de oportunidade, a falta de escolas profissionais ou centros de aprendizagem no receptivo ambiente e a prevalência das normas sociais.

Emprego

Segundo Mattoso (1996), a palavra *emprego*, da língua inglesa, tem sua origem em 1400 d.C. Até o início do século XVIII, se referia a alguma tarefa ou determinada empreitada; nunca se referia a um papel ou a uma posição numa organização. A partir do século XIX, passou a ser entendida como o trabalho realizado nas fábricas ou nas burocracias das nações em fase de industrialização. O emprego é um fenómeno da Modernidade. Em tempo anterior ao advento da sociedade centrada no mercado, não era "*o critério principal para definir a significação social do indivíduo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos*" (Ramos, 1989, p.101).

Albornoz (1988), o emprego é a realização de uma série de tarefas em troca de uma remuneração monetária denominada salário. Na sociedade atual, os trabalhadores comerciam suas capacidades no mercado trabalhista, que está regulamentado pelo poder do estado para evitar conflitos. A empresa é o lugar que permite aos trabalhadores interagirem a fim de obter uma renda. Segundo Ministério do Trabalho e Emprego (2000), a noção de emprego é usada para designar uma ocupação que dá origem a rendimentos. Num emprego, o trabalhador exerce uma determinada atividade, obtendo um pagamento pela sua tarefa. Emprego é uma ocupação remunerada exercida por alguém com alguma

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ...
qualificação específica para tal, envolvendo a figura do patrão e trabalhador. Esta ocupação pode se dar tanto no sector público quanto privado. Um dos elementos do conceito de emprego, portanto, é a existência de quem organiza o trabalho, o empregador, e de quem o realiza mediante remuneração, o empregado.

A questão de emprego na África ainda é um desafio, como mostra o Banco Mundial (2020), em África, 200 milhões de pessoas têm idades entre os 15 e os 24 anos, o que representa mais de 20% da população. A população de África está em rápido crescimento e está a conhecer uma transição demográfica lenta, o que vai aumentar a pressão para a criação de empregos, sentida pelos países. A grande maioria dos jovens vive em zonas rurais e trabalha sobretudo na agricultura, onde representam 65% do total do emprego.

Mas os jovens não são um grupo homogêneo, e as suas perspectivas de emprego variam de acordo com vários fatores, que vão da região, ao gênero e à escolaridade, o que requer diferentes políticas de intervenção. No entanto, o indivíduo africano mediano jovem é fácil de caracterizar: é do sexo feminino, tem 18,5 anos de idade e vive numa zona rural, é alfabetizada mas não frequenta uma escola. Fatos estilizados sugerem que: Os jovens perfazem 37% da população em idade laboral, mas 60% do total de desempregados. O desemprego juvenil é muito mais prevalente nas áreas urbanas (Banco Mundial 2020).

Auto - Emprego

Existem várias designações para o mesmo conceito, nomeadamente, auto-emprego, trabalho por conta própria e trabalho independente. Tendo em conta a grande heterogeneidade de situações que cabem no auto-emprego, as características específicas dos contextos nacionais e dos quadros jurídicos, existe uma dificuldade em encontrar uma definição padrão.

Segundo Bruchell et al. (1992), a investigação sobre o auto-emprego depara-se com um duplo problema: definir o que é o auto – empregado e se existe mais do que um tipo de auto-emprego. Podemos considerar três eixos principais para este estudo. Um respeitante ao binómio subordinação/dependência; outro, relativo à distinção entre o que se pode designar por versões tradicional e moderna do auto-emprego; e outro, referente à diferenciação entre os que têm e os que não têm trabalhadores ao serviço (Assunção, 2008). Condição do indivíduo cuja ocupação profissional não está dependente de um empregador, sendo ele próprio o detentor dos meios de produção necessários ao

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ... desenvolvimento da sua atividade econômica (que depende total ou parcialmente do seu próprio trabalho e capital), sendo o objetivo prioritário desse empreendimento assegurar a existência do seu próprio posto de trabalho.

Um indivíduo que tem um auto-emprego é aquele que exerce a sua profissão com independência, de forma autônoma, transformando o seu conhecimento num produto que pode ser oferecido para empresas. Podemos dizer que se trata de uma modalidade em que o profissional faz do seu trabalho um produto que é comercializado. No auto emprego ainda existe a troca do tempo por dinheiro.

Face aos desafios que os jovens moçambicanos encontram nos mercados de trabalho, o sucesso na busca de empregos para os jovens vai necessitar de ações a longo prazo, concertadas, abrangendo um largo espectro de políticas e de programas. Efetivamente, não há margem para alcançar e sustentar o sucesso com intervenções fragmentadas e isoladas. Uma regra abrangente para encarar o desafio do emprego jovem, é a necessidade de uma estratégia integrada para o desenvolvimento, crescimento e criação de emprego a nível rural – contemplando tanto o lado da procura como o da oferta do mercado de trabalho e a mobilidade dos jovens das zonas rurais para as urbanas – a par de intervenções desenhadas para ajudar os jovens a superar desvantagens e entrar e permanecer no mercado de trabalho.

Um inventário de intervenções concebido pelo Banco Mundial (2020), para integrar os jovens no mercado de trabalho sugere que as abordagens abrangentes, multi-serviços, tendem a ter melhores resultados que intervenções fragmentadas. Investir na educação contribuirá também para criar melhores oportunidades para além de expandir as oportunidades de emprego é também necessário melhorar o investimento e os ambientes macroeconómicos; encorajar e apoiar o empreendedorismo e o sector informal; melhorar o acesso à formação por competências; procurar resolver as questões demográficas, incluindo a maternidade precoce; lidar com o problema da juventude em cenários de violência e pós-conflito; e melhorar as condições do mercado de trabalho. Estas são as mais urgentes respostas políticas para fazer frente, de um modo sustentável, às questões do emprego dos jovens em África.

3. Resultados e análises da contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na Criação de Auto-emprego para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga

A contribuição da formação técnico profissional mede-se pelo número de pessoas que, após terminarem a formação, conseguem um emprego produtivo. Porém, a situação de escassez de mão-de-obra especializada associada a uma taxa de desemprego elevada é típica de muitos países em via de desenvolvimento. Essa situação deve-se ao crescimento demográfico dos países e a estruturas econômicas heterogêneas, caracterizadas, por um lado, pela existência de um sector de serviços e um sector industrial modernos e, por outro, de um sector de artes e ofícios e de comércio tradicionais.

Dispondo de pessoal qualificado, as pessoas e as empresas aumentam as suas possibilidades se tornarem mais produtivas e inovadoras. Deste modo, as pessoas formadas e as empresas e regiões tornam-se mais competitivas, o que influencia positivamente o clima de rendimento e investimento.

Nas entrevistas, pode-se identificar que o IFPELAC, tem elevado as capacidades e habilidades dos jovens, visando a sua inserção no mercado de emprego e na criação do auto - emprego. Como mostram os seguintes trechos: “Abri a minha oficina com a minha colega formada (...) (**Alfaiate**. 15. 07.2019). Um outro entrevistado apontou:

(...) sobrevivo dos trabalhos daquilo que aprendi no IFPELAC, meus colegas também sobrevive disso, tenho um colega que é operador das máquinas elétricas, concorreu com o certificado do IFPELAC e esta a trabalhar com os chineses que estão a construir a estrada Lichinga – Mandimba (**Eletricista**. 15. 07.2019).

Assim, podemos perceber que o IFPELAC, cria o empreendedorismo a ter em conta é aquele que origina a criação de emprego, nomeadamente o do próprio, denominando-se autoemprego e eventualmente a criação de mais postos de trabalho, de pessoas em situação de desemprego, com recurso a apoios institucionais. “(...) e empreguei as minhas duas filhas (...) (**Alfaiate**. 15. 07.2019). Um outro entrevistado afirmou que: “(...) emprega um servente para me ajudar (...)” (**Alfaiate**. 15. 07.2019). Os três outros também apontaram: “ (...) emprego três serventes (...)”(**Pedeiro**. 15. 07.2019); “(...) emprego quatro trabalhadores (...)”(**Canalizador**. 15. 07.2019) e o **Carpinteiro** (15. 07. 2019): “(...) emprego sete (7) pessoas (...)”.

Podemos observar que o IFPELAC nas últimas décadas tem tido um papel fundamental e de destaque na agenda política de criação de auto-emprego com efeito multiplicador e na promoção do empreendedorismo e geração de receitas: “(...) consigo mensalmente depositar 5 a 7 mil meticais (...) (**Carpinteiro**. 15. 07.2019). Um outro

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ... entrevistado afirmou que: “(...) ganhamos rendimento por aquilo que produzimos na agricultura, com a venda de batata de polpa alaranjada (...)” (**Técnico básico de agricultura**. 15. 07.2019). Os dois outros também apontaram: “ emprego três serventes (...)”(Pedreiro. 15. 07.2019) e o carpinteiro (15. 07. 2019), “emprego sete (7) pessoas (...)”.

A formação profissional é uma premissa para o crescimento econômico, na medida em que possibilita a aquisição da renda familiar, prestação de serviços qualificados e ocupação adequada de postos de trabalho. Uma formação técnica orientada para o mercado de trabalho assegura a empregabilidade da mão de obra e aumenta as suas oportunidades de obtenção de emprego e rendimento, direcionando -se tanto para as necessidades sociais como para as do sector econômico.

Olhando pelo material apresentado podemos inferir que há uma contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de Auto - emprego para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga. Apesar das dificuldades de recursos financeiros que os formando tem para ampliar as suas associações ou micro - empresas, por causa da impossibilidade de acesso ao crédito bancário provocado pelas exigências burocráticas e altas taxas de juro praticada pelos bancos comerciais.

Considerações finais

A formação profissional tem um papel chave, na criação do emprego, no aumento da integração social, constituem fatores essenciais, para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Feita a observação nos locais de auto – emprego e as entrevistas, mostram que os antigos formandos do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC), estão a criar associações empresariais (Micro - Empresas) e pequenas oficinas que permitem ganhar um rendimento que estão a mudar as suas vidas, criando assim um processo do Desenvolvimento do Distrito de Lichinga.

As evidências empíricas mostram que instituto de Formação Profissional, tem contribuído para a criação de empregabilidade juvenil, com a criação de auto-emprego, pelos formandos, através de associações empresariais (“micro – empresas”) e pequenas oficinas que permitem ganhar um rendimento que podem mudar as vidas, criando assim um processo de integração no trabalho e distribuição de renda.

Os aspectos mais sensíveis de relevância no agregado familiar em Moçambique são a satisfação das necessidades básicas, na qual um dos membros tem a capacidade

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ...

de garantir a sua sobrevivência. A iniciativa de formação profissional nos moldes que o instituto de formação profissional do Distrito de Lichinga está a formar com cursos virados a competência tem consequência transformadora tanto para os jovens que aderem a essa formação como para o local da sua influência.

Em Moçambique a questão de formação profissional tem sido apontada pelo Governo como uma forma de opção ao desenvolvimento e ela possa gerar auto-emprego através de criação de emprego e geração de renda nas famílias. O quadro legal de Moçambique (política de formação profissional) tem um dos aspectos positivos - protege os direitos dos formados, reconhece as competências profissionais adquiridos e deixa espaço para a criação de auto-emprego, empreendedorismo, oportunidades de negócios, entre outros.

Apesar da questão de auto-emprego em Moçambique confronta-se com as dificuldades de obtenção de recursos financeiros, por causa da possibilidade de acesso ao crédito bancário provocado pelas exigências burocráticas e garantias e taxa de juro praticada pelos bancos comerciais. A intenção de resolver a situação esteve na origem da distribuição de *Kites* de trabalho pelo Governo, que tenta superar à exclusão ao crédito bancário da maioria de jovens formados pelo instituto.

Entretanto, vislumbra-se uma pequena luz para os formandos do instituto. Com a entrega de *Kites* de trabalho aos formandos foi dado um passo importante na materialização da agenda de alargamento de rede de pequenas associações e empresas, trabalhando em parceria e estreita articulação com os outros formandos de outras áreas, que ganham um concurso. O estudo mostrou que a associação dos canalizadores trabalhava em parceria com Serralheiro, Carpinteiro, Canalizador, Electricista, Alfaiate, Pedreiro, Técnico de Agricultura e outros formados em diversas áreas de formação do instituto.

Os *kites* de trabalho têm desempenhado uma função importante junto dos formados, no sentido de viabilizar o plano de negócio para obtenção de renda. A distribuição dos mesmos tem sido um despertar para o empreendedorismo e auto-emprego em Moçambique. Apesar de oferta de *Kites* no processo da criação do auto-emprego a diferença percentual entre sexos (masculino e feminino), é notório, no nosso estudo mostramos que há mais formandos jovem de sexo masculino do que feminino, este é a estrutura geral de acesso desigual das mulheres ao sistema de formação, causados por vários fatores, sendo uma deles os fatores culturais, a masculinidade, pobreza, entre outros.

O auto-emprego, criado por formação profissional do instituto, empregando pessoas é uma realidade no Distrito, como em muitos lugares do país, pelo facto de inúmeros formandos (sem uma estatística apurada) vivem do seu trabalho como trabalhador independente. Consta-se este fato no Distrito de Lichinga pela dinâmica diária dos formandos no processo de desenvolvimento do distrito, participando como Serralheiro, Carpinteiro, Canalizador, Electricista, Alfaiate, Pedreiro, Técnico de Agricultura, entre outras atividades profissionais.

Um novo impulso chegou com a formação profissional, ao criarem auto-emprego, especializado em diversas áreas de atividade profissional, competentes, munidos de saber fazer, saber estar e ser, cuja aquisição só é possível através de formação profissional; pela aquisição da capacidade de gerir os empreendimentos de produção e de serviços; tendo em conta a necessidade de responder as exigências do mercado de trabalho em ter “trabalhadores profissionais”, constituindo assim, uma camada intermédia (situada entre aqueles que têm possibilidade através da sua profissão técnica para produzir renda que garanta o bem estar para os seus agregados familiares), em função das oportunidades de trabalho ou negócio, em conformidade com a dinâmica do Distrito de Lichinga.

As evidências empíricas demonstram que os formados pelo instituto, foram capazes de criar o auto-emprego, alguns com muita consistência e perspectiva de crescimento ao empregar pessoas no contexto do desemprego no Distrito de Lichinga, criando assim um processo do Desenvolvimento do Distrito de Lichinga. Não podemos esquecer que há uma forte associação entre o desenvolvimento e empregabilidade juvenil, num país como Moçambique, onde a maioria da população é jovem, ou seja, a mão-de-obra é juvenil.

Diante desta realidade, conclui-se que o Instituto de Formação Profissional, tem promovido a empregabilidade para o Desenvolvimento do Distrito de Lichinga, se entendermos que o desenvolvimento é um processo de transformação do padrão de vida da população. Como diz o professor de economia Amartya Kumar Sen (2010, p.29), “o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos”.

Referências

- Antunes, Luísa, (2010). *O ensino técnico profissional industrial e comercial em Lourenço Marques durante o Estado Novo – A escola Comercial Dr. Azevedo e Silva*, Dissertação de Mestrado em Educação, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Almeida, Ney; Alencar, Mônica. (2011). *Serviço Social, trabalho e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva.
- Azevedo, Joaquim.; Abreu, José de (2006). “Ensino Profissional em África: falácia ou oportunidade? O caso das Escolas Profissionais em Moçambique”. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 5, Lisboa, pp. 5-42.
- Banco Mundial. (2021). *Juventude e Emprego em África — o potencial, o problema, a promessa*. Banco Mundial: DC.
- Batone, D. C, (2020). Mercado de trabalho em contexto de pobreza urbana e COVID-19: o caso da cidade de Lichinga. *Rev. cient. UEM: Sér. ciênc. bioméd. Saúde pública. Pre-print*. Boletim da República. *Regulamento do Ensino Técnico Profissional*. Agosto de 2011.
- Classe, Lisiane; Rocha – de –Oliveira, Sidinei (2015). História de vida e trajetórias – Estudo com executivo Brasileiro. *RAC*. Rio de Janeiro, v, 19, n° 4 art, pp.525-543.
- Duarte, Alexandre. (2012). A introdução dos cursos profissionais nas escolas públicas: Perfil socioeducativo dos alunos. *CIES e-Working Paper* N.º 143/2012.
- Cunha, Maria.(2010). *Trajetórias e lugares de formação da docência universitária: da perspectiva individual e o espaço institucional*. Araraquara. São Paulo.
- Decreto n° 28/2017. *Aprova o Regulamento de Licenciamento de Instituições de Educação Profissional*. Conselho de Ministros. Boletim da República.
- Decreto n° 4/2016. *Concernente a fusão entre o Instituto de Estudos Laborais Alberto Cassimo (IELAC) e o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP) e revoga o Decreto n° 37/92 de 27 de Outubro*. Boletim da República.
- Decreto n° 48/2016. *Cria o Instituto Nacional de Emprego (INE)*. Boletim da República.
- Fernandes, S. (2011) *Metodologia da Educação Especial*. 1ª ed. Curitiba. IBPEX.
- GFA Management (2002). *Projeto de promoção do Ensino Técnico-Profissional e da Formação Profissional (PROETFP)*. Introdução das bases para um sistema de monitoria e avaliação, Maputo, SP: Autor.
- GEM Portugal. (2011). *Estudo sobre o empreendedorismo*. ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*.5.ed. São Paulo: Atlas.

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ...

Gonçalves, Carlos Manuel, *et all.* (2017). Os Jovens, a Formação Profissional e o Emprego. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.*

Gonçalves da Silva, Margarida Isabel (2015). *Reinserção Profissional de desemprego: O papel da formação Profissional na Reinserção de desempregados no mercado de trabalho.* Dissertação de Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos no Instituto Politécnico de Setúbal – Escola Superior de Ciências Empresarias.

Governadora de Maputo (2010). *Balanço do plano económico e social.* Governo de Maputo.

Himuhanga, Francisco, (2015). *Formação profissional e sua relevância nas futuras autarquias em Angola: estudo exploratória.* Prova destinado à obtenção do grau de mestre em Gestão Autárquica. Instituto de Educação e Ciências. Lisboa.

INE (2007). *Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007.* INE: Maputo.

INE (2017). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017.* Recenseamento Geral. INE: Maputo.

Lakatos, Eva M.; Marconi, Marina A (2001). *Fundamentos metodologia científica.* 4.ed.São Paulo: Atlas.

Lima, Elvira Souza (2003). *Avaliação na escola.* São Paulo: Sobradinho 107 Ltda ME.

Leite et al (2018). Formação de profissionais da educação alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. *Educ. Soc., Campinas*, v. 39, nº. 144, p.721-737, jul.-set., 2018.

Lourenço, Teresa, (2015). *A importância da formação profissional enquanto investimento em capital humano.* Relatório de Mestrado em Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Lei nº 6/2016. *Lei de Educação Profissional.* Boletim da República.

Magalhães, Carla. *Ensino Profissional como meio de preparação do formando, com vista (inserção) ou progresso no mercado de trabalho.* Instituto de Educação. Universidade Lusófona do Porto. 2014.

Maloa, Tomé (2016). *História da Economia Socialista moçambicana.* Dissertação de Mestrado em História Económica da Universidade de São Paulo.

Martins, António., *et al.* (2008). *Representações sociais e estratégias escolares. A voz dos alunos do ensino técnico e profissional de Portugal e de Moçambique,* Aveiro, Universidade de Aveiro.

Matos, F. G (2011). *Ética na Gestão Empresarial: da consciencialização à ação.* 2 ed. – São Paulo: Saraiva.

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ...

Mendes, L.C. (2013). *Formação profissional na criação de auto-emprego nas regiões periféricas: Cabo Verde – Ilha de Santiago, 2005-2010*. Tese de Doutoramento em Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Instituto de Educação: Lisboa.

Migliolli, Daiane Cervelin. (2018). *Recrutamento e Seleção*, Indaial: UNIASSELVI.

Millan, J; Congregado, E; Roman, C. (2016). Start-up incentives: Entrepreneurship policy or active labour market programme? *Journal of Business Venturing*, 28(1), pp.151–175.

Millán, J. D. R., Rupp, R., Müller-Putz, G. R., Murray-Smith, R., Giugliemma, C., Tangermann, M., et al. (2010). Combining brain–computer interfaces and assistive technologies: state-of-the-art and challenges. *Front. Neurosci.* 4:161.

Ministério de Administração Estatal (MAE, 2014). *Perfil do Distrito de Lichinga*. MAE:Maputo.

Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança (MITESS, 2016). Proposta de política de emprego: “*Promovendo mais e melhores empregos em Moçambique*”. MITESS: Maputo.

Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MITESS, 2020). *Grandes Realizações do Programa Quinquenal do Governo, 2015-2019, sector do trabalho, emprego e segurança social*. MITESS: Maputo.

Mussanhane, E. (2004). “Expectativas do setor privado em relação ao Ensino Técnico e Profissional”, comunicação apresentada no Seminário Nacional do *Ensino Técnico e Profissional*, Maputo.

Nascimento, G. (2015), Formação: Uma estratégia de desenvolvimento organizacional e individual, In A. Ferreira, L. Martinez, F. Nunes e H. Duarte (Orgs.). GRH para gestores. Lisboa: RH Editora.

Neves, Diana, et al, (2018). Sentido e significado do trabalho: Uma análise dos artigos publicados em periódicas associadas a Scientific Electronic Library. Cad. EBAPE, Br, v16, nº2, Rio de Janeiro, Abr/jun.

Nhantumbo, Quitéria (2013), Autonomia na gestão das escolas técnico-profissionais em Moçambique, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Aveiro, Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

OECD (2015). Skills Strategy Implementation Guidance for Portugal: Strengthening the Adult-Learning System, OECD Skills Studies, OECD Publishing, Paris.

Pacheco, E. et al. (2015). Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. In: PACHECO, Eliezer; MORIGUI, Valter (org.). Ensino Técnico, formação

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ... profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil. Porto Alegre: Tekne.

Perreira, Bresser. (2003). O conceito de desenvolvimento. In: Bresser Perreira. (Org.). *Desenvolvimento e crise no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.

Pinto, Ana, (2015). *Evolução e Caracterização do Ensino Técnico e Profissional em Moçambique*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa.

Pinto, Ana, (2012). "O Subsistema do Ensino Técnico e Profissional em Moçambique e a viragem do século", *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, Lisboa. Disponível em:<https://2012congressomz.files.wordpress.com/2013/08/mr02.pdf>. Acesso: 20 jun. 2020.

Pardal, Luís;. Lopes, Eugênia. (2013). *Métodos e técnicas de investigação social*. AREAL: Porto.

Ribeiro, M. F. (2011). *O ensino das ciências e o desenvolvimento de competências de pensamento*. Um estudo de orientação metacognitiva com alunos do 7º ano de escolaridade. Tese de Mestrado não publicada. Évora: Universidade de Évora.

República de Moçambique: Lei nº 4923/65 *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED*.2000.

Rocha, Cátia (2018). *O estudo da formação profissional como meio de desenvolvimento de competência – Estudo de caso numa academia de formação*. Dissertação de Mestrado em Políticas e Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Escola de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Economia Política. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Roque, Piedade.(2012). *Percurso formativas ao longo da vida: três percursos, três história da vida*. Prova destinado à obtenção do Grau de Mestre em Administração Educacional. Instituto Superior de Educação e Ciência.

Rodrigues, Magda Dias.(2016). *Desenvolvimento e actualização de competências: a formação como ferramenta de gestão estratégica de recursos humanos – estudos de caso*. Mestrado de Marketing e Comunicação. Escola Superior da Educação – Politécnica de Coimbra.

Santos, Elinaldo, et al.(2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRD – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional*, pp.11- 36.

Paulo G. Matapa, Joaquim M. Maloa, A contribuição do Instituto de Formação Profissional ... Santos, Marília.(2016). *As vozes dos alunos de uma escola profissional sobre o ensino profissional –um estudo*. Mestrado em Administração e Gestão Educacional. Universidade Aberta.

Sen, Amartya, (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Severino, A. J. (2002). Pós-graduação e Pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: Bianchetti, L.; Machado, A. M. N. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações*. Florianópolis/São Paulo: Ed. UFSC/ Ed. Cortez.

Torres, Andreia Araujo Lima (2015). *Avaliações de ações educativas em saúde apoiadas em Tecnologias de Informação e Comunicação*. 2015. xv, 218 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de Brasília, Brasília.

União Africana. (2021). *Transformando a educação em África: Uma visão global baseado em evidência para a melhoria a longo prazo*. União Africana: Adis Abeba.

UNDP (2015). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O trabalho como motor do desenvolvimento humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Vieira, Ana Isabel Freitas, (2015). *Empreendedorismo e Autoemprego: Medidas e Proposta de Negócio*. Universidade de Aveiro.

Matapa, Paulo Gervásio; Maloa, Joaquim Miranda. *A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018)*.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): MATAPA, Paulo Gervásio; MALOA, Joaquim Miranda. A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1 | p.328-349 | jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Matapa, Paulo Gervásio; Maloa, Joaquim Miranda. A contribuição do Instituto de Formação Profissional e Estudos Laborais Alberto Cassimo (IFPELAC) na criação de auto-emprego para o desenvolvimento do Distrito de Lichinga (2015-2018). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 328-349.

Prática Pedagógica uma ferramenta importante para a formação de professores em Angola

Francisco Sérgio Manuel Mabilia *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-4157-7725>

Nelson Miguel Chimbili **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-6293-4130>

Resumo (Português): O presente artigo apresenta o resultado de uma longa observação realizada em torno das atividades desenvolvidas na cadeira de prática pedagógica para a formação de professores de Língua Portuguesa, ministrada no curso de Ensino de Língua Portuguesa da EPD 1 da ULAN 2 . Para a sua efetivação, partimos do seguinte questionamento: que bases académico-metodológicas devem os estudantes estagiários possuir para exercer melhor as suas tarefas curriculares no PEA? Determinamos os seguintes objetivos, geral: fundamentar sobre as componentes pessoais e não pessoais do Processo de Ensino-Aprendizagem (PEA). Os específicos: i). apresentar reflexões académicas baseadas na observação, no âmbito do estágio, a partir da cadeira de prática pedagógica. li). perceber o grau de motivação dos estudantes após o exercício da atividade de estágio profissional. Baseamo-nos numa metodologia qualitativa, sendo a entrevista com a técnica optada para se colher os dados. Com este trabalho foi possível trazer valiosas reflexões e conceitos tangentes ao PEA da cadeira de prática pedagógica. Foi também perceptível o grau de motivação e satisfação dos estudantes após o estágio, traduzindo claramente a necessidade da vinculação da teoria com a prática.

Palavras-chave: Prática Pedagógica; Formação de Professores; PEA.

Pedagogical Practice: an important tool for teacher training in Angola

Abstract (Inglês): This article represents the result of a long observation about the development in the context of the classroom of the subject of pedagogical practice, taught both in the II Cycle and in the Higher Education of teacher training. For its realization, we start with the following question: what academic-methodological bases should the intern students have to better exercise their curricular tasks in the teaching and learning process? We determined the following objectives, general: to present academic reflections based on observation, within the internship, from the subject of pedagogical practice. The specific: suggest guidelines tangent to the components of the teaching-learning process to trainee students. As a bibliographical study, we use methods such as documental study and observation to achieve our objectives. With this work, it was possible to bring valuable reflections and concepts related to the teaching-learning process of the pedagogical practice chair, especially for graduates and/or recent graduates in one of the pedagogical areas.

Keywords: Pedagogical Practice; Teacher training; Teaching-Learning Process

* Doutorando em Literacias e Ensino de Português pelo Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga-Portugal. Mestre em Educação, licenciado em ensino de Língua Portuguesa pela Escola Pedagógica do Dundo. Linha de pesquisa Linguagem e Educação

** Mestre em Metodologia de Ensino Primário: Especialidade Ensino da Língua Portuguesa no Ensino Primário pelo ISCED-Benguela, em parceria com Instituto de Educação da Universidade do Minho em Braga, Portugal. Licenciado em Ensino da Língua Portuguesa pelo ISCED-Cabinda. Linha de pesquisa Linguagem e Educação. E-mail: Nelsonchimbili@hotmail.com

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..

Isavu ci ndongusulu: isangala ci n'ciinza muna ulongukwa ku minlongisi mi N'gola.

Buku ci m'samu (Fyote): Libungu benyali limonisa unvutu l'ukenguelelu lu laamba muna m'pwasa bisalu bisalemene muna ikalu ci isavu ci ndongusulu muna longukwu kumi m'longuisi mi mbeembo i cimputu, ilyatusulwa mu ulongukwa ku cimputu kuna EPD/ULAN. Muna lucindusulu lwandi, t'unangukwini muna nzuku-cyuvu: nsimukunu izi nzila zi ndongusulu mbisi ba bana-ba-nzo m'kaanda bu mbelukulu bufweene baka bwinji ba salila bubote bisalu bi ndyatusulu mpangulu i ndongusulu-i'luzaabu? T'uzenguisi biswisi, ci mbundulu: Usundulwa bifwanya bi cibuntu ai bikambwa bubuntu bu mpangulu i ndongusulu-i'luzaabu. Bimpila: i. Umonisa zimbanzeminu lu nzo m'kaanda nsimukunu muna l'ukenguelelu muna mbelukulu, tonina muna ikalu ci isavu ci ndongusulu. ii. Uzimukwa ikunku ci mayanji va m'twala isavu ci m'fyengu lubelukulu. Tu vukemena muna nzila zi m'tindi, mukubá ti Byufu bi umoko bwau bundwenji bu isalu tu solizi muna koywa kundi li usavu. Muna isalu benyaci, tu bakizi twala zimbanzeminu ai mayndu ma lubaambu lu mpangulu i ndongusulu-i'luzaabu muna ikalu ci isavu ci ndongusulu. Tu bakuli ivaandi ikunku ci mayanji ai lusakumunu lu bana ba nzo m'kaanda va m'twala isavu ci lubelukulu, cinsundula cezeze ci m'cinzi u luyobiku lu ntubulu munu ay m'pangulu.

Bikumu bi Thal: Isavu ci Ndongusulu; Longukwa kumi M'longuisi; Mpangulu Ndongusulu-i'luzaab

Introdução

Em Angola, a prática pedagógica, no contexto do Ensino Superior, é uma cadeira ministrada no terceiro e quarto anos curriculares nos Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED) e Escolas Pedagógicas (EP), enquanto que no II Ciclo é lecionada na 11.^a e 12.^a classes. Entretanto, a materialização dos seus objetivos no que concerne aos conteúdos teóricos e práticos depende em grande medida das políticas internas de cada instituição. Dentre vários objetivos que poderiam ser ou que têm sido levantados no âmbito dessa cadeira como i) refletir sobre o que é *ser professor* numa sociedade em constante evolução; ii) contribuir para que os formandos estejam capazes de proceder a uma avaliação fundamentada do aluno, em desenvolvimento, tendo como referência as orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar, Educação Primária, Educação Geral e Educação Secundária, conforme a estrutura constante na Lei de Bases do Sistema da Educação e Ensino em Angola e iii) incentivar os futuros educadores (docentes) a participar e a elaborar trabalhos de investigação, sobre o desenvolvimento e comportamento do aluno, recolhendo e organizando informação que decorre da sua prática.

Nas EP, a prática pedagógica é a principal ferramenta de medição do nível de assimilação dos conteúdos curriculares por parte dos estudantes, ou seja, ela funciona como “*tubo de escape*” dos conhecimentos absorvidos noutras cadeiras, sejam elas teóricas ou práticas, pois nessa cadeira o aluno deixa de ser aluno, passando a ser, também, professor, ou seja, colega dos seus professores.

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..

Por esta razão, levantamos as seguintes **questões**: i. que bases académico-metodológicas devem os estudantes participantes possuir para exercer melhor as suas tarefas curriculares no PEA? ii. qual é o grau de motivação dos estudantes após o exercício da atividade de estágio profissional. O presente trabalho segue uma estrutura que apresenta uma fundamentação teórica baseada na revisão da literatura sobre a formação de professores, componentes pessoais e não pessoais do PEA. Seguiu a explicação da metodologia do estudo, análise e discussão do trabalho empírico, as considerações finais e as respectivas referências bibliográficas.

1. Formação de professores

A lei 17/16¹ apresenta no seu artigo 17, alínea d) Subsistema de Formação de Professores, que colocamos no centro desta reflexão, apesar de, no mesmo artigo, estarem presentes outros subsistemas. Cingimo-nos no de formação de professores não como sendo o mais importante de todos, mas sim por estar presente na materialização dos demais. Não deixa dúvidas de que o desenvolvimento exitoso dos seis subsistemas de ensino depende, em grande parte, da qualidade de execução das políticas educacionais de formação de professores. Sobre a eficácia de tais políticas, Flores et al., (2014, p.63) dizem que, traz

o desenvolvimento de profissionais capazes de dar resposta à diversidade dos contextos educativos; a articulação entre o conhecimento do conteúdo e a pedagogia; o papel da investigação na formação profissional; a relação entre a universidade e as escolas, em particular no âmbito da iniciação à prática pedagógica; e a qualidade da supervisão dessa prática.

A formação eficaz do professor é uma mola impulsionadora para a qualidade que tanto almejamos no subsistema do ensino geral. Neste momento, há muitas reflexões e políticas a serem gizadas neste âmbito. Um grande exemplo, é que o governo angolano, no âmbito do Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 205/18, de 03 de Setembro, concedeu bolsas de estudo a alguns professores para a frequência do Mestrado em Metodologias Específicas de Ensino, a fim de que estes possam especializar-se em: Ensino Pré-Escolar, Ensino Primário e I e II Ciclos do Ensino Secundário com a finalidade de, num futuro muito próximo, poderem atuar como: formadores de formadores e supervisores de práticas e/ou estágios. Dizer que a primeira edição desses mestrados já terminou e os novos mestres estão a contribuir significativamente para a formação de quadros do país. Com esse plano

¹ De 7 de Outubro - Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino (LBSEE). Alterada pela Lei 32/20 de 12 de Agosto.

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. do Executivo, nota-se claramente a preocupação e o comprometimento do governo com as causas educacionais.

O modelo de formação de professores em Angola está estruturado em dois níveis: médio e superior. A formação inicial é feita pelos magistérios do II Ciclo do Ensino Secundário. Dentre esses magistérios temos, por um lado, aqueles vocacionados em formar professores para atuarem no Pré-Escolar e Ensino Primário (de 1.^a a 6.^a classes) e, por outro, temos os que formam professores do I Ciclo do Ensino Secundário. A formação subsequente é da responsabilidade dos ISCED e EP. Estes estabelecimentos têm a responsabilidade de formar professores para atuarem no II Ciclo do Ensino Secundário. Portanto, pelo número reduzido de quadros com título de Mestres e Doutores, muitos licenciados, com elevada competência, formados nos ISCED e EP são recrutados frequentemente para lecionarem em diversos estabelecimentos do Ensino Superior a nível do país.

A observação que temos vindo a fazer sobre o perfil de formação de professores, tanto a nível do ensino médio como superior, mostra que tem havido muita limitação na materialização da componente investigativa, ou seja, os futuros são orientados para abordagens, reflexões e conteúdos voltados, na maior parte, para a sala de aula apenas, sem questionamentos. Por esta razão, a contextualização na operacionalização dos *curricula* tem estado aquém do esperado. Segundo Flores et al., (2014, p.67):

o aluno futuro professor assume um papel ativo na sua formação, que passa pelo envolvimento em projetos de investigação e pelo desenvolvimento de conhecimentos, de técnicas de pesquisa e de atitudes investigativas, bem como de uma postura crítica face ao ensino e às implicações do seu trabalho nos contextos em que trabalha.

Este futuro professor, a ser formado, deve ter a consciência de que o PEA é complexo, mas não há impossibilidades que se possam colocar no mesmo, quando existir vontade de superação por parte deste. Para Garcia (1999), a “formação de professores representa um dos elementos fundamentais através dos quais a didática intervém e contribui para a melhoria da qualidade do ensino” (p. 23). Ora, particularmente, os formandos em ensino de Língua Portuguesa, por esta ser a nossa linha de atuação profissional, é importante que tenham a noção do mosaico social, linguístico e cultural do país, no geral, e da sua província ou localidade, em particular. A par disso, é responsabilidade dos ISCED e/ou EP de levarem reflexões em torno das teorias

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..
linguísticas existentes e quais as aplicadas no PEA, seus impactos na assimilação dos conteúdos pelos alunos, pois esses (os alunos) são considerados o centro de todo o processo.

1.1.Componentes do PEA : Componentes Pessoais

Os componentes do PEA estão subdivididos em pessoais e não pessoais. Doravante, passamos a explicar sucintamente os mesmos. São considerados como **componentes pessoais**, o professor e o aluno. Porém, não estando nos componentes pessoais, pelo menos, até agora, não deveríamos secundarizar ou descurar o papel dos pais/encarregados de educação como agentes imprescindíveis para o sucesso do PEA.

Nesta linha de pensamento, defendemos a ideia de que exista uma fusão dialética entre o instrutivo e educativo. De acordo com um artigo anónimo, intitulado “Processo Ensino-Aprendizagem” (s.d.), “o instrutivo é um processo de formar homens capazes e inteligentes. Assim, entendemos por homem inteligente quando, diante de uma situação problema ele seja capaz de enfrentar e resolvê-la” (p.1). Portanto, capacitar a pessoa do professor é/pode promover uma educação de qualidade. Os pais são fundamentais para a formação da personalidade dos alunos, pois a família é a primeira instituição para a socialização do indivíduo e, por sinal, é na família onde as crianças passam a maior parte do seu tempo, daí, a razão de não se ignorar o papel imprescindível que os pais acrescentam ao PEA.

Decerto, a atividade de ensinar, de forma sistemática, recai sobre o professor, este trabalha conta com o apoio de outros intervenientes, em que o mais direto é o aluno, que tem a missão de aprender e/ou assimilar, mas de forma crítica os conhecimentos que lhe são partilhados pelo professor, fazendo com que o ensino e a aprendizagem se constituam num processo inseparável, atualmente entendido como PEA. Portanto, nesta vertente, dispensa-se a ideia de que o professor seja o detentor do conhecimento e o aluno, apenas, um mero receptor de tudo quanto lhe é dito e dirigido pelo professor.

A didática e metodologia de ensino vão comungando com a ideia de que o ensino, no cômputo geral, deveria visar a uma aprendizagem significativa. Pela aprendizagem Pilette (2004) diz que “é um processo de aquisição e assimilação, mais ou menos consciente, de novos padrões e novas formas de perceber, ser, pensar e agir” (p. 31). Portanto, ela passa a ser significativa quando o professor exerce a sua atividade partindo dos conhecimentos que os alunos já trazem, há quem chame isso de ancoragem dos conhecimentos, ou seja, a ponte para obter novas habilidades.

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..

Olhando para questões de ensino de Língua Portuguesa em Angola, pensamos que o professor deveria guiar-se em bases sociolinguísticas para que as informações a partilhar aos alunos tenham sustentação sobre aquilo que eles (alunos) já sabem e falam nessa língua, visto que uma das finalidades do ensino de uma língua passam por fomentar as competências linguística e comunicativa.

1.2.Componentes do PEA: Componentes não-Pessoais

Apresentamos, também, de forma sucinta, **os componentes não-pessoais**, dentre os quais: objetivos, conteúdos, métodos de ensino, meios de ensino e avaliação. Os objetivos expressam a finalidade da ação conjunta entre o professor e os alunos. De acordo com Libâneo (2006), “os objetivos antecipam resultados e processos esperados do trabalho conjunto do professor e dos alunos, expressando conhecimentos, habilidades e hábitos (conteúdos) a serem assimilados de acordo com as exigências metodológicas” (p. 119).

Em cada atividade, os objetivos devem abarcar ações educativas e instrutivas visando a formação integral da personalidade do aluno. Os objetivos educacionais costumam ser subdivididos em dois níveis: objetivos gerais e objetivos específicos. “Os gerais expressam propósitos mais amplos acerca do papel da escola e do ensino diante do desenvolvimento da personalidade dos alunos” (Libâneo, 2006, p.121).

A praxe na docência mostra-nos que os mesmos são elaborados ou subtraídos de forma macro, ou seja, são os dos temas/unidades. “Os objetivos específicos de ensino determinam exigências e resultados esperados da atividade dos alunos, referentes a conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções cuja aquisição e desenvolvimento ocorrem no processo de transmissão e assimilação ativa das matérias de estudo” (Libâneo, 2006, p.122).

2.Conteúdos de ensino e Métodos de ensino

Para Tavares (2011, p.67), “os conteúdos de ensino são o conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagógica e didaticamente pelo professor, tendo em vista a assimilação ativa e aplicação pelos alunos na sua prática de vida”. Ainda sobre os conteúdos, vale trazer Pilleti (2004) quando diz que “para selecionarmos os conteúdos, precisamos de, em função dos objetivos propostos, considerar aqueles que são mais importantes e significativos para uma determinada realidade e época” (p. 92). Nesta linha de

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. pensamento, o mesmo autor estabelece os critérios que podem ser seguidos na seleção dos mesmos e, aqui, é onde nos vamos cingir: **i) Validade:** critério que vem a orientar que para além de os conteúdos serem dignos de confiança, sejam também representativos e atualizados. Aqui, chama-se a pertinência de os conteúdos serem contextualizados segundo a realidade onde a escola está inserida. **ii) Flexibilidade:** diz que os conteúdos devem estar sujeitos a modificações, adaptações, renovações e enriquecimentos. O professor deve ser um inovador e investigador a cada momento. **iii) Significação:** o conteúdo deve ter relação com a experiência dos alunos. Devem refletir o ambiente social, cultural e geográfico dos alunos. Por exemplo, numa comunidade mineira ou pesqueira, o conteúdo deveria levar os alunos ao melhor entendimento dessas atividades. Aqui, devem ser trazidos dados científicos para se juntar ao senso comum que os alunos já trazem. Fora do critério da não significação, seria que nessa comunidade, trouxessem conteúdos não relacionados com dia a dia dos alunos. **iv) Possibilidade de elaboração pessoal:** refere-se à receção, assimilação e transformação e aprofundamento das informações pelo próprio aluno. Esse critério só será visível se o critério anterior (significação) for executado. E **v) viabilidade:** segundo este critério, deve-se selecionar conteúdos que possam ser assimilados dentro de um determinado tempo e com recursos disponíveis. Uma das qualidades da perícia pedagógica do professor, obviamente, é saber selecionar o conteúdo essencial (Pilleti, 2004).

Portanto, ainda sobre os conteúdos, dada a relevância que se tem dado ao ensino da gramática, pensamos esta área deveria servir como um dos pretextos para o desenvolvimento da consciência linguística dos alunos, e com bases sociolinguísticas, tal como dissemos, levar tanto os professores como os alunos a ganharem espírito de tolerância racial, pois a língua varia de região para região, e também, deveria ser visto como um grande alicerce para aprendizagem de línguas estrangeiras, e não servir tendencialmente como medida de punição aos alunos.

Métodos dizem respeito ao caminho seguido para atingir uma meta. Antes de mais, é importante apresentar a distinção entre metodologia e a didática, visto que, tem sido recorrente algumas reflexões colocando uma no lugar da outra. De referir que ambas estudam os métodos, porém a diferença centra-se no juízo de valor que a didática faz. É da responsabilidade desta, a determinação, em função do objetivo, do conteúdo e do contexto, o método adequado para uma eficaz aprendizagem por parte dos alunos, fazendo valer, neste caso a formação eficaz do professor para lidar com a responsabilidade nele depositada pela sociedade.

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..

Baseando-se em Libâneo (1992) como citado em Tavares (2011) entende-se os seguintes critérios de classificação dos métodos de ensino: i) método de exposição pelo professor; ii) método de trabalho independente; iii) método de elaboração conjunta e iv) método de trabalho em grupo. Diante da exposição explicitada, poder-nos-iam questionar qual seria o melhor método? Ora, não existe um método eficaz para todos os cenários possíveis de aprendizagem, cabe ao professor saber selecionar o adequado para a sua aula. Recorda-se uma das frases mais ouvidas é *não importa qual método a utilizar, o mais importante é que os alunos aprendam*, porém recomenda-se que o professor use com muita frequência os métodos ativos, privilegiando, assim, o diálogo com os seus alunos diante dos temas ou problemas levantados.

3.Meios de ensino e avaliação

“Por meios de ensino designamos todos meios e recursos materiais utilizados pelo professor e pelos alunos para a organização e condução metódica do processo de ensino e aprendizagem” (Libâneo, 2006, p. 173). São considerados como meios de ensino os equipamentos necessários para as aulas, estamos a falar de quadro, giz, apagador, carteiras, projetor, computador, etc. Esses por estarem sempre na sala, costumam receber nome de meios de ensino permanentes². Podemos, também, apontar: mapas, globo terrestre, programas das disciplinas, dicionário, gravuras, discos, revistas, entre outros.

Diante da vasta lista dos meios de ensino que uma disciplina possa apresentar, caberá ao professor a seleção dos essenciais na sua actividade, visando a aprendizagem significativa. De realçar que tanto a seleção dos métodos de ensino como a seleção/aquisição dos meios de ensino tem sido um verdadeiro desafio aos professores, sendo eles já efectivos ou participantes, uma realidade facilmente observada a nível das nossas escolas. Segundo Pilleti (2004, 190) avaliação pode ser definida como sendo

um processo contínuo de pesquisas que visa interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas do planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo.

É pensar na evolução e transformação do aluno que a avaliação deve existir. Há um tempo a esta parte, a avaliação tende a ter mais peso de uma punição do que um meio pelo qual os professores deveriam fazer juízo de valor do processo tanto instrutivo e

² Na realidade local

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. como formativo. Tendo em conta a função, a avaliação pode ser diagnóstica, formativa e sumativa. Avaliação diagnóstica com a função de verificar o conhecimento prévio dos alunos é realizada no início da unidade de ensino. O seu objetivo é verificar se os alunos possuem os conhecimentos e habilidades para iniciarem novas aprendizagens e as possíveis causas de dificuldades recorrentes da aprendizagem. É habitual ser aplicada no começo do ano letivo, uma unidade ou aula. Dá um reflexo ao professor sobre o trabalho a ser desenvolvido aos seus alunos, ou seja, dos seus desafios para com os seus alunos.

Avaliação formativa tendo uma função reguladora ou controladora é realizada durante todo o período letivo. É-lhe atribuído o objetivo de verificar se os alunos estão atingindo as metas previstas e como os resultados estão sendo alcançados durante o processo. Ajuda o professor a tomar novas medidas, se possível, visando sempre aumentar os índices de assimilação dos conteúdos por parte dos seus alunos. Esta avaliação é indispensável em todas as aulas lecionadas pelo professor, pois em tempo real, o professor fica a saber se está, de facto, no caminho desejado ou não. Avaliação sumativa, tendo uma função classificatória, é realizada no final de um período letivo ou de uma unidade de ensino. Visa classificar os alunos de acordo com níveis de aproveitamento, tendo em vista sua promoção de uma classe para outra, ou de um grau para outro. De frisar que, os seus resultados não devem ser esquecidos, só pelo facto de se estar no fim. Os mesmos devem ser mensageiros sobre o que se vai melhorar ou mudar, desde os objetivos, conteúdos, métodos, meios e a própria avaliação na próxima unidade, trimestre, ou ano letivo (Tavares, 2011).

4. Metodologia e Técnicas de coleta de dados

Definida por Strauss e Corbin (2008) como “uma forma de pensar sobre a realidade social e de estudá-la” (p.17). Este trabalho segue uma metodologia qualitativa. Referindo-se às metodologias desta natureza, Sousa (1997) diz que “elas dão lugar à comunicação e à compreensão entre o sujeito observado e o sujeito que observa, a partir de diálogos abertos, entrevistas e questionários flexíveis, sem uma ordem rígida a seguir” (p.8). Foi necessário recorrer-se, também, a um estudo documental, que nos levou a documentos legislativos ou orientadores como a Lei 17/16, LBSEE, bem como alguns autores que também já se debruçaram sobre a temática.

O presente trabalho tem como **objeto estudo**: PEA da cadeira de prática pedagógica. A pesquisa visa fundamentar sobre os componentes pessoais e não pessoais do PEA. **Específicos**: apresentar reflexões académicas baseadas na observação, no âmbito do

Francisco Sérgio M. Mabiála, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. estágio, a partir da cadeira de prática pedagógica; perceber o grau de motivação dos estudantes após o exercício da atividade de estágio profissional. Por métodos entende-se “um conjunto de procedimentos e técnicas para coletar e analisar dados” (Strauss & Corbin, 2008, p. 17).

Utilizamos o método de descrição que, de acordo com Cervo et. al., (2014), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los” (p. 61). Vale frisar que “o tratamento descritivo constitui uma primeira fase do procedimento, mas não é exclusivo da análise do conteúdo” (Bardin, 2008, p. 37). A nossa análise, a interpretação e a consequente descrição dos fenômenos contidos nos dados terão um pendor qualitativo. O segundo método utilizado foi análise temática, que tem sido utilizado por muitos pesquisadores, sobretudo, os que optam pela abordagem construtivista ou qualitativa. Braun e Clarke (2006) dizem que é utilizado “para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados (p. 6). Possibilita uma gama de flexibilidade aos seus usuários, uma vez que, a análise depende sempre da pergunta de pesquisa e dos objetivos traçados pelo próprio pesquisador. Como técnicas de recolha de dados, primeiro, optamos por **observação** que

é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. (Marconi & Lakatos, 2003, p. 190; 191).

Por seu turno, Cervo et al., (2014) referem que a observação significa “aplicar atentamente os sentidos físicos a um objeto para dele obter um conhecimento claro e preciso. A observação é de importância capital nas ciências. É dela que depende o valor de todos os outros processos” (p.31). Exercendo a docência da cadeira de práticas pedagógicas, utilizamos uma observação participante que “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 193).

Optamos pela **entrevista**, que é definida por Marques (1986), como “uma forma específica de comunicação face-a-face desenvolvida numa relação interpessoal estabelecida com um objetivo concreto associado a um assunto determinado” (p. 33). Uma vez que a nossa participação no processo foi feita de forma ativa, pese embora num

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. tempo curto, a fase inicial da nossa entrevista que (Szymanski, 2008) chama de aquecimento já estava superada, quanto à apresentação pessoal, porém a apresentação dos objetivos das entrevistas foi necessário para se acautelar as questões éticas.

A nossa questão desencadeadora foi *como avalias o teu estágio?* E, tratando-se de uma interação face a face, seguidamente, tivemos outras questões de esclarecimento que deixavam, mas para se evitar discursos muito longos e repetitivos foi necessário termos questões focalizadoras que traziam “o discurso para o foco desejado na pesquisa, quando a digressão se prolonga demasiadamente” (Szymanski, 2008, p. 46). Dentre estas questões, podemos aqui apontar as seguintes *quais são os problemas/desafios encontrados e vividos durante o estágio? como os resolveu/ultrapassou? quais são pontos convergentes e divergentes vivenciados com o professor titular, sobretudo, a planificação e ministração da aula? após o estágio, ainda pensas ser professor pelo MED³?*

4.1. Constituição dos participantes e Procedimentos de análise

A nossa população conta com estudantes do curso de Ensino de Língua Portuguesa, 3.º ano, período pós-laboral, ano letivo 2020/2021. Em termos numéricos, a mesma era composta por 41 estudantes. Selecionamos, aleatoriamente, uma amostra de 10, que passamos, doravante, a considerar por participantes, correspondendo a 24,39% dos alunos. Deste grupo, quatro participantes já eram professores efetivos no MED, estando apenas, a fazer o curso de graduação para aumentar o seu desempenho profissional. A faixa etária dos participantes é de 22 a 49 anos de idade. De modos a estabelecer uma igualdade numérica em termos de género, e sendo que os participantes haviam sido distribuídos em dez escolas diferentes, cinco do I e cinco do II ciclo respetivamente, selecionamos dois participantes no I ciclo e três no II ciclo. Quanto às estagiárias, duas foram selecionadas no II ciclo e três do I ciclo. A nossa opção é fundamentada pelo facto de a maior parte dos rapazes estagiarem nas escolas do II ciclo e as meninas nas escolas do I ciclo, por opção própria das mesmas.

Para melhor compreensão e por formas a manter o carácter anonimato dos nossos participantes, codificamos os nomes masculinos por M1 a M5 e os nomes femininos por F1 a F5. As perguntas aplicadas eram todas abertas, ou seja, visavam colher os pontos de vistas de cada um por meio de fundamentação. A nossa análise cingiu-se nos recortes feitos das declarações que os participantes deram à questão desencadeadora e às

³ Ministério da Educação

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. focalizadoras. Pois, pensamos que essas conseguiram trazer subsídios as suas bases acadêmico-metodológicas para enfrentar o estágio, bem como o nível da sua motivação após o mesmo.

A análise e discussão foram feitas apresentando, primeiramente, as declarações dadas sobre a pergunta desencadeadora e, seguimos apresentando as das demais perguntas. Por formas a evitar declarações idênticas e repetitivas, apresentamos em cada pergunta apenas um único recorte de um dos nossos participantes, por fora a cumprimos as normas da revista quanto ao número de páginas.

4.2. Análise e discussão do trabalho empírico

Quanto à primeira pergunta, onde temos recortes como

No ponto de vista geral, considero que o meu estágio foi uma experiência de aprendizagem, bastante agradável no que concerne a junção da teoria com a prática. (M2)

Na verdade, no início, pareceu-me ser difícil, mas depois fui-me adaptando a essa realidade e contornado alguns obstáculos. (F1)

Face a esses e outros recortes das entrevistas dos participantes, consideramos que as práticas pedagógicas proporcionam um grande desafio e satisfação aos futuros professores em formação, porquanto, numa primeira fase apresentaram alguma ansiedade, medo e nervosismo, que tão logo superados, os participantes ganham motivação e prazer de exercer a docência. Ouviu-se também que adaptação participantes nas escolas/turmas não aconteceu de forma simultânea, ou seja, para uns em uma ou duas semanas já se sentiam em casa, mas para os outros, foi necessário até um mês. Sobre isso, vale admitir que “cada escola é uma instituição ímpar, que se diferencia através de sua estrutura organizativa, dos profissionais que lá atuam e pelo contexto social e político que a envolve” (Souza, 2007, p.146).

O absentismo de alguns professores titulares, a falta de diálogo entre esses com os participantes, sobretudo a falta de bibliotecas escolares funcionais foram apontadas como estarem na base de adaptações tardias de alguns participantes. Vão, a seguir, o seguinte recorte:

O meu estágio não foi dos melhores, estive longe das minhas expectativas. Mas, nem tudo foi ruim, pese embora, esteja muito longe daquilo que se pretendia alcançar. As dificuldades foram inúmeras, desde o acesso a alguns meios de ensino que muito se exigia em formato físico até ao momento da ministração das aulas. (F5) .

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..

Quanto aos problemas ou desafios vividos durante o estágio, os participantes relatavam problemas internos e externos da realidade escolar. Os internos referiam, por exemplo, “a escassez de estratégias e recursos de ensino-aprendizagem” (M1), face a muitos conteúdos complexos por parte de alguns professores titulares.

Pouca participação dos alunos em algumas aulas. Notei uma certa insegurança quanto ao domínio do conteúdo por parte da professora da turma. (M3)

No primeiro dia, os alunos tentaram sabotar a aula usando expressões não apropriadas na sala de aula, enquanto eu tentava explicar a matéria. (M5)

A falta de hábito da leitura dos alunos; o atraso por parte dos alunos. (F4)

Tendo em conta estes e tantos outros desafios relatados, pensamos que a vontade de superação que todos os participantes carregavam ajudou-os a ultrapassar tais desafios. Bento e Portugal (2019) dizem que “a apetência para atitudes reflexivas e auto-avaliativas, incluindo a capacidade de pôr em questão a qualidade da sua ação e a capacidade de arriscar novas formas de atuar em educação, são dimensões cruciais na promoção de inovação pedagógica sustentável” (p.99). Observamos e pudemos (como supervisores) presenciar algumas situações menos boas que poderiam ter sido levantadas para se trocar de turma ou escola, mas surpreendentemente, quando menos esperávamos, em pouquíssimo tempo, tudo já estava resolvido, graças ao empenho dos participantes na busca de soluções. Na questão sobre pontos convergentes e divergentes vivenciados com o professor titular, sobretudo a planificação e a ministração de aulas, foram declaradas algumas situações como vemos nos recortes:

Divergimo-nos no momento da aplicação de avaliações contínuas. Parecia que o titular não tinha o hábito de avaliar os alunos em cada aula, o que eu achava anormal, pois as avaliações têm um pendor significativo para a estimulação dos alunos. (M1)

Dava-me muitos conselhos de que precisava. Ainda me recordo quando uma vez disse, “não tenhas medo absolutamente de ninguém, precisas primeiro de ter o domínio da matéria, e o resto se resolve facilmente, lá, na sala, com os teus alunos. Convergíamos nos meios de ensino, mas nos métodos nem sempre tivemos os mesmos pontos de vistas no momento da planificação. (F2)

Em nenhum momento planificamos uma aula com o professor tutor ou com o coordenador de disciplina, isto é, por alegadas ausências constantes do coordenador e atraso. Eram-me fornecidos os temas e subtemas das aulas, e a partir daí, eu planificava as minhas aulas. (M1)

Divergíamos no momento da planificação, mas o consenso sempre chegava. (F3)

Existiram, de facto, divergências, mas também convergências entre os participantes e professores titulares. A interação entre os pares foi sempre muito importante para se selecionar diferendos. Pensamos que os debates levantados,

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. sobretudo nas planificações dos conteúdos semanais ou quinzenais fortaleceram a percepção da maioria dos participantes sobre determinados conteúdos. Porém, foi-nos reportado pelo M1 que nunca teve o privilégio de vivenciar esse momento, enquanto estagiário, perdendo, assim, a oportunidade de juntar a teoria com a prática, que era o objetivo primordial do estágio, tal como apontam Paniago e Sarmiento (2015):

O estágio é um espaço fértil para o desenvolvimento profissional da docência, para o encontro com as práticas de ensino, com o contexto escolar, com professores e alunos. Por meio desse movimento, da vivência e de diferentes relações estabelecidas, os/as estagiários / as vão construindo a sua identidade profissional. (p. 82)

Pese embora fosse um estágio supervisionado, não estava dispensada a presença dos professores titulares durante o processo, uma vez que os mesmos carregam experiências de que os mais novos na docência sempre precisam.

Na última etapa da nossa entrevista, retirando o M4 que disse ser professor efectivo no MED, focamo-nos em saber aos demais participantes, se após toda aquela experiência de que foram submetidos, ainda pensavam seguir a carreira docente, onde recortamos os seguintes trechos:

Ganhei muita experiência e uma vontade enorme de trabalhar como o professor, porque a experiência vivida lá no estágio foi tão boa que eu gostaria de repetir, não apenas como estagiário, mas sim, como professor titular. (M5)

Depois da experiência que ganhei, agora sim, quero continuar a ser professora. (F2)

Sim, após o estágio penso ser professora pelo MED. Pretendo continuar com a escolha, pois a experiência obtida foi agradável. (F4)

No grupo de participantes, tivemos um relato contrário relativamente aos demais, tal como podemos ver no recorte a seguir:

Não, não pretendo ser professora após o estágio. Foram muitas dificuldades encontradas e que não foram superadas. Por essas dificuldades encontradas, seria estranho continuar desejando ser professora pelo MED, tive a clareza de que é uma profissão bastante complexa, após o estágio tive mesmo a certeza. Porém, estando neste curso, vou continuar até ganhar a paixão pela profissão. (F5)

Surpreendeu-nos, como observadores, ao ouvir tal declaração da estudante F5, pois tanto a observação por nós realizada no decurso de todas as actividades, quanto as fichas de avaliação de desempenho do estagiário, que o seu professor titular ia nos fornecendo a cada final de semana, não apontavam dificuldades que possamos considerar como sendo graves, aliás estávamos cientes de que todos poderiam vivenciar

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante.. alguma experiência menos agradável, mas que a equipa estava ciosa para superar os desafios que viessem a surgir.

Pensamos que poderá estar na base de um “meio-não” à carreira docente, questões alheias ao processo de formação como professor e desempenho profissional, mas sim àquelas que têm que ver com as condições das próprias infraestruturas escolares, a indisponibilidade de material para apoio docente e discente, condições salariais entre outras. Também, reconhecemos que tal posição poderia ter sido manifestada por muitos docentes já funções no MED, por causa das recorrentes tensões entre esse departamento ministerial e os sindicatos da classe docente, pois diga-se que em Angola, “o parente mais pobre é o professor”.

Considerações finais

Concluída a realização deste trabalho, que decorreu durante três meses, é possível, desde já, descrever algumas reflexões que fizemos a respeito do mesmo. O acompanhamento que temos realizado aos estudantes (participantes) nas diversas escolas de aplicação sediadas na cidade do Dundo têm mostrado que, muito ainda há por se fazer, no que toca, as metodologias adotadas no ensino, sobretudo, de LP. Metodologias essas que nos remetem a arcaísmos, tornando os problemas imutáveis ano após ano.

A análise realizada leva-nos a considerar que alguns participantes, face a sua preparação teórico-metodológica em termos de planificação das actividades docentes, conseguiram fazer juízo de valor do processo em que estavam submetidos, pois declaravam que alguns professores eram tão fechados que chegavam a recusar as planificações inovadoras das aprendizagens que os participantes apresentavam, ou seja, ao serem participantes eram obrigados a utilizar um modelo de planificação das aulas do professor titular, mesmo quando evidenciavam fortes incoerências na sua materialização.

Pensamos que a cadeira de prática pedagógica na EPD deveria ser mais olhada com muita atenção, uma vez que serve como grande ferramenta estimuladora da profissão para a qual os alunos estão sendo formados. O facto de os professores e os estudantes, nessa fase, não serem contemplados com transporte para facilitar a sua locomoção tem feito com que, por exemplo, o nível de supervisão dos estágios, em todos os cursos, não seja exercido tal qual o desejado.

Consideramos que os objetivos propostos para esta investigação foram alcançados na medida em que, não obstante a observação do processo, as entrevistas aumentaram o

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..
nosso nível de percepção sobre a motivação dos participantes após o exercício do estágio profissional, uma atividade complexa que foi apenas possível, graças à colaboração de todas as escolas do ensino secundário da cidade do Dundo, sede da provincial da Lunda Norte, Angola.

Referências

- Bardin, L. (2008). **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lda.
- Bento, G., & Portugal, G. (2019). Uma reflexão sobre um processo de transformação de práticas pedagógicas nos espaços exteriores em contextos de educação de infância. **Revista Portuguesa de Educação**, v.32, n.2, p. 91-106.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v.3, n.2, p.77-101.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Da Silva, R. (2014). **Metodologia Científica**. 11.ed. Pearson Education do Brasil Ltda.
- Decreto Presidencial nº205/18, de 3 de setembro, que aprova o Programa Nacional de Formação e Gestão do Pessoal Docente. (2018). Diário da República: I Série, n.º135. <https://candidaturas.med.gov.ao/pdf/Dec.%20Pres.%20n.%C2%BA%20205-18.pdf>.
- Flores, M. A., Vieira, F., & Ferreira, F.I. (2014). Formação inicial de professores em Portugal: problemas, desafios e o lugar da prática nos mestrados em ensino pós-Bolonha. In: M. C. Borges & O. F. Aquino (Eds.). **A formação inicial de professores: olhares e perspectivas nacionais e internacionais**, Uberlândia: EDUFU. p. 61-96.
- Garcia, C. M. (1999). **Formação de Professores para uma Mudança educativa**. Porto: Porto Editora.
- Lei 17/16, de 8 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases do sistema de educação e ensino. (2016). Diário da República: I Série, n.º170.
- Libâneo, J. C. (2006). **Didática**. São Paulo: Cortez.
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas S.A.
- Marques, M. H. (1986). **Técnica de entrevista**. Serviços Sociais da UTAD.
- Paniago, R. N., & Sarmiento, T. J. (2015). O processo de estágio supervisionado na formação de professores portugueses e brasileiros. **Revista Educação em Questão**, v.53, nº39, p.76-103.
- Pilleti, C. (2004). **Didáctica geral**. São Paulo: Ática.

Francisco Sérgio M. Mabilia, Nelson M. Chimbili, Prática Pedagógica uma ferramenta importante..
“Processo Ensino-Aprendizagem”. (s.d.). <https://www2.unifap.br/midias/files/2012/04/O-Processo-Ensino-Aprendizagem.pdf>.

Sousa, J. M. (1997). Investigação em educação: novos desafios. In: A. Estrela & J. Ferreira (Eds.), **Métodos e técnicas de investigação científica em educação**. (pp. 661-672). AFIRSE Portuguesa.

Souza, G. A. (2007). **Contributo para o estudo da formação inicial do professor: Um estudo comparativo em torno da inovação curricular**. Tese de doutoramento. Repositório Institucional da Universidade do Minho. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8061/1/Tese%20de%20Gleicione%20souza.pdf>.

Strauss, A., & Corbin, J. (2008). **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. São Paulo: Artmed Editora S.A.

Szymanski, H. (2008). Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In H. Szymanski (Ed.), L. R. de Almeida, & R. C. A. R. Prandini. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva** (pp. 9-61). Liber Livro Editora.

Tavares, R. H. (2011). **Didática Geral**. UFMG



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): MABIALA, Francisco Sérgio Manuel; CHIMBILI, Nelson Miguel. Prática Pedagógica uma ferramenta importante para a formação de professores em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.350-366, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Mabilia, Francisco Sérgio Manuel; Chimbili, Nelson Miguel. (jan./jun.2023). Prática Pedagógica uma ferramenta importante para a formação de professores em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1):350-366.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola)

Gregório Bembua Kambundo Tchitutumia *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5300-2817>

Cristine Gorski Severo **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2758-6668>

Resumo: Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa de iniciação científica, que trata sobre a valorização étnico-linguística da língua nacional umbundu em Angola. O objetivo é avaliar o processo de ensino-aprendizagem dessa língua materna angolana como primeira língua (L1), com relação à língua portuguesa como segunda língua (L2), no sul de Angola, na província de Benguela. Enfoca-se o período de letramento escolar, ou seja, quando há o ensino da modalidade escrita do português, língua oficial em Angola, concorrendo com a língua nacional. Para tanto, o artigo apresenta uma contextualização do sistema de ensino do país e da região estudada, com enfoque em uma breve revisão documental; realiza pesquisa de campo com questionário aplicado a professores, dirigentes e pais, totalizando 14 questões e 11 participantes; compara dois currículos do ensino primário. Busca-se, assim, compreender a dificuldade e os desafios de implementação do ensino de umbundu nas instituições escolares da província. O estudo considera, ainda, o uso dessa língua nacional no contexto familiar a partir da perspectiva dos pais consultados. A pesquisa se justifica, pois o ensino de línguas maternas africanas no contexto de Angola tem sido uma tarefa difícil de ser implementada por motivos de preconceitos linguísticos oriundos da época colonial e presentes até os dias atuais. De certo modo, acreditamos que este trabalho contribui para o empenho da esfera educacional angolana de promoção do ensino de línguas nacionais nas escolas, ecoando orientações internacionais (UNESCO, 2010) de incentivo ao ensino em língua materna como política de valorização e de inclusão de crianças na educação básica.

Palavras-chaves: Ensino; Línguas angolanas; Valorização linguística; Língua nacional; Língua portuguesa.

Language teaching in southern angola: the educational sphere in benguela

Abstract: This article is the result of a scientific initiation research project, which deals with the ethnic-linguistic valorization of the Umbundu national language in Angola. The objective is to evaluate the teaching-learning process of this Angolan mother tongue as a first language (L1), in relation to Portuguese as a second language (L2), in southern Angola, in the province of Benguela. It focuses on the period of school literacy, that is, when there is the teaching of the written modality of Portuguese, the official language in Angola, competing with the national language. Therefore,

* angolano, da província de Benguela e falante da língua kimbundu como língua materna. Graduado em Letras-Língua Portuguesa e Literatura (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC) e em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI). Foi bolsista PIBIC em 2021-2022 (UFSC). Integrou como bolsista o projeto de extensão "Literaturas Africanas em Língua Portuguesa" (UFSC/CCE Comunidade). Atualmente realiza um segundo PIBIC 2022-2023, vinculado ao projeto Políticas Linguísticas Educacionais (CNPq/UFSC). E-mail: tchitutumagregorio591@gmail.com

** Professora Associada III da Universidade Federal de Santa Catarina e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). É bolsista do CNPq nível 2. Lidera o grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos. Membro da coordenação do Ren Africa (Applied Linguistics and Literacy in Africa & the Diaspora Research Network, 2018-) e da comissão de Políticas Públicas da Abralín. Publicações recentes incluem a organização dos seguintes livros: "The Languaging of Higher Education in the Global South" (Routledge, 2022), em parceria com Sinfree Makoni, Ashraf Abdelhay e Anna Kaiper-Marquez; e "Políticas e Direitos Linguísticos: Revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas" (Pontes, 2022).UFSC/CNPq E-mail: crisgorski@gmail.com

the article: presents a contextualization of the education system of the country and the region studied, focusing on a brief literature review; conducts a brief field research with a questionnaire applied to teachers, directors and parents, totaling 14 questions and 11 participantes; compares two primary school study plans. Thus, we seek to understand the difficulty and challenges of implementing the teaching of Umbundu in schools in the province. The study also considers the use of this national language in the family context from the perspective of the parents. The research is relevant because African mother tongue teaching in the context of Angola has been a difficult task to implement due to linguistic prejudices from the colonial era and present until the present day. In a way, we believe that this work contributes to the commitment of the Angolan educational sphere to promoting the teaching of national languages in schools, in line with international guidelines (UNESCO, 2010) to encourage mother tongue teaching as an educational policy of including children in basic education.

Keywords: Teaching of Angolan languages; linguistic appreciation; national language; Portuguese language.

Umbundu kweci catiama kelilongiso kolupale wombaka

Lombolokilo: Upange ulu watunda ko projeto okusandiliya kwokufetika kukulihiso, wa tyamela kondando yocitumbulukila celimi lyumbundu lyofeka yongola. Ocimaho okukuliha ndomo elilongiso lyelimi lyutila vongola ndelimi lyatete (L1), lokusokisa lelimi lyoputu (L2), kombwelo yongola, vocitunda Combaka. Tu vanja o tembo yokulilongisa okusoneha vocitumalo celilongiso, ale pamue, eci peli okulilongisa konepa yokusoneha velimi lyoputu, elimi lyatumbikiwa vongola, lyendela pamwamwe lelimi lyetu. Omo lyaco, ocisoneha eci: cilekisa otembo tukasi kelilongiso vimbo lyanoliwa oco tutange, lokuvanja lonjanga kovityapa vyasonehiwa ale; citunga lonjanga okusandiliya volokololo alongisi, ovitunda lolo tate **vamwe** oco vakumbulule apulilo amwe okulinga akwi la kwãla (14) kapulilo; visokisa olonjila vivali vyelilongiso kalima atete. Longila eyi, tupa okulomboloka ovitatamiso lovitangi vyokunena elilongiso lyumbundu kovitumalo vyelilongiso kombaka. Okutanga civanja ndomo elimi lisokupopiwa vapata, okupisa kwevi olotate vipopya. Elongiso eli lisanga omangu ndomo okulungisa alimi ofeka yetu catilã, momo valwa vakwete ovitangi omo lyacikolonha kaputu, vasima okuti okupopia alimi etu aciwa ko omo lyomanu vayolayola kolotembo vyokalye. Omo lyaco, tuci okuti, upange ulu weca ongusu konepa yelilongiso vofeka yo NGOLA, okweca olonjila kolofeka vyokosamwa (UNESCO, 2010) cokupamisa elilongiso lyelimi lyutila ndonjila politica cokweca ondando loku ñisa omalã velilongiso lyutila.

Olondaka-kesapi: elilongiso lyelimi lyutila vongola; okutava elimi; elimi lyofeka; elimi lyeputu.

Introdução

Este estudo aborda a presença (ou ausência) da língua umbundu no sistema educacional da província de Benguela, localizada na região sul de Angola. Para tanto, abordamos o tema do ensino linguístico em Angola e atentamos para as políticas linguísticas educacionais do país. Além disso, contextualizamos a região de Benguela geográfica e historicamente. Vale salientar que o ensino de língua nacional em Benguela ainda é um processo que precisa ser valorizado nas convivências sociais e educacionais, além de ser institucionalizado no sistema curricular de ensino. O uso preponderante dessa língua se restringe, muitas vezes, ao convívio familiar em contextos rurais. Apenas algumas instituições do ensino básico/fundamental situadas nas zonas rurais – zonas chamadas também de *kimbo* na língua umbundu pelos moradores locais, que significa “no

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
interior” ou zona rural – permitem que os professores que dominam a língua umbundo a utilizem como meio de ensino para os alunos com dificuldades de comunicação em língua portuguesa. Contudo, percebe-se que se trata mais de iniciativas individuais do que de políticas educacionais ou culturais.

Nossa pesquisa tem como base metodológica três etapas: contextualização do ensino de língua portuguesa e da relação com o umbundu na região estudada; breve análise documental das regulamentações que orientam a educação básica em Angola, além do mapa do plano de ensino primário na província de Benguela, com foco no município do Lobito; uma breve pesquisa de campo, com questionários aplicados a 11 professores e dirigentes das escolas. Com isso, buscamos compreender a situação da língua umbundo nos contextos escolar e simbólico, e contribuir para o incentivo de uso dessa língua na esfera escolar, em atenção à própria constituição angolana (2010), que prevê, no artigo 19, a valorização e o ensino das línguas nacionais.

Consideramos que a necessidade de institucionalizar a língua umbundu em Benguela, principalmente nas zonas rurais, é de caráter emergencial, para que a educação nesta província seja cultural e linguisticamente inclusiva. A esse respeito, importante mencionar o posicionamento da UNESCO em defesa do ensino em língua materna, valorizando o multilinguismo africano como recurso simbólico, identitário e social relevante, conforme a apresentação do documento *Why and how Africa should invest in African languages and multilingual education* (2010, p. 12):

A força motriz deste documento é um interesse renovado em lidar de forma criativa e construtiva com o multilinguismo africano, e é motivado por duas razões principais. Em primeiro lugar, há provas suficientes (embora não reconhecidas por unanimidade) de que o multilinguismo é um trunfo para o desenvolvimento de uma nação. Em segundo lugar, a África precisa nutrir e maximizar esse traço característico para o bem-estar de seu povo, pois o continente sempre será desfavorecido, tendo abraçado as línguas estrangeiras, por mais enraizadas que estejam na paisagem linguística nacional. Esta questão tem sido recorrente na agenda política, cultural e educacional do continente¹.

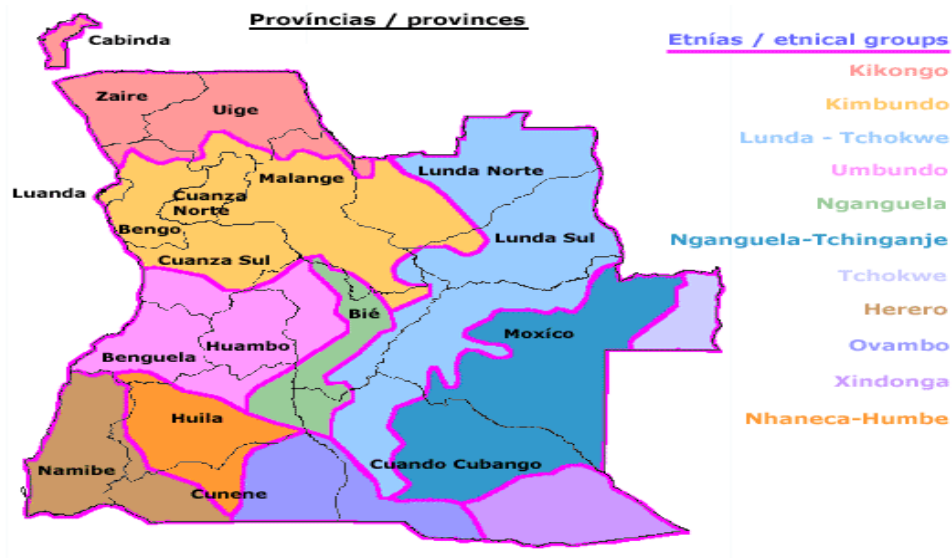
1 “The driving force of this document is a renewed interest in dealing creatively and constructively with African multilingualism, and is motivated by two main reasons. First, there is enough evidence (though not unanimously recognised) that multilingualism is an asset to the development of a nation. Second, Africa needs to nurture and maximise this characteristic feature for the well-being of its people, as the continent will always be disadvantaged, having embraced foreign languages, no matter how rooted these are in the national linguistic landscape. This issue has been recurrent on the policy, cultural and education agenda of the continent.” Para maiores informações, ver: <https://uil.unesco.org/literacy/multilingual-research/why-and-how-africa-should-invest-african-languages-and-multilingual>. Acesso em 04 jul. 2022.

Tendo feito essa breve apresentação, a seguir apresentamos a discussão em duas seções: Abordamos as políticas linguísticas educacionais em Angola e contextualizamos a pesquisa, enfocando a província de Benguela; em seguida, apresentamos os dados levantados e discorremos sobre o ensino de língua portuguesa em Benguela e o papel do umbundo. Registre-se que um dos autores deste artigo é natural da região, vivenciou o processo de escolarização nessa província e é falante de umbundu como língua materna, o que contribui para as reflexões empíricas da pesquisa. Este trabalho pretende contribuir para a institucionalização de políticas educacionais em Benguela que valorizem as línguas nacionais e, assim, fomentem processos de aprendizagem que sejam coerentes com o multilinguismo angolano.

1 Políticas Linguísticas educacionais em Angola e o contexto de Benguela

A problemática envolvendo o ensino de língua portuguesa em Angola, em relação com as línguas nacionais, é um desafio não somente na província de Benguela, mas em todas as 18 províncias de Angola, conforme apontam uma série de pesquisadores (BERNARDO, 2017; SEVERO at al., 2019; SITA, 2019; CHICUMBA, 2019; MINGAS, 2021; EDUARDO, 2022; entre outros). As línguas nacionais em Angola são distribuídas geograficamente da seguinte maneira: (i) kimbundu e suas variantes, falada nas províncias situadas na zona central do país, que são: Luanda, Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul e Malanje; (ii) a língua kikongo e suas variantes, falada na zona norte, nas províncias de Cabinda, Uije e Zaire; (ii) a língua cokwe e suas variantes, falada na zona Leste (nordeste a sudeste), conhecida pelas províncias de Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Kwandu Kuvangu, sendo considerado uma língua franca na zona norte (KAJIBANDA, 2010; BERNARDO, 2017; SEVERO at al., 2019). Além dessas províncias mencionadas, destacam-se também as províncias do Kunene, com a língua oshikwanyama, e a do Namibe e Huíla, com a língua olunyaneka e suas variantes. E por fim, tem-se a língua umbundu falada na zona do planalto central do país, nas províncias de Benguela, Huambo e Bié.

Mapa 1: Mapa de Angola com destaque a província de Benguela.



Fonte: Kanyanga (2018)²

Em termos legislativos, para abordar a valorização e o ensino da língua nacional (umbundu) no sistema de ensino em Benguela, mencionamos o documento Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (ANGOLA, 32/2020), que afirma o dever do Estado como órgão competente para promover e assegurar as condições de ensino das línguas nas instituições escolares. Mencionamos, também, o Art. nº 16 da Constituição de Angola (2010), que institui a língua portuguesa como língua oficial de Angola e promove o ensino das línguas nacionais nas instituições escolares. A Constituição prevê no seu Art. nº16 (Língua de Ensino) que:

1. O ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnica, materiais e financeiras, para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.

Cabe salientar que Angola, de forma geral, e Benguela, em específico, são contextos bi-multilíngues, em que as pessoas geralmente falam e compreendem mais de duas línguas, muitas vezes misturando essas línguas em suas práticas cotidianas. Essa complexidade linguística muitas vezes é contrastada com a insistência por se usar um modelo monolíngue no contexto escolar, o que gera efeitos negativos nos processos de

² Disponível em: <http://olhoensaios.blogspot.com/2018/06/lingua-do-kwanza-sul-autonomizacao-ou.html#>. Acesso 20 set. 2022.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
aprendizagem, a exemplo das altas taxas de desistência e reprovação³. Sobre o desafio
de se incluir línguas nacionais na esfera educacional, segundo Patatas e Quintas (2019,
p. 15):

Angola é um país multilíngue, contudo, até 2008 o ensino formal em Angola era monolíngue, sendo a língua portuguesa a única língua do ensino e da administração. As línguas endógenas angolanas, tendo sido excluídas do ensino formal até então, são integradas paulatinamente no sistema de ensino, iniciando na primária, quatro anos após a paz nacional (estabelecida em 2002).

Em muitas instituições escolares de Benguela, bem como no seio comunicativo da maioria dos familiares, é notório o desaparecimento da língua nacional. Em nosso contexto de estudo, a observação de campo e as relações informais com amigos e familiares revelam a existência de valoração negativa atribuída ao umbundu, tida como a língua de menor prestígio, se comparada ao português. Segundo dados apresentados por Bernardo (2017), as línguas nacionais de Angola são majoritárias, porém pouco prestigiadas na comunicação social e no sistema de ensino a nível do país. Nesse sentido, podemos dizer que as línguas nacionais de Angola demandam um processo consciente, planejado e ativo de valorização e reconhecimento.

Sobre o contexto da presente pesquisa, Benguela é a segunda maior cidade de Angola, após a capital Luanda. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) (2018), a província conta com uma população de 623.777 habitantes e a área territorial totaliza 2.100 km². É limitada a norte pelo município da cidade portuária de Lobito, a Leste pelos municípios de Bocoio e Kaimbambo, a sul pelo município de Baía Farta, e a oeste pelo Oceano Atlântico. A província de Benguela é constituída pelos seguintes municípios: Baía Farta, Balombo, Benguela, Bocoio, Kaimbambo, Katumbela, Chongoroi, Cubal, Ganda e Lobito. A língua umbundu é a primeira língua dos habitantes locais, embora haja outras línguas faladas por migrantes de outras províncias vizinhas que se estabeleceram por lá, como: cokwé, kimbundu, nhaneka-humbi e outras.

³ A este respeito, mencionamos reportagem recente, publicada no Jornal de Angola a respeito da taxa de crianças fora do sistema escolar (2018). Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=396399>. Acesso 13 out. 2022.

Mapa 2: Mapa de Benguela e seus municípios



Fonte: Conexão Emancipacionista (2011)⁴

Historicamente, Benguela carrega uma herança colonial, uma vez que Angola sofreu o processo de colonização pelos portugueses até 1975⁵. Nesse processo de colonização, destacam-se as missões religiosas como instrumento principal usado pelos portugueses para catequizar e implementar as suas ideologias linguísticas com o fim de reproduzir suas instituições políticas para dominação e conversão dos povos locais:

O interesse pelas línguas dos povos considerados nativos viabilizou e legitimou o uso de técnicas linguísticas coloniais que deixaram os seus efeitos em práticas pós-coloniais. Tais técnicas incluíram a produção de línguas consideradas gerais ou africanas através da sua nomeação e codificação a partir de um modelo linguístico e discursivo latino (SEVERO, 2014, p. 12).

Essa política missionária, juntamente com a política colonial, contribuiu para inscrever significados sociais nas línguas africanas, hierarquizando-as em relação à língua portuguesa, tida como língua da identidade portuguesa, de prestígio e de uso escolar (MAKONI; MEINHOF, 2016). A política colonial – de favorecimento jurídico, simbólico e político – da língua portuguesa produziu “a não atribuição de quaisquer tipos de responsabilidades e funcionalidades às línguas locais, bem como a proibição da sua utilização na educação formal dos Angolanos” (MINGAS, 2021, p. 379). Tais significados

⁴ Disponível em: aurelioschmitt.benguela/angola. Acesso 4 jul. 2022.

⁵ Sucintamente, do ponto de vista histórico, embora registre-se a presença portuguesa em 1482 no Cabo de Santa Maria, foi somente a partir de 1578 que se deu a fixação portuguesa na região da província de Benguela, perto da atual Porto Amboim. A fixação portuguesa marcou o início da exploração da região sul de Angola (MENEZES, 2015). Neste texto, não iremos aprofundar a historicidade colonial, mas registramos seus efeitos simbólicos ainda hoje, a exemplo da dimensão linguística.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
sociais ainda ecoam atualmente, como o preconceito linguístico que afeta as línguas nacionais, conforme veremos neste artigo.

Além dessas valorações, percebemos as heranças linguísticas coloniais, na província de Benguela, nas denominações dos municípios que integram o território provincial de Benguela, que foram aportuguesadas, a exemplo do termo “Benguela”, de origem umbundu. A raiz desse termo seria “venga” ou “mbenga”, do verbo “okuvenga” ou “okuvengela” que, em português, significa “sujar, turvar ou sujar-lhe”, significado associado à água do rio Catumbela; e a sua escrita em umbundu seria “Mbegela”, que foi nome de um rei do primitivo reino de Benguela, que existiu de maneira independente até a véspera dos primeiros contatos com os portugueses, quando tornou-se vassalo. Assim, esse pano de fundo histórico mostra que “o problema da língua em Benguela está ligado e/ou relacionado com a história das migrações, o cruzamento de grupos etnolinguísticos e a história de uma certa conflitualidade linguística (entre o Umbundu e o Português)” (MENEZES, 2015, p. 30). Entendemos que as valorações sobre os usos linguísticos, bem como os próprios usos, devem levar em conta os efeitos da história colonial.

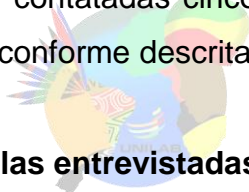
Nos dados registrados no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, cerca de seis milhões de angolanos/os falam umbundu. A sua área de difusão engloba três províncias que são Viye (Biê), Wambu (Huambo) e Bengela (Benguela). A língua umbundu possui as seguintes variantes: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, mbalundu, mwanya, ndombe, nganda, sambu, sele, sumbi, viye, cimuma e wuambu. Em Benguela, o umbundu varia conforme a localidade de cada município, a exemplo da ampla variação fonológica envolvendo vários termos usados na língua, o que indexicaliza, também, o grupo etnolinguístico ao qual o falante pertence. No contexto linguístico a que nos referimos aqui, podemos dizer que há, também, predominância de translinguagem (GARCÍA, 2009) em todo território provincial. Segundo García (2009) e Lucena (2021), a definição do termo não se limita ao uso de duas línguas diferentes, mas ao uso de recursos linguísticos e semióticos vinculados a diferentes línguas, modalidades (oral e escrito) e registros linguísticos, constituindo uma realidade linguística e semiótica complexa.

Ao translinguajar, falantes levam a cabo suas intenções comunicativas, utilizando recursos de seus repertórios linguísticos e a compreensão política e histórica de que têm de seus mundos bilíngues. Os recursos linguísticos e semióticos permitem que os sujeitos concretizem ações que são de importância pessoal e coletiva, em um mundo onde o fluxo e o hibridismo de culturas e de línguas são a norma (LUCENA, 2021, p. 30).

Tendo feita esta exposição contextualizada, a seguir apresentamos resultados da pesquisa de campo e levantamento documental sobre a situação da língua portuguesa e da língua umbundu no contexto escolar de Benguela.

2 O ensino de língua portuguesa em Benguela e o papel do umbundu

A presente pesquisa incluiu duas etapas de campo: aplicação de questionário e entrevistas, e análise de um plano de ensino primário na província de Benguela. A coleta de dados foi feita junto a professores, pais e encarregados de educação das escolas do ensino primário de Benguela, por meio de aplicação de questionário, e a realização de uma entrevista com a professora AD1 sobre o plano de ensino primário na província de Benguela, no município do Lobito, localizado na zona alta da cidade. Totalizando, foram aplicadas 14 questões através de um formulário no google forms, enviado aos professores e encarregados de educação na província de Benguela via whatsapp e email. Os participantes desta pesquisa incluem: 7 professores do ensino primário de diferentes escolas de Benguela e 3 pais ou encarregados de educação de crianças que frequentam o 1º nível do ensino básico. Foram contatadas cinco instituições escolares situadas nos diferentes municípios de Benguela, conforme descritas a seguir:



Quadro 1: Lista nominal das escolas entrevistadas e suas respectivas localidades

Nomes das escolas	Localidade/Município
Escola Primária BG nº 2106	Alto Mbango 2 Antenas/Lobito
Escola primária-Yuvu de Benguela	Chongoroi/Benguela
Escola do Ensino Primário Kakombo-Babaera	Ganda/Benguela
Escola Primária BG-1003	Utomba/Benguela
Escola do Ensino Primário nº 1237	Cidade de Benguela

Fonte: Elaboração própria

Este quadro apresenta as escolas do ensino primário com suas respectivas localidades na província de Benguela, distribuídas em diferentes municípios da província. A seguir apresentamos dados referentes aos participantes da pesquisa, considerando localização, atuação e formação.

Quadro 2: Os 11 participantes das entrevistas⁶

Participantes	Localização	Atuação	Outra informação relevante?
Participante 1	Escola localizada em zona urbana, de foco primário no Alto Mbango 2 Antenas do Lobito.	Professora das séries iniciais, da 5ª classe.	Graduada em pedagogia e funcionária pública a mais de 4 anos.
Participante 2	Escola primária-Yuvu de Benguela município de Chongoroi.	Professor das séries iniciais, 3ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 3	Escola do Ensino Primário Kakombo-Babaera, município da Ganda.	Professor das séries iniciais, 2ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 4	Escola Primária BG-1003 do Utomba município de Benguela.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 5	Escola do Ensino Primário nº 1237 cidade de Benguela.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 6	Não informou.	Professor das séries iniciais, 5ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 7	Escola Primária nº177 Victor Sambovo/ Cuquema- Cuito/Bié.	Professor das séries iniciais, 4ª classe.	Formado em magistério primário. Não pertence nas escolas de Benguela.
Participante 8	escola do ensino primário 7041 do município do Bocoio província de Benguela.	Professor das séries iniciais, 5ª classe.	Formado em magistério primário.
Participante 9	Benguela-Lobito	Pai ou encarregado de educação	Vendedora
Participante 10	Benguela-Lobito	Mãe ou encarregada de educação	Vendedora
Participante 11	Benguela-Lobito	Mãe ou encarregada de educação	Servidora pública na administração municipal do Lobito/Benguela

Fonte: Elaboração própria

Quanto às questões aplicadas, foram elaboradas as seguintes perguntas, que envolvem tanto os usos educacionais, como o contexto familiar:

1. O(A) senhor(a) aceita participar desta pesquisa?
2. Qual é o seu nome?
3. Sua titularidade?
4. Se a resposta for diretor ou professor, diga o nome da sua instituição de ensino e o lugar/cidade onde está estabelecida.
5. Sobre o ensino de línguas: quais línguas têm sido ensinadas para os seus alunos/filhos(as) na escola?
6. Nas línguas listadas acima, quais você NÃO domina, nem a escrita e nem a fala?
7. Na escola onde trabalhas ou onde o teu filho(a) estuda, a língua umbundu é lecionada?

⁶ Por questão de sigilo, ocultamos os nomes das pessoas que integraram a pesquisa.

8. Se não, saberias dizer os motivos por não lecionarem?
9. Descrever os motivos aqui.
10. O plano curricular pedagógico da sua escola apresenta o umbundu como língua para ser ensinada aos alunos?
11. Na sua casa, se comunicam com mais alguma língua para além do português?
12. Se sim, qual?
13. Há quanto tempo a língua umbundu é ensinada na sua escola? (se ensinam)
14. Diga por poucas palavras o que você acha sobre o processo de ensinar umbundu e sobre as escolas do ensino primário implementarem a língua umbundu no seu sistema de ensino.

Diante das respostas, as seguintes categorias foram elencadas: 1) Valorização étnico-linguística; 2) Práticas linguísticas no seio familiar; 3) Supremacia da presença da LP na escola; 4) Conhecimento da língua pelos professores; 5) Motivos que levam os professores ao não uso do umbundu no contexto escolar. Apresentamos, de forma sucinta, algumas considerações, fundamentadas com trechos do questionário, sobre cada uma dessas categorias.

1) Valorização étnico-linguística: Verificamos, através das respostas, a existência de uma apreciação social negativa da língua umbundu, como fruto de heranças coloniais, em contraste ao prestígio da língua portuguesa. Apesar disso, percebe-se o reconhecimento do papel cultural da língua e da importância do seu uso na escola para fins de sua valorização. Há, também, um reconhecimento da distinção entre contextos rural e urbano e a relação desses contextos com o uso da língua umbundu. Abaixo seguem trechos ilustrativos:

Faz-se necessário que se ensine nas instituições escolares a língua umbundu, porque ainda é vista como uma língua um pouquinho desprezível, tendo em conta os fatores de colonização. Por tanto, é preciso recorrer ao ensino de base e implementar o ensino desta língua materna, promovê-la e incentiva-la para que se torne uma língua falada e de escolaridade (Participante 3)

Seria muito vantajoso para o processo de ensino-aprendizagem que ocorre em zonas periféricas a qual para eles é a sua língua materna e de uso corrente. (Participante 6)

A língua umbundu é parte das nossas línguas nacionais e o ensino dela demonstrará a valorização da nossa identidade, ou seja, da nossa cultura. (Participante 7)

2) Práticas linguísticas no seio familiar: Para os pais, no que concerne ao uso da língua umbundu dentro do ciclo familiar, 50% das famílias entrevistadas utilizam a comunicação bilíngue. Isto é, para além do português como língua de comunicação familiar, em certas ocasiões, os familiares utilizam a língua umbundu como meio de comunicação. Destacamos o uso da língua umbundu nos casamentos tradicionais, conhecidos como *alambamentos*. Outros rituais incluem algumas celebrações religiosas,

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
..
geralmente dirigidas pelos católicos, em língua nacional. Esse dado é relevante, pois reforça a importância de uma gestão escolar em parceria com a família e a comunidade (PARO; DOURADO, 2001), em prol da valorização da língua umbundu.

3) Supremacia da presença da LP na escola: Sobre a presença da língua portuguesa nas escolas de Benguela, tem-se: 70% das escolas só ensinam a língua portuguesa; 20% das escolas ofertam o ensino do português-inglês, em que o inglês opera como disciplina curricular; e o ensino de português-umbundu totaliza apenas 10% das escolas pesquisadas, nas quais o umbundu opera como meio de ensino para que os alunos compreendam os conteúdos ministrados, geralmente nas localidades rurais. Sobre a defesa do uso do umbundo nas escolas rurais como instrumento de ensino e aprendizagem, o seguinte depoimento é ilustrativo:

seria bom implementarem a língua umbundu no PEA, para que o aluno se sinta familiarizado, sobretudo nas escolas do interior de Benguela em que o umbundu é a língua mais falada, visto que eles têm dificuldades em compreender o português e, como consequência, têm baixo rendimento
(Participante 2)

4) Conhecimento da língua pelos professores: Sobre as pessoas entrevistadas, todas elas trabalham em uma instituição na qual a língua umbundu não existe como disciplina e, tampouco, integra o currículo pedagógico. Identificamos que o não uso da língua umbundu está ligado ao fato de a maioria dos professores do ensino primário desconhecer essa língua nacional. Na presente pesquisa, menos de 30% dos professores que foram entrevistados afirmam dominar a língua umbundu. Neste contexto, impõe-se a necessidade de desenvolvimento de competências linguísticas e pedagógicas por parte de todos os professores (SITA, 2019). Isso significa que as políticas linguísticas educacionais devem tanto investir em formação docente, como sensibilizar a comunidade escolar para o respeito e o uso da língua local, uma vez que a educação bilíngue e a valorização da língua materna dos estudantes é um importante instrumento de valorização e transmissão de saberes, além de favorecer os processos de aprendizagem, inclusive, da própria língua portuguesa.

5) Motivos que levam os professores ao não uso do umbundu no contexto escolar: Quando indagamos sobre os motivos que os levam ao não uso do umbundu no contexto escolar, os participantes mencionaram a falta de valorização da língua, pouco uso na esfera escolar, e falta de preparo pedagógico e de formação especializada. Esses motivos atestam a importância de uma política pública educacional comprometida com a formação linguística e pedagógica dos docentes. Abaixo seguem alguns depoimentos ilustrativos:

*[A língua umbundu] Ainda não é valorizada no sistema de ensino angolano. É pouco falada no seio da família, principalmente na cidade. Já é diferente nos **quimbos/kimbos** (nome em língua umbundu, que significa interior/mato ou zona rural) fala-se mais umbundu na família, e na escola a criança é ensinada a língua portuguesa. (Participante 1)*

Um dos motivos é a não implementação da língua umbundu nas escolas de formação de professor, o que leva aos professores do Ensino Primário encontrarem grande problema na transmissão do saber. (Participante 2)

Não faz parte do currículo. (Participante 4)

Falta de professores preparados para este ensino. (Participante 5)

Sobre a inexistência do umbundu nas escolas, cujos professores e dirigentes foram questionados, analisamos o plano de ensino primário na província de Benguela. Essa análise revela que a língua umbundu não recebe atenção formal no plano, sendo que seu uso acaba sendo implícito ou fica a cargo das escolhas e decisões individuais, ao invés de integrar a política escolar, conforme ilustra o depoimento da professora AD1 sobre a realidade de ensino na instituição onde leciona:

a inserção da língua umbundu na escola onde trabalho não é recomendada e nem proibida. Tudo depende do critério de cada professor em encontrar melhor forma de fazer chegar a informação. De uma forma geral, o sistema de educação angolano tem como língua oficial para a transmissão de conhecimento o português. Mas, todo professor que tiver o domínio de uma língua nativa tem autorização para lecionar a mesma.

A seguir, apresentamos uma comparação entre o plano aplicado em Benguela e a proposta de Sita (2019), com enfoque nos primeiros anos de escolarização. Registre-se que os quadros abaixo apresentam as disciplinas ministradas nas fases pré-escolar e de 1ª à 4ª classe das escolas analisadas, tendo sido elaborados a partir dos dados fornecidos pelos professores entrevistados.

Quadro 3: Fase pré-escolar

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Comunicação Linguística Literária e Infantil	4
2	Representação Matemática	4
3	Meio Físico Social	4
4	Expressão Manual e Plástica	4
5	Expressão Musical	4

Quadro 4: Fase da 1^a a 4^a Classe

Nº	Disciplinas	Horário Semanal
1	Língua Portuguesa	4
2	Matemática	4
3	Estudo do Meio	4
4	Educação Musical	4
5	Educação Manual Plástica	4

Fonte: Elaboração própria

Comparamos este quadro das disciplinas do contexto analisado com o quadro de disciplinas proposto pelo *Projeto Inovação no Ensino da Leitura em Angola* (P.I.E.L., Angola), citado por SITA (2019), para o Ensino Primário. Segundo o Departamento de Línguas e Literaturas Africanas do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-Luanda), este projeto está sendo aplicado em 7 zonas linguísticas do país, onde são faladas as 7 línguas nacionais. Definiu-se, pelo mesmo projeto, após a reforma educativa em Angola, um conjunto de 11 disciplinas consideradas fundamentais, distribuídas em função do nível de escolaridade, conforme abaixo (SITA, 2019, p. 11):

Quadro 4: Disciplinas do ensino primário da primeira à sexta classe

Nº	Disciplinas Classes	Horário Semanal					
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a
01	Língua Nacional	5	5	5	5	3	3
02	Língua Portuguesa	4	4	4	4	5	5
03	Matemática	7	7	7	7	6	6
04	Estudo do Meio	3	3	3	3	-	-
05	Ciências da Natureza	-	-	-	-	4	4
06	História	-	-	-	-	2	2
07	Geografia	-	-	-	-	2	2
08	Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	2	2
09	Educação Manual e Plástica	2	2	2	2	2	2
10	Educação Musical	1	1	1	1	1	1
11	Educação Física	2	2	2	2	2	2
	Total 11	24	24	24	24	29	29

Fonte: Sita (2019, p. 11)

Pelo que se mostra no quadro, há a inclusão da língua nacional no mapa do plano do ensino primário proposto por Sita (2019). Esse mapa tem como fundamento a *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino 32/20* de Angola. O art.16º da Lei menciona, sobre “língua de ensino” na educação dos angolanos: “3. Sem prejuízo do previsto no nº 1, podem ser utilizadas as demais línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio”. Ou seja, evidencia-se espaço e iniciativas institucionais para a valorização, mesmo que pequena, das línguas nacionais na esfera escolar.

A partir dos resultados apresentados e das breves análises feitas, percebemos que o incentivo e a promoção pelo Estado das línguas nacionais são ainda frágeis, não só na província de Benguela, mas também nas demais províncias do país. Supomos que esta problemática ocorre por dois motivos: o primeiro seria a inexistência nas escolas de formação de professores para o ensino primário com enfoque na prática bilíngue (ensino médio em Magistério Primário e ensino superior em pedagogia para o ensino secundário e geral) por meio, por exemplo, de disciplinas curriculares que capacitem os futuros professores para a educação bi/multilíngue. O que destacamos no decorrer da pesquisa como um ponto relevante com relação à formação docente é a implementação do curso de licenciatura em Línguas e Literaturas em Línguas Angolanas (Bantu) na Universidade Agostinho Neto (UAN). Talvez, entre as poucas exceções, esta é uma iniciativa capaz de contribuir com a formação docente e o ensino de línguas locais em todos os níveis de ensino.

O segundo motivo seria a falta de investimento em programas bilíngue por parte do ministério da educação com relação: à promoção das línguas nacionais, por meio dos materiais didáticos ou paradidáticos⁷, que são livros que auxiliam o professor na aprendizagem dos alunos; ao estabelecimento de políticas linguísticas relacionadas ao uso das línguas nacionais em modalidade bilíngue nas instituições do ensino básico; à integralização no currículo educacional das línguas nacionais como parte das disciplinas obrigatórias, tanto no ensino básico como no ensino de formação de professores para este nível de ensino; e ao estreitamento da parceria entre a gestão escolar, a família e a comunidade, favorecendo o uso das línguas nacionais como meio de comunicação e de valorização cultural e identitária. Colocando essas iniciativas em práticas, e não apenas

⁷ Em nossa pesquisa tivemos a oportunidade de analisar três livros didáticos voltados para as 3ª, 4ª e 5ª classes e usados nas escolas pesquisadas. Observamos um uso muito restrito e localizado da língua umbundu, a exemplo de uma canção em língua umbundu no manual de educação moral e cívica. De forma geral, essa língua é inexistente ou usada com fins ilustrativos apenas.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
em documentos, estaríamos contribuindo para priorizar a qualidade e igualdade da aprendizagem ao longo da vida, e para estimular o respeito pleno pelo uso da língua materna no ensino e na aprendizagem. Ademais, estaríamos alinhados com a promoção da diversidade linguística, conforme salienta a diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, sobre a educação global, no relatório mundial de monitoramento da educação lançado pela UNESCO, em fevereiro de 2016.

As problemáticas levantadas aqui apontam para a necessidade de um viés cultural e intercultural no currículo do sistema educacional, destacando a situação linguística no território de Benguela. O que parece é que os órgãos competentes, que poderiam incentivar uma valorização multilíngue, tanto na comunicação social como nas instituições de ensino a nível nacional, deixaram de lado as leis que supostamente sustentam essa aplicabilidade. Sobre a dimensão legislativa e política, Sita (2019, p. 35) aponta que

Fez-se um Anteprojeto Lei sobre o Estatuto das Línguas Nacionais que se remeteu a quem de direito para aprovação, mas que até à presente data não o aprova para sua posterior aplicabilidade. Embora a língua portuguesa tenha sido, em certa altura, importante para a edificação da unidade nacional, a realidade atual do país demonstra que tal unidade também pode ser construída na diversidade, ou seja, o reconhecimento das línguas nacionais não pode ser visto como um impedimento para o desenvolvimento de programas e ações educacionais que incluam essa mesma diversidade. (SITA, 2019, p. 35)

Nota-se, nesta colocação, que existe um projeto Lei atento à valorização das línguas nacionais; porém, a realidade apresentada pelos nossos entrevistados mostra algo diferente, referente à condição da língua umbundu na província de Benguela. Neste caso, devemos considerar o papel da escola como agente promotor de valores sociolinguísticos, de convivência intercultural e de diálogo com a esfera familiar e comunitária.

Ressaltamos, por fim, a importância de uma gestão participativa escola-comunidade como elemento incentivador do multilinguismo angolano, especialmente em atenção ao papel das mulheres (mães) e mais velhos na transmissão de saberes e preservação dos valores, costumes e práticas linguísticas, como nos lembra Mingas (2021, p. 380): “Coube à maioria das mulheres angolanas a ingrata tarefa de garantir a sobrevivência das tradições seculares pois, não tendo sido escolarizadas, usavam as línguas maternas a todo o momento. E, no campo, o povo, continuou a usar prioritariamente as línguas locais e a criar novas obras e coube, aos mais velhos, transmitir às jovens gerações, o conhecimento criado e desenvolvido por todos os integrantes da sociedade.”

Conclusão

Neste trabalho, abordamos as condições da língua umbundu na esfera escolar da província de Benguela, localizada no sul de Angola. Para tanto, foram realizadas entrevistas com professores, dirigentes e pais de cinco escolas primárias. Além disso, consideramos as orientações do Estado, como Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (ANGOLA, 32/2020) e a Constituição angolana (2010). A pesquisa também contou com a experiência empírica de um dos autores, que é natural da região estudada, falante da língua umbundo e testemunha do processo educacional estudado. O artigo problematiza a desvalorização da língua umbundo na esfera escolar, buscando compreender, a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa, os motivos para essa desvalorização. Incluímos, também, a fragilidade das políticas de Estado de promoção efetiva e de incentivo da educação bilíngue, seja pela produção de materiais didáticos, seja pela formação de professores em relação às línguas nacionais e à educação bilíngue.

Em termos de questionamentos, indagamos: Por que verificamos um desaparecimento sistemático da língua nacional em Benguela, ou em Angola, sendo que a promoção das línguas nacionais está prevista na Constituição (2010) e na *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino* (Lei n.º. 32/20)? Julgamos relevante aprofundarmos essa questão, pontuando os fatores que foram a causa principal da desvalorização e da não inserção do umbundo no sistema de ensino, que começou na época colonial e que vigora até hoje. Porém, atendendo à especificidade e à delimitação do tema, neste artigo enfocamos apenas um recorte do contexto escolar referente ao uso língua nacional umbundu em Benguela.

Por fim, vale salientar, como desdobramentos futuros: aprofundar a compreensão (i) sobre o processo de ensino-aprendizagem através das línguas nacionais no sistema de educação básica, com enfoque na região sul de Angola; (ii) sobre políticas linguísticas e suas aplicabilidades nas instituições escolares de Angola, especificamente na província de Benguela, que teve como objeto de estudo a língua umbundu e a língua portuguesa. Esse interesse se intensifica especialmente porque um dos autores pertence a esta realidade linguística, o que favorece um estreitamento social e ético com a comunidade local.

Referências

ANGOLA. **Lei nº. 32/20**. Lei que altera a Lei No. 17/16, de 07 de Outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Luanda, Diário da República, 2020.

_____. **Constituição da República**. Luanda: Imprensa Nacional, 2010.

BERNARDO, Ezequiel. **Política linguística para o ensino bilíngue em Angola**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, p. 216, 2018.

CHICUMBA, Mateus. A educação bilíngue em Angola e o lugar das línguas nacionais. **IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES**, 6-7 dezembro, 2013.

EDUARDO, Albano A. Ensino bilíngue como desafio e passos para mais inclusão no sistema de ensino angolano: Caso Lunda-Norte, 2019-2020. **Njinga e Sepé**: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.2, n. 1, p.35-57, 2022.

GARCÍA, Ofelia. Bilingual education in the 21st century: A global perspective. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.

LUCENA, Maria Inêz. O papel da translíngua na Linguística Aplicada (in)disciplinar. **Revista Da Anpoll**, Florianópolis, v. 52, n. 2, p. 25–43, 2021.

KAJIBANDA, Vítor. (2010). Culturas étnicas e cultura nacional: Uma reflexão sociológica sobre o caso angolano. **Revista Angolana de Sociologia**, Luanda, Vol. 14, n. 3, p. 97-105.

MAKONI, Sinfre, MEINHOF, Ulrike; Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 191-211.

MENEZES, Bernardo Kessongo. **Harmonização da grafia toponímica do município de Benguela**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, p. 102, 2015.

MINGAS, Amélia A. Línguas e culturas em Angola: Tuzaba mana malele ke zimbembu ai cinkulu ci basi Nsi Ngola. **Njinga e Sepé**: Revista Internacional De Culturas, Línguas Africanas E Brasileiras, v. 1, n. 2, p. 377–385, 2021.

PARO, Vítor Henrique; DOURADO, Luiz Fernandes (Org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

Gregório B. K. Tchitutumia Cristine G. Severo. O umbundo na esfera educacional da província ...
PATATAS, Teresa; QUINTAS, Joana. Em Angola o ensino bilingue pode contribuir para a
educação e manutenção da paz nacional. **Revista Transversos**, Benguela, vol.1, n. 15,
2019, p. 14-30.

SEVERO Cristine; SITO E Bento; PEDRO José. **Estão as Línguas Nacionais em perigo?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

SEVERO Cristine; SASSUCO, Daniel; BERNARDO, Ezequiel. Português e Línguas Bantu na educação angolana: da diversidade como 'problema'. **Revista Língua e Instrumentos Linguísticos**, Florianópolis, v. 43, nº 43, p. 290-307, 2019.

SITA, Francisco. **A língua umbundu no ensino primário em Angola: uma abordagem ecológica do currículo escolar**. 177f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Ciências da Educação, Minho, 2019.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022



Para citar este texto (ABNT): TCHITUTUMIA, Gregório Bembua Kambundo; SEVERO, Cristine G. O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.367-385, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Tchitutumia, Gregório Bembua Kambundo; Severo, Cristine G.. (jan./jun.2023). O umbundo na esfera educacional da província de Benguela (Angola) *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 367-385.

Implementação de projetos de investimentos e as colaterais estabelecidas pela banca no financiamento aos start-ups. Caso Banco Nacional de Investimento, 2015-2020

Inácio Ernesto Minzo *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-1833-7846>

Verônica Sibinde Mpanda **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3565-8481>

Resumo: A integração financeira e econômica é uma preocupação sobre tudo para jovens com ou sem formação acadêmica, situação advindo da falta de emprego em Moçambique. A concepção de projetos de investimentos com perspectivas de geração de auto emprego pelos jovens é vista como porta de saída, no entanto, é uma solução dependente de obtenção de capital financeiro inicial. O objetivo do artigo é analisar a implementação de projetos de investimento mediante às garantias estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimentos na concessão de financiamento aos startups. É uma pesquisa do tipo descritivo e de abordagem qualitativa em que recorreremos as técnicas de entrevista e documental para recolha dos conteúdos, os quais foram analisados e interpretados com profundidade. Os resultados apontam para a conclusão de que os startups não chegam a implementar os seus projetos de investimentos porque estão desprovidos de colaterais que minimizem os riscos de crédito.

Palavras-chave: Financiamento, Projetos de investimentos, Garantias bancárias e startup

Implementation of investment projects and the collaterals established by the bank in the financing of start-ups. Case of Banco Nacional de Investimento, 2015-2020

Abstract: Financial and economic integration is a concern above all for young people with or without an academic background, a situation arising from the lack of employment in Mozambique. The design of investment projects with prospects of generating self-employment by young people is seen as a way out, however, it is a solution dependent on obtaining initial financial capital. The objective of the article is to analyze the implementation of investment projects through the guarantees established by the Banco Nacional de Investimento in granting financing to startups. It is a descriptive research with a qualitative approach in which we use interview and documental techniques to collect the contents, of these we analyze and interpret in depth. The results point to the conclusion that startups do not implement their investment projects because they are devoid of collateral that minimizes credit risks.

Keywords: Financing, Investment projects, Bank guarantees and start-up

* Mestre em Finanças Empresarias pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini, Licenciado em Gestão Comercial pela Universidade Eduardo Mondlane, Docente no Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini, inacio.minzo@isgegim.ac.mz

** Doutora em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique, Mestre em Gestion Integrada Del Conocimiento, El Capital Intelectual Y Los Recursos Humanos pela Universidade A Politécnica de Madrid – Espanha, Docente no Instituto Superior de Ciências da Saúde, Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Muthini vsibinde@iscisa.ac.mz

Introdução

Com o crescimento da sociedade, é notável a redução de empregos e consequente elevados índices de desemprego quer no sector privado quanto no público, neste contexto segundo Lima, Martins e Sproesser (2009) apontam que os jovens em particular e a sociedade no geral são chamados a criar formas alternativas de inclusão económico-financeira, já que o emprego formal e por conta de outrem deixa de ser o referencial para a ocupação profissional. O empreendedorismo é sobejamente conhecido como alternativa para integração financeira é, portanto, conhecido segundo Fillion, Riverin, Musyka, Verstinsky (2004), que atividade empreendedora é desenvolvida pelos empreendedores que tentam criar valor e fazer uma contribuição quando reconhecem uma oportunidade em um mercado a ser explorado.

Os problemas de emprego e integração económico-financeira, são verificados em grande parte nos jovens, num contexto de busca por alternativas, estes concebem ideias de negócios para transformá-las em micro ou pequenas empresas, é importante perceber que em fase inicial ou de concepção das ideias de negócios, processo de criação e seus proponentes denominam-se startup pois, encontra no empreendedorismo o caminho para a independência económico-financeira.

O startup, segundo Ries e Sałbut (2012), trata-se de uma instituição humana recém-criada, projetada para criar novos bens ou serviços sob condições de extrema incerteza. O startup é visto como um indivíduo ou uma pequena empresa que pretende entrar para o mercado pela primeira vez, ou que pretende lançar novos produtos implementando estratégias inovadoras com recurso a tecnologias de comunicação e informação.

É sabido que os startups em Moçambique não detêm de recursos para implementação dos seus projetos, portanto, a banca tem sido a fonte constituinte para busca por financiamento. A banca é um sector financeiro, que no entender de Escher (2013), pode ser de carácter pública ou privada prestadora de serviço de intermediação financeira consistindo em captar recursos e recoloca-los novamente no mercado por meio de depósitos em cheques, moeda corrente, entre outros meios de pagamento e a posterior conceder empréstimos às pessoas físicas/singulares ou jurídicas/coletivas para produção de lucro e garantia de retorno mediante um contrato pré-estabelecido.

Neste artigo destaca-se o financiamento pela banca e suas condições na implementação de projetos de investimentos de startup, que, no entanto, tirando um trecho trazido por Aristóteles (384 a 322 a.C. apud Fernando, 2010, p. 18) considera que

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais distribuir dinheiro é algo fácil e quase todos os homens têm este poder. “Porém decidir a quem dar, quanto, quando, para que objetivo e como, não está dentro do poder de muitos e nem tampouco é tarefa fácil”, este pensamento lógico leva a um entendimento de que o financiamento requer a reunião de certas condições/colaterais nos candidatos ao crédito, cuja pela definição, Schrickel (1998), colateral é um bem tangível, (móvel ou imóvel) oferecidos pelos clientes (mutuário) com vista a minimização do risco de perda parcial ou total de montante de financiamento.

Para análise do tema, foi tomado em consideração o seguinte objetivo geral: analisar a implementação de projetos de investimento mediante às garantias estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimento na concessão de financiamento aos startups, do objetivo geral foram levantados os objetivos específicos para uma orientação objetiva aos resultados: assim, constituíram objetivos específicos os seguintes: descrever as formas de financiamento do Banco Nacional de Investimento aos startups na promoção de empreendedorismo; identificar as garantias que o Banco Nacional de Investimento determina no processo de concessão de financiamento de planos de negócio de startups; identificar as alternativas de financiamento aos startups; relacionar os projetos submetidos e financiados pelo Banco Nacional de Investimento durante o período em estudo face as garantias determinadas e descrever o nível de aceitabilidade de financiamento aos startups pelo Banco Nacional de Investimento na promoção de empreendedorismo face as garantias determinadas.

1.Fundamentação teórica

Como forma de contextualizar o tema, foi necessário recorrer a autores que anteriormente abordaram o mesmo conteúdo mesmo que em contextos diferentes, é nesse sentido que trazemos três principais conceitos em duas linhas diferentes, porém complementares. Trata-se de empreendedorismo startup, financiamento e colaterais. A atividade de empreendedorismo consiste na concepção de ideias de negócios, cujo sua implementação, em grande parte é condicionada pela disponibilidade de recursos materiais e/ou financeiros e a obtenção desses, é mediante a apresentação de colaterais.

Os autores como Schempeter (1988), Fillion (1991), Drucker (1998) e Zarpellon (2010), consideram empreendedorismo startup aquele que visa dar início a um novo negócio. Estes entendem que se baseia na análise do cenário e diante de uma oportunidade apresenta um novo empreendimento. Os autores em referência, defendem que este tipo, visa suprir uma demanda existente que não vem sendo dada a devida

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais atenção. As grandes metas deste tipo passam por buscar e representar diferenciais competitivos em um mercado já existente, vencer a concorrência, conquistar clientes e alcançar a lucratividade e a produtividade necessário à manutenção do empreendimento.

O startup segundo Ferrão (2013), popularizou se na década de 90 com surgimento intensivo de internet nos Estados Unidos de América, é um termo que designa empreendedores com visão e capacidade de inovação, é forma de empreender com recurso a tecnologia.

Dornelas (2008), o startup é constituído com um capital próprio, familiar ou de amigos, sendo desafiante captar recursos financeiros através de empréstimo junto ao sistema financeiro por apresentar altos riscos do negócio a nascer e desprovido de garantias móveis e imóveis. Os investidores para startup entendem que o capital a desembolsar para uma startup é de risco, não pelo risco de capital uma vez que todo e qualquer investimento tem risco, mas é pela aposta em empresas cujo potencial de valorização é elevado e o retorno esperado é idêntico ao risco que os investidores querem correr. Consideram os investidores que grande parte se destina ao lançamento de produtos, serviços ou conceitos desenvolvidos como também em marketing.

Um startup pode ser definido a partir da ideia, que alicerça um projeto inovador, e ciente de que envolve risco e principalmente de escalabilidade. A escalabilidade de um startup, define-se por conseguir crescer exponencialmente sem comprometer o modelo de negócio. O empreendedorismo startup na visão de inovação, reflete-se com maior enfoque em países desenvolvidos, visando incrementar a produtividade em todos níveis macroeconômicos, em contrapartida, em países em vias de desenvolvimento, tal como Moçambique, todo indivíduo com aspirações de desenvolver uma atividade produtiva e de produção de renda, é designado por empreendedor startup, bastando, demonstrar uma visão inovadora, porém em ações comerciais.

Quadro 01. Principais Startups em Moçambique

Nome da empresa	Sector de actividade
Anetix Serviços	Comércio e Serviços (venda de produtos reciclados)
BioMec	Indústria (Próteses mecânicos)
DoCamp Aquaponics	Aquacultura (peixe e vegetais)
Eco Reform-Farms	Ecosistema (Produtos orgânicos reciclados)
Inovagri	Agricultura e meio ambiente
Moz Eco-Hidraulica	Saneamento (sistemas hidráulicos)

Roots of Creation Studio	Indústria e Comércio (produtos de arte e design)
Start Up Empreendedores	Biotecnologia (Consultoria agrária, energias renováveis, gestão do meio ambiente)

Fonte: Associação Moçambicana de Energias Renováveis em <https://amer.org.mz/7633/>

Principais constrangimentos de startup em Moçambique

- Acesso a oportunidades de mercado nas grandes empresas (informação e capacidade de satisfazer exigência;
- Acesso à tecnologia de produção (custos de financiamento elevados);
- Acesso a financiamento (custo do crédito requisitos exigidos);
- Estabelecer coligações de negócios;
- Acesso a infraestruturas de base ZEE¹, ZFI² e parques industriais.

A necessidade de financiamento de projetos de investimento produtivo e o financiamento bancário

Daniel, Muchanga e Rosário (2020, p. 10), entendem que o financiamento “é um instrumento de promoção social e geração de cidadania que não combina com uma política de assistencialista, isso porque o assistencialismo apenas contribui para sustentação e não superação da posição socioeconômico na qual determinado grupo social se concentra”. Neste contexto entende-se que para o desenvolvimento econômico e integração financeira depende de um conjunto de investimentos que levam a geração de empregos e ampliação da estrutura do mercado de trabalho através de abertura de linhas de financiamento bancário inclusivo de modo a atrair o capital e conseqüente sua retenção.

Pode se entender ainda que o financiamento de projetos de investimento produtivo trata-se de uma operação financeira entre dois ou mais intervenientes na perspectiva de que a parte financiada coloque o dinheiro concedido pelo banco para produção e ganhos recíprocos num prazo de amortização acrescido ao pagamento de taxas.

Os desafios de empreendedores na obtenção de financiamento para investimento de projetos rentáveis. Onde buscar o financiamento enquanto desprovidos de garantias impostas pela banca.

¹ Zonas Econômicas Especiais

² Zonas Francas Industriais

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais

Machava (2017), dá a conhecer que a atividade empresarial que opera no mercado moçambicano conta com três principais formas de financiamento: o crédito bancário (bancos comerciais), o mercado de capitais (Bolsa de Valores de Moçambique) e capitais de risco, contudo, acrescenta Machava (2017) que a dificuldade de acesso ao financiamento bancário no país por parte de empreendedores com pretensões de iniciar um negócio ou mesmo pelas empresas em funcionamento é ainda um desafio grande motivado pelos custos elevados de crédito e pelas colaterais exigidas.

O Building Markets (2016), aponta razões pelas quais impedem a concessão de empréstimos aos startups ou às PME's nos seguintes fatores: (a)Os bancos muitas vezes podem ganhar altos retornos nos seus mercados, e têm pouco incentivo para o serviço do mercado das PME's que normalmente carrega um risco mais elevado; (b)Os bancos incorrem em custos administrativos mais elevados por empréstimos às PMEs, visto os montantes dos mesmos serem pequenos, e os custos de transação por empréstimo serem relativamente constantes; (c)Os bancos têm informações, habilidades e apoio regulatório? Limitados para ajudar na concessão de empréstimos às PMEs; (d)A falta de garantia para alguns devedores e/ou uma legislação específica que possa reivindicar a garantia complica as possibilidades para fazer empréstimo baseado em garantia; (e)Os bancos podem carecer de habilidades específicas para avaliar a solvabilidade das PMEs e, portanto, pedir taxas mais elevadas e requisitos de garantia. (pp. 15 e 16)

Ainda de acordo com guia de acesso ao financiamento de Building Markets (2016): Os requisitos de garantia dos bancos podem representar um sério desafio para os startups com ideias de iniciar um negócio ou aos pequenos empresários que estão buscando fontes de financiamento para os seus negócios, as garantias de crédito são implementadas como um substituto parcial para garantia convencional. Os Bancos e instituições financeiras especializadas que oferecem garantias fornecem garantias aos devedores finais individuais. A garantia de crédito simplesmente substitui parte da garantia exigida a partir de um devedor. Se o devedor não pagar, a exposição do credor é limitada pela contribuição do fiador.

Prossegue a organização, indicando que os sistemas de garantia de crédito representam uma ferramenta-chave para abordar a lacuna do financiamento às PMEs, limitando-se o impacto sobre as finanças públicas e bancos comerciais. Além da falta de garantias, as PME e startups são tipicamente limitadas na sua capacidade de acessar o crédito devido ao histórico limitado ou inexistente de crédito e, muitas vezes, a falta de conhecimentos necessários para produzir demonstrações financeiras sofisticadas. Isto

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais muitas vezes leva a uma resposta parcial ou negativa para a demanda de crédito das instituições de crédito. O mecanismo de garantia de crédito é uma resposta comumente usada para essa limitação do mercado. (p. 19)

A banca e suas condições na concessão de financiamento aos projetos de investimentos em Moçambique

Segundo Maleiane (2014) são considerados seis princípios na avaliação de um pedido de crédito:

Patriotismo: O analista parte de princípio de que com o crédito obtido, o mutuário pretende financiar a produção de produtos de exportação e vai cumprir os prazos fixados pelas entidades competentes para a entrada do produto líquido das exportações no fundo cambial nacional, evitando desta forma a fuga de capitais do país.

Autoconfiança: Para que o analista avalie positivamente o pedido é necessário que o mutuário domine a área de negócio em que se pretende envolver, por experiência resultante da prática ou por formação profissional.

Confiança: O analista tem plena consciência de que o mutuário não domina todas as fases de produção e comercialização do produto objeto do crédito, não possui fundos para participar, nem conhecimentos na área de contabilidade. Por estas razões, deve confiar noutros, formando uma sociedade onde possa obter as competências em falta e usar o crédito para complementar.

Solidariedade: O analista exige que o potencial mutuário apresenta prova de que tem bens para garantia do crédito. Se o mutuário gozar de bom nome na praça, encontrará com facilidade alguém disponível para avaliar a operação de crédito.

Participação: Obtido o crédito, é da responsabilidade do mutuário informar todos intervenientes no processo (banco e avalistas) sobre o grau de implementação do projecto financiado, de modo a evitar-se que os intervenientes só tomem conhecimento do incumprimento do pagamento das prestações depois do facto consumado.

Transparência: Espera-se que o mutuário prepare relatórios financeiros, os submeta à auditoria externa e os publique nos órgãos de comunicação mais lidos da praça e do país.

Metodologia

A pesquisa é de abordagem qualitativa. Os pesquisadores estabelecerem um contato direto e prolongado com a fonte em causa, quanto natureza, é básica visto que

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais partimos de princípio de que seriam identificados possíveis problemas em volta da questão e em seguida produzir conhecimento novo com vista o enriquecimento da ciência. O paradigma recorrido é o fenomenológico interpretativo, Walsham (1993), a epistemologia deste suponha que todo o nosso conhecimento sobre a realidade depende das práticas humanas e é construído por meio da interação entre as pessoas e o mundo no qual vivemos, sendo transmitido em um contexto social, deste modo, o tipo de pesquisa é descritiva de um caso, onde Nunes, Nascimento e Alencar (2016), avançam que este tipo inclui o estudo observacional, isto é, compara dois grupos similares. Os autores acrescentam que visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com um determinado fenômeno.

A pesquisa contou com 5 (cinco) participantes, colaboradores do Banco Nacional de Investimento, todos do gabinete de gestão de projetos. A seleção assentou-se no critério de conveniência e intencional. O critério de inclusão, foi caracterizada pela natureza das funções ou tarefas desenvolvidas no Gabinete de Gestão Projetos, estas que consistem na concessão de crédito para implementação de projetos de investimentos, ou seja, a escolha por sujeitos definidos deveu-se ao facto de serem indivíduos que lidam diretamente com as políticas e procedimentos de financiamento desenhados no banco. A pesquisa recorreu às técnicas de entrevistas e análise documental e os instrumentos foram o guião de entrevista e o roteiro de análise documental. Para permitir o anonimato dos participantes, foram levados em conta os aspectos éticos, de tal maneira que atribuímos codificações aos cinco participantes da pesquisa designadamente AGGP1, AGGP2, AGGP3, AGGP4 e PGGP5.

Resultados de pesquisa

O dilema da sociedade Moçambicana com pretensões de iniciar um negócio formal é um contraste porquanto o financiamento para efetivação dos projetos é um desafio evidente pelas dificuldades de reunião de condições ou requisitos exigidos pela banca, assim, a questão levantada para orientação na coleta dos conteúdos, foi, até que ponto os projetos de investimento são implementados mediante às colaterais estabelecidas pelo Banco Nacional de Investimento na concessão de financiamento aos startups.

O roteiro de entrevista e consulta documental foram instrumentos que ajudaram na obtenção de diversos resultados e nessa variedade, grande parte desses, mostraram uma convergência entre conteúdos de entrevista, consulta documental e sustentação teórica, facto consumado através de recurso da técnica de análise de conteúdo com

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais profundidade. Sobre políticas de financiamento de planos de negócio de startups pelo BNI, os nossos entrevistados deram a conhecer que:

[...], as políticas estabelecidas não preveem, salvo se surgir uma organização que pretende promover jovens graduados nos ensinos técnicos médios profissionais ou superiores na criação de seus respectivos postos de empregos, aí sim, o banco é solicitado pela organização que se propõe a sustentar o financiamento a lançar concursos [...], o banco financia planos de negócios de empresas já existentes que operam no ramo agrícola, processamento, piscicultura, tecnologias sustentáveis em benefício das comunidades como são os casos de produção de energias renováveis, assistência técnica na produção agrícola e pecuária, desenvolvimento de medicamentos de natureza local. Contudo, estas empresas devem apresentar um histórico formalmente e publicamente conhecido, que não tenha um índice de endividamento que torne o seu valor do mercado baixo. O outro aspecto fundamental a levar em consideração é a questão jurídica da empresa, estou dizendo que a empresa deve possuir o registo legal e cumprimento total de todas normas que regem a atividade por ela desenvolvida (PGGP5, 2022).

Na consulta documental, encontramos que as políticas de financiamento se cingem em projetos ligados nas áreas de agricultura e GNV³, refere-se à produção de comida que possa beneficiar as comunidades de baixa renda, desenvolvimento e expansão de GNV visando melhorias na qualidade de vida das comunidades e sua mobilidade. Nesta perspectiva, quer sob ponto de vista dos conteúdos conferidos pelo PGGP, quanto dos relatórios de EDPME's (2007) conjugados com os da página oficial do BNI, comungam com os resultados segundo os quais as políticas estabelecidas pelo banco no âmbito de financiamento dos planos de negócios de startups são remotas enquanto a empresa esteja na fase inicial de sua criação, significa isto que, o facto do startup não possuir colateral significativa, conjugado com a situação de o mesmo não possuir um histórico financeiro reconhecido, ele não é elegível às políticas de financiamento.

Notamos também que as políticas do banco consistem fundamentalmente na assimetria da informação, inclui nesta questão o sistema de contabilidade organizada, o sistema de seguro, a segurança social, a documentação legal das atividades e a visão competitiva que garanta a sustentabilidade produtiva, produção das receitas e controlo sistêmico de custos de produção, estas estão estabelecidas para empresas já em atividades no mercado. Relativamente as garantias estabelecidas pelo BNI no processo de concessão de financiamento aos planos de negócio de startups, foi dado a conhecer o seguinte:

[...] a concessão de crédito aos empreendedores iniciantes é mediante a apresentação de avalista [...], dele, nós exigimos como requisitos a totalidade ou parcial de bens que ele, assim como o garantido possuírem naquele momento em que a liquidação for efetuada, do outro modo, exigimos outras formas de colaterais como são os casos de colaterais reais, porém esta modalidade não é aplicável

³ Gás Natural Veicular

para todos os casos, como por exemplo a alienação fiduciária, a fiança bancária, o penhor e a hipoteca. [...], mas sim, nesta forma de colateral, o banco prevê, portanto, o penhor em mercadorias ou produtos não deterioráveis [...] (AGGP1, 2022).

[...] aos startups que pretendem iniciar pela primeira vez, as garantias que exigimos na elegibilidade dos projetos em primeira instância devem reunir os diferentes requisitos previstos nas diferentes linhas que o banco disponibiliza como são os casos de FAE⁴, FDEGNV⁵, portanto, o primeiro assim como o segundo podem concorrer particulares, ou seja aquelas iniciativas como referem que nunca tiveram uma empresa registada anteriormente, desde que cumpram os requisitos tais como investir em agronegócios e gás natural [...]. [...] os candidatos às linhas acima mencionadas devem colaborar com o Vale do Zambeze com propósito de ampliar ou complementar a cadeia de valores na agricultura, e quando falo do gás natural, é quando os planos de negócios desses iniciantes perspectivam exploração através de meios/equipamento tecnológicos avançados, contudo devem possuir consigo uma nota promissora ou seguro de proteção de crédito [...] (AGGP3, 2022).

Os conteúdos deram a conhecer que as principais garantias que as empresas já estabelecidas no mercado, quanto aos startups (objeto de estudo), estão constituídas por bens móveis em nome de uma entidade e não em nome individual, existência de uma garantidora que obtenha um histórico financeiro reconhecido e oficial. Estas garantias visam fundamentalmente assegurar que a renda destas seja suficientemente convertível a favor da contrapartida do banco, conforme sugerem Abramovay e da Viega (1999). Estes autores, entendem que os bens móveis e clareza do histórico financeiro da entidade garantidora para negócios em criação oferecem aos bancos garantias reais e contrapartidas convergindo desta feita com os dados apurados dos sujeitos, por outro lado, as propostas de garantias de financiamento bancário aos empreendedores startups de Monticelli (2003), divergem com as apresentadas pelos entrevistados, na medida em que ele, considera que as instituições financeiras exigem colaterais diretamente dos tomadores comprometendo parte do património de recursos como medida de minimização de risco. No que concerne as alternativas que o BNI propõe aos startups na obtenção de financiamento dos seus planos de negócio, apuramos que:

[...], penso eu que os jovens precisam encarar a realidade sobre as políticas de financiamento do banco, aliás, não só o nosso BNI, todos os bancos comerciais e outras instituições financeiras, não é de leve que decidem financiar seus projetos revestidos de todo tipo de risco, é por isso que para mim, nós jovens devemos partir das nossas poucas poupanças se queremos iniciar um negócio sem tanta pressão (AGGP3, 2022).

[...], olha, esta pergunta que me colocas, tem sido debatido quase todos dias entres nós aqui, porque sinceramente falando, muitas ideias dos startups estão cheias de ilusão, digo isso porque, o capital financeiro que é solicitado, mesmo para empresas que estão em operações no mercado, não tem solicitado. Não sei claramente as reais razões, mas acho que é a forma como somos formados porque também faço parte do mesmo sistema de ensino nas faculdades. Os

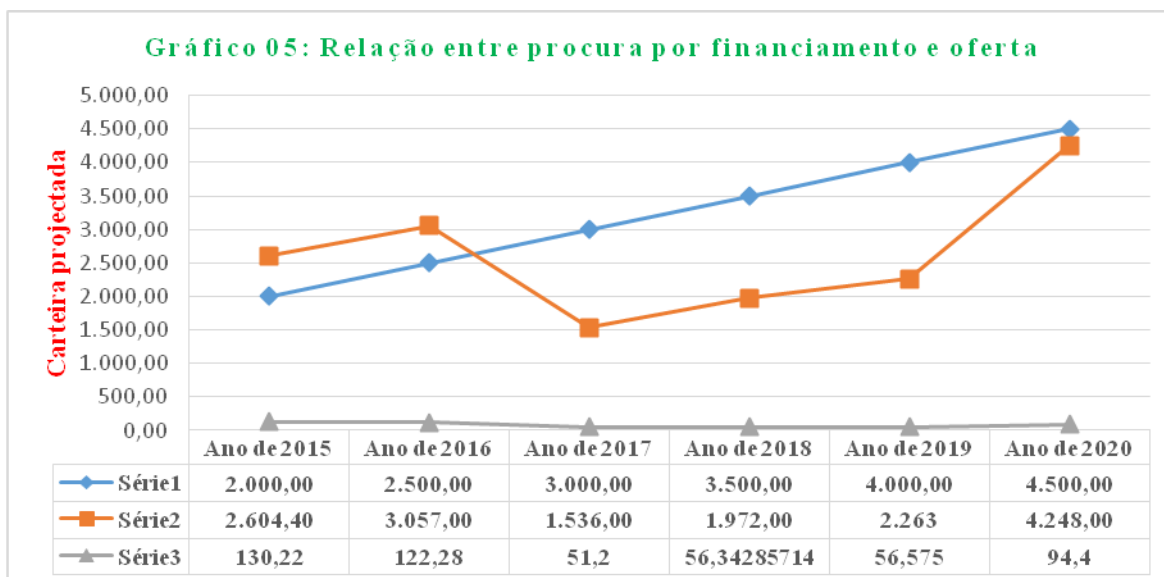
⁴ Financiamento à Agricultura e Empreendedorismo

⁵ Fundo para o desenvolvimento e expansão de gás natural veicular

docentes querem exemplos de ideias que envolvem grandes somas de dinheiros para iniciar um negócio, o que não concordo muito, porque é por este motivo que saímos das faculdades com pensamentos de que logo no início tenho que registrar minha empresa, comprar todo mobiliário, comprar minha viatura para facilitar a deslocação de um lado para o outro, possuir um estabelecimento com todas condições, facto errado na minha óptica, o certo para mim, seria acarinhar os estudantes nas suas pequenas poupanças durante o tempo de formação, sendo um programa bem desenhado pela faculdade, e investir neles a pensar em negócios de pequena dimensão no início, nem que seja informal, ele vai crescendo até alcançar as capacidades de poder registrar e caminhar sem sobre saltos [...] (AGGP2, 2022).

Apreciando os conteúdos, dando conta de que, a melhor alternativa é pensar segundo as suas limitadas capacidades, isto é, poupança, dão a entender que enquanto projeto em concepção, não existem alternativas que possibilitem a implementação da iniciativa de negócio pelos startups de forma facilitada, embora, indicam de forma unanime que as organizações governamentais e não governamentais são as melhores alternativas que podem financiar o negócio sem passar muita pressão. Foram também unanimes, porém, em jeito de recomendação que é imperioso a existência de incubadoras nas instituições que têm em sua gênese a formação de indivíduos que possam criar seus próprios empregos. Nesta ordem de ideia, Longhini (2016), afirma que o sistema financeiro em países em vias de desenvolvimento, verificam-se notáveis limitações no financiamento de projetos de geração de rendimento, devido as burocracias que as instituições financeiras possuem, daí, que surgem algumas organizações ou associações de ajuda aos jovens no financiamento dos seus projetos na luta contra o desemprego e inclusão financeira, como principais alternativas, prossegue o autor e com estas afirmações, identifica-se convergência de ideias entre os sujeitos entrevistados e o autor relativamente a pergunta levantada.

A pergunta, segundo a qual pretendia saber a relação existente entre projetos submetidos pelos candidatos e os efetivamente financiados pelo BNI, os entrevistados mostraram limitações em fornecer dados concretos em termos numéricos, tendo eles recomendado os relatórios de atividades dos anos em referência para o presente artigo. Em resumo, segundo os dados obtidos com base nos relatórios de contas referentes ao período em análise, ficou evidente que a relação entre projetos submetidos pelos candidatos e os efetivamente financiados pelo BNI é monotônica, isto é, a oferta mostrou se desequilibrado face os pedidos conforme mostra o gráfico. Quanto aos projetos em fase de concepção, verificou se uma relação negativa, se comparado com o número dos planos de negócios que deram entrada.



Fonte: Adaptado pelos autores, 2022 baseando-se nos relatórios de contas, 2015 a 2020 do BNI

Sobre a aceitabilidade de financiamento aos startups pelo BNI na promoção de empreendedorismo mediante as garantias por si determinadas, deram a conhecer que:

[...], a avaliação que posso fazer é positiva, porque todos projetos submetidos via essas organizações foram financiados em número de 07 ou 08 se a memória não atraiçoa, temos vários projetos de estudantes de institutos agrários e politécnicos, mas com acompanhamento do Vale do Zambeze ou do instituto nacional de emprego [...] (AGGP4, 2022).

[...], no meu entender, a avaliação é positiva se considerar que todos os planos de negócios que pretendiam iniciar o negócio foram financiados, tendo em conta que o processo de seleção começa nas instâncias que lançam concursos de financiamento das iniciativas de negócios para geração de rendimento, e quando chegam até nós, só discutimos as modalidades de financiamento e de pagamento.

[...], bom é verdade que eles apuram porque fizeram uma análise de viabilidade econômica e financeira, mas quando nós recebemos, analisamos com base nos nossos instrumentos, só depois solicitamos uma auscultação conjunta entre os proprietários dos planos de negócios e os seus técnicos da agência que está tutorando (AGGP1, 2022).

[...], ao meu ver, quando os projetos seguirem todos requisitos estabelecidos pelo banco, independentemente se são de startups ou de empresas já em atividade comercial, todos esses são financiados de acordo com pacotes desenhados por nós, por isso, que minha avaliação em relação a pergunta é positiva, em contrapartida, tantos projetos que recebemos e analisamos, e por fim não são dados outra atenção se não “rejeição” é porque, quer as empresas em funcionamento assim como os startups simplesmente não observam os critérios necessários (AGGP2, 2022).

Segundo as declarações dos entrevistados, ficou evidente que, as análises feitas estão divididas em duas partes, uma positiva e outra negativa. Foram tomadas duas realidades de solicitações e aceitabilidade de crédito, em que uma provém das empresas em atividades no mercado, que por sinal, esta tem sido o foco do BNI na sua política como banco de desenvolvimento e de investimentos, razão pela qual, os interlocutores fazem uma avaliação positiva, e a outra realidade, a de solicitação pelos indivíduos ou grupos de pessoas que pretendem implementar pela primeira vez um determinado

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais negócio, esta última tem observado muitas dificuldades por conta do alto risco que representa, logo, sua avaliação segundo os entrevistados é negativa.

Esta avaliação separada pode ser suportada pelos autores, Pinho, Valente, Madaleno e Vieira (2011), na sua abordagem sobre o paradoxo das políticas públicas vs. políticas de financiamento dos projetos de geração de renda. Os autores entendem haver uma controvérsia entre os estados nas políticas microeconômicas, desenvolvimento das rendas comunitárias, promoção do empreendedorismo local com as políticas de cobertura do risco pelos bancos.

Prosseguem os autores com o seu entendimento, indicando que as políticas dos estados deviam conjugar com as dos bancos criados por estes para operacionalização plena ou de uma ou da outra, dizem os autores. Diante do exposto pelos autores, percebe-se que o BNI como banco de desenvolvimento da economia e promoção de empregos, seria de bom senso, estender as linhas de crédito mesmo para os empreendedores novatos na arena empresarial, conforme as políticas do governo sobre a criação de postos de trabalho com base na promoção e desenvolvimento de empreendedorismo juvenil. Em relação as principais linhas que o BNI lança para o financiamento dos planos de negócio dos startups, os participantes em pesquisa, esclareceram o seguinte:

[...], ao nível do banco, existem várias linhas de crédito, que visam estimular a prática do empreendedorismo, sobrevivência e competitividade das PME's, no entanto, o banco estabelece três principais linhas para projetos em constituição, trata-se do fundo de apoio ao jovem agricultor, fundo de garantia do sector agrário. [...], estas linhas têm como principais beneficiários estudantes recém graduados nas áreas de agricultura assim como para MPME's que exploram a mesma área de agricultura. [...]; o fundo para o desenvolvimento e expansão de GNV destina-se às PME's, pessoas singulares e coletivas que detêm infraestruturas e veículos movidos a gás natural. [...] estas são principais linhas que o banco vem desde sempre a trabalhar, através de concessão de crédito, assessoria financeira e estudos de viabilidade para mercados externos [...] (AGGP4, AGGP2, AGGP3 e AGGP1, 2022).

O BNI apresenta duas principais linhas em que os startups têm a oportunidade de recorrer à obtenção de financiamento, no entanto, as linhas, conforme ia sendo relatado pelos interlocutores, os concorrentes precisam reunir duas grandes condições, uma vocacionada à formação agrária e associado ao Vale do Zambeze, o outro protocolo, portanto, tem a ver com formação em recursos minerais, e tal qual a primeira, esta, também exige a posse de infraestruturas, e acima de tudo é uma linha que não beneficia de forma direta aos startups. Uma linha de crédito como recurso para apoio ao empreendedorismo dos iniciantes, conforme relata Assaf (2003), visa fundamentalmente

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais suprir as necessidades de investimento inicial dos projetos. As suas operações dentro de uma política de especialização do sistema financeiro de um país, ainda de acordo com Assaf (2003), são realizadas por instituições financeiras bancárias, visando reforçar o volume de captação de recursos. No entanto, a visão de Schrickel (1998, apud Deitos, 2003), as linhas de crédito para o financiamento de projetos em fase de criação demonstram escassas, devido ao risco que estes representam.

Considerações finais e recomendações

A pesquisa apurou que os desafios para os startups são enormes, a evidência de que o Banco Nacional de Investimento, não concede empréstimos para projetos em fase inicial é uma realidade, daí a conclusão de que os startups não conseguem implementar os projetos por não possuírem colaterais que minimizem o risco de crédito.

Como recomendações, os startups, precisam conceber projetos concretos, que encontram soluções de sua implementação por meio das poupanças individuais ou grupais. Nesta perspectiva, as instituições de ensino nas áreas de negócio e empreendedorismo, são recomendadas a definição de políticas de promoção da poupança e desenvolvimento de metodologias viradas a realidade nacional, assim como a introdução de projetos de incubação de negócios e promoção de inovação criativa.

Para o BNI em particular e a banca no geral, há necessidade de estender as linhas de crédito e dos serviços de incentivos à concepção de planos de negócios que respondam às suas políticas, assim como, abrir áreas de parcerias com instituições de diferentes níveis de ensino e formação profissional, para garantia de uma iniciação integrada aos modelos dos negócios por si exigidos.

As sugestões para pesquisas futuras se circunscrevem nas seguintes linhas:

- Analisar as condições de acesso ao financiamento junto aos bancos comerciais, micro bancos e Bolsa de Valores de Moçambique;
- Analisar os principais indicadores de avaliação de risco de crédito em relação ao perfil de projetos apresentados pelos indivíduos com ambição de iniciar um negócio;
- Apurar o nível de concessão de crédito às PME's pelos bancos comerciais e micro bancos e a qualidade de amortização e desenvolvimento de seus negócios.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília: SBS Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES, Abril. 1999.
- ASSAF, Neto Alexandre. *Mercado financeiro*. (5ª Ed.). São Paulo: Atlas, 2003.
- BELCHIOR, Oldemiro. *Financiamento PME*. Maputo: Texto Editores, 2015.
- DEITOS, Clara Maria Baldin. *Proposição de uma linha de crédito estudantil no Banco do Brasil para o atendimento as carências do sistema vigente no Brasil*. Porto Alegre: LUME Repositório Académico, (2007); em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13957/000649646.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- DE OLIVEIRA Lima Filho Dario, SPROESSER, Renato Luiz; MARTINS, Éber Luís Capistrano. *Empreendedorismo e jovens empreendedores*. Santa Catarina: Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 24, 2009.
- DORNELAS, José. *Empreendedorismo na Prática: Mitos e Verdades do Empreendedor de Sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- DRUCKER, Peter. *The discipline of innovation*. *Harvard business review*. 76(6), 1998;
- ESCHER, Magno Jaco. *Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos comerciais*. Três Passos, Rio Grande do Sul: UNIJUI.
- FERRÃO, Sara. *Empreendedorismo e empresas startup: uma nova visão estratégica como motor de empregabilidade jovem*. Lisboa: Boletim de sociologia militar, n. 4, 2013. em http://labcom-ifp.ubi.pt/publicacoes/20140721846-bsm_4_2013.pdf#page=9
- FILION, Louis Jacques. *O planeamento do seu sistema de aprendizagem empresarial: identifique uma visão e avalie o seu sistema de relações*. Revista de Administração de Empresas, v. 31 (3). Setembro. 1991.
- LONGHINI, Tatielle Menolli. *Condições de financiamento reembolsável à inovação do setor de tecnologia de informação de Minas Gerais*. 2016. (f. 33-51) Dissertação (Mestre) – UFMG, Minas Gerais, Brasil, 2016.
- MACHAVA, Agostinho Raimundo. *Crédito Bancário em Moçambique: Será que o Sector Público “expulsa” o Sector Privado?*. Maputo: IX Jornadas Científicas do Banco de Moçambique, 2017.
- MALEIANE, Adriano. *Banca e Finanças: O Essencial Sobre o Sistema Financeiro*. Maputo: Madeira e Madeira. 2014.

Inácio E.Minzo, Verônica S. Mpanda, Implementação de projectos de investimentos e as colaterais MONTICELLI, Rodrigo. *Taxas de juros, crédito e inadimplência*. Porto Alegre: LUME, UFRGS, 2003.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes e DE ALENCAR, Maria Aparecida Carvalho. Pesquisa científica: conceitos básicos. Jaboaão dos Guararapes: ID on line. *Revista de psicologia*, v. 10, n. 29. 2016.

PINHO, Carlos, RICARDO, Valente, MARA, Madaleno e ELISABETE, Vieira. *Risco Financeiro-Medida e Gestão*. Lisboa: Edições Sílabo, p. 19, Dezembro. 2011.

RIES, Eric e SAŁBUT, Bartosz. *El método lean startup*. Barcelona: Editorial Deusto, 2012;

RIVERIN, Nathaly, FILLION, Louis Jacques e VERSTINSKY, Daniel Musyka et Ilan.

Global Entrepreneurship Monitor: le rapport canadien. 2003. *Cahier de recherche* nº 2004-12, p. 20-24, Dezembro. 2004.

ROSARIO, Nelson Maria; DANIEL, Mutemba France; MUCHANGA, Aurélio Ernesto.

Microcrédito e Empreendedorismo: Uma análise da Situação dos Beneficiários do Microcrédito da Cidade De Xai-Xai, Gaza, Moçambique: Uma Análise da Situação dos Beneficiários do Microcrédito da Cidade de Xai-Xai, Gaza, Moçambique. Sociedade e Território, v. 32, n. 2, p. 12-17, Fevereiro, 2020.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, sociedade e democracia*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

WALSHAM, Geoffrey. *Interpreting information systems in organizations*. Chichester: Wiley, v. 19, 1993;

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. *Análise de crédito: Concessão e gerência de empréstimos*. (4ª ed.). São Paulo, Brasil: Editora Atlas, 1998.

ZARPELLON, Sérgio Cristóvão. *O empreendedorismo e a teoria econômica institucional*.

Revista Iberoamericana de Ciências Empresariales Y Economía, v. 1, n. 1, 2010.

Legislação

EDPME. Aprovada pela 22ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros em 21 de Agosto de 2007. Maputo, p. 21-32, 2007.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): MINZO, Inácio Ernesto; MPANDA, Verônica Sibinde. Implementação de projectos de investimentos e as colaterais estabelecidas pela banca no financiamento aos start-ups. Caso Banco Nacional de Investimento, 2015-2020. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.,386-402 jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Minzo, Inácio Ernesto; Mpanda, Verônica Sibinde.. (jan./jun.2023). Implementação de projectos de investimentos e as colaterais estabelecidas pela banca no financiamento aos start-ups. Caso Banco Nacional de Investimento, 2015-2020. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1):386-402.

O papel do Município de Lichinga na gestão de resíduos sólidos urbanos: (Caso dos Bairros de Sanjala e Namacula entre 2013 á 2021)

António Rodrigues Junior *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-5606-1740>

Joaquim Miranda Maloa **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>

Resumo: A presente artigo tem como objetivo principal de compreender o papel do município no processo de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, cidade de Lichinga, entre o período de 2013 á 2017. Por outro lado, o estudo procurou identificar as principais formas de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros, analisar as perceções dos funcionários do município e dos moradores sobre a qualidade dos serviços da recolha dos resíduos sólidos nos bairros em estudo. Utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa e para a colecta de dados, utilizou-se a entrevista – semi-estruturada e observação para recolher informações, onde foram entrevistados 40 individuos de ambos os sexos. Os resultados indicam que o município da cidade de Lichinga não esta a cumprir o seu papel preconizado pela Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro que da competências aos municípios para a gesta do saneamento básico e ao mesmo tempo são determinadas as formas e meios para a sua materialização, olhando, para as suas capacidades humanas, materiais, financeiras e patrimoniais, sem se esquecer de respeitar as atribuições e competências entre os órgãos autárquicos a as atribuições e competências de outras pessoas coletivas do direito público. As principais formas de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, nao são compatíveis com os princípios de um ambiente saudável de recolha e armazenamento dos residuos sólidos. Os funcionários do município declararam que os meios usados pelo município no processo da recolha dos resíduos sólidos são insuficientes para responder as demanda da produção do lixo, o que contribui para a permanença do lixo por vários dias sem que seja removido e assim perigando a saúde das comunidades e os moradores não estão satisfeitos com a forma como são realizados os serviços da recolha dos resíduos sólidos nos bairros em estudo. Como conclusão, notamos que o processo de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, cidade de Lichinga, ainda é muito fraco, o que permite o lixo produzidos sejam depositados de forma inadequada, sem cuidado algum, sendo essa uma pratica comum de quase a maior parte dos moradores dos bairros estudados.

Palavras-Chave: Papel; Gestão; Resíduos Sólidos; Ambiente e Saúde Publica

Nafasi ya Manispaa ya Lichinga katika Usimamizi wa Taka Mijini: (Kesi ya Vitongoji vya Sanjala na Namacula kati ya 2013 hadi 2021)

Muhtasari (Suaíli): Lengo kuu la makala haya ni kuelewa jukumu la manispaa katika mchakato wa kukusanya na kutibu taka ngumu katika vitongoji vya Sanjala na Namacula, jiji la Lichinga, kati ya 2013 na 2017. Kwa upande mwingine, utafiti ulitafuta kutambua. njia kuu za kukusanya na kutibu taka ngumu katika vitongoji, kuchambua maoni ya maafisa wa manispaa na wakazi kuhusu ubora wa huduma za ukusanyaji wa taka ngumu katika vitongoji vinavyofanyiwa utafiti. Mbinu ya ubora na kiasi ilitumiwa na kwa ukusanyaji wa data, mahojiano na uchunguzi wa nusu muundo ulitumika kukusanya taarifa, ambapo watu 40 wa jinsia zote walihojiwa. Matokeo hayo yanaonesha

* Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Lúrio - Campus de Wanango-Sanga. Licenciado em Administração Pública pelo Instituto Superior de Relações Internacionais -ISRI. E-mail: Caiangajunior@yahoo.com.br

** Prof. Auxiliar da Universidade Rovuma – Extensão de Niassa. Pós-Doutor. Doutor (PhD) em Geografia pela Universidade de São Paulo -USP e Doutor (PhD) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos -UFSCar – Brasil. E-mail: joaquimmaloa@gmail.com

kuwa manispaa ya mji wa Lichinga haitekelezi wajibu wake uliowekwa na sheria namba 2 ya kutekelezwa kwake, kwa kuangalia uwezo wake wa kiutu, mali, kifedha na kizalendo bila kusahau kuheshimu sifa na uwezo kati ya vyombo vya manispaa na sifa na uwezo wa watu wengine wa kisheria wa sheria ya umma. Njia kuu za kukusanya na kutibu taka ngumu katika vitongoji vya Sanjala na Namacula haziendani na kanuni za mazingira yenye afya kwa ukusanyaji na uhifadhi wa taka ngumu. Viongozi wa Manispaa hiyo walitamka kuwa njia zinazotumiwa na manispaa hiyo katika zoezi la kuzoa taka ngumu hazitoshelezi kukidhi mataakwa ya uzalishaji wa taka jambo ambalo linachangia uchafu huo kubaki kwa siku kadhaa bila kuondolewa na hivyo kuhatarisha afya za Jamii na wakazi. hawajaridhishwa na jinsi huduma za ukusanyaji taka ngumu zinavyotekelezwa katika vitongoji vinavyofanyiwa utafiti. Kwa kumalizia, tunaona kuwa mchakato wa ukusanyaji na matibabu ya taka ngumu katika vitongoji vya Sanjala na Namacula, jiji la Lichinga, bado ni dhaifu sana, ambayo inaruhusu taka zinazozalishwa kutupwa kwa njia isiyofaa, bila utunzaji wowote, ambayo ni mazoea. kawaida kwa karibu wakazi wengi wa vitongoji vilivyofanyiwa utafiti.

Maneno muhimu: Karatasi; Usimamizi; Taka ngumu. Mazingira na Afya ya Umma.

The Role of the Municipality of Lichinga in Solid Urban Waste Management: (Case of the neighborhoods of Sanjala and Namacula between 2013 to 2021)

Abstract: The main objective of this article is to understand the role of the municipality in the process of obtaining and treating solid waste in the neighborhoods of Sanjala and Namacula, city of Lichinga, between the period 2013 to 2017. On the other hand, the study how to identify as main ways of receiving and treating solid waste in the neighborhoods, analyzing the perceptions of municipal employees and residents about the quality of solid waste guarantee services in the neighborhoods under study. Use a qualitative and quantitative approach and for data collection, use an interview - semi-structured and observation to collect information, where 40 individuals of both sexes were interviewed. The results indicate that the municipality of the city of Lichinga is not fulfilling its role proposed by Law n° 2/97 of February 18, which gives the municipalities competences for the management of basic sanitation and at the same time are determined as ways and means. for its materialization, looking at its human, material, financial and patrimonial competences, without forgetting to attribute the attributions and competences between the municipal bodies to the attributions and competences of other collective persons of public law. The main forms of recovery and treatment of solid waste in the neighborhoods of Sanjala and Namacula are not compatible with the principles of a healthy recovered and stored solid waste environment. Municipal officials declared that the means used by the municipality in the process of emitting solid waste are insufficient to respond to the demand for garbage production, which contributes to the permanence of garbage for several days without being removed and thus endangering the health of communities and residents are not listed with the way in which solid waste disposal services are carried out in the neighborhoods under study. In conclusion, we note that the process of obtaining and treating solid waste in the neighborhoods of Sanjala and Namacula, city of Lichinga, is still very weak, which allows the recovered waste to be disposed of inappropriately, without any care, which is a common practice of almost the majority of the residents of the studied neighborhoods.

Keywords: The paper; Management; Solid Waste; Environment and Public Health

Introdução

A presente artigo tem como objetivo principal de compreender o papel do município no processo de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, cidade de Lichinga, entre o período de 2013 á 2017. Por outro lado, o estudo procurou identificar as principais formas de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros, analisar as percepções dos funcionários do município e dos moradores sobre a qualidade dos serviços da recolha dos resíduos sólidos nos bairros em estudo.

Logo que o homem passou a viver em sociedade, deu-se o início aos problemas relacionados com a acumulação de resíduos sólidos, em condições não apropriadas. No princípio esses dejetos eram acumulados em áreas próximas as suas casas¹. Com o tempo os dejetos por eles jogados ao relento forma ganhando volumes e como consequência imediata desse fenómeno as comunidades eram obrigadas a procurar outros lugares para fazer a sua deposição, normalmente o depósito era feito a céu aberto, em terrenos baldios ou em áreas onde não havia habitações, outros optavam em lançar o lixo nos cursos dos rios, lagos, lagoas, em zonas pantanosas, encostas dos rios, nas grutas, nos oceanos ou mar. Esses fatores deveram-se a incapacidade material e técnica na altura para gerir o lixo acumulado junto as suas comunidades ou áreas de habitação (Russo, 1995).

Contudo essas práticas não eram compatíveis as condições sanitárias da época, daí que, se pensou em criar-se condições para minimizar a situação visando somente o afastamento dos locais onde eram produzidos. Os resíduos sólidos (RS), constituem um dos maiores problemas ambientais actualmente enfrentados pelas cidades em todo o mundo. (Berros, 2003). A geração intensiva deste resíduos esta intimamente relacionado com os nniveis de crescimento acelerado da população nas utimas décadas (Deus; Lucas; Clarke, 2004), ligados ao desenvolvimento industrial e tecnológico que nos referimos anteriormente, bem como aos elvados padrões de consumo impulsionados pelo actual sistema económico. (Buque, 2013)

A gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos (RSU) é uma temática de grande relevância a nível mundial, socioeconômico e ambiental, merecendo uma crescente e particular atenção, quer por parte das populações quer por parte dos governos, de modo

¹ Os problemas causados pelos resíduos sólidos são tão velhos quanto a humanidade, apesar de nos primórdios não haver grandes problemas a resolver porque o homem era nômade, havia muito espaço e o número escasso. Entretanto começaram a sedentarizar-se, formando as tribos, vilas e cidades e é precisamente esta característica já milenar gregária do homem, que traz consigo problemas de ordem ambiental, pois não havendo conhecimentos e, por conseguinte, hábitos de higiene, os rios e lagos são poluídos com esgotos e resíduos (Russo 1995, p.679-684).

António R Junior, Joaquim M. Maloa, O Papel do Município de Lichinga na Gestão de ... a minimizar os seus efeitos no ambiente (Martinho *et al.* 2000, Russo, 2003). O aumento da produção de resíduos levanta apreensões para o desenvolvimento do nosso futuro comum. Pois, se por um lado, se verifica a rápida saturação das infraestruturas de tratamento e deposição de resíduos, por outro lado, constata-se o esgotamento eminente dos nossos recursos naturais (Costa, 2009).

Torna-se, assim, urgente inverter esta tendência e, neste sentido, por exemplo na Europa a Comissão Europeia propôs uma nova estratégia em relação ao assunto com intuito de fomentar a redução e reciclagem de resíduos. Neste pressuposto, preconiza-se o aproveitamento dos resíduos como recursos diminuindo a exploração dos recursos naturais e aumentando o tempo de vida das estruturas de tratamento e deposição de resíduos.

Problema do estudo

O espaço escolhido para o presente estudo foi o Município da Cidade de Lichinga, nos bairros de Sanjala e Namacula, devido ao nível de resíduos sólidos existentes nas lixeiras. Os resíduos sólidos exigem um sistema de controlo desde a geração, acondicionamento na fonte, colecta, transformação, processamento, recuperação e disposição final. A disposição inadequada dos resíduos sólidos causa impactos socio-ambientais, tais como degradação do solo, comprometimento dos corpos da água e mananciais, intensificação de enchentes, contribuição para a poluição do ar e proliferação de vectores sanitárias nos centros urbanos e captação em condições insalubres nas ruas e nas Áreas de disposição final (Deus, et al., 2000).

Na cidade de Lichinga, o sistema de gestão dos resíduos sólidos é bastante deficitário, facto este que tem criado inúmeros problemas no processo de gestão do lixo. Em consequência da má gestão no tratamento do lixo, destaca-se o acúmulo do lixo em lixeiras e aterros (regulares ou não) e seu contacto com as condições climáticas, acaba produzindo um líquido escuro e altamente tóxico que polui a Água do lençol freático, e o metano (CH₄), um gás ainda mais prejudicial a atmosfera que o próprio dióxido de carbono (CO₂), considerado o grande vilão do efeito estufa.

Foto 1: Processo de Destruição de Entulhos nos Vários pontos da cidade



Fonte: Autor (20.06.2019).

Além disso, representa um grande risco para a saúde humana, já que propicia a manifestação de várias doenças como a cólera, cisticercose² e disenteria. A situação ainda piora, pois o lixo acumulado é o ambiente adequado para a proliferação de insectos e roedores, como baratas, mosquitos e ratos, que são vectores comuns de doenças como febre-amarela, dengue e leptospirose. Se depositado no leito dos rios, o lixo pode provocar assoreamentos e conseqüentemente, enchentes e contaminação da água, afectando o meio ambiente e a saúde das populações ribeirinhas. Se o destino do lixo for a queima a céu aberto, novamente o impacto é negativo tanto para as pessoas como para a natureza: a queima lança no ar dezenas de produtos tóxicos, que variam da fuligem, que afecta os pulmões, as dioxinas, resultantes da queima de plásticos, que são cancerígenas.

Uma das estratégias de soluções da problemática dos resíduos sólidos é a reciclagem. Esta é uma solução comum e viável para resolver o problema do lixo. A maioria dos materiais despejados em lixeiras pode ser reaproveitada. A técnica além de diminuir a quantidade de lixo nas cidades, também tem vantagens sociais e económicas, como geração de emprego e criação de indústrias de materiais recicláveis. Mas o lixo também pode ser reaproveitado para se converter em energia. E a energia, hoje tão cara e sob a ameaça de escassear num futuro bem próximo, poderia ter uma fonte de abastecimento inesgotável e ecologicamente correcta.

² É uma infecção intestinal por tênia adulta proveniente da ingestão de carne de porco contaminada, normalmente se desenvolvem depois da ingestão de ovos excretados nas fezes humanas. Acesso no dia 12.03.2020-Manuais para MSD – versão para os profissionais de saúde.

O Conselho Municipal da Cidade de Lichinga administra a coleta, transporte e depósito de resíduos sólidos gerados no seu território. Dados estimados com base em comparação de cidades com as mesmas características que a de Lichinga, indicam que em 2017 o município apresenta uma produção anual estimada de cerca de 36 mil toneladas de RSU. Trata-se de uma estimativa que tem por base uma produção diária de 0,52 kg/hab/dia, um valor considerado ajustado para a realidade do Município³. Nessa ordem de ideia, somos levados a questionar a acção e o Papel do Município de Lichinga no processo da gestão, monitoria, recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, em particular nos bairros de Sanjala e Namacula, procurando olhar para as atribuições e competência, visto que, nota-se um desfasamento entre as mesmas nesse processo, ou seja, qual é o nível de preparo, informação, capacidade (humana, financeira e material) e responsabilidade do município na recolha e tratamento dos resíduos sólidos, olhando para o atual nível de crescimento urbano que se verifica nos vários bairros da cidade.

Assim sendo, a nossa pergunta é: *Até que ponto o Município cumpre com o papel atribuído pela Lei n°2/97 de 18 de Fevereiro, sobre o processo de recolha dos resíduos sólidos urbanos nos Bairros da Cidade de Lichinga e em particular nos Bairros de Sanjala e Namacula? Avancamos como hipótese: O Município de Lichinga não cumpre com o seu papel atribuído pela Lei n°2/97 de 18 de Fevereiro, sobre o processo de recolha dos resíduos sólidos urbanos nos Bairros da Cidade de Lichinga e em particular nos Bairros de Sanjala e Namacula, uma vez que falta de planos e programas influenciam nas funções da recolha, tratamento de resíduos sólidos e a insuficiência de meio materiais e humanos exercem influência nas funções de recolha, tratamento de resíduos sólidos.*

Metodologia

Utilizou-se a abordagem qualitativa e quantitativa e para a colecta de dados, utilizou-se a entrevista – semi-estruturada e observação para recolher informações, onde foram entrevistados 40 indivíduos de ambos os sexos. Deste modo foram submetidos ao presente estudo um total de 40 (quarenta) intervenientes dos quais entrevistamos 4 (quatro) funcionários do CMCL concretamente os funcionários da área de Saúde e Meio Ambiente Urbano , 2 (dois) Secretarios dos Bairros de Sanjala e Namacula, também, entrevistamos 4 (quatro) comerciantes no Bairro de Sanjala e 4 (quatro) comerciantes do

³ Campanha de Quantificação e Caracterização de RSU da Cidade de Lichinga Relatório Final | Janeiro de 2018

António R Junior, Joaquim M. Maloa, O Papel do Município de Lichinga na Gestão de ... Bairro de Namacula, os questionários foram dirigidos para 13 (treze) moradores dos Bairros de Namacula e para outros 13 (treze) moradores do Bairros Sanjala.

Os resultados deste trabalho têm como base os dados colhidos junto dos moradores, comerciantes dos Bairros de Sanjala e Namacula e funcionários do Conselho Municipal da Cidade de Lichinga, concretamente os da área de Saúde e Meio Ambiente Urbano por meio de questionários, guião de entrevista e através da observação directa. Como aponta Lakatos & Marconi (2002), afirmam que na análise o pesquisador entra em detalhes dos dados colectados a fim de conseguir respostas às suas indagações e procurar estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas.

Resultados

✓ Os meios usados na recolha e tratamento de resíduos sólidos no município de Lichinga

Existia até a data da apresentação dos resultados do estudo em 2019, no município 4 (quatro) tractores, 3 (três) camiões simples e 1 (um) camião basculante, o que mostra claramente a insuficiência de meios para responder com o tamanho do volume de lixo existente nos vários bairros da Cidade e o número dos habitantes vem subindo a cada dia, aumentando assim o volume de deposição dos resíduos sólidos.

Foto 2: Meios de Transportes usados para o Transporte de Resíduos Sólidos no Município de Lichinga



Fonte: Autor (20.06.2019).

Por outro lado, no município o pessoal e os meios são muito reduzidos, se não vejamos, existe no município 5 motoristas que devem redobrar esforços para manter os bairros limpos, existem na área de saneamento (limpeza), 7 funcionários o que de certo modo contribui para a ineficiência no processo de remoção dos resíduos sólidos nos bairros, mais existe vontade por parte do município em recrutar mais quadros para o sector como forma de dar resposta a essa situação, infelizmente tudo depende do orçamento que não tem sido suficiente para cobrir todos os programas do município.

✓ **As percepções dos funcionários do município e dos moradores sobre a qualidade dos serviços da recolha dos resíduos sólidos nos bairros de Namacula e Sanjala**

A recolha dos resíduos sólidos nos bairros representa um dos desafios mais complexos com que enfrenta o município da Cidade de Lichinga, devido a vários fatores de ordem económica, técnica, material e humana. Importa ainda referir que para tornar o nosso estudo mais concreto é necessário, olhar para aquilo que as populações dos bairros em questão acham sobre a questão da recolha dos resíduos sólidos nos seus bairros e quais as implicações que podem advir da não recolha de resíduos para a saúde deles, ou para a satisfação das necessidades da coletividade em geral.

Quando o lixo permanece por muito tempo nos locais escolhidos para a sua deposição é legítimo que o munícipe encaminhe o problema para as entidades competentes, desse jeito, mostra que ele tem conhecimento dos seus direitos como um legítimo contribuinte das tarifas cobradas para o efeito e assim exerce a sua cidadania.

Deste modo essa apreciação da população será feita em análise e avaliação das contribuições dadas pelos vários intervenientes da pesquisa, onde traremos a avaliação da população em relação ao processo de recolha de resíduos sólidos nos bairros feita pela entidade municipal.

Quadro – 1 - Níveis de Satisfação em Relação ao Processo de Remoção dos Resíduos Sólidos Urbanos nos Bairros

Níveis de Satisfação	Numero. de Entrevistados	Percentagens
Muito Satisfeitos	6	15 %

Satisfeitos	8	20 %
Insatisfeitos	14	35 %
Muito Insatisfeitos	12	30 %
Total Geral	40	100%

Fonte: O Autor (2020).

Com esta variável de análise, pretendia-se saber dos inquiridos, o nível de satisfação/insatisfação em relação ao processo da recolha dos resíduos sólidos nos seus bairros. Diante da informação presente em relação ao processo de recolha do lixo nos bairros tivemos os seguintes dados: dos 40 (quarenta) inquiridos, 6 (15%) dos nossos entrevistados mostram-se muito satisfeito com o processo da recolha de lixo nos seus bairros, 8 (20%) mostram-se também satisfeito com todo o processo, contudo existem certos entrevistados num número de 14 (35%) que estão completamente insatisfeitos com todo o processo e 12 (30%) dos entrevistados estão muito insatisfeito com todo o processo, o que de certo modo mostra que esse processo não está sendo efetuado de forma mais eficiente e eficaz a medida das necessidades dos cidadãos residentes nos bairros.

Aliado a essa questão e por forma de ter mais sustentabilidade em relação ao assunto, fomos entender junto de um funcionário que responde pela área dos transportes dos resíduos sólidos, que nos facultou as seguintes informações: *“O problema na verdade é do conhecimento da nossa edilidade, contudo vários fatores influenciam para a não materialização do processo, aliado a esse fator está a questão da exiguidade dos recursos financeiros para a aquisição de meios materiais e aumento de recursos humanos para responder com a demanda da recolha do lixo nos bairros da Cidade”*.

Segundo dados obtidos no terreno, o município não possui um investimento exclusivo para o sector de limpeza urbana, inclui a retirada diária do lixo, o transporte, destino final, variação, limpeza das vias, capinagem são muito reduzidos ou quase inexistentes o que dificulta de certa maneira a articulação do todo processo de recolha e tratamento dos resíduos sólidos nos vários bairros da Cidade de Lichinga. Relativamente a deposição final do lixo, o município de Lichinga recorre ao uso de lixeira a céu aberto para o efeito, mesmo que essas práticas sejam actualmente desaconselhadas por vários perigos que representam para a saúde pública e para o meio ambiente.

Reagindo ao assunto o nosso entrevistado⁴, afirmou que a edilidade reconhece o problema, salientou que esse é um dos grandes desafios que o sector enfrenta. Disse, ainda que: *“o problema é antigo, por isso que representam um dos grandes desafios para os próximos anos na área em questão. Diz ele a título de exemplo que a problemática do lixo nos bairros está relacionado com vários factores, tais factores impossibilitam que medidas sejam tomadas como forma de minimizar a situação, segundo o nosso entrevistado devido a esses factores em alguns casos o lixo chega a ficar vários dias depositados nas lixeiras perigando assim a saúde dos munícipes e ao meio ambiente”*.

Perguntamos ao nosso entrevistado se no município existia um Plano de Gestão de Resíduos Sólidos? Segundo o nosso entrevistado (A): “existe sim um plano de gestão dos resíduos sólidos, contudo, o mesmo ainda não esta sendo executado devido á vários factores de ordem (material, humanos, financeiros, equipamentos e infraestruturas), estão por detrás da não aplicação do plano, por outro lado, ele aponta alguns hábitos locais que estão por detraz da ineficiência do processo de recolha dos resíduos sólidos nos bairros, como é o caso das ocupações desordenadas que vem surgindo nos últimos tempos nos vários bairros da cidade”.

Perguntamos aos nossos entrevistados quais eram os problemas mais frequentes nesse processo da recolha dos resíduos sólidos nos bairros? Sobre o assunto, os nossos entrevistados apontaram como factores que contribuem para a ineficiência em todo o processo estar relacionado principal a questão da inexistência de um horário para o depósito dos resíduos sólidos nos vários locais existentes nos bairros, o que de certo modo iria minimizar a questão do aumento do volume de lixo nos bairros, por outro lado, apontaram eles, que por falta de condições para o armazenamento (contentores) dos resíduos sólidos os moradores procuram outras alternativas no sentido de reduzir a quantidade dos resíduos sólidos nos bairros, como é o caso da queima do lixo em suas residências ou nas lixeiras a ceu aberto, contudo, esta técnica não é muito aconselhavel, visto que, *“estas técnica resulta em alguns casos na produção de maiores quantidades e cinzas que provocam a saturação do alumínio no solo, bem como reduz o teor do magnésio na camada superficial do solo”* (Jacques, 2003).

Nesse contexto, há a necessidade da acção efectiva das comunidades locais na gestão dos RSU, no sentido de minimizar a geração de resíduos através da diminuição do consumo; reutilização de materiais, prolongando, assim, a vida útil dos aterros

⁴ Entrevistado (A) – Director da Vereação de Saúde e Meio Ambiente Urbano – Entrevistado no dia 05.06.2020 – 10h:30m.

António R Junior, Joaquim M. Maloa, O Papel do Município de Lichinga na Gestão de ... sanitários; segregação na fonte dos resíduos com alto potencial de contaminação, como lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, daqueles de origem orgânica, e ainda do lixo seco e, principalmente, fiscalizando as ações governamentais de gestão dos RSU, sobretudo no que diz respeito à continuidade de tais políticas para o seu pleno sucesso.

É importante enfatizar que o objetivo supracitado é resultado de um longo processo de educação ambiental, o qual requer investimentos em programas de carácter sócio - ambientais. A falta de ações eficientes do poder público e o despreparo dos municípios para actuar no sector, associados à escassez de recursos financeiros para sua implantação, inviabiliza tais ações.

Assim, no nosso entender, um programa de educação ambiental pode começar com medidas simples, que inciam com pequenos hábitos diários, como é o caso de uso de canecas e pratos de ferro ao invés de copos e pratos plasticos descartáveis, a diponibilização de recipientes em vários locais para a deposição do lixo, promoção de campanhas sobre consumo consciente e programas audiovisuais, como apresentação de filmes e documentários, entrevistas com as comunidades, nas escolas, nos bairros, na televisão, nos jornais para promover reflexões sobre temas de resíduos sólidos. São iniciativas que podem vincular os conteúdos educativos respeitando sempre as peculiaridades da cultura local e o objectivo permanente deve ser a inclusão de temas do residuos sólidos no cotidiano das comunidades.

Perguntados sobre oque acha que deveria melhorar em todo o processo de recolha dos resíduos sólidos nos bairros da cidade? Para muitos o processo deve melhorar em vários aspetos, visto que na regra a questão da remoção do lixo nos bairros deveria obedecer um certa regularidade, isto é, o lixo deve ser removido todos os dias da semana em todos os bairros (o ideal), ou mesmo criar forma de rotatividade nos bairros para minimizar os custos de combustíveis e manutenção dos veículos.

Aliado a essa questão, muitos dos nossos entrevistados mostraram a sua total insatisfação em relação ao processo de remoção do lixo nos bairros, por um lado o munícipes queixam do facto da taxa de lixo ser cortada na fonte e os serviços serem de ma qualidade, mesmo com a cobrança da taxa de lixo que é feita nas recargas da corrente elétrica (CREDELEC), existem muitos outros problemas aliados a essa questão, como a falta de água nos bairros, qualidade da energia muito fraca, inexistência de sistemas de drenagem nas vias públicas e outros.

Vamos aqui analisar os mecanismos usados pelo município como meio de informação aos cidadãos da importância de conservação e tratamento de resíduos sólidos

António R Junior, Joaquim M. Maloa, O Papel do Município de Lichinga na Gestão de ...
nos bairros. Procuramos saber junto do vereador sobre os meios usados para informação aos cidadãos sobre a necessidade de criar hábitos saudáveis no processo de conserva e deposição de lixo nos vários locais existente para o efeito eram suficiente e eficientes? Sobre a questão respondeu do seguinte modo nosso entrevistado (A):

“Existem sim meios de informação usados no município para campanhas de sensibilização, como forma de assegurar a conservação e deposição dos resíduos sólidos nos vários bairro da cidade, através dos régulos e a comunicação social (Rádio, principalmente), contudo lamentamos, o facto de as populações, não acatarem as mensagem e continuarem a depositar o lixo em locais impróprios e em horas impróprias, dificultando o nosso trabalho de remoção e cria um mau especto para a postura municipal, por outro lado, diz ele que os cidadãos estão sempre a reclamar sobre a remoção do lixo mais nada fazem nos seus bairros, nunca ninguém apareceu no município vindo dos respetivos bairros a mostrar um projecto social sobre a questão da remoção do lixo, o que mostra claramente a falta de união dos residente nos bairros em questão”.

Cunha e Caixeta Filho (2002), defende que, geração e deposição da quantidade de resíduos produzidos por uma população é bastante variável e depende de uma série de fatores, como renda, natureza das atividades económicas, época do ano, hábitos de consumo, movimento da população nos períodos de férias e fins-de-semana e métodos de deposição de mercadorias, com a tendência mais recente de utilização de embalagens descartáveis.

✓ **Os meios matérias, financeiros e humanos existentes no município fazendo uma relação com a demanda dos resíduos sólidos nos Bairros de Sanjala e Namacula**

Um dos grandes desafios enfrentados pelo Município de Lichinga está relacionado com a falta de técnicos formados e qualificados. Quando se pretende uma organização eficiente é importante que existam não só recursos financeiros à disposição, mas também recursos humanos com uma formação adequada capazes de responder cabalmente aos desafios impostos, como é o caso específico dos municípios. Este défice de formação não diz respeito apenas à formação académica, mas também de fórum institucional, manifestado pelo fraco domínio da legislação autárquica. Realce ainda maior para a falta de técnicos qualificados e formados em matéria de coleta de receitas.

No processo de recolha e tratamento de resíduos sólidos domésticos o sector da saúde e meio ambiente, durante o período em análise, funcionou com um total de 112 Funcionários e Agentes do Estado que trabalham em diversos Sectores desta Vereação, destes, 53 são do sexo feminino e 59 são do sexo masculino. Destes um total de de 72 (setenta e dois), estão afecto aos serviços de gestão dos resíduos sólidos e limpeza das vias e mercados. Para a recolha dos resíduos sólidos nos vários pontos da cidade, as equipas normalmente são constituídas por 1 (um) motorista e dois cantoneiros quando se trata de recolher o lixo nos contectores, nos casos em que a recolha é efectuada com apio de camião basculante e pá-restrocavadora a equipa é composta por 2 (dois) motirias e 4 (cantoneiros), que apoiam o processo, quando são usados os tractores o trabalho é realizado por 1 (um) tractorista e 2 (dois) cantoneiros respectivamente.

O tempo e a eficiência na recolha dos RS é determinada pela adequação das equipas envolvidas no processo, pela quantidade dos RS depositados fora dos contectores (a céu aberto), mais também é determinado sobre tudo pelo desempenho de cada membro das equipas. O desempenho individual é determinado de factores intrinsecos de cada um dos membro da equipa, muitas das vezes esses factores são influenciados pela idade, motivação para o trabalho, condições físicas e de saúde dos membros das equipas.

Quando os membros das equipas de recolha não tem um bom desempenho no processo de recolha dos RS, traduz-se sempre em menores rendimentos e assim contribuindo para o fracasso de todo o sistema e os bairros ficam repletos de sugidade o que é um atestado para o meio ambiente e para a saúde pública das comunidades residentes. Devido a fraca capacidade financeira, o município de Lichinga não consegue competir com outras instituições no processo de recrutamento de técnicos competentes em termos de número e e qualidade necessárias para o desempenho de algumas funções essenciais para o bom funcionamento do sector de saneamento.

Uma gestão autárquica sustentável depende em grande medida da formação e especialização dos recursos humanos, que por ser um tipo de gestão específica, necessita de carreiras profissionais específicas por parte dos seus funcionários. Para elucidar esta constatação, nosso entrevistado (A)⁵ refere que, o Conselho Municipal de Lichinga, *“carece de técnicos qualificados nas diferentes áreas de atuação municipal, desde técnicos de construção civil, urbanização e ordenamento territorial, juristas,*

⁵ Nosso entrevistado (A) – Director da Vereação de Saúde e Meio Ambiente Urbano – Entrevistado no dia 05.06.2020 – 11h:00m.

António R Junior, Joaquim M. Maloa, O Papel do Município de Lichinga na Gestão de ... *contabilistas, etc...facto que de certa maneira condiciona o nosso desempenho...*”. Por seu turno, nossa entrevistada (C) relata que: *“O nosso quadro de pessoal é muito pobre em termos qualitativos, (...) sentimos a necessidade de reforçar este quadro com técnicos qualificados principalmente em matéria de urbanização, bem como nas diversas áreas. O grande entrave é sem dúvida a falta de recursos financeiros para que possamos reter esses quadros, pois os que contratamos acabam rescindindo os contratos quando encontram melhores oportunidades de emprego...”*.

Quadro 2: Pessoal do Sector de Limpeza na Vereação de Saúde e Meio Ambiente Urbano

Sector da Limpeza urbana	Nº de Funcionarios	Nessecidades de Cada Sector	Em Licença	Doentes	Reformados
Mercado Central	7	3	0	0	0
Mercado de Chiaula	5	3	1	1	0
Mercado de Namacula	5	3	1	0	0
Mercado de Sanjala	4	0	0	1	0
Mercado Chianga	3	2	1	0	0
Mercado 23 de Setembro	2	2	0	0	0
Mercado Josina Machel	3	0	1	0	0
Feni	3	0	1	0	
Total	33	12	5	3	2

Fonte: Autor com base nos dados de Relatório de atividades de 2017.

Os dados acima apresentados acima mostram claramente que o sector necessita de fazer recrutamento de mais funcionários como forma de responder com a demanda da produção dos resíduos sólidos nos bairros e em particular nos vários mercados da cidade.

António R Junior, Joaquim M. Maloa, O Papel do Município de Lichinga na Gestão de ...

Segundo o nosso entrevistado⁶, o sector recente-se com a falta de recursos humanos para materializar o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, tendo como perspectivas para que o mesmo fosse materializado com êxito o sector necessita dos seguintes quadros:

- ✓ Especialistas em sistemas de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos 4 (quatro);
- ✓ Especialistas em Planificação 2 (dois);
- ✓ Técnicos de Fiscalização 4 (quatro);
- ✓ Especialistas e Administração e Gestão de Recursos Humanos 4 (quatro);
- ✓ Mecânicos para a manutenção dos veículos e máquinas 4 (quatro);
- ✓ Contabilistas e Finaceiros 2 (dois);e
- ✓ Motoristas de maquinas pesadas 4 (quatro).

Para reforçarem o sector, contudo, e segundo o nosso entrevistado sempre que se elabora o plano de recrutamento de quadros para o sector a resposta tem sido a mesma, “não existem recursos para o efeito, a situação do país não esta nada boa e as fontes de financiamento são muito escassas” as actividades do sector tem estado a crescer a cada dia, cada vez mais tem sido difícil responder de forma eficiente o processo de Recolha dos RS nos vários bairros da cidade e em particular nos bairros de Sanjala e Namacula que vem registando um crescimento populacional vertiginoso e como consequência os níveis de produção do lixo vem crescendo cada vez mais, devido a insuficiência de quadro o problema vai precistindo.

Segundo Buque (2013) embora a legislação moçambicana responsabilize os municípios pela gestão dos resíduos sólidos, desde a sua coleta até a sua diposição final, que deve ser ambientalmente segura, estes tem exercido os seus serviços de forma inadequada, embora uma parcela da culpa recai sobre os munícipes que, também por questões culturais , lançam os resíduos sólidos no ambiente de forma inadequada. O principal problema está na falta de consciência dos munícipes que insistem deitar o lixo nas vias, reachos, terrenos baldios, e outros lugares não próprios para o efeito, esquecendo assim a função primordial do cesto de lixo.

✓ **Sugestões para melhorar a qualidade dos serviços de recolha e tratamento dos resíduos sólidos prestados aos munícipes da cidade de Lichinga.**

⁶ Moquino, Benigno de Araujo – Director da Vereação de Saúde e Meio Ambiente Urbano – Entrevistado no dia 05.06.2020 – 11h:00m.

A nossa pesquisa sugeriu que, é necessário que o município busque outras formas de comunicação capazes de mobilizar cada comunidade, para uma participação efetiva no dia-a-dia da limpeza nos seus bairros, esse processo pode ser feito nos bairros entre os moradores ou pode-se criar associações para o efeito. Mais, o ideal seria que existisse campanhas de impacto que procura despertar os munícipes sobre o grave problema que o lixo pode causar na nossa saúde e no meio ambiente. Existem muitos meios que o município pode usar, que podem ser, jornais locais, uso de cartazes nos locais de deposição do lixo, campanhas nas escolas, seminários, jornadas de limpeza, teatro e dança, etc. Esse esforço só poderá surtir efeitos desejados se os cidadãos estarem consciencializados e procurando mobiliza-los permanentemente.

Conclusão

As conclusões indicam que o município da cidade de Lichinga não esta a cumprir o seu papel preconizado pela Lei nº 2/97 de 18 de Fevereiro que da competência ao município para a gesta do saneamento básico e ao mesmo tempo são determinadas as formas e meios para a sua materialização, olhando, para as suas capacidades humanas, materiais, financeiras e patrimoniais, sem se esquecer de respeitar as atribuições e competências entre os órgãos autárquicos a as atribuições e competências de outras pessoas coletivas do direito público. As principais formas de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, nao são compativeis com os princípios de um ambiente saudável de recolha e armazenamento dos residuos sólidos.

Os funcionários do município declararam que os meios usados pelo município no processo da recolha dos resíduos sólidos são insuficientes para responder as demanda da produção do lixo, o que contribui para a permanença do lixo por vários dias sem que seja removido e assim perigando a saúde das comunidades e os moradores não estão satisfeitos com a forma como são realizados os serviços da recolha dos resíduos sólidos nos bairros em estudo. Verifica-se que o processo de recolha e tratamento de resíduos sólidos nos bairros de Sanjala e Namacula, cidade de Lichinga, ainda é muito fraco, o que permite o lixo produzidos sejam depositados de forma inadequada, sem cuidado algum, sendo essa uma pratica comum de quase a maior parte dos moradores dos bairros estudados.

Referências

- Almeida, ARV (2017). **Problemática Gestão do Resíduos Sólidos em Angola: Estudo de Caso: Província de Huila Município de Lubango**.107f. 2017. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, Área de especialização em Ambiente e Recursos Naturais – Universidade Nova de Lisboa.2017.
- Ambirumo (2010). **Opções de gestão de resíduos sólido urbanos: entidade reguladora dos serviços de água residuais**. Lisboa:Sociedade Gráfica, Lda.
- Berros, R. B. S. (2003.), Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos Campina Grande/Pb. **Anais do VII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. São Paulo, Editora Atlas.
- Costa, M. G. D. (2002). **Caracterização e destino final dos resíduos sólidos domiciliares em condomínios verticais**. 35f. 2002. Monografia (Especialização em Análise Ambiental) UEPB. Campina Grande, 2002.
- Deus, a.b.s.; Lucas;s.j.; Clarke; R.T. (2000). Indices de Impactos dos Resíduos Sólidos Urbanos na Saúde Pública (IIRSP): **Metodologia e Aplicação. Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio Grande do Sul. V.9, nº4. P. 329 -334, 2004.
- Lakatos, E.M e Marconi, M. A. (2011). **Técnicas de Pesquisa** (7ª Ed) São Paulo, Editora Atlas S.A.
- Moçambique. **Lei n.º 2/1997 de 18 de Fevereiro**. Estabelece o quadro jurídico-legal para a implantação das Autarquias Locais. Maputo, 1997.
- Martinho, M.G. M.; Gonçalves, M. G.P. (2000). **Gestão de Resíduos**. Universidade Aberta de Lisboa. Lisboa: Impresa Universitaria da Universidade Aberta.
- Russo M.A.T., Vieira J.M.P (1995). Landscaping Recovery of Old Mines by Adequate Landfill Architecture. In **Proceedings Sardinia 95, Fifth International Landfill Symposium** (Edited by Christensen T.H., Cossu R. and Stegmann), Vol. 3. CISA Publisher, Cagliari.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): JUNIOR, António Rodrigues; MALOA, Joaquim Miranda. O Papel do Município de Lichinga na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: (Caso dos Bairros de Sanjala e Namacula entre 2013 á 2021). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.403-420, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Junior, António Rodrigues; Maloa, Joaquim Miranda.. (jan./jun.2023). O papel do Município de Lichinga na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos: (Caso dos Bairros de Sanjala e Namacula entre 2013 á 2021). *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 403-420.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

“O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro

Paulo Petronilio Correia *

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0002-2734-3359>

Resumo: Este artigo propõe-se pensar a filósofa, feminista negra e militante Lélia Gonzalez que ficou conhecida como a “criadora de caso” do movimento negro e do feminismo negro no Brasil. Ao tensionar a filosofia hegemônica e colocar em xeque o discurso hétero cis patriarcal que se erguia sob o signo do colonialismo, Lélia propõe uma batalha discursiva ao subverter a língua. Ao fazer isso ela ousa trazer um feminismo afro ladino ou melhor, um feminismo afro-latino-americano, descoloniza a linguagem e o pensamento, fazendo nascer, mesmo inconsciente, um novo giro decolonial. No mesmo instante que denuncia o racismo e o sexismo na cultura brasileira, a feminista negra afronta a norma eurocentrada e legitimada até então, pavimenta o lugar social e político de fala para o povo preto, instaura, de certo modo, uma nova categoria político-cultural de amefricanidade que nos possibilita um novo modo de filosofar em “pretoguês”. Tal originalidade discursiva faz de Lélia Gonzalez uma pensadora emergente e a legítima como pensadora decolonial. No entanto, estabereceri movimentos de pensamento com outras feministas negras, bem como trarei as minhas experiências filosóficas como homem negro, gay e candomblecista, pois além de carregarmos opressões que atravessam nossos corpos e me reconhecer no Feminismo Negro, ela inspira-nos a assumir a responsabilidade do ato de fala para não sermos infantilizados e desumanizados pelo colonizador. Nesse caso, nas palavras de Lélia Gonzalez, aqui mais um “lixo vai falar, e numa boa”, pois essa consciência como negro é que o faz de mim sujeito da minha própria história.

Palavras-chave: Lélia Gonzalez. Feminismo Negro. Pretoguês. Criadora de caso. Descolonização.

“The garbage will speak, and in a good”: Lélia Gonzalez, the case creator of black feminism

Abstract: This article proposes to think about the philosopher, black feminist and militant Lélia Gonzalez who became known as the “case creator” of the black movement and black feminism in Brazil. By tensioning the hegemonic philosophy and putting into question the straight cis patriarchal discourse that rose under the sign of colonialism, Lélia proposes a discursive battle by subverting language. In doing so, she dares to bring an Afro Ladino feminism, or rather, an Afro-Latin American feminism, she decolonizes language and thought, giving birth, even unconsciously, to a new decolonial turn. At the same moment that she denounces racism and sexism in Brazilian culture, the black feminist confronts the Eurocentric and legitimized norm until then, paving the social and political place of speech for the black people, establishing, in a way, a new political-political category. culture of Amefricanity that allows us a new way of philosophizing in “black language”. Such discursive originality makes Lélia Gonzalez an emerging thinker and legitimate as a decolonial thinker. However, I will establish movements of thought with other black feminists, as well as bring my philosophical experiences as a black, gay and candomblecist man, because in addition to carrying oppressions that cross our bodies and recognize me in Black Feminism, it inspires us to assume the responsibility of the speech act so that we are not infantilized and

* Professor associado de Filosofia da Universidade de Brasília. Pós Doutor em Teoria Literária pela PUC/Goiás. Pós Doutor em Performances Culturais pela UFG. Doutor em Educação pela UFRGS. Mestre em Literatura brasileira pela UFSC. Mestre em Educação pela UFSC. Graduado em Letras pela PUC/GO. Graduado em Filosofia pela UFSC. Professor Associado I da Universidade de Brasília-Campus Planaltina. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Literatura/ PosLit. Atua na Linha de Pesquisa: Representação na Literatura Contemporânea. Pesquisa Literatura, subalternidade e diferenças E-mail: ppetronilio@uol.com.br

Paulo P. Correia, "O lixo vai falar, e numa boa": Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

dehumanized by the colonizer. In this case, in the words of Lélia Gonzalez, here is another "garbage will talk, and it's fine", because this awareness as a black person is what makes me the subject of my own history.

Keywords: Lélia Gonzalez; Black Feminism; Pretoguês; Case maker; Decolonization

"Ihe mkpofu ga-ekwu okwu, ọ dịkwa mma": Lélia Gonzalez, onye mere oji feminism

Abstract (Opsomming): Isiokwu a na-atụ aro iche echiche banyere onye ọkà ihe ọmụma, nwa nwanyị ojii na onye na-akwado Lélia Gonzalez bụ onye a maara dị ka "onye na-eme ihe" nke òtù ojii na nwanyị ojii na Brazil. Site n'imegide nkà ihe ọmụma hegemonic na itinye ajujụ n'okwu ziri ezi nke ndị nna ochie nke bilitere n'okpuru akara nke ọchịchị colonial, Lélia tụtụ aro maka agha mkparịta ụka site n'igbanwe asụsụ. N'ime nke a, ọ na-anwa iweta nwanyị Afro Ladino, ma ọ bụ kama nke ahụ, nwanyị Afro-Latin America, ọ na-ewepụ asụsụ na echiche, na-amụ nwa, ọbuna n'amaghị ama, na ntugharị ọhụrụ nke decolonial. N'otu oge ahụ ọ na-akatọ ikpa ókè agbụrụ na mmekọahụ na omenala Brazil, nwa nwanyị ojii na-eche ihu na Eurocentric na ụkpụrụ iwu kwadoro ruo mgbe ahụ, na-eme ebe ọha na eze na ndorọ ndorọ ọchịchị maka ndị ojii, na-eguzobe, n'ụzọ, ndorọ ndorọ ọchịchị ọhụrụ na ndorọ ndorọ ọchịchị. Atiya. Omenala America nke na-enye anyị ohere ụzọ nkà ihe ọmụma ọhụrụ na "asụsụ ojii". Ụdị mkparịta ụka dị otú ahụ na-eme Lélia Gonzalez ka ọ bụrụ onye na-eche echiche ma na-akwado ya dị ka onye na-eche echiche nke ọchịchị. Otú ọ dị, m ga-eguzobe mmegharị nke echiche na ndị ọzọ nwa feminists, nakwa dị ka m na nkà ihe ọmụma ahụmahụ dị ka nwa nwoke, nwoke nwere mmasị nwoke na candomblecist nwoke, n'ihì na na mgbakwunye na-ebu mmegbu na-agafe ahụ anyị na-aghọta onwe m na Black Feminism, ọ na-akpali anyị. wegbara ibu ọrụ nke omume okwu ka onye na-achị isi weghara anyị nwa ọhụrụ ma mebie anyị. N'okwu a, n'okwu Lélia Gonzalez, ebe a bụ "ihe mkpofu ga-ekwu okwu, ọ dịkwa mma", n'ihì na mmata a dị ka onye isi ojii bụ ihe na-eme ka m bụrụ isiokwu nke akụkọ ihe mere eme nke m.

Isiokwu: Lélia Gonzalez. Ojii Feminism. Blackgish. Onye na-eme ikpe. Decolonization.

Introdução

A presente pesquisa surge da necessidade e da urgência de tentar pensar a filósofa negra e militante Lélia Gonzalez como a "criadora de caso" no movimento negro e no feminismo e ao mesmo tempo impor meu lugar social e político de fala, pois esse meu ato de fala é o que me humaniza como homem negro e gay a partir de uma escrita encarnada e visceral. Nesse sentido, é impossível pensar aqui sem me colocar de corpo e língua, uma vez que, como Lélia, sou negro, filósofo, de candomblé e carregamos opressões que nos atravessam.

É bem verdade que Lélia Gonzalez foi quem pavimentou e abriu os caminhos para que o Feminismo Negro se consolidasse e tomasse a dimensão que tomou na contemporaneidade decolonial. Ao denunciar o racismo e o sexismo na cultura brasileira, Lélia cria epistemologias fundamentais para se discutir e pensar o Feminismo Negro como "amefricaladina" e a categoria epistêmica "Pretoguês". Ela cria caso ao criar conceitos e dá potentes contornos a eles. Mais que isso, permite-nos pensar um novo giro

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... decolonial a partir da experiência de mulheres negras, do movimento negro e introduz no Brasil o Feminismo Negro.

Como filósofo, vivi numa época em que somente se podia filosofar em alemão. Mas após o giro decolonial proposto por Lélia Gonzalez, o pensamento social brasileiro não foi mais o mesmo, uma vez que sacudiu as bases do pensamento ocidental, eurocentrado e nos fez repensar uma nova forma de filosofar, de ver o mundo e a nós mesmos. Ao se lançar numa batalha discursiva, ela descoloniza a linguagem, fez severas críticas ao colonialismo que sempre nos impediu de falar por nós mesmos e passou a anunciar e enunciar a importância de situar nosso lugar geopolítico de fala. Antes mesmo de surgir conceitos e noções como lugar de fala, giro decolonial decolonialidade e interseccionalidade, Lélia já exercitava e apontava a importância de um pensamento interseccional, decolonial e assinalava a necessidade de falarmos e sermos sujeitas e sujeitos do conhecimento e da nossa história:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação, caberia uma indagação da psicanálise. E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é **o ato de falar** com todas as implicações. Exatamente por que temos sido falado, infantilizados (infans, é aquele que **não tem fala própria**, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque que falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, **o lixo vai falar**, e numa boa. (GONZALEZ, 2018, p. 193-grifos meus).

Desse modo, a Feminista negra Lélia Gonzalez elucida a importância dos sujeitos subalternizados pela cultura erguerem a sua voz e se humanizarem, uma vez que quando o negro fala ele é infantilizado, ou seja, não tendo voz própria, ele é falado pelo Outro. Em outras palavras, ela chama atenção, assim como a historiadora quilombola e intelectual Beatriz Nascimento (2018) para que possamos contar a nossa história já que a história do homem preto foi contada pela branquidade. Lélia Gonzalez, por sua vez, sem propor ou ousar ser pós ou decolonial, ela é decolonial, nos termos propostos por María Lugones (2019), tal como ela aponta-nos a necessidade de pensar um novo giro decolonial ao decolonizar os gêneros, ensina-nos: “Decolonizar os gêneros é necessariamente uma práxis”. (LUGONES. 2019, p. 363). Ou seja, decolonizar é uma práxis que exige uma luta diária, pois permite-nos inventar uma nova maneira de viver diante do opressor. Nesse sentido, poderia dizer, Lélia inaugura um feminismo decolonial, pois ao trazer sua militância, sua vivência e sua práxis para o interior do movimento feminista, traz e anuncia a intersecção entre gênero, classe e raça como construto central do sistema capitalista de

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... poder. Mais que isso, ela transforma-se numa teórica de resistência, como possibilidade de acontecer.

Pretende-se aqui dar a ela o lugar correto na tradição e na cultura ocidental como aquela voz que foi silenciada e apagada de toda cultura brasileira. Trata-se de reparação epistêmica para podermos reconhecer o pensamento revolucionário de Lélia Gonzalez, bem como situá-lo na epistemologia do feminismo negro. Esses anos de silenciamentos são resultados do que o sociólogo Boaventura Sousa Santos (1995) chamou de epistemicídio, ou seja, apagamento, invisibilidade e morte da produção do povo preto. O que o colonialismo fez foi tornar invisível, bestializar, desumanizar e nulificar não somente a existência do povo preto, mas o apagamento de sua epistemologia, de sua história. Uma das marcas centrais do pensamento decolonial de Lélia estava na linguagem. Aquela linguagem que, nos moldes da colonialidade/modernidade seria uma linguagem popular, ela dá uma reviravolta linguística, tensiona as gramáticas da modernidade europeia e nos faz pensar novas geopolíticas do pensamento. Uma das maiores críticas da decolonialidade é acerca da colonialidade/ modernidade/poder que abarca todo um projeto em curso que segrega, discrimina e bestializa a produção subalterna. Mais do que isso, faz críticas severas à racionalidade científica, ao cogito cartesiano e ao pensamento eurocentrado como um único norte e possibilidade de acesso ao conhecimento.

No entanto, o objetivo central aqui é mostrar a importância da feminista Lélia Gonzalez que foi conhecida como a “criadora de caso” do movimento feminista, ao tensionar essas gramáticas da modernidade europeia e propor uma nova forma de pensar ao denunciar o racismo e o sexismo na cultura brasileira na década de 70. Para tal movimento, é necessário pensar e problematizar o Feminismo Negro como uma nova linguagem, uma nova ética da diferença e ao mesmo tempo mostrar como esse modo de pensar fez um novo giro epistemológico em minha vida, mudando, com isso, a minha visão acerca do mundo, do Outro e de mim mesmo. Nesse caso, diz Lélia:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falamos, põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocado em textos anteriores (GONZALEZ, 2018, p. 191).

Ao mostrar o lugar subalterno em que as mulheres negras ocupam na sociedade, Lélia evidencia o fenômeno duplo do racismo e do sexismo, pois segundo ela,

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

o racismo é fruto da “neurose cultural brasileira” e produz efeitos violentos e brutais diante do corpo da mulher negra. Nesse sentido, como sabemos, nós gays, sobretudo gays negros, mulheres negras, trans, travestis e bixas pretas fomos e somos profundamente afetados e influenciados pelo Feminismo Negro. Reconhecer essa visão de mundo é fundamental para que nós possamos erguer a nossa voz e nos posicionarmos enquanto sujeitos e enquanto diferença. No meu caso, como gay negro e candomblecista, carrego as marcas da opressão, do silenciamento e da subalternidade. No entanto, trago a ideia de descolonização como marco na minha ruptura como filósofo que tenta a cada dia enegrecer a filosofia, descolonizar o eu, a linguagem e o pensamento. O pensamento negro aqui deve ser encarado como lugar de (re)existência, como agenciamento político, como dispositivo e máquina de guerra contra toda forma de opressão, racismo, discriminação e segregação.

Terei como aporte teórico o Feminismo Negro da pensadora Lélia Gonzalez em diálogo com outras mulheres negras que ajudaram e ajudam a pensar o racismo, o sexismo e a desumanização do povo preto de forma interseccional tais como Lélia Gonzalez (2018) Beatriz Nascimento (2018) Sueli Carneiro (2019), María Lugones (2019) Audre Lorde (2019), Ângela Davis (2018), bell hooks (2019) Patrícia Hill Collins (2019) Glória Anzaldúa (1980) Grada Kilomba (2019).

Para facilitar a leitura, a presente pesquisa está dividida em subtópicos inter-relacionados. O primeiro intitula-se “Lélia Gonzalez: a criadora de caso”, onde apresento a feminista negra filósofa e militante, a criadora de caso no movimento feminista. O segundo momento, “Descolonizando a Filosofia” trago a Lélia filósofa, seus conflitos, o seu processo de embranquecimento e trarei a minha experiência subalterna como negro, gay, candomblecista e o meu processo de descolonização ao ler Lélia. Em “O lixo vai falar, e numa boa” ou descolonizando o eu” trago uma aproximação entre Lélia Gonzalez e a feminista negra Grada Kilomba, pois ambas mostram a importância de nos colocarmos como sujeitos do conhecimento. “O Feminismo Negro como Filosofia da Diferença”, impõe se aqui uma Lélia epistemóloga da diferença em diálogo com o feminismo negro, sobretudo a feminista lésbica Audre lorde, pois as mulheres redefinem a diferença. Por fim, “Filosofando em Pretuguês”, é a filosofia que sustenta o pensamento de Lélia ao promover uma batalha discursiva, subvertendo a norma culta e propõe, com isso, lugares de anúncio e enunciação do lugar social e político de fala.

1.Lélia Gonzalez: a criadora de caso

Lélia Gonzalez nasceu em Minas Gerais em 1935, sendo a penúltima filha de uma família pobre com 18 filhos. O pai era ferroviário e a sua mãe era empregada doméstica. Logo depois a família mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1942. Ao ter a oportunidade de estudar, fez História e Geografia, em 1958 e em Filosofia em 1962 na atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Foi professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro (UERJ). Além de militante do movimento negro, fundou coletivos de mulheres negras, atuou em institutos de pesquisas das culturas negras, filiou-se ao Partido do Trabalhador (PT), além de denunciar o racismo e o sexismo na cultura brasileira. A primeira pesquisadora a fazer um estudo sobre Lélia Gonzalez foi Raquel Barreto, onde estabeleceu um consistente movimento entre Lélia e Ângela Davis:

Tomar Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil significa ampliar a compreensão sobre a importância de sua obra, que recentemente tem sido mais debatida pelo viés de sua contribuição teórica original para o desenvolvimento do feminismo negro brasileiro. Tal abordagem, ainda que muito importante, pode ocasionar uma leitura parcial de sua obra, visto que se concentra apenas em seus textos cuja temática são as questões de gênero e raça. (BARRETO, 2018, p. 15).

No entanto, a pesquisadora Raquel Barreto aponta a urgência e a necessidade de reconhecermos em Lélia uma potente intérprete do pensamento brasileiro pela sua originalidade teórica, política e epistemológica. Sem dúvidas, Lélia Gonzalez foi a maior representante do movimento negro no Brasil. Foi quem, com o movimento negro e a luta de mulheres pavimentou o campo do que hoje chamamos de decolonialidade ou luta antirracista/sexista. Trata-se de um modo de pensar que coloca em xeque a colonialidade do poder. Tal projeto em curso é responsável por todo um processo de desumanização como bem salientou a feminista negra estadunidense Patrícia Hill Collins:

Uma vez que homens brancos da elite controlam as estruturas de validação do conhecimento ocidental, seus interesses permeiam temas, paradigmas e epistemologias do trabalho acadêmico tradicional. Conseqüentemente, as experiências de mulheres negras norte-americanas, bem como as experiências de mulheres afrodescendentes na esfera transnacional, têm sido distorcidas ou excluídas daquilo que é definido como conhecimento. (COLLINS, 2020, p. 139).

Dito de outra maneira, Patrícia Hill Collins mostra-nos que ao vivermos ainda uma sociedade patriarcal comandada pelo homem hétero cis, branco e de classe média, ou seja, noções clássicas como verdade, universalidade e essencialismos são marcas

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... desse poder colonial que valida seu conhecimento e legitima o conhecimento ocidental deixando de lado tudo que é produzido no sul global. Nesse caso, a experiência de mulheres afrodescendentes, quilombolas, ribeirinhas e povos originários são excluídos da *ratio* ocidental e tidos como inferiores e selvagens. Ou seja, a desumanização. A feminista negra Luiza Bairros afirma acerca do lado criadora de caso de Lélia Gonzalez, esclarece-nos:

Autodefinindo-se como feminista, Lélia participou de várias organizações de mulheres sem nunca se furtar à crítica ao feminismo, enquanto teoria e prática. Ainda que reconhecendo a existência de feministas comprometidas com questão racial-a quem chama de irmã-Lélia via o feminismo como um movimento de mulheres brancas, onde ela era a criadora de caso. (BAIRROS, 2018, p.443-grifos meus).

Segundo Luiza Bairros, ao se autodefinir como feminista, Lélia teve uma vida muito movimentada e nunca deixou de denunciar a sociedade em que vivia, não deixava de apontar críticas ao feminismo de mulheres brancas, o hegemônico. Tais críticas foram essenciais para que as feministas brancas pudessem reconhecer as humanidades das mulheres negras e levar suas pautas para o movimento, pois as feministas negras não se sentiam representadas pelo movimentos de mulheres que ainda discutiam a categoria mulher a partir de uma visão essencialista e universal.

De fato Lélia era a criadora de caso porque questionava diretamente o poder ao criticar o Colonialismo e o patriarcado. O feminismo hegemônico, de supremacia branca não deu a devida humanidade e atenção à mulher negra. Então ela era a criadora de caso por trazer e denunciar questões a partir de dentro do movimento negro, de seu corpo e de sua experiência individual/coletiva como mulher negra. Lélia, de certo modo, já denunciava o racismo e o sexismo na cultura brasileira:

Então, companheiros, num momento como este, é importante que nós todos refletimos, nós do movimento negro, da população negra, por que somos os grandes explorados e oprimidos desta Nação. Vejamos esta sociedade como um todo, por que temos nossos irmãos brancos também explorados, claro que não tanto nós. (GONZALEZ, 2018, p.228).

Dito de outra maneira, essa “criadora de caso” no movimento negro tem nome e sobrenome: Lélia de Almeida Gonzalez. Ela fazia questão de dizer que preto tem que ter nome e sobrenome, se não vem um homem branco e arranja um apelido para ele. Lélia convida-nos a refletir sobre a condição de explorados e oprimidos na sociedade brasileira. Não é por acaso que ela mesma diz claramente quando tenta nos explicar acerca de seu personagem conceitual que é a categoria político-cultural da Amefricanidade:

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Do contrário, ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o t pelo d para, aí sim, ter o seu nome assumido com, todas as letras: América Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência. (GONZALEZ, 2018, p.321).

Em outras palavras, seu lado filósofa decolonial começa quando ela cria e subverte a linguagem, potencializa o lugar de fala do povo preto, solta sua voz a partir do lixo cujo lugar foi colocada a humanidade do negro. Ao trabalhar na caixa de ferramenta da Psicanálise, Lélia usa a seu favor, para pensar os problemas de seu povo e ao mesmo tempo mostrar quão amefricanos somos. Ela foi de fato e continuará sendo uma criadora de caso, pois teve o ato mais atrevido que uma mulher negra pode ter. Glória Anzaldúa (1980), ao falar abertamente da escrita, diz que escrever é um ato atrevido e uma mulher que escreve tem poder e ao ter poder, ela é temida. Lélia foi temida por ter tido, desde muito jovem, a consciência de que veio para descolonizar o pensar e propor um novo modo de vida. Lélia encontrou o ponto da vida. Encontrar o ponto da vida significa pensar a partir de seu tempo um novo giro na maneira de ver, pensar e sentir o mundo. Significa mais ainda, se autorizar a pensar de tal maneira que seu legado, além de promover abalos e rumores em seu tempo, promoverá, para toda existência, na cultura e no pensamento, novos tremores, deslocamentos e rachaduras por toda a vida. Nesse sentido, quem encontra a potência e a amplitude do ponto da vida, transforma-se para sempre num criador ou criadora de caso. Sejamos todos criadores e criadoras de caso e descolonizadores do pensamento, do Feminismo e da Filosofia.

2.Descolonizando a Filosofia

É impossível falar em descolonização da Filosofia sem trazer a minha experiência como filósofo. A trajetória de Lélia como mulher negra, filósofa e de Candomblé, tem, até certo ponto, uma relação de vizinhança com a minha experiência iniciática nos terreiros, pois vivenciei todo um processo de embranquecimento ao longo de minha formação acadêmica euro branca e vale a pena mostrar como tenho lutado a todo instante com esse processo de descolonização epistemológica. Por viver uma sociedade que não legitima e nem humaniza o homem negro, enfrentei muitas crises quando eu frequentava os terreiros de candomblé e, ao mesmo tempo que fazia Filosofia. Assim Lélia Gonzalez se desenha:

Na faculdade eu era uma pessoa cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do sistema. Eu Fiz Filosofia e História. E, a partir daí, começaram as contradições. Você enquanto mulher e enquanto negra sofre evidentemente um processo de discriminação muito maior. E, claro que, enquanto estudante muito popular na escola, como uma pessoa legal, aquela pretinha legal, muito inteligente, os professores gostavam esses baratos todos... Mas quando chegou a hora de casar, eu fui me casar com um cara branco. (...) a partir daí fui transar o meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba, essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação em Filosofia, transando uma forma cultural ocidental não sofisticada claro que noa podiam, olhar como coisas importantes (GONZALEZ, 2018, p. 82-3).

Ao se formar em História e Filosofia, duas áreas tão sofisticadas, Lélia foi mostrando como se deu seu processo de branqueamento e logo após o escurecimento, até ela ter essa consciência preta de voltar às suas origens e transar com os seus, ou melhor, voltar a aproximar e ter uma relação mais íntima com o povo preto e toda a sua cultura. Houve, sem dúvidas, uma luta para se descolonizar o eu e o pensamento euro centrado a que foi forjada. Mas primeiro ela teve toda uma crise até não aceitar mais a peruca como signo artificial que fazia com que ela não assumisse verdadeiramente sua beleza negra e a sua estética afro. Então, ela viveu várias contradições. Por um lado tentando se embranquecer, resultado de toda uma formação colonial e, por outro lado, a busca de afirmação como mulher negra.

Como filósofo, aprendi que tenho me empenhado muito em descolonizar o pensamento. Mas, sabemos, a descolonização é uma luta diária, uma luta de si, consigo e contra si mesmo, pois estamos impregnados da colonialidade em nossos corpos. Nesse sentido, propor a descolonização do pensamento, significa colocar em xeque esse saber filosófico que se legitimou como modelo e única forma de saber. Significa, hoje em dia, propor uma nova visão de mundo em que o belo não seja sinônimo de bem, de verdadeiro, de justo e de branco. A tradição colonial e a visão eurocêntrica do mundo oriundo do ocidente, da visão grega de unidade, de belo e sumo bem que era marcada pela supremacia ontológica de uma visão una e que o ser sobressaía em relação ao não ser. O belo era tudo que abarcava a totalidade, a unidade, o ser, o que de fato era. De fato, a visão colonizadora do bem, do belo e do justo fechava em si e por si um conceito de belo que não abarcava a diversidade de mundos e a boniteza que esse tem, ou seja, quando o Ocidente nos apresenta o belo de forma universal, ele não consegue abarcar

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

todas diversidades do que é belo exprimido pelas diferentes culturas. E Lélia já denunciava toda essa opressão colonial em nossa sociedade:

Desemprego, fome e miséria, têm a ver conosco, população negra. Por isso mesmo, todos nós, brancos e negros interessados na questão da justiça, interessados no efetivo desenvolvimento, interessados no estabelecimento de uma efetiva democracia neste país, temos que nos irmanar e lutar contra essas forças da opressão que são imperialistas, colonialistas. E quando falo que elas são colonialistas, quero dizer, que são racistas. (GONZALEZ, 2018, p. 228).

Essa mesma denúncia foi feita pela pensadora que propôs um feminismo decolonial, pois como compreendia a feminista decolonial María Lugones, “Acredito que a hierarquia dicotômica entre seres humanos e não humanos é a dicotomia central da modernidade colonial (LUGONES, p.358). Como sabemos, foi esse pensamento que foi travado por toda uma tradição perpassando o cartesianismo, a racionalidade científica, a dialética, a hermenêutica, o marxismo que ofereceu, por sua vez, um terreno para pensarmos as contradições sociais, mas que não deu conta das questões que fragilizam e colocam os sujeitos subalternos em situação de vulnerabilidade. A impressão que se tem é que só existia uma voz falando, legitimada e autorizada a falar. Talvez seja por isso que sempre tive dificuldade em falar de mim, da minha subjetividade e também falar do outro uma vez que a filosofia nunca nos colocou nesse lugar e nunca nos estimulou a nos colocar como problema no mundo. O pensamento colonial tem essa marca violenta de tirar a nossa subjetividade e nos empatar de falar de nós, nos seduzindo, com isso, com o fascínio da transcendência, do essencialismo e do universal.

Demorei muito tempo para perceber isso. Quando comecei a olhar para mim mesmo foi quando comecei a estranhar a Filosofia como saber originário da Grécia, perpassando a Alemanha e a França, ou seja, quando comecei a aprender a sair dela por ela mesma e propondo, com isso, outra narrativa para falar do mundo e de mim mesmo. Ao combater essa visão universal e essencialista de mulher pautada no feminismo hegemônico, o feminismo negro coloca questões da mulher negra a fim de mostrar as múltiplas e diferentes experiências que as mulheres negras vivem nas sociedades. Com isso, subvertem noções de identidade e diferença que até então são pautadas numa lógica da colonialidade. O feminismo hegemônico já trazia a ideia essencialista e universal de mulher quando a feminista Simone de Beauvoir já nos dizia que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, que de certo modo, influenciou toda uma geração e toda uma onda feminista. O Feminismo Negro com suas políticas e reivindicações dos seus lugares de fala ao não se sentir contemplado na agenda do feminismo hegemônico, traz suas

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...
trincheiras e junto com elas a sua voz e empoderamento, em busca de sua plena humanidade.

Desse modo, trazer o Feminismo Negro como estratégia política e revolucionária é a forma mais instigante de atacar esse lugar que se cristalizou como verdade única e inabalável. Ou seja, a encruzilhada por interseccionar as diferenças, é o próprio signo da diferença. E o feminismo negro é o fio condutor que nos leva a pensar acerca de nossas humanidades. Cabe ressaltar essa reflexão da feminista Patrícia Hill Collins:

Devemos ter em mente que o pensamento feminista negro compreende as lutas das mulheres negras como parte de uma luta mais ampla pela dignidade humana e pela justiça social. Quando aliado ao princípio epistemológico feminista negro de que o diálogo permanente fundamental para avaliar as manifestações de conhecimento, a perspectiva dos domínios de poder apresentada aqui deve servir para estimular diálogos sobre o empoderamento (COLLINS, 2019, p. 437).

Desse modo, o Feminismo Negro, de forma radical e subversiva luta contra as várias opressões sociais seja de classe, raça, gênero, sexualidades, interseccionando e problematizando as posições que os sujeitos geograficamente e historicamente localizados ocupam. Daí a noção de lugar de fala como uma política coletiva que coloca em xeque essa voz única que sempre teve autorização discursiva para falar e existir que é a do homem, hetero-cispatrilhar, branco, cristão, europeu, ou seja, o pensamento ocidental. No entanto, essas vozes ditas subalternas tentam criar canais e possibilidades de escuta e reconhecimento de suas plenas humanidades. O que todos têm em comum, poderia dizer, é a busca pela visibilidade, pelo direito de humanidade e liberdade.

Contudo, hoje em dia, com toda a luta antirracista, nós negros, ao assumirmos nosso lugar de fala, aprendemos a correr todos os riscos e nos responsabilizamos pela nossa próprias narrativas, pois de fato os tempos mudaram e estamos buscando outras vozes, outros lugares, outras linguagens e nos lançando em outras encruzilhadas como um modo de desestabilizar a soberania e o poder do colonizador. No entanto, é desnecessário hoje que o outro fale por nós. Nesses termos, ser colocado como O “outro” é uma forma mais cruel de nos desumanizarmos e apagar a nossa existência, além de desrespeito à nossa voz, pois foi esse outro que sempre nos calou, nos silenciou, nos oprimiu.

Então as vozes subalternas importam e elas surgem provocando desconforto e fissuras no pensamento normativo, tendo visibilidade, se humanizando e com isso, se empoderando a cada dia e tendo plena consciência de sua voz no mundo. Dito de outro modo, propor uma nova estética da existência significa pensar uma nova estética: a da

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

(Re) existência. Para que isso aconteça é preciso um convite a sairmos da grande noite tal como falava Achille Mbembe apoiado em Frantz Fanon:

Sair da grande noite anterior à vida exigia uma atitude consciente de “provincialização da Europa”. Era preciso, dizia Fanon, dar as costas a essa Europa que “não para de falar do ser humano ao mesmo tempo em que o massacra sempre que o encontra, em todos os cantos de suas próprias ruas, em todos os cantos do mundo. (MBEMBE, 2019,p.19).

Dito de outra maneira, a descolonização do pensamento exige um gigantesco esforço em sair dessa visão padronizada e branco-centrada para afirmarmos uma ética da diferença. Deixamos de fazer uma crítica a razão pura para propormos uma Crítica à razão negra. Para isso é preciso fazer uma severa crítica a essa razão racionalizante que retira a subjetividade, o afeto e a capacidade de humanidade de nós mesmos. O que a ética e a estética ocidentalizada sempre nos ensinaram foi a ver o mundo de forma universal e essencialista. Por isso o Feminismo Negro traz as éticas e as estéticas de delicadezas epistemológicas tais como interseccionalidade, lugar de fala, subalternidade, diferença, interseccionalidade, empoderamento e com isso, torna-se mais complexa a semântica e a linguagem do próprio Feminismo Negro. Em outras palavras, uma das éticas do Feminismo Negro tem como imperativo a discursividade, a enunciação e a afirmação lugar de fala dos sujeitos, onde a partir de suas vozes e de sua enunciação discursiva, corporal e performática os sujeitos subalternos podem aparecer como sujeitos plenos de suas humanidades. A ética passa a ser individual e coletiva, pois o pessoal é político e é nessa política da personalidade coletiva que os sujeitos erguem as suas vozes e se afirmam enquanto tais no mundo.

3. “O lixo vai falar, e numa boa” ou descolonizando o eu

Ora, como podemos descolonizar o eu? Que tipo de esforço epistemológico temos feito para a política da descolonização? Perguntas como essas são fundamentais quando tentamos combater o racismo, o sexismo e a opressão. Foram essas perguntas fundamentais feitas pela feminista negra, artista interdisciplinar Grada Kilomba ao registrar os traumas dos racismos cotidianos em *Memórias da Plantação*:

Este é o momento em que tanto a colonização quanto a descolonização tornam-se entrelaçadas e imperativas. Mas como se dá o processo de desfazer? Como alguém se descoloniza? Como deve ser a descolonização do eu? E quais perguntas devem ser feitas para encontrar possíveis respostas? (KILOMBA, 2019, p.226).

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

A pensadora Grada Kilomba posiciona-nos diante de embates teóricos, políticos e epistemológicos necessários em tempos tão sombrios que enfrentamos a cada dia com nós mesmos que é o processo de descolonização do eu. Como sabemos trata-se de um processo doloroso em que “desfazer” e deslocar nossas verdades se torna um grande desafio. Mais do que isso, trata-se, por fim, de abandonarmos essa visão cartesiana que separou sujeito de objeto, o corpo da alma e nos impossibilitou a falar a partir de nossas subjetividades.

Dito isso, uma das formas mais potentes de descolonizar o eu é deixar de falar pelo outro ou sob seus ombros e assumir a potência da sua própria voz. Erguer a voz é se assumir enquanto sujeito. Quando a minha vida, a minha experiência de fato importou e pude falar a partir de mim mesmo, comecei a perceber que aproximava cada vez mais de mim mesmo, da minha vida. Para isso contar a nossa experiência, o que nos atravessa é fundamental para que possamos nos afirmar no mundo. Foi esse lugar que a pioneira feminista negra, ativista e filósofa Lélia Gonzalez sempre nos convidou a estar:

Quando falo de minha experiência, me refiro a um processo difícil de aprendizado na busca da minha identidade como mulher negra, dentro de uma sociedade que me oprime precisamente por causa disso. Mas uma questão de ordem ético política é imposta imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular, de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; Refiro-me aos ameríndios e aos africanos (Gonzalez) subordinados a uma latinidade que legitima sua inferiorização (GONZALEZ, 2018, p. 308).

Ao pensar a partir da sua própria experiência, Lélia mostra o difícil processo de aprendizado em busca de sua identidade como mulher negra. Para ela, numa sociedade que a oprime, por ser mulher e por ser negra, é ali imposta uma questão que é de natureza política e ética. Ora, é importante salientar que uma das questões fundamentais trazidas pelo feminismo negro é a enunciação, o direito à fala. Aprender a erguer a sua própria voz faz parte da composição ética e política do povo negro. É a partir desse ato de fala que ela mostra seu *ethos* e sua visão de mundo. Falar é também um ato político diante do mundo da vida. Foi a feminista negra estadunidense bell hooks (2019) que nos motivou a erguer a nossa voz.

Quando fui iniciado como filho de santo no candomblé e pude falar de mim mesmo, aproximar da minha cor, da minha ancestralidade, poderia dizer, foi o ápice da minha ruptura e da minha reviravolta epistemológica. Foi o primeiro passo para descolonizar o eu, a filosofia e o conhecimento. Me reconhecia finalmente, na ética e na estética do

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...
candomblé. Deixar de estudar a mitologia branca e autorizada Hermes, Dionísio, Narciso e outros mitos da branquidade para estudar a mitologia dos Orixás e deixar ser cavalgado por Oxosse, meu Orixá no candomblé, é de fundamental importância para eu potencializar a encruzilhada como sabedoria decolonial. Abdias do Nascimento, ao denunciar o racismo em seu monumental livro *O Genocídio do negro brasileiro*, propunha um processo de descolonização ao trazer a sua vida para o pensamento e para escrita. Dizia ele:

O ensaio que desenvolverei nas páginas a seguir não se molda nas fórmulas convencionalmente prescritas para trabalhos acadêmicos e/ou contribuições científicas. Nem está o autor deste interessado no exercício de qualquer tipo de ginástica teórica, imparcial e descomprometida. Não posso e não me interessa transcender a mim mesmo, como habitualmente os cientistas sociais declaram supostamente fazer em relação às suas investigações. Quando a mim, considero-me parte da matéria investigada. Somente da minha própria experiência e situação no grupo étnico cultural a que pertenço, interagindo no contexto global da sociedade brasileira, é que posso surpreender a realidade que condiciona o meu ser e o define. (NASCIMENTO, 2017, p. 47).

Logo no começo de sua obra Abdias do Nascimento não somente mostra a importância de descolonizar o eu, como se coloca como sujeito da pesquisa investigada e faz críticas severas ao modo de se fazer ciência sob a fantasia colonial. Para ele, que não está por sua vez interessado em fazer uma “ginástica teórica” e não escrever aos moldes científicos e muito menos está ele interessado em fazer algo descomprometido da realidade, uma vez que ele é a própria realidade pesquisada. Para isso, não interessa nenhuma transcendência. Esse modo de assumir a escrita, de correr o risco e colocar a sua subjetividade atrelada ao fazer e ao pensar epistemológico é a grande máxima de sua escrita e de seu pensamento. Desse modo, não se descoloniza o eu, sem enfrentar a si mesmo, sem se colocar como sujeito e como problema no mundo. É uma luta de si consigo e contra si mesmo. Abdias do Nascimento ergueu a sua voz como ativista e negro quando se colocou de corpo e língua como problema.

A feminista negra Patrícia Hill Collins mostrou-nos pelos olhos de Audre Lorde a importância de erguer a voz. Audre Lorde fala da importância que a expressão da voz individual pode ter para a autodefinição no contexto coletivo das comunidades de mulheres negras já que continua ela, “o ato de usar a voz exige que haja alguém nos ouvindo e, portanto, estabelece uma conexão” (COLLINS, 2019, p. 190). No entanto, erguer a voz é um ato político, de empoderamento e autodefinição. Por isso antes de falar é preciso que a Bixa Preta não largue a mão de ninguém. Não adianta dizer que tais vidas importam se meu corpo e o meu olhar rejeitam aqueles que são cuspidos para mais longe

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... das margens como as transexuais e travestis negras, mulheres negras e não cristãs, além das bixas afeminadas que são mais ainda marginalizadas. Mesmo os gays brancos precisam pedir perdão e agradecer a elxs pelas suas existências. Agradecer às mulheres negras que tiveram de frente abrindo caminhos com a força do feminismo negro e trazendo a nossa pauta à tona.

4.O Feminismo Negro como Filosofia da Diferença

O Feminismo Negro ao propor um giro decolonial, fez eclodir uma nova forma de pensar a diferença, pois sabemos que a diferença tem marcas na colonialidade do poder, ou seja, é uma fantasia da eurocêntrica. Fomos moldados a pensar a diferença pelos olhos da Europa. De diferentes maneiras a Europa fez prevalecer a noção de diferença, mas não pensaram a diferença nestes termos. De certo modo, são narrativas que falam de e a partir de uma branquidade eurocêntrica e que reforçam, de certo modo, o poder e legitima o saber, ou melhor, a colonialidade do saber/poder. Mas em que sentido Lélia pode ser considerada uma filósofa da diferença nesses moldes da decolonialidade? Quais processos de subjetivação podemos perceber em seu pensamento? O que se pode adiantar é que sua Filosofia Pretoguês deve ser encarada como *ethos* e uma potente máquina de guerra contra a opressão, o racismo e a colonialidade do poder, tal como pensou Aníbal Quijano. É esse tipo de amarração teórica e epistêmica que me faz descolonizar a diferença. O feminismo negro foi, sem dúvidas, o grande responsável por essa radical mudança, deslocamento e desterritorialização.

De fato com o Feminismo Negro temos uma nova concepção de diferença. O feminismo hegemônico carrega marcas indeléveis da diferença eurocêntrica. A biblioteca do feminismo de predominância branca é imensa e para a minha não surpresa, é euro centrada e branca. Judith Butler bebeu em Simone de Beauvoir, Hegel Nietzsche, Foucault, Derrida, Deleuze, Levinas, Hannah Arendt, somente para citar alguns uma vez que sua biblioteca americana e francesa é grande. Paul Preciado esteve muito ao lado de Derrida, Foucault e Deleuze, somente para citar alguns. Sem dúvidas a onda marcada pelo feminismo hegemônico foi e continua intensa. A diferença se transformou, de certo modo, numa fantasia colonial marcada por uma tradição de pensadores que, por mais que desconstruísse por um lado a linguagem e propor atos de fala potencialmente subversivos, o feminismo negro com suas lacunas e anseio de humanidade não se sentia contemplado e começou a lutar contra a dupla opressão a que estava confinada: ser mulher negra é completamente diferente de ser mulher branca numa sociedade racista,

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... machista e sexista. A diferença que Butler traz de Levinas e a sua leitura derridiana está ainda ligada a uma alteridade radical, a um retorno a Outro, como a condição humana de Hannah Arendt está para o universal. De qual condição humana estamos falando? Qual alteridade estamos falando? Desse modo, a existência ainda é questionada ontologicamente, essencialmente. Seja como dispositivo, seja como agenciamento, reconhecimento ou alteridade, a diferença é voltada para o mesmo, para a “outridade”, onde reina o “em si”, e o “para si”, numa abertura ou círculo dialético, “hermenêutico”. As versões contadas acerca da diferença pela tradição apagava a própria diferença, essa diferença múltipla, plural e complexa. Essa diferença que tem lugar de fala e que se localiza, temporal e historicamente como *ethos*, como ética da existência e como modo de vida.

O Feminismo Negro trouxe o charme da diferença com sua riqueza e complexidade marcada pela política do empoderamento, pela interseccionalidade, poder de autodefinição, pelo lugar político de fala e pela expressão da vida e da subjetividade. De fato são muitas as versões acerca do Feminismo Negro e suas origens. O que sabemos é que ele surge a partir do movimento de mulheres negras que não se sentiam incluídas na pauta do feminismo hegemônico, o de supremacia branca. Com isso, com a militância começa a se movimentar e lutar contra o sexismo e o racismo. Salienta-nos Hill Collins:

O próprio feminismo negro, em grande parte pela demanda de autodefinição das mulheres negras, tem sido fundamental para a criação desse espaço. No geral, as mulheres afro-americanas se encontram em uma rede de relações transversais, cada qual apresentando combinações variadas de imagens de controle e autodefinições. (COLLINS, 2019, p.186).

Desse modo, a partir da década de 70 mulheres negras e militantes no Brasil como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro, Jurema Werneck e inclui nesse time as norte – americanas Bell Hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Ângela Davis e outras, abriram e pavimentaram essas encruzilhadas para que possamos, na contemporaneidade, fazer vários desdobramentos. O Feminismo Negro, como forma de pensamento, eclodiu como uma epistemologia e, com isso, iniciou uma nova tradição em que os sujeitos e sujeitas subalternas buscam na ancestralidade seus modos de se compreenderem no mundo e suas potências de vida.

Noções como lugar de fala, subalternidade, interseccionalidade, empoderamento e a denúncia de todo tipo de sexismo e racismo estão na pauta dessas mulheres que ajudaram e ajudam a pensar esses vários Brasis. Na década de 90 Sueli

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

Carneiro propõe, de forma radical a enegrecer o feminismo por reconhecer de uma vez por todas que as mulheres negras têm suas demandas que não são colocadas na pauta das mulheres brancas, as que ainda trazem de forma universal o conceito de mulher. E a mulher negra mostrou seu lugar no mundo. E esse lugar já foi proposto por Lélia Gonzalez:

Na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira e assim determina a lógica da dominação já que temos sido falados, infantilizados, *infan*, aquele que não tem voz própria, a criança que fala em terceira pessoa por que falada e infantilizada pelos adultos (...) o lixo vai falar e numa boa... (GONZALEZ, 2018, p.193).

Ora, ao denunciar o racismo e o sexismo na cultura brasileira, a feminista, filósofa e militante Lélia Gonzalez (2018) propõe uma potente subversão e abre caminhos com sua forma de desconstruir e desestabilizar a linguagem, potencializando, com isso, nosso lugar de fala. Ter um lugar de fala é não deixar ser infantilizado, é ter a capacidade de erguer a sua voz como sujeito de sua própria história. Uma questão fundamental que não posso deixar de falar é acerca do caráter da objetificação, abjeção e hipersexualização do corpo negro, corroborando a hierarquia que Gilberto Freire já trazia de que a mulher branca é para casar, a mulata pra fornicar e a preta para trabalhar. Esse lugar se encontra também marcado no corpo da bixa preta, pois ao gay negro não cabe o lugar da “bixinha”, do afeminado, pois a esse corpo exige uma masculinidade e uma virilidade. Esse lugar hipersexualizado, marcado pela exigência fálica faz do homem e da mulher negra sujeitos desumanizados. Ou seja, como bem pensou Lélia, o racismo atravessa-nos independente da classe e da posição social, uma vez que seja na rua ou no shopping, nas relações em geral, sou um corpo negro e gay. Meu título de doutor e professor da Universidade de Brasília não vai junto do meu corpo e eles jamais irão me embranquecer. O imaginário social brasileiro nos condiciona a ver o outro assim. Nesse caso, o corpo negro é, em todas as suas esferas, desumanizado.

Segundo a feminista negra Chimamanda Adichie (2015), feminista é uma pessoa que acredita na igualdade social, política, econômica entre os sexos e mais ainda, ela complementa, o melhor exemplo de feminista que conheço é o irmão Kene, que também é um jovem legal, bonito e muito másculo, a meu ver feminista é o homem ou a mulher que diz, “Sim, existe um problema de gênero ainda hoje e temos que resolvê-lo, temos que melhorar”. Todos nós mulheres e homens temos que melhorar. E ser feminista significa lutar contra a opressão de gênero, de raça, de classe e outras. Significa também

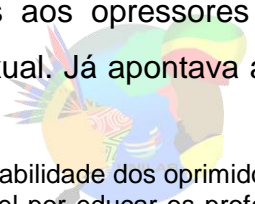
Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...
redefinir a diferença e trazer para a pauta questões que perpassam gênero e raça, uma vez que meu corpo gay é um corpo negro e independente da minha classe social, o racismo e a lógica perversa do colonialismo me atravessa e não posso me dar o luxo de lutar apenas por uma opressão, ou como salientou Audre Lorde, não existe hierarquia de opressão.

O racismo que Lélia Gonzalez já denunciava como a crença numa raça superior a outras é uma criação do homem branco, assim como o sexismo é a crença na superioridade de um sexo em relação a outro, de certa forma permanece na sociedade contemporânea. Pensar a raça é quando o homem negro olha para si mesmo e se reconhece quando sujeito de si mesmo e se orienta a partir de si, pois a história única que sempre prevaleceu de um homem branco e heterocispatriarcal não pode servir para todxs nós bixa pretas, gays, negros, trans, mulheres e travestis. O terreno da unidade, da universalidade e do essencialismo não pode ter força para exprimir a nossa diferença. Largar a mão desse homem que reflete no espelho o “si” e dialeticamente reconhece apenas a si mesmo como legítimo, como único inabalável, inexaurível, indestrutível, é fundamental para a descolonização do pensamento. O que o colonialismo fez foi inventar o oriente e ao inventar ele fez emergir o que é o belo, o que o bom, o que é o verdadeiro, o seja, o bom, o belo, o verdadeiro, o sumo bem, o justo é o homem branco. Então perguntava Franz Fanon em seu clássico *Pele negra, máscaras brancas*, o que quer o homem negro? Ele quer ser humano e o critério para ser humano é ser branco.

Nesse caso o negro anseia ser branco por que a estrutura cognitiva já está dada como ideal de existência, atribuindo ao branco a sua humanidade e ao negro a sua animalidade, sua abjeção e objeção. É objeto e abjeto. Nessa lógica perversa ele será sempre o outro, o não ser, fundamento do ser e a mulher negra, então, o outro do outro. Por isso a impossibilidade do subalterno falar, pois a mulher negra sofre duplamente a opressão. No entanto, ela não pode falar, pois a sua voz não será ouvida. Num país marcado pelo racismo e pelo sexismo dificilmente uma mulher preta terá sua voz ouvida. Nesse caso por mais complexo que seja, ser feminista é simples: lutar a favor do humano, melhor ainda, incluir na semântica do Feminismo Negro aquele humano que sempre foi negado ao negro. Aspirar políticas feministas significa aspirar a justiça e o amor. Ser feminista é amor pois amor se conjuga com respeito, com afeto, acolhida ao outro e à diferença. Se feminismo e amor se entrelaçam é por que o ódio e a raiva não podem mais tomar conta de nossos corações.

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

Transformar esse silêncio em linguagem e em ação é a mola propulsora do Feminismo Negro. Foi esse silêncio que Beatriz Nascimento (2018) já rompia ao trazer a potência e dar novas vestes ao Quilombo. Foi ela quem nos reorientou a pensar a partir de nós mesmos, de nossas práticas. Patricia Hill Collins (2019) por sua vez, traz a potência do feminismo e a importância da autodefinição, esse lugar coletivo. Foi esse lugar que encorajou mulheres como Sueli Carneiro (2019) a falar do lugar de escrava dirigindo se direto ao eu hegemônico. Daí a pergunta: em que sentido essas mulheres nos inspiram e nos movimentam? Em que sentido devemos nos aliar a elas para lutarmos contra a dominação masculina e contra esse opressor que existe dentro de cada um de nós? É a partir daí que seremos capazes de nos transgredir e nos reorientar a partir de outra forma de ver o humano. Ao encarar o Feminismo Negro como potência da transgressão foi o que levou Bell Hooks a ler Paulo Freire e nos fez encontrar na liberdade a nossa morada, pois como dizia Ângela Davis (2018) “a liberdade é uma luta constante”. Essa liberdade só iremos alcançar quando de fato a diferença que foi ressignificada pelo Feminismo Negro de fato ser experimentada de forma humana e quando nós oprimidos ensinarmos aos opressores a nossa humanidade, ou seja, o homossexual ensinar ao heterossexual. Já apontava a feminista negra, lésbica e poetisa Audre Lorde:



Em outras palavras, é responsabilidade dos oprimidos educar os opressores sobre seus erros. Eu sou responsável por educar os professores que ignoram a cultura dos meus filhos na escola. Espera-se que os negros e as pessoas do Terceiro Mundo eduquem as pessoas brancas quanto à nossa humanidade. Espera-se que as mulheres eduquem os homens. Espera-se que as lésbicas e gays eduquem o mundo heterossexual. Os opressores mantêm sua posição e se esquivam da responsabilidade pelos seus atos(LORDE,2019, p.142).

É desse modo que Audre Lorde compreende de que forma podemos de fato viver numa sociedade mais humana, na medida em que os sujeitos marcados pela diferença estejam abertos a ensinar ao mundo os seus erros para que possamos de fato promover e exercitar a nossa humanidade. É lá em Lélia Gonzalez (2018) que está nossa primavera negra, o ruminar de nossas questões que nos atravessam na contemporaneidade quando já apontava o racismo como uma “neurose cultural brasileira”. Ela pode não ter cunhado a noção de interseccionalidade, mas foi entre as nossas a primeira a propor um feminismo interseccional. Sem conhecê-la não tem como compreender a estrutura do racismo e do sexismo na sociedade contemporânea. Essas mulheres negras nos inspiram novos modos de vida.

Ora, em que sentido o Feminismo negro afirma a Diferença? Ao assumir que as mulheres redefinem e afirmam a diferença, a feminista negra Audre Lorde anuncia um

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... novo tempo para que possamos descolonizar a noção de diferença e junto dela, trazer o essencial que a própria diferença nunca fez questão de marcar: idade, raça, classe e sexo. Ao trazer esses marcadores, Lorde, traz a humanidade que sempre foi negada pela própria diferença que tem, por sua vez, marcas profundas na colonialidade do poder. Desse modo, o Feminismo Negro redefine a diferença, salientou Audre Lorde quando traz em cena a humanidade, amplia esse conceito e restitui ao outro sua plena humanidade e junto com ela traz toda caixa de ferramenta como subalternidade, lugar de fala, empoderamento, interseccionalidade que não são meras palavras, signos, mas agências, máquina de guerra que compõem a gramática, a semântica do Feminismo Negro. Mas que isso, se o Feminismo Negro entrou de vez no *logos* da nossa história estamos aqui falando de epistemologias. Estamos falando de justiça epistêmica. O Feminismo Negro passa a assumir a expressão da diferença na medida em que traz a delicadeza dessas ferramentas para pensar a complexidade de nós mesmos, junto com os desdobramentos dos marcadores sociais. Diz-nos Audre Lorde em seu clássico texto de 1980, *Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a Diferença*:

Certamente existem diferenças muito reais entre nós com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que etão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas (LORDE, 2019,p. 142-grifos meus).

Em outras palavras, segundo Audre Lorde (2019), existe uma “rejeição institucionalizada da diferença”, pois temos uma propensão a ignorá-la, descartar as pessoas, pois como humanos fomos programados para responder às diferenças humanas com aversão e medo, a ponto de querermos destruímos o subalterno. Ou seja, para ela, nós não desenvolvemos em nós “ferramentas para usar a diferença humana como um trampolim que nos impulse para a mudança criativa em nossa vida. Não falamos de diferenças humanas, mas de humanos desviantes.” (LORDE, 2019, p.142). É nesse sentido que ela nos desperta para a poesia, para a arte, pois essa visão criativa pode nos ajudar a “recriar a tessitura de nossas vidas”. Nesse caso, continua a feminista lésbica e negra estadunidense Audre Lorde, “ignorar as diferenças de raça entre as mulheres e as implicações dessas diferenças, representa uma forte ameaça à mobilização do poder coletivo das mulheres”. (LORDE, 2019, p.142).

A diferença deixa de ser uma expressão metafísica, essencialista, “ontológica” uma fantasia colonial e passa a ser uma expressão de um modo de vida negro, uma categoria viva e atuante no próprio sujeito. É um agenciamento, um

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... *ethos*, um modo de ser, de viver e pensar a si mesmo enquanto sujeito coletivo. Nesse caso há uma reviravolta na maneira de pensar o signo da diferença a partir das demandas do Feminismo Negro que nos localiza, nos individualiza e valoriza nossas subjetividades, afastando-se dessa forma, da diferença eurocêntrica, pois como sabemos, a noção de diferença tem um cheiro e um jeito, uma impregnação colonial, eurocêntrica. A diferença é uma herança ocidental que está mais no plano “ontológico”, metafísico, portanto universal. A diferença aqui se fundamenta e se fortalece não mais no centro, naquele *logos* que sempre ditava a razão, o singular, o individual, mas nas margens, onde habita o plural, o coletivo que carrega em a emoção, o afeto, a humanidade.

É Feminismo Negro que nos traz de fato a Diferença quando propõe descolonizar essas palavras, trazendo a complexidade da gramática interseccional e no bojo de suas questões os marcadores sociais da diferença. É assim que Lélia transforma-se numa criadora de caso pois promove a diferença ao subverter a língua, criar categorias epistemológicas complexas, abre caminhos e amplia, com isso, a semântica do Feminismo Negro. Ergue nessa batalha discursiva esse modo “amefrialadino”, como bem salientou na ancestral Lélia Gonzalez de filosofar em pretuguês. O que isso significa será a nossa próxima travessia.



5. Filosofando em Pretuguês

A língua que nos ensinou a ver o mundo foi a língua do homem branco, ocidental ou “brancogues”. Aquela língua do colonizador, marcada pelo binarismo, que separava a língua da própria fala, o sujeito do predicado, marcado por uma norma culta e bela. A língua do colonizador é conjugada, é uma voz ativa e faz parte de toda uma coordenada semiótica (sincronia e diacronia, sintagma e paradigma). A língua legítima e aceita é a do homem branco. A língua é um forte marcador de poder. Ao trazer a linguagem insurgente, a voz do subalterno, Lélia Gonzalez propõe uma desconstrução, ou melhor dizendo, uma reviravolta no interior da própria língua ao descolonizá-la.

Essa expressão “cumé que a gente fica” foi repetida mais de uma vez pela feminista e ativista negra Lélia Gonzalez. Essa pergunta nos faz voltar para nós mesmos enquanto filósofos como descolonizar o pensamento e a própria linguagem? Como trazer as margens do pensamento de Lélia para o centro das discussões filosóficas? Uma das respostas a essa pergunta seria trazer a linguagem subversiva de Lélia em seu clássico texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. Para ela, o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ... nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2018, p.191).

Ora, ao fazer essa afirmação Lélia nos diz que a articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em especial e traz a figura da mulata, da doméstica e da mãe preta, sendo o outro do outro. Ao se debruçar na Psicanálise de Lacan e Freud e voltar para o Candomblé ela começa a encontrar atravessamentos e pontos para pensar a si mesmo. É onde a partir daí ela se reorienta e começa a falar e para isso ela começa a fazer uma certa ironia, ou melhor ainda uma subversão diante da própria língua, de certo modo zombando e criticando o pensamento ocidental, branco e autorizado. A partir de uma filosofia ladina, instaura uma “amefricanidade” que é de certo modo, uma potente máquina de guerra, um mostro conceitual que tenta iniciar uma reviravolta linguística, discursiva e epistemológica:

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente fala framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é esse ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretoguês (GONZALEZ, 2018, p. 208).

É importante salientar que essa forma de fazer piada e ironizar a língua falada pelo homem branco, a língua culta que sempre menosprezou a língua popular, regional, marginal, se colocando dentro de um centro linguístico vai se construindo também um *ethos* linguístico e uma maneira de falar a língua portuguesa cuja que é embranquecida. Na citação acima, ela questiona quem é o ignorante? E nos dá uma aula de decolonialidade a partir do signo linguístico e faz emergir uma filosofia ladina à la “pretoguês”. Com seu jeito irreverente e inovador, Lélia essa primavera negra já desconstruía e nos desconstruía, algo que na sua época parecia uma empreitada dada apenas aos franceses como Jacques Derrida, que ficou consagrado como filósofo da desconstrução. E por falar em pretoguês, continua ela,

É importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do quimbundo que por sua vez, e justamente com o ambundo, provém o tronco linguístico bantu que “casualmente” se chama bunda). E dizem que significante não marca (...) Marca bobeira quem pensa assim. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado, etc e tal (GONZALEZ, 2018,p. 208).

É contra esse discurso dominante e autorizando que Lélia se posiciona crítica e politicamente. Ainda sobre essa batalha discursiva ela reitera:

Se a batalha discursiva, em termos de cultura brasileira, foi ganha pelo negro, que terá ocorrido com aquele que segundo, os cálculos deles, ocuparia o lugar do senhor? Estamos falando do europeu, do branco, do dominador. Desbancando do lugar do pai, ele só pode ser, como diz Magno, o tio ou o corno; do mesmo modo que a europeia acabou sendo a outra. (GONZALEZ,2018, p. 211).

Ao criar essa batalha discursiva, Lélia Gonzalez mostra-nos que esse lugar do poder diante da língua sempre esteve destinado ao senhor, ao dominador, ao branco e europeu. Com esse processo de descolonização da linguagem Lélia abre frentes para pensarmos a noção de linguagem culta e coloquial. A academia que sempre foi um espaço cheio de si, marcado pela língua culta, considerou, por toda uma existência a linguagem popular e coloquial como uma linguagem não legítima, adotando o padrão culto e elitizado como língua natural, baseado na norma branca e eurocentrada.

Esse modo de afrontar a academia e a elite vem sob o signo de uma violência que se dá diante de nós mesmos pois é impossível descolonizar o eu, a cultura e o pensamento se não houver uma potente descolonização da língua(gem). Desse modo, a batalha linguística é em torno do poder do pai, do *logos*, do chefe, do colonizador. Assim, o colonizado precisa desafiar a sua língua, criar suas próprias trincheiras discursivas para se afirmar enquanto sujeito no mundo e se legitimar como sujeito. É preciso, no entanto, transformar a linguagem em ação, uma vez que é com palavras e atos potencialmente subversivos que nos inserimos no mundo.

Se não houver essa batalha o subalterno estará sempre na lata de lixo infantilizado, sem direito à voz e sendo falado pelo Outro. Fora disso, para ser ouvido ele terá sempre que se vestir da língua do colonizador, colocar a máscara branca em sua pele negra, negar seu pretoguês, negar sua cultura, sua cor e a sua existência. Foi essa brutal violência que o colonizador sempre nos impôs ao nos dizer que devemos abrir mão da emoção para escrever com razão. É preciso uma revirada linguística para fazermos a nossa história. Se não houver isso, contaremos a nossa história nos moldes linguísticos do homem branco e com isso a nossa história continuará sendo feita e contada por mãos de homens brancos. Em outras palavras, despachar de nossas vidas essa marcas

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...
decoloniais que perpassam nosso sistema linguístico e discursivos será nosso grande desafio. E para isso é necessário inventar uma nova encruzilhada linguística.

Conclusão

Propus aqui pensar a complexidade que envolve o pensamento Feminista Negro de Lélia Gonzalez, a “criadora de caso” do movimento negro e feminista. De fato ela deu muitos motivos para ser chamada de criadora de caso, pois além de propor uma batalha discursiva, ela subverte a língua e mesmo inconscientemente propõe um novo giro decolonial, ou seja, o feminismo decolonial brasileiro nasce com a criadora de caso Lélia Gonzalez. Ela nos fez filosofar em “pretoguês” e criou um jeito próprio de pensar criando e forçando-nos a pensar como amefricladinos. Ela questionou o racismo e o sexismo de seu tempo e até hoje ela força-nos a pensar e a erguer a nossa voz para sermos sujeitos da nossa própria história.

Ao trazer a potência do Feminismo Negro Lélia Gonzalez trouxe reflexões viscerais de seu tempo e aqui me coloco como homem negro e gay que costura em seu corpo esse pensamento interseccional. Ela me fez acordar para novas tonalidades afetivas. Me fez criticar a mim mesmo, pois falar a partir de nós mesmos, do que nos afeta e nos movimenta é fundamental para que possamos nos tornar sujeitos e nos libertar daquele que nunca nos deixou falar: o homem branco, o colonizador, europeu e heterossexual.

É preciso inventar novos arranjos discursivos, limar o muro da representação e criar fissuras no discurso hegemônico para pensarmos a partir de nós mesmos como sujeitos e nossos múltiplos processos de subalternização e subjetivação, pois o pensamento feminista está dentro de lutas mais amplas em torno da dignidade humana e da justiça social. Um convite a ser feminista significa, acima de tudo, um convite a afirmar a potência dos afetos e o maior deles, é o amor. Não há justiça sem amor. Não há amor sem diálogo e nem empoderamento sem justiça. Já assinalou bell hooks (2019) que amor combina com cuidado e que o verdadeiro amor é fundamentado em reconhecimento e com essa consciência passamos a acreditar que o amor tem o poder de transformar e nos encorajar a nos opor a lógica da dominação, ou seja, escolher políticas feministas é escolher amar.

Nesse sentido, se queremos aspirar a completude e a complexidade do amor, precisamos aspirar ao Feminismo Negro e suas políticas arrebatadoras, pois o Feminismo Negro se ergue sob o signo da diferença em seu sentido mais amplo em busca da dignidade humana e da justiça social. Desse modo, propor uma política da

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...
descolonização do pensamento e do eu, significa sermos capazes de termos coragem para enfrentarmos a nós mesmos para sairmos desse grande abismo e desse jogo perverso do colonialismo. É preciso uma nova forma de reafirmação e reorientação na nossa maneira de pensar a nós mesmos e o mundo da vida.

Significa, por fim, fazermos a nossa História pelas nossas próprias mãos e pelos nossos pés, propondo novos caminhos e novas encruzilhadas em que nós de fato estejamos nela, perguntando pela vida e por nós mesmos na própria complexidade da vida. Aproveito para reverenciar o meu ori tão lembrado pela feminista negra Beatriz Nascimento:

Não podemos aceitar que a história do negro no Brasil, presentemente, seja entendida apenas através dos estudos etnográficos, sociológicos. Devemos fazer a nossa história, buscando nós mesmos, jogando nosso inconsciente, nossas frustrações, nossos complexos, estudando-os, não os negando. Só assim poderemos nos entender e nos fazermos aceitar como somos, antes de mais nada, pretos, brasileiros, sem sermos confundidos com os americanos ou africanos, pois nossa história é outra, como é outra nossa problemática. Num país onde o conceito de raça está fundado na cor, quando um branco diz que é mais preto do que você, trata-se de manifestação racista bastante sofisticada e também bastante destruidora em termos individuais. (NASCIMENTO, 2021, p. 45-6).

Com essas sábias palavras da quilombola intelectual Beatriz Nascimento termino convidado todo mundo a serem criadores de caso, ou seja o convite que ela nos faz é certo: inventar e contar nosso próprio mundo por nós mesmos. Para isso precisamos criar a nossa ética, a nossa estética, a nossa linguagem a partir de novas fagulhas criativas, mesmo que seja para sermos forasteiros e criadores de casos como foi Lélia Gonzalez. Daí retornaremos a pergunta-chave que Lélia, como o fio condutor desse texto sempre fez: “cumé que a gente fica?”(GONZALEZ, 2018,p.190).

Talvez não tenhamos uma resposta dada, pronta, a priori, mas fica o convite para sairmos da inércia, da grande noite e nos inventarmos como sujeitos, sujeitas e a partir daí fazermos de fato uma história sobre nós, por nossas próprias mãos, pelo nosso ori e pelos nossos pés. Mas para isso, precisamos ser grandes criadores de caso e nos reinventarmos a partir de nós mesmos. Sejamos todas, todos e todxs criadores de caso!

Referências

- ADICHIE, Chimamanda. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Revista Estudos Feministas. v. 8, N. 1, p. 229-236, 1980.

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...

BAIRROS, Luíza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Rio de Janeiro. Editora Filhos da África, 2018.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**; tradução de Myriam Ávila. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez, uma intérprete do Brasil In: **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Rio de Janeiro. Editora Filhos da África, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Prefácio: conceição Evaristo, Apresentação Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**; Tradução de Jamille Pinheiro Dias. 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Ângela, **A Liberdade é uma luta constante**; organização Frank Barat; tradução Heci Regina Candiani. 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GROSGOUEL, Ramón; BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon. (Org.). **Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada**: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Trad. de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**; trad. de Fábio Ribeiro.- Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias de destruição**: Diáspora Africana. Rio de Janeiro. Editora Filhos da África, 2018.

Paulo P. Correia, “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de casa do ...
NASCIMENTO, Beatriz; RATTIS, Alex. (Org.). **Uma história feita por mãos negras;** Relações raciais, quilombolas e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
QUIJANO, Aníbal. **Ensayos em torno a la colonialidad del poder:** compilado por Walter Mignolo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.
RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Pólen livros, 2019.
SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice.** São Paulo: Cortez, Editora, 1995.
SEGATO, Rita Laura. **Crítica da Colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda/** Trad. de Danielli jatobá, Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos P. Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022



Para citar este texto (ABNT): CORREIA, Paulo Petronilio. “O lixo vai falar, e numa boa”: Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.421-447, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Correia, Paulo Petronilio. (jan./jun.2023) O lixo vai falar, e numa boa”:Lélia Gonzalez, a criadora de caso do feminismo negro. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 421-447.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do povo bantu

Moisés Fernando Manuel*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-2451-9248>

“Ixi y'okulu, jinjila jaube.”¹

(A terra é antiga, mas os caminhos são novos)

Resumo: Existe uma grande necessidade de os pesquisadores voltarem sua atenção aos assuntos ligados à cultura Bantu de uma forma isolada, não numa tendência separatista, porém, particularizada. Tal isolamento deve ser visto, mais, na vertente metodológica. Os estudos já feitos a volta da cultura Bantu indicam que se trata de uma rica cultura, assim, não se justifica o reduzido número de estudos publicados. Esta é uma abordagem do tipo qualificativa, que objectiva de modo geral estudar alguns aspectos basilares da cultura Bantu, de forma específica objetiva entender as particularidades culturais deste povo; refletir sobre a moral bantu e sua crise, mediante a revisão bibliográfica dos estudos já publicados sobre o assunto. Concluimos que a Cultura Bantu tem sua formação num processo longo de adaptações, mas que se manteve conectada as suas origens, tal conexão, não só garantem a unidade entre os diversos subgrupos, mas indica uma de suas particularidades, a resiliência.

Palavras Chaves: Povo Bantu, Aspectos culturais, Filosofia, Sociocultura.

Una mirada filosófica y sociocultural sobre algunos aspectos culturales del pueblo bantú

Resumen: Hay una gran necesidad de que los investigadores vuelvan su atención a las temáticas relacionadas a la cultura bantú de manera aislada, pero no como una tendencia separatista, sino individualizada. Tal aislamiento debe ser visto más profundamente en la vertiente metodológica. Los estudios ya realizados sobre la cultura, por lo tanto, no se justifica el reducido número de estudios publicados. Este es un abordaje de tipo cualitativo que tiene por objetivo, de modo general, estudiar algunos aspectos de base de la cultura bantú, de forma específica, objetiva entender las particularidades culturales de este pueblo y reflexionar sobre la moral bantú y su crisis, mediante la revisión bibliográfica de los estudios ya publicados sobre este asunto. Concluimos que la cultura bantú há tenido en su formación un largo proceso de adaptaciones, pero se há mantenido conectada a sus orígenes; tal conexión no solo garantiza la unidad entre los diversos subgrupos, sino que también indica una sus particularidades, la resiliencia.

Palabra llave: Pueblo bantú; Aspectos culturales; Filosofia; Sóciocultura.

* Licenciando em Filosofia pela Universidade Católica de Angola e Licenciando em Ciência Política pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto; pesquisador na área de Ciências Humanas e Sociais, em Ciências da Educação e em Língua Aplicada.

¹ Este é um adágio usado pelo povo ambundo, um subgrupo dos povos Bantu, está escrito na língua Kimbundu, o mesmo é usado para indicar as mudanças vivenciadas pelas culturas que, dificilmente, anulam as raízes.

Introdução

Em pleno século XXI onde o entroncamento cultural atingiu níveis surpreendentes, torna-se imperioso que se faça vários estudos sobre as diferentes culturas, para que tomando conta das particularidades das mesmas, seja possível compreendê-las no vislumbre das culturas a nível global. O povo Bantu vem de longe, porém, pouco se fala sobre a sua cultura numa perspectiva mais particularizada, já que as abordagens sobre o assunto é enquadrada numa perspectiva, somente generalizada quando se trata da cultura africana em geral, mas esse não deve ser o modo de abordagem.

Há muito sobre a cultura Bantu que precisa ser estudado, já que a bibliografia sobre o assunto que está disponível é, ainda, minúscula. Por essa razão decidimos aprofundar mais sobre o assunto, como forma de contribuir na construção de uma gama de conhecimentos sobre esse povo, cada vez mais aprofundado e atualizado. Nos perguntamos, quem é o Bantu? numa primeira tentativa de resposta, teremos que o bantu é um ser que tem sua filosofia de vida fortificada, por outra, é um povo com uma especificidade sociocultural. Assim, a relevância deste estudo consistirá no fato de muitos bantu poderem conhecer as suas origens. Este artigo tem como objetivo estudar alguns aspectos basilares da cultura Bantu, de forma específica objetiva entender as particularidades culturais deste povo; refletir sobre perspectiva sobre a moral bantu e sua crise, mediante uma análise bibliográfica dos estudos já publicados em livros e artigos científicos. O artigo estrutura-se a volta de quatro pontos, o primeiro expressado pela pergunta Quem é o Bantu?, apresenta-se como um esforço intelectual para podermos perceber a origem do povo Bantu e a formação da própria terminologia bantu.

O segundo ponto, denominado a Tradição oral africana: a força da palavra, aborda as questões ligadas ao meio comunicativo bantu que é a oralidade e procura estabelecer a relação que a oralidade tem com a sabedoria popular e com a memória. O problema da morte, enterro e do além-vida é o terceiro ponto, será uma reflexão sobre assuntos muito delicados dentro cultura Bantu, é uma análise que tem no seu cerne temáticas de índole social, espiritual e religiosa. O último ponto, aborda sobre o Ubuntu, apresentando-se como uma reflexão sucinta de índole filosófico moral.

1. Quem é o bantu?

A primeira parte deste artigo apresenta-se como uma abordagem descritiva sobre o povo Bantu, onde procuraremos esclarecer a própria denominação, depois faremos um esforço intelectual de apresentar as suas origens e a localização atual do mesmo povo. O

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do... alemão W. H. J. Bleek com a sua tese de doutoramento que abordava sobre o povo da África Subsariana, defendido em seu país na Universidade de Bona (1851) introduziu a expressão “questão Bantu” para indicar os estudos voltados a este povo. A “questão Bantu” tem sua salvaguarda institucionalizada pelo Centro Internacional de Civilizações Bantu (CIBIBA), com sede em Gabão – Libreville, o mesmo centro organiza diversos estudos e conferências a nível do continente e não só.

No que concerne a “questão Bantu” há que se fazer algumas observações, a primeira: por ser um povo nómada e que esteve em constantes movimentos migratórios, fica difícil precisar a sua origem exata, daí que fala-se das origens; a segunda observação diz respeito ao fato de que, mesmo sendo o conjunto de povos espalhados por toda África e não só, a sua história é, ainda, estudada e difundida de forma tímida, por exemplo, a quantidade de informações apresentadas sobre estes povos nos 8 volumes da História Geral da África, deixa a desejar, é inquietante notar que entre aproximadas 8000 páginas que constituem estes volumes, a questão Bantu é tratada em menos de 30 páginas e tal abordagem foi feita de forma secundária.

1.1. O termo Bantu

O termo Bantu começou a ser usado pelos estudiosos, para designar este povo, depois que G. Grey ter denominado como Ba-ntu as línguas que partilhavam do étimo ntu, tais como as faladas na África do Sul, Angola, Botswana, Burundi, Camarões, nos Congos (Democrático e Brazavile), Gabão, Lesoto, Moçambique, Quênia, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabwe, abrangendo aproximadamente 200 grupos.

Segundo o exposto no parágrafo anterior o termo Bantu é a composição do substantivo “Ba” que é plural de “Mu” – pessoa, pessoas – com o adjectivo “Ntu” que significa – existente; dando uma significação literal ao termo, Bantu será «pessoas existentes», aqui, a colocação existente é considerada no seu sentido mais profundo, transcendendo o simples existir físico, penetrando no entendimento metafísico/ontológico do termo.

As línguas bantu, diferente da língua Portuguesa, não contemplam flexões de gênero mediante as vogais – a/o, e nem usam a consoante – s, para a flexão do número, daí que as flexões forçadas do termo Bantu são erradas e devem ser evitadas. Tais erros foram cometidos por vários estudiosos da “questão Bantu”, como é o caso de Raúl Ruiz de Asúa Altuna, na sua obra *Cultura Tradicional Banta*.

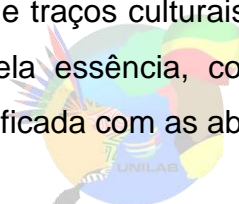
Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do...

Como podemos ver no título da obra, o estudioso flexionou o termo Bantu para Banta com a intenção de concordar com o gênero feminino da palavra cultura e ao longo da obra, o termo Bantu é escrito, erradamente, como banto, e flexionado para bantos, banta e bantas, tais grafias devem ser afastadas.

O certo é apenas a grafia Bantu, que permanece inflexionada mesmo se antecedida de um termo no singular ou no plural, no masculino ou no feminino, assim, devemos escrever – Cultura Bantu; Povo Bantu; Povos Bantu; Homem Bantu; Mulher Bantu, e nunca com as flexões de gênero e número sugeridas pelo paradigma da Gramática Portuguesa.

Abrindo um parênteses, referenciamos que no ano de 943, muito antes aos estudos de G. Grey, os árabes denominaram o povo Bantu como Zindj, quando estes ocupavam parte do leste africano, tal palpite pode ser reforçado com a existência do então Mar dos Zindj, nas imediações do Oceano Índico, muito famoso no século VI. (ALTUNA, 2014)

Usamos o termo Bantu para designar povos espalhados em diversas parte do continente africano, que partilham de traços culturais de uma civilização comum, não por assimilação, mas por origem e pela essência, constituindo a terça parte dos povos africanos, tal noção, será mais solidificada com as abordagens que se seguem.



1.2.Origens dos povos Bantu

Como foi observado no quarto parágrafo deste ponto, o povo Bantu pode ser considerado como o mais nômade entre os povos africanos, as suas origens são apontadas como resultado de uma explosão migratória que teve início em lugares e datas incertos, pois, parece que os estudiosos neste quesito não chegam num consenso.

Todas as especulações a volta da origem deste povo, apontam lugares diferentes donde se encontram agora, reforçando, assim, a ideia da grande explosão migratória vivida por esse povo nos seus primórdios.

Georg Peter Murdock (1959) e alguns pensadores, pensam que o processo migratório e, por conseguinte, a origem do povo Bantu, começou no norte de África, nos Camarões ou na bacia do Tchad e, num primeiro momento, nas florestas do norte e só depois avançaram para a parte sul de África. Na perspectiva de D. Olderogge, H. H. Johnston (2012) e alguns estudiosos, assim que o povo Bantu saiu do norte de África, entrou nas florestas da zona central do continente, com mais incidência no Congo Democrático. Esta última ideia tem sustento no postulado de M. Guthrie que instaura no

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do...
alto Congo, na região dos Luba e dos Bemba, o centro linguístico protótipo de todo povo Bantu, assim, é do alto Congo que todo emigrou para as diferentes partes onde se encontra agora.

Fica claro que é possível, dentro da divergência, estipular um local mais genérico para indicar o ponto de origem do povo bantu, e este ponto é o norte de África, provavelmente habitado por clãs dominadores da arte da guerra e do ferro. Apesar do povo Bantu ter estado em constantes movimentos migratórios e se espalhado a diversos lugares, vários são os elementos culturais que permaneceram quase imaculados e que nos possibilitam fazermos um ordenamento cultural dos vários povos com raiz bantu, assim, a partir de agora passaremos a dizer povos bantu, para realçarmos os diferentes grupos dessa grande família cultural.

Partindo de um mapeamento geográfico actual, podemos apresentar quatro grandes grupos da família Bantu, como já salientamos no parágrafo anterior, o processo migratório não foi capaz de apagar o núcleo cultural do povo Bantu mas, também, impulsionou que cada grupo constituísse suas características particulares:

- Grupo bantu norte-oriental: composto pelo Burundi, Ruanda, sul de Uganda, sul do Kénia e norte da Tanzânia, hoje caracterizam-se pela pastorícia e agricultura por força do contacto que tiveram com os povos Bahima, Galla e Masai, oriundos da Etiópia.
- Grupo bantu norte-ocidental: que ocupam o território que se estende do sul de Camarões até a bacia do Congo e o norte de Angola, o povo guinense e sudanés muito influenciou este grupo que são agricultores e também estadista, como resultado disto citemos o reino do Kongo, que teve sua capita em Nbanza Kongo, atualmente, uma das províncias de Angola.
- Grupo bantu central: constituídos pelos povos do Alto Zambese, Angola, Malawi, entre eles verifica-se uma forte homogeneidade nos traços culturais com relevantes aproximações ao grupo bantu congolês, é deste grupo que surgiu o grande império de Monomotapa, o senhor das minas (século XVI) (Cfr. ALTUNA, 2014)
- Grupo bantu meridional e extremo sudeste e sudoeste: integram este grupo os seguintes países, África do Sul, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Namíbia. Com exceção a Madagáscar, o povo bantu quando chegou nestes países, por volta do século XV, encontrou neles os

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do...

bosquímanes que não resistiram à brutalidade a sua brutalidade e tiveram de refugirem nas florestas.

O exposto sobre os quatro grupos da grande família bantu é prova de que a cultura bantu soube ser forte diante de influências culturais diferentes, bem como diante da situação geográfica.

A unidade cultural destes grupos espalhados por toda África Subsariana ficou determinada mediante duas observações: primeira observação está ligada a aproximações linguísticas de todos os grupos; é bem verdade que a língua quando é exposta a diferentes influências acaba se transformando mas sempre é possível verificar o seu núcleo; a segunda observação diz respeito aos costumes, valores e crenças, que nestes entre estes grupos apresentam-se como contíguos. Desde a forma de vestir, até aos gostos alimentares, ao entendimento de questões fundamentais da vida, verifica-se essa aproximação que ultrapassa a mera semelhança e justifica um passado comum, um mesmo substrato cultural.

2.A tradição oral africana: a força da palavra

A tradição oral pode ser conceituada como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Sua característica e sua maneira de transmissão é o verbalismo, e nisto, consta a sua diferença com as fontes escritas. (KI-ZERBO, 1982). A palavra (falada), foi para nós (africanos-bantu) durante séculos o meio padrão para a expressão, dos nossos desejos e de toda a manifestação cultural, é pela palavra que tudo se transmitia, é pela palavra que tudo se aprendia.

2.1. A palavra falada

Para o povo africano a palavra falada, tinha um grande valor, pois esta era concebida como um dom de Deus. Existia uma grande valorização da fala, que era também entendida, como a própria materialização de forças representativas de tudo que existia no universo. A tradição oral, não é considerada simplesmente como fonte principal de comunicação da cultura; mas sim é a própria e autêntica cultura, porque nela se encerra todos os aspectos da vida e por fixado ao longo do tempo as respostas às interrogações dos homens. Narra, descreve, amestra e analisa sobre a vida. (cfr. MUANZA, 2014)

A tradição oral está imbuída de respeito pelo antepassado que a legou e o seu dinamismo vital comunica-se e prolonga-se até ao indivíduo e ao grupo. A palavra é sopro animador, água e calor fecundantes, não somente possui um valor

conceptual, leva sobretudo uma carga simbólica. (ALTUNA, 2014, pp. 39, 89)

É um erro reduzir a palavra falada a uma negativa “ausência de escrever”, e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados. A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade. (KI-ZERBO, 1982). O africano conserva a palavra de um modo extraordinário que chegava a venera-la, ninguém a menosprezava, de Reis ao povo, recebia sempre o devido respeito.

A palavra tem um valor imensurável, que encontrava não só nos momentos informais mas também nos formais. Por isso o africano, vive falando e escutando; quando não estiver a falar quer sempre escutar e quando está a falar quer sempre ser escutado. A palavra influencia toda a vida do africano, por isso este a conserva maioritariamente nas conversas, que começam com o despontar do dia e só terminam com o pernoitar. Uma das vantagens de ter a oralidade como atitude diante da realidade, é a facilidade da incorporação daquilo que se pensa, no que se fala e no que se faz.

2.2. A palavra e o saber

Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar de elocuições-chaves. (KI-ZERBO, 1982). Estudos revelam que na tradição africana a fala tem uma relação linear, tanto com a guarda, quanto com a interrupção harmoniosa do homem com o universo. Por isso, existiam sempre no meio do povo aqueles que eram chamados de tradicionalistas, que se destacavam por terem uma memória excelente, por esta razão recebiam o título de guardião dos segredos. (CAVALCANTE e XAVIER, 2017). Ser detentor da Palavra, era de grande responsabilidade, e exigia respeito, disciplina, equilíbrio e memória.

2.3.A palavra e a memória

A memória negra é extraordinária, pois, conhece milhares de histórias, contos, provérbios, lendas e mitos. A mente do africano negro tem a capacidade de fixar as listas genealógicas, migrações, epopeias, lendas e mitos. (KI-ZERBO, 1982). Nos deparamos com essa realidade sempre que os nossos avôs nos contam minuciosamente como os seus antepassados caçavam ou lavravam. A transmissão é tão fiel que recorda desde os grandes até aos mais pequenos pormenores dos factos ou das imaginações construídas (lendas, mitos, contos, provérbios).

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do...

O processo de colonização, à medida que se intensificava e se interiorizava, tratava de controlar todas as forças produtivas e destruía a cultura local. A medida era uma tentativa de anular todas as memórias da tradição cultural do africano (que inclui todos os conhecimentos).

3.0 problema da morte, enterro e do além-vida

Neste item, abordar-se-á um assunto muito pertinente e necessário de ser estudado, o mesmo levar-nos-á a entender alguns gestos que vamos observando dentro da nossa comunidade angolana de modo peculiar no seio do povo Bantu. Estudar “o enterro dentre o povo bantu e a existência de outra vida depois da morte” é procurar responder uma das questões existenciais deste povo – para onde vou ou vamos.

É imprescindível ressaltar que a humanidade pré-histórica principiou a enterrar os seus mortos há mais de 100 mil anos. E a crença de uma vida depois desta começou a ser acreditada já desde as primeiras grandes civilizações. Em primeira instância abordaremos a questão do enterro juntamente com seus rituais, tal como a participação da comunidade do enterro, depois trataremos de falar da existência da de uma vida depois da morte e o culto dos espíritos. Nestes dois pontos fundamentais da cultura bantu se desenrola toda a sua filosofia, *modus vivendi* e suas crenças.

3.1.O enterro

O enterro torna-se o cume dos ritos fúnebres, pois, é neste momento em que as famílias acompanham os seus ente-queridos às suas novas moradas. Para o africano-bantu, diferentes de alguns povos, postulam que o corpo merece de um digno repouso, dado que, continua ainda com a sua dignidade. Comumente, cada localidade tem uma sepultura comunitária, independentemente das particulares que são restritas à um só clã, a uma só família ou elite.

Existe diferentes formas e meios de sepultar, como veremos, o enterro de uma jovem é diferente de uma senhora, a de um seculo² diferente a do adolescente, a de um patriarca diferente em relação ao de um simples membro da comunidade. Nas comunidades, os cemitérios e as sepulturas ocupam um lugar privilegiado, tudo porque são a nova morada dos antepassados s antepassados estão neles presentes e, "deles brota a causalidade mística que fortifica ou debilita; através deles se robustece a

² Cada um dos indivíduos que constituem o conselho de um soba (do kimbundo, sakulo). Cfr. Dicionário, Língua Portuguesa, Prestígio. p. 1441.

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do... solidariedade vertical. São também lugares que inspiram temor, onde o receio e o mistério permanecem". (ALTUNA, 2014, p. 446)

Apesar de ser atualmente uma forma obsoleta, alguns grupos enterram os seus defuntos perto ou dentro de suas casas e destroem-nas quando termina o luto. Outra forma que é mais verificável que a primeira, é a de sepulta-los junto das localidades e à margem dos caminhos (como por exemplo, as sepulturas do Bairro Pedra 1³ e da sepultura do Katuri⁴) para que os vivos lhes rendam certa homenagem, todas as vezes que passam, inclinando a cabeça, guardando silêncio. Apesar de não ser uma prática generalizada a todas as regiões, verifica-se que:

Os povos pastores enterram o chefe de família reduzida no curral dos bois ou qualquer lugar onde se acende a fogueira. As crianças sepultam-nas no curral dos vitelos, os jovens juntos de sua casa, as raparigas iniciadas dentro da cerca onde guardam os pilões de farinha. Os especialistas da magia, bem como os caçadores e guerreiros, quando têm renome, são enterrados à beira dos caminhos muito frequentados ou nas encruzilhadas, e sempre ao pé de uma árvore para pendurar os seus instrumentos de trabalho, armas e troféus. Pode-se deduzir que procuram contentar o defunto colocando o seu cadáver em lugares familiares e rodeado dos seus objectos e bens, ao mesmo tempo que fortificam com a sua presença a solidariedade. (ALTUNA, 2014, p. 443).

Normalmente cavam na terra sepulturas horizontais com quase dois metros de profundidade. No fundo e no lado, abrem uma câmara mortuária onde colocam o defunto deitado ou de cócoras. Quando enchem a sepultura, a terra não toca no defunto.⁵ Segundo Raul Altuna, não há unanimidade na orientação do cadáver, se bem que a maior parte o coloca na direcção este-oeste; outros colocam-no na posição norte-sul.

Os vivos deixam sobre a sepultura algum objecto: uma cabeça de boi, uma cabaça ou garrafa com água, mel, aguardente, alguns alimentos, um copo, uma taça, um prato, qualquer instrumento de trabalho, os troféus de caça, na época hodierna acrescenta-se aos objectos já citados, os bouquet de flores e para as famílias religiosas, também depositam um objecto sagrado, por exemplo para os católicos pode ser um terço, uma dezena, ou relíquia de um santo. Raul Altuna, nos faz compreender que os familiares ao depositarem tais utensílios, não fazem-no por acreditarem que os mortos venham fazer uso direito dos mesmos, como beber e comer.

Apenas tomam a essência das oferendas, o seu princípio vital animador, agradecem a recordação dos seus descendentes e retribuem copiosamente. As oferendas feitas aos mortos são apenas meios de entrar em contacto com eles, de estabelecer entre eles e os vivos uma corrente vital; assim penetra alguma coisa

³ Um dos Bairros do Município do Sumbe, Kwanza Sul.

⁴ Aldeia da Comuna do Quinji, Município de Kalandula, Província de Malanje.

⁵ Esta modalidade é notável, nalgumas localidades de Libolo – Calulo, Quinji – Kalandula.

na existência dos espíritos da parte de seus devotos e vice-versa. (ALTUNA, 2014, p. 443)

3.2.A participação no enterro

No enterro sem desculpas devem participar todos os familiares e aos quais se junta a comunidade, é de salientar que ainda nos dias de hoje, os enterros são os momentos onde se verifica mais enchente. Pois, procuram e conseguem viver com o defunto presente, a última festa comunitária, prenúncio e também êxito da sua vivência comunitária no mundo invisível.

É conveniente ressaltar também aqueles casos em que a participação da comunidade é meio frouxa, tudo porque o defunto enquanto vivo, ficou conotado como socialmente mal comportado (ladrão, acusador, invejoso, maldizente, oponente de quase todos, incumpridor das leis da comunidade, etc...

O contacto com o cadáver até certo ponto, torna impuro quem o faz, por isso os que o transportam devem tomar banho logo que termine o enterro, e os demais participantes lavarem as mãos como gesto de purificação. "Os cônjuges dos falecidos não podem acompanhar o cadáver à sepultura e ficam sujeitos a inúmeros tabus. Por exemplo, não podem tocar no fogo, cortar lenhas, peneirar a farinha, acarretar água, ir para as lavras, comer com os outros." (id. p. 447)

3.3.O luto

Depois do enterro começa o luto pelos mortos. Pode-se dizer, que toda a família e toda a comunidade esteja em luto pelo passamento físico de um membro da família e comunidade; mas é de ressaltar que normalmente é exigido com toda a rigorosidade àqueles que têm uma ligação sanguínea tão forte ou próxima com o defunto. Se tivermos que apresentar uma escala, que obrigue os parentes a fazerem luto, seria da seguinte forma: os cônjuges, os pais, os filhos e irmãos, nalguns pontos os tios e os sobrinhos também entram nesta escala. Como disse, Arnold Van Gennep:

Durante o luto os vivos e o morto constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente conforme fossem mais estreitamente aparentados ao morto. Por isso, as estipulações do luto dependem de grau de parentesco e são sistematizadas de acordo com o modo especial como cada povo determina este parentesco (paterno, materno, de grupo, etc...). É como deve ser, para o viúvo ou a viúva que pertencem durante maior tempo a este mundo especial, do qual só saem mediante ritos apropriados, e num momento tal que mesmo a relação física (pela gravidez por exemplo) não possa mais ser suspeitada. Os ritos de suspensão de todas as proibições e de todas as regras (vestuários especiais, etc.) do luto devem, portanto, ser considerados como ritos de reintegração do noviço. Durante o luto a vida social fica suspensa para todos

quanto são atingidos por ele e por um tempo tanto maior: 1°) quanto o vínculo social com o morto é mais estreito (viúvos e viúvas); 2°) quanto mais elevada era a situação do morto. Se este era um chefe a suspensão atinge a sociedade inteira. (GENNEP, 2013, p. 129)

3.4.O além-vida

É unânime a afirmação segundo a qual, a maior parte das culturas e religiões acreditam numa vida depois da morte. A cultura bantu naquilo que se refere a imortalidade da alma, a continuação de uma vida após desta terrena, está em conformidade com o dualismo platônico; “(...) segundo Platão, existem dois mundos o inteligível e o sensível (...)” (MONDIN, 1981. p. 63) para este autor a constituição do homem é psicofísica: corpo e alma.

Tal como, Pitágoras, Platão, Aristóteles, Agostinho, Tomás de Aquino, o bantu crê que a alma é imortal pela sua origem e natureza. A alma de origem divina e de natureza espiritual, não perece mas transcende toda a forma de matéria, por isso, é imortal não morre com o corpo que é seu suporte.

A aspiração de todos os homens pela sobrevivência, o desejo da procriação (que para o bantu quanto maior melhor) e a glória são uma das evidências da imortalidade da alma. Já que a alma não perece é óbvio que fique nalgum lugar, num mundo que é simplesmente espiritual. A respeito deste mundo, Arnold diz que:

Não podemos descrever comparadamente os mundos de além-túmulo. A ideia mais difundida é que este mundo é análogo ao nosso, porém mais agradável, e que a sociedade nele acha-se organizada como na terra, de maneira que cada indivíduo retoma sua categoria, no clã, na classe de idade, na profissão etc., que tinha neste mundo. (ibidem.)

A crença bantu numa vida futura aparece clara e firme. A sua vivência é marcada por uma dependência ao mundo invisível e têm de ser e estar no dia-a-dia de forma recta, somente assim ganhariam a companhia e proteção dos antepassados. “Ao bantu, repugna-lhe a hipótese dum aniquilamento pessoal. A pessoa humana está constituída para viver. A cultura bantu patenteia a sede de infinito de todos os homens.” (ALTUNA, 2014, p. 448)

O povo bantu, diferente das culturas e crenças de outros povos, como a do cristianismo, helenismo, não espera encontrar-se com deus/Deus. Por isso não almejam por um Céu do mesmo modo que não se preocupem se exista um inferno ou não. Apesar de fazê-lo confusamente e com muita divergência, com relação ao mais além, o bantu

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do... explica-se em termos puramente naturais, querendo dizer que depois desta vida o homem viverá uma vida mais poderosa.

Todavia, falamos de “morte”, diríamos nós, no sentido metafísico, quando o defunto não deixou descendência. Ninguém se recordará dele porque não há laço vital com nenhum vivo. Não revive pela procriação, finalidade primária da sua existência. O antepassado possuirá tanto maior vigor quanto mais descendentes deixou. (ALTUNA, 2014, 449) Por este motivo, a fecundação se torna um elemento fulcral no indivíduo, é por ela que este consegue aceitação social e lugar no outro mundo. Por isso para o bantu, a maior desgraça é ser impotente ou estéril, que nas sociedades africanas são denominados como “mbankus e mbakas”.

3.5.Culto dos ancestrais

A respeito deste assunto podemos encontrar sustento nos dizeres do etnólogo americano Herkovits, citado pelo padre Carlos Estermann, segundo ele:

O culto ancestral é a base da religião dos africanos. Sendo assim, é fácil deduzir deste facto básico as conclusões que seguem: A crença na sobrevivência dos antepassados e na sua interferência na vida dos seus descendentes e familiares encontra-se fortemente enraizada no espírito "dos bantos"⁶. Como essa interferência pode ser favorável ou desfavorável torna-se necessário os vivos manterem relações amistosas com estes entes. (ESTERMANN, 1983, p. 8)

O bantu vive em relação interativa com os antepassados recentes. Esses o preocupam porque a sua actividade é grande. São os antepassados personalizados, pais, avós, tios, irmãos, cujos nomes recordam. Invocam-nos pelos próprios nomes tendo presente o que foram (estatutos sociais, posição na hierarquia familiar), como mortos-viventes.

O diálogo entre os dois mundos, os dos vivos (caduco) e o eterno (dos antepassados) é afirmativamente crido e aprovado pela “escatologia bantu”, mesmo sem tangíveis dados. Há diálogo entre os vivos e os defuntos, como no culto cristão dos santos e dos defuntos, mas este diálogo é misteriosamente hermenêutico. Quase todos sentem os efeitos tanto benéficos ou maléficos dos antepassados. (cfr. CHOMBELA, 2013, p. 152-153). É conveniente que revíssemos a pirâmide vital do mundo invisível interpretada a partir da obra de Chombela (2013, p. 173)

Deus: Fonte da vida
Formador do primeiro clã humano
Fundadores de grupos primitivos

⁶ Por questões metodológicas, reservou-se a escrita do autor, mas o certo é dizer ‘bantu’ e sem flexões de gênero nem número.

Heróis civilizadores
Espíritos – génios
Antepassados qualificados: chefes, caçadores, guerreiros,
especialistas da magia
Antepassados da comunidade

A partir desta estratificação podemos entender que o culto pelos antepassados, o nosso contacto com o além-mundo dá-se de uma forma gradual.

4.O ubuntu: uma filosofia moral bantu

4.1.Ética bantu

A ética bantu é antropocêntrica, por ter no seu centro a pessoa humana, isto quer dizer, que essencialmente, o bantu não é materialista nem utilitarista, mas sim humanista, isto ocorre por causa da posição do homem na Pirâmide Vital (que é no centro). (Cfr. ALTUNA, 2014). Pela lei do dinamismo vital, segundo a qual, o mundo não pode estar estático e que entre os seres existe uma misteriosa interação de vida, a ética bantu é dinâmica e coletiva.

O homem é medido e caracterizado pelas suas ações, estas que são idealizadas e realizadas tendo como fim não somente a satisfação pessoal, mas, também e acima de tudo, a satisfação da comunidade, pois, «eu só existo porque nós existimos», **Ubuntu**. Segundo o Dr. Domingos José Cazombo⁷, alguns pesquisadores indicam ser o Egipto, a origem do termo Ubuntu, mas o próprio fundamento dele é geralmente associado à África Subsaariana.

Ubuntu, segundo, Cazombo, é uma palavra plurissignificativa, querendo dizer, amizade, compaixão, perdão, irmandade, amor ao próximo. O mesmo, salienta o termo **Ntu** como abreviação ou sufixo para a expressão africana «ngobantu ngumuntu ngabantu» que literalmente traduz-se em «uma capacidade de entender e aceitar o outro». No nosso ponto de vista, eliminaríamos a possibilidade de Ntu ser abreviação das palavras daquela expressão e ser considerado somente como sufixo, uma vez que gramaticalmente há uma nítida diferença entre um sufixo e uma abreviação de uma palavra, se forem analisados no mesmo contexto frásico.

Entendendo o **Ntu** como um substantivo de categorização filosófica, que significa «**existente**» podemos formular um significado literário de Ubuntu como a existência comunitária, diferente de uma existência pessoal, egoísta. Ubuntu quer dizer «a pessoa é uma pessoa através de outras pessoas». Eis um princípio da transcendência através do

⁷ Resumo apresentado num debate de caráter científico na AIFA (Associação de Investigadores e Filósofos Angolanos), aos 27 de Fevereiro de 2021.

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do... qual as pessoas podem superar seus próprios interesses egoístas e criar uma comunidade ética.

Fica claro que o Ubuntu, enquanto valor e princípio moral é a própria essência do ser humano, uma vez que é impossível se viver isoladamente, um indivíduo não pode ser humano se é só. Nesta ideia de Ubuntu é notória uma ética da Alteridade, onde o homem é chamado a ser responsável do outro, não só a nível personalista, mas também ecológico, onde se compreende que a fauna e a flora, os rios e o mar, os astros e as manifestações naturais são um só conosco. No Ubuntu não há espaços para o narcisismo e o individualismo, porque "uma pessoa que pratica o Ubuntu, luta e vive por todos" (MUANZA, 2014, p. 345)

4.2. Crise do ubuntu ou do bantu?

Infelizmente, nos dias de hoje, nota-se um descumprimento dos preceitos positivos da ética bantu e do próprio Ubuntu, que são compreendidos pela felicidade matrimonial, a palavra dada, generosidade, hospitalidade, verdade, justiça, amor paternal e filial, ajuda ao necessitado e proteção ao fraco, em suma, o respeito pela vida humana. (Cfr. Ibidem.). Em 1986, a CEAST⁸ na sua carta pastoral, *Firmes na Esperança*, já tinha constatado que por força da guerra "em vez de solidariedade e hospitalidade, tão características do povo bantu, instala-se a desconfiança, em vez da partilha, a especulação e o roubo; a fraternidade, que não conhecia fronteiras geográficas, deu lugar a uma como que balcanização psicológica (...)" (CEAST, 1986, p. 15).

Tais desvios do bantu com relação ao Ubuntu têm alcançado níveis preocupantes, que levaram e levam pesquisadores e especialistas em ética e afins, a se questionarem sobre as causas que levam a tal situação, daí que nos dias de hoje fala-se muito de crise e resgates dos valores culturais e/ou morais, como também da crise do próprio homem. Todo o ciclo histórico é marcado por crises, tais crises nem sempre são negativas, pois as crises são alertas de que alguma coisa não está bem e que se deve identificá-la para mudá-la. Para sair de uma crise é necessário um esforço investigativo-especulativo como também prático.

É necessária uma visão holística e realista para encarar de forma racional e produtiva as crises, quer sejam financeiras e acima de tudo morais e humanas. É do mesmo jeito que o bantu deve encarar a crise de seus valores e a sua crise humana. Ao fazermos esse esforço "resolutivo" é ainda importante nos abstermos de preconceitos

⁸ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do... quer sejam de superioridade ou de inferioridade, com isso quero dizer, que refletir sobre os nossos valores e sobre a constituição do homem bantu, é um caminho que exige métodos e objetivos, requer disciplina no raciocinar para não conceber ideias fantasiosas.

É fundamental que se aborde sobre a crise de valores e do homem bantu tendo em vista dois fatores, o externo e o interno. Eva Maria Lakatos, ao analisar o pensamento de Auguste Comte, francês, criador da doutrina positivista, pioneiro da Sociologia, discerne de seus estudos três princípios básicos. O primeiro é o princípio da prioridade do todo sobre a parte, em termos lógicos diz-se que para definir um conceito, em primeiro, devemos fazer a generalização e depois a especificação, eis a decomposição do gênero para a espécie.

Na visão de Auguste Comte, a prioridade do todo sobre a parte, "significa que, para compreender e explicar um fenômeno social particular, devemos analisa-lo no contexto global a que pertence." (LAKATOS, 1990, p. 42). Considerava que tanto a Sociologia Estática (estudo da ordem das sociedades em determinado momento histórico) quanto a Sociologia Dinâmica (estudo da evolução das sociedades no tempo) deveriam analisar a sociedade, cronologicamente situada, fazendo uma relação de sua história particular com a história da humanidade em geral, isto faz da sociologia Comteana, de uma sociologia comparada, tenho a história universal, como seu substrato.

Conclusão

No final da nossa abordagem, vale-nos afirmar que todo o povo é diferente de qualquer um outro povo, apresenta suas particularidades e valências, forja suas formas de sobrevivência e a sua mundividência. Tais particularidades não devem ser vistas como discrepâncias, mas como riqueza e embelezamento do tronco cultural da humanidade. O Bantu sempre soube preservar tais particularidades, numa tendência flexível, influenciando e se deixando influenciar, mas mantendo-se fiel às suas origens, pois, é por força dessa fidelidade que as constantes imigrações não apagaram as suas origens, caso contrário, este seria um povo sem passado.

A mundividência do povo Bantu é completa, trata de assuntos físicos e metafísicos, como consequência disso, possui uma cultura completa, suportada por aspectos morais, religiosos, políticos, educacionais, constituindo uma filosofia de vida pragmática e/ou funcional.

A modernidade como uma fase marcada por muitas crises de diversas ordens, o povo Bantu não escapou dessa realidade. Encontra-se mergulhada numa crise que

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do... preocupa-nos a todos, neste panorama, recomenda-se que se façam estudos de índole antropológica, filosófica, educacional e de outras áreas interdisciplinares com o intuito de se rebuscar as origens, para dar uma compreensão ao presente, enquanto se traçam planos de uma reconstrução cultural que consiga espelhar a identidade deste povo.

A Cultura Bantu tem sua formação num processo longo de adaptações, mas que se manteve conectada as suas origens, tal conexão, não só garantem a unidade entre os diversos subgrupos, mas indica uma de suas particularidades, a resiliência. A grande limitação a volta dos estudos ligados ao povo Bantu, consiste na reduzida bibliografia que aborda o assunto de modo específico, como é possível notar, nos trezes substratos bibliográficos (livros e artigos) usados para essa pesquisa, apenas seis abordam, de modo direto o assunto.

Referências

- ALTUNA, Raúl Ruiz de Asúa. (2014). **Cultura Tradicional Bantu**. 2.ed. Luanda: Paulinas.
- CAVALCANTE, Ana Célia Lopes; XAVIER, Antonio Roberto. XI **Encontro Regional Nordeste De Historia Geral: História Oral e tradição oral africana, a construção de saberes**. 9 a 12 de Maio de 2017. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.
- CEAST. (1986). **Firmes na esperança**. Angola: [s.n.].
- CHOMBELA, Pedro Gbriel. (2013). **(K') Ondjembo: Elementos epistemológicos do éskaton antropológico na Paideia "Hanha" entre os Ovimbundo**. Monopoli: Edizioni Viverein.
- CHORÃO, João Bigotte (Dir.). [20-?]. **Enciclopedia Verbo: Luso – Brasileira de Cultura**. Edição Século XXI. (Fi-Ga) Lisboa: Editorial Verbo.
- ESTERMANN, Carlos. (1983). **Etnografia de Angola: Sudoeste e Centro**. Vol. II. Lisboa: Instituto de investigação científica.
- GENNEP, Arnold Van. (2013). **Os ritos de passagem**. 4.ed. Petrópolis: Vozes.
- JOHNSTON, H. H.. (2012). **The River Congo: From its Mouth to Bólóló**. France: Ulan Press.
- KI-ZERBO, Joseph. (Org.). (1982). **História geral da África: I metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática S.A.
- LAKATOS, Eva Maria. (1990). **Sociologia Geral**. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- MONDIN, Battista. (1981). **Curso de Filosofia: Vol. 1**. São Paulo: Paulus.
- MUANZA, Manbu Teresa. (2013). **Filosofia: desde os pré-socráticos até santo Tomás de Aquino**. Tubingen: Tubingen Handelsdeuckerei Muller+Bass.

Moisés Fernando Manuel, Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do...
MURDOCK, G. P.. (1959). **Africa, its people and culture history**. New York: Mc-Craw Hill Company.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): MANUEL, Moisés Fernando. Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do povo bantu. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.448-464, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): MANUEL, Moisés Fernando (jan./jun.2023) Um olhar filosófico e sociocultural sobre alguns aspectos culturais do povo bantu. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 448-464.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

As percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais: caso de Malulo, Distrito de Sanga

Isaura João Francisco Álvaro Lopes *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-8994-3771>

Joaquim Miranda Maloa **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-9277-2133>

Resumo: O acesso aos tribunais é um direito fundamental do cidadão constitucionalmente reconhecido no nosso ordenamento jurídico moçambicano. Este trabalho investigou as percepções dos operadores jurídicos (Juíza, Procurador e Defensores oficiosos), sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais de Malulo, no Distrito de Sanga. Pretende possibilitar uma reflexão acerca do acesso das mulheres rurais que na sua maioria são poucas escolarizadas e informadas. A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, exploratória e descritiva, uma vez que trata-se de uma pesquisa em andamento de Mestrado em Desenvolvimento Rural na Universidade Lúrio. A colecta de dados foi feita com base em quatro (4), entrevistas semi-estruturadas em profundidade. Análise dos resultados baseou-se nas técnicas de análise de conteúdos. As evidências observadas mostram que o acesso aos tribunais por parte das mulheres de Malulo no Distrito de Sanga é limitado devido ao: i) *baixa escolarização*; ii) falta de informação; iii) pobreza (falta de condições económicas que possa pagar um defensor) e vi) *factores culturais* (masculinidade e ritos de iniciação) - Nessas comunidades as relações sociais de família são caracterizadas pela supremacia do homem sobre a mulher e encontramos nessas comunidades uma estrutura hierarquicamente organizada. No quadro da estrutura hierárquica primeiro se encontra o homem adulto, depois a mulher adulta. Este cenário de subalternidade retira todas as possibilidades da mulher de reclamar ou negociar os seus direitos com maior destaque para os direitos sexuais e reprodutivos. Os resultados mostraram a importância de emponderar as mulheres com informações para que possam reclamar e garantir os seus direitos.

Palavras-chave: Percepções. Operadores Jurídicos. Acesso aos tribunais. Mulheres Rurais.

Maonero e Vashandi veMutemo paKuwaniwa kuMatare neMadzimai ekumaruwa: Malulo case, Sanga District

Pfupiso (chona): Kupinda kumatere ikodzero yakakosha yemugari wenyika inocherechedzwa nebumbiro remutemo mumutemo wedu weMozambique. Basa iri rakaongorora maonero evashandi vemitemo (Mutongi, Muchuchisi uye Defensores unoficios) pamusoro pekuwanikwa kumatere nemadzimai ekumaruwa kuMalulo, kuRuwa rweSanga. Chine chinangwa chekugonesa fungidziro pamusoro pekuwanikwa kwevakadzi vekumaruwa, avo vazhinji vasina kudzidza uye ruzivo. Tsvagiridzo iyi yaionekwa seyemhando, yekuongorora uye inotsanangura, sezvo iri tsvakiridzo irikuenderera mberi yeMasters muRural Development kuUniversidade Lúrio. Kuunganidzwa kwedata

* Mestre em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Lúrio. Licenciada em Direito pela Universidade Eduardo Mondlane. Funcionária da Escola Superior de Negócios (Business School) – Universidade Lúrio (Nampula)

** Prof. Auxiliar da Universidade Rovuma – Extensão de Niassa. Pós-Doutor. Doutor (PhD) em Geografia pela Universidade de São Paulo -USP e Doutor (PhD) em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos -UFSCar – Brasil.

kwakavakirwa pane ina (4) yakadzama semi-yakarongwa mabvunzurudzo. Ongororo yemhedzisiro yaive yakavakirwa pamaitiro ekuongorora zvemukati. Humbowo hwakacherechedzwa hunoratidza kuti madzimai ekwaMalulo mudunhu reSanga anokwanisa kupinda mumatare edzimhosva nekuda kwe: i) kusaenda kuchikoro; ii) kushaya ruzivo; iii) urombo (kushaikwa kwemamiriro ehupfumi anogona kubhadhara murwiri) uye vi) zvinhu zvetsika (hurume uye initiation rites) - Munharaunda idzi hukama hwehukama hwemhuri hunoratidzwa nehukuru hwevarume pamusoro pevacadzi uye tinwana munharaunda idzi mutsara. chimiro chakarongeka. Mukati megadziriro yechimiro chehumambo, kutanga murume mukuru anowanikwa, ipapo mukadzi mukuru. Iyi scenario ye subalternity inobvisa mikana yese yekuti vacadzi vatore kana kutaurirana nezvekodzero dzavo, vachinyanya kukoshesa kodzero dzepabonde nekuzvara. Zvakabuda zvakararatidza kukosha kwekupa vacadzi simba neruzivo kuitira kuti vakwanise kutora nekuvimbisa kodzero dzavo.

Mashoko: Maonero. Vashandi veMutemo. Kusvika kumatare edzimhosva. Vacadzi vekumaruwa.

The Perceptions of Legal Operators on Access to Courts by Rural Women: Case of Malulo, District of Sanga

Abstract: Access to the courts is a fundamental right of the citizen constitutionally recognized in our Mozambican legal system. This work investigated the perceptions of legal operators (Judges, Attorneys and Defenders) on the access to the courts by the rural women of Malulo, in the District of Sanga. It seeks to provide a reflection on the access of rural women, who are mostly poorly educated and informed. The research was characterized as qualitative, exploratory and descriptive, since it is an ongoing research of a Masters in Rural Development at the Lúrio University. Data collection was based on four (4) semi-structured interviews in depth. Analysis of the results was based on content analysis techniques. Evidence shows that access to the courts by Malulo women in the Sanga District is limited due to: i) *low schooling*; (ii) *lack of information*; iii) *poverty* (lack of economic conditions that a defender can afford) and vi) *cultural factors* (masculinity and initiation rites) - In these communities family social relations are characterized by the supremacy of man over women and we find in these communities a hierarchical structure organized. In the hierarchical structure, the adult man is first, then the adult woman. This subaltern scenario removes all the possibilities for women to claim or negotiate their rights with greater emphasis on sexual and reproductive rights. The results showed the importance of empowering women with information so that they can claim and guarantee their rights.

Keywords: Perceptions. Legal Operators. Access to the courts. Rural Women.

Introdução

Este trabalho investigou as percepções dos operadores jurídicos (Juiz, Procurador e Defensores oficiosos), sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais de Malulo, no Distrito de Sanga. Pretende possibilitar uma reflexão acerca do acesso das mulheres rurais que na sua maioria são poucas escolarizadas e informadas. Falar do acesso aos tribunais é reconhecer um direito fundamental do cidadão constitucionalmente reconhecido no nosso ordenamento jurídico moçambicano, nos termos do (Art. 62º CRM)

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... da Constituição da República e reforçado pelo (Art. 70º CRM, 2004) do mesmo diploma legal, cujos podemos extrair os seguintes textos e passo a citar: “o Estado garante o acesso dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e direito a assistência jurídica e patrocínio judiciário”. No número 2 estabelece que, o cidadão livremente pode escolher o seu defensor, e o arguido que por razões económicas não pode, este é assegurado pela assistência e patrocínio judicial e é aqui onde encontramos expresso o princípio da proporcionalidade.

O (Art. 70º CRM) do diploma acima, estabelece que, todo o cidadão tem o direito de recorrer aos tribunais contra os actos que violem os seus direitos e interesses reconhecidos por constituição e pela lei (constituição da República de Moçambique, 2004). O Distrito de Sanga está localizado na parte Norte da Província do Niassa a 60 Km da capital provincial – Lichinga, confinando a Norte com a República da Tanzânia, a Sul com o distrito de Lichinga, a Leste com os distritos de Muembe e Mavago e a Oeste com o distrito de Lago (MAE, 2014).

A vila de Malulo é a sede do distrito de Sanga província de Niassa ao norte de Moçambique, dista a 65 km da cidade de Lichinga, com uma densidade populacional de 75.658 mil habitantes, dos quais 4.900 são mulheres (Secretária Distrital de Sanga, 2019). Na sua maioria falante de língua Yao, e a principal actividade praticada é agricultura de subsistência, e produzem também tabaco para a renda familiar. Malulo tem um posto policial, um posto de saúde, um tribunal, uma procuradoria, um instituto de patrocínio e assistência jurídica (IPAJ), composta por três defensores públicos dos quais duas mulheres, tem uma escola secundária denominada (4) quatro de Outubro, tem também uma escola primária do primeiro e segundo grau e possui uma escola primária do primeiro grau denominada Eduardo Mondlane.

A sede do distrito de Sanga, Malulo possui dentre as várias instituições, algumas atrás mencionadas, uma procuradoria distrital, composta por procurador chefe distrital, um escrivão de direito, um escriturário judicial e uma agente de serviço. Tem também o tribunal distrital, composta por uma Juíza, um escrivão do direito, (4) quatro juízes eleitos, dos quais dois efectivos e outros dois subsalentes, uma escrituraria dactilógrafa, um oficial de diligências e um servente. O acesso aos tribunais constitui uma intervenção chave para a defesa dos interesses das mulheres, no que concerne a defesa dos seus direitos fundamentais. Uma implementação efectiva do acesso aos tribunais como direito fundamental tem um impacto directo na defesa dos direitos fundamentais.

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...

Mas também, a escolha do lugar, foi influenciado por a proponente ser mulher e funcionária do Distrito de Sanga, principalmente na Universidade de Lúrio, visto que, o grande número de mulheres que vivem em Sanga não tem formação académica e profissional, ocupando-se na prática de agricultura, que possa entender os seus direitos fundamentais e na defesa do direito à saúde. Este estudo permitirá perceber a importância do acesso aos tribunais por parte das mulheres nas zonas rurais de modo a verem seus litígios serem resolvidos e seus direitos salvaguardados. Por outro lado, poderá ajudar ao Governo da Província e ao Ministério da justiça, assim com, o Ministério da Mulher e Acção Social a não se preocupar com questões do acesso a justiça por parte das mulheres nas zonas rurais.

1.Revisão bibliográfica

Nesta revisão bibliográfica aborda-se estudos que dão relevância ao problema de acesso aos tribunais de uma forma particular e da justiça de uma forma mais ampla. Sara Araújo (2008), no seu trabalho intitulado: "*Acesso à justiça e pluralismo jurídico em Moçambique. Resolução de litígios no bairro «Jorge Dimitrov»*". A autora afirma que o acesso ao direito e à justiça é um direito fundamental, cuja limitação põe em causa a democracia e o exercício pleno da cidadania. A concepção liberal de que o Estado tem e deve ter o monopólio de produção e administração do direito tem vindo a ser questionada, quer pela antropologia e pela sociologia do direito, quer pelas dificuldades com que os tribunais judiciais se têm debatido no sentido de garantir o acesso à justiça do/as cidadão/ãs.

A autora avança ainda que o pluralismo jurídico não descreve apenas um tipo de países, tendendo a estar presente em todas as sociedades, em Moçambique, a realidade é particularmente interessante pela quantidade e diversidade de ordens normativas e de instâncias de resolução de conflitos que atual no terreno, bem como pelas complexas interligações que se estabelecem entre as mesmas.

Neste texto, a autora aponta que as instâncias comunitárias de resolução de conflitos em Moçambique, compõem uma paisagem jurídica plural, na promoção do acesso à justiça e nas formas de regulação com origem na comunidade e privilegiando os meios de resolução de conflitos diferentes dos que tradicionalmente são propostos pelos tribunais judiciais. As instâncias comunitárias apresentam, contudo, configurações diversas, podendo ou não ter algum vínculo com as instituições estatais ou outras; recorrer a formas de atuação e a direitos altamente diversificados, algumas são próximas

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... das instâncias e dos antigos chefes tradicionais, outras constituem realidades novas surgidas a partir da comunidade, com ou sem impulso do Estado e ser mais ou menos permeáveis à influência do direito e dos mecanismos do Estado.

Araújo (2008), afirma que são vários os benefícios que têm sido apontados às justiças comunitárias em termos de promoção do acesso à justiça. As vantagens que têm vindo a ser apontadas a essas formas de justiça passam pela proximidade cultural e geográfica; pela possibilidade de participação da comunidade; pelos menores custos impostos aos litigantes; pela utilização de formas de resolução de conflitos assentes na conciliação, mediação ou arbitragem; pela utilização das línguas locais; e pela libertação dos tribunais judiciais de muitos processos. Apesar desses aspectos positivos, as justiças comunitárias têm sido sujeitas a críticas, de serem tribunais da segunda, uma vez que são acusados de excluir os/as cidadão/ãs do direito civil, quer do direito étnico. A primeira exclui os não cidadãos, os sujeitos étnicos, da justiça oficial; a segunda exclui da justiça costumeira os que, vivendo num determinado contexto sócio geográfico, não pertencem à etnia dominante, como é o caso dos imigrantes.

Para a autora, outras críticas dizem respeito não à concepção de um sistema pluralista, mas à forma concreta como actuam e aos direitos a que recorrem para resolver os conflitos. Grande parte prende-se com papel das mulheres. Ao mesmo tempo que, são evidentes as fraquezas da justiça de cariz ocidental e a necessidade de recorrer a novas formas de justiça ou valorizar as já existentes nas comunidades, a atenção internacional tem-se voltado para os direitos das mulheres sob a forma do discurso dos direitos humanos e este tende a ser considerado universal e em oposição aos particularismos culturais e, portanto, às ordens normativas das comunidades. Este é, sem dúvida, um dos mais polémicos e complexos debates no que diz respeito ao pluralismo jurídico em África, cuja resposta passa por encontrar o complicado equilíbrio entre o direito à igualdade e o direito à diferença.

Segundo Élide Lauris e Sara Araújo (2015), *"Reforma global da justiça, pluriversalismo e legalidade subalterna: reflexões teóricas e empíricas a partir de uma ecologia de justiças no Brasil, em Moçambique e em Portugal"*. As autoras afirmam que o seu estudo procura compreender a utilidade político-social e o impacto das reformas da justiça, ao mesmo tempo que pretende contribuir para ampliar as experiências jurídicas conhecidas a partir de um exercício de ecologia de justiças focado sobre espaços de pluriversalização onde emergem legalidades subalternas ou invisíveis.

Partindo das realidades do Brasil, de Portugal e de Moçambique, e reconhecendo a heterogeneidade dos contextos, centrando, em primeiro lugar, na análise dos processos de reforma, oscilantes entre o neo-institucionalismo e a desregulação; e, em segundo lugar, investiga lugares de denúncia das formas de opressão, onde acesso à justiça e acção política se cruzam e o sistema jurídico oficial é confrontado com políticas de direitos constituídos, por exemplo, as práticas de uma legalidade subalterna subversiva, que desafiam abertamente o cânone jurídico moderno, procurando transformá-lo; e práticas jurídicas que ocorrem nas margens do direito estatal ou em zonas de contacto híbridas, características dos estados heterogêneos.

O modelo de direito em que assentou a construção do Estado moderno foi desenhado para garantir a ordem que sustenta o projeto capitalista liberal e assenta nas ideias de racionalidade, universalidade, abstracção, formalidade, hierarquia e estatalidade. A narrativa do direito moderno impôs-se, ignorando e invisibilizando uma imensidão de mundos jurídicos. Assim, ficam tantas vezes ausentes das análises sócio-jurídicas as realidades que não cabem nos estreitos parâmetros definidos pelo cânone jurídico moderno.

Neste texto, as autoras procuram ampliar a experiências jurídicas conhecidas ao realizar um exercício de ecologia de justiças centrado em espaços de pluriversalização. Numa perspectiva sociopolítica, a adoção de modelos de reforma jurídica pelos estados tem resultado da combinação e do confronto entre as estratégias de atores e instituições locais face ao imperativo de reformas globais voltadas para a redefinição do papel do sistema de justiça e da efetividade de direitos no âmbito da cooperação entre direito e desenvolvimento. Centradas em três países tão diferentes como Portugal, Moçambique e Brasil, mas inseridas num espaço mundial exportador de receituários universalizadores, partimos das reformas da justiça ocorridas, abordando, por um lado, a tendência desenvolvimentista de multiplicação de serviços prestados de pendor universal.

Berta Chilundo (2013), no seu trabalho “*Violência do Género e Acesso à Justiça em Moçambique*”, afirma que a violência contra a mulher é um fenómeno cuja causa principal é o desequilíbrio de poder entre mulheres e homens. Assim, sendo, os Estados têm o dever de domesticar os instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres, tanto no domínio público como privado.

É no âmbito deste dever que afirma a autora, que o Estado moçambicano aprovou normas e criou instituições, programas de protecção dos direitos da mulher, em particular a protecção contra a violência baseada no género. Os primeiros marcos da legislação sobre

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... os direitos humanos das mulheres em Moçambique datam da primeira Constituição da República (CRM) de 1975, que estabelecia que: *“homens e mulheres devem ser iguais perante a lei em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural.”* Esse princípio de igualdade também foi consagrado na CRM tanto de 1990, de 2004 assim como a de 2018.

Segundo a autora a Constituição de 2018 vai mais longe e estabelece uma série de importantes princípios e direitos: Princípio da Universalidade e Igualdade (art. 35º CRM) – *“Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política.”* Princípio da Igualdade do Género (art. 36º CRM) – *“O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.”* Direito à Vida (art. 40) – *“Todo o cidadão tem direito à vida e à integridade física e moral e não pode ser sujeito à tortura ou tratamentos cruéis ou desumanos.*

O Flávio Menete (2016), Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique, na comemoração do 90-º Aniversário da Ordem dos Advogados Portugueses, proferiu a comunicação intitulada: *“Acesso à Justiça - Perspectiva Nacional e Internacional”*, onde começa a abordar o tema de acesso a justiça de uma forma histórica. Desde 1975, aquando da celebração da independência, apontando que nesta época mais de uma dezena de cidadãos moçambicanos tinham formação em direito, incluídos os que exerciam cargos governamentais. Praticamente não havia juízes nem procuradores formados e foi interdito o exercício da profissão de advogado.

Posto que no período colonial a esmagadora maioria da população não tinha acesso a advogados e nem sequer sabia o que era isso. A Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane tem a idade da nossa independência, e ela também sofreu um revés: foi encerrada por decisão política poucos anos após a independência, tendo sido mantida na situação de encerrada por cerca de meia década.

O Governo de então, confrontado com a quase total ausência de quadros nas mais diversas áreas (não havia na altura moçambicanos formados e os portugueses haviam abandonado o país), definia o destino profissional dos cidadãos, e os profissionais do direito não constituíam exceção. Mas as coisas mudaram e para além de reaberta a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane em finais da década oitenta, em meados da década noventa entrou em funcionamento mais uma instituição de ensino

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... superior com curso de licenciatura em ciências jurídicas e nos anos subsequentes instituições idênticas se multiplicaram.

Hoje aponta o autor que já temos cerca de mil profissionais das magistraturas do Ministério Público e judicial, judicial administrativa, fiscal e aduaneira, cerca de mil e quinhentos advogados, pelo que, do ponto de vista de profissionais, nada se compara com o que se vivia nos primórdios da independência nacional. A assistência aos cidadãos carenciados está essencialmente a cargo dos técnicos e assistentes jurídicos do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica.

Estes profissionais são funcionários do Estado, ou estudantes de direito. Apesar destes avanços somos ainda poucos profissionais nas mais variadas áreas do labor jurídico, para atender uma população de cerca de 25.000.000 de habitantes. Naturalmente que temos um grande caminho a percorrer, sobretudo no que tange ao estágio e formação contínua. Maiores desafios tem o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, uma vez que a maioria esmagadora dos seus membros não tem licenciatura em direito.

Do ponto de vista institucional, temos tribunais judiciais de distrito, de província, superiores de recurso e o supremo, bem como tribunais administrativos de província e o tribunal administrativo, os tribunais fiscais e os tribunais aduaneiros. Importa aqui referir que a morosidade processual constitui um dos maiores desafios da nossa justiça. E diferente não poderia ser, isto porque a população tem cada vez mais cultura jurídica e socorre-se dos tribunais para defender os seus direitos e interesses; e por outro lado a dinâmica económica suscita sempre situações que levam os cidadãos à justiça.

Pouco depois da independência diz o autor foram instituídos tribunais comunitários, com competência para dirimir pequenos litígios com base na equidade. Apesar de existirem muitas centenas destes tribunais, o certo é que são praticamente inoperantes. Desde 2011 que em Moçambique foi aprovada a lei da arbitragem, como forma de resolução extrajudicial de conflitos da mais diversa natureza.

E quanto às comunidades, vale aqui referir afirma o autor que apesar de a acção popular estar previsto na Constituição, na lei processual, incluindo a da jurisdição administrativa, certo é que ainda não se recorre à mesma; quanto a nós, este mecanismo é de extrema importância e pode ter forte impacto no acesso à justiça por uma pluralidade de cidadãos ou mesmo por comunidades inteiras, que sentem ameaçados, violados direitos colectivos ou difusos. Mas a cultura jurídica vai crescendo e eu acredito que mais

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...
tarde ou mais cedo, e, quanto a mim, mais cedo do que mais tarde, os cidadãos usarão todos os meios ao seu dispor para que a justiça seja feita a seu favor.

João Pedrosa (2018) na sua tese intitulada: *Acesso ao Direito e a Justiça: um direito fundamental em questão*, defende que o acesso ao direito e à justiça não é auto-efetivo, nem neutro politicamente, nem é a panaceia da transformação social, mas tem um papel central e de charneira nas democracias contemporâneas. Consequentemente, a não existência de um acesso efetivo ao direito e à justiça representa, assim, falta de participação, de transparência e de responsabilização. Ora, no contexto de uma mudança acelerada das famílias e de mutação do respectivo direito de família, também sujeito a um processo de globalização de alta intensidade, verifica-se, em contraponto, que as políticas e os regimes jurídicos de acesso ao direito e à justiça têm uma transformação (e até um retrocesso) e sofrem uma globalização de baixa intensidade.

Segundo Pedrosa (2018), esta discrepância aumenta o *gap* entre o direito de família e das crianças e as práticas de desigualdade e de vulnerabilidade, designadamente das mulheres e crianças no espaço doméstico, pelo que concebeu se o acesso ao direito e à justiça, nesta área de conflito social, como um direito social compensador das referidas desigualdades e um fator de mudança social. A consolidação deste direito social deve acontecer no âmbito de uma nova política pública de justiça ou de ação pública, apta a reconhecer a pluralidade de instâncias e de atores que intervêm, de modos diversos, no acesso ao direito e à justiça, só deste modo se tornando democratizadora das relações no espaço doméstico e do aprofundamento da qualidade da democracia (Pedrosa, 2018).

Para Pedrosa (2018), o acesso à justiça tem uma história que começa com o nascimento dos sistemas de *Legal Aid* (de acesso ao direito e à justiça), em 1949 (com o *Legal Aid Act*, no Reino Unido), está sociologicamente relacionado com os conflitos de família e a explosão dos divórcios no Reino Unido durante e na sequência da Segunda Grande Guerra Mundial. Por outro lado, as relações de família no espaço doméstico (e público, mais tarde) representam um conflito social estrutural, e a família (e os seus diversos conceitos) sofreu uma profunda e acelerada transformação social, o que implicou uma grande mutação na sua regulação pública/privada e, consequentemente, do direito da família.

Os primeiros estudos sobre o acesso à justiça, segundo Pedrosa (2018) é anterior a 1949, foram lançados em 1919 pelo Heber Smith, no seu livro intitulado: *Justiça e os Pobres – um retrato sobre a presente denegação de justiça aos pobres e sobre as*

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, *As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... entidades que tornam a sua posição mais igual perante a lei com particular referência ao trabalho de acesso ao direito e à justiça nos E.U.A.*, na qual se analisa a denegação de justiça para os pobres resultante da morosidade processual, dos custos excessivos das taxas dos tribunais e, ainda, do custo inacessível do aconselhamento e acompanhamento jurídico por um advogado¹.

Para o autor apesar da história de acesso ao direito e justiça para resolver problemas familiares, as relações sociais de família continuam estruturalmente desiguais, com especial vulnerabilidade das mulheres e das crianças (e, atualmente, também dos idosos), pelo que o acesso ao direito e à justiça nesses conflitos é, claramente, um compensador das desigualdades sociais e do aprofundamento do respeito pela dignidade e pelos direitos humanos e, conseqüentemente, da qualidade da democracia nas sociedades contemporâneas.

O direito é uma ordem com certas garantias específicas referentes à probabilidade da sua validade empírica. E entender-se-á por direito objetivo garantido o caso em que as garantias consistam na existência de um aparelho coativo, isto é, que se compõem de uma ou de muitas pessoas dispostas de modo permanente a impôr a ordem por meio de medidas coativas, especialmente previstas para isso (coacção jurídica) (Pedroso, 2018).

Para o autor, o direito de acesso à justiça está dependente de uma dimensão prestacional do Estado, que o aproxima os direitos sociais e não lhe retira as referidas dimensões de direito fundamental e de direito humano. Ora, a igualdade entre “desiguais” nas relações de família e a referida defesa dos interesses públicos apelam a um direito e a uma justiça a que todos consigam ter acesso individual ou coletivamente. Conseqüentemente, o Estado e a sociedade têm de estar dotados de instrumentos que permitam evitar a exclusão social de todos aqueles que podem ou não conseguem aceder ao direito e à justiça de família legislado e garantido constitucionalmente pelo Estado. O modo de conseguir tal objetivo é considerar que do referido direito são indissociáveis os modos de lhe ter acesso, pelo que o acesso ao direito e à justiça da família deve ser considerado como um direito social.

Alexandre António Timbane (2016), no seu trabalho intitulado: *A Justiça moçambicana e as questões de interpretação forense Linguagem e direito*, afirma que a

¹ *Justice and the Poor – A study of the present denial of justice to the poor and of the agencies making more equal their position before the law with the particular reference to legal aid work in the United States (Heber Smith, 1919)*, onde escreve “que não existe direito para os pobres”, o direito é classista e conseqüentemente a democracia estará próxima do fim e não sobreviverá sem a generalização do respeito do princípio da igualdade perante a lei e sem uma justiça.

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...
sede pela justiça é constante em todas as sociedades do mundo. O ser humano sempre procurou a justiça (tradicional ou moderna) como sendo o espaço de resolução dos seus problemas, dos seus conceitos de toda ordem. O sistema de justiça criminal é o garante da lei e das ordens públicas e assim, há uma necessidade constante de aperfeiçoamento. As instituições de formação policial constituem um espaço adequado para a troca de conhecimentos que visam o melhoramento da atividade policial.

Por outro lado, Moçambique é um país com muitas línguas e cada região tem a sua língua. A maioria da população moçambicana não possui conhecimentos linguísticos da língua portuguesa suficientes que lhes permitam discutir profundamente a linguagem jurídica. Na justiça tradicional, a língua oficial é uma das línguas bantu moçambicanas e na justiça moderna a língua oficial é apenas português.

Sabe-se, também, que a linguagem é complexa, quer dizer, está carregada de significantes e significados que diferem de cultura para cultura. Possui nuances, significados semânticos e pragmáticos complexos e que muitas vezes só podem ser entendidos dentro do contexto sociocultural. O Estado moçambicano valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento (Timbane, 2016).

Para o autor a língua está intimamente ligada à cultura do sujeito, então como o suspeito/acusado consegue se defender em situação da justiça utilizando uma língua desconhecida. Existe uma separação clara entre a justiça moderna e tradicional, uma vez que estas formas jurídicas têm bases empíricas diferentes.

Os debates sobre a tradução e interpretação em contextos forenses são importantes porque evitam ambiguidades terminológicas. Na justiça é difícil e complicado ser interrogado ou ser julgado numa língua desconhecida e sem tradutor. Sabendo que Moçambique é um país onde a maioria dos cidadãos falam línguas bantu, desconhecida nos tribunais, assim sendo, é importante discutir como a linguagem é importante na lei. A interferência da língua bantu moçambicana na justiça merece um apontamento prático e estes fatos podem influenciar o tradutor/intérprete nas escolhas lexicais e de sentido.

O autor salienta que a linguagem e a lei estão intimamente ligadas. A lei não pode existir sem que haja algum meio de comunicação – a linguagem. É de extrema importância a integração da linguagem na justiça como instrumento de comunicação, de interpretação e de compreensão de mensagens orais e escritas. A linguagem jurídica descreve linguisticamente o valor das palavras, das frases e dos discursos em contextos

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... do Direito desde as leis, decretos, estatutos, regulamentos e outros. Para a concretização deste artigo foram utilizados os seguintes conceitos: Tribunal e Acesso aos tribunais.

O Tribunal (do latim: *tribunalis*, significando "dos tribunais") é um órgão cuja finalidade é resolver litígios com eficácia de coisa julgada². No (art. 133º CRM) da Constituição da República Moçambicana é já muito clara quanto à definição do que são os Tribunais. Eles representam um órgão de soberania em si mesmos e possuem a competência de administrar a justiça, isto é, de aplicar o Direito e de apreciar as causas à luz de uma certa equidade, através de um julgamento cuidadoso das provas apresentadas e no constante empenho pela busca da verdade (Constituição da República de Moçambique, 2004).

Enquanto o acesso aos tribunais é entendido da forma mais ampla possível, ou seja, de acesso à informação jurídica e consulta jurídica do Estado, da Ordem dos Advogados e da comunidade, de modo a que os cidadãos possam conhecer e ter consciência dos direitos e, ainda, para garantir que estes não se resignam, quando são lesados, e que têm condições de vencer os custos e as barreiras, independentemente da sua natureza, para aceder às formas mais adequadas – judiciais – e legitimada para a resolução desse litígio (Pedroso, 2011; Araújo, 2008; Lauris e Araújo, 2015; CHILUNDO 2013; Menete, 2016).

Na constituição moçambicana, o acesso aos tribunais é garantido dos cidadãos aos tribunais e garante aos arguidos o direito de defesa e o direito de assistência jurídica e patrocínio judiciário (art. 62º CRM) e no (art. 70º CRM), afirma que os cidadãos têm direito de recorrer aos tribunais.

2. Metodologia

A metodologia é o modo de proceder a pesquisa, a maneira de agir na pesquisa e responde às seguintes questões: *Como? Com quê? Onde? Quanto?* Assim sendo, a metodologia é um conjunto de procedimento, pelos quais se rege uma investigação científica (Cochran, 1965). Esta pesquisa apoderou-se de várias abordagens:

✓ Pesquisa bibliográfica – buscamos consultar referências bibliográficas que dizem respeito a questão de acesso aos tribunais de uma forma específica e justiça de uma forma ampla.

✓ Pesquisa documental – buscamos consultar documentos jurídicos e judiciais que dão relevo os direitos da mulher. Consideramos, igualmente, os Relatórios

² Ver. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tribunal>. Acessado 21 de maio de 2019.

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...
Anuais do Sector da Justiça, a partir dos dados da Direcção Provincial e Distrital da
Justiça de Sanga, para os anos em referência (2019), e;

- ✓ Observação directa;

Tratou-se de um estudo quantitativo e qualitativo de amostra não probabilística, envolve uma série de métodos de selecção de amostras onde são realizados julgamentos em decorrência de motivos razoáveis ou não. Os resultados de uma pesquisa baseada em amostragem não probabilística não permitem generalizações a respeito da população em estudo, já as inferências realizadas a partir dos resultados de uma amostragem probabilística podem ser feitas inteiramente por métodos estatísticos, não assumindo critérios em relação à distribuição das características na população.

Na amostragem não probabilística, a selecção de cada elemento depende do julgamento do pesquisador, sendo portanto não aleatória. Em suma, pode se dizer que na amostragem probabilística, a teoria da probabilidade permite que o pesquisador calcule a natureza e extensão dos vieses das estimativas e determina que variação da estimativa é esperada para o procedimento da amostragem (Cochran, 1965).

Em amostragem não probabilística, elimina-se os custos e o trabalho de desenvolver uma amostragem estruturada aleatoriamente, porém também se elimina a precisão com que as informações resultantes serão apresentadas, sendo que os resultados podem conter vieses e incertezas que fazem com que a qualidade da informação seja inferior a da amostragem probabilística (Cochran, 1965).

Entende-se como *técnica* “um instrumento de trabalho que viabiliza a realização de uma pesquisa” que, através da execução do conjunto de operações de um método, permite confrontar o corpo de hipóteses com a informação colhida na amostra (verificação empírica) (Pardal e Correia, 1995, p. 48). Neste sentido, utilizou-se como técnica de pesquisa: observação direta, entrevista, análise documental e de conteúdo.

O *método* como sendo um conjunto de regras que elegemos num determinado contexto para se obter dados que nos auxiliem na explicação ou na compreensão dos constituintes do mundo (Turato, 2003). O *método científico*, utilizado nesta pesquisa é o *estudo de caso* que é um método útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto local. Ele é um estudo empírico que busca determinar ou testar uma realidade, e tem como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas. Através delas o entrevistado vai expressar sua opinião sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações.

Estudo de caso é um método que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade local. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado. O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos locais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

A tendência do *estudo de caso* é tentar esclarecer situação específica, procurando encontrar as características e o que há de essencial nela. Esse estudo pode ajudar na busca de novas teorias e questões que serviram como base para futuras investigações. Ele investiga um fenômeno contemporâneo partindo do seu contexto real, utilizando de múltiplas fontes de evidências. Método é o caminho pelo qual se atinge um objetivo; programa que regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado; processo ou técnica de ensino: método direto; modo de proceder; maneira de agir; meio (Gil, 1987).

A pesquisa será *qualitativa* e *quantitativa*, uma vez que o estudo se baseou na entrevista semi-estruturada, observação direta e dados qualitativos em relação aos processos e outros indicadores necessários para a compreensão do fenômeno estudado. A principal diferença entre esses dois tipos de pesquisa é que a *quantitativa* é baseada em números e cálculos matemáticos. O objetivo é compreender os fenômenos através da coleta de dados numéricos, apontando preferências, comportamentos e outras ações dos indivíduos que pertencem a determinado grupo ou sociedade, enquanto a pesquisa *qualitativa* tem base no caráter subjetivo, usando narrativas escritas ou faladas. O objetivo é compreender os fenômenos através da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais (Cochran, 1965).

A *técnica de recolha de dados* é o conjunto de processos e instrumentos elaborados para garantir o registro das informações, o controle e a análise dos dados, salientando, desta forma, a ambiguidade e inconsistência na distinção entre técnicas e instrumentos (Moresi, 2003). Utilizou, como fonte de registro dos dados coletados, máquina fotográfica, o diário de campo e gravador que facultaram a recolha das informações. Os dados foram coletados com auxílio de um questionário que foi respondido por 4 operadores jurídicos (Juíza, Procurador, Escrivão e Defensores Oficiosos - IPAJ) e 91 mulheres da vila de Malulo, perfazendo um total de 95

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...
entrevistados/as, determinado por conveniência, como o próprio nome já sugere é um tipo de amostra que não exige tanto critério na pré-seleção das entrevistadas, ou seja, o universo da pesquisa não precisa estar totalmente definido para que essa seja efetuada (Cochran, 1965).

Os dados obtidos foram recolhidos entre Junho e Setembro de 2019 e a análise de dados foi baseada em referência a *SPSS Statistics* na versão 20 e expressos nas tabelas e gráficos. Utilizou-se como fonte de registro dos dados coletados o diário de campo, esferográfica, lápis, borracha, papel A4. A recolha de dados foi feita com recurso a técnica de amostragem não probabilística por conveniência, como mostrou-se anteriormente, pelo fato de ser quase impossível fazer a listagem de todos os elementos da população, recorrendo se a escolha dos indivíduos que fizeram parte da amostra em função da sua disponibilidade e pertinência do mesmo para o estudo.

Dentre as várias limitações do trabalho de campo, destaca-se a questão da língua, a maioria de mulheres se expressava em língua local, o que permitia a pesquisadora fazer a tradução. A tradução em geral é complicada e pior ainda se for uma tradução de entrevista para fins acadêmicos, que é muito específica, de certa forma, precisa-se de um profissional qualificado (linguística) para o efeito. Não basta apenas falar a língua, mas também é necessário conhecer profundamente aspectos internos e externos à língua local.

3.Resultados e análises das percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos Tribunais por parte das mulheres rurais de Malulo, Distrito de sanga.

As representações sociais são formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, representantes de uma visão prática e concorrente na construção de uma realidade comum a um grupo social (Moscovici, 1996). E correspondem a significados construídos nas interações sociais e são compreendidas como construídas por e constitutivas da realidade social (Almeida, et al, 2006).

As representações sociais, por sua vez, enfatizam o indivíduo enquanto sujeito ativo e pensante, produtor de representações sociais e, portanto, de sua realidade, a partir de suas interrogações sobre o seu lugar no social (Jodelet, 2008). Segundo essa teoria, indivíduos e grupos expressam suas opiniões através de suas representações sociais (Andrade, 1998), ou seja, desenvolvem formas específicas de estruturar suas representações sociais a partir da sua inserção no social e das relações sociais.

Em suas respostas, os operadores jurídicos entrevistados relacionaram a procura dos tribunais como estando associado a casos de violência doméstica. Segundo Abrahams et al. (2014), a violência doméstica contra a mulher é perpetrada por um parceiro íntimo. A violência doméstica contra a mulher não está confinada a uma cultura (Osório e Macuacua, 2013), a uma região ou a um distrito específico, nem a grupos de mulheres em particular dentro de uma sociedade. Observa-se tanto no espaço urbano como rural a preocupação contra a violência doméstica. Como explica:

As mulheres sofrem no seio familiar e vão ao tribunal nos dias depois das festas, porque foi violentada por marido ou parceiro, nos dias festivos, são momentos de conflito(...). Não que as mulheres não sofressem, mas ela acha que tem a ver com a fragilidade por parte delas, em detrimento de homens que normalmente tem medo queixas, então, por parte das mulheres é receio, fragilidade, baixa escolaridade, falta de informação sobre existência de instituições de justiça, distancias dessas instituições, uma vez que a província de Niassa é muito vasta e com poucos recursos, pobreza e questão cultural (**Entrevistado 3**. 17. 07.2019).

O trecho acima e os entrevistados verbalizaram a baixa escolaridade e a falta de informação sobre os direitos das mulheres aos tribunais, como sendo os fatores que impedem ou inibem as mulheres de ter o acesso aos tribunais, principalmente nos casos de violência doméstica. As raízes da violência contra as mulheres decorrem da discriminação persistente contra as mulheres em diversas nacionalidades, independente da sua condição de classe, cultura, geração, credo religioso e origem étnica (Osório e Cols, 2008).

García-moreno (2000), afirma que a violência contra a mulher está associada a exposição da violência doméstica entre os pais, durante o período de crescimento na família de origem e a violência doméstica contra as mulheres quando se tornam adultas. Porém, as mulheres são responsabilizadas, pelo não cumprimento de uma ordem do marido. Mesmo que a mulher denuncie a família, a falta de apoio familiar e de amigos, assim como pela escassez de serviços públicos, que estejam próximo as comunidades que estimulem as mulheres a denunciar e pedir uma ajuda necessária que deveria ser dada como vítimas. Como aponta:

As mulheres (...), por causa das distâncias onde vivem e esta localizado os tribunais a acabam não permitindo a mulher ter acesso a um tribunal, mesmo que ela queira restituir o seu direito, encontramos também o problema de transporte público e a capacidade financeira para se locomover em busca dos seus direitos, (...), por exemplo

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ... as mulheres de Chilapitangongo e Malemia desde 2017, não recebi nenhum caso relacionado a mulheres (...), essas populações preferem levar os casos e resolver nos régulos ou a nível familiar e poucas vezes nos tribunais comunitários e por causa mesmo das distâncias os tribunais comunitários acabam dirimindo. (**Entrevistada 4**. 17. 07.2019).

Podemos observar no trecho acima que são apontados dois fatores importante, que limitam as mulheres de ter acesso aos tribunais. O primeiro fator é a pobreza, ou seja, a falta de condições para pagar um defensor. Na generalidade os tribunais, colocam problemas de taxas ou sanções pecuniárias. Na maior parte dos casos, os utentes pagam determinado valor ou taxa de imposto de justiça e de multa. A verdade é que esta realidade acarreta algumas suspeições em relação ao acesso aos tribunais, uma vez que acabam por limitar o acesso à justiça, sobretudo por parte das mulheres que são dependentes dos seus maridos (Osório, 2007; 2009).

E o segundo fator é os fatores culturais que permitem a mulher ser submissa e não reivindicar os seus direitos quando são violados. Como mostrou uma operadora jurídica quando perguntamos, qual era o afluxo das mulheres meterem queixas ao tribunal, ela respondeu que; *“As queixas recebidas, por parte das mulheres eram poucas (...)”* (**Entrevistado 1**. 17. 07.2019).

Observa-se assim que a política de sensibilização sistemática existente deve ser melhorada, para dar conta as práticas locais e o empoderamento da mulher e apoio jurídico e financeiro que possa ajudar as mulheres rurais a elevar a igualdade, cidadania, justiça e reivindicar os seus direitos quando violados. Olhando para esta realidade podemos avançar que a violência doméstica é ainda subestimada (Osório, et al. 2000; Osório,2003). Esta subestimação esta ligada a fraca comunicação entre os fazedores das políticas de gênero e as comunidades, isto devido aos fatores como: culturais, a falta de informação, patrocínio jurídico e a dispersão dos tribunais.

Considerações finais

Neste artigo é apresentada uma investigação acerca das percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais. Como resultado, são trazidas à tona algumas questões relevantes para o campo do Desenvolvimento Rural que se somam aos esforços de outros pesquisadores interessados na gestão do Poder Judiciário. O interesse por esse tema tem crescido no campo mais recentemente.

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...

Partindo da proposta que criar condições para que haja mais fluxos de mulher a expor os seus problemas do dia -a- dia, diz respeito: a reforma gerencial dos tribunais; ampliação da cidadania; reflexões sobre o judiciário; e legislação.

As evidências observadas das percepções sociais dos operadores jurídicos mostram que o acesso aos tribunais por parte das mulheres de Malulo no Distrito de Sanga é limitado devido ao: i) *baixa escolarização*; ii) falta de informação; iii) pobreza (falta de condições econômicas que possa pagar um defensor) e vi) *factores culturais* (masculinidade e ritos de iniciação) - Nessas comunidades as relações sociais de família são caracterizadas pela supremacia do homem sobre a mulher e encontramos nessas comunidades uma estrutura hierarquicamente organizada. No quadro da estrutura hierárquica primeiro se encontra o homem adulto, depois a mulher adulta. Este cenário de subalternidade retira todas as possibilidades da mulher de reclamar ou negociar os seus direitos com maior destaque para os direitos sexuais e reprodutivos. Os resultados mostraram a importância de emponderar as mulheres com informações para que possam reclamar e garantir os seus direitos.

Referências

Abrahams, N. *et al.* (2014). Worldwide prevalence of non-partner sexual violence. **The Lancet**. Volume 383, Issue 9929, 10–16 May, pp.1648-1654.

Almeida, A. *et al.* (2006). Representações Sociais da Adolescência e Práticas Educativas dos Adultos. In: Almeida, A. M. O. *et. al.* (Org.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: Ed. UnB.

Andrade, M.A. (1998). A identidade como representação e a representação da identidade. In: Moreira, A.S.P. e Oliveira, D.C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB Editora.

Araújo, S. (2008). Acesso à justiça e pluralismo jurídico em Moçambique. Resolução de litígios no bairro “Jorge Dimitrov”. **VI Congresso Português de Sociologia**. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25 a 26 de Junho, pp.3-13.

Araújo, S & Lauris, É. (2015). Reforma Global da Justiça, Pluriversalismo e Legalidade Subalterna: Reflexões Teóricas e Empíricas a Partir de Uma Ecologia de Justiças no Brasil, em Moçambique e em Portugal. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.** UFRN, Natal, v. 16, n.2, jul./dez, p.88-113.

Chilundo, B. (2013). Violência do Género e Acesso à Justiça em Moçambique (Síntese a partir dos slides). **Publicado em “Outras Vozes”, nº 41-42, Maio.**

- Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...
- García-Moreno, C. (2015). **Violencia contra la mujer: Género y equidade em la salud**. OPS. Disponível em: <http://www.catunescomujer.pdf>. Acessado em 5 de Jan 2022.
- Jodelet, D. (2008). Le mouvement de retour vers le sujet et l'approche des représentations sociales. *Connexions (Identité et subjectivité)*, **Érés**, n.º89, pp. 25-46.
- Ministério da Administração Estatal (MAE) (2004). **Perfil do Distrito de Sanga – Província de Niassa**. Maputo: MAE.
- Menete, F. (2016). **Acesso à Justiça: Perspectiva Nacional e Internacional**. Comemoração do 90-º Aniversário da Ordem dos Advogados Portugueses. Cascais, 30 de Junho.
- Moscovici, S. (1996). **A máquina de fazer deuses**. Rio de Janeiro: Imago.
- Osório, C. et al. (2000). **A ilusão da Transparência na administração de justiça**. Maputo: Women and Law in Southern Africa - Research Trust - Mozambique (WLSAMOZ).
- Osório, C.; Temba, E. (2003). "A Justiça no Feminino". In: Santos, B. S.; Trindade, J. C. (Org.). **Conflito e Transformação Social: uma Paisagem das Justiças em Moçambique**. Porto: Edições Afrontamento.
- Osório, C. & Silva, T. C. (2009). **Gênero e governação local: estudos de caso na província de Manica, distrito de Tambara e Machaz**. Maputo: WLSA.
- Osório, C. (2010). **Gênero e democracia: as eleições de 2009 em Moçambique**. Maputo: WNLSA.
- Osório, C.; Macuacua, E. (2013). **Os ritos de iniciação no contexto atual de ajustamento, ruptura e confrontos, construindo identidade de gênero**. Maputo: WNLSA.
- Osório, C. (2007). Algumas reflexões sobre o funcionamento dos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança, 2000-2003 (2ª parte). In: Arthur, M. J. (Org.) **Memórias do Activismo pelos direitos humanos das mulheres: Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006**. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C. & Cols. (2008). A mulher e a Lei na África Austral: A ilusão da transparência na administração da justiça. **Women and Law in Southern Africa - Research Trust - Mozambique (WLSAMOZ)** Departamento de Estudos da Mulher e Género. 2ª ed. Moçambique.
- Pedroso, J. (2011). **Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção**. O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças.

Isaura João F. Á. Lopes, Joaquim M. Maloa, As percepções dos operadores jurídicos sobre o ...
498f.2011. Tese de Doutoramento em Sociologia do Estado, do Direito e da Administração, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
República de Moçambique. (2004). **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional.
Secretaria Distrital de Sanga. (2019). **Notas colhidas nas entrevistas em sanga** (Caderno de Campo).
Timbane, A. A. (2016). A Justiça moçambicana e as questões de interpretação forense: um longo caminho a percorrer. **Language And Law / Linguagem e Direito**, v. 3, p. 78-97.
Turato, E. (2003). **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022



Para citar este texto (ABNT): LOPES, Isaura João Francisco Álvaro; MALOA, Joaquim Miranda. As percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais: caso de Malulo, Distrito de Sanga. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.465-484, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Lopes, Isaura João Francisco Álvaro; Maloa, Joaquim Miranda. (jan./jun.2023). As percepções dos operadores jurídicos sobre o acesso aos tribunais por parte das mulheres rurais: caso de Malulo, Distrito de Sanga. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 465-484.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njinggaesape>

A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo: um olhar sobre o bairro de Magoanine “C”

Francisco Bernardo Bilério ¹

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-1877-8932>

Ramos Cardoso Muanamoha ²

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-8688-5799>

Resumo: O artigo aborda a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo, tomando como espaço de análise o bairro de Magoanine “C”. A transformação social do espaço compreende ao conjunto de alterações sociais que ocorrem no meio urbano ou rural caracterizado pelas interações humanas quer dentro ou fora da família. Para sua elaboração recorreu-se à abordagem mista concomitante, isto é, a combinação das abordagens qualitativa (administração de entrevistas aos informantes-chave e análise documental) e quantitativa (administração de questionários aos chefes de agregados familiares). Assim, subentende-se que a transformação social do espaço no bairro de Magoanine “C” constitui a continuidade das alterações que ocorrem na Cidade de Maputo, caracterizadas por um fraco ordenamento do território e pelas desigualdades sociais que nela se registam. A tal transformação contribui para a erosão dos valores morais nos residentes, que se manifesta pela falta de compreensão e valorização do “Outro”. Para além do deficiente ordenamento do espaço, a criminalidade resulta também da fraca coesão familiar, da desintegração das redes de solidariedade na vizinhança e das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Transformação social; Espaço urbano; Criminalidade; Moçambique

Abstract: The article addresses the social transformation of space and crime in Maputo City, taking as a space of analysis the Magoanine “C” neighborhood. The social transformation of space comprises the set of social changes that occur in the urban or rural environment characterized by human interactions inside or outside the family. The article is part of the thesis and the concurrent mixed approach was used for its elaboration, that is, the combination of qualitative (administration of interviews with key informants and documentary analysis) and quantitative (administration of questionnaires to house hold heads). Thus, it is understood that the social transformation of space in the Magoanine “C” neighborhood constitutes the continuity of the changes that occur in Maputo City, characterized by poor spatial planning and social inequalities. Such transformation contributes to the erosion of moral values in residents, manifested by the lack of understanding and appreciation of the other. In addition to poor spatial planning, crime also results from poor family cohesion and the disintegration of solidarity networks in the neighborhood.

Keywords: Social transformation; Urban space; Criminality; Mozambique

Introdução

O artigo aborda a transformação social do espaço e a criminalidade na Cidade de Maputo, tomando como espaço de análise o bairro de Magoanine “C”. O mesmo visa

¹ Investigador Auxiliar na ACIPOL, doutorando em Desenvolvimento e Sociedade no Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane, Mestre em Ciências Policiais: Segurança Pública pela Academia de Ciências Policiais e Licenciado em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane. Email: quinhobilerio@gmail.com

²Doutorado em Demografia, Professor Associado na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Email: ramos.muanamoha@gmail.com

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... compreender a relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade. A transformação social do espaço no bairro de Magoanine “C” é marcada pela continuidade dos processos que ocorrem na Cidade de Maputo. A transformação social do espaço nesta cidade é em parte influenciada pela “dinâmica do crescimento populacional” (MUANAMOHA, 2002), “ pelas medidas tomadas a partir de 1975 no contexto da guerra” (OPPENHEIMER e RAPOSO, 2000), “pela liberalização da economia” (RAPOSO e SALVADOR, 2002), “pelas medidas introduzidas pela guerra” (LOPES, 2002), “pelas transformações político-económicas” (COSTA e RODRIGUES, 2002) e “pela globalização” (RODRIGUES, 2002).

Vivet, (2015) no seu estudo sobre “os deslocados de guerra em Maputo” refere que no período pós independência, as entidades mais significativas da integração social eram o Estado, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), as organizações democráticas de massa, os sindicatos das empresas e os Grupos Dinamizadores. Estas entidades, em particular os Grupos Dinamizadores, mantinham a sociabilidade dos indivíduos dentro e fora da família, através de mecanismos de controlo instituídos (guias de marcha/ou outro tipo de documento de identidade, apresentação dos novos membros acolhidos na família às estruturas locais, reuniões mensais, bem como o recenseamento das entradas e saídas em cada bairro.

Entretanto, a partir da década de 90, assiste-se uma ruptura considerável dos mecanismos de controlo social e de sociabilidade instituídos após a proclamação da independência nacional (Junho de 1975), tornando cada vez mais difícil a gestão das relações sociais de convivência no espaço urbano. Neste período, a ordem urbana é posta em causa, devido à saturação das infra-estruturas, às construções desordenadas, aumento do comércio informal, a desestruturação familiar e a mudança do padrão criminal. Ainda nota-se a intensificação do egoísmo, permitindo assim a emergência de novos valores e atitudes dentro e fora do ambiente familiar (MALOA, 2018).

Os resultados sobre a criminalidade no espaço urbano moçambicano são em parte apresentados em estudos desenvolvidos pelo Ministério do Interior e o Centro de Análise de Políticas da UEM em 2014, pela Direcção de Investigação e Extensão da ACIPOL em parceria com Empresa de Consultoria KULA, em 2008 e 2009, por Maloa (2015, 2017 e 2018) e Mubarak (2016), e em estatísticas criminais produzidas pelo Departamento de Estudos e Planificação do Comando Geral da Polícia da República de Moçambique, entre os anos de 2010 e 2018. Nestes estudos e relatórios, os autores apontam o crime contra a propriedade como aquele que ocorrem com frequência. Ainda apontam a

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... reconfiguração física do espaço urbano como um dos factores que proporciona a criminalidade. Contudo, estes estudos pouco fazem ligação entre as questões familiares, de vizinhança e económicas com a criminalidade.

É em atenção a este e outros debates que emerge este artigo, com o intuito de problematizar a relação entre a transformação social do espaço urbano e a emergência de comportamentos desviantes, tomando como espaço de análise o bairro de Magoanine “C”, uma vez que este é marcado pelo ambiente de descontinuidades económicas, desigualdades sociais e de aparente ruptura das relações sociais de convivência. O bairro de Magoanine “C” é praticamente novo, resultante da população afectada pelas cheias de 2000 e proveniente de vários bairros da Cidade de Maputo. Antes das cheias de 2000, os poucos habitantes viviam em casas de construção precária feitas na base do material local. Com a chegada dos afectados pelas cheias, as habitações passaram a ser feitas de “Tendas”, daí que o bairro em algum momento foi apelidado de “Matendene”. Gradualmente, as habitações de “Tendas” foram substituídas por habitações feitas de material convencional.

O desenvolvimento deste artigo é orientado pela seguinte pergunta de partida: Como é que ocorre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade no bairro de Magoanine “C”? Em função desta pergunta, o artigo parte do argumento de que a forma como ocorre a transformação social do espaço urbano (relações sociais de convivência, quer individuais, familiares, de vizinhança e até económicas) pode estar a propiciar a criminalidade no bairro de Magoanine “C”. Ou seja, a hipótese que se avança é que neste bairro existe uma relação entre a forma como ocorre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade.

Assim, o artigo tem como objectivo geral compreender a relação entre a transformação social do espaço urbano e a criminalidade no bairro de Magoanine “C”. Neste sentido, constituem objectivos específicos do artigo: (i) descrever a transformação social do espaço urbano; (ii) caracterizar as manifestações da criminalidade; e (iii) relacionar as transformações sociais (individuais, familiares, de vizinhança e económicas) com a criminalidade. O desenvolvimento deste artigo constitui uma contribuição sobre a necessidade de ampliar o actual debate teórico das causas da criminalidade urbana que centra a sua atenção em aspectos relacionados com ordenamento do território e actuação policial (REISMAN e LALÁ, 2012; LOURENÇO, 2013; BILÉRIO, 2015; MALOA, 2015; MUBARAK, 2015; SANTOS, 2016), deixando de lado os aspectos de sociabilidade.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

A elaboração deste artigo seguiu a abordagem mista concomitante, isto é a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa. O artigo contempla cinco secções, sendo a primeira que traz um breve debate sobre a transformação social do espaço urbano; a segunda secção é referente a metodologia; a terceira aborda a transformação social do espaço no bairro de Magoanine “C”; a quarta secção relaciona os elementos de transformação social do espaço com a criminalidade; e a quinta secção apresenta as considerações finais.

A transformação social do espaço urbano

A “transformação social do espaço urbano” sempre constituiu uma preocupação para os diferentes campos de saber, tais como, o urbanismo, a arquitectura, geografia, economia, sociologia, história, psicologia, antropologia e as artes. O debate a volta da questão da transformação social do espaço urbano é dominado fundamentalmente pela Escola de Chicago e Marxista. Os autores iluminados pela Escola de Chicago recorrem a mobilidade, fluidez e distância, e os processos de concentração, centralização, segregação, invasão e sucessão para explicar a transformação social do espaço urbano. Enquanto, os da Escola Marxista recorrem a intensa urbanização, a reestruturação das áreas metropolitanas, crescimento das actividades ligadas aos sectores terciário e quaternário da economia, a mundialização do sistema financeiro e articulação da economia a escala mundial (MARAFON, 1996).

A transformação social do espaço urbano envolve estudos de tendência demográfica, estruturação familiar e estratificação social. Todavia, segundo Dias (2012) as transformações ocorrem rapidamente no âmbito tecnológico, reflectindo-se de imediato na sociedade, alterando imediatamente os hábitos de trabalho, de consumo e de relacionamento.

Os estudos sociológicos apontam seis questões fundamentais que orientam o processo de transformação social do espaço urbano. As tais questões procuram captar: (i) o que é que muda; (ii) como é que muda; (iii) qual a direcção da mudança; (iv) qual é o ritmo de mudança, (v) por que ocorre a mudança, ou por que ela foi possível; e (vi) quais os principais factores de mudança (DUTRA e BURGLIN, 1987). Assim, conforme Grafmeyer (1994), a transformação social do espaço urbano ocorre com a intervenção dos agentes, actores e actividades económicas.

Dente os estudos que abordam a transformação social do espaço urbano, Villaça (1997) distingue três vagas. A primeira vaga abarca as abordagens tradicionais que vêm

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... da Escola de Chicago, com uma visão crítica de base marxista, revolucionando a sociologia urbana e criando um campo interdisciplinar de estudo do espaço, cujas análises partem das mudanças sociais, económicas e políticas. A visão sobre a transformação do espaço é concebida a partir do social, com fortes referências económicas. A segunda vaga de estudos tem seu fundamento no social, onde a segregação espacial das classes sociais é entendida como processo necessário para o exercício de dominação política e desigual apropriação de recursos do espaço. O produto do trabalho constitui a força determinante da estrutura intra-urbana. A terceira vaga de estudos tem o seu fundamento nas relações dialécticas entre o espaço e a sociedade (trabalho).

A transformação do espaço urbano, como produto das relações sociais, assume práticas seculares, marcadas pela substituição das relações primárias (de base familiar) pelas relações secundárias (caracterizadas pela racionalidade e indiferença entre as pessoas) e a imposição de uma certa anomia e de um diferente ritmo de vida daqueles que vêm habitar no espaço urbano (WIRTH, 2001). Para Lefèbvre (2004) a transformação social que ocorre na cidade resulta do processo de adensamento e de explosão. O adensamento é estimulado pelo desenvolvimento dos meios de transportes colectivos e pela transformação das indústrias nos arredores da cidade onde se situam as fontes de energia. Por seu turno, o movimento de explosão é estimulado pelas transformações tecnológicas das construções, que permitem maior verticalização e concentração populacional nas áreas centrais.

Os elementos de transformação social do espaço urbano, na óptica de Castells (1984), incluem a produção, consumo, intercâmbio e gestão. A produção constitui a dimensão espacial do conjunto de actividades produtoras de bens, serviços e informação. O consumo representa a dimensão espacial das actividades que têm por objectivo a apropriação social, individual e colectiva do produto (habitação, os equipamentos colectivos, culturais e recreativos). O intercâmbio inclui a dimensão espacial de trocas que têm lugar entre a produção e o consumo (circulação e consumo). Finalmente, a gestão inclui processos de regulação das relações de produção, consumo e intercâmbio (organismos de planeamento urbano, instituições municipais).

Assim, Castells chama a atenção, no que respeita à sociologia de produção de espaço, para a necessidade de ampliar o horizonte de debate, passando a incorporar os problemas de planeamento urbano, mas sem deixar nunca, por mais importante que seja, a gestão. Ainda, Castells (1983) relembra que a problematização sociológica da

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... transformação social do espaço urbano deve partir da análise da mesma, como processo social, que resulta da interacção entre as infra-estruturas e forças sociais.

Assim, Carlos (1994) defende que a transformação social da paisagem urbana compreende: (i) alteração do estilo de vida; (ii) aumento da renda, consumo e poupança; (iii) desenvolvimento de sectores terciários e quaternários; (iv) crescimento do consumo cultural, turismo, permanência temporária; e (v) efeitos conjugados da mobilidade e da oferta imobiliária. Por sua vez, Dias e Andrade (1997) destacam, “a heterogeneidade étnica e cultural; o anonimato e atomismo da interacção, que marcam ruptura dos mecanismos tradicionais de controlo (família e vizinhança), dada a pluralidade na cidade moderna”.

A transformação social do espaço urbano compreende as alterações que ocorrem no meio urbano, cujo reflexo é a qualidade da vida (capital social), especificamente para a componente das relações sociais de convivência familiar e com os vizinhos. Nesse processo da construção do capital social e sociabilidade, a componente habitacional é fundamental quando relacionada com a demografia, principalmente nos bairros antigos que não foram objecto de qualquer tipo de planeamento. A situação da habitação agrava-se mais pela presença de uma população de baixo nível de vida, em parte oriunda do meio rural, a qual se instala precariamente em barracas nos subúrbios (ANTUNES, 1999).

No contexto habitacional, a transformação social do espaço urbano, conforme Antunes (1999), tem-se traduzido na especulação imobiliária, pela venda de terrenos para construções privadas. Igualmente, os grandes blocos residenciais são muitas vezes monótonos e desprovidos de serviços essenciais. Esta situação leva a que as famílias passem a viver num ambiente em que as pessoas se ignoram, perdem as suas antigas relações e sofrem o isolamento, enquanto os jovens se organizam em "bandos de delinquentes".

As condições de vida nas áreas urbanas com transformação social deficiente e agitada levam a que a convivência e a solidariedade cedam, muitas vezes, o lugar ao individualismo, isolamento, egoísmo e à violência, gerando assim fenómenos de tensão social (ANTUNES, 1999). A partir da visão dos autores, pode-se concluir que a transformação social do espaço urbano compreende a organização do espaço e constitui o factor explicativo de comportamentos sociais dos indivíduos. Para tal, ela deve ser entendida como alterações sociais que ocorrem no meio urbano, ou seja, como as pessoas se relacionam com as outras no contexto diário.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

Para Portes (2000), a transformação social no contexto familiar tende a ser mais intensa em espaços urbanos cujos progenitores têm como a principal tarefa de criar os filhos, em relação às famílias monoparentais, ou aquelas em que ambos os pais trabalham. Igualmente, a transformação social do espaço urbano tende a ser inferior para as crianças de famílias monoparentais, por não se beneficiar pela presença em casa do segundo progenitor e por tenderem a mudar de residência frequentemente, facto que limita o desenvolvimento dos laços que os unam a outros adultos da comunidade.

Lima (2017) defende que os indivíduos adquirem a capacidade de controlo por meio da socialização familiar. Os indivíduos com baixo autocontrolo buscam a satisfação do prazer imediato sem considerar as consequências negativas a longo prazo. Assim, o baixo autocontrolo parece ser a ineficaz criação de filhos e constitui a principal motivação para o crime. Os indivíduos com baixo autocontrolo tendem a ser egocêntricos, indiferentes ou insensíveis ao sofrimento e às necessidades do outro. A literatura avança três premissas consideradas necessárias para uma educação/socialização “bem sucedida”, a supervisão parental (para que as crianças desenvolvam autocontrolo, elas precisam de pais que observem o seu comportamento), empenho parental (os pais devem ser capazes de reconhecer os comportamentos egoístas, impulsivos e anti-sociais) e disciplina (os pais devem reprovar os comportamentos egoístas, impulsivos e anti-sociais, logo que a criança os manifeste (GOTTFREDSON e HIRSCHI, 1990). Neste artigo, a transformação social do espaço compreende o conjunto de alterações sociais que ocorrem no meio urbano caracterizado pelas interações humanas quer dentro ou fora da família, ou seja o conjunto de sociabilidades³.

Metodologia

A elaboração deste artigo baseou-se na abordagem mista concomitante, isto é, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa. A adopção destas abordagens permitiu a conjugação de múltiplas técnicas e instrumentos de recolha de dados que ofereceram informação rica e valiosa em relação as representações e percepções dos sujeitos de pesquisa sobre os elementos de transformação social do espaço que estão relacionados com a criminalidade no contexto espacial de Magoanine “C”.

³ A sociabilidade é “o estar com um outro, para um outro, contra um outro que, através do veículo dos impulsos ou dos propósitos, forma e desenvolve os conteúdos e os interesses materiais ou individuais”. (SIMMEL, 1983, p.168).

A abordagem qualitativa revelou-se importante na busca de experiências vividas pelos sujeitos de pesquisa em relação aos contextos e significados ligados à transformação social do espaço urbano e à criminalidade. Esta abordagem foi estratégica se se assumir que os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objectivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Enquanto a abordagem quantitativa ocupou-se em trazer dados comparáveis que podem ser generalizáveis (indicadores de transformação social do espaço urbano, a dimensão numérica e tipificação das famílias delitivas) a abordagem qualitativa permitiu trazer o que cada sujeito de pesquisa experimenta em relação as sociabilidades e o crime.

Para a operacionalização da componente quantitativa recorreu-se ao questionário com vista a recolher dados estatísticos relacionados com a vivência dos sujeitos de pesquisa, tipificação criminal e a dimensão numérica dos crimes. Ao mesmo tempo, as percepções, sentimentos e opiniões em relação as sociabilidade e a criminalidade no espaço urbano foram explorados/recolhidos a partir do guião de entrevista e grelha de observação (instrumentos qualitativos). Em suma, a produção deste artigo adoptou o pressuposto da triangulação metodológica, onde se combinou as técnicas e instrumentos de recolha de dados da abordagem qualitativa e quantitativa. Especificamente foram elaborados um guião de entrevista semidirigida e um questionário.

O uso do guião de entrevista semidirigida visava recolher os contextos, realidades, significados e concepções detalhadas sobre como os sujeitos de pesquisa pensam sobre o "como e porquê" a transformação social do espaço pode estar relacionada com a criminalidade. Este instrumento foi administrado aos informantes-chave seleccionados e residentes no bairro em estudo. O guião de entrevista semidirigida foi constituído por três dimensões, sendo a primeira que visava captar as transformações sociais do espaço urbano, a segunda para captar as manifestações da criminalidade, e a terceira para aferir a relação entre as sociabilidades e a criminalidade.

Por sua vez, o questionário visava recolher a opinião construída pelos chefes dos agregados familiares em relação aos indicadores de transformação social do espaço urbano e criminalidade. O questionário foi constituído por cinco secções. A primeira secção visava captar os dados demográficos dos sujeitos de pesquisa. A segunda secção visava recolher as percepções sobre as dinâmicas sociais do espaço urbano. A terceira secção visava recolher as manifestações da criminalidade. A quarta secção tinha como objectivo relacionar a transformação social do espaço urbano e a criminalidade.

A recolha de dados empíricos decorreu no bairro de Magoanine "C" entre os dias 17 de Julho e 15 de Agosto de 2019. Este bairro, apesar de ter sido habitado desde os primórdios da independência nacional (1975), o seu enquadramento no cenário urbano é recente, impulsionado pelo processo de reassentamento da população no âmbito das cheias de 2000. O bairro possui cerca de 31.234 habitantes correspondentes a 7.296 famílias (INE, 2007). A definição da amostra para administração do questionário baseou-se numa amostragem probabilística estratificada multi-etapa. A selecção dos agregados familiares foi mediante ao uso de tabelas de números aleatórios, antecedida pela listagem no local. A amostra foi concebida para obter resultados com uma margem de erro de 5% no intervalo de confiança de 95%. O estudo teve como amostra 213⁴ chefes de agregados familiares definidos a partir de um total de 7.296 agregados familiares.

A selecção dos informantes-chave para administração das entrevistas baseou-se na amostragem não probabilística do tipo heterogéneo ou de diversidade. Assim, foram entrevistados 10 indivíduos que fazem parte do Conselho Consultivo do bairro. De acordo com a Resolução nº71/AM/2011, o Conselho Consultivo do bairro é constituído pelo secretário do bairro, chefe tradicional, representantes das confissões religiosas, das organizações sociais, da Polícia Municipal, da Ordem, presidente do Comité de Segurança Comunitário, director da escola, representante dos agentes económicos e da comissão dos moradores.

A análise de dados obedeceu a combinação entre análise de conteúdo e o método estatístico. A análise de conteúdo correspondeu à interpretação de dados recolhidos através do guião de entrevista semidirigida e documentos. O método estatístico foi fundamental para a análise de dados provenientes do questionário e de documentos contendo informação numérica. Os dados do questionário foram processados no SPSS versão 20.

A transformação social do espaço urbano no bairro de Magoanine "C"

A realidade social do espaço neste bairro insere-se no contexto das grandes transformações que ocorrem na Cidade de Maputo, marcadas por uma grande expansão territorial desajustada com as condições de vida da população. A tal transformação ocorre

⁴ O cálculo da amostra foi a partir da seguinte fórmula: $n = \frac{z^2 \times P \times q \times N}{\epsilon^2 \times (N-1) + z^2 \times P \times q}$ (Z corresponde o valor crítico obtido a partir de um nível de intervalo de confiança; N corresponde ao tamanho da população; E corresponde o erro de estimação; P e q representam as proporções da população com características pesquisadas, onde o P corresponde a probabilidade de sucesso e q a probabilidade de fracasso.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... de forma desordenada e anárquica, pois os ritmos de crescimento não conseguem ser acompanhados por iguais ritmos de desenvolvimento e nem pela criação de capacidades para a implantação de projectos de desenvolvimento capaz de gerar emprego para os seus residentes.

A trajetória histórica do ambiente urbano ficou marcada pela vigência de um sistema socialista com uma economia centralizada e planificada a nível da capital do país (Cidade de Maputo). Neste processo verificaram-se algumas anomalias relacionadas com o sistema de administração pública. Para além disto, a prolongada guerra dos 16 anos, as adversidades climáticas ligadas às calamidades naturais com os seus efeitos devastadores, exacerbaram as dificuldades de construção de uma comunidade coesa com altas taxas de analfabetismo, do decréscimo das receitas e divisas, de um saldo negativo do comércio externo, emigração, fome, dependência internacional e complexo processo de reconciliação (NGOENHA, 1992).

O Estado moçambicano vendo a sua economia assolada por crises resultantes de factores conjunturais, impossibilidades de responder às demandas sociais, optou por liberalizar a economia, assumindo o Estado o papel regulador e não de desenvolvimento económico. Foi neste contexto, que novos actores foram chamados a intervir no processo produtivo. Os factores conjunturais colocaram em causa a governabilidade, agravada com uma profunda erosão da legitimidade das instituições do Estado.

Para Canhangá (2007), as reformas da descentralização tinham em vista ampliar a expansão do bem-estar das comunidades, garantir a extensão da cobertura de protecção social básica, assegurar a inclusão dos grupos pobres e vulneráveis no acesso a renda e no processo de desenvolvimento assente nos padrões de eficiência e eficácia, com base na boa governação, descentralização e crescimento económico. Estas reformas conheceram um enquadramento político e a sua celeridade em 1990 com a aprovação da Constituição da República de 1994. Embora com as reformas introduzidas legalmente na Constituição da República de 1994, até hoje, diferentes bairros da cidade variam nas formas de construção, no sistema viário, nas actividades económicas dos moradores, bem como nas estratégias de sobrevivência dos agregados familiares.

Embora o povoamento do bairro de Magoanine “C” tenha-se intensificado em 2000, desperta atenção pelos caminhos não planeados e estreitos, pela falta de infra-estruturas e pela mistura de construções horizontal e vertical, ainda com mistura de materiais tradicionais e modernos. Neste bairro, a comunidade foi sujeita aos processos de reassentamento motivados pelas inundações, ainda com o propósito de zoneamento

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... adequado e da definição de planos detalhados de uso de terra e em particular pelas novas experiências de melhoramento dos bairros de ocupação informal e espontâneo e em bairros com infra-estruturas e serviços urbanos insuficientes.

O processo de reassentamento foi dirigido pelo Conselho Municipal da Cidade de Maputo em 2000, na qual as primeiras habitações foram erguidas na base de “Tendas”. Trata-se de um reassentamento forçado em que não houve espaço para a negociação entre as partes envolvidas. As autoridades municipais identificaram o espaço, de seguida foi comunicado a autoridade tradicional, neste caso a “Rainha”. Dos 213 chefes de agregados familiares inquiridos, 90% são provenientes de outros bairros, ou seja são reassentados.

A chegada de novos residentes no bairro implicou por vezes, a perda de propriedade, dos meios de subsistência ou de acesso a bens e serviços, o que de certa forma implicou a marginalização de alguns agregados familiares. Assim, 95% dos “nativos”/primeiros moradores inquiridos perderam a sua terra à favor de novos residentes, o que implicou a mudança nas estratégias de sobrevivência. A população “nativa”/primeiros moradores que dependia da agricultura foi obrigada a procurar novos espaços nos bairros da província de Maputo, com destaque para a baixa do Rio Malaúze, Boquisso e Mahlemele.

As mudanças de localização da moradia dentro da Cidade de Maputo segundo Chavana (2009) terão trazido alterações na estrutura das despesas familiares e no próprio bem-estar, ao agravar as privações do acesso aos locais de emprego e dos serviços básicos de saúde e educação sobretudo para os pobres. As novas localizações de residências em Magoanine “C” resultante da mobilidade residencial centro-periferia constitui, em parte, o novo elemento responsável pela precarização das condições de vida dos agregados familiares, ao introduzir novos custos de transportes para o acesso físico dos locais de emprego e serviços básicos.

As famílias reassentadas em Magoanine “C” sentem-se excluídas da vida urbana (50% dos inquiridos) devido o transporte que não é eficiente, dificultando o acesso ao centro onde estão as oportunidades de sobrevivência. A mudança de residência levou a destruição dos espaços das relações sociais (55%), económicas (20%) e de vizinhança (25%) que levaram anos a ser edificadas.

Considerando que os residentes deste bairro são heterogéneos, a sua convivência não constitui um processo pacífico a partir das experiências individual, familiar e de vizinhança no que se refere ao processo de adaptação à nova realidade. Importa frisar

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... que 75% dos inquiridos referiram que o ambiente de convivência no bairro leva ao desenvolvimento do sentimento de exclusão e de rivalidade entre os reassentados e os “nativos”/primeiros moradores (60%). Devido a escassez de emprego, a população vive dependente do desenvolvimento de pequenos negócios. O primeiro secretário do bairro de Magoanine “C” apontou que quase todas as famílias residentes desenvolviam um negócio fora ou dentro do espaço habitacional como estratégia de sobrevivência.

“Aqui ninguém vive só na base do emprego (...) mesmo os que tem emprego formal, o salário não é suficiente (...) daí que as famílias ou tem que fazer um pequeno negócio dentro do quintal ou fora (...) a melhor forma que as famílias encontraram é comprar uma caixa de cerveja ou de refresco e gelar dentro da casa e colocar um vasilhame no muro do quintal” (Entrevista ao primeiro secretário de Magoanine “C” realizado no dia 22 de Julho de 2019).

A escassez de emprego e o desenvolvimento de pequenos negócios presentes neste bairro devem ser entendidos no contexto das grandes transformações iniciadas nos meados da década de 1980, com destaque para os programas de ajustamento estrutural, sob orientação das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), como Brito (2019) defende na sua obra sobre “ A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado Nacional”. A realidade habitacional dos bairros da Cidade de Maputo, em particular de Magoanine “C” expressa-se de forma dual caracterizada por uma mistura de vivendas, casas de caniço e zinco e de alvenaria inacabadas. A expressão habitacional manifesta as desigualdades sociais em relação ao acesso de recursos entre as famílias que residem no bairro.

As habitações estão vedadas por uma mistura de muros de *espinhosa*, de pedaços de chapas de zinco e em blocos de cimento. A vedação constitui um dos sinais evidentes da privatização e da territorialização do espaço doméstico cuja função simbólica é muito importante no contexto de forte densidade populacional e de conflitos de terra. A altura dos muros de algumas habitações denuncia de forma recorrente a exclusão entre os residentes, como apontou um dos entrevistados.

“Meu filho veja uma coisa (...) só a partir das vedações dos quintais (...) fica o recado de que nós não convivemos com os nossos vizinhos, não nos conhecemos, e mesmo quando um grita ninguém socorre o outro, porque não nos conhecemos por causa destes muros altos parece cadeia (...) ” (Entrevista ao líder religioso residente em Magoanine “C” realizada no dia 13 de Julho).

O bairro de Magoanine “C” caracteriza-se pela fraca implementação da política de ordenamento do território, o que contribui para ocupações informais “espaços

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...
autoproduzidos” mediadas pelo reassentamento forçado e processo de exclusão. Neste bairro a ocupação informal e a incerteza habitacional traduz-se pela falta de parcelamento dos talhões que apresentam dimensões diferenciadas, bem como na morosidade no processo de atribuição de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Os residentes inquiridos deste bairro vivem inseguro (85%) no contexto habitacional devido ao processo de parcelamento (70%) e atribuição de DUAT (90%).

Olhando para os actores que estão envolvidos na tomada de decisões e nos processos de planeamento, nota-se diversificação ao longo dos anos. Na sequência da introdução do governo de transição, o partido Frelimo, que se tinha comprometido com o socialismo, fundou os chamados grupos dinamizadores a nível dos bairros. Estes deviam ajudar a solucionar os problemas crescentes na cidade, como a migração, o desemprego, a ocupação descontrolada de terra e os problemas de abastecimento. Os grupos dinamizadores mobilizavam os moradores urbanos para o trabalho voluntário, impediam a criação de mercados paralelos, através das brigadas de inspecção, e desempenharam um papel importante nos meados dos anos 1980 até princípios da década 90.

A estrutura administrativa implantada na actualidade pouco promove a coesão entre os residentes (50%) e possui pouco poder de controlo da população. Os residentes pouco participam nas reuniões do bairro. O sistema de arrendamento habitacional não é comunicado a estrutura local (80%) o que revela maior insegurança (70%).

A situação actual de vida já não permite manter a ordem no bairro (...) marca-se reunião, os moradores não aparecem (...) até alguns chefes de quarteirões não participam (...) isto estraga a convivência (...) porque é nestas reuniões onde se passam as informações, instruções importantes que nos tornam mais próximo dos outros (...) a falta disto passamos a não conhecer quem vive no bairro e nem o comportamento dos residentes (...)” (Entrevista ao Permanente do Círculo de Magoanine “C” realizada no dia 18 de Julho de 2019).

O desrespeito pelas estruturas locais pode ter sido influenciado pelas reformas jurídicas iniciadas na década de 1990 e o Acordo Geral de Paz de 1992 que permitiram o pluralismo político e a liberdade de reunião. É nesse contexto que Negrão (2003) aponta que algumas organizações de massas romperam a sua aliança com a Frelimo, e surgiram sindicatos independentes. Os residentes do bairro de Magoanine “C” entendem que a vizinhança constitui o verdadeiro pilar de sociabilidade (60%), mas o seu desempenho na coesão social dos residentes é considerada irrelevante na actualidade (80%).

Eu não conheço os meus vizinhos (...) mesmo quando se trata de problemas dificilmente encontramos-nos (...) o vizinho era a pessoa muito próximo mas agora não (...) por isso se

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

as pessoas estão juntas ou são do mesmo grupo de xitique ou da igreja (...)” (Entrevista realizada no dia 18 de Julho a um dos residentes do bairro de Magoanine “C”).

A família constitui elemento unificador e de coesão das práticas individuais. É neste ambiente que se desenvolve e define-se as relações de socialização familiar. A socialização parental e a criminalidade estão aparentemente ligados. Uma família que preserva seus valores e princípios e os transmite aos seus descendentes, independentemente de suas condições económicas, a possibilidade de um de seus membros aderirem à criminalidade é ínfima.

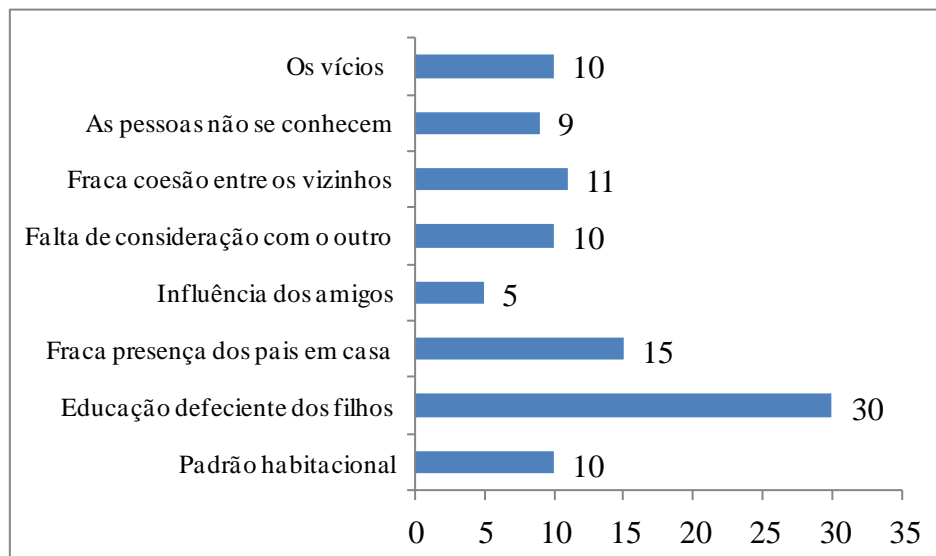
Os residentes inquiridos deste bairro defendem que a família constitui elemento unificador (65%) e de coesão das práticas individuais (80%), mas do ponto de vista de educação parental encontra-se enfraquecida (90%). Ademais, 95% dos inquiridos vivem em agregados familiares composto por 6 e mais membros e 75% dos responsáveis dos agregados familiares passam maior parte do tempo fora de casa.

“Nós como pais não temos tempo de conversar e de fazer o acompanhamento dos nossos filhos (...) estamos preocupados com coisas materiais (...) aqueles que tem condições os filhos recebem o companheirismo de empregados⁵ (...)” (Entrevista realizada no dia 19 de Julho a um dos residentes do bairro de Magoanine “C”).

Assim, pode-se assumir que a transformação social do espaço neste bairro ocorre em ambiente caracterizado pelo enfraquecimento das redes locais de controlo social, desigualdades sociais, ruptura nas relações sociais, principalmente, para as crianças, jovens, e gerações, como também, o distanciamento nas relações familiares (entre pais e filhos). O distanciamento nas relações é realçado pelos inquiridos ao apontarem a educação deficiente dos filhos (30%), fraca presença dos pais em casa (15%) e fraca coesão entre os vizinhos (11%) (gráfico 1).

⁵“ O companheirismo de empregado” significa ter empregado em casa para cuidar/ou fazer companhia os filhos enquanto os pais/encarregado estiver ausente, de modo que não fiquem sozinhos.

Gráfico 1: Principais transformações sociais em curso no bairro



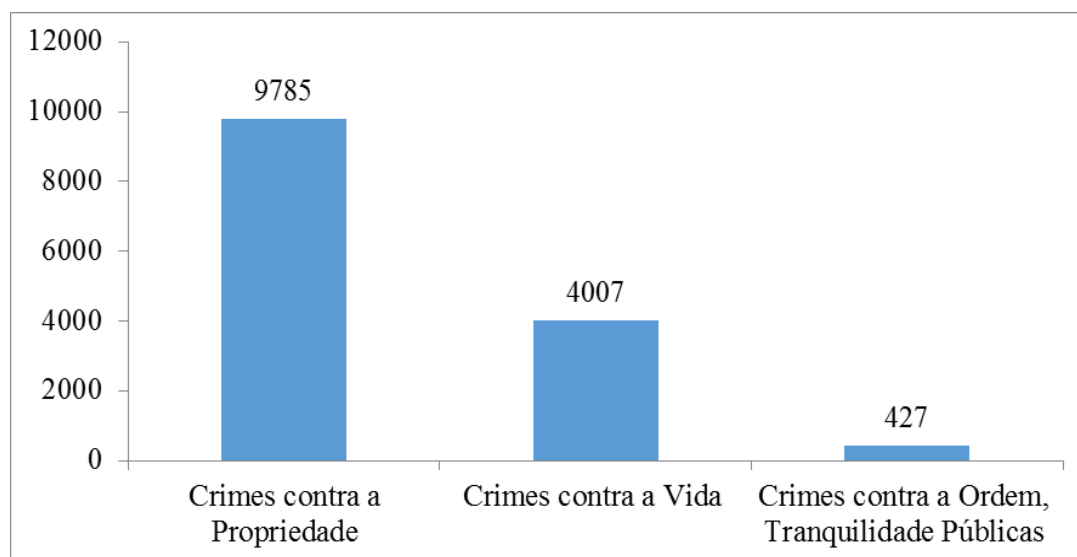
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do inquérito por questionário administrado aos residentes do bairro de Magoanine “C”

A leitura dos dados revela que o bairro de Magoanine “C” é caracterizado por uma transformação social deficiente do espaço urbano. A partir deste processo os residentes tendem a serem mais “egoístas”, ou seja menos presente e comunicativos com os outros, testemunhados pela impessoalidade nas relações quotidianas. A família como tal, tende a revelar a perda dos seus valores educativos para com os filhos. Nota-se a perda de valores morais e pouca valorização do outro. Esta transformação ocorre num espaço em que há pouca promoção das políticas de ordenamento do território e com escassos recursos económicos.

Elementos de transformação social do espaço e a criminalidade no bairro de Magoanine “C”

A criminalidade no contexto urbano da Cidade de Maputo é entendida como um problema que resulta das desigualdades sociais em que os residentes estão sujeito. Os crimes contra a propriedade são os que ocorrem com frequência (gráfico 2), por um lado. Por outro lado, as estatísticas oficiais da Polícia indicam que a criminalidade tende a diminuir anualmente. A aparente diminuição da criminalidade pode ser explicada pela existência de “cifras negras”, ou seja, os residentes tendem a não recorrer aos mecanismos formais para reportar os delitos.

Gráfico 2: Criminalidade na Cidade de Maputo (2015-2018)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo Comando da PRM-Cidade de Maputo

No bairro de Magoanine “C” existe uma opinião elaborada pelos inquiridos de que a criminalidade tende a diminuir para os que têm possibilidades de contratar serviços de segurança armada provida por guardas privadas, que envolve normalmente membros da Polícia da República de Moçambique (PRM) fora das horas de serviço. Para além disso, neste bairro foram tomadas algumas iniciativas locais de autodefesa frequentemente executada por indivíduos desempregados (Conselho Comunitário de Segurança). Estes indivíduos olham a actividade de autodefesa como se fosse estratégia de sobrevivência, principalmente os que operam no mercado local de Matendene.

A incidência da criminalidade nos bairros urbanos moçambicanos, em particular os da Cidade de Maputo tem sido explicada pela fraca presença policial (1 membro para 1.089 cidadãos). Associado à isso, existe um nível extremamente baixo de confiança nos membros da Polícia, bem como na própria instituição da Polícia, onde as estatísticas apontam que apenas cerca de 10% dos crimes é que são reportados (SHABANGU, 2012). Por sua vez, a Procuradoria-Geral da República (2010) aponta a degradação dos valores morais, a posse ilegal e uso de armas de fogo, o uso de drogas, a superstição e o abuso do álcool, como factores explicativos da criminalidade na Cidade de Maputo.

A configuração do bairro de Magoanine “C” transmite um ambiente favorável para a ocorrência de actos criminais. Ele apresenta becos pouco iluminados que serpenteiam pelos quarteirões do bairro. Esta situação é agravada pela existência de estabelecimentos

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... informais de venda de bebidas alcoólicas e “bocas de fumo⁶”, que muitas das vezes servem de local de concentração dos criminosos. Na óptica dos sujeitos de pesquisa, a criminalidade é comumente praticada por adolescentes e jovens desempregados. Os crimes na óptica dos entrevistados agrupam-se em assaltos a propriedades e contra a integridade física recorrendo instrumentos contundentes.

A existência de espaços pouco iluminados e de fraca comunicabilidade, associada a alta densidade populacional e do parque edificado fornecem pouca segurança aos residentes. Os residentes destes bairros assumem que é mais seguro caminhar fora de casa no intervalo de tempo compreendido entre as 06:00 e 21:00. As quartas e quintas-feiras e nas proximidades de feriados são consideradas como momentos mais críticos em relação a ocorrência de delitos. O chefe de sector policial entrevistado assumiu que os meses de Dezembro a Março são tidos como os que registam altas taxas de criminalidade. Para Bertelsen e Chaúque (2015) a ocorrência da criminalidade (assaltos e roubo com arrombamento) neste período, coincide com os migrantes que regressam da África do Sul com dinheiro e, por último, pela diminuição do fornecimento de produtos agrícolas por parte dos parentes rurais, de que muitos residentes dependem.

Os residentes inquiridos apontaram o roubo (70%), agressões físicas (20%) burla de terrenos (9%) e violação sexual (11%) como os crimes que ocorrem regularmente. O crime de roubo foi igualmente apontado pelo assistente do secretário do bairro.

“Aqui a criminalidade é problema de todos os dias, as pessoas são roubadas dentro e fora de casa, na rua, nas paragens (...) e ninguém socorre o outro mesmo vendo (...) as pessoas perderam as suas referências (...) não se gostam (...) cada qual por si (...) crime como meio de sustento (...)” (Entrevista realizada no dia 20 de Julho ao assistente do secretário do bairro de Magoanine “C”).

A partir da observação efectuada durante o trabalho de campo foi notório a presença de algumas medidas tomadas pelos residentes para aumentar a sensação de segurança, que normalmente, incluem a construção de muros altos à volta do espaço residencial, a electrificação do muro e a contratação de serviços de empresas de segurança privada. Todavia, estas medidas acabam deixando os indivíduos numa situação de vulnerabilidade. Por exemplo os muros altos atraem o perigo por sinalizarem as desigualdades sociais e a fraca comunicabilidade entre o espaço construído, o que de certo modo impedem a coesão e a interacção entre vizinhança.

⁶ “Bocas de fumo” são locais (casas) onde se vende drogas

A representante da medicina tradicional do bairro de Mogoanine “C” referiu que alguns dos seus colegas têm promovido rituais de protecção divina. Neste processo é possível que parte dos praticantes da medicina tradicional que disponibilizam a tal protecção seja colaboradores das redes criminosas, que passam a disponibilizar informação dos seus pacientes aos supostos criminosos.

“Os tempos mudaram (...) existem colegas nossos que dizem que são capazes de garantir a protecção contra roubos (...) eles vão fazer tratamento em casa do cliente, só que muito deles repassam a informação para os ladrões (...) precisa-se de ter muito cuidado as pessoas deixaram de ser sérios (...) fazem de tudo para ter dinheiro sem cumprir com respeito e as normas (...) veja os papéis que andam a colar a dizer que cura isto, ora faz aquilo (...) isto revela falta de valores e pode ser crime também” (Entrevista realizada no dia 16 de Julho a representante da medicina tradicional do bairro de Magoanine “C”).

Mubarak (2016) afirma que estudos internacionais revelam que a criminalidade ocorre com maior incidência em contextos de desorganização social, de desemprego, baixos salários, desigualdade educacional e principalmente em ambiente composto por jovens. O autor afirma que outro factor de relevância em relação a criminalidade no contexto moçambicano está associada à questões geográficas (Moçambique localiza-se na rota do tráfico internacional de drogas e de outras formas de crime organizado de bases internacionais, a exemplo do contrabando de armas, situação considerado motivo da preocupação das autoridades, uma vez que, influencia directamente ao crescimento da violência).

Os estudos sobre a criminalidade no contexto moçambicano apontam a degradação de valores, a ganância pela vida fácil, tráfico e proliferação de armas de fogo, o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, a imigração ilegal, a superstição e obscurantismo, a influência de novas tecnologias de informação e consumo excessivo de bebidas alcoólicas, como causas da criminalidade no meio urbano (REISMAN e LALÁ, 2012; BILÉRIO, 2015; MALOA, 2015; MUBARAK, 2015;). A criminalidade neste bairro resulta em parte das desigualdades sociais que se registam no bairro e em Moçambique no geral.

O contexto político, económico e social que caracterizou a sociedade moçambicana a partir de 1990 produziu o desmantelamento das redes tradicionais de controlo social, sociabilidade, ruptura nas relações sociais, principalmente, para as crianças, jovens, e gerações, como também, criou o distanciamento nas relações familiares (entre pais e filhos) e de vizinhança. É justamente neste processo de transformação social, que a criminalidade urbana se configura.

A emergência de jovens no “mundo do crime” está associada a transformações sociais e económicas operadas a partir da década de 1990. Essas transformações foram relevantes nos processos de desfiliação nas relações entre pais e filhos. A partir de 1990, os efeitos conjugados da crise económica nacional e de destabilização provocadas pelos Regimes da Rodésia e da África do Sul e a guerra conduzida pela Renamo acabaram por levar a Frelimo a iniciar com um processo de liberalização económica em favor de sectores burgueses em ascensão e abriu espaço para que a população se organizasse independentemente do Estado. Estas mudanças foram espectaculares na Constituição de 1990, ao abrir espaço para o liberalismo económico e ao multipartidarismo. A partir deste marco assiste-se a abertura as actividades do mercado, especulativas e criminalidade generalizada no contexto urbano.

As práticas do roubo e furto de bens patrimoniais por jovens baseiam-se nessa economia enraizada pelo presente imediato, de “fazer dinheiro fácil” e “tirar vantagem de tudo” (ZALUAR, 2007, p.34). Por isso, a emergência da criminalidade urbana violenta faz parte desse novo contexto social, económico e cultural. Como aponta Garland (2008, p.204), vivemos num período de uma “cultura universalmente comercial”, que nos faz experimentar novas formas de prazer instantâneo, que mobiliza jovens a canalizar sua energia na criminalidade urbana.

Maloa (2018) refere que um dos factores que impulsionou o distanciamento nas relações familiares foi a guerra civil que deixou muitas crianças sem parentes e que as mesmas tomassem conta de suas vidas e actualmente o principal factor prende-se com as desigualdades socioeconómicas. A guerra instituiu a separação entre pais e os seus filhos, gerando pobreza nas famílias rurais e urbanas, cortejou desagregação e instabilidade familiar. O discurso das “crianças como flores que nunca murcham” do saudoso Presidente Samora Machel evaporou-se, dentro deste cenário, as ruas acabaram funcionando como local de sobrevivência para as crianças duplamente afectadas, pedindo uma esmola ou realizando trabalhos precários num processo de acelerada urbanização (LOFORTE, 1989).

“Hoje os jovens e crianças do bairro estão no mercado Grossista de Zimpeto a vender água, ovos, carregar plásticos, guarnecer carros (...) e são estes que roubam carteiras, telefones, espelhos de carros, desenrascar a vida” (Entrevista realizada no dia 16 de Julho a representante da Polícia Municipal afecto no bairro de Magoanine “C”).

Maloa (2018) aponta que ouvia-se conselhos de muitas pessoas a referirem que não fale com “os Molwenes” são perigosos, preguiçosos, transviados, anormais e se

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ... alimentam-se de uma cultura patogénica. A demonização das crianças pobres permite que seja simbolicamente isolado e descartado, justificando assim uma política de repressão e criminalização. Durante a década de 1990, os jovens ladrões passaram a ser designados de “Ninja” em homenagem aos filmes chineses, projectados em locais de cinema improvisados nos bairros por “Madjerman” (trabalhadores moçambicanos que haviam regressado da antiga República Democrática Alemã) (OPPENHEIMER, 2004).

Este facto começou a ser visível no início da década 1990, nas grandes cidades moçambicanas, quando a imagem de jovem como “Seiva de nação” dava lugar ao “Ninja”, principalmente, os jovens ladrões provenientes dos sectores mais pauperizados.

“O discurso das «crianças como flores que nunca murcham» deixou de existir, hoje as crianças estão na rua, estão desprotegidas, os pais está pouco presente na vida das crianças, o vizinho não pode chamar atenção ao filho do outro, os pais não questionam o tipo de bens que as crianças trazem em casa. A imagem de jovem como “Seiva de nação” deu lugar ao “Ninja”” (Entrevista realizada no dia 9 de Julho a um dos director da Escola no bairro de Magoanine “C”).

Assim, nos últimos anos, a participação de adolescentes e jovens no movimento da criminalidade urbana é notória. Se é necessário falar das transformações sociais na construção de uma nova sociabilidade juvenil ou de mudança de comportamentos dos jovens, não se trata apenas de promover a imagem histórica dos jovens, trata-se de relatar factos inegáveis da mudança do seu comportamento na sociedade moçambicana contemporânea (MALOA, 2018).

Para além da definição dos espaços, da comunicabilidade, da presença de actividades produtivas nos espaços residenciais, a criminalidade no bairro de Magoanine “C” resulta do enfraquecimento dos mecanismos de controlo social dentro e fora da família que se manifesta pela falta de compreensão e valorização do outro. O enfraquecimento dos mecanismos de controlo social e a criminalidade podem ser testemunhados pelos depoimentos dos entrevistados que se segue:

“Os ladrões são nossos filhos (...) as coisas são roubadas e vendidas aqui no bairro (...). As casas de luxo aqui no bairro sempre são vítimas de roubos” (Entrevista ao membro do Conselho Comunitário de Segurança realizada no dia 10 de Julho).

“Meu filho, nos nossos tempos a criança não podia vir com coisa nova e sem dizer onde apanhou, hoje é normal por causa do custo de vida” (Entrevista ao chefe do mercado realizada no dia 10 de Julho).

“Nós como pais nem temos controlo dos nossos filhos, eles voltam de madrugada e nem perguntamos onde estava e com quem estava. Nem sabemos com quem brincam os nossos filhos, o vizinho nem pode dizer nada sobre o filho de outro” (Entrevista ao representante das confissões religiosas realizada no dia 10 de Julho).

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

Os dados atestam em parte a existência de uma relação entre a transformação social do espaço e dinâmica criminal no bairro em estudo. As desigualdades sociais, a educação parental e as sociabilidades na vizinhança construídas e desconstruídas ao longo do tempo, são algumas evidências que explicam a criminalidade.

Considerações finais

A transformação social do espaço compreende o conjunto de alterações sociais que ocorrem no meio urbano caracterizado pelas interações humanas quer dentro ou fora da família. A transformação social do espaço neste bairro constitui a continuidade das mudanças que ocorrem na Cidade de Maputo, caracterizadas por uma fraca implementação dos instrumentos que regulam o ordenamento do território, pela desestruturação das sociabilidades dentro e fora da família, bem como, das desigualdades sociais que se registam. O bairro é caracterizado pela presença de espaços autoproduzidos.

A partir da tal transformação, os residentes tendem a ser menos presentes e comunicativos para com os outros, promovendo a impessoalidade nas relações em nome da privacidade. Embora a família seja considerada a célula básica de transmissão de bons valores, ela tende a perder o seu enquadramento educativo para com os filhos do ponto de vista dos sujeitos de pesquisa. Ainda nota-se o enfraquecimento da autoridade local do ponto de vista de estabelecimento dos mecanismos de controlo social.

As transformações em curso no bairro levam a erosão dos valores morais dos seus residentes manifestando-se pela falta de compreensão e valorização do outro. Para além da fraca implementação e monitoria dos instrumentos de ordenamento do território, a criminalidade resulta das disparidades sociais e económicas que caracterizam os seus residentes. Ainda as construções e desconstruções dentro e fora da família explicam em parte a criminalidade que se regista no bairro.

Referências

- AMMERING, U. Morar nos bairros suburbanos de Maputo: Livelihoods e a implementação do planeamento local. Economia, Política e Desenvolvimento. **Revista Científica Inter-Universitária**. v.1, nº 3, p.25-48, 2010.
- ANTUNES, J. **Geografia**. Lisboa: Plátano Editora, 1999.
- ARAÚJO, M.G.M. Cidade de Maputo. Espaços contrastantes: Do urbano ao rural. **Finisterra**, Maputo, XXXIV, nº 67-68, p. 175-190, 1999.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 8.ed. Trad. de Miguel Serras Pereira. Lisboa, 2007.

BERTELSEN, B. E. e Chauque, A. Resumo de Políticas III: Crime e segurança em Maputo, Moçambique. **CMI BRIEF**, v. 14. nº 3. 2015.

BILÉRIO, F. B. **A urbanização e a criminalidade em Maputo: Caso do Bairro de Magoanine “C” (2000-2014)**. pp. 90. Dissertação do Mestrado em Ciências Policiais, *Michafutene*, Academia de Ciências Policiais.

BRÁS, E. (2011). **Reflexões sobre o papel das cidades no desenvolvimento em Moçambique**. em Teles et al. (2011) (Org.), Mosaico Sociológico. Departamento de Sociologia da Universidade Eduardo Mondlane. Editora: CIEDIMA. Maputo, 2011.

BRITO, L. (2019). **A Frelimo, o marxismo e construção do Estado Nacional: 1962-1983**. Maputo: IESE.

BRYM, R. et al. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. 2.ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

CANHANGA, N. Os desafios da descentralização e dinâmica da planificação na configuração de agendas políticas locais. **Conferência Inaugural do IESE: «desafios para a investigação social e económica em Moçambique»**. IESE. II Conferência, Maputo, 2007.

CHAVANE, X. A. **Mobilidade residencial e dinâmicas da reprodução da pobreza na Cidade de Maputo**. II Conferência do IESE, Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação em Moçambique, Maputo, 22 a 23 de abril, 2009.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

COSTA, A. B. da e RODRIGUES, C. **Estágios de estratégias de sobrevivência e de reprodução social de famílias de bairros peri-urbanos de Luanda e Maputo: um olhar antropológico**. Editora: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7. Lisboa, 2002.

DURKHEIM, E. **O suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. São Paulo. **Rev. Saúde públ.** nº 25, nº2, p. 75-86, 1991.

GARLAND, D. **A cultura de controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Trad. de André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. **A general theory of crime**. Stanford University. 1990.

LEFÈBVRE, H. **The production of space**. Trad. Donald Nicholson-Smith. London: Blacwell, 1991.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. 2.ed. Pearson Prentice Hall: São Paulo.

LOURENÇO, N. **Sociedade Global, Segurança e Criminalidade**. Instituto de Direito e Segurança da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2013.

LOPES, C. **A economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados**. Editora: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7. Lisboa, 2002.

LOFORTE, A. **Um perfil das crianças da rua em Maputo**. Maputo. Editora Global.1989.

LIMA, J. A. de. **Teorias sociológicas sobre a criminalidade: análise comparativa de três teorias complementares**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, nº 2. v.38, pp.215-232, jul./dez. 2017.

INE. **Recenseamento Geral da População e Habitação**.Maputo: INE, 2017.

MALOA, J. M. **Mudanças na Criminalidade urbana Moçambicana**. Revista do Laboratório de estudo de violência da UNESP/Marília. Edição 21- Maio, pp. 61-77, 2018.

MALOA, J. M. O Impacto da Criminalidade Urbana em Moçambique. **Revista do Laboratório de estudo de violência da UNESP/Marília**. Vol.16, p. 99-118, 2015.

MAPUTO. **Resolução nº 71/AM/2011**. Imprensa Nacional: Maputo, 2011.

MAPUTO. **Planos Parciais de Urbanização de alguns bairros**. Maputo: Imprensa Nacional, 2010.

MARAFON, G. J. O espaço urbano: a abordagem da Escola de Chicago e da Escola Marxista. **Ciência e Natura**, Santa Maria, nº 18, pp. 149-181, 1996.

MAPUTO. **Plano de Estrutura urbana do Município de Maputo**. Maputo: Imprensa Nacional, 2008.

MOÇAMBIQUE. **Lei do Ordenamento do Território**. Maputo: Imprensa Nacional, 2007.

MOÇAMBIQUE. **Regulamento do Solo Urbano**. Maputo: Imprensa Nacional, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Lei de Terras**. Maputo: Imprensa Nacional, 1997.

MUANAMOHA, R. C. **Dinâmicas do crescimento populacional no período pós-independência em Maputo**. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7, 2002.

MUBARAK, R. (2016). **A Criminologia e a Criminalística contemporâneas."Os desafios do jurista na justiça criminal: Teorias universais e práticas Moçambicanas**. Beira: Ciedima/CEP-ISCTAC., 2016.

NEGRÃO, J. (2003). **A propósito das relações entre as ONGs do norte e a sociedade civil Moçambicana**. Disponível em: <http://www.sarpn.org.za/documents/d0000650/P662-Relacoes.pdf>, Acesso em: 22 fev. 2016.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

NGOENHA, S. Identidade moçambicana: já e ainda não. In: SERRA, Carlos (Dir.). **Identidade, moçambicanidade, moçambicanização**. Universidade Eduardo Mondlane, 1998, p.17-34.

OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I. **A cooperação direccionada para os grupos vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada Maputo**. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7, 2002.

OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I. **Urbanização acelerada em Luanda e Maputo**. OPPENHEIMER, J. (2004). Magermanes- os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. A questão social no novo milénio. Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro. Disponível em Desktop/Majerman.jochenoppnhiemer.pdf. Acesso em:14 fev. 2019.

PORTES, A. **Capital Social: origem e aplicação na Sociologia Contemporâneo**: Sociologia, Problemas e Práticas, nº 33. p. 133-158, 2000.

RAPOSO, I.; SALVADOR, C. (2002). **Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio, urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Maputo e Luanda**. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7, 2002.

REISMAN, L. e LALÁ, A. **Avaliação do crime e Violência em Moçambique: Recomendações para a redução da violência**. Open Society Foundations Crime and Violence Prevention Initiative (OSF CVPI) & Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA). Maputo, s/e. 2012.

RODRIGUES, C. U. **Recomposição social e urbanização em Luanda**. Lisboa: Centro de Estudos sobre África e o Desenvolvimento (CEsA) do ISG. Estudo de desenvolvimento nº 7. 2002.

SANTOS, M. A. F. Abordagens científicas sobre as causas da criminalidade violenta: uma análise das teorias da ecologia humana. **Revista do Laboratório de estudos de violência da UNESP/Marília**. vol. nº 17. Maio. 2006.

SANTOS, L.D. e MARINS, I. **A qualidade de vida urbana, o caso da Cidade do Porto**. Faculdade de Economia da Universidade do Porto e CEMPRES. Trabalhos em curso nº 116. Porto. 2002.

SIMMEL, G. **Sociologia**. Organizador da colectânea Evaristo de Moraes Filho. Trad. de Carlos Alberto Pavanelli et. al. São Paulo: Ática, 1983.

Francisco B. Bilério, Ramos C. Muanamoha, A transformação social do espaço urbano e a ...

SHABANGU, T. **A Comparative inquiry into the nature of violence and crime in Mozambique and South Africa**. Arcadia: ADASA. 2012.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, C. (org.). **Cidades, Cultura e globalização**. Oeiras: Celta, 2001, pp. 45-65.

VIVET, J. **Deslocados de Guerra em Maputo: percursos migratórios**. Maputo: Alcance Editores, 2015.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na Metrópole Brasileira. **VII Encontro Nacional da ANPUR**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitectura e Urbanismo. São Paulo. 1997.

ZALUAR, A. Democratização inacabada, fracasso da segurança pública. **Estudos avançados**. Vol.21, nº61, p. 31-49. 2007.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022



Para citar este texto (ABNT): BILERIO, Francisco Bernardo; MUANAMOHA, Ramos Cardoso. A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo: um olhar sobre o bairro de Magoanine “C”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº 1, p.485-509, jan./jun. 2022.

Para citar este texto (APA): Bilerio, Francisco Bernardo; Muanamoha, Ramos Cardoso.. (dez.2021). A transformação social do espaço urbano e a criminalidade na Cidade de Maputo: um olhar sobre o bairro de Magoanine “C”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3(1): 4485-509.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu gatheca from njumbi village, murang'a county. Kenya

Nyambura Salome *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0271-9217>

Abstract: The World Teachers day is celebrated globally on 5th October to highlight the rights, responsibilities and standards of teachers in their quest to impact the communities they live in. The first celebration of the World Teachers day was in 1994 to commemorate the anniversary of the adoption of the 1966 ILO/UNESCO Recommendation concerning the status of teachers around the globe (UNESCOⁱ). According to UNESCOⁱⁱ the theme for this year was, “The transformation of education begins with the teachers”. In Kenya celebrations were held in various education institutions right from basic to tertiary education. This is the one day, that a teacher is trending and several congratulatory messages are given to teachers by their learners. In this article, we celebrate a retired teacher Mwalimu Gatheca, who hails from a small rural community in Njumbi, which is located in the central part of Kenya. He is a respected elder in his community and though retired, he is not expired. He is still actively engaged in a transformative agenda in his community which has entailed harnessing energies of his community members who cut across gender, age and geographical divide.

Keywords: Transformation, Teacher, Change

Resumo: O Dia Mundial dos Professores é comemorado no dia 5 de outubro para destacar os direitos, as responsabilidades e a qualidade dos professores em sua busca para impactar as comunidades em que vivem. A primeira celebração do Dia Mundial dos Professores ocorreu em 1994 para comemorar o aniversário de adoção da Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 sobre o *status* dos professores em todo o mundo (UNESCO). Segundo a UNESCO, o tema deste ano foi “A transformação da educação começa com os professores”. No Quênia, as celebrações foram realizadas em várias instituições de ensino, desde o ensino básico até o ensino superior. Este é o único dia em que um professor está na moda, recebendo várias mensagens por parte de seus alunos. Neste artigo, homenageamos um professor aposentado Mwalimu Gatheca, de uma pequena comunidade rural em Njumbi, localizada na parte central do Quênia. Ele é um ancião respeitado em sua comunidade e, embora aposentado, continua em plena vitalidade. Ele está ativamente engajado em uma agenda transformadora em sua comunidade, que envolve o aproveitamento das energias dos membros de sua comunidade que incluem temáticas como gênero, idade e divisão geográfica.

Palavras-chave: Transformação, Professor, Mudança.

* Dr. Nyambura Salome is a Lecturer of Sociology of Education, Kenyatta University.

Retiring is not expiring

Mwalimu Gatheca hails from a small rural upcoming community of Njumbi, which is located in Murang'a county. This village is inhabited by one of the largest communities in Kenya called the Agikuyu, who live around the highest Mountain in Kenya called Mt. Kenya. Njumbi is an agricultural community, with frequent rains and quite hilly as is evident from this picture from Mwalimu Gaatheca's farm. Most of the farms here are divided in thin stripes of about an acre all ending into the lower side of the farms where there's a tributary streaming into the main rivers that cross this region as they channel their way to flow into the Indian Ocean which is several miles from this hillside village.

Our interview of Mwalimu Gatheca prompts us to reflect on this year's world Teacher's theme from a different prism because, here is a teacher who has been retired for fifteen years, and is still actively engaged with his community and transforming the members in his own little way. In a sense, we may as well say that, **“The transformation of a community, begins when that community has a teacher”**.

Mwalimu, is the Kiswahili word for 'teacher', it is a word that is used for respect to teachers at all levels, whether it is one who teaches in kindergarten or at the university. The use of this word does not stop when one retires, and even in death one is celebrated as a teacher. The families of teachers are also held high in the rural communities, and the children are expected to uphold high values and be of good standing since their parents are role models for the community.

Mwalimu Gatheca's philosophy of life as a retired teacher is that, retirement is not expiry. He encourages those who have retired to keep active by engaging in things that they are passionate about so that they can keep off idleness and stress. He appreciates the fact that retirement has given him the freedom to make his own schedules and he is happy to have the time to engage in activities that he is passionate about and which keep challenging him not only cognitively but also socially.

Soon after his retirement, Mwalimu Gatheca started a small bookshop at the local shopping center which later birthed a shop to sell glass products. He informs us that starting this shop was the best decision he made because he has had opportunities to actively engage with his local community. Mwalimu Gatheca, like all good teachers, who are lifelong learners, is adept in using social media and he has been able to connect with members of his community who live in the diaspora. Through, his wisdom he has been

Nyambura Salome, Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu.. able to appeal to some of them to pool resources and support him in some of the initiatives he has started in the community.

Mwalimu Gatheca has had a passion of preserving the histories of his community and teaching it to the youths. Besides, running his business, which is now evolving into a community library, he has for years been collecting different items that were used by the Agikuyu community before the colonialists arrived in his village. These artifacts are no longer in use by the families that have given them to him, but they are memorabilia that is a treasure to the history of this community. He observes that, “Any community that loses the value of their cultural practices is lost.

Generations to come should know how their forefathers lived, their traditions, values and the material culture. Any young person should know how and why their communities are as they are, since no community is primitive”. The artifacts in the following Table are over a hundred years old as Mwalimu contends, that the use of the Meru Oak as a **Kiriri**ⁱⁱⁱ (1), a traditional bed was used many years before the onset of colonialism. The **Njung’wa** (3) is a traditional three legged stool which was used by elders.

The **Itimu** (8), which is a spear and **Njora** (5) a sword were used in times of conflict with the neighbouring communities such as the Masai community. The **Kiondo** (4) basket made out of the ‘mugiyo’ was used to store food and also to carry foods that were harvested. **Ndiri** (2) mortar, used with a wooden pestle to grind cereals such as millet and sorghum which were the staple foods. The **Nyungu** (6) clay pot used for cooking and storing drinking water and finally, the **Ruhia** (7) horn, was used for drinking Muratina the traditional brew made from honey.

Photo 1: Collected Agikuyu traditional materials



Mwalimu has given the task to some youths in the community to inform others of his search for these artifacts, and he says the communities elders have been very helpful in sharing to the youth how these items were put in use. One impressive observation from viewing these artifacts is the professional and artistic workmanship in the design. The quality of the products speaks volume, even after their use and ‘retirement’ from service, a simple juxtaposition of these artifacts and the elderly teacher who has made it his life mission to find them is an indication of the quality and how sustainable traditional livelihoods were. Just like the artifacts whose utility has ceased but they can still be reused, so is the teacher who though retired is still an asset in this community and always seeking for more meanings as he soldiers on in his sunset years.

The second project that Mwalimu has engaged in with the support of his friends is initiating a basket weaving project. Traditionally, women used to weave baskets from a locally growing shrub called, ‘Mugiyo’. This shrub grows in regions with a cool climate thus it is a common around Njumbi. “Mugiyo” is also a favourite fodder for sheep and goats. With the advent of colonialism, just like in the use of the artifacts, the use of Mugiyo in basketry was replaced by Sisal which was a newly introduced cash crop. The use of Sisal

Nyambura Salome, Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu.. in basketry spread quickly in use because it was easier to weave due to its texture. However, its introduction also created a new era of commercialization and capitalistic tendencies, which majority would not be able to sustain due to lack of purchasing power since majority were rural folk eking their livelihoods from subsistence farming.

The introduction of plastic bags for shopping later became very prevalent until it was evident of their disastrous effect on the environment and they were therefore banned and no longer in use in Kenya. Having witnessed the gap that has been created in the market because of lack of sustainable shopping bags, Mwalimu Gatheca and his friends initiated a women group project where the old women who knew how to weave using the “mugiyo” would train younger women and thus have a system that would retain this knowledge for posterity.

The group of women meet near Mwalimu’s business premise and he co-ordinates for them by ensuring there is enough “mugiyo” that has been collected for their weaving every week when they meet. The weekly meeting by this women has created a buzz of interest in the village and even to those who live in the diaspora booking to buy the baskets once ready. Mwalimu Gatheca hopes that besides the transfer of knowledge, this basket making project will besides bonding these women of various ages, that it will also be an added source of income for them since majority depend on subsistence farming which has gradually been affected by climate Change.

Photo 2: Elderly women teaching younger women on basket weaving using the indigenous plant, “mugiyo”



Mwalimu Gatheca observes that these two projects are close to his heart and life purpose, since from earlier on, he was a very good student of History and was always keen on finding ways to preserve the memories of his community for posterity. At 71 years, the ever cheerful Mwalimu who also listens quietly and responds in natural wisdom is living his dream and his great enthusiasm and energy is contagious to all those who encounter him. One of the close associates that has crossed his path in his retirement is his villagemate, Chef.

Njathi wa Kabui (www.chefkabui.com) who lives in the US but frequently gives social commentary on a local Agikuyu FM radio station called Inooro radio. It is no surprise that Mwalimu Gatheca went looking for this son of his village on FaceBook, since though they are from one village they did not know each other since Chef. Kabui left for the US in his youth. The connection between these two men whose age gap is almost twenty years

Nyambura Salome, Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu.. has taken an enviable trajectory that is serendipitous. Chef. Kabui has been on a path to return home and thus has been seeking connection with people in his motherland. He is also a good student of history and his values and those of Mwalimu Gatheca align greatly.

The two men are now working on a community library, that will transform Mwalimu's shop into a space that the youths can come and travel to the World through their reading of books that have been shipped by Chef. Kabui. The courage and confidence of Mwalimu Gatheca to seek out the sons and daughters of the small hilly village to come and support him in his quest to transform the local community is laudible. The respect and credibility in the voice and deeds of good teachers is in no doubt as witnessed from those we asked about Mwalimu.

We conclude this article, with the words of one of Mwalimu's ardent followers:

"Mwalimu Gatheca is more of an elder to me in addition to being an exemplary teacher. I have often said that there are few things that are more valuable than having a great teacher in any community. I spent my early days in the village during a time when there were many elders. It was akin to living inside a museum or indigenous university as wisdom was flowing like a river at every turn. Mwalimu Gatheca is a rare elder who is both versed in traditional wisdom as well as educated in modern education. This makes him quite versatile in serving the community. I value him tremendously and I consider it a great honor to be able to learn from him and to have the opportunity to work together. May his service to the community continue to prosper and his wisdom and teaching fall on fertile grounds so that it may reach thousands of generations to come. Thaaai." (Chef. Njathi wa Kabui)

References

<https://en.unesco.org/events/world-teachers-day-0>

<https://www.unesco.org/en/days/teachers>

¹ Kiriri is a Agikuyu word meaning bed. We have used the Agikuyu words to refer to these artifacts since it is the mother tongue language of the teacher and the major language in this community.

Recebido em: 20/11/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): Nyambura, Salome. Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu gatheca from njumbi village, murang'a county. Kenya. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.510-517, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Nyambura, Salome (jan./jun.2023). Teachers as transformative agents: an interview of retired teacher mwalimu gatheca from njumbi village, murang'a county. Kenya *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 510-517.



Resenha Sombras da água: as areias do imperador uma trilogia moçambicana

COUTO, Mia. **Sombras da água: as areias do imperador**: uma trilogia moçambicana, livro 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

António N'Runca*

 <https://orcid.org/0000-0002-0147-7711>

SOMBRAS DA ÁGUA: A DECADÊNCIA DO IMPERIO DE GAZA

Nascido em 1955, na Beira, Moçambique, Mia Couto é biólogo e jornalista, não obstante a sua paixão pelas belas-artes tornou-o num dos principais escritores moçambicanos e da língua portuguesa, é autor de mais de trinta livros, que se estendem desde romances, contos, poemas e crônicas. Seu romance *Terra Sonâmbula* (1992) é considerado um dos doze melhores livros de ficção africana do século XX. Foi galardoado com vários prêmios literários, dentre eles o Camões em 2013 e o Prêmio Neustadt International Prize em 2014, tido como o “Nobel Americano”.

Seu romance histórico, *Sombras da água*, publicado em 2016, é o segundo volume que compõe a trilogia “As Areias do Imperador”. Este segundo volume é composto por quarenta e cinco capítulos e uma nota introdutória, que relata em resumo os principais acontecimentos do I volume. Alguns capítulos são introduzidos com provérbios, outros com poemas, os quais trazem de maneira resumida o assunto principal de cada capítulo.

No que tange aos aspectos geográficos, todo o enredo desenrolou no atual território moçambicano, por ser um romance histórico, desse modo, os principais acontecimentos históricos foram recriados ficcionalmente pelo autor, como, por exemplo, a batalha sangrenta de Coolela (onde morreram muitos moçambicanos), a de Chicomo e a captura do imperador em Chaimite, capital do império; igualmente, as principais cidades, cujos os nomes permanecem desde a época colonial até atualidade, como é o caso de Manjacaze, Chai-Chai, Inhambane, Magul e Maputo.

* graduando em Letras-Língua portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Foi bolsista do PiBic (2020-2021) e Bolsista de Programa de idioma Sem fronteiras (2021-2022). E-mail: antonionrunca@gmail.com

Quanto ao dado cronológico, a narrativa deste segundo livro está situada no período que se estende de 1885, que marca o final da conferência de Berlim a 1895, data na qual Ngungunhane foi capturado pelo exército português.

O enredo prima com a sequência dos acontecimentos do livro I, *Mulheres de Cinzas* (2015); no entanto, antes do primeiro capítulo, e, depois da parte introdutória, o autor já traz ao leitor em síntese o assunto principal desse II livro por meio dum poema.

O imperador

Levaram-no para além do mar,
onde os corpos se igualam aos corais.
Assim se esqueceu
dos ossos que lhe pesavam.

Não pisou na praia
quando partiu.

Uma onda o devolverá, disseram.
Estremeceram uns, desamparados.
Outros suspiraram, aliviados.

Puseram-lhe sal no nome
para que cuspíssemos na sua memória.
Mas a saliva
ficou presa na garganta.

Naquele exilado
afastávamo-nos
de quem éramos.

Aquele morto
éramos nós.

E sem ele
nasceríamos
menos sós. (COUTO, 2016, p. 11-12)

Depois de ler esse poema, o leitor consegue ter a impressão do que será desenvolvido ao longo do enredo, pois que o próprio autor já nos apresenta o problema central que está bem patente pela epígrafe do poema. Essa problemática que não é nada mais e nada menos do que a própria figura de Ngungunhane, que sua resistência contra o sistema colonial, sua captura e seu exílio foi visto como um símbolo da união nacional, como podemos notar na voz do eu-lírico: “E sem ele/ Nasceríamos/ menos sós”.

António N'Runca, Resenha Sombras da água: as areias do imperador uma trilogia moçambicana

O primeiro capítulo principia com a viagem da família Nsambe, a Dona Bianca (italiana) e Germano de Melo, remando para Mandhlakazi, onde o sargento, que perdera os dedos será tratado pelo médico suíço.

Entrementes o sargento Germano de Melo recuperava dos ferimentos no vilarejo de Sana Benene, começa a receber as cartas do tenente Ayres de Orneles, que promete ajudá-lo para voltar a Portugal em troca de informações que lhe possam fazer ascender na carreira militar, não obstante o tenente repugna o relacionamento de Germano com Imani, a moçambicana. Apesar de tudo isso, o germano recusa a opção de voltar à pátria sem a sua amada.

No capítulo seis, por meio da carta, o tenente Ayres de Ornelas informa a Germano que os principais oficiais do exército português foram negociar com Ngungunhane, exigindo-lhe que não só reconheça a soberania de Portugal sobre os territórios de Moçambique até então disputados, mas também que se comprometa a pagar tributos anuais, igualmente, o imperador deve entregar dois régulos, Mahazul e Zixaxa (considerados rebeldes), aos portugueses. Todavia, Ngungunhane aceita todas as exigências, senão a última. Por causa disso, os portugueses começaram a reunir um exército, comandado por capitão Mouzinho de Albuquerque, que iniciou uma ofensiva militar para derrubar o imperador de Gaza.

A mãe do imperador, a medo de que seu filho fosse morto pelo exército português, foi-se negociar, às escondidas, com o sargento Germano. A rendição de Ngungunhane exigiria a renúncia total ao trono e abandono do seu território.

Enquanto a família Nsambe cuidava do sargento Germano na outra vila, recebeu a informação de que o seu vilarejo de Nkokolani, onde acabara de sair, tinha sido destruído pelos soldados do imperador, já que a tribo que ali habitava era aliada da Coroa portuguesa. Mwanatu, o segundo filho do casal, tentou viajar a vilarejo para dar um digno enterro aos seus familiares, mas foi morto no caminho pelo Santiago da Mata, o capitão do exército português.

Dias depois, a Imani e seu pai resolvem ir procurar o corpo de Mwanatu. No mesmo dia o sargento foi levado para outra zona e separado da sua amada.

Após esses eventos desastrosos na família Nsambe, o pai resolve oferecer seu filho ao imperador de Gaza não só para magoar o sargento Germano, como também para que a filha possa matar Ngungunhane, pois sentia-se traído de ambos os lados. O comportamento do pai indica que sua lealdade à Coroa portuguesa era para garantir a

António N'Runca, Resenha Sombras da água: as areias do imperador uma trilogia moçambicana
segurança da sua família, por isso que após perder quase tudo, nada mais o impedi de sacrificar a Imani, sua única filha.

Com a chegada da cavaleira de Mouzinho e com as sucessivas vitórias do exército português, principalmente na batalha de Coolela de 1895, que marca o início do fim do império de Gaza, Ngungunhane foi obrigado a aceitar todas as obrigações impostas pelos portugueses, inclusive entregar os dois régulos considerados rebeldes, com o intuito de salvar seu reino. Nesse contexto o autor leva-nos a refletir a respeito da figura de Ngungunhane e sobre o estatuto do herói que lhe foi atribuído. Essa grande indagação sobre a figura de Ngungunhane ficou ainda mais patente quando no capítulo quarenta e quatro é preso por Mouzinho, pois na ocasião, diferentes tribos cantavam jubilosamente ao redor do imperador chamando-lhe de “abutre, abutre, vai-te embora, abutre. Nunca mais assaltarás as nossas galinhas”. (COUTO, p. 368)

Durante apreensão a maioria dos conselheiros foi fuzilado. Nessa ocasião, Imani aproveita oportunidade para assassinar o capitão Santiago da Mata para vingar a morte do seu irmão, Mwanatu, que o capitão matara. Para que a amada não fosse presa, Germano assume a culpa do assassinato.

O imperador e suas sete esposas, Zixaxa e suas duas esposas foram levados presos para Portugal, e Imani, também, foi levada como tradutora.

Como no primeiro volume, os personagens do enredo deste segundo volume são construídos e distribuídos em duas grandes categorias, a saber: os africanos e os europeus:

Personagens europeus: Imani, Katini Nsambe (pai de Imani) Mwanatu (irmão de Imani) Bibliana, Mahazul, Zixaxa, rainha Impibekezane, Muzila (pai de Ngungunhana), Mpezui (irmã do rei de Gaza), Xiperenyane, Manhune (conselheiro de Ngungunyane), o régulo Chibanza, João Ondjala (soldado angolano), Langa (o cozinheiro), Maguiguana (general das tropas de Gungunhana); Godido (filho dileto do imperador), Zaba e Sukanaka (indunas do imperador), o Manhune (o conselheiro principal da corte), Mulungo (tio do imperador).

Personagens europeus: o missionário Georges Liengme, tenente Ayres de Ornelas, comandante Mouzinho de Albuquerque Paiva Couceiro, Freire de Andrade, Georges Liengme, António Enes (comissário régio), Caldas Xavier, Santiago da Mata (o mercenário), Bertha Ryff (esposa do médico suíço), Elizabete Xifadumela (professor que ensina jovens negros em corte e costura), Rodrigues Braga (médico português), Caldas Xavier e Sanches de Miranda.

No que refere à linguagem empregada no romance, igualmente como no volume I, autor continua com o uso duma linguagem criativa e acessível à percepção do leitor, incorporando vocabulários e estruturas específicas de línguas moçambicanas dentro do português. Além de adotar uma escrita baseada em provérbios, metáforas e enigmas, a ficção de Mia Couto é, também, marcada pelo “Realismo Animista”; nesse cenário, dois universos (o mundo natural e o sobrenatural, o visível e o invisível) são desenvolvidos ao mesmo tempo na trama para compreensão da realidade e da tradição africana.

Quanto ao foco narrativo, a narrativa é feita em 1ª pessoa do singular a partir um narrador-testemunha, o enredo não segue um só ritmo, pois que é feito de uma maneira encadeada e alternada, o que, às vezes, pode dificultar um leitor iniciante. Não obstante no plano do conteúdo a trama possui uma linha única, pois à medida que uma narrativa é parada e outra é retomada serve como complemento da primeira, embora a narrativa conduzida pela narradora principal, Imani, poderia ser lida de maneira independente, sem precisar das informações suplementares das outras, que por sua vez necessitam daquela.

Diferentemente do primeiro volume, neste segundo volume há três narradores: a moçambicana, Imani, que nos possibilita ver Ngungunhane pelo prisma da população local, e os militares portugueses: o sargento Germano de Melo e o tenente Ayres de Ornelas, que, por meio das suas epístolas, descrevem Ngungunhane do ponto vista portuguesa. Entretanto pela composição da intriga, Imani continua como narradora principal, posto que ela narrou vinte e dois capítulos, Germano narrou quinze capítulos e tenente narrou oito capítulos. A narrativa conduzida pela narradora moçambicana segue um viés mais objetiva, embora às vezes chega a ser subjetiva, quando equiparada àquela produzida pelos narradores portugueses durante o enredo.

No que tange à ponto de vista da narração, no enredo há uma focalização mais ou menos onisciente, visto que todos os narradores, a despeito de serem narradores-testemunhas, apresentam uma dupla característica quanto ao predomínio do assunto, ora conseguem mostrar que têm domínio sobre outros personagens e conseguem penetrar suas mentes para desvendar suas emoções, alegrias e tristezas, ora mostram-se que estão limitados pelo espaço-tempo, dado que não conseguem narrar os eventos nos quais eles não têm uma participação direta, só precisam dos conhecimentos fornecidos por outros personagens para conseguirem enredar essas informações.

Na visão sócio-política, Mia Couto continua a debater a principal problemática que iniciara no primeiro livro, que é a figura ambígua de Ngungunhane; nesse segundo volume, porém, esse assunto foi trazido à luz de maneira mais clara, quer do ponto de

António N’Runca, Resenha Sombras da água: as areias do imperador uma trilogia moçambicana vista dos narradores, quer a partir da construção dos personagens, que se cindiram ao meio relativamente às atitudes do imperador: “Panga e Homoíne entregaram dois mil cipaios. Os régulos de Massinga e Zavala contribuíram igualmente para o assalto final à corte de Ngungunyane” (p. 269). A clivagem entre as tribos configura a própria metáfora da figura de Ngungunhane, pois que à proporção que formos analisar comportamentos de personagens, podemos entrever questões que vão de encontro às ideias que foram construídas pelo discurso historiográfico acerca de Ngungunhane, principalmente quando formos observar as atitudes dos personagens no momento da captura: “Gungunhana sentou no chão! Os portugueses já o têm amarrado. E passaram grupos de pessoas cantando em coro: — Abutre, abutre, vai-te embora, abutre. Nunca mais assaltarás as nossas galinhas. ” (COUTO, 2016, p. 368).

Por meio da clivagem entre tribos que começa desde *Mulheres de Cinzas* até na ocasião da prisão de Ngungunhane, o autor demonstra as ações violentas praticadas pelo imperador de Gaza contra outras tribos, a partir disso, suscita questões críticas sobre a figura de Ngungunhane que foi construída no imaginário social, após independência pela elite moçambicana, que lhe atribui somente as boas qualidades de um herói em detrimento de fazer críticas a respeito dos aspectos negativos. O autor recria ficcionalmente alguns desses aspectos negativos de Ngungunhane que foram ignorados em prol do projeto da construção de um símbolo da identidade nacional e procura estimular o leitor a excogitar e tirar suas próprias conclusões particulares sobre a problemática.

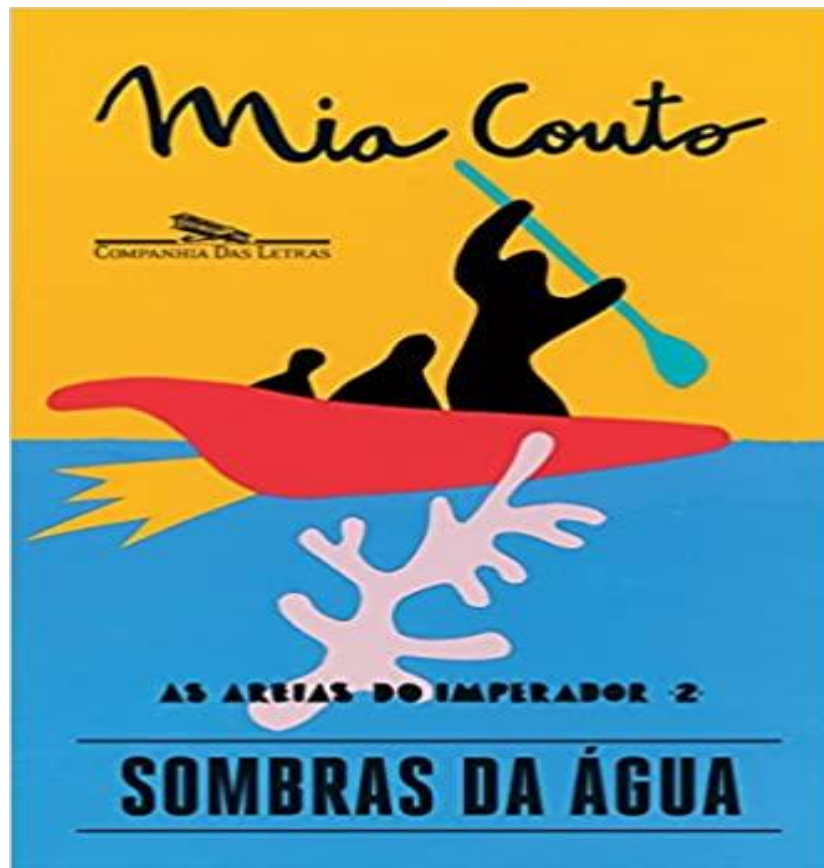


Fig. 1. Capa de volume II da Trilogia "As Areias do Imperador" São Paulo: Editora Companhia das Letras.

Recebido em: 11/12/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): N’RUNCA, António. Resenha Sombras da água: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.518-524, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): N’Runca, António. (jan./jun.2023). Resenha Sombras da água: as areias do imperador: uma trilogia moçambicana. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 518-524.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Deadlist weapon

Oyamo Richard *

 <https://orcid.org/0000-0003-2851-0881>

DEADLIST WEAPON

She is made up of metaphors
Coated with similes and imagery
Her identity hiding in personification
Enemies she confuses with oxymoron
Knowing her next step is a paradox
When shot horrifying is the onomatopoeia
Her engines greased with repeated repetition
Her magazine rich in rhyme and rhythm
Tonal variation varies with each shoot
She is sang by greatest of musicians
She sang the wall of Jericho fell
In jail she freed Paul and Silas
She tamed demons disturbing King Saul
She is food for the soul
She threatens tyranny
Brings to light vice done in the dark
This weapon beats bullets
Greater than missiles
Bomb more than bombs

* Oyamo Richard is a writer, published poet and a spoken word artist. He is a teacher by profession and a mental health advocate. He is a co-founder of Rafinki. Phone: 0759696907, E-mail: oyamoanadayirichard1@gmail.com

WE SHALL NOT DANCE

The best moves
You dictate
Must appeal to your senses
Which medic approved your senses?
You the self proclaimed
Judge

I
Hear you have
Itchy fingers, ready to point
How disgustingly red my buttocks look
You my fellow monkey
Show us your ass
How different are you from us?

You
Should be ready
For a huge rude shock!
For we shall not dance to your tunes
Our tunes we shall compose
Our moves we shall make

We
Are stripping you
Your judgment regalia
Un-nail the hammer from your hand
We are free birds that can't be caged
By your myopic godliness



DIE TRYING TO LIVE

When she left
Things were not all right
Home was not safe from hunger
Poverty was choking us unable to breath

When she left
My beautiful elder sister
We had just done a fundraise
To afford her decent clothes and shoes

When she left
With hope we were left
One day she will return home
A messiah from the middle-east

When she left
To work in foreigners land
Things will work out we believed
In prayers the entire village kept her

When she left
She was all smiles
Her natural thick body
Admirable in the new outfit



When she left
They did not inform us
They sent a package to us
A corpse hardly resembling her

When she left
We could not identify her
She was emaciated to the core
We shed tears, blood and sank into depression

When she left
Mum out of shock
Followed her into the abyss
We could not afford them a decent burial

THE BLACK BIRD

Freely above the sky it flies
 Un-caged it flaps its giant wings
Royalty is the aura it comes with
 Other birds cower on its appearance
This bird never has bad vibe
 It sings its lungs out call it orchestra
It has rose above all but-s
 It is unmatched

OUR WATCHDOGS

Our watchdogs,
Oh! They can bark and bark and bark
But do not bite
Too cunning with threats
But no action proceeds

Our watchdogs,
Pretend to be alert
Only when we are staring
But when we go to rest
They begin snoring

Our watchdogs,
Cannot even run
The potbelly is too heavy
Never getting contented with theirs
They feast even on our share

Our watchdogs,
Hate competition
Their hands are bloody
Ever ready to eliminate any
Opposition they are pestered with



BREAKING NEWS

For the last two weeks
She had not left her house
Her feet had become too heavy
To carry her out of the doorstep
No friend had gone in search

For the last seven days
She had switched off her phone
She craved no voice of a human being
Everyone is going through some hurdle
She did not want to burden anyone with hers

For the last five days
She had hated her body
Not beautiful enough she felt
Broke the mirror when it argued
She could point all the ugliness in herself

For the last four days
She had not taken any bath
Neither had she changed her clothes
She could not sense the stinking smell she had
Or maybe she did not just care



For the last two days
She had not taken anything
Her stomach hugging her back
The last time she tried eating she puked
She had felt like she was chewing her own skin

For the last three hours
Her mind clouded by flow of blood
With the razor blade in her right hand
She decided to explore her body
She was found lifeless in a pool of blood!

DEAR GOSSIPER

While in your myopic vision
When you are unable to tie your tongue

Do not just chatter about how you starved at my home
Say how you feasted at my brothers' home too

Resist from only airing photos of the floods
Show off also, the beautiful waterfall you saw in my home

Let not your camera be quick only to capture violence
Zoom them also to the peaceful co-existence we accord every race

When you write about stealing of votes in my cousin's home
Let your ink ooze also for the peaceful and valid elections in my sister's home

Do not be itchy only to share how we do not export products
Tell them also how we are being exploited

When you yap about how we run to foreigners land for greener pastures
Tell them how we are dehumanized in those strange lands

If you have the audacity to call our bungalow "a single room"
Don't expect me to have room for your respect

If you selectively speak about our bad traditions
Don't forget to mention our Ubuntu spirit

Do not gossip only our dark side
Every coin has two sides

THE SAD POEM

The pen in his hand
Creativity flowing from his mind

She is the muse
She does not know how to refuse

She sees him, she cowers
Love can also turn sour

This poem didn't start this way
To console herself she says

He comes home late
Her sight, smell inspires him

Every day he writes this poem
Insults thrown to her in similes

Blood rhythmically flows from her face
From the blows she receives day to day

Bruises rhyming in different parts of her body
From hands to face to legs

The tonal variation of the beatings
Switching from high to low and vice versa

Assonance and consonance evident in the repetition
A fight every night before retiring to bed

She keeps inspiring him by the wordplays
Arguments to them a routine

In the morning she wakes up sobbing
He wakes up to rape her

The script continues
The poem continues

One day ink will run out
She keeps hoping

'One day I will kill you'
He carelessly utters day in day out



THE ROOT OF THE FRUITS

I have witnessed the roar
Of the royals
Of the jungle in unison
Covering the cows and the wild

My fingers have touched
The tender skin of the queens
My ears have heard
The authority of the kings
Reigning in the world

My eyes have seen
Scenes far from sin
Scenes of the Messiah
Healing the universe

And I embarked on the journey
Traversing to find out
The route to the root of all this fruits
That we honor and marvel at

And all the footprints
And I mean all
Led me to one source
The lovely being called
Mother



BLANK CANVAS

Battling tears from tearing apart
Hand trembling from the weight of the brush
Mind skeptical to speak out
Once bitten twice shy
Life can sing!

He stares at his previous creations
He is not proud of what his eyes behold
He has messed up on this canvas
Painting life can be difficult
No maestro

Colors can fail to be colorful
Requires a technique to paint them beautifully
This canvas does not come with a manual
You try out hoping for the best
From learning you don't rest

"Have faith" he reminds himself
Today is a chance for redemption
Each new day a blank canvas
To paint life colorfully
Experienced



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): RICHARD, Oyamo. Deadlist weapon. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.525-533, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): RICHARD, Oyamo (jan./jun.2023). Deadlist weapon. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 525-533.

Levante de Esperança num 01 de maio

Kinda Rodrigues *

Cadê o auxílio emergencial ?

Federal, estadual, municipal?

Cadê os leitos de UTI?

Estão disponíveis para quem está nas filas da caixa econômica? E do que adiantará um valor econômico se a doença será bem mais prejudicial Filas e mais filas até para quem busca alimentação, direito à vida Mais um crime brutal

Tem teste drive thru, bacana, está certo!

Mas cadê os testes na periferia? Cade os testes em massa?

15% dos casos

Subnotificação

Subhumanização

Que há mais de 500 anos

Opera esse país racista, genocida, machista, escravocrata, LGBTfóbico

Alagamentos

Deslizamentos

Várias pandemias sociais

Muitos mascarados

Milicianos

Armados

Engravatados



Quem diria estamos em ano de eleição!

Cadê aquela mega estrutura? Só quando for para votar em de político assassino?

Queremos uma nova cara nas esferas de poder

Queremos respostas

Porque há muitos anos vocês tem sangue nas mãos

Herdeiros de colonizadores, torturadores

E daí? É a resposta que sempre tivemos

E fora desses tempos que também fizeram essas questões virem a tona Sempre tiveram aí

Só não vê quem não quer

Vamos protestar, reagir

A esse caos mundial

Fique em casa

E quem não tem casa faz como?

Queremos resposta porque

* Graduanda no Curso de Letras-Língua Portuguesa, Instituto de Humanidades e Letras, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

*Há anos quem não nos representa está no poder
Uma nova era
Longe de tanta opressão
Lutemos mais uma vez meus irmãos*

*Poesia, arte, reivindicação
Como nossos antepassados sempre nos alertaram A casa grande
surta quando a favela cresce lado a lado Lutemos mais uma vez
então
Com todas as nossas forças
Levantaremos pelos nossos
Mortos
Em tantas covas*

*A arte como suspiro
Escrita como escudo
A falta de empatia
Em períodos de pandemia*

*Pela memória dos que nos antecederam
Lutemos mais uma vez irmãos*

*O levante de esperança se inicia
Só olhar no horizonte
Onde há esperança há vida
A libertação
Essa sempre foi nossa canção*



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): RODRIGUES, Kinda. Levante de Esperança num 01 de maio. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.534-535, jan.- jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Rodrigues, Kinda. (jan./jun.2023). Levante de Esperança num 01 de maio. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 534-535.

The rains have stopped!

Nyambura Salome *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-0271-9217>

The rains fell with gusto
It had been many moons
Many a hungry children
Many mothers in tear
As fathers looked up into the sky.

The sound of rain drops
Was welcome with song
The elders stood at the foot of the Mugumo tree
For such a hunger had never been seen
Many a death had wiped off some villages.

The rain brought jubilation
The children dashed out to dance
The mothers rushed out to play
As the fathers whistled, in the showers that fell.

Suddenly, the rains halted
The people looked up again
Why, did it stop suddenly?
Would the crops grow?
Would the animals have enough to drink?
Would there be enough water for all.



The elders at the foot of the gracious tree
Called upon God again, as they pleaded for the rains to pour.

It took many other days of dryness
Sadness wiped the village again
For no one, could predict the weather
The clouds swept through again, but no drop.
The sun lit and hit again, as it burned life.

Have we sinned?
Who has sinned?
Questions lingered with the elders.
Unbeknownst, the village was suffering because of "others" sin.
"Others" littered and smoked the atmosphere.
The effects dropped in the South.
And the elders thought there were cursed.

Who will save the South from the effects of Climate Change?

* Katholieke Universiteit Leuven, Kenyatta University

Why suffer when your neighbor sins.
The elders teared and looked up again.
If only, the World had lived sustainably.
The South would not suffer, for the North would be conscious
That, the Earth was our Mother, nourishing her would save us.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): NYAMBURA, Salome. The rains have stopped. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.536-537, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Nyambura Salome. (jan./jun.2023) The rains have stopped. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 536-537.

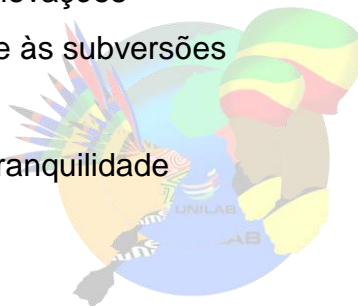
Hino das mudanças

Aniela Fabriciana Ribeiro da Silva *

Cantemos o novo hino das mudanças
Nas terras das confianças
Desconfianças
Imbuídas nas florestas
Desertos dos corações
Dos humanos em constantes transformações
Perdidos nas veredas de discriminações

Nesse cosmo de tudo igual
Tudo diferente, desigual
Que todas as linguagens permeiam as emoções
Conduzam os espíritos à altas elevações
Nas escadas do amor, resistente às subversões

Que todos bebam do cálice da tranquilidade
Felicidade
Sentados nos rebocos da paz
A cantarem a música do respeito
Respeito às diferenças
Que pinta o mundo de cores...



Cantemos, cantemos o novo hino das mudanças
Nos cordões das ações
Que respeito às diferenças não seja posto às diversões
Tal canteiros abandonados nas janelas das almas
E lembremos que somos feitos tal qual rimas
Feitos tal qual rimas
Não necessariamente sempre iguais
Não tão pertos

* Graduando no Curso de Letras-Língua Portuguesa, no Campus dos Malês, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras.

Nem tão distantes

E unanimemente a formarem belas musicalidades

Cantemos, cantemos o novo hino das mudanças

Nos cordões das ações

Que isso esteja gravado no palácio da nossa mente

Feito castelo nos palcos da mente

Passado amiúde nos cassetes dos pensamentos

Regado sem cobranças

Nos pomares da existência

Reciclado do lixo da linguagem exclusiva

Banhado na praia da diversidade

Plantado na linguagem inclusiva

Para colhermos frutos saborosos da história

Ao navegarmos no terreno da empatia

Vamos em uníssono

E cantemos, cantemos o novo hino das mudanças

Para tatuarmos em todos os oxigênios este hino das mudanças



Erciana Ribeiro 17/09/2022
São Francisco do Conde-BA

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): RIBEIRO, Erciana. Hino das mudanças. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.538-539, jan. - jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Ribeiro, Erciana. (jan./jun.2023). Hino das mudanças. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 538-539.

Singita ra nguva

Pastor Marcos Macamo*

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0001-5768-3656>

Voz do poeta: https://youtu.be/1pjQ1hZ38_8

Kasi vanhu va rirhandzu, va kwihi
Vanhu va mighingiriko, vayile kwihi
Vataghirinrikela nhluvuku wa tikonkulo Afrika

Afrika, ndzhuti wa vatsonga
Vanhu va xiyimu ya tilo
Vanhu va wukhongoti
Vanhu va wulamuli
Vayile kwihi xana
Vatalamula dzolonga
Dzolonga ra tiko ra misava



Vanhu va ntiyiso, vayile kwihi
Vata cancula svikwitsi sva famumi va misava
Vanhu vo olova
Vanhu va mihloti, nyàmalaloooo
Vanhu votwelana wusiwana, jiiii
Vanhu v ovula ntiyiso, gwendereeee

Ku sele vanhu van sele ni mona
Vanhu va marhi yo bhava
Va mharhi yo tsatsavela

* é mestre e estudioso em Teologia Africana e em Ciências Religiosas. É doutorando no Curso de “Paz e Desenvolvimento”. Ele é um exímio poeta e declamador há dezenas de anos. Email: efraimacamo@yahoo.com.br

Vonani minjangu michadu
Iwu nghelebete, nghelebete, nghelebete
liiii, isingira ra nguva
Lirhandzu minjangwini, iwu punawunaaaa
Valumuzana, tøndhoouo
Vahlayisi va xuma xa svisiwana, bhiiii, nyamalàloooo
Mighingiriko ya nwina yi helele kwihi xana
Svilayelo svanwina sva vusungukati
Svi miyelele kwihi xana
Inga singita ra nguva

Vonani misava, impanyanye
Iwu mpfheeeeem
Iwu xotoxota, iwu xokoxoko
Iwu mbvemmmm, mbveeeeem
Isingita ra nguva



Masungukati ya tiko, mahelele kwihi
Mahundzuke timbheveve
Vahleli va svilavi, vahundzuke svifamahlo
Navo vahlahluvi va tihlolo, vakumiwe hi mapera
Isingira ra nguva

Nguva, mani
Hinga bukani
Jambu ra vuxika lihuma hi malanga
Ntswamba wa lisima uhalake nzhopeni
Tshomba ra tiko xisavisiwa hi ngaaaatiiii
Singita ra nguva, bukani

Vajondzisi va nawu vahundzuke svighevenga ni vaxavisi

Svihlangi svohanya hintswamba se sviphuhla mavèlè

Vonani singita ra nguva

Nghonyama yibhole matinyo

Mamba yilahle vuhlungu

Nambu wuyendla hlàvàti

Ntukulu avona vuhava ra xikoxa, kokwa wayena

Wansati awutla wuhava ra nuna wayena hi vukwele

Isingita ra nguva

Vutomi riwutliwa hikola ka xikweneti

Xikweneti xa cheleni hambu zuka

Xighangu xihahlula njangu, uku mpfheeeeem

Vana vaxanisiwa, vaxavisiwa kota xisakani xa papa

Isingita ra nguva

Xana hitapona keeee,



Muthokozeli, Markos Makamo

Recebido em: 11/11/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT). MACAMO, Marcos. Singita ra nguva. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.1, nº Especial, p.540-542, jan.-jun. 2023.

Para citar este texto (APA): Macamo, Marcos (jan./jun.2023).. Singita ra nguva *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1 (Especial): 540-542.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>

Tradução de um artigo da Constituição Federal para a língua Maxakali: limitações e desafios do processo de tradução para uma língua indígena

Carlo Sandro de Oliveira Campos *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0001-9362-3917>

Pedro Rocha de Almeida e Castro **

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-3337-1222>

Resumo: Este texto tem o objetivo de descrever uma experiência vivenciada pelos autores de traduzir o artigo 231 da Constituição Federal para a língua Maxakali, língua indígena brasileira falada no nordeste de Minas Gerais. A tradução foi realizada no âmbito do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas da Faculdade de Educação da UFMG durante um dos módulos na aldeia Pradinho em 2019. A intenção de realizar essa tradução partiu do interesse dos alunos de entender a função desse artigo durante um dos encontros do curso. Os objetivos da tradução portanto foram fazer os Maxakali conhecerem o artigo 231 aos Maxakali e viabilizar a sua leitura em língua Maxakali como parte do esforço maior de fortalecer a língua indígena em relação à língua majoritária por meio da oferta de textos de diferentes gêneros na língua. O texto jurídico e a realidade a que ele se refere é estranho e distante da realidade Maxakali e impõe à tradução desafios de ordem cultural e lexical. Tais limitações exigiram adaptação não literal do conteúdo do texto e exclusão de Parágrafos que complementam o artigo na versão original. Este artigo, portanto, descreve as dificuldades encontradas no processo de tradução e apresenta os desafios para uma futura tradução do mesmo artigo em língua Maxakali, que inclua os parágrafos omitidos do texto. Adicionalmente, as reflexões aqui apresentadas poderão ser úteis para atividades de tradução em geral de línguas majoritárias para línguas minoritárias e para a pesquisa relacionada ao fortalecimento de línguas minorizadas.

Palavras-chave: Artigo 231; Constituição Federal; Língua Maxakali; Tradução; Revitalização Linguística.

Translation of a Federal Constitution's article into the Maxakali language: limitations and challenges of the translation process into an indigenous language

Abstract: This article aims at describing a translating experience undergone by the authors of the Article 231 of the Brazilian Federal Constitution into Maxakali, a Brazilian indigenous language spoken in Northeast of the state of Minas Gerais. The translation was performed within the scope of the Intercultural Graduation Course for Indigenous Educators of the Faculty of Education in the Federal University of Minas Gerais. The experience took place in one of the classes in the Maxakali village of Pradinho in 2019. The intention of carrying out this translation came from the interest of the students during one of the course meetings to understand the function of this Constitution's article. The main goals of the translation were to make the Maxakali students aware

* Possui graduação em Letras e mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Desde 2016 é professor adjunto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: csandrocampos@gmail.com

** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrado e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Desde 2015 é professor adjunto do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: pedrorocha13@gmail.com

of the article 231 and to enable its reading in Maxakali language, as a strategy to strengthen this language in relation to the majority language (Portuguese) through a wider offer of texts of different written genres in the language. The characteristics of the legal text and the reality to which it refers is strange and distant from the Maxakali reality. This imposes cultural and lexical challenges to the translation. These limitations required non-literal adaptation to the text and deletion of paragraphs that complement the article in the original version. This article reports difficulties that were found in the translation process and presents challenges for a future translation of the same article. Additionally, the reflections presented here may be useful for overall translation activities from majority languages towards minority languages and for research on translation related to strengthening policies on minorized languages.

Keywords: Article 231, Federal Constitution, Maxakali language, language revitalization.

Inymunybi dā artigĩ dā Kōxtuysāw Fēdēraw ya gwa pa nyëx Maxakali ya: limitĩ i dzafi dā inymunybi prosēsĩ ya pa nyëx garate

Hezumĩ: Hã inykimĩ mira gahaygwa spirienysã dã oto lë dã munybi artigĩ 231 ya dã Kōxtuysāw Fēdēraw ya pa Maxakali nyëx garate xatex nordëxti dã Minã Jerays da. Inymunybi ya wã munyã Kursũ dã Formasāw Inyterkukuraw pa Edukado Garate dã Fakudadĩ dã Edukasāw dã UFMJ ya durãtĩ òlã tidã awpĩ Maxakali Pradiny da 2019 da. Fitũ ya dã munyã hã munybi ya mungwa wã jimunydo inyeresĩ da pa jimã funysāw ya dã hã artigĩ durãtĩ djë dã inykōtrũ lë dã kursũ ya. Inymirã lë dã inymunybi ãtãw wã jimunybi artigĩ 231 pe Maxakali xõ hë pusivĩbi yu inykinypagwa nyëx Maxakali da komĩ hekursĩ pa kuërabi nyëx garate ya helasāw ya da ku nyëx maha travëjĩ òfërtã dã inykimĩ dã jenrĩ panõ nyëx da. Inykimĩ dã direytũ ya hë inysejũ ya ki e trata ë stranyã hë lëgwã Maxakali hamupa gwa hë vinybi pa inymunybi ohordĩ dzafi kukuraw hë leksikaw. Pukõzdi hã inydifis psiza wã inymunybi da muda sinytidũ letaraw dã inykimĩ ya hë tira inykimĩ partado ki konyplëmenyta artigĩ urijinaw ya da. Hã artigĩ ãtãw gahaygwa inydifis lë topada inymunybi prõsësũ ya da hë prezenyta dzafi lë pa inykimĩ vinydorã, nyëx Maxakali da, ki inyklui inykimĩ partado lë ki wã omitidã inykimĩ gwa. Adimayzĩ, inymatuta prezenytadã ka pode se divaliã pa tividadĩ dã inymunybi inyjeraw, nyëx kuërã gwa nyëx puavã wa, hë pa piskizã inymunybi da hilativĩ pulitikã xõ dã inykuerabi dã nyëx puavabi xõ da.

Ayvu-xavi: Artigĩ 231, Kōxtuisāw Fēdēraw, nyëx Maxakali, inymunybi, nyëx inyhëkõbi

Introdução

Fortalecer e revitalizar as línguas indígenas, e as línguas minoritárias em geral, é importante por vários motivos. Toda língua é, ao mesmo tempo, o testemunho e a expressão de um mundo possível, resultado de uma maneira particular de vê-lo e interpretá-lo. Cada uma delas faz parte do patrimônio cultural e linguístico da humanidade. Por essa razão, o esforço de preservar e manter vivas as línguas indígenas deve ser assumido não apenas pelas comunidades interessadas, mas também por pesquisadores em geral, especialmente aqueles engajados na descrição das línguas e das culturas ameríndias, e, sobretudo, pelo Estado, sob a forma de investimentos no fortalecimento de línguas minoritárias, na educação bilíngue e no apoio técnico às

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ... atividades de revitalização¹. Este texto é o resultado do engajamento de um linguista e de um antropólogo numa tarefa de tradução durante um trabalho de campo no âmbito de um curso superior para educadores indígenas.

Hoje, no país, são faladas cerca de 150 línguas, segundo D'Angelis (2019), das cerca de 1000 línguas que aqui existiam antes da chegada dos europeus no século XVI (cf. D'ANGELIS, 2019, p. 13; RODRIGUES, 1993, p. 92). Calcular o número aproximado de línguas faladas no país é uma questão controversa, por ser difícil distinguir línguas dos seus dialetos. O censo do IBGE indicou em 2010 o número de 274 línguas. Rodrigues (1993) estima que o número aproximado seja de 180 línguas. Por outro lado, Storto (2019) lembra que o número pode ainda ser menor, já que, pelo critério de inteligibilidade (MOORE, 2011), o número de línguas cairia para 154. Tal critério, no entanto, como a própria autora observa, por esbarrar em questões políticas e culturais, não pode ser considerado completamente objetivo.

Línguas que perdem espaços sociais de uso iniciam por perder a transmissão intergeracional e podem se tornar obsoletas e desaparecerem segundo D'Angelis (2019). Embora essa situação não seja exclusiva do Brasil, o presente artigo tratará de uma atividade com uma língua indígena brasileira, o Maxakali, única língua da família Maxakali que sobreviveu à violência colonizatória até hoje instalada no Brasil ainda sendo falada e transmitida para as crianças.

A língua Maxakali é falada como primeira língua por cerca de 2000 índios (SIASI, SESAI, 2014) em quatro Terras Indígenas situadas no nordeste do estado de Minas Gerais: *Pananiy e Kōnāg Mai* (Pradinho e Água Boa), nos municípios de Santa Helena de Minas e Bertópolis, *Apne Yixux* (Aldeia Verde), no município de Ladainha, *Immok nāg* (Cachoeirinha), em Topázio, distrito de Teófilo Otoni, e *Apne Ixkot Hāmhipak* (Escola Aldeia Floresta), em Itamunheque, também distrito de Teófilo Otoni. São atribuídas à família Maxakali pelo menos outras nove línguas, das quais restaram apenas escassas listas de palavras: Kapoxó, Koropó, Kumanaxó, Makuni, Malali, Monoxó, Panhame, Pataxó e Pataxó Hāhāhāe. Os grupos remanescentes Pataxó, embora tenham perdido a vitalidade de suas línguas, atuam ativamente para retomá-las. Os Pataxó ensinam em suas escolas a língua Patxohã e alguns grupos Pataxó Hāhāhāe manifestam o desejo de recuperar sua língua ancestral, conforme observa (NELSON, 2018, p.50). Além dos

¹ O investimento estatal no fortalecimento e na revitalização de línguas é, ainda, uma forma de *reparação*, pelas perdas linguísticas e culturais que o processo colonizatório impôs e ainda impõe especificamente aos povos originários da América em geral e especificamente àqueles do Brasil. Segundo Ivo (2019), a não implementação de políticas linguísticas, entre outros motivos, inviabilizam a valorização de línguas e culturas indígenas.

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ...
Pataxó, não sabemos da existência de outros grupos remanescentes de povos outrora falantes de línguas da família Maxakali.

1. O povo Maxakali e sua língua

Como todos os povos indígenas de Minas Gerais, do Brasil e do restante das Américas, os Maxakali passaram por um violento processo colonizatório que permanece até o presente. Tal processo teve início ainda no século XVIII e quase os levou ao desaparecimento. Os Maxakali, entretanto, conseguiram manter viva sua língua, por meio da criação de uma espécie de barreira para a penetração do português no interior das comunidades. Nas últimas décadas, contudo, o advento da escola trouxe o português como língua de contato entre professores, alunos, funcionários e técnicos ligados a secretarias de educação e a universidades. Além disso, com o maior acesso a bens de consumo, como televisores e celulares, e com a facilidade de deslocamento para as cidades do entorno, os falantes de Maxakali têm experimentado uma crescente influência do português em suas aldeias.

Embora a vitalidade da língua Maxakali seja, ainda hoje, admirável, Crystal (2012) observa que falantes de uma língua passam a adotar outra língua de maior prestígio quando esta responde com mais eficiência a novas exigências sociais de que sua própria língua é capaz, especialmente entre os falantes mais jovens. (cf. CRYSTAL, 2012, p. 135). Krauss (1992) afirma que apenas línguas com número de falantes superior a 100 mil teriam chance de sobreviver nas próximas décadas. Isso significa que todas as línguas indígenas brasileiras, incluindo a língua Maxakali, correm sério risco de desaparecer nos próximos anos. O uso intenso da televisão e a perda de importância da língua indígena e da autoestima dos seus falantes podem ser alguns dos fatores que podem contribuir para o abandono de uma língua em favor de outra, conforme observa Monserrat (2011).

Ante o exposto, a questão do fortalecimento da língua Maxakali adquire uma importância ainda mais crucial. Por essa razão, além de criar situações que promovam o uso da língua Maxakali nos novos contextos de interação, é importante também garantir a oferta de textos escritos em língua indígena para que ela possa minimamente fazer frente à língua majoritária. Acerca dessa situação, Campos (2020) discute o caso da língua Maxakali e a importância da criação lexical como atividade auxiliar na produção de textos em línguas indígenas e para o fomento da prática de leitura. Embora boa parte dos Maxakali falem, com diferentes graus de proficiência, uma variedade de português rural

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ... corrente nos entornos das aldeias², muitos têm dificuldade de ler textos em português padrão, a variedade da língua comum em livros didáticos, manuais, textos científicos, jornalísticos e literários. Como na maioria dos povos indígenas, a educação formal nas aldeias é restrita aos níveis mais básicos do ensino fundamental I, em que a ênfase é ainda na aquisição da escrita como codificação e decodificação. O material didático disponível ainda é, em sua maioria, em língua portuguesa, e concebido para público não indígena.

O escasso material em língua indígena é geralmente dedicado ao ensino do código escrito apenas ou trata de questões culturais internas ao povo indígena a que se refere e não são direcionados ao ensino. Tais textos reproduzem em sua maioria apenas informações que circulam oralmente e nas práticas cotidianas da aldeia e não trazem por isso informações novas além daquelas compartilhadas oralmente pela população indígena. A esse respeito, sobre a escola indígena em geral, D'Angelis (2012) observa que tal situação promove a “alienação da criança e do jovem indígena em relação às suas próprias raízes culturais” e que tem como consequência o fracasso escolar, que se revela quando o aluno indígena busca dar continuidade aos estudos fora da Terra Indígena (cf. D'ANGELIS, 2012, p. 9).

Considerando a situação ilustrada acima, as escolas indígenas Maxakali não dispõem de muitos textos informativos de referência para a prática de leitura na língua indígena e que possam servir de consulta pelos alunos, especialmente sobre questões alheias à própria cultura indígena. Essa situação dificulta o acesso dos Maxakali à informação não indígena que é veiculada na variedade mais prestigiada do português, e isso acaba por desvalorizar sua própria língua, além de privá-los (e não apenas eles) de informações básicas de conhecimento geral da sociedade contemporânea, mas também aquelas mais específicas como as relativas aos seus direitos territoriais constitucionais. Daí a importância de possibilitar o acesso em língua Maxakali de documentos importantes, como o artigo 231 da Constituição Federal, de que trata a seção seguinte.

² O português falado no nordeste de Minas, de acordo com Nascentes (1954), corresponde ao falar baiano, especialmente as variedades rurais.

2. Sobre o artigo 231 e sua tradução para a língua Maxakali

O artigo 231 da Constituição Federal (doravante CF) de 1988 é fulcral para a definição e para a proteção dos direitos territoriais indígenas. Ao consagrar em seu texto um capítulo específico para tratar dos direitos indígenas, a constituição de 1988 inovou em pelo menos dois aspectos. Primeiro, porque reconheceu aos índios o direito de manterem sua cultura própria, de permanecerem diferentes do restante da população nacional, rompendo assim com o paradigma assimilacionista que norteava a legislação anterior.

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), os direitos constitucionais dos índios encontram-se definidos mais especificamente no título VIII, "Da Ordem Social", que se divide em oito capítulos. No capítulo "Dos Índios", destacam-se os artigos 231 e 232 e outros dispositivos dispersos no texto, além de um artigo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Até 1988, o espírito do legislador em matéria indígena era pautado pela assunção de que o desaparecimento dos povos indígenas diante dos avanços da "civilização" era inevitável. Nesse horizonte, caberia ao Estado garantir que essa "integração à comunhão nacional" se desse de forma "progressiva e harmoniosa", para usar o antiquado vocabulário da Lei 6001/1973, conhecida como o "Estatuto do Índio".

Com a CF de 1988, a assunção de que os povos indígenas fatalmente seriam assimilados à sociedade nacional foi deixada de lado, até porque, ao contrário do que previam as teorias assimilacionistas, os índios não apenas "não acabaram", como também apresentaram significativo crescimento demográfico nas últimas décadas do século XX, em taxas quase seis vezes maiores que as da sociedade envolvente. Em vez de tratar o "indígena" como uma categoria transitória, fadada ao desaparecimento, a CF de 1988, afirma, de maneira inequívoca, o direito dos povos indígenas de manterem seus "usos, costumes e tradições".

A segunda inovação da CF de 1988 foi ter reconhecido os direitos territoriais indígenas como direitos originários, isto é, como direitos anteriores à própria Constituição e até mesmo ao próprio Estado Brasileiro.

Ao mesmo tempo em que esse reconhecimento foi uma inovação, por aparecer expresso no texto da lei, ele também representou uma continuidade, pois o Indigenato, isto é, o direito originário dos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, é um dos institutos jurídicos mais tradicionais do Direito Luso-Brasileiro. Ainda no início do século

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ... XVII, esse direito aparece na Carta Régia de 1611 e é replicado em literalmente todas as legislaturas posteriores.

Em suma, a inovação da CF de 1988 foi exprimir, no texto constitucional, uma ideia que já informavam todas as legislações anteriores: a de que os povos indígenas possuem a posse congênita da terra em que tradicionalmente habitam, cujos fundamentos não se confundem com os da posse civilista, na medida em que se assenta não no direito individual sobre uma coisa que pode ser vendida ou alienada, mas no direito originário de um povo ao seu território. Little (2002), seguindo Sack (1986), define território como o produto do “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p. 253).

O texto principal do artigo é detalhado e complementado pelos seis parágrafos que o seguem. Nesses parágrafos, há informações importantes para os povos indígenas, como a definição de Terras Indígenas e seu uso (Parágrafos 1 e 2); Dos recursos hídricos e energéticos (Parágrafo 3), Sobre o uso e ocupação da terra (Parágrafos 4, 5 e 6).

Considerando a importância do Artigo 231 e sua relativa concisão, esse artigo foi escolhido para ser apresentado aos alunos do FIEI e, após terem expressado curiosidade em relação a ele, foi decidido traduzi-lo com eles. Na próxima seção, detalhamos a metodologia adotada para a atividade de tradução proposta e discutimos a atividade de tradução realizada. Desde agosto de 2017, quinze estudantes Maxakali foram aprovados no Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas da UFMG. Os quinze alunos passaram, desde então, a cursar o Ensino Superior com ênfase em Ciências Sociais e têm encontros acadêmicos com professores duas vezes por semestre. O módulo em que a atividade descrita neste artigo foi desenvolvida ocorreu na aldeia de Pradinho, no município de Bertópolis.

2.1 Sobre a tradução do artigo 231

A motivação de traduzir o artigo 231 da Constituição Federal partiu da curiosidade dos alunos a respeito do significado e do propósito desse texto durante a realização de um dos módulos do curso no segundo semestre de 2019. O objetivo da tarefa de tradução era, além de esclarecer a ideia principal do artigo em português e discutir sobre os direitos originários dos povos indígenas, propor uma versão do documento em língua Maxakali e assim disponibilizar aos alunos esse texto importante também na língua Maxakali.

Para a tradução do Artigo 231, apenas o texto principal foi considerado. Os títulos³ que precedem o Artigo foram omitidos porque dificultariam a atividade, considerando o pouco tempo de que dispúnhamos para realizá-la, já que era apenas uma das atividades do módulo. Assim, apenas o trecho principal do texto foi considerado, qual seja:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (CF, título VIII, "Da Ordem Social", capítulo VIII, "Dos Índios")

Embora o trecho acima seja breve, ele é complexo para a tradução. Termos como 'reconhecer'⁴, 'organização', 'social', 'costume', 'crença', 'tradição', 'direito', 'originário', 'tradicionalmente', 'ocupar', 'competir', 'União', 'respeitar' e 'bem' são um desafio à compreensão pelos alunos e à tradução, na medida em que pressupõem um conhecimento prévio de aspectos técnicos e filosóficos da sociedade envolvente, que não necessariamente fazem sentido para o povo Maxakali. Por essa razão, não é raro que termos assim não disponham de correspondentes na língua-alvo. Por isso, ao ler o texto acima com os alunos, percebemos que sua tradução seria mais difícil do que havíamos imaginado.

A expressão 'são reconhecidos', por exemplo, pressupõe a compreensão dessa entidade que reconhece, a CF, o que ela representa para a sociedade e o que ela representa para os índios do ponto de vista da Lei, da União, etc. Ler o trecho acima sem esse pressuposto não faria sentido. Portanto, esclarecer a noção de Constituição e a sua importância para as sociedades indígenas e não indígenas é essencial para realizar uma tradução que faça sentido aos leitores, o que dá ao exercício aqui exposto um caráter bastante preliminar.

Considerando esta e outras dificuldades, buscamos realizar uma tradução menos literal e mais "livre", ou seja, que buscasse veicular o sentido pretendido por meio de circunlóquios, na falta de termos específicos, e não uma tradução literal, palavra por palavra. Neste último caso, o procedimento nos obrigaria a adotar uma série de empréstimos e principalmente de neologismos que não poderiam ser adotados/cunhados

³ Os títulos em questão estão descontextualizados em relação à organização do documento integral do texto constitucional, o que dificultaria em muito a tarefa e não acrescentaria qualidade ao texto da tradução: Art. 231, Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo VIII, Dos índios.

⁴ Aspas simples indicam termos isolados retirados do texto original e aspas duplas indicam sentido aproximado, exceto nas citações longas, em que indicam texto de outrem.

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ... (cf. CAMPOS, 2020) sem um amplo trabalho com a comunidade e especialmente com professores Maxakali, já que a escolha não poderia ser feita individualmente, mas coletivamente. Assim, considerando as ideias de direito originário e tradicionalidade da ocupação, reescrevemos o texto da Lei da seguinte maneira, de forma que ele pudesse ser melhor compreendido pelos alunos em uma versão simplificada:

A terra pertence aos índios antes da vinda do não indígena e antes de existir o governo. O governo apenas reconhece a terra indígena. Os índios podem ter suas coisas, seus costumes, suas línguas e sua terra. O governo tem que demarcar as terras dos índios, proteger as terras e fazer o branco respeitar as terras.

Na versão simplificada acima, a noção de ‘direito originário’ aparece expressa como a existência anterior da terra indígena em relação ao Estado. A expressão ‘são reconhecidos’ foi substituída pela expressão “poder ter”, porque a primeira focaliza a Constituição, o que faria pouco sentido, enquanto que a segunda focaliza o indígena, o que a ele cabe ou o que é seu por direito, ficando subentendido que se trata do ponto de vista da lei, da sociedade não indígena ou mesmo do governo como entidade institucional, como foi expresso na segunda linha pela expressão “O governo” em substituição às expressões ‘competindo à União’ e ‘fazer respeitar’. A expressão ‘organização social’ foi omitida por não termos encontrado uma expressão equivalente na língua e por expressar um conceito sociológico que não faria sentido aos leitores sem um amplo debate prévio.

Os termos ‘crenças’ e ‘tradições’ também foram omitidos por não termos encontrado na língua Maxakali termos equivalentes. Novamente, as categorias “crença/religião” e “tradição” expressam categorias próprias da sociedade não indígena, sedimentados pelas experiências seculares da sociedade ocidental. Para um Maxakali, faz sentido falar sobre espíritos ou sobre um ritual específico, mas não sobre a crença de um ponto de vista genérico e generalizante. Da mesma forma, também faz sentido falar das coisas próprias Maxakali, como algo que poderia ser aproximado, mas não equivalente, ao que se entende por “cultura” ou “tradição” em português.

3. O resultado da tradução

A decisão de simplificar o texto do artigo foi acertada, porque a tradução pôde seguir com mais celeridade, além de o trabalho ter sido menos desgastante e menos frustrante para os alunos pelas razões expostas na seção anterior. Para facilitar a leitura e a análise a seguir, o resultado da tradução foi glosado, traduzido e disposto abaixo em cinco partes (1-5) da seguinte forma, a saber, na primeira linha, está o texto original em

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ... Maxakali, traduzido a partir da versão simplificada apresentada acima⁵; na segunda linha, encontram-se as glosas⁶; e, na terceira linha, a tradução literal seguida da tradução livre entre aspas simples:

(1)
Tikmũũn ũ-yõg pip hãm-xop ũmtup pax xi yĩg ax xi hãhãm

Indígena 3. POSS ter coisa-QT 3. querer FRQ e língua NOM. e terra

Os índios têm (o que é) seu, precisa de coisas e de língua e de terra > ‘Os índios têm as suas coisas. Necessita das suas coisas, da língua e da terra.’

(2)
Nũhũ hãhãm yã tikmũũn yõg.

Essa terra ENF indígena POSS.

Essa terra, dos indígenas > ‘Esta terra é dos indígenas,’ (...)

(3)
ãyuhuk ãxa pip hag nũy tu Gohet te penãhã.

Não indígena antes haver e SD 3p depois de DAT governo ERG olhar

antes do não indígena havia (terra Maxakali) e depois dele o governo olha > ‘(ela) já estava aqui antes do não indígena, mas depois dele (do não indígena) o governo é que a olha (é responsável por ela).’

(4)
Gohet pu hãm mãmũy tikmũũn pu ũ-kaogã tikmũũn yõg hãhãm.

Governo para terra medir índio para 3p. fortalecer índio POSS terra

Para o governo medir terra para os índios para a fortalecer a terra dos índios > ‘Cabe ao governo medir a terra para os indígenas para fortalecê-la’ (...)

⁵ Os dados que apresentamos da língua Maxakali neste texto foram escritos de acordo com as convenções ortográficas do povo Maxakali. Para o leitor não iniciado na escrita da língua, fornecemos um breve resumo da relação grafema/fonema baseado na proposta de Gudschinsky, Popovich e Popovich (1970): os grafemas <p, t, x, k> representam as oclusivas desvozeadas /p, t, c, k/; <m, n, y, g> representam as nasais /m, n, ŋ, e ŋ/ e seus alofones orais [b, d, dʒ, g]. Diante de vogais nasais, tais consoantes permanecem nasais, mas, diante de vogais orais, elas se tornam orais.; <h> representa a glotal /h/. Esta consoante ocorre apenas no ataque da sílaba. Os grafemas vocálicos <a, e, i, o, u> representam as vogais orais /a, e, i, o, u/ e as suas correspondentes nasais são escritas com til: <ã, ê, ĩ, õ, ũ>, representando os fonemas /ã, ê, ĩ, õ, ũ/. O símbolos fonéticos aqui empregados são os usados pelo Alfabeto Fonético Internacional (*International Phonetic Alphabet*).

⁶ Apresentamos em ordem alfabética a chave de correspondências das abreviaturas empregadas nas glosas: DAT (dativo), ENF (ênfase), ERG (ergativo), FRQ (frequência), NOM (nominalizador), POSS (possessivo), QT (quantificador), SD (sujeito diferente), 3. (terceira pessoa).

(5)			
<i>puyĩ</i>	<i>ãyuhuk</i>	<i>nõ</i>	<i>hexpexta.</i>
para	não indígena	(ela = a posse da terra)	respeitar
para	não indígena	ela respeitar >	'e para que assim o não indígena possa respeitá-la.'

Segue o texto integral em Maxakali com a tradução livre para o português:

Tikmũũn ũyõg pip hãmxop ũmtup pax xi yĩg ax xi hãhãm. Nũhũ hãhãm yã tikmũũn yõg, ãyuhuk ãxa pip, hag nũy tu Gohet te penãhã. Gohet pu hãm mômũy tikmũũn pu ũkaogã tikmũũn yõg hãhãm puyĩ ãyuhuk nõ hexpexta.

Os índios têm as suas coisas. Necessita das suas coisas, da língua e da terra. Esta terra é dos indígenas, (ela) já estava aqui antes do não indígena, mas, depois dele (do não indígena), o governo é que a olha (é responsável por ela). Cabe ao governo, medir a terra para os indígenas, para fortalecê-la e para que assim o não indígena possa respeitá-la.

Na tradução em Maxakali, o verbo 'fortalecer' substituiu o termo 'proteger', resultando em uma interpretação ligeiramente diferente do original. No entanto, pode-se considerar que "fortalecer a terra", em certa medida, equivale a "proteger a terra", já que uma terra "forte" é menos suscetível a invasões por exemplo.

Dispomos a seguir, para comparação, os dois textos em português, o original simplificado pelos autores (a), de que partiu a tradução para o Maxakali, e a nova versão (b), a partir da tradução realizada em Maxakali:

(a)

A terra pertence aos índios antes da vinda do não indígena e antes de existir o governo. O governo apenas reconhece a terra indígena. Os índios podem ter suas coisas, seus costumes, suas línguas e sua terra. O governo tem que demarcar as terras dos índios, proteger as terras e fazer o branco respeitar as terras.

(b)

Os índios têm as suas coisas. Necessita das suas coisas, da língua e da terra. Esta terra é dos indígenas, (ela) já estava aqui antes do não indígena, mas depois dele (do não indígena) o governo é que a olha (é responsável por ela). Cabe ao governo, medir a terra para os indígenas, para fortalecê-la e para que assim o não indígena possa respeitá-la.

Outra diferença entre as duas versões em português diz respeito à ordem. Embora as ideias presentes no texto sejam semelhantes, seu ordenamento na versão (b) difere do observado na versão (a). Houve também algumas dificuldades relacionadas à falta de equivalência terminológica entre português e Maxakali e à vagueza de algumas

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ... expressões como *'hãmxop'* (correspondente a “coisas” como equivalente a “tradições”) e *'penãhã'* (olhar, como equivalente a “ser responsável”). Apesar dessas observações, o texto obtido na tradução em Maxakali veicula o essencial do texto original, a saber, o direito de os índios terem sua própria cultura e os direitos originários dos índios em relação às suas terras. O resultado é positivo, especialmente se se considerar o tempo exíguo que foi dedicado para a realização da atividade de tradução, a especificidade do gênero e a pouca intimidade dos alunos com a temática abordada.

Considerações finais

Este artigo descreveu uma experiência de tradução do artigo 231 da CF para a língua Maxakali. A partir de uma demanda dos alunos por entender o artigo, propusemos traduzi-lo para a língua indígena com a expectativa de que ele pudesse ser compreendido por falantes de Maxakali e adicionalmente aumentasse a lista de textos disponíveis na língua. Por causa das limitações encontradas, de ordem linguística, cultural e temporal, o texto precisou ser adaptado e impôs alguns desafios para a tradução.

No artigo, descrevemos as principais dificuldades encontradas no processo tradutório e consideramos o resultado ainda como preliminar. Por essa razão, ele deverá ser retomado no futuro. Como continuidade da atividade aqui descrita, os títulos e os seis Parágrafos complementares do artigo 231 da CF deverão ser traduzidos e a versão do texto principal aqui apresentada poderá ser revisada, considerando a possibilidade de incluir nela termos equivalentes em português para que sejam evitados circunlóquios, tornando assim o texto mais objetivo, o que poderá favorecer traduções futuras de outros textos.

Referências

BOMFIM, Anari Braz. **Patxohã, 'Língua de Guerreiro': um estudo sobre o processo de retomada da língua Pataxó**. 2012, 127 p. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Artigo 231. Disponível em <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_26.08.2020/art_231_asp#:~:text=S%C3%A3o%20reconhecidos%20aos%20%C3%ADndios%20sua.respeitar%20to dos%20os%20seus%20bens>. Acesso em 28.dez.2020.

CAMPOS, Carlo S. Práticas de letramento em português e em Maxakali em um curso de formação de educadores indígenas. In: SANTOS, Alana Driziê Gonzatti dos et al. (Org.).

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ...

Anais Eletrônicos do V Seminário de Pesquisas em Letramento. Natal: UFRN, 2020, p.36-47.

CRYSTAL, David. **Pequeno tratado da linguagem humana.** Tradução de Gabriel Perissé. São Paulo: Saraiva, 2012.

D'ANGELIS, Wilmar R. Educação escolar e ameaças à sobrevivência das línguas indígenas no Brasil Meridional. In: D'ANGELIS, Wilmar R. (Org.). **Aprisionando sonhos: a educação escolar indígena no Brasil.** Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2012, p. 175-190.

_____. Línguas indígenas no Brasil: quantas eram, quantas são, quantas serão? In: D'ANGELIS, Wilmar R. (Org.). **O que é revitalização de línguas indígenas: como fazemos.** Campinas: Curt Nimuendajú, 2019, p. 13-28.

GUDSCHINSKY, Sara. C.; POPOVICH, Harold.; POPOVICH, Francis. Native reaction and phonetic similarity in Maxakali phonology. **Language**, 46 (1), 1970, p. 77-88.

IVO, Ivana Pereira. Revitalização de línguas indígenas: do que estamos falando? In: D'ANGELIS, Wilmar R. (Org.). **O que é revitalização de línguas indígenas: como fazemos.** Campinas-SP: Curt Nimuendajú, 2019, p.43-63.

KRAUSS, Michael. The world's languages in crisis. **Language**, 68., 1992, p. 4-10.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, 28(1), 2018, p. 251-290. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>> Acesso em 25.dez.2020.

MONSERRAT, Ruth. Por que, afinal, parece tão fácil abandonar a própria língua? In: COSTA, Consuelo P. G. (Org.). **Pensando as línguas indígenas na Bahia: C-Indy em Vitória da Conquista.** Campinas, São Paulo: Ed. Curt Nimuendajú, 2011, p. 9-17.

MOORE, Denny. As línguas indígenas no Brasil hoje. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (Org.). **Os contatos linguísticos no Brasil.** 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 217-240.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca.** Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NELSON, Jessica Fae. **Pataxó Hãhãe: Race, Indigeneity and Language Revitalization in the Brazilian Northeast.** 2018, 309 p. (Tese de Doutorado). Universidade do Arizona, 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **D.E.L.T.A.** São Paulo, v. 9, N.1, 1993, p. 83-103.

Carlo Sandro de O. Campos, Pedro R. de A. e Castro. Tradução de um artigo da Constituição ...

SACK, Robert David. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SIASI/SESAI. **Quadro geral dos povos**. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos>. Acesso em 27.dez.2020, 2014.

STORTO, Luciana. **Línguas indígenas**: tradição, universais e diversidade. 1ª edição. Campinas: Mercado das Letras, 2019.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira; ALMEIDA E CASTRO, Pedro Rocha de. Tradução de um artigo da Constituição Federal para a língua Maxakali: limitações e desafios do processo de tradução para uma língua indígena. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.543-556, jan.-jun.2023.

Para citar este texto (APA): Campos, Carlo Sandro de Oliveira; de Almeida e Castro, Pedro Rocha. (jan./jun.2023). Tradução de um artigo da Constituição Federal para a língua Maxakali: limitações e desafios do processo de tradução para uma língua indígena. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 543-556.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njinggaesape>

N'zassa: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva^{1*}

Yéo N'gana *

 <https://orcid.org/0000-0002-6172-3064>

Tradução: Digmar Jimenez Agreda e Aurora Sambrano

Resumen: El enfoque etnográfico de la traducción literaria ofrece sin duda muchas posibilidades de análisis aún inexploradas. Si se considera a la traducción como una búsqueda continua de posibilidades, la traducción dialógica consiste en librar con el otro –con su presencia física o metafísica– la batalla por el sentido. El enfoque *n'zassa* busca reforzar tanto la visibilidad del traductor como construir una relación de confianza con los (trans)lectores. Sostengo que todo acto traductorio está –o debería estar– basado en cierta medida en un enfoque *n'zassa*, que percibe la traducción como una actividad colaborativa cuyo producto es una construcción colectiva en la que los escritores, traductores y lectores son tejedores de sentido. Cada texto lleva consigo un embrión del encuentro de influencias recíprocas y se concluye gracias a ellas. Para abordar la relación entre etnografía y traducción fueron fundamentales los trabajos de Hélène Buzelin, Alice Maria de Araújo Ferreira y Michaela Wolf. Mi conclusión fue que desde la perspectiva de la teoría del actor-red de Latour, la lectura del *n'zassa* adiaffiano contribuye a reducir la pérdida de información ya que le otorga al traductor el beneficio de una forma espontánea de aceptación colectiva. Solo a través del diálogo que se manifiesta en la práctica traductoria entre temas y estructuras, entre decisiones divergentes y/o convergentes puede esperarse una economía real e inclusiva del conocimiento.

Palabras clave: *N'zassa*. Traducción colaborativa. Construcción colectiva. Dialogismo. Enfoque etnográfico.

**N'zassa: ka bɔ ʒɛ-ka-baara bamanankan baarakɛcogo la ka taa ʒɛ-ka-baara ʒɔli la
Nɛfɔli kunkurun**

Siyako siratige min be sebenniw bamanankan na, o be sira caman di, siga t'a la, minnu ma pini fɔɔ. N'an be se ka bamanankan baara jate seko pinini banbali ye, bamanankan bamanankan baarakɛcogo be ke ni 'to' ye—a kera u be jira farikolo la ani/walima hakili ta fan fɛ-kɔrɔ kɛɛ la. N'zassa fɛɛɛ in kuntilenna te foyi la n'a ma ke ka bamanankan baarakela ka yecogo sabati ani ka ʒɛɔɔɔnya dannamɔɔɔ sigi ni (trans)kalanbagaw ye. N b'a fɔ ko bamanankan baara bɛɛ ye—walima a ka kan ka ke—bamanankan na, fo ka se hake dɔ ma, . n'zassa fɛɛɛ dɔ kan, min be bamanankan baara ye i n'a fɔ ʒɛkafo baara, ani a sɔrɔta, ʒɛkuluba min kɔnɔ sebennikɛlaw, bamanankanfalenbagaw ani kalanbagaw ye Meaning Weavers ye. Sebɛn kelen-kelen bɛɛ be o ɔɔɔnye sugu denso dɔ ta, o min be bɔ ɔɔɔn nɔfɛkɔw la, wa o be na ni ɔɔɔn ye. Ka ʒɛsin ʒɛɔɔɔnya siya-bamanankan-falen-falen ma, Hélène Buzelin, Alice Maria de Araújo Ferreira y Michaela Wolf ka barow be ke fen ʒɔnʒɔnw ye. N b'a kuncɛ ko Adiaffi ka n'zassa, kalan ni Latour ka lens ye (2008). ant, be demɛ don ka kunnafoni tununnenw dɔɔɔya ani ka bamanankanfalenbaga ka sɔnni teliya suguya dɔ di bamanankanfalenbaga ma. Baro dɔɔn de fɛ kalansenw ni cogoyaw cɛ, sugandili danfaralenw ni ɔɔɔn cɛ bamanankan baarakɛcogo la, mɔɔɔ be se ka cɛsiri ke dɔnniya sɔrɔko lakika ni bɛɛ lajelen na.

Dajɛ kolomaw: *N'zassa*. Baarakɛɔɔɔnya baarakɛcogo. ʒɛɔɔɔnya bɛɛɛɛɛ. Dialogisme (Barokɛcogo). Siyakalan taabolo.

^{1*} Derechos de traducción cedidos por el autor. N'zassa: de uma abordagem de tradução colaborativa para uma construção coletiva na revista Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción, vol. 12, no. 2, pp. 519-539, 2019 da Universidade de Antioquia

* Université Félix Houphouët-Boigny

***N'zassa*: De uma abordagem de tradução colaborativa para uma construção coletiva**

Resumo: A abordagem etnográfica da tradução literária oferece, sem dúvida, muitas possibilidades de análises ainda inexploradas. Se podemos considerar a tradução como uma busca perpétua de possibilidades, a tradução dialógica consiste em travar com outrem – quer ele presente física ou metafisicamente– a batalha pelo sentido. A abordagem *n'zassa* busca reforçar tanto a visibilidade do tradutor como construir uma relação de confiança com os (trans)leitores. Defendo que todo ato tradutório é – ou deveria ser – baseado, em alguma medida, em uma abordagem *n'zassa*, que vê na tradução uma atividade colaborativa cujo produto é uma construção coletiva na qual escritores, tradutores e leitores são tecedores de sentido. Cada texto carrega consigo um embrião desse encontro decorrente de e/ou resultando em influências recíprocas. No que se refere à relação entre etnografia e tradução, as pesquisas de Hélène Buzelin, Alice Maria de Araújo Ferreira y Michaela Wolf foram essenciais. Concluo que a teoria do Ator-Rede lida pelo prisma do *n'zassa* adiaffiano contribui a reduzir a perda de informação. Outrossim, outorga ao tradutor a possibilidade de uma aceitação coletiva espontânea. É somente através do diálogo entre áreas e formas, entre escolhas divergentes e/ou convergentes operadas no processo de tradução que podemos esperar uma economia real e inclusiva do saber.

Palavras-chaves: *N'zassa*. Tradução colaborativa. Construção coletiva. Dialogismo. Abordagem etnográfica.

1 Introducción

Para Latour (2008) la objetividad se encuentra en el límite exterior de nuestro alcance. De ser así se puede considerar que cualquier lectura (interpretación) de una prosa en movimiento (la vida cotidiana de una sociedad determinada) o de una prosa fija (las narrativas escritas de esa misma sociedad) produce incontestablemente una imparcialidad individual que se construye a partir de una visión subjetiva del individuo acerca del mundo fugaz que está siendo retratado. La identificación e interpretación de lo real en medio de ese reino de infinitas posibilidades implica un verdadero desafío para el traductor.

En lo que Bandia (2000) denominó una "historia completa de los Estudios de traducción", las observaciones etnográficas juegan un rol preponderante. En particular cuando se trata de aproximar una cultura a otra en favor de la diversidad. El asunto central siempre apuntará a comprender las sociedades involucradas y a conocer sus costumbres, estructuras y funciones; amén de los elementos que participan en sus peculiaridades. Dichos componentes pueden manifestarse en el lenguaje (o en la forma en que se utiliza), en el vestuario, en los nombres y en su proceso de creación o en su literatura oral (canciones, poesía, proverbios, adivinanzas, filosofía, etc.) para intervenir en la conformación y transmisión de un modo determinado de pensar.

La traducción literaria de obras escritas generalmente supone que los traductores investigan cada uno de esos elementos. En efecto, razón tiene Buzelin (2005) cuando expresa que ambos enfoques teóricos (estudios descriptivos y polisistémicos)

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... contribuyeron considerablemente al debate en el campo de la traducción. Y, sin embargo, reconoce que se necesita un "tipo de investigación orientada en el proceso". En esta búsqueda de un enfoque sobre la práctica de la traducción introduzco en el debate el concepto de *n'zassa*, a la luz del **pensamiento del autor** Jean-Marie Adiaffi, para imprimirle otra dimensión a la teoría del Actor-Red y mostrar algunas de sus analogías con el *n'zassa*. En realidad, lo que propongo es una traducción cultural.

Este artículo comienza con una primera sección en la que se definen brevemente los conceptos de *n'zassa* y de Actor-Network Theory (ANT), intentando a la vez esbozar las convergencias y divergencias entre estos dos planteamientos. Luego, el texto se concentra en la contribución de ***n'zassa*** y se traza un paralelo con el debate que suscita la óptica dialógica de la traducción. En las dos últimas secciones se discute ***la economía del conocimiento*** y se presenta un estudio de caso a partir de la traducción de *The identity card* al portugués brasileño en el que se muestra la idea del proceso de traducción como una construcción colectiva.

2 *N'zassa* / Actor-Red: confluencias

El concepto de *n'zassa* nació entre las mujeres de Anyi en Costa de Marfil. La historia narra que en épocas pasadas, cuando una mujer compraba una tela para hacerse alguna ropa guardaba preciosamente un retazo. Cuantos más pedazos de tela una mujer poseía, más ropa tenía y en consecuencia gozaba de más respeto y mayor estatus en la sociedad. La fortuna de la mujer dependía del número de piezas de tela que conservaba. Con el tiempo se puso de moda ensamblar restos de telas para construir mosaicos de retazos (ver BRA, 2016) de múltiples colores. A la tela fabricada con los retazos se le denominó *n'zassa*. A la postre, Jean-Marie Adiaffi introdujo este concepto en la literatura y desde sus primeros trabajos literarios fundamentó su escritura en esta filosofía.

En concordancia con la esencia misma de *n'zassa* y su inspiración, el autor marfileño se dedicó a la tarea de mezclar diferentes géneros de escritura (prosa, poesía, teatro, recital, proverbios, etc.). En otras palabras, se trata de una mezcla de géneros o "un género sin género" (Tro Deho, Akohoue,) cuya peculiaridad reside en la estructura del enunciado y el estrecho vínculo que se teje entre el lenguaje de los personajes y la visión que tienen de la sociedad en que viven. El *n'zassa* discursivo abarca al menos dos sistemas lingüísticos, es decir, una interpretación melodiosa de dos idiomas (BRA, 2017).

Este ensamblaje sistemático que Adiaffi ofrece mediante una creación lingüística y una combinación de (des)orden gramatical podría resultar poco familiar para la mayoría

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... de los integrantes de la comunidad interpretativa (u horizonte de expectativas). Por tanto, la naturaleza de cierto "texto fuente" se vuelve difícil de determinar en caso de encontrarnos frente a un texto múltiple² ya que también nos conduciría a un texto destino múltiple que igualmente requerirá de la intervención de varias manos, o sea de un trabajo colaborativo. Pero, ¿cómo ayuda el concepto *n'zassa* a discernir en el texto traducido un proceso compartido socialmente y tejido gracias a varias manos?

La idea de la traducción colectiva del texto destino puede describirse metafóricamente como una "salsa" en el sentido de que cada ingrediente contribuye a la elaboración del sabor. Es de notar que al igual que los ingredientes en una salsa, los préstamos se adaptan al texto traducido, mientras que las interferencias lingüísticas forman un ejercicio consciente. Además, significa que las partes (sujetos y/u objetos) pueden plantear preguntas y ser interrogadas en el proceso durante el cual se revelan entre sí. ¿No es este el tipo de libertad al que se refiere la Teoría del Actor-Red de Latour (2008)? Veamos: En la introducción de *The scandals of Translation*, Lawrence Venuti apunta:

El único prestigio que puede obtener un traductor proviene del hecho de traducir no como una forma de expresión personal, sino como una colaboración entre grupos divergentes motivada por el reconocimiento de las diferencias lingüísticas y culturales que necesariamente la traducción reescribe y reordena (VENUTI, 1998, p. 4).³

De esta cita se infiere que la traducción alcanza una dimensión que la convierte no solo en una obra individual aislada, sino que proviene de una comunidad (ver estudios de género) o de un asunto nacional (ver, entre otros, las obras literarias poscoloniales de África, la India y América Latina). La referencia de Venuti concede deducir que la gloria de las traductoras y de los traductores estriba en que tienen *la oportunidad de colaborar* con sus colegas y establecer en la urdimbre de la interpretación o interpretaciones la construcción de una cadena de significado común de un texto original.

Este nuevo "original" en el que cada miembro interviene para asentar conjuntamente las bases de significación, transmite realidades culturales o sociales específicas a un público que se supone que los participantes conocen. Esta idea en sí conjuga las nociones de "multiculturalismo" e "hibridismo", esta última derivada de la primera. No obstante, a pesar de la ambigüedad de la noción de multiculturalismo, es obvio que *"el otro"* no puede ser despojado de su condición de entidad bien diferenciada.

² En particular lo considero una noción abierta.

³ Nota de las traductoras (NDLT): Las citas fueron traducidas del original inglés, francés o portugués por las traductoras del artículo.

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

Sin embargo, Wolf es consciente de que el multiculturalismo "no trasciende la dialéctica de la inclusión y la exclusión" (2000, p. 141-142), y que lleva consigo cierta semejanza con el hibridismo, al menos por la forma (ambigua) que toma en el texto traducido. Por consiguiente, reconozco plenamente que en el modo de aproximarse a estas dos nociones está la clave de la mayor o menor distancia que puede haber entre ellas. No obstante, sugiero que se considere al hibridismo como una articulación fina y condensada de indicios sociales y culturales expresados en el término multiculturalismo o representados por él y en el que "el reconocimiento del otro" se escenifica mediante la excepcionalidad de su otredad.

La identidad del otro en un estado (u objeto) híbrido puede oscilar entre ser "el" otro (la otra identidad) y ser "un" otro (otra). Aunque raramente ocurre una fusión completa, no cabe duda de que tanto el multiculturalismo como el hibridismo tienden a privilegiar una alteridad de la que depende su propia existencia. Por lo que respecta a la literatura africanacualquier combinación de estas dos nociones no tendría mejor propósito que la "inclusión".

Cabe destacar que no siempre las obras literarias de un escritor africano son únicamente el fruto de una expresión personal, sino más bien un denso conjunto de expresiones colectivas manifestadas a través de un *individuo*. Por esta razón, como nos basamos en lo dicho por Venutti (véase más arriba), no debería sorprendernos que para su decodificación se requiera la participación o el compromiso de varios *individuos*. Es por seguir esta lógica que *la hormiga*⁴ (actor-red), según Latour, puede proporcionar alguna información. A propósito de la contribución de la teoría de la red de actores de Bruno Latour (*Reassembling the Social, Reensamblar lo social*) en los estudios de traducción, Buzelin escribe:

En la teoría del actor-red, la traducción se refiere a "los métodos por los cuales un actor **involucra** a otros", es decir, la forma en que los diversos actores participantes en los procesos de producción/innovación (actores cuyos intereses primordiales no son necesariamente los mismos) interpretan sus propios objetivos en el idioma del otro garantizando así la participación adecuada de todos (o el despido de algunos actores si es preciso), y la continuación del proyecto hasta su cumplimiento. Dicho de otra manera, la traducción evoca estrategias sucesivas de interpretación y de desplazamiento mediante las cuales una idea comienza a convertirse en un hecho científico o en un artefacto. (BUZELIN, 2005, p. 194-195)

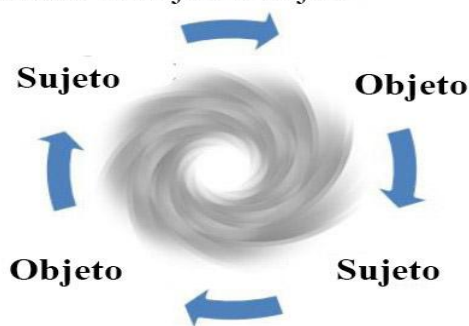
Si asociamos la definición de Latour (2005) sobre la Teoría del Actor-Red y la interpretación que le atribuye Buzelin, la teoría comprende "actores humanos y no

⁴ Las siglas ANT (Actor Network Theory), traducen en español "hormiga". La "hormiga" es un objeto recurrente en la poesía del autor, su alusión en este ensayo formaría parte de la red de actores y objetos que colaboran para tejer la urdimbre de significados lingüísticos-culturales de un texto africano. (NDLT)

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... humanos" o simplemente, "cualquier cosa que pueda inducir, intencionalmente o no a una acción" (BUZELIN, 2005, p. 197). En esta conjetura, las objetividades subjetivas individuales se asocian libremente en torno a un objeto común. La comprensión de esa convergencia puede considerarse o ser denominada una teoría (o método) propiamente dicha.

En un contexto de producción literaria (creativa o transcreativa) ese proceso hace referencia internamente a algún signo o palabra específica que sugiere una lectura o interpretación diferente de otro lexema, párrafo o texto. Esta dinámica incluye el proceso de producción desde la observación/idealización del objeto hasta la textualización y la etapa de producción por parte del sujeto. Es un proceso circular que puede visualizarse en el gráfico siguiente:

Figura 1. Proceso circular de Sujeto a Objeto



Fuente: N'gana Y.

En esta mecánica puede observarse que ninguno de los dos actores (sujeto y objeto) es inalterable y que ambos se comunican entre sí. A partir de ahora me referiré a esta cadena con el término *n'zassa*. El hecho de practicar el *n'zassa* nos hace razonar sobre el camino semántico que una palabra puede tomar externamente, al mismo tiempo que nos ayuda a encontrar y a sondear los aspectos imprecisos de un significado o interpretación difundidos por toda una comunidad de interpretación. Así, defino a los miembros de esa comunidad como *translectores*⁵.

A diferencia de la teoría del Actor-Red en la que los actores "solo se revelan al activarse" (BUZELIN, 2005), en la urdimbre del *n'zassa* los *tejedores de significados* (MWS^{6*}) pueden manifestarse desde el primer encuentro con el material que está siendo estudiado. Más que centrarse en el hibridismo del producto, el interés reside en la naturaleza híbrida del propio sujeto. Debo aclarar que *el concepto de MW o translectores*

⁵ Los translectores son lectores para quienes la naturaleza misma del texto impone un ejercicio de lectura-traducción. Por lo que también se convierten en futuros Tejedores de Significado y su actividad de lectura incluye episodios de traducción libre.

^{6*} NDLT: Por sus siglas en inglés: *Meaning Weavers*

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... no concierne únicamente a los escritores (autores), sino que también incluye en diferentes niveles a los mismos grupos que reúne la teoría del Actor-Red. De allí que la escena descrita pueda leerse, releerse y sugerir al traductor algunas líneas de comprensión-lectora.

En este marco de comprensión del texto resulta difícil definir la línea que separa el *enfoque hermenéutico (concentrado en el texto y enfatiza la traducción como un proceso de transferencia de significado⁷) del *enfoque sociológico (se interesa en los que intervienen y concibe la traducción como un proceso social). En este último, la percepción recurre a la sociedad configurada por los pueblos y sus costumbres del mismo modo que *la* comprensión de los translectores depende en gran medida de que se llegue al código de **deantology**⁸ del texto. Defino la *deantology* como el conjunto de deberes y/o funciones que puede asumir un translector y que se despejan de los códigos inherentes al texto en cuestión. Lo que es en otras palabras el contrato entre el texto fuente y el translector.

Definitivamente no es *ilusión óptica* ni una mera percepción el afirmar que la traducción siempre ha estado presente en África, antes que cualquier contacto con los exploradores occidentales y la colonización. Cada grupo de personas que tiene un contacto de cualquier tipo con otro grupo de personas de un idioma diferente o que pertenece a una cultura y espacios extranjeros necesita natural u obligatoriamente algún tipo de mediación. De la misma manera, es un hecho histórico innegable el pluralismo lingüístico en África. Las composiciones internas de los Estados (como el 17^o Akan)⁹ y las interacciones sociales — en particular, el comercio y el espíritu de conquista — no comenzaron ni con los europeos ni derivaron de los árabes que los precedieron. Por lo tanto, dichos contextos de diversidad lingüística y cultural expusieron a esas comunidades locales a algunos problemas pragmáticos. En concordancia con las ideas de Bandia (2000, p. 360), el contacto de culturas e idiomas en sí mismo presupone la traducción o las intra e intermediaciones.

A este respecto estamos lidiando con mediaciones que más allá de los aspectos políticos y económicos envuelven igualmente imaginarios y literaturas. Desde un punto de vista pragmático-lingüístico, el término “imaginarios” es crucial pues las comunidades discursivas desarrollan o tienden a desarrollar estrategias distintas de comunicación. Y estas se alimentan de elementos específicos de la cultura anclados en el discurso social

⁷ Ambos enfoques son tomados de Johan Heilbron y Gisèle Sapiro citados en Buzelin (*The Translator* 210-211).

⁸ Lo cual es diferente de “deontology”.

⁹ Ver la entrevista “Toute l’histoire des Agni racontée par le Pr. Simon Pierre Ekanza” con el profesor Pierre Ekanza disponible en Yeclo.

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... que las rodea. En estos intercambios de comunicación “la traducción y la recepción de la literatura se influyen mutuamente. La primera hace accesible la obra en el idioma propio del lector, y la segunda puede suscitar un interés mucho más profundo hacia una determinada literatura y abre paso a futuras traducciones” (KAMGANG, p. 62)¹⁰.

Efectivamente, la descolonización solo acontecerá cuando se disminuya la traducción unidireccional. De lo contrario, la multiculturalidad no representará más que "exclusión". Todo lo que se necesita es una voluntad de avanzar y gozar de una percepción lo suficientemente aguda para predecir la geopolítica de donde no parece escapar la política interna de los textos literarios contemporáneos (*deontology*). En mi opinión, todos los textos literarios escritos o reescritos en todas las regiones geográficas no parecen reclamar más que una posibilidad bien sea local (el escritor tiene un diálogo con sus contemporáneos o con su comunidad de lectores) o internacional (el escritor por medio de su traductor accede a un intercambio con otros escritores, lectores y con el mundo en general).

La etiqueta asfixiante que condenó a algunas producciones literarias a la condición de "relacionales y marginales" (BERND, 1987) afecta esa posibilidad y compromete la circulación de ideas (principalmente las del Sur) propias a nuestra herencia literaria universal común. Acerca de este análisis, Manuel Rui Monteiro nos ofrece una hermosa secuencia: “Que los puertos del mundo / Sean los puertos de todo el mundo” (MONTEIRO, 1987)¹¹.

Tanto en la Teoría de la *Red de Actores* como en el concepto *den'zassa* observamos el esfuerzo de avanzar hacia la realización de esta crucial utopía. Aunque recurran a elementos ligeramente diferentes, plantean la producción conjunta y consensual de un producto complejo a partir de los componentes involucrados. En la sección siguiente intentaré demostrar cómo este diálogo y el intercambio abierto ayudan a abordar la cuestión antes mencionada del texto múltiple.

3 El enfoque dialógico de la traducción

Conforme a las referencias mencionadas, los escritores poscoloniales en su función de intérpretes de expresiones colectivas acaban concatenando múltiples

¹⁰ “... la traduction et la réception de la littérature s'influencent mutuellement. La première rend l'œuvre accessible dans la langue du lecteur et la seconde peut susciter un intérêt encore plus marqué pour une littérature et donner lieu à d'autres traductions.” (KAMGANG, p. 62).

¹¹ “Que os portos do mundo / Sejam portos de todo o mundo.” (MONTEIRO).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... discursos que Bakhtin designó como una "multiplicidad de voces". En los términos de Confiant ese conjunto de voces es una especie de texto múltiple que podría requerir para su traducción si no de una multiplicidad de translectores, al menos de un texto con múltiple destino. Al fundamentar su obra en la filosofía *n'zassa*, el escritor marfileño Jean-Marie Adiaffi registra y transmite esa conciencia en la que la visión y estructura de la lengua Anyi como su cultura aparecen en la actual narrativa africana eurófona. Según Kamgang (60), "si el sentido de un libro [significado] reside en su alcance literario, la forma [significante] también produce contenidos semánticos"¹² (las notas entre corchetes son del autor), es decir, le adjudica una especie de pertenencia transnacional. La escritura de Adiaffi desafía las reglas del texto "original" debido a que impone al acto de leer y por ende al de traducir un ejercicio a cuatro manos, en síntesis, un ejercicio *dialógico*.

Más recientemente, Ferreira en su obra *O paradigma da descrição na tradução etnográfica: Lévi-Strauss tradutorem Tristes Tropiques* expuso cuatro estrategias prácticas de un enfoque etnográfico que resultan útiles al incorporar los resultados del ejercicio dialógico en el texto destino. Estas estrategias son: 1) *Definición*: concebida como una descripción cerrada que designa la atribución de un límite, de un fin (*de-fine*) a un objeto/sujeto; 2) *Explicación*: apunta hacia la respuesta a preguntas como *por qué* y se relaciona con aspectos pragmáticos, semánticos y sintácticos; 3) *Hiperónimo*: es una relación de sentidos entre el significado y el significante basada en la clasificación jerárquica de los elementos descritos, esta categoría envuelve nombres de animales y elementos naturales (incluso biomasas y tipos específicos de vegetación); y 4) *Traducción literal*: también conocida como descripción antropolingüística basada en una manera de percibir el mundo. Más allá de su característica interlingüística, la traducción literal causa extrañeza ya que busca mantenerse lo más cerca posible de la fracción de mundo que representa la lengua-cultura fuente permitiendo que el idioma traducido sea visible en el idioma que traduce.

En realidad, si bien estas estrategias no son ajenas a los etnógrafos profesionales, el propósito de Ferreira fue presentar una ruptura con la manera de observar que Lévi-Strauss desarrolló durante su viaje a Brasil en 1930 (durante el cual visitó varias aldeas y comunidades indígenas). Ferreira se centró en el auto-cuestionamiento que hiciera Lévi-Strauss sobre su propia autoridad, percepción y crítica hacia la cosmología ajena

¹² "Si le sens d'une œuvre réside dans sa portée littéraire, la forme engendre elle aussi des contenus sémantiques." (KAMGANG, p. 60).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... observada. La publicación de 1955 de *Tristes Tropiques* impactó la etnografía en su conjunto o al menos la francesa.

Este cambio en la percepción y postura del sujeto observador hace aún más arduos los desafíos en cualquier descripción que se haga de una cultura “otra”. Y la traducción no escapa a ello. Si las culturas originarias brasileñas no eran el objeto de investigación de Lévi-Strauss sino que era él mismo el asunto observado, Ferreira (2014) escribe: “¿Cómo aprendemos de un objeto que sigue cambiando mientras lo observamos?, ¿Qué produce el hecho de estudiar el objeto cuando se le mira, observa, examina, describe y traduce?”. En otras palabras, ¿Qué hace el traductor con el discurso del otro mientras lo traduce? De lo que resulta que cuando se trata de literatura, es fundamental para el traductor el recurrir a estos *MW* o comunidades dispersas de la lengua-cultura fuente durante la reconstrucción del discurso del otro en la lengua-cultura destino.

Si consideramos que la traducción es la búsqueda continua de una posibilidad, la traducción dialógica consiste en librar con el otro, ya sea material o virtualmente (y/o metafísicamente), la batalla por el sentido. Por lo tanto, la traducción es una actividad de socialización abierta a múltiples posibilidades. En lugar de estancarse en la noción de equivalencia o de legibilidad del texto, Bandia (2003) señala que los estudios de traducción ganarían mucho más si se investigara el impacto que una traducción tiene en una cultura colonizada (fuente o destino) y las consecuencias que acarrea en la lengua-cultura dominante colonizadora u homogeneizadora¹³. Esto significa tratar de vivir la experiencia retratada dentro y fuera de la obra literaria que consiste en sumergirse en el texto para descubrir otro texto en él. Aquí, el sentido del texto aparece influenciado por la calidad del flujo incesante de la migración.

La traducción como acto de migración y como búsqueda de posibilidades puede requerir interacciones que implican eventos impredecibles en los que se supone que *el otro* será recibido y reconocido en su alteridad. Así, en las palabras de Ricard,

El fenómeno de la traducción se caracteriza, en el caso africano, por un intercambio que siendo indudablemente injusto también es creador de sentido. Y esto es lo que yo denomino traducción dialógica, el paso a la forma escrita del lenguaje que se construye durante el diálogo entre el traductor y el locutor. (RICARD, 2011, p. 14)¹⁴

¹³ Como en el caso de la literatura africana eurófona.

¹⁴ “*Le phénomène de la traduction est, dans le cas africain, caractérisé par l'échange, certes inégal, mais néanmoins créateur de sens ; c'est ce que j'appelle la traduction dialogique. Le passage à l'écrit de la langue se construit dans le moment du dialogue entre traducteur et locuteurs.*” (RICARD, p. 14).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

Dicho intercambio es un acto fundamental que promueve la posibilidad de alcanzar lo que realmente se espera. Más allá de la injusticia subrayada por Ricard, el diálogo en sí no está exento de ambigüedad. Para Ferreira (2017), tal ambigüedad la causa un hecho concreto venidero: la migración *futura* y su heterogeneidad, por esta razón es comprensible debido a su peculiaridad por ser cambiante y al mismo tiempo múltiple en su memoria (p. 78). La distancia, el tiempo, el espacio pueden superarse y por ende transponerse ya que el proyecto de traducción pone frente a frente tanto el método del traductor y sus prioridades como la estética del autor. En este proceso específico, Ricard (2011) expresa que los (trans) lectores en su rol de fuerzas sociales son parte del método. No representan un fin (*un objetivo inquebrantable que alcanzar*), son medios (*agentes sensibles que se pueden equivocar*).

Un traductor activo (ver el tejido del COLTRAP o Enfoque de la Traducción Colaborativa en la Figura 2)¹⁵ podría, sin lugar a duda, aumentar su control sobre muchos choques culturales insospechados, pero solo si es consciente de las fuerzas dinámicas que se mueven desde adentro hacia afuera y viceversa. Es probable que esta conciencia ayude a minimizar las fallas de la traducción y garantice en el sentido de Adiaffi el poder fonológico del idioma Anyi en la construcción de una estética *n'zassa* de su escritura al mismo tiempo que se preserva *la calidad o veracidad* del texto (GRICE, 1989). De manera que como Buzelin lo afirma:

Desde una perspectiva reflexiva las prácticas traductora y etnográfica no se superponen solamente en el plano de la escritura. Cuando los traductores no hacen “trabajo de campo” se documentan, se informan, consultan fuentes, realizan investigaciones. La reflexión de los antropólogos permite que se aborden las nociones del “sujeto que traduce” desde otro punto de vista, en la medida en que esa reflexión nos aleja del paradigma literario y textual que [...] siguen acarreado los estudios de traducción y nos invita a concebir la traducción como un proceso. (BUZELIN, 2004, p. 732)¹⁶

De por sí la actividad de traducción siempre ha estado marcada por un dialogismo directo (el translector recurre inmediatamente a un especialista o *informante*) o por un dialogismo distante (el translector intercambian con una colega o uno colega de oficio, con un lexicógrafo o con un investigador cuyos trabajos lo ayudan a dilucidar puntos confusos y términos complejos que surgen durante el proceso de traducción) que se interesa en el

¹⁵ NDLT: El autor usa la abreviación COLTRAP alusiva a la expresión en inglés *collaborative translation approach* (enfoque de traducción colaborativa)

¹⁶ “*Envisagées dans une perspective réflexive, les pratiques traductives et ethnographiques ne se recourent pas uniquement sur le plan de l'écriture. Si les traducteurs n'effectuent pas de « terrain », ils se documentent, se renseignent, consultent des sources, effectuent des recherches. En ce qu'elle nous éloigne du paradigme littéraire et textuel qui ... continue de grever les études en traduction, et nous invite plutôt à penser la traduction comme un processus de production, la réflexion des anthropologues permet d'aborder les notions de « sujet traduisant » sous un angle nouveau.*” (Buzelin, *Meta*, p. 732).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... *volumen de información* (GRICE, 1989, p. 26). Este diálogo se produce de forma bastante simultánea entre *el autor y el (trans)lector 1*, entre *el traductor y el autor*, entre *el traductor y el (trans)lector 2* y, finalmente, entre *el autor y el (trans)lector 2*.

Esta múltiple mediación representada en el esquema de la Figura 2 forma parte de la traducción cultural que orienta al público a entrar en un modo de vida desconocido. Ese traductor "cultural" puede intervenir (WOLF, 2000) e incluso manipular el texto traducido de forma "agradable" teniendo en cuenta no solo el contexto de recepción sino también los resultados del diálogo con sus interlocutores (en busca de *la manera de*). Desde el punto de vista lingüístico me interesa referirme, en particular, a la legibilidad de las marcas culturales del texto fuente. Lo que no implica obligatoriamente que el traductor deba adoptar alguna norma o estructura específicas a ese horizonte de expectativas. Para Buzelin (2004), esta epistemología dialéctica reubica un dialogismo ligeramente diferente en el campo de la traductología. De este modo, ella señala que "Solo refleja la segunda parte del proceso: la escritura. El intercambio interpersonal que suponía (al menos en la etnografía) se suprime. Ya no se trata de un diálogo entre personas, sino de un diálogo entre un lector y su texto, e incluso, entre dos textos" (BUZELIN, 2004, p. 737-738)¹⁷.

El diálogo entre el lector y el texto o entre los textos abre una perspectiva promisoriosa y puede dar lugar a mutuas proliferaciones, lo que hace probable que cada texto lleve consigo la huella genética de ese encuentro. Los rasgos lingüísticos de "uno" se harán visibles en el "otro". La lengua A hablará (o se expresará) dentro de la lengua B y cada texto, en la mente del lector se convierte en cierta medida en algo semi-extranjero, semi-*proprio*, semi-original y semi-traducción. A pesar de que durante el período de independencia (1950-1970) se consideraba que la literatura en muchos países africanos no se había desligado totalmente de los antiguos colonizadores, sí mostraba signos innegables de transición (Kourouma, 1968, 1970; Achebe, 1952, 1953, 1958, 1960, 1964, 1966; Adiaffi, 1969, por solo citar algunos). Las herramientas estilísticas y artefactos culturales que estos autores (a regañadientes) exploraron sirvieron para desafiar poderosamente sus egos. Y así mediante sus respectivos estilos deleitarían a críticos como a lectores de todo tipo desacostumbrados a la mordacidad de su lenguaje, proporcionándoles especialmente a estos últimos un placer inusual.

En términos de Wolf, "es a través de esta construcción híbrida que una voz puede desenmascarar a la otra en el seno de un único discurso. Cuando se llega a ese punto el

¹⁷ "Il ne renvoie plus qu'à la seconde partie du processus : le travail d'écriture. L'échange interpersonnel qui le sous-tendait (du moins en ethnographie) est évacué. Il ne s'agit plus d'un dialogue entre des personnes, mais d'un dialogue entre un lecteur et son texte, voire entre deux textes." (BUZELIN, *Meta*, p. 737-738).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... discurso autoritario se desmorona. El discurso autoritario es unívoco" (p. 133). Solo fuera de esa batalla del ego –que también es una transmutación mutua impensable en una mentalidad y un entorno autoritarios con la ética de reciprocidad¹⁸ que ello implica– se puede intentar una economía del conocimiento.

4 Economía del conocimiento: del texto para el diálogo

El término "economía" debe entenderse como el uso eficiente de un recurso. En literatura se refiere a la revelación conceptual de un universo metafísico (COULTHARD apud COSTA), cuyos postulados están siempre en construcción. Frente a este escenario, el traductor debe ajustarse a los compases del tiempo. Al igual que la conceptualización del mundo no escapa a las influencias sociales y subjetivas, el enfoque *n'zassa* de la traducción se muestra como un viaje de iniciación. Es en este modo de pensar trascendental que el traductor explora o intenta explorar el proceso de escritura para llegar al autor y comprender su filosofía. En los términos de Sousa:

Así, los hechos lingüísticos de difícil transposición pueden dar cuenta de la línea que establece la frontera entre el discurso extranjero y el propio. Esa demarcación de la diferencia que se presenta en un discurso figurado, y como tal dificulta la fluidez de la escritura que pasa del idioma del otro al propio (SOUZA, 2014, p. 23)¹⁹

En la producción literaria y artística de Adiaffi, los hechos lingüísticos a los que Souza refiere llegan a ser omnipresentes. Se observan en casi todas las partes del texto, en cada página. A menudo estos elementos transportan microhistorias en las lenguas locales de Costa de Marfil (sobre todo en nombres propios, onomatopeyas, acertijos y/o proverbios) que si se analizan detalladamente pueden revelar microsistemas peculiares e inéditos. En este tipo de geografía llena de microsistemas, el lector común estaría sujeto a

¹⁸ Esta dinámica híbrida es también la de globalización o de la mundialización. La globalización debe entenderse aquí, no como una estandarización que cristaliza la hegemonía de las culturas dominantes, sino como un proceso que supone la participación de todos los interesados en la construcción de una cultura universal. (Kamgang, p. 269). Si la mutua transmutación tiene que ocurrir, la aguja de la brújula necesita ser reorientada y el meridiano literario mundial redefinido. Los incisivos instrumentos usados a partir de relaciones unidireccionales que pervirtieron desde sus inicios el concepto de globalización deben ser eliminados. La realización de esta ruptura, quizá, permita que uno pueda realmente comenzar a apreciar el valioso argumento de Lang. Es decir, *la globalización comprime de varias maneras, sin embargo, lo que implica no solo el impacto de la cultura mundial en la vida africana o un mayor conocimiento de la cultura mundial por parte de los africanos, sino también la cultura mundial como parcialmente constituida por las culturas africanas* (KAMGAN, p. 514, subrayado del autor). La posición de Kamgang como la de Lang pronostican un contexto en el que Brisset cree que ya no se trataría de una alienación cultural, sino de un proceso de transculturación mutua, de una ética de reciprocidad (p. 69). En otras palabras, es solo en este contexto en el que el término laxo de "cultura universal" comienza a tener sentido.

¹⁹ "Assim é que se pode reportar os fatos lingüísticos de difícil passagem como o traço que desenha a fronteira entre a fala estrangeira e a própria. Trata-se da marcação da diferença que, sob uma maneira alusiva de dizer, se mostra enquanto tal perturbando a fluência da escritura que transita da língua do outro para a própria." (SOUZA, pg 23)

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... un conjunto de licencias repartidas por todo el texto (que van de la metafísica a la física, de la idea al tema –el texto– del autor a lo que se ofrece de él, de la fuente específica al destino específico, del emisor al receptor, etc.). Esta dinámica y sus protocolos inherentes constituyen actos de traducción. De esta forma lo que sobresale en la naturaleza crucial del transportador, en este caso, del traductor, es el hecho de ser consciente no solo de la importancia vital de la *deontology* del texto sino también de su relación con el entorno.

La introducción de esta última consideración en la literatura africana transforma infinitamente el consabido enfoque binario de la traducción en un proceso de mediación múltiple (¿será así ahora?). En otras palabras sea cual fuere la cultura, la posición del traductor debe regirse por el equilibrio entre los dos lados, ya que la literatura para ser efectiva y exitosa

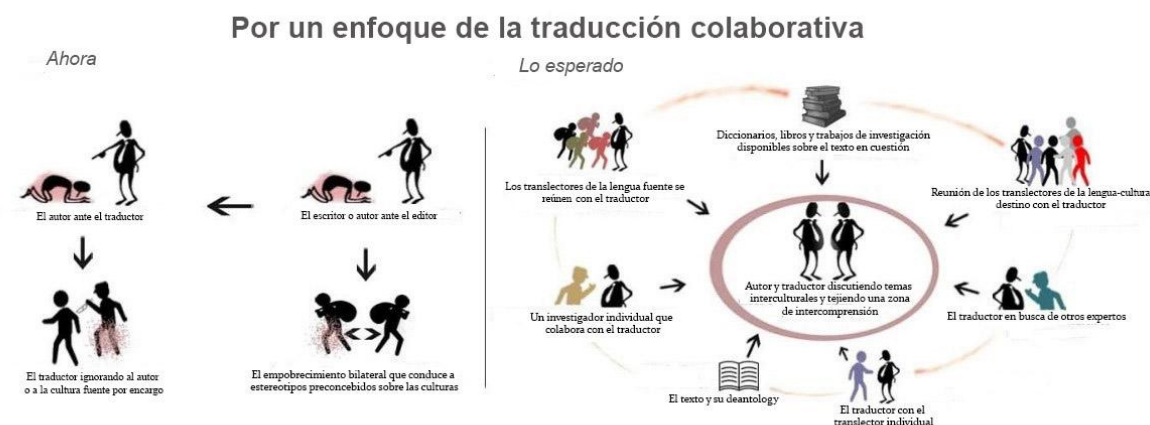
depende del hecho de que sea leída de una determinada manera. Se ha escrito para un público que está implícitamente en el texto. La recepción, la respuesta y la interpretación están, en cierto sentido, predeterminadas por la retórica de la obra literaria; pero el público también juega un papel en la forma en que se entenderá la obra y las diferentes significaciones que abarcará. Cada nueva generación y cada nuevo grupo de lectores en un nuevo contexto aportan a la obra códigos diferentes para su comprensión. (RIKVIN; RYAN, 2004, p. 128).

Desde esa perspectiva, la *deontology* del texto parece ser directa o indirectamente la condición *sine qua non* para entender su estructura y disfrutar de su sabor y significado. La circunstancia que impone el texto literario como medio o como fin condiciona enormemente su recepción e interpretación. Sin embargo, tanto la recepción como la interpretación se rigen por un precepto dialógico en el cual el público juega también un papel en el modo de comprensión de la obra y en los significados que tendrá. En la Figura 2 se esquematiza en el primer diseño un resumen de la actual manera de trabajar de muchos traductores y en el segundo se muestra cómo están llamados a actuar durante la traducción según el enfoque dialógico de *n'zassa* (ver más abajo).

Kamgang defiende la idea de que el compromiso del traductor puede ser igual al del autor de quien obtiene su poder de acción, porque un traductor poscolonial comprometido no solo es consciente de las relaciones de poder asimétricas que se consolidan a través de las narrativas coloniales, sino que –y esto es lo más importante– suma sus esfuerzos a los del autor para deconstruir esas fuerzas. Su posicionamiento ideológico con las herramientas necesarias es lo que les permite efectuar cambios en la cultura receptora de destino. Aquí, específicamente, la noción de ética podría pasar por una profunda agitación o por lo menos, ser ligeramente relativizada. Sin embargo, es importante aclarar que no todos los casos de traducción poscolonial se relacionan con el activismo, pero en el caso descrito basado en el enfoque de traducción participativa

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... (COLTRAP) de la Figura 2 no hay duda de que los valores éticos necesitarían redefinirse de acuerdo con el propósito de la traducción (ver Aubert). Lo que se observa en la COLTRAP es que lejos de ser la simple acción curiosa de un individuo se percibe al traductor invirtiendo tiempo y esfuerzo en comprender su embeleso personal (Baiocchi et al.) antes que el texto como tal.

Figura 2. Coltrap



Fuente: N'gana Y.

En la propuesta de la traducción colaborativa la situación "esperada" existe en el "Ahora" pero es abolida por fuerzas sucesivas ocultas que aparecen durante el proceso. Por eso, mi deseo es situar el lado "esperado" en el centro de la práctica traductoria. Esta performatividad, que debería ser natural para todos los traductores, recuerda las acotaciones de Ferreira (*Acta Scientiarum*) sobre Lévi-Strauss, quien con gran responsabilidad reflexionó acerca de los mundos que estaba observando. Este nuevo enfoque transforma la producción del conocimiento en una red de actores en la medida que es en sí misma una entidad compositiva (BAIOCCHI et al., 2013, p. 337), la que construye un escritor, traductor/etnógrafo individual mediante una recopilación metodológica de recuerdos. Pareciera ser la memoria la que emerge como punto central de todo este proceso. De ser así, Derive destaca que

el carácter hermético en el mundo de la escritura ha inculcado un conjunto de ilusiones acerca de la creación literaria que determinaron fuertemente las modalidades de análisis de este ámbito. Varias tendencias de la crítica contemporánea llevaron a la re-discusión de algunos de estos *a priori* que, hasta ahora, influyeron en el enfoque textual. Debido a un problema implícito –que deriva directamente de la práctica de la escritura– según el cual el autor-escritor sería la única fuente de sentido de su discurso. Por ello, en las últimas décadas se ha insistido en tomar conciencia de las limitaciones y riesgos del análisis "intencional" que consiste en buscar en un texto "lo que el autor quiso decir". Las ciencias humanas impugnaron este punto de vista y demostraron que la conciencia del autor resultó ser una referencia bastante problemática *para el estudio del sentido de su discurso*. La perspectiva sociológica ha comprobado que

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

el escritor está predeterminado en sus funciones expresivas por un sesgo ideológico (ideas del grupo al que pertenece: patrones de significados) y por una función discursiva (lenguaje del grupo al que pertenece: modelos de significantes). Además, tanto el psicoanálisis como las ciencias estructurales del lenguaje y de los signos insistieron en que *el autor no poseía un control total de su discurso*: por un lado, escribe cosas sin darse cuenta de ello, y por el otro, *la potencialidad semántica de su texto va más allá de su propia intención*" (DERIVE, 2015, cursivas del autor, p. 66-67)²⁰.

Los segmentos en cursivas de la cita anterior parten del significado del discurso y la afinidad ideológica del autor con la función discursiva (dentro de la cual los escritores postcoloniales solían tejer nuevos discursos basados en una idea de “clandestinidad” frente a Occidente), se percibe que los propios autores no son nunca el centro de atención. El autor no tenía el control total de su discurso", no tiene plena conciencia de él y "la potencialidad semántica de su texto va más allá de su propia intención". Con lo que puede asumirse que el o los significados de un texto se extienden en función de la comunidad de los lectores y estudiosos que terminarán convirtiéndose en una comunidad de informantes para los traductores. Mi afirmación de que *el traductor debe ser un cazador de recuerdos o ideas* se deriva de considerar todos estos aspectos. Justamente, en palabras de Wolf, el discurso producido

debe ser el resultado de un proceso recíproco, dialógico y conjunto. Lo ideal sería que el producto fuera un "texto polifónico" o como dice Tyler: "Una etnografía posmoderna es un texto elaborado cooperativamente que consiste en fragmentos de un discurso destinado a evocar en las mentes tanto del lector como del escritor un imaginario emergente de un mundo hecho de realidades consensuadas" (TYLER, 1986 apud WOLF, 2000, p. 131)

En la recepción de estas lecturas disgregadas (la comunidad de translectores) es donde residen los intertextos — que en la interpretación de Riffaterre son "todos los textos relacionados de una u otra manera con el texto en cuestión" (ver WOLF, 2000) — y las posibles micro-intenciones del autor que resultan útiles para la exploración efectiva del texto en estudio. Este carácter dialógico es indiscutiblemente el fundamento de una

²⁰¹⁶ “o fechamento no mundo da escrita produziu certo número de ilusões sobre a criação literária que determinaram fortemente as modalidades de análise nesse domínio. Várias tendências da crítica contemporânea levaram à rediscussão de alguns desses a priori que tinham até aqui pesado sobre a abordagem textual, em consequência de uma problemática implícita – diretamente resultante da prática de escrita – segundo a qual o autor-escritor seria a única fonte do sentido de seu discurso. Assim é que muito se insistiu, nessas últimas décadas, sobre os limites e os perigos da análise ‘intencional’ que consiste em procurar em um texto ‘o que o autor quis dizer’. Tal ponto de vista foi combatido pelas ciências humanas que colocaram em evidência que a consciência do autor só podia constituir uma referência muito problemática para o estudo do sentido de seu discurso. A abordagem sociológica mostrou que o escritor era previamente determinado em suas funções expressivas por uma formação ideológica (ideias do grupo ao qual ele pertence: modelos de significado) e por uma função discursiva (língua do grupo ao qual ele pertence: modelos de significante). Além disso, tanto a psicanálise, como as ciências estruturais da linguagem e dos signos insistiram sobre o fato de que o autor não dominava a totalidade de seu discurso: de um lado, ele ali inscreve coisas sem ter consciência delas, de outro, a potencialidade semântica de seu texto ultrapassa sua própria intenção.” (DERIVE, p. 66-67).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

verdadera y eficaz economía de significados textuales y puede allanar el camino para el surgimiento de nuevas orientaciones. Así pues, Woolf insiste:

La traducción entre dos culturas diferentes (por ejemplo, las sociedades del hemisferio norte y del hemisferio sur) consiste en la producción mutua y dialógica de un discurso. Este discurso puede considerarse como el resultado del encuentro entre dos culturas que se fusionan o se "hibridizan" sin renunciar o descuidar sus propias características culturales específicas; enfatizando más bien en las diversas perspectivas que confluyen en el producto de la traducción. (WOLF, 2000, p. 131)

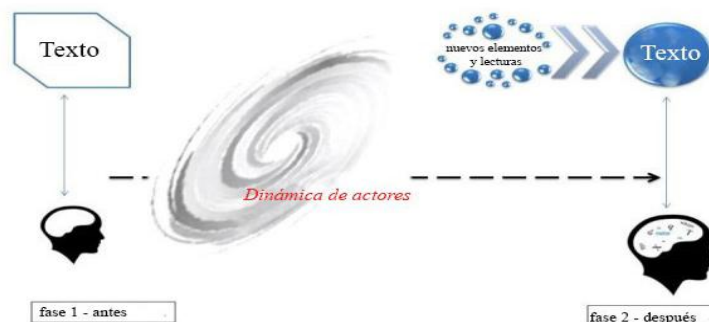
Este "encuentro de culturas" en la situación actual tiende más al lector (y propietario del capital) *recordándole su incapacidad de dominar el original y de negociar los aspectos intraducibles* (GIKANDI, p. 167) de la lengua desconocida. Más que borrar en el idioma destino cada huella única del otro, este se mira desde lejos y/o se contempla como en una especie de "*replay*". Para Gikandi este tipo de práctica fortalece el dominio de un idioma sobre otro y, en consecuencia, exime a los hablantes del idioma con mayor poder (dominante) del deber de aprender el idioma de menos prestigio (lengua minorizada)²¹.

Basado en este estudio restringido a una inscripción colonial puede decirse que la proyección colonial de la literatura africana se expresaba esencialmente en un discurso hegemónico, que no consideró en lo absoluto el asunto africano que se estaba construyendo. Esta agenda de hegemonía puede **orientar** a la investigación en estudios de traducción que busca explorar el diferencial del poder imperialista (BANDIA, 2000, p. 356-357)

En otras palabras, se trata de asimilar con tal vehemencia los textos literarios extranjeros a los valores del país dominante, que este ímpetu borra la sensación extranjera cuyo motivo era probablemente lo que invitaba a la traducción en un primer momento (Kundera citado en Venuti 5). Por lo tanto, se debe prestar atención en no caer en "un proceso en el que la voz única de la autoridad colonial socave el ejercicio del poder colonial inscribiendo y divulgando la huella del otro para que se revele como una doble voz (YOUNG, p. 23 apud WOLF, 2000, p. 134). Significa que uno debe, en oposición a la noción de "texto fluido" o fluidez del texto, ser capaz de considerar la no fluidez del texto como una marca incuestionable de una "buena traducción" también. Desde todo punto de vista, la cuestión es que los autores de esos textos multilingües se muestren en cierta medida conscientes de que los lectores disponen de apertura y capacidad para buscar el sentido. Veamos:

²¹ El concepto de minoría está condenado a sufrir alteraciones semánticas ya que su paradigma y características cambian constantemente.

Figura 3. Sujeto-Objeto en movimiento



Fuente: N'gana Y.

A partir de la lectura de la figura anterior surgen las siguientes interrogantes: ¿Es el mismo texto en la primera y la segunda fase? ¿Los translectores están leyendo un texto diferente? ¿O podemos considerar que la lectura individual la hace la misma persona? La segunda fase muestra con claridad que en realidad se trata de dos actores adultos: el objeto (texto) y el translector ya no son lo mismo. Este último ha adquirido una habilidad nueva que lo ayuda a arrojar una nueva luz a la versión anterior del primero. Entonces, se pueden descubrir algunos aspectos del otro que hasta entonces habían sido ignorados. La influencia es bidireccional. Aunque ambos actores son difíciles de estabilizar por estar en constante movimiento, el traductor es libre y utiliza su autoridad como organizador de la traducción para darle al producto (texto-objeto) una estabilidad temporal.

Si existe una necesidad imperiosa de que el "otro" sea debidamente representado e incluso una urgencia de dejarlo que se represente a sí mismo, el antiguo "otro" debe representar más que nunca al "yo" anterior. Eso permitirá una red de relaciones intersubjetivas de imágenes (AUBERT, 1993). Para que esto sea rentable en los Estudios de Traducción, el traductor debe prestar atención a cuatro aspectos: 1) la forma en que el "otro" se presenta o se representa a sí mismo frente al traductor; 2) cómo este "otro" permite que lo representen; y 3) cómo en el apogeo de esta nueva fraternidad, el traductor motivado por una intención genuina y loable pueden exagerar los rasgos de ese otro; y 4) cómo el antiguo otro (el nuevo yo) presenta a su antigua representación (el antiguo yo o el otro yo). Este estado de alerta ayuda a romper con las "agendas etnoculturales" o a evitar la negación de la "ciudadanía cultural" que WaThiong'o concibió como un "Robo de identidad literaria"²². Dicho de otra manera, la intercomprensión cultural depende del precio que el traductor poscolonial (y cualquier traductor en general) está dispuesto a

²² Se transforma la relación fuente-destino en lo que yo llamaría el *degré zéro* del proceso de traducción. (Entrevista con Ngūgīwa Thiong'o, ver N'gana)

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... pagar. Solo mediante el diálogo entre contenidos y formas, entre ideas divergentes o convergentes se puede lograr una real e inclusiva economía del conocimiento.

5 Construcción colectiva: un estudio de caso

En mi opinión Jean-Marie Adiaffi y muchos escritores de su época fueron *etnógrafos frustrados* (ver CLIFFORD, 1998), que recurrieron espontáneamente a lenguas locales en su creencia de que el francés fracasaría a la hora de representar realidades africanas. Publicada en 1980, *La Carted'identité* (más tarde traducida por Brigitte Angays como *The Identity Card* bajo el sello editorial de la Zimbabwe Publishing House en 1983) está abarrotada de términos de la lengua-cultura Anyi (nombres propios, proverbios, onomatopeyas e interjecciones). En esta narrativa *n'zassa* cohabitan la lengua Anyi con otras lenguas-culturas de Costa de Marfil como el Diula y el Beté.

Un paralelismo interesante que se puede trazar entre la práctica de los traductores y etnógrafos es como subrayó Wolf que ambos en el proceso de textualización tienen la responsabilidad de decodificar lo que yo denomino *la cultura en el texto* y que es totalmente dependiente de *la cultura del texto* (su codificación). Durante el proceso de la nueva codificación o recodificación el traductor puede verse obligado a establecer otra trayectoria de textualización que difiere de la mecánica existente (fuente y destino); sobre todo si "los fenómenos culturales asociados a los sistemas de creencias pueden yuxtaponer significados cosmológicos, sociológicos hasta psicológicos" (WOLF, p. 139) y los textos literarios constituyen poderosas tribunas para exhibirlos. En última instancia, cuando se toman en cuenta las diversas contribuciones de los MWs para la elaboración del constructo (texto traducido) resulta mucho más complicado reducirlo a una categoría particular.

Más allá de sus aspectos subversivos, las técnicas de escritura que los escritores poscoloniales diseñan son mecanismos de defensa contra la amenaza del olvido y la experiencia de la exclusión) (ver Kamgang). Los esquemas ético y político de Adiaffi terminan convergiendo e instan a que las elecciones tanto del traductor como las del propio escritor se conviertan en esquemas político-éticos. Según Bandia (BANDIA apud KAMGANG, 2012, p. 237) para la literatura africana la dimensión ética no solo es esencial sino también imperativa. Así lo sustenta:

se convierten en un requisito ético pues si un lector se interesa en la literatura y cultura africanas, él o ella [el traductor o la traductora] debe hacer el esfuerzo de percibir o comprender el pensamiento africano en su forma "natural" más cercana

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

y no a través de una versión "tamizada" o diluida exhibida según los valores o expectativas nacionales dominantes. (BANDIA apud KAMGANG, 2012, p. 237)

El argumento de que "si un lector se interesa en la literatura y cultura africanas, él o ella [el traductor o la traductora] debe hacer el esfuerzo de percibir o comprender el pensamiento africano en su forma "natural" más cercana" no es muy diferente de la opinión de Ngūgi. Es decir, "si el lector quiere sentir el gusto de la lengua fuente, entonces debe aprender la lengua original y leer el trabajo en el original" (p. 267). Sin embargo, estas opiniones no deberían servir para interpretaciones erróneas, porque lo que estos dos pasajes recuerdan tácitamente es la naturaleza inacabada de cualquier traducción. Cuando se admite que un texto inacabado, con relación a uno más elaborado, puede muchas veces aprovecharse para alguna resolución específica; la *ética*, más que tarea y obligación de un traductor de manera aislada, debe ser una responsabilidad compartida incluso en particular con los translectores.

Es importante mencionar que *The Identity Card* contiene alrededor de 92 términos (nombres y expresiones) en idiomas locales. No obstante, debido al espacio limitado de esta publicación, discutiré solo la traducción de dos nombres propios: Mélédouman y Floco-GuardGnamienPli.

5.1 ¿Se traduce *Mélédouman*?

En el libro *The Identity Card* se relata la historia de Mélédouman, príncipe de Bettié, en la época en que su ciudad pertenecía todavía al círculo colonial francés. Un día, el Príncipe Mélédouman fue arrestado en su casa por el comandante KakatikaLapine (representante oficial de la Administración colonial francesa en Bettie) y el guardian GnamienPli y lo llevaron sin razón aparente al Círculo (la jefatura local). Cuando el comandante le exige el documento de identidad a Mélédouman se inicia un fuerte debate entre ambos sobre lo que representa para cada uno de ellos la noción de *identidad*.

El comandante Kakatika, en respuesta a lo que consideraba un cuestionamiento despreciable e intolerable hacia su administración y su propia autoridad, reaccionó diciendo: "¡Guardias! Llévenlo a la celda de la verdad. Y devuélvanlo a la razón. Este discutidor idiota, este negro rebelde pudo haber sido inocente; pero ciertamente ya no lo es." (ADIAFFI, 1983, p. 32). Después de ser torturado durante siete días, Mélédouman pierde la vista y durante su juicio finalmente se le informa el motivo de su acusación (antes no tenían de qué acusarlo). En medio de golpes y malos tratos, el documento de identidad se le había caído de su bolsillo, lo que dio a la Administración un excelente motivo para justificar el trato cruel hacia el príncipe.

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

La administración colonial utilizó dos hipótesis para la acusación: a) se le hizo la solicitud al príncipe de que presentara su documento de identidad "Si lo tenías significaba que no era el tuyo" y b) "Pero si no lo tenías significaba que se confirmaba nuestra sospecha" (ADIAFFI, 1983, p. 108). Este fue el plan al que Méléoudouman fue sometido durante siete días hasta que le dieron su documento de identidad. Lo habían dejado ciego y libraba una guerra por su propia existencia y que Kakatika claramente se la estaba negando. Al final del ultimátum de siete días, Méléoudouman regresó a la administración donde en una especie de *mea culpa*, el comandante Kakatika dijo:

Tan pronto como te fuiste, encontramos tu documento de identidad. [...] Sí, Nanan. El error fue de parte de uno de mis guardias. El recogió tu documento de identidad en algún lugar y pensamos que algunas palabras habían sido alteradas... Pensamos que era un caso de falsificación... Es un delito grave... Pero el nombre está ligeramente borrado... Por eso te pedimos que presentaras tu documento de identidad (ADIAFFI, 1983, p. 108).

Por supuesto, el Príncipe Méléoudouman no podía proporcionárselo porque era el comandante Kakatika quien lo tenía. Adiaffi, absorto en su proyecto de revisar no únicamente el canon de la escritura, sino también la historia del pueblo Bettié y de toda la Costa de marfil, jugó con los nombres para mostrar cómo el poder colonial había ignorado las tradiciones africanas existentes y los mecanismos propios que los africanos usaban para identificarse y denominarse unos a otros. Lo que hicieron Kakatika y su administración fue establecer su propio sistema colonial de identificación, que a su vez dependía de la destrucción del sistema local existente. Adiaffi apunta:

El nombre juega con esa doble realidad: el Negro que sabe que tiene una identidad, y el hecho de que el Blanco se la niega. Todo reside en la entonación. Si el que habla es el Blanco la entonación es diferente y el nombre significa algo más. Si es el propio Méléoudouman el que habla, tiene otro sentido. (ADIAFFI apud GALLIMORE, 1996, p. 33)²³

En *La Carte d'identité*, Adiaffi (1980) hizo lo que Ferreira refirió como explicación, es decir: "¿Eres Méléoudouman? (**lo que significa** o *Yo no tengo nombre* o, **de manera más precisa**, *me falsificaron el nombre*.)". De hecho, al ofrecer esta traducción/explicación, Adiaffi proporcionó al translector un primer elemento para el tejido del significado dado que cada parte de la explicación destaca una de las lecturas posibles. Durante el proceso de traducción al portugués brasileiro (en reuniones académicas) insté a los estudiantes y participantes a que contribuyeran a la recreación de la sutileza

²³ "Le nom joue sur cette double réalité : le Noir qui sait qu'il a une identité et la négation de celle-ci par le Blanc. C'est dans l'intonation. Si c'est le Blanc qui parle, il a une intonation différente et le nom veut dire autre chose. Si c'est Méléoudouman lui-même qui parle, c'est autre chose" (ADIAFFI apud GALLIMORE, 1996, p. 33).

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...
lingüística del texto fuente con el fin de mantener claramente inscrito en su estilo de escritura el proyecto del escritor.

Es importante señalar que la lengua portuguesa apenas permite dos signos diacríticos en una sola palabra como lo hace el francés. En efecto, debido a la importancia de la entonación se produjeron varios debates en torno a la ubicación del acento en el lexema. Cada participante (ahora translector) tenía que fundamentar su argumento a partir de una referencia (bien sea un diccionario, un artículo, algo ya observado en otras lecturas, etc.). A medida que los participantes fueron conociendo el proyecto de traducción y entendiendo el papel de la entonación, pasamos de a) *Mele-dumã*, b) *Meledúman*, a c) *Mêledumã*. Finalmente, terminamos con *Meleduman* sin signo diacrítico.

La mediación con los NWS ocurrió en dos niveles. Por un lado, exploré: a) los NWS de la lengua fuente incluyendo a los hablantes nativos, b) las pistas que el propio autor proporciona dentro del texto, c) los trabajos disponibles sobre la lengua Anyi y sobre el libro en cuestión. Y, por otro lado, tenemos los NWS de la lengua destino que ayudaron a encontrar en el horizonte de expectativas un lugar para el texto-discurso que se estaba construyendo colectivamente.

5.2 ¿Qué sucede con *Floco-GuardGnamienPli*?

Como en muchos espacios coloniales, el condado francés de Bettié tenía sus militares negros que eran entrenados para servir a la administración y se seleccionaron conforme al conocimiento que tenían de la geografía local, idiomas y tradiciones. *Floco-GuardGnamienPli*, como aparece en la traducción de Zimbabwe, es un militar negro cuyo odio hacia sus propios hermanos negros era asombroso y deseaba someterlos despiadadamente. Sin embargo, en muchas ocasiones fracasó cuando intentaba dominarlos y ellos, en vez de dejarse impresionar, lo encontraban cómico y estúpido. El caso particular de *Floco-Guard*, Adiaffi combina tres conceptos de Ferreira: definición, explicación y traducción literal. Entre las numerosas estrategias que Adiaffi utiliza está la glosa de texto con lo que distribuye los NWS útiles dentro de la obra. He aquí un ejemplo:

Adaptando una vez más la acción a la palabra, nuestro floco-guardia^{24*} (nombre poco glorioso que los negros reservaban, en la época de trabajo forzado, a los guardias más terribles, sanguinarios y ex-conquistadores con sus *chechias*^{25*} rojas, crueles y despiadados como los *cangaceiros*. Los que estaban incondicionalmente sometidos en su propio suelo al comandante del distrito. Floco *significa* el que no está circuncidado, es decir, un idiota, un cabeza dura, un hombre vil, un rapaz, un

^{24*} NDLT: escama/espuma de guardia

^{25*} NDLT: *Chéchia* se traduce en español como “fez” (tocado cilíndrico alto con una gran hoja roja y adornado con una bellota, que llevan muchos pueblos africanos así como algunas tropas coloniales). Aquí preferimos dejar el préstamo francés.

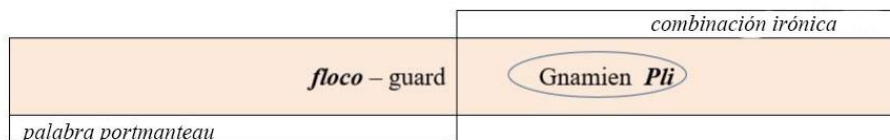
Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

hijo de puta, un pobre bastardo que entiendo menos que nada. De ahí la terrible y vengativa asociación: **floco-guardia**). (ADIAFFI, 1983, p. 4).

De esta manera está claro que los NWS no se refieren únicamente a los translectores sino que también incluyen cualquier elemento que contenga o ayude a alcanzar y formular las implicaciones del texto. Como hormigas implícitas, los NWS pueden formar (o ayudar a construir) contextos (o ser ellos mismos contextos) de carácter experimental. Al hacerlo, se convierten en una especie de laboratorio virtual e itinerante en el que traductores y translectores realizan miles de experimentos sobre las posibles combinaciones lexicales. Cada reunión con un nuevo traductor puede reorganizar el contexto o arrojarle una nueva luz.

En cuanto a la aplicación de las estrategias que Ferreira (2014) enumeró, Adiaffi (1980) utilizó recursos como paréntesis, comas o términos como *significado*, *sentido*, *esto es*, *más específicamente*. Deben tenerse en cuenta dos aspectos fundamentales de la composición del nuevo nombre: 1) la invención de una *palabra maletín* o "*portmanteau*" y 2) una *combinación irónica* (véase la Figura 4):

Figura 4. Un grupo nominal n'zassa



Fuente: N'gana Y.

Mélédouman y Floco-Guard son dos nombres sarcásticos, pero este último presenta una estructura muy interesante en la que cada parte con su significado individual no altera la anatomía de la imagen esperada. El orden de las palabras sigue correspondiendo todavía con el orden de los significados, como precisamente lo revelan las diversas facetas de GnamienPli (ver Figura 5).

Figura 5. Esquema basado en *The Identity Card* (1983) de Jean-Marie Adiaffi



Fuente: N'gana Y.

En el proceso de traducción al portugués brasileño llegué (junto con los MWS) a usar *guarda* para "guard", que se refiere, en teoría, a un hombre o mujer militar. Este término, también, se emplea comúnmente en Brasil para referirse al *vigilante* (conserje) que generalmente no tiene relación con el ejército. Su asociación con *Floco* producirá una rápida reacción en la mente del lector, pues se pasa de un hombre que encarnaba un valor nacional y representaba tanto a la ley como al Estado a un "hombre vil, un bribón, un hijo de puta, un pobre bastardo que entiende menos que nada".

Este tipo de asociación típica de *n'zassa* le atribuye en gran medida peculiaridad a las obras de Adiaffi. En primer lugar, el autor definió el término "*floco*" como *aquel que no es circunciso* y continuó explicando sus significados posibles en las costumbres tradicionales de las localidades de Bettié. Floco-guardia como integrante del ejército colonial sabe que está allí bajo los auspicios de la Administración, por lo que quiere abusar de sus contemporáneos y someterlos a sus caprichos personales. Como se considera a sí mismo un dios, sus hermanos lo llaman "Gnamien" (Dios), cuya ortografía he adaptado al portugués de Brasil: *Nhamien*, lo que muestra una adhesión total a la idea que él tiene de sí mismo. A *Nhamien* se le añade "Pli" (grande o corpulento) en lugar de "Kpli" (grande, poderoso). Por ejemplo: "Le otorgaron al guardián-floco el tan deseado apodo de GnamienPli (Dios Grande), pero los pequeños demonios exaltaron mucho más a Pli (Grande) que a Gnamien (Dios)" (ADIAFFI, 1983, p. 7).

Un punto clave en el que los NWS demostraron ser fundamentales fue en la traducción de "floco". En portugués existe el lexema "floco" y designa una "escama"; los hablantes generalmente lo relacionan con la *flor de algodón*. Dos opciones fueron utilizadas a) resignificamos una palabra ya existente o b) encontramos una astucia que llama la atención del lector hacia esa *movilidad semántica* (ver BRA, 2014). La solución

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... final fue poner un acento circunflejo en la última "o" de la palabra: *flocô*. Este signo diacrítico (^), tal como hizo Adiaffi en el texto fuente, en el que la lengua Anyi habla a través del francés, también ayudó a alcanzar el mismo efecto: el Anyi de nuevo habla en y a través del portugués. Así, podría elaborarse una construcción que contemple los rasgos de las partes involucradas: el resultado es el *guarda-flocô NhamienPli*.

Esta práctica de traducción *n'zassa* me recuerda, no como mero espectador sino como un translector activo, las cuatro máximas de Grice: 1) la *cantidad de información* (que el traductor acopia de cada translector), 2) *la calidad o la veracidad* (la confrontación de interpretaciones ayuda a *allanar* las ambigüedades), 3) *la relevancia o consistencia del contexto* (el propósito de Adiaffi de revisar la historia de Bettié y las consideraciones claves derivadas del momento político y social en que se publicó el libro) y 4) *la forma o claridad* (la asociación de hechos culturales y el estilo de escritura que explora el autor — sometido a la confrontación de la interpretación — ayuda claramente al traductor en su toma de decisiones). El diálogo antes citado con estudiantes y colegas le dio la oportunidad, tanto al texto traducido como al *proceso* en sí, de ser una práctica constantemente revitalizada que apunta a crear entre las partes (traductor y translectores) un tipo de aceptación colectiva inmediata.

Conclusión

La experiencia del texto (fuente y destino) comienza a partir del primer contacto con los translectores. En ese momento se establecen y articulan los movimientos dentro del sistema que será la nueva morada o por lo menos un amparo contra el olvido de la obra literaria. El lado izquierdo de la ilustración sobre COLTRAP, arriba en la Figura 2, muestra dónde nos encontramos todavía, mientras que el lado derecho por lo general no se discute o simplemente se oculta.

La selección de un texto literario representa para el autor un reconocimiento colectivo y puede contribuir a su futura consagración. Los premios literarios son un claro testimonio de ello. Siendo así aceptada la obra de un autor no sólo por las ediciones y reediciones sino sobre todo por las críticas, el enfoque de traducción *n'zassa* aspira a alcanzar ese nivel, pero a través de la exploración efectiva de una red de informantes (MWs). El Internet y las herramientas en línea han transformado las relaciones entre nosotros y con los textos y debería ser igual cuando se trata de realizar traducciones.

En este artículo se puede observar que tanto la teoría del Actor-Red de Latour como la perspectiva *n'zassa* en la traducción llevan consigo algunos puntos de convergencia. Sin

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ... embargo, los recursos que exploran respectivamente pueden diferir ligeramente. Son teorías que no pretenden ser aplicables como tal, sino incitar a la reflexión. Es por ello que la *n'zassa* se centra en los factores siguientes: humanos (el escritor, los translectores y el traductor) y no humanos (el proceso de edición, el mercado y las realidades sociales). Además, una utilización sensata de las sugerencias de Ferreira apunta hacia una sólida comprensión de las dinámicas (ver Figuras 1 y 2). Para ello, hay que tener en cuenta dos puntos fundamentales: la capacidad del traductor de traducir con y sin el texto, y su capacidad de traducir el mundo en el texto y el mundo del texto. Eso nos llevará a una (no tan) común “objetividad” colectiva respecto a la realidad –si esto existe en literatura– y hacia la cual nos conduce el texto.

Agradecimientos

Mi especial agradecimiento a la Coordinadora Brasileña para el Mejoramiento del Personal de la Educación Superior (CAPES) por la financiación de la investigación y a Mylène Otou-Mbezele y Cassiano Fagundes por sus lecturas.

Referências

ADIAFFI, Jean-Marie. **La Carte d'identité**. Abiyán: Ceda, 1980.

ADIAFFI, Jean-Marie. **The Identity Card**. Trad. Brigitte. Angays Katiyo. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1983.

AKOHOUE, Theodore. “**La carte d'identité de Jean-Marie Adiaffi ou la quête identitaire à travers la symbolique de l'initiation allégorique**”. *The Coastal Review: An Online Peer-reviewed Journal*, 2013. Disponible: https://digitalcommons.georgiasouthern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1100&context=the_coastalreview. Acceso en: 17 nov. 2020

AUBERT, Francis Henrik. **As (in)fidelidades da tradução. Servidões e autonomia do tradutor**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

BAIOCCHI, Gianpaolo; GRAIZBORD, Diana; RODRÍGUEZ-MUÑIZ, Michael. “**Actor-Network Theory and theeth no graphic imagination: An exercise in translation**”.

Qualitative Sociology. 36(4), 323-34. 24 oct. 2013: 323–341. Disponible en:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11133-013-9261-9>. Acceso en: 17 nov. 2020.

BAKHTIN, Mikhail. **Esthétique et théorie du roman**. Trad. Daria Olivier. París: Ediciones Gallimard, 1978.

BANDIA, Paul. “**Towards a history of translation in a (post)-colonial context: an African perspective**”. *Translation in Context: Selected contributions from the EST*

- Yéo N'gana, *N'zassa: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...* congress, Granada, 1998. Eds. Andrew Chesterman, Natividad Gallardo San Salvador y Yves Gabier. Granada: John Benjamins Publishing, p. 353-362, 2000.
- BANDIA, Paul. "Postcolonialism and translation: the dialectic between theory and practice". **Linguistica Antverpiensia**, New Series – Themes in Translation Studies, 2, p. 129-142, 2003. Disponible en: <https://lanstts.uantwerpen.be/index.php/lans-tts/article/view/81/36>. Acceso en: 17 nov. 2020.
- BERND, Zilá. **Negritude e Literatura na América Latina**. Porto Alegre: Editorial Mercado Aberto, 1987.
- BRA, Bosson. "**Mobilité discursive des lexèmes et constructions phraséologiques en langue agni dans les romans de Jean-Marie Adiaffi**". Revue Electronique Internationale de Science du langage. N° 22 - p.1-17 *dic.* 2014. Disponible en: <https://docplayer.fr/35218592-Mobilite-discursive-des-lexemes-et-constructions-phraseologiques-en-langue-agni-1-dans-les-romans-de-jean-marie-adiaffi.html>. Acceso en: 17 nov. 2020.
- BRA, Bosson. "**Prosody and N'zassa Writing Style in Jean-Marie Adiaffi's Novels**". US-China Foreign Language, vol. n°14, No. 3 p.227-238, 2016.
- BRA, Bosson. "**Le n'zassa discursif et ses procédés de création**". Revista del ILA: Cahiers Ivoiriens de Recherche Linguistique, n° 42, p. 72-83, 2017.
- BRISSET, Annie. "**Alterity in Translation: An Overview of Theories and Practices**". Translation, Translation. Ed. Susan Petrilli. Amsterdam: Rodopi, 102-132, 2003.
- BUZELIN, Hélène. "**La traductologie, l'ethnographie et la production des connaissances**". Meta. dic. Vol 49, n. 4, p. 729–746, 2004. Disponible en: <https://www.erudit.org/fr/revues/meta/2004-v49-n4-meta832/009778ar/>. Acceso en: 17 nov. 2020.
- BUZELIN, Hélène. "**Unexpected Allies. How Latour's Network Theory Could Complement Bourdieusian Analyses in Translation Studies**". The Translator. 2005, p. 193-218.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editorial UFRJ, 1998.
- CONFIANT, Raphaël. "Traduire la littérature en situation de diglossie". **Palimpsestes**. Vol.1. N° 12. 2000. p.49-59.
- COSTA, Walter Carlos. O texto traduzido como re-textualização. **Cadernos de Tradução**. Vol. 2, n°16. 2005, p. 25-54.

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

DERIVE, Jean. **Literarização da oralidade, oralização da literatura**. Trad. Aline Sobreira, Fátima Veloso, Neide Freitas, Raquel Chaves y Samuel Menezes. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015.

FERREIRA, Alice Maria de Araújo. "O paradigma da descrição na tradução etnográfica: Levi-Strauss tradutor em *Tristes Tropiques*". **Acta Scientiarum. Language and Culture**.vol.36, nº4. 2014. p.383-393.

FERREIRA, Alice Maria de Araújo. "Traduzir À Petites Pierres de Gustave Akakpo: a escrita heterogênea e a questão dos provérbios". **Cadernos de Tradução**. Vol.37, nº3. 2017. p.71-91. Disponible en:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/21757968.2017v37n3p71/34844>.

Acceso en: 17 nov. 2020.

GALLIMORE, Rangira Béatrice. **L'œuvre Romanesque de Jean-Marie Adiaffi. Le mariage du mythe et de l'histoire: fondement d'un récit pluriel**. París: L'Harmattan, 1996.

GIKANDI, Simon. "The Epistemology of Translation: Ngūgī, Matigari, and the Politics of Language". *Research in African Literatures*. Vol.22. nº4. 1991. 161-167. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/3820365?seq=1>. Acceso en: 17 nov. 2020.

GRICE, Paul. **Studies in the Way of Words**. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

KAMGANG, Emmanuel. "Discours postcolonial et traduction de la littérature africaine subsaharienne après les années soixante: Rémanences colonialistes". Tesis. Ottawa: École de Traduction et d'Interprétation, L'Université d'Ottawa, 2012.

LANG, George. "African Literatures in the Year 2050". *Globalizing Africa*. Ed. Malinda Smith. Trenton, Nueva Jersey, Africa World Press, 511-516, 2003.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. Nueva York: Oxford University Press, 2005.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social: Una introducción a la teoría del actor-red**. Trad. Gabriel Zadunaisky. Buenos Aires: Manantial, 2008.

MONTEIRO, Manuel Rui. "Eu e o outro – o invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto". Org. Cremilda da Araújo Medina. *Sonha, mamana África*. São Paulo: Epopeia, 1987.

N'GANA, Yéo. "Entrevista com Ngūgī Wa Thiong'o". *Cadernos de Tradução* vol.38 nº1. 2018. 261-268. Disponible en:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2018v38n1p261>.

Acceso en: 17 nov. 2020.

Yéo N'gana, *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva ...

RICARD, Alain. **Le sable de Babel, traduction et apartheid: esquisse d'une anthropologie de la textualité**. París: Ediciones del CNRS, 2011.

RIKVIN, Julie y RYAN, Michael (Eds.). **Literary Theory: An Anthology**. Oxford: Blackwell, 2004.

SOUZA, Pedro de. “**De como se perder na tradução**”. *Sobre discurso e tradução*. Eds. Andréia Guerini y Walter Carlos Costa. Florianópolis: PGET/UFSC, 13-26, 2014.

TRO DEHO, Roger. “**La littérature orale et la rhétorique du mensonge dans *Silence, on développe de Jean-Marie Adiaffi***”. *Trans*. Feb. 2009. Disponible en:

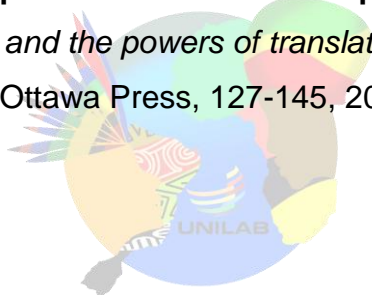
<https://journals.openedition.org/trans/296>. Acceso en: 17 nov. 2020.

“**Toute l’histoire des Agni racontée par le Pr. Simon Pierre Ekanza**”. *Ye clo*.

IvoireSoire. 30 abr. 2018. Disponible en: <https://www.yeclo.com/toute-histoire-des-agni-racontee-par-pr-simon-pierre-ekanza/>. Acceso en: 7 ene. 2021.

VENUTI, Lawrence. **The scandals of Translation. Towards an ethics of difference**. Londres y Nueva York: Routledge, 1998.

WOLF, Michaela. “**The Third Space in Postcolonial Representation**”. *Changing the Terms. Part I. (Post)colonialism and the powers of translation*. Eds. Sherry Simony Paul St-Pierre. Ottawa: University of Ottawa Press, 127-145, 2000.



Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 23/12/2022

Para citar este texto (ABNT): N'GANA, Yéo. *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº1, p.557-585, jun./jun. 2023. **Tradução:** Digmar Jimenez Agreda e Aurora Sambrano.

Para citar este texto (APA): N'gana, Yéo (jan./jun.2023). *N'zassa*: de un enfoque de traducción colaborativa a una construcción colectiva. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 557-585. **Tradução:** Digmar Jimenez Agreda e Aurora Sambrano.

Tradução da Língua Portuguesa para a Língua Árabe do Texto sobre “ A Mulher R’batia”

Nadia Tadlaoui*

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-4565-9936>

Resumo: Entre as mulheres africanas, existe uma mulher que é do norte de África, do país Marrocos, precisamente da cidade de Rabat, que é a **Mulher R’batia**, em língua árabe é chamada **Al Mar’at R’batia** المَرْأَةُ الرَّبَّاطِيَّةُ, por referência a cidade de Rabat. A **Mulher R’batia** caracteriza-se pelas suas costumes e tradições específicas que lhe dão uma certa identidade própria. A **Mulher R’batia** tem muitas características, entre elas: **habilidosa, pouco dispendiosa, engenhosa, valoriza o seu cônjuge, mais cortês do que a cortesia, carinhosa, elegante, cuida com os códigos da etiqueta, mimada, inteligente e criativa, limpa, confiante em si mesma, resiste às condições difíceis da vida.** A **Mulher R’batia** é uma escola da vida, mãe de muitas gerações, que se adequa com as palavras do poeta egípcio Hafed Ibrahim (1872-1932), que designa a mulher mãe uma escola, se você a prepara bem, dando-lhe uma boa educação, vai preparar um povo civilizado e muito bem educado para o futuro.

الشَّاعِرِ الْمِصْرِيِّ حَافِظُ أَمِين (1872-1932) : " الأُمُّ مَدْرَسَةٌ إِذَا أَعَدَّتْهَا أَعَدَّتْ شَعْبًا طَيِّبَ الْأَعْرَاقِ " .



Ser uma mulher R’batia não é fácil, mesmo complexo e delicado, porque ela tem sucesso de muitas maneiras. A Mulher R’batia é :

- **Habilidosa** “Ḥadga” :

Ela não deixa nada ao acaso, tudo é perfeitamente calculado. Para além do seu trabalho, ela cuida de todos os detalhes da sua casa e de tudo relacionado com a sua pequena família.

* Doutora em Estudos Ibéricos, especialidade Didática do Português, opção Linguística Portuguesa (FLUL Universidade Lisboa Portugal – FLSH Universidade MV Rabat-Marrocos). Teve mestrados em Interação cultural do Andalus com o Mediterrâneo (2013); e em Museologia e Mediação cultural (2019). É licenciada em: Estudos Portugueses(2013), Estudos Hispânicos (2008), Direito Privado Francês (2011), Ciências Políticas (Licenciatura de excelência) (2016). Autora do livro: “Os Arabismos da Botânica na Língua Portuguesa: abordagem linguística”, ed. IEHL UMV-Rabat 2018, e apresentado no SIEL (Salão Internacional da Edição e do Livro) de Casablanca (2019). Em coautoria (2021): 1.Portuguesismos Dos Arabismos Da Botânica Na Língua Bantu (Kiyombe), in Rev. Njinga & Sépé V.1, nº1 Brasil; 2.Tradução da poesia “Miserere” de Lídia Jorge para o árabe, in Rev. Njinga & Sépé V.1, nº2 Brasil.3. Texto poético Palavras Ao Meu Universo, in Os Dias Da Peste, Portugal: PEN clube português, Coord. Teresa Martins Marques e Rosa Maria Fina; 4. Textos poéticos, in Antologia Poética Letras Em Marcha, Portugal: Calçada das Letras, a Antologia Poética foi apresentada na FERIA do Livro de Lisboa em setembro de 2021. E-Mail: tadlaoui_nadia@yahoo.fr nadia.tadlaoui00@gmail.com

¹ Tadlaoui Nadia (2022: 54), Textos poéticos, in Colectânea de Poesia, IDARIOS 3, AS PALAVRAS rios de tantas águas, Portugal: Edição A Chama.

- **Pouco dispendiosa** "Meqtasda":

"Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma" é o seu lema, afirmado pela preparação de pratos como "**Migaz**", entre outros.

- **Engenhosa** "M'lebqa":

Embora visitantes inesperados apareçam à hora da refeição, ela não tem preocupações porque a sua boa mãe ensinou-lhe receitas maravilhosas, pratos rápidos, deliciosos e respeitáveis, tais como carne picada com arroz, ovos e canela "Kefta Hrech".

- **Valoriza o seu cônjuge** "Moulat Tkbira":

Filha da Família "Bent Dar Lekbira", ela foi criada com base na ideia de que o seu marido é filho da Família "Weld alaaila" é um pouco mais do que a sua metade.

- **Mais cortês do que a cortesia** "Messouaba":

Ela aplica tão bem as regras de **cortesia** da sociedade "R'bati", que homenageia a sua família à frente de todos, para que as pessoas apreciem mais o seu marido por a ter escolhido.



- **Carinhosa** "Hnina":

A sua benevolência não é apenas benéfica para o marido, mas estende-se também aos seus sogros, o que reflete categoricamente (refuta) o mito social da animosidade entre sogra e Mulher do filho. ('Aguza - 'Arussa).

- **Elegante** "Bhiya":

Aqui, não é a idade que determina a elegância, esta é válida em qualquer idade e em qualquer momento. A maneira de levar o lenço na cabeça (**Teħnika R'batia**) das mulheres idosas (à moda manequim) é a confirmação que revela tudo.

- **Cuida com os códigos da etiqueta** "Mtouwla":

Ela é muito minuciosa, a sua casa é um museu e tanto...a ser descoberto.

- **Mimada** "Mkhenta":

A sua doçura foi herdada da sua mãe e reforçada pelos mimos que os seus pais lhe deram. E claro, o seu marido, amante, mima-a ainda melhor.

- **Inteligente e Criativa** “Nbiha”:

Ela foi inculcada com valores ancestrais e criada à maneira de uma burguesia cultural. Para fazer adaptar os seus conhecimentos a qualquer circunstância, mesmo na era da tecnologia.

- **Limpa** “Nqiya”:

A sua aparência e a habilidade dos seus filhos refletem o ambiente agradável que ela cria para a sua família.

- **Arrogante** “Mnifkha”:

Ela não permite que todos falem com ela, estabelece limites estritos e isto é muito útil.

- **Resiste às condições de vida** “Sebbara”:

Ela tolera todos os atos defíceis da vida e supera qualquer condição desastrosa pela qual a família passe.

Todos os meus respeitos, saúdo-lhe, querida Mulher R'BATIA!



Foto: Mulher Rbatia Mouresca
A minha bisavó materna **Mhani Crispa**
(Foto Arquivo da Família anos 50)



Foto: Mulher de Rabat
Arte na Rua, Obra feita pela Fundação Montresso,
na Avenida Moulay Hassan I, Rabat. Muralha CDG
(Foto tirada pelo meu Telemóvel no mês de Setembro 2021)

تَرْجَمَةُ النَّصِّ مِنَ اللُّغَةِ البُرْتُغَالِيَّةِ إِلَى اللُّغَةِ العَرَبِيَّةِ: المَرْأَةُ الرَّبَاطِيَّةُ

تَرْجَمَةُ نَادِيَّةِ التَّادَلَاوِي (المَغْرِب)

المَرْأَةُ الرَّبَاطِيَّةُ

لَيْسَ بِالأَمْرِ السَّهْلِ أَنْ تُكُونَ امْرَأَةً مِنْ مَدِينَةِ الرَّبَاطِ، بَلْ إِنَّهُ أَمْرٌ مَعْقَدٌ وَحَسَّاسٌ، لِأَنَّهَا تُنْقِنُ أَشْيَاءَ كَثِيرَةً. المَرْأَةُ الرَّبَاطِيَّةُ هِيَ :

- مَاهِرَةٌ وَ حَاقِقَةٌ " حَادِقَةٌ " :

إِنَّهَا لَا تُتْرَكُ شَيْئًا لِلصُّدْفَةِ ، كُلُّ شَيْءٍ عِنْدَهَا مُحْسُوبٌ. بِالإِضَافَةِ إِلَى عَمَلِهَا، فَهِيَ تَهْتَمُّ بِكُلِّ تَفَاصِيلِ مَنْزِلِهَا وَ كُلِّ مَا يَتَعَلَّقُ بِأَسْرَتِهَا الصَّغِيرَةِ.

- غَيْرٌ مُكَلِّفَةٌ، " مُقْتَصِدَةٌ " :

شِعَارُهَا "لَا شَيْءَ يُخْلَقُ، وَلَا شَيْءَ يَضِيغُ، كُلُّ شَيْءٍ يَتَحَوَّلُ"، شِعَارُ الَّذِي يُؤَكِّدُهُ قِيَامُهَا بِتَحْضِيرِ أَطْبَاقٍ مِثْلَ "مِيكَازُ" وَغَيْرِهِ.

- عِبْقَرِيَّةٌ وَ مُبْدِعَةٌ "مَلِيْبِقَةٌ":

عَلَى الرَّغْمِ مِنْ ظُهُورِ زُورَارٍ غَيْرٍ مُتَوَقَّعِينَ فِي أَوْقَاتِ الوَجَبَاتِ، أَلَّا أَنَّهَا لَا تَقْلُقُ لِأَنَّ وَالدَّتَهَا الطَّيْبَةَ فَذْ عَلِمَتْهَا وَصَفَاتُ رَانِعَةٍ وَأَطْبَاقٍ سَرِيْعَةٍ وَ لَذِيْبَةٍ وَ مُحْتَرَمَةٍ مِثْلَ طَبَقِ اللُّحْمِ المَفْرُومِ مَعَ الأَرْزِ وَالبَيْضِ وَ القَرْفَةَ "كُفْتَةَ حَرْشٍ".

- تُعْطِي قِيَمَةً لِزَوْجِهَا "مَوْلَاتٌ تَكْبِيرَةٌ":

إِبْنَةُ عَائِلَةٍ "بُنْتُ دَارٍ لُكْبِيرَةٍ" نَشَأَتْ عَلَى فِكْرَةٍ أَنَّ زَوْجَهَا ابْنُ عَائِلَةٍ "وَلَدُ العِيْلَةِ"، تُعْتَبِرُهُ جُزْءًا مِنْهَا.

- مُهْدَبَةٌ "مُصَوَّابَةٌ":

إِنَّهَا تُطَبِّقُ جَيِّدًا قَوَاعِدَ المُجَامَلَةِ فِي مُجْتَمَعِ "الرَّبَاطِي"، الَّذِي يَرْتَكِزُ عَلَى تَكْرِيمِ عَائِلَتِهَا أَمَامَ الجَمِيعِ، هُوَ عَمَلٌ مِنَ اللُّطْفِ أَوْ الرِّعَايَةِ أَوْ الأَخْلَاقِ الحَمِيدَةِ تَجَاهَ شَخْصٍ آخَرَ، حَتَّى يُقَدِّرَ النَّاسُ زَوْجَهَا أَكْثَرَ عَلَى اخْتِيَارِهِ لَهَا.

- حَنُونَةٌ "خَنِينَةٌ":

إِنَّ إِحْسَانَهَا لَا يُفِيدُ زَوْجَهَا فَحَسْبُ، بَلْ يَمْتَدُّ أَيْضًا إِلَى أَهْلِ زَوْجِهَا، الأَمْرُ الَّذِي يَعْكَسُ بِشَكْلِ قَاطِعِ الأَسْطُورَةِ الإِجْتِمَاعِيَّةِ لِلْعَدَاءِ بَيْنَ الحَمَامَةِ (أُمُّ الرُّوْجِ بِالنِّسْبَةِ لِلرُّوْجَةِ) وَ زَوْجَةِ الإِبْنِ. (العَجُورَةُ - عَرُوسَةٌ).

- أُنَيْقَةَ "بِهْيَةَ":

إِنَّ طَرِيقَةَ ارْتِدَاءِ الْحِجَابِ (تَحْنِيكَةَ الرَّبَاطِيَّةِ) لِلنِّسَاءِ الْمُسْنِتَاتِ (عَلَى غِرَارِ الْمُوضَّةِ) هُوَ التَّأَكِيدُ الَّذِي يُكْشِفُ كُلَّ شَيْءٍ. لَيْسَ الْعُمُرُ الَّذِي يُحَدِّدُ الْأَثَاقَةَ، فَهِيَ صَالِحَةٌ فِي أَيِّ عُمُرٍ وَفِي أَيِّ وَقْتٍ.

- تُحَافِظُ عَلَى التَّنَاسُقِ "مُتَوَلَّةٌ":

إِنَّهَا دَقِيقَةٌ لِلْعَايَةِ، وَمَنْزِلُهَا شَبِيهِ بِمُتَحَفٍ ... يَجِبُ اكْتِشَافُهُ.

- مُدَلَّلَةٌ "مُخَنَّنَةٌ":

وَرِثَتْ حَلَاوَتَهَا عَنْ وَالِدَتِهَا وَتَعَزَّزَتْ بِتَدْلِيلِ وَالِدِيَّتِهَا لَهَا. وَبِالطَّبْعِ، فَإِنَّ زَوْجَهَا، حَبِيبَهَا، يَزِيدُهَا مِنَ الدَّلَالِ.

- ذُكِيَّةٌ وَمُبْدِعَةٌ "نَبِيهَةٌ":

لَقَدْ غُرِسَتْ فِيهَا قِيمَ الْأَجْدَادِ وَنَشَأَتْ عَلَى طَرِيقَةِ الْبُرْجُوزِيَّةِ الثَّقَافِيَّةِ، لِجَعْلِ مَعْرِفَتِهَا تَتَكَيَّفُ مَعَ أَيِّ ظَرْفٍ مِنَ الظُّرُوفِ، حَتَّى فِي عَصْرِ التِّكْنُولُوجِيَا.

- نَظِيفَةٌ "نَقِيَّةٌ":

يَنْعَكِسُ ذَلِكَ فِي مَظْهَرِهَا وَمَهَارَاتِ أَطْفَالِهَا، وَ الْأَجْوَاءِ الْمُتَمَتِّعَةِ الَّتِي تُخَلِّقُهَا لِعَائِلَتِهَا.



- وَاثِقَةٌ مِنْ نَفْسِهَا، مَعْرُورَةٌ "مُنْبِيحَةٌ":

إِنَّهَا لَا تَسْمَحُ لِلْجَمِيعِ بِالنَّحْدِثِ مَعَهَا، إِنَّهَا تَضَعُ حُدُودًا صَارِمَةً وَهَذَا مُفِيدٌ لِلْعَايَةِ.

- مَقَاوِمَةٌ لِلظُّرُوفِ الْمَعِيشِيَّةِ الصَّعْبَةِ لِلْحَيَاةِ "صَبَّارَةٌ":

تَتَحَمَّلُ كُلَّ صُعُوبَاتِ الْحَيَاةِ وَتُحَاوِلُ التَّغَلُّبَ عَلَى أَيِّ حَالَةٍ قَاسِيَةٍ تَمُرُّ بِهَا الْأُسْرَةُ.

أُحْبَبُكَ أَيُّهَا الْمَرْأَةُ الرَّبَاطِيَّةُ الْعَزِيزَةُ، لَكَ مِنِّي كُلُّ الْإِحْتِرَامِ وَالنَّقْدِيرِ !.

Referências

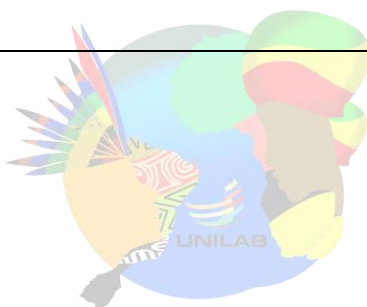
Tadlaoui, Nadia. Textos poéticos, in Colectânea de Poesia, IDARIOS 3, as palavras rios de tantas águas. Portugal: Edição A Chama, 2022.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 20/12/2022

Para citar este texto (ABNT): TADLAOUI, Nadia. Tradução da Língua Portuguesa para a Língua Árabe do Texto sobre “A Mulher R’batia”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº 1, p. 586-591, jan./jun. 2023.

Para citar este texto (APA): TADLAOUI, Nadia (jan./jun..2023). Tradução da Língua Portuguesa para a Língua Árabe do Texto sobre “A Mulher R’batia”. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 586-591.



Kenyan Sign Language: an introduction

Gladis Achieng *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-3078-9650>

Video: <https://youtu.be/2C-zso7B B4>

Abstract: A language is a system of communication used by a particular country or community. There is communication where people involved are able to understand each other and pass message the same way others can do. Sign language is just like any other language so no language is better than the other. Broadly defined, communication for deaf individuals occurs through visual, auditory or tactile modes (for individuals who are deafblind). Common visual communication modes include American Sign Language (ASL), Cued Speech, speech reading (lip reading), and gestures. Augmentative and alternative communication is a term used by deaf people to communicate. In the video i presented, i presented four themes; The term deaf, Types of deaf, what causes hearing impairment, characteristics of deaf, difficulties of a deaf person and what should you not say to a deaf person. In the first theme i illustrated what the term deaf means lacking power of hearing or hearing impairment. In the second i talked about types of deaf where we have profound deaf, deaf and dumb and deaf blind. The third theme i talked about causes of hearing impairment which is -Aging. Degeneration of inner ear structures occurs over time, Loud noise. Exposure to loud sounds can damage the cells of your inner ear, Damage can occur with long-term exposure to loud noises, or from a short blast of noise, such as from a gunshot, Heredity. Your genetic makeup may make you more susceptible to ear damage from sound or deterioration from aging, Occupational noises. Jobs where loud noise is a regular part of the working environment, such as farming, construction or factory work, can lead to damage inside your ear, Recreational noises. Exposure to explosive noises, such as from firearms and jet engines, can cause immediate, permanent hearing loss. Other recreational activities with dangerously high noise levels include snowmobiling, motorcycling, carpentry or listening to loud music and Some medications. Drugs such as the antibiotic gentamicin, sildenafil (Viagra) and certain chemotherapy drugs, can damage the inner ear. The fourth theme is about characteristics of deaf which is cannot respond when called from behind, Can become easily frustrated if their needs are not met. The fifth i talked about difficulties of deaf which includes Fewer educational and job opportunities due to impaired communication and Some difficulty in socializing. Then finally i illustrated things you shouldn't say to a deaf person like you don't look deaf, can you lip read and I'm sorry you are deaf. Therefore there are many things that people who doesn't socialize with deaf people doesn't know about them. Some tend to talk normally with a deaf person as expecting them to communicate like others not knowing the only way to communicate to a deaf person is through sign language. Deaf community in kenya communicates through Sign language.

Keywords: Sign language, deaf, types of deaf, characteristics of deaf, causes of deafness, difficulties of deaf; kenya

* I am an undergraduate student at Kenyatta University. I am hearing impaired(deaf) coming from a humble background. My hometown is Mombasa. I am currently studying bachelor of education special needs combination of subjects is Mathematics and business. E-mail: gladisachieng79@gmail.com

Deaf Community

Definition of the term deaf

Deaf is lacking power of hearing or having impaired hearing.

TYPES OF DEAF

- Deaf blind
- Deaf and dumb
- Profound deaf

Signs and symptoms of hearing loss may include:

- Muffling of speech and other sounds
- Difficulty understanding words, especially against background noise or in a crowd
- Trouble hearing consonants
- Frequently asking others to speak more slowly, clearly and loudly
- Needing to turn up the volume of the television or radio

Factors that may damage or lead to loss of the hairs and nerve cells in your inner ear include:

- Aging. Degeneration of inner ear structures occurs over time.
- Loud noise. Exposure to loud sounds can damage the cells of your inner ear. Damage can occur with long-term exposure to loud noises, or from a short blast of noise, such as from a gunshot.
- Heredity. Your genetic makeup may make you more susceptible to ear damage from sound or deterioration from aging.
- Occupational noises. Jobs where loud noise is a regular part of the working environment, such as farming, construction or factory work, can lead to damage inside your ear.
- Recreational noises. Exposure to explosive noises, such as from firearms and jet engines, can cause immediate, permanent hearing loss. Other recreational activities with dangerously high noise levels include snowmobiling, motorcycling, carpentry or listening to loud music.
- Some medications. Drugs such as the antibiotic gentamicin, sildenafil (Viagra) and certain chemotherapy drugs, can damage the inner ear.

-Some illnesses. Diseases or illnesses that result in high fever, such as meningitis, may damage the cochlea.

CHARACTERISTICS OF DEAF

- Cannot respond when called from behind
- Can become easily frustrated if their needs are not met

DIFFICULTIES OF A DEAF PERSON

- Fewer educational and job opportunities due to impaired communication
- Some difficulty in socializing

WHAT SHOULD YOU NOT SAY TO DEAF

- You don't look deaf
- I'm sorry you are deaf
- Can you lip read

KEYWORDS

- Disability is not inability
- Being disabled is not a curse
- Disabled people should be treated equally

I declare to Revista Njinga e Sepe that the video sent by me through this email is of legitimate and exclusive authorship and does not violate and not infringe any existing copyright. I also declare the assignment of copyright to Revista Ninja that e Sepe i can proceed with free reproduction, publication and dissemination.

Recebido em: 11/10/2022

Aceito em: 24/12/2022

How to cite this text (ABNT): ACHIENG, Gladis. Kenyan Sign Language: An Introduction. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.3, nº 1, p. 592-594, jan./jun.2023.

How to cite this text (APA): Achieng, Gladis. (jan./jun.2023). Kenyan Sign Language: An Introduction. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 3 (1): 592-594.